



TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DO CONCELHO DE ESTARREJA

TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DO CONCELHO DE ESTARREJA

[FICHA TÉCNICA]

TERRAS DE ANTUÃ
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL
Nº16 | ANO 16 | Novembro de 2022

DIRETORA
Rosa Maria Rodrigues

EDITOR
Câmara Municipal de Estarreja

PROJETO GRÁFICO
Diogo Ferreira

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
GRECA - Artes Gráficas

TIRAGEM
750 Exemplares

IMAGEM DE CAPA
Senhora do Monte | Fevereiro 1981 | José Mendonça
Espólio Município de Estarreja
Fotografia Hamilton Trindade | Gabinete de Comunicação do Município de Estarreja

ISBN
1646-8562

DEPÓSITO LEGAL
267394/07

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE NÚMERO SÃO DA RESPONSABILIDADE CIENTÍFICA
E ÉTICA DOS SEUS AUTORES BEM COMO O RESPEITO PELO ACORDO ORTOGRÁFICO EM VIGOR

[SUMÁRIO]

9	SINAIS DOSTEMPOS Diamantino Sabina	185	A ARTE RETABULAR NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE EM SALREU Maria Clara de Paiva Vide Marques António Cruz Leandro
11	EDITORIAL Rosa Maria Rodrigues	203	O REGIMENTO DE REPARTIÇÃO DAS SISAS ENVIADO AO CONCELHO DE ANTUÃ EM 1527 Maria Helena da Cruz Coelho Saúl António Gomes
13	ETNOGRAFIA E FOLCLORE NO CONCELHO DE ESTARREJA Abel Cunha	215	EGAS MONIZ NA LITERATURA Rosa Maria Rodrigues
45	JOÃO PEDRO MARQUESVILLAR CONSTRUCTOR CIVIL, PROJECTISTA E O MAIS QUE SEVERÁ António Augusto Silva	227	JOSÉ MENDONÇA - UM TEMPO PARTILHADO Sérgio Paulo Silva
51	LITÍGIO E SEPARAÇÃO DOS VÍNCULOS DO MATO (SALREU/ESTARREJA) E DE SÃO PAIO (MOUÇÓS/VILA REAL): UM CASO BICUDO ENTRE TIA E SOBRINHO EM MEADOS DE OITOCENTOS António Pedro de Sottomayor	233	EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1911 Teresa Cruz Tubby
65	AS QUINTAS DA BOA VISTA, DA TAPADA E DA MELHOR VISTA EM SANTIAGO DE BEDUÍDO - ESTARREJA: SUBSÍDIOS PARA UM ESCLARECIMENTO Artur Castro Tavares	253	PROSPECÇÃO DE ESTRUTURAS INCÓGNITAS NA IGREJA DE VEIROS Victor Bandeira Ana Bidarra Nuno Barraca
83	JOSÉ MENDONÇA - O REFLEXO E A SOMBRA Diamantino Matos	263	SAUDADES - DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ À FÁBRICA DA HISTÓRIA Juliana Cunha
103	A CULTURA DO ARROZ NO BAIXO VOUGA LAGUNAR Etelvina Resende Almeida	279	RETIFICAÇÃO: AO ENSAIO “AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUANOS. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA” (TERRAS DE ANTUÃ N°S 12 E 13) António Pedro de Sottomayor
127	NA PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO PADRÃO EM MEMÓRIA DOS MORTOS DO CONCELHO DE ESTARREJA NA GRANDE GUERRA Joaquim Ventura Faria Victorino	283	REVISTASTERRAS DE ANTUÃ
143	COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA - UM DOS MAIS ANTIGOS E IMPORTANTES DO NOSSO PAÍS José Fernando Ferraz Correia		
159	O SOBRADO VERMELHO José Gurgo e Cirne		
171	PARDILHÓ NA IDADE MÉDIA Marco Pereira		

SINAIS DOS TEMPOS

*Diamantino Sabina**

Promotoras da história estarrejense, estas revistas vão constituindo e enriquecendo a bibliografia municipal. Os infindáveis relatos, documentos e vestígios vão permitindo compor estes anais do tempo, perpetuando e dando voz às raízes da nossa existência.

É bom que tenhamos quem connosco colabore nesta sémita infindável da procura da génesis e sabor das nossas terras, e é bom que não nos falte por onde. É bom termos esta história rica e abundante de terra de substância, tanto no saber, como no sentir, como no que brota do solo escuro e fértil dos nossos campos.

Os textos desta edição da *Terras de Antuã* não o retratam, mas é inevitável fazermos referência aos tempos difíceis que vivemos! Tal como o início do século XX, o início do século XXI tem vindo a demonstrar-se atribulado para o mundo. A Pandemia do Coronavírus “virou-nos do avesso”, ceifando centenas de milhares de vidas e arrastando com ela uma grave crise económica. Não nos bastava a Pandemia, também não nos faltou um saudosista do velho mundo soviético, que de forma unilateral invadiu um país soberano, democrático e em paz.

Sinais dos tempos? Ou uma reconstituição do início do século passado? Recorde-se a Gripe Espanhola que decorreu entre 1918 e 1919 e ainda do julho de 1914, em que as tensões entre a “Tríplice Entente” e a “Tríplice Aliança” se inflamaram com o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono Austro-Húngaro, dando mote à Primeira Grande Guerra.

E a “Grande Depressão” que se lhe adveio, mais tarde nos anos 30!

Enfim, à depressão ainda não chegámos, e esperemos que se fique pelo início do século XX, mas os efeitos desta guerra sem sentido, leva-nos a crer que os tempos que se avizinharam serão difíceis certamente.

Serão temas que marcarão a história para sempre, tal como os retratados nesta revista, mas por motivos bem mais positivos.

Obrigado a todos que vêm colaborando na feitura duma coletânea de grande valor histórico e documental. Que tal como o que escrevem e aqui “gravam nas pedras da memória”, fiquem guardados na história destas *Terras de Antuã*.

EDITORIAL

Rosa Maria Rodrigues

Decorridos 503 anos da outorga do foral por D. Manuel I às *Terras de Antuã*, apresentamos a décima sexta edição da *Revista Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*. Os factos históricos acontecem e o registo dos mesmos é imperioso para que não se extinga na nossa memória coletiva, um passado que apreendemos, respeitamos e, que temos consciência de ser nossa incumbência, transmitir às gerações futuras. Esta edição de *Terras de Antuã* é apresentada num período em que o Mundo vive uma série de *hecatombes* e, onde o futuro não se avizinha promissor, porque o medo, a insegurança, a guerra e as fragilidades pós *COVID 19*, irão catapultar fragilidades e medos que teremos de enfrentar com resiliência e esperança, mas que nem por isso nos desmotivam a registar o passado de que nos orgulhamos e, que é consequentemente um dos objetivos desta publicação.

Os temas apresentados nesta edição de *Terras de Antuã* permitem-nos na sua generalidade um melhor conhecimento da historiografia local, desencadeiam a discussão, permitem a difusão de estudos sobre realidades, factos e momentos que passariam despercebidos, se não fossem metodizados e coligidos numa publicação com estas características e, que passam por estudos sobre personalidades, prospeções arqueológicas, património industrial, cultural e imaterial, emigração, genealogia, história medieval, militar, religiosa, local e política.

Este número de *Terras de Antuã* apresenta na capa o quadro de José Mendonça, pintado em 1981 retratando a *Senhora do Monte* e, contamos com dois textos biográficos e críticos da autoria de Diamantino Matos e Sérgio Paulo Silva, que ora em escritos de forma dissertativa ou sob a forma de nota biográfica e crítica, nos dão a conhecer o artista autodidata Estarrejense, que na sua obra pictórica não descurou retratos do território que o apaixonaram e, onde a sua paleta incomensurável de cores, retratou paisagens, figuras, flores, onde os aromas se confundiram nas cores, de uma poesia multissensorial que faz perdurar a sua obra no tempo, atrevendo-me a parafrasear Diamantino Matos: *A pintura do José Mendonça é um exemplo paradigmático de uma alegria esfuziante da cor, vivaz, de um fogo cromático, sempre naturalista, sempre belo, sempre simples. É uma pintura de luz, que ora se mostra a brincar saltitante em fulgurantes reflexos aquáticos, ora se esconde, grácil, em refrescantes sombras campestres.*

O tema Saudades desta revista *Terras de Antuã*, evoca o centenário da *Hidro-Eléctrica de Estarreja – Fábrica de Descasque de Arroz*, que inicia a sua laboração em 1922, época em que o cultivo de arroz no Baixo Vouga Lagunar, era um dos fatores de desenvolvimento económico e social da comunidade Estarrejense. Hoje e, passadas muitas vicissitudes nesse mesmo espaço, remodelado e requalificado, irá ser instalada a Fábrica da História que como refere Juliana Cunha (...) este novo projeto assentará na criação de um circuito museológico, com recurso a novas tecnologias e que transportará na sua essência o que é diferenciador, eternizando e imaterializando, desta forma, a história de Estarreja, da cultura do arroz e da antiga Fábrica de Descasque (...) marcará o início de uma nova vida para aquele espaço de memória coletiva, convertendo-o na nova “Fábrica da História” e num novo polo de dinamização cultural, económica e turística, sendo uma alavanca para o incentivo à intensificação e qualificação da produção de arroz no Baixo Vouga Lagunar.

A todos os que colaboraram abnegadamente, para a materialização desta publicação de *Terras de Antuã*, acreditando que este projeto consubstancia “pedaços de história” por contar, o nosso muito OBRIGADO.

ETNOGRAFIA E FOLCLORE NO CONCELHO DE ESTARREJA

Abel Cunha*

É pelo folclore que um povo reencontra o potencial poético característico da sua raça, na sua forma mais cristalina e pura, e as facetas do seu temperamento de independência e virilidade, razão porque o (seu abastardamento (...) resulta numa perda irreparável).

Francisco Lage - responsável pela secção do SPN/SNI¹⁰ Cf. rascunho inserto em “informação ao chefe da 2.ª repartição”, de 11 de Novembro de 1947.
O SNI e os ranchos folclóricos - Vera Marques Alves

Ao leitor menos avisado, os termos etnografia e folclore poderão confundir-se, até porque são complementares. Numa abordagem simplicista e imediata, deve entender-se a etnografia como uma disciplina que descreve os povos no que concerne aos seus usos, costumes e tradições, enquanto que folclore é entendido como um conjunto patrimonial tangível e intangível de criações de cariz tradicional e popular que emanam de e caracterizam uma comunidade. A sua representação é enquadrada em duas demarcações uma territorial, outra temporal, como garantes das práticas apresentadas.

Existem milhares de páginas, ensaios, teses e estudos que esmiúçam estes conceitos e às quais eventuais interessados poderão facilmente aceder. Uma busca no motor de pesquisa Google pela palavra folclore devolve 13.600.000 resultados. Na sua Carta de princípios a Federação do Folclore Português, no Artigo 19º, define os conceitos:

Artigo 19º

c) *Folclore: Conjunto patrimonial tangível e intangível de criações de cariz tradicional e popular que emanam e caracterizam uma comunidade cultura local que é, foi transmitido geracionalmente e foi recriado ao longo do tempo em função do seu meio, da sua interação com a natureza, a sua história e outras comunidades e gentes, incutindo-lhes um sentimento de identidade, pertença e de continuidade, contribuindo para a promoção do respeito e pela diversidade cultural e pela criatividade humana.*

d) *Etnografia: Disciplina que descreve os povos/comunidades no que concerne aos seus usos, costumes, índole e cultura.*

Assim, o termo folclore refere as tradições, costumes e superstições das classes populares e, forma geral, engloba toda a cultura nascida nessas mesmas classes, atribuindo-se ao folclore o estatuto de história não escrita de um povo.

No entanto e para que um qualquer facto possa ser considerado folclórico, é indispensável que se verifiquem algumas condições tais como: tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade e aceitação coletiva. Seja, um qualquer facto ou prática deverá ter sido transmitido geracionalmente, entendido e aceite pela comunidade como uma continuidade do passado. Que a introdução de mutações impostas por força de alterações comportamentais e ou hábitos sociais não desvirtuaram o facto ou prática que continua a reportar à tradição. Que o motivo que originou o facto não se constituiu num dado isolado e que é de aceitação colectiva. Acrescente-se, que o anonimato é mais um indicador de autenticidade popular, ainda que e, a existir um autor o facto poderá ser absorvido pela cultura popular e nesse caso, poderá considerar-se folclórico.

*Master em Gestão comercial pela Universidade Complutense de Madrid. Escreve segundo a antiga ortografia.

O folclore agrupa assim várias manifestações da vida de uma qualquer comunidade tais como música, dança, festas populares, usos e costumes, lendas, crenças e religiosidades, artesanato, jogos brinquedos e brincadeiras, gastronomia, património edificado, dialectos, expressões e designações locais, entre outros. É, por conseguinte, tudo o mais que vai além do significado e imagem comuns de um grupo de pessoas que cantam e dançam numa eira, num palco ou, tabuado.

Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular.

Definição de Cultura Popular e Tradicional

Entende-se por cultura tradicional e popular: o conjunto das criações, baseadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural e que são expressas por um grupo ou por indivíduos, respondendo reconhecidamente às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, apresentando normas e valores que se transmitem oralmente, por imitação ou de outra forma. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.

UNESCO, Paris (França), 15 de Novembro de 1989

Esclarecidos os conceitos de etnografia e folclore, e neste enquadramento determinado pelas instituições, nacionais e internacionais que tutelam a cultura popular, fica esclarecido que folclore é o repositório de antigos modos de vida, usos e costumes, herdados por uma comunidade. Contrariamente ao que alguns pretendem, defendem e praticam, não cabe na reposição folclórica quadros de autoria própria dos grupos que o representam nem quadros, músicas ou canções inventadas para o efeito.

Introdução

Ninguém dirá, com razão, que na sua terra não há folclore, não existe qualquer manifestação artística, em coisas ou em tradições, que valha a pena por ela se ocupar alguém ou uma agremiação.

Mas que pena, que pena nos faz saber que as festas já são outras, ainda quando, como há milénios e sempre, estralejavam foguetes na nossa terra em clamor de festa!

Vem isto a propósito de, ainda pelo S. João e S. Pedro deste ano, eu estar no meu escritório, na Vila de Estarreja, e chegar-me à janela, em busca de ar mais puro, o ar de Junho, aqui um pouco húmido, mas suave, perfumado, que os nossos sentidos aceitam e tanto nos tranquiliza, ar que é mesmo repousante.

Dizia Junqueiro, quem se não lembra?... vinham-me da montanha as canções das ceifeiras"; e a montanha estava-me à esquerda, aos contrafortes, até Cambra, até ao Caramulo, enquanto para o mar, coaxavam rãs e toda a terra, até por entre as casas, nos jardins e nos campos e nos interstícios das calçadas, na sua verdura, nas plantas, nas flores, evolava para o espaço a fragrância inebriante, que ao meu coração, então puro, pagava, em repouso, o amor com que estava vivendo pelas coisas simples e belas.

Algures estralejavam foguetes, havia música, alguém festejava a quadra dos Santos populares, mas já não ouvi cantos, que seriam os nossos cantos tradicionais, outro tempo vulgares nestes dias, de boca em boca, a solto ou em conjunto apregoados, para animação de toda a gente e animação desta paisagem rica de cambiantes e ornamentos naturais e elanguescente de perfumes silvestres.

Dr. Joaquim Soares Rodrigues da Silva, natural de Salreu que em Dezembro de 1959 publicava na revista Aveiro e o seu Distrito uma memória intitulada *Folclore e Saudade*.

O Povo de Beduído

Longe de ser o centro do mundo, Beduído sempre terá sido o centro da vida concelhia. Aqui se realizavam feiras e mercados, se procurava um médico ou uma farmácia, se dirimiam questões jurídicas, se acedia a um comércio inexistente nas aldeias em redor e por tal, para aqui convergiam os habitantes das freguesias circundantes. A partir de 1812 a Câmara Municipal de Estarreja, institui a realização

de um mercado semanal, aos domingos de manhã, motivo de sobra para aqui acorrerem os fregueses transacionando mercadorias, produtos alimentares e bens das mais variadas espécies.

Aqui se davam reencontros e se punham em dia os acontecimentos numa época em que as notícias chegavam pela voz dos regressados das grandes cidades de Lisboa ou Porto. Joaquim Rodrigues da Silva, em Março de 1942, traça um pitoresco e poético retrato deste povo que no seu dizer, muito trabalha e também muito se diverte. Trata-se de uma abordagem interessante na forma, inspirada, mas desfasada da realidade. Basta comparar com a descrição da vida quotidiana do povo concelhio que seis anos depois, Maria Lamas faria no seu livro *Mulheres do Meu País*.

Dizia então Joaquim Rodrigues da Silva: *Mas Beduído não é só a terra que lhes pinta. Um folclore vasto e variado reflecte a sua vida e a alma do seu povo. Costumes de trabalho, lendas, contos, provérbios, uma fala típica e uma indumentária bela e original revelam-nos o bom gosto, os primores artísticos, o génio sem par desta gente!... Não obstante algumas indústrias fabris, Beduído é mais agrícola, é mesmo essencialmente agrícola, pois que as suas indústrias estão presas à agricultura e à lavoura.*

Os operários são filhos de lavradores, ou lavradores por si, têm as suas pequenas terras e, cessado o labor das fábricas, lá se voltam para elas num espontâneo e generoso carinho. Por toda a parte e a toda a hora se respira ali o ar rijo da saúde, do trabalho e da grande abundância! Por toda a parte as palpitações da fecundidade, do amor activo, da bondade dos homens e da fartura das terras. Por toda a parte o cheiro a saúde e os encantos da fartura alegre e fácil.

E, caso singular: este povo de Beduído é magro e é sóbrio. Não obstante a fartura de pão e tanto vinho e carnes de vitelos e coelhos e galinhas, tantos ovos, tanto leite, tanta fruta, não obstante toda essa abundância, alimenta-se quase exclusivamente do peixe da Ria e do Mar. Magros e altos, parecem uma anomalia rácica neste meio tão favorável. A tez morena das irradiações do Mar e da Ria, que ficam perto, não lhes consente uma vestimenta numerosa e pesada. Qualquer fino algodão, qualquer ligeira roupa se veste e chega. E esta indumentária tende sempre para o escuro – é preta, é castanha, é azul!... Outra anomalia, quem sabe?!

Que é dos pintores?... E que é dos etnógrafos?!

Ora muitos do povo aqui têm um ideal sobre todos os outros – querem a todo o custo enriquecer! E tisnam-se os corpos sob invernos e soalheiras, gastam-se os músculos na dureza dos trabalhos, esgota-se a força, só para que no S. Miguel se possam contar mais alqueires na arca ou mais cordões e correntes. Já na tenra idade os pais deitam os filhos ao trabalho, e os moços acabam por amar a labuta, fanatizando-se ao ganho e poupança! Mas não obstante, boa gente, honestíssima, franca e generosa! Com eles próprios, toda a frugalidade é pouca; mas com os outros, manda a boa hospitalidade que se dê arca à discrição, que dá fartura sem reservas.

E também não é triste este povo! Podeisvê-lo mudo, vergado agressivamente para a terra, uma praga contorcida nos lábios ou formada nas rugas, mas não é mais que a raiva forte de a rasgar para a fecundidade. Não é mais que a gana viril de arrancar o pão à terra!...

E passado isso, eis que esta gente se mostra despreocupada, alegre e reinadia! Pode ver-se – e é bom de ver-se! – aí pela Senhora da Saúde, pela Senhora das Dores ou no São Paio! Vãovê-lo aí, nas romarias, e já vai esquecido e seco o suor do trabalho, já a terra, segunda mãe, está dada ao olvido!... A alma é então pujante, estrepitante, cantando alegrias, tremendo entusiasmos, rodando nas danças, soltando cantigas, rindo forte, são e alegre, numa apoteose à vida, tão farta e tão bela.

Os descendentes sucedem-se; são moças folgazãs que desafiam rapazes, são velhos e velhas, é um delírio simpático!...

E diz este:

Deus, se deu a terra ao homem,

Foi p'ra ele trabalhar;

E até deixou escrito:

Ninguém come sem suar!...

E outro:

Deus abandonou o homem,
Deixando-lhe a maldição
De trabalhar toda a vida,
Que ao contrário não há pão!...

E digam lá se este povo de Beduído não tem uma crença rija, sã, pautada por virtude e honra, afirmada em sólida realidade social!... É que a segurança na frutificação da terra em que trabalha, todas as condições físicas do meio, desenvolvem-lhe a independência e a filosofia confiada, serena e superior a temores e dúvidas!... E também não sustenta vis egoísmos, que a consciência é esclarecida e nobre e a terra é hospitaleira e farta:

Não vês que é filho de Deus
Esse homem que vai na rua?
Dá-lhe pão e agasalho,
Que a terra não é só tua!...

E sobre tudo isto uma lengalenga ingénua, mas que lhe fica bem:

Dizem as águas da fonte
Que a terra não esquece a gente;
Dizem as flores do monte
Que o sol é bom, mesmo quente;
E eu digo em meus cantares:
Homem serei, hoje e sempre!

E isto vem significar-vos que todo o seu desejo é ser sempre tal qual – trabalhador, honesto, urbano, leal e dedicado. Tem isto como determinante do seu fado, como imperiosa, inarredável finalidade de vida. Quer nunca deixar de ser homem!... Quer sempre ser homem, em toda a humanidade e firme obediência do dever! E então é vê-los em festa, ali no São Paio, por exemplo. Toda a sua alma se nos abre, todo o oiro, todo o perfume, todo o encanto. Nem preconceitos, nem moralismos de qualquer ordem. É cantar, dançar, dar enfim largas a mil desejos tão longa e austeramente contidos pelo tempo em que urgia trabalhar e ganhar dinheiro. E são então raparigas que vêm dizer:

Ó São Paio, da Torreira,
Casai-me que bem podeis,
P'ra não ter teias d'aranha
Naquilo que vós sabeis!...
E arma-se rusga e segue outro mote:
Ó mar da variedade,
Eu também já variei:
Variaram os meus olhos
Logo que aqui cheguei!

E eu não vi nem sei de povo que seja tão outro quando se toma num ambiente de festa. Folgazão, desbragado, repentista, sentencioso:

O meu pai é cantador,
Minha mãe é cantadeira;
Sou filho de cantadores
Cantarei a vida inteira!

E as festas crescem de animação, os arraiais são postos em maior agitação, há maior movimento e há mais cores, mais luzes, um jogo maior e melhor, um estonteamento de corpos, de fatos garridos e arcos de festa e foguetes e balões e frutas e doces e bandeiras e cordões de flores e o riso e o susurro!... O aturdimento nos sons, nas cores, na luz, no crepitante da alegria desmedida!... O delírio e a felicidade, a embriaguez dos corpos e das almas, no franco e generoso tributo à sensualidade humana. O homem é isto, é assim mesmo, e não serei eu a dizer que é mal!

Depois, quando a festa vai no auge, o povo lembra-se, como que acorda, e começa as despedidas:

Ó São Paio, da Torreira.
Ó milagroso santinho,
Pró ano cá voltaremos
Regar teu manto com vinho!

E regava. Inda há bem pouco tempo o povo fazia isto. Mas como foi proibido, nem sequer aquela gente crê na santidade e virtude do santinho novo, tão rosadinho, tão bem-talhado. Milagroso, só o outro, o negro, aquele que entrava num alguidar e era banhado ali, para receber a oferenda, e ao fim da festa dar vinho santificado a quem queria. O santo curava maleitas. E as maleitas... vinham da água! Natural estava que o santo fosse assim festejado. E ninguém bebia água, ninguém! Naquele arraial tudo ria, e tudo trocava as pernas. O vinho era de preceito!

Aconselhava-se mesmo o abuso. E não lhes digo nada; toda esta diversidade de alegrias e pândegas, constituía o espectáculo mais consolador e extravagante que têm visto meus olhos. Um povo bondoso, trabalhador e valente. Um povo feliz que a terra fez!... Eu creio que foi a terra!... É certo que o fez pagão; pagão no sentir, no pensar e nas expansões!... Mas, se a terra o fez assim, se Beduído faz isto, não serei eu a dizer que Beduído faz mal!

Joaquim Rodrigues da Silva – Março de 1942 in Arquivo do Distrito de Aveiro Vol.VIII

Partindo das definições de etnografia e folclore, o Concelho de Estarreja é de significativa riqueza cultural de origem tradicional. Um património que diria menos cuidado e o qual vai desaparecendo na medida em que os mais idosos vão partindo sem deixar memória ou registo das suas vivências. Percebe-se melhor esta questão quando se procura, como foi o caso para este trabalho, por registos de acontecimentos, entidades, eventos, memórias de um passado do qual não ficou memória escrita.

Património e identidade - O património material e imaterial do Concelho

Sem pretensão de listar exaustivamente este património, valerá a pena atentar em alguns aspectos mais significativos e de grande importância para a nossa identidade étnica que a localização geográfica de um território encravado entre a serra e o mar potenciou fazendo-nos marinheiros, pescadores, agricultores, pastores, almocreves, carreteiros ou comerciantes e tudo o mais a que as necessidades obrigasse. Cantámos nas festas, chorámos nas despedidas para mares longínquos, abraçámo-nos nos reencontros, obrigámos as nossas mulheres a uma viuvez precoce e eterna como nos contou Joaquim Lagoeiro.

A construção naval

Em Pardilhó e Salreu construíram-se (ainda se constroem) barcos de mar, mercantéis e moliceiros, bateiras caçadeiras e erveiras e, forma geral, todos os tipos de embarcações de fundo raso e também de quilha. Dos moliceiros, hoje o ex-libris da região e dos quais não reclamamos qualquer glória mesmo sabendo que entre 1914 e 1998, das 419 embarcações registadas na Capitania do Porto de Aveiro, 253 (60%) foram construídas nestas duas localidades. Henrique Lavoura, Henrique Ferreira da Costa, Agostinho Tavares, Agostinho Tavares da Silva, Manuel da Silva Tavares, Francisco Tavares da Silva, Henrique Ferreira da Costa, José Ferreira da Costa, Luciano Rodrigues Garrido, Manuel Maria

Rodrigues Garrido, Felisberto Amador, o “Felisberto dos Barcos” ou António da Silva Esteves são os nomes maiores de uma indústria que produziu as embarcações necessárias às actividades marítimas e lagunares. É necessário perpetuar a sua memória.

Património molinológico

E se nas águas da Ria lavrámos o pão, muito grão se moeu nas inúmeras azenhas que povoaram os estreitos rios e regatos que dos montes e serras corriam à laguna. Sucessivas gerações de moleiros calcorrearam os caminhos para o Rio Caima cujo caudal garantia nos meses de estio, a força necessária ao rodar das mós.

Bandas filarmónicas

Foram e são ainda muitas as Filarmónicas existentes, prestando um inestimável serviço à cultura musical e à formação cívica dos nossos jovens que encontram nestas instituições um modelo e o meio de estudo que a muitos possibilitou a descoberta e desempenho de uma profissão. Incontável será o número de músicos e maestros formados nas nossas bandas.

Num breve resumo e segundo José Pereira Tavares em 1942:

Banda Municipal de Estarreja — Foi fundada em 1858 pelo professor primário Agostinho António Leite, com o nome de Filarmónica Estarrejense. — Em 1890, passou a denominar-se Filarmónica União Salreu-Estarrejense, e em 1927 foi incorporada na corporação dos Bombeiros com a designação de Banda dos Bombeiros Voluntários de Estarreja.

Banda Clube Pardilhoense (vulgo «Música Velha») — Foi fundada em 4 de Novembro de 1874 com o nome de «Banda União», pelo P.e Cura António Joaquim Vigário e Matos, auxiliado pelo mestre régio P.e José Lopes Ramos; O grande maestro Badoni prestou o seu auxílio a esta banda, nos seus primeiros tempos. Foram seus regentes: Manuel de Almeida, Rodrigo António Fidalgo, José Maria Valente de Almeida, Manuel Pedro Calado, e Clemente Ferreira Amador. O actual regente é o Sr. Firmino Ferreira Amador.

Banda Nova de Pardilhó — Foi fundada em 1928 por Manuel de Matos Caixeiro, Américo Marques da Costa e António Pitarma. Apresentou-se em público, pela primeira vez e sob a regência de Manuel Caixeiro, no dia 24 de Junho de 1929, no Largo da Fonte da Samaritana, em Pardilhó.

Designou-se, primitivamente, “Banda União Pardilhoense em Capricho”. Hoje, porém, por estar ligada a uma associação recreativa, usa o nome de “Banda da Associação Musical Pardilhoense “Saavedra Guedes”, mas é mais conhecida por “Banda Nova de Pardilhó”. — Foram seus regentes, além de Manuel Caixeiro e António Pitarma, os sargentos Guedes, António Santos, Arnaldo de Almeida Vasconcelos, e Tavares. A banda chegou ao seu mais alto grau de perfeição sob a regência de Arnaldo Vasconcelos.

A Banda do Visconde de Salreu — Foi fundada em Outubro de 1925 e apresentou-se pela primeira vez em público no mês de Setembro de 1927. Foram seus fundadores os Srs. Manuel Marques, Ângelo Soares, Júlio Vidal, Miguel de Lemos, Guilherme Marques da Silva e outros. Foi constituído, de início, um curso infantil de música, sob a direcção do prof. Manuel Pedro Calado; mais tarde, formada já a banda, agregaram-se-lhe alguns elementos que haviam pertencido a outras bandas da região. — Foi seu primeiro regente o Sr. Manuel Pedro Calado, que nesse lugar se manteve até 1935. De então para cá, tem sido regente o Sr. Capitão, chefe da banda, Manuel Lourenço da Cunha, de Aveiro.

A Banda Bingre Canelense — Também conhecida por Sociedade Musical União Canelense, foi fundada em 1867 por João Lourenço Domingos da Silva, proprietário; P.e Joaquim Domingos da Silva e Manuel José Aguiar e Santos. Regentes: António Domingues de Sá e Manuel Joaquim Ribeiro de Andrade, lavradores; Manuel Máximo da Cunha, serralheiro; Manuel Pedro Calado, Delfim Emílio Matias e José Vaz Redondo



Banda Bingre Canelense no ano de 1934

José Pereira Tavares in Arquivos do Distrito de Aveiro Vol. VIII

Cantares ao desafio

Os descantes ao desafio são uma forma de expressão e genuína forma de cultura popular que não sendo exclusiva desta região vinha à baila sempre que a ocasião o proporcionava. Estes descantes eram de fama e presença obrigatória nas noitadas das festas e romarias locais. Neste campo são incontornáveis os nomes de Maria Marques de Souza, a Maria Barbuda (1869-1946), nascida em Beduído, José Maria Marques, o Marques Sardinha (1859-1941) de Avanca e Margarida Rosa da Costa, a Margarida Rei (1876-1959) nascida em Cambalhões, lugar do Ervedal, freguesia de Loureiro que depois de casada, veio viver para Avanca nos Agueiros onde nasceram e cresceram os seus seis filhos.

Repentistas de eleição os seus desafios eram lendários no início do séc. XX e a fama dos seus descendentes correu o país tendo cantado nas cidades de Lisboa e Porto. Marques Sardinha e Margarida Rei terão chegado a cantar na corte real no dizer dos filhos de Margarida.

Joaquina, Domingo pelas três horas,
Tu põe-te ó pé do poço,
E se a tua mãe perguntar,
Diz que cá ficou de vir um moço,
É José Marques Sardinha,
Fruta boa, sem caroço.

Sextilha de Marques Sardinha dirigida a Joaquina, uma das três irmãs Mingata de Contumil.

Esta relevante singularidade fruto da mais genuína cultura popular, não está representada nos nossos grupos e ranchos folclóricos e deveria estar. Espero que brevemente os nossos grupos recuperem e introduzam os descantes nas suas actuações.

Outros factos etnográficos

A indústria de tecelagem um pouco por todo o Concelho e particularmente em Pardilhó onde se instalaram muitos teares aos quais um número considerável de mulheres se prenderam desde a juventude até à velhice. Teciam-se mantas, tapetes e passadeiras com as fitas de trapo proveniente de velhas e imprestáveis roupagens. Chegou a tecer-se o fio aproveitado das roupas gastas e rotas produzindo-se um grosso “novo” tecido do qual se faziam “novas” saias.

Ainda em Pardilhó a pequena e familiar indústria de tamancos iniciada pela Maria “dos Tamancos” como é conhecida que calçou de couro e madeira grande parte dos habitantes.

A manufacturação, em Pardilhó e Avanca, de jugos, cangas lavradas e pintadas que os agricultores de Salreu queriam um palmo mais altas do que as medidas da canga vareira e assim vincarem o seu estatuto de lavradores ricos às esteiras de bunho que teve relevante significado em Veiros e Pardilhó quando estas

eram usadas em larga escala para atapetar chãos, servir de colchão ou, proteger mercadorias exportadas por via marítima para países longínquos.

Os cegos errantes que cantavam e vendiam “romances” (literatura de cordel), no mercado de Estarreja é um interessante quadro etnográfico que estando já representado num dos grupos em actividade mereceria uma maior atenção por parte de outros grupos ou e no mínimo, recriação mais frequente.

O canto a vozes (polifonias) que se ouvia nas praias do arroz, ecoando de Cacia a Pardilhó está obliterado na nossa etnografia. Dos ranchos de mulheres vergadas e enterradas nas águas lamenças que plantavam, mondavam e ceifavam aquele cereal, pouco restará para além da má memória de um trabalho de enorme dureza. Nenhum dos grupos folclóricos em actividade e até ao momento quis recriar aqueles cantares numa época em que o canto feminino a vozes está em processo de acreditação enquanto património imaterial da Humanidade.

Carolina as horas contadas

Meia noite o relógio bateu

De manhã quando o sol nasce

À noite quando o sol s'esqueceu

Popular, cantada por Alzira Resende, natural de Canelas (Estarreja), evocando a monda dos arrozais.

Os cortejos de oferendas

Estes cortejos organizados nas freguesias e para angariação de fundos em função de diferentes causas de cariz social (Misericórdias, melhoramentos nas Igrejas, construção das Residências Paroquiais, Assistência social.., etc.,) eram verdadeiras festas populares já que as localidades viviam semanas de empolgamento colectivo na concepção e produção dos seus quadros. Sendo uma prática recorrente e de âmbito nacional, foram estes cortejos a incubadora de muitos ranchos folclóricos, grupos de cantares a vozes, e outras entidades ligadas à tradição e cultura populares. Organizavam-se em diferentes quadros que rivalizavam entre si evidenciando a galhardia e brio dos habitantes da rua ou lugar que apresentava o seu quadro e respectivas oferendas. O cortejo terminava com o leilão daquelas e era também um motivo de orgulho e disputa o valor conseguido por cada grupo ou quadro. Iniciou-se a construção da sede da Banda Bingre Canelense no dia 30 de Janeiro de 1966, data da bênção da primeira pedra tendo sido inaugurada a 30 de Abril de 1967. Esta é uma prática que ainda hoje se mantém ainda que sem a grandiosidade e o empenho de outros tempos. Em Canelas, ainda se realiza anualmente um cortejo em benefício de duas instituições locais.



Canelas anos 60 - Cortejo para angariação de fundos para a construção da sede da Banda B. Canelense | Quadro Moleiros |

Novenas

A S. Gonçalo no Bunheiro, casamenteiro das velhas em Amarante, padroeiro dos violeiros em Braga e aqui milagreiro a quem as jovens prometiam penicos de aletria e outras doçuras cuja descrição seria aqui um tanto imprópria, caso ele fizesse desaparecer os cravos (verrugas) da pele.

Da nossa herança cultural, várias actividades, profissões, festejos, modos de vida, estão ainda presentes nos nossos usos e costumes e destes, alguns ainda em actividade como é o caso da construção naval, da pesca na ria ou no mar, da molinagem à manufacturação de esteiras de cangas (jugos), estes últimos a caminho do esquecimento, dos festejos aos Oragos que o povo menos crente mas temeroso, vai mantendo.

Outras práticas ainda vivas na nossa memória colectiva como a ida à romaria a S. Paio da Torreira e

o consequente S. Paio dos “ogados” festejado na volta dos romeiros por aqueles que não tendo ido, os iam esperar aos desembarcadouros e aí com eles também festejavam a maior das romarias marinhas. As novenas à Senhora do Socorro em Albergaria-a-Velha ou a S. Gonçalo em Veiros, todo um mundo de oportunidades para enriquecer as temáticas folcloristas e preservar a sua memória.

Instituições dedicadas à representação folclórica

É curta a lista das entidades em actividade que se dedicam à recolha, preservação e recriação da nossa cultura popular e/ou tradicional. Contam-se neste ano de 2022 sete, todas de formação recente em termos históricos e que como as demais dispersas no país, anunciam como sua missão, a de pesquisar, salvaguardar, proteger, recriar e divulgar a cultura tradicional local.

O mais antigo destes grupos, o Rancho Folclórico Tricaninhas do Antuã completa no ano em curso quarenta anos de existência, uma jovem instituição quando comparado ao mais antigo grupo ainda em actividade, As Cantarinhas de Buarcos cuja data de fundação remonta a 1907. É ainda assim no concelho, um prodígio de longevidade como se constata no quadro seguinte:

Entidade	Fundação	Actividade
Rancho Folclórico As Tricaninhas do Antuã	1982	Canto e dança
Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Avanca	1984	Canto e dança
Grupo Etnográfico Danças d'Aldeia	1997	Canto e dança
Rancho Folclórico As Tricaninhas de S. Miguel de Fermelã	2000	Canto e dança
Grupo Folclórico e Etnográfico de Veiros	2000	Canto e dança
ACRAP- Associação Cultural e Recreativa dos Amigos das Povoas	2008	Jogos e brinquedos Tradicionais
ARCAL – Associação Recreativa e Cultural de Água-Levada	2018	Jogos e brinquedos Tradicionais

Destes, e após o interregno das actividades por um período de dois anos devido à pandemia provocada pelo vírus Covid-19, decorre que pelo menos dois dos grupos supra listados estarão com dificuldades em assegurar a sua continuidade.

Aparentemente estes nossos grupos em actividade nasceram da exclusiva vontade dos seus fundadores, frequentemente motivados e aproveitando a realização de cortejos ou marchas populares e sem que tenha ocorrido qualquer facto extraordinário como o acontecido na década de trinta do século passado quando o Estado Novo quis celebrar as virtudes do povo português e da sua arte pura e genuína, período durante o qual se assistiu ao nascimento de inúmeros ranchos e grupos dedicados à representação folclórica. Creio poder afirmar que Estarreja não tem o culto do passado que encontramos no Minho onde as tradições são intensamente vividas e a sua representação permanentemente celebrada. A própria alma popular, alegre e contagiativa que rodopia nas voltas de um vira, é aqui circunspecta e comedida.

No país, o número de entidades ligadas ao folclore é quase incontável estimando-se em cerca duas mil, em boa parte criadas a partir da já citada década de trinta do século passado, um período de incubação a que e dado que a instituição local mais antiga reporta a 1982, se poderá perguntar o que terá acontecido no nosso concelho. Terá escapado ao fenómeno do renascimento folclórico? E se não, que grupos terão existido, que tradições representaram e o que recriaram? Como validaram as suas recolhas quanto às modas cantadas e dançadas, aos trajes que envergaram? Que etnografia, personagens e actividades integraram nas suas representações?

Em tempos encontrei no Arquivo Nacional da Torre do Tombo uma fotografia de um grupo folclórico com a seguinte legenda: “O Rancho das Varinas de Estarreja, que vai exibir-se no Parque Eduardo VII durante as festas da semana dos Inválidos do Comércio.” Está datada de 11/06/1933. Numa alargada

inquirição local e consultas a nível nacional, não se encontraram quaisquer outras referências, ideia ou memória daquele Rancho. A sua existência terá sido um caso isolado? Será que Estarreja não se integrou no renascimento e afirmação nacionalista corporizado na construção de uma identidade nacional assente nos conceitos estructurantes de Deus, Pátria e Família sob a tutela de um chefe, valores que o Estado Novo considerava factores agregadores de uma superioridade estética e moral da qual emergia o orgulho nacionalista? A memória do Rancho das Varinas de Estarreja parece indicar que também o nosso concelho terá concorrido e contribuído àquele movimento renascentista dos valores morais nacionais.

O Rancho das Varinas de Estarreja, que vai exibir-se no Parque Eduardo VII durante as festas da semana dos Inválidos do Comércio:

É uma imagem bela e nostálgica de um grupo de pessoas das quais se perdeu a identidade e a memória. O local será a entrada do Pavilhão dos Desportos no parque Eduardo VII em Lisboa, actual Pavilhão Carlos Lopes, onde e nesse ano de 1933 se realizariam as anunciatas festas.



Analizando a imagem, no traje e com o qual nos identificamos, destoam os aventais brancos, muito diferentes dos então aqui usados, sempre escuros e feitos de tecidos mais grosseiros para cumprimento da sua função protectora das saias. Também os rostos bem cuidados não se coadunam com as peles crestadas do sol e da salinidade, pela proximidade ao mar, sempre presente na nossa atmosfera. Estes rostos estão muito cuidados cabelos cortados à moda (à la garçonne) e pelo menos uma das senhoras na primeira fila parece usar batom. O chapéu da menina em primeiro plano parece-nos estranho dado o enfeite que o encima, mas, não seria único dado que noutra fotografia da época tirada no Hospital Visconde de Salreu, pode ver-se cinco senhoras usando o mesmo enfeite. Face à inexistência de outra informação, poderemos inferir que se trataria de um rancho formado em Lisboa por conterrâneos para lá emigrados, mas, é pura especulação.

A década de (1930-1940) terá sido pródiga na fundação de grupos regionalistas que no alvoroço do frémito nacionalista se organizaram no sentido de uma representação etno-folclórica e dos valores culturais regionais, tendo resultado numa trapalhada de tradições inventadas para o efeito de baixa

representatividade popular mas que e ainda assim teve o condão de despertar a nação para a história vivida e não escrita das comunidades dispersas e isoladas que viviam então segundo modelos e práticas apreendidas e continuadas geracionalmente. Por uma questão de total compreensão do que foi e do que deve ser a representação folclórica convém analisar os factores conducentes à folclorização do país. Estes foram eminentemente políticos, resultado de um regime que mantinha o país cristalizado, pobre e estagnado, intacto numa certa forma de viver onde imperavam o isolamento e o analfabetismo.

O Contexto social - Fátima, futebol, Fado e Folclore

“Com a criação do SPN (Secretariado de Propaganda Nacional, mais tarde Secretariado Nacional de Informação — SNI), logo em 1933, o Estado Novo dá um impulso decisivo à sua política folclorista. Tendo como director o jornalista e escritor António Ferro, o secretariado promoveu uma série de iniciativas na área da “etnografia e folclore”: organizou exposições em Portugal e no estrangeiro, lançou edições várias, patrocinou espectáculos e concursos. Tratou-se de uma política eminentemente esteticizante, que privilegiou aquilo a que se chamava a arte popular. Encenou-a em palcos de várias natureza e, até, em conferências, propondo-a, também, como motivo inspirador das artes plásticas eruditas, das artes decorativas, do bailado e da indústria turística. Apesar da importância de outras instituições, como a Junta Central das Casas do Povo (JCCP) ou a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), na promoção de práticas e discursos etnográficos no contexto do Estado Novo, o SPN/SNI terá sido o organismo que ocupou o lugar central na produção de uma imagem da cultura popular no seio do mesmo regime.”

Vera Marques Alves - O SNI e os ranchos folclóricos

De facto, António Ferro concebeu e pôs em marcha todo um programa estético marcadamente nacionalista assente e tendo como principal sujeito o povo enquanto fonte da arte mais pura e verdadeira - a política do espírito, assim se designou. É durante esta década que se produz a folclorização do país, período durante o qual, pode dizer-se, nasceu um grupo folclórico por debaixo de cada pedra levantada, fizeram-se as primeiras recolhas da música popular e se produziu o famoso concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal período este que culminaria com a Exposição do Mundo Português realizada em Lisboa entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940. O pretexto seria a celebração da fundação da nacionalidade (1140) e também a da restauração da independência (1640). Na verdade, o regime afirmava ao mundo o seu império enquanto celebrava o Estado Novo. Foi de qualquer forma um evento marcante e o maior acontecimento político-cultural do regime configurando-se na maior exposição até então realizada em Portugal.

Mas a visão de António Ferro sobre a arte e a sua pureza era académica, mundana e influenciada por um grupo próximo de amigos de entre os quais Fernando Pessoa, Mário Sá-Carneiro, Almada Negreiros, Santa-Rita Pintor, Amadeo de Souza-Cardoso, José Pacheco entre muitos outros que partilhavam das novas tendências modernistas ou vanguardistas pelo que fazer de um povo cristalizado no tempo, analfabeto e rude, um ideal de arte, deveria admitir e até pressupor uma romantização em larga escala. Foi o que aconteceu. Ainda hoje os grupos folclóricos levam para o palco factos criados para o efeito de duvidosa prática num passado que supostamente representam. Logo em 1955, em termos bastante duros o director da Casa de Portugal em Londres escreve ao SNI, criticando os modos dos membros do Rancho do Douro Litoral durante a sua participação num festival organizado no País de Gales em 1955.

O grupo do Douro Litoral que accidentalmente vi na estação de caminho de ferro de Paddington (Londres), esperando ligação para Llangollen, apresentava um aspecto deplorável. Os homens desgrenhados com a barba por fazer, com fatos-macacos de ganga sujos e remendados e bonés de palha à Jockey, e as raparigas também de aspecto porco, com os cabelos meio oxigenados e muito mal vestidas. Na sua maioria sentados no chão da gare, rodeados de garrafas velhas,

tintos de vinho, e de outros embrulhos sujos sem graça, os componentes do grupo ofereciam um aspecto vergonhoso.

Transcrição apresentada no ofício n.º 243-3.a sec., de 24 de Fevereiro de 1956. O SNI e os ranchos folclóricos - Vera Marques Alves

Ou seja, a pretendida imagem de um povo moralmente superior, crente na fé e nos seus líderes, de uma pobreza limpa e honrada, austero na sua conduta, em pouco corresponderia à realidade.

Num outro ofício o n.º 604-E, de 29 de Abril de 1944, o SNI comunica ao Grupo Folclórico Dr. Gonçalo Sampaio o seguinte:

(...) são pouquíssimos, mesmo raros, os ranchos ou grupos regionais que merecem confiança a este secretariado para uma representação portuguesa em qualquer parte, muito menos fora de fronteiras.

A grande maioria pelos trajes que usam, danças e cantares que exibem, não passam de fantasias de mau gosto, com deturpações horríveis e absolutamente influenciadas pelas revistas e teatros populares de Lisboa.

O SNI e os ranchos folclóricos - Vera Marques Alves

Setenta e oito anos depois e apesar dos esforços das colectividades, associações e federações, de um reconhecido avanço nos estudos antropológicos, do desejo de representar o mais realística e honestamente possível o passado, as preocupações expressas no ofício 604, continuam actuais.

O Trajar popular em Estarreja

A cultura regional contém uma simbólica participada de que os indivíduos se revestem e paramentam para aderir e se dissolverem na comunidade. Há formas de vestir especiais e, muito especialmente, há formas de parecer de festa e de trabalho. Significam uma forma material de acentuar e exprimir o ritual do quotidiano e o ritual em que toda a comunidade se faz engalanar e se ornamenta em dias eleitos pela mesma comunidade. Acontece assim, por exemplo, com o traje da mordoma do Minho e com a capa de honras de Miranda, que são emblemas culturais da região porque representativos de uma herança cultural. O traje do pastor da Serra da Estrela ou dos pescadores da Póvoa de Varzim são, na mesma ordem de ideias, a assunção da função para que foram imaginados, o pastoreio e a pesca.

(...) estas formas de vestir não são sempre populares, no sentido de serem usadas pelas camadas mais baixas da população. Parece, portanto, que a classificação de regional é a mais adequada, pois olha o traje como um dos elementos que compõem uma cultura ligada a um espaço e que reflecte uma mentalidade e uma tradição.

O traje regional Português e o folclore – Madalena Braz Teixeira

É interessante a abordagem de Madalena Teixeira quanto ao traje e a função para o qual este é concebido tanto mais que o liga directamente a uma mentalidade e uma tradição. Mas, e no concelho, não há memória de um trajar específico, de festa ou de trabalho, nenhuma capa, como a mirandesa de honras, nenhum vestir que nos distinga de outras comunidades, nenhuma peça específica. Pela proximidade às águas da laguna e do mar, os homens que se dedicavam à pesca poderiam ter usado os "trozes" ou ceroulas curtas, como os de Ovar, Murtosa ou Ilhavo, mas não. As ceroulas compridas eram usadas tanto nos trabalhos ribeirinhos como nos do monte. Arregançavam as ceroulas e estavam vestidos e prontos.

E, neste contexto, como seria afinal o vestuário popular no Concelho de Estarreja nos finais do século XIX, início do século XX? Que passado, que tradição representaram antigos grupos ou mesmo os actuais? Quais as fontes que poderão autenticar os cantares, as danças, os trajes ou, as recriações etnográficas?

Já no final da década de quarenta do séc. XX Rocha Madahil alertava para a simplicidade do trajar na Beira Litoral:

Não pode a Beira Litoral apresentar trajes tão característicos como os do Minho, os de Miranda do Douro, os do

campino do Alentejo; mas na sua maior simplicidade em relação àqueles, sempre os seus vestuários foram fixados pelos observadores estrangeiros que nos visitaram e da sua passagem por Portugal deixaram relato impresso, animando com o pitorescoalguns aspectos e a descrição de costumes locais nas páginas de muitos dos seus livros de viagens. Coimbra aparece quase sempre; Aveiro e Leiria, por vezes; povoações menores, como Foz de Arouce, Ilhavo, Murtosa, Ovar, dão igualmente o seu precioso contributo iconográfico.

Rocha Madahil – Arquivo do Distrito de Aveiro (1938 a 1941) - Alguns Aspectos do Trajo Popular da Beira Litoral

À excepção de Maria Lamas no seu livro Mulheres do Meu País, não identifiquei autor que referisse em concreto uma forma de trajar específica do Concelho de Estarreja. Nada que aqui se tenha criado e popularizado, nem sequer uma moda próprio no usar de um lenço ou um chapéu e mesmo o testemunho de Maria Lamas já se apresenta demasiado tardio para servir de referência a uma época representativa que se deverá enquadrar até aos anos trinta do séc. XX. Poderemos inferir e dado a não existência documental de melhores ou outros testemunhos, aceitar que não seria muito diferente do apresentado na imagem ao lado inserida, cuja datação andará entre os referidos anos trinta ou quarenta. Saias pelo tornozelo, blusas e aventais simples, xailes e pés descalços. Invariavelmente lenço e o chapéu vareiro cobrem a cabeça. O isolamento e a distância terão impedido que saias, blusas, calças e camisas sofressem grandes alterações. Mesmo com a chegada do comboio em finais do séc. XIX, pouca coisa mudaria numa comunidade fechada e ocupada nos trabalhos agrícolas e actividades piscatórias. Em 1950, ainda o trajar era pobre e de grande simplicidade. Os camponeses vestiam-se de panos fracos e rotos, ceroulas de fioco ou riscado, chitas, cotim e fraco algodão. Indispensável era o xaile nas mulheres e o gabão nos homens. Guardariam o melhor para as grandes ocasiões, as festas, saídas além freguesias, a missa dominical e também para o último acto da vida., a morte. Aos Domingos vestiam as raparigas os seus brios, algumas ostentando arrecadas e cordão, luxos sofridamente suados nas terras de lavoura, nas praias do arroz, ou na economia doméstica. O gabão de burel foi peça de vestuário masculino por aqui muito usada, particularmente em saídas nocturnas fossem estas de trabalho, festa ou outras.

Falamos do traje popular, do vestir do povo, excluindo o de qualquer outra classe social cujo estatuto e poder económico permitiam e obrigavam a outras formas de vestir mais luxuosas.

O gabão constitui uma das mais interessantes formas de abafô masculino e resulta de uma simbiose entre os trajes medievais monástico, eventualmente franciscano, e civil. Foi usado no litoral, desde Aveiro ao Algarve, com especial incidência nas áreas da laguna da Ria e em todas as povoações limítrofes, Ilhavo, Ovar, Murtosa, Espinho até Águeda. Idêntico uso teve no Tejo, através dos pescadores que desciam até ao grande rio do Sul para trabalhar na faina do peixe, e, por essa razão, se chamavam varinos. Varino foi também um nome da embarcação manufacturada por estes "emigrantes".

O traje regional Português e o folclore – Madalena Braz Teixeira

Os escritos de António Gomes da Rocha Madahil – *Alguns Aspectos do Trajo Popular da Beira Litoral* – publicados em diferentes volumes do Arquivo Distrital de Aveiro entre os anos de 1938 a 1941 são um bom guia para a compreensão do trajar na Beira Litoral repleto de referências e imagens de toda a região circundante de Estarreja a qual nunca é referida contrariamente a Ovar, Ilhavo ou Aveiro, e uma



preciosa fonte para um enquadramento temporal do trajar distrital uma vez que o Concelho nunca teve um trajar próprio, característico ou específico antes se vestiu simplesmente e ao jeito dos seus vizinhos.

Em 1948, Maria Lamas no seu livro *Mulheres do Meu País*, descreve o traje feminino da região:

O trajado feminino perdeu quase totalmente, aqui, tal como noutras pontas, o que tinha de típico. As mulheres do campo, vestem-se de forma incaracterística: a moda antiga foi posta quase inteiramente de parte. Essa moda era assim, em Estarreja e noutras Concelhos do distrito de Aveiro: saia muito rodada de pano escuro, ajustada nas ancas pela cinta de lã preta: chambre (espécie de blusa) de cor clara, com muitos folhos; lenço de cachiné, enramado, de tons vivos; chinelinha de verniz, espontada a retrôs; não usavam meias. O xaile fazia parte do vestuário, mesmo que não fosse utilizado. Punham-no no braço, ou à cabeça, dobrado. Grande profusão de ouro – arracadas, cordões, crucifixos e corações de filigrana – era a maior ambição de todas. O chapelinho de veludo preto, enfeitado com penas de pavão, plumas e contas doiradas, dava às mulheres uma graça especial e uma silhueta inconfundível. É precisamente o chapéu que algumas camponesas persistem usar, porque gostam ou porque lhes facilita o transporte de carregos à cabeça.

As moleiras de Canelas, Salreu e outras constituem uma exceção, pois mantêm inalteráveis as características do trajado tradicional. Mas, na generalidade, as preocupações das camponesas, em especial as jovens, é imitar a maneira de vestir das raparigas da cidade.

Também Maria Lamas comete o pecado de romantizar o trajar das mulheres de Estarreja enquanto não faz qualquer referência ao dos homens. Talvez aos Domingos, algumas poucas tivessem calçado chinelinhas de verniz e usado as saias muito rodadas e cintadas, mas, a profusão de peças de ouro é pura divagação, assim como chapéus de veludo pois que os usados, eram de feltro. No dia a dia as mulheres do povo andavam descalço, quanto muito, em tempos frios, rudes tamancos de sola de madeira, acrescentados de ferradura de borracha ou mesmo ferro que o diga a Maria dos “Tamancos”, que com doze anos e na sequência de uma tragédia familiar, iniciou uma indústria caseira daquele calçado que até moças em dia de casamento usaram. As fotografias que a autora junta aos seus textos prova o delírio discursivo.

É certo que por esta época e com o regresso dos emigrantes, já se exibe algum luxo no trajar em dias de festa ou mercado, mas as mulheres que Maria Lamas viu e fotografou, Salroeiras e Canelenses, estavam descalças, modestamente vestidas e sem ornamentações.

O que se Cantava e Dançava

Acima ó pandeiro roto
Ó homem da manta rasgada
Quem tem a mulher bonita
Ai leva a vida regalada

Popular In Repertório do Rancho Folclórico S. Pedro da Beira – Ria

Classifica-se de popular o que emana do povo, o que não tem autor conhecido, o que passado de geração em geração foi transmitido pela oralidade. Sem registo ou notação, as músicas populares, forçosamente, acabam por perder-se. O que se cantaria ou dançaria por cá no início do século XX? A questão poderá ser interessante, mas a resposta dificilmente será definitiva o que complica o preenchimento de um dos critérios na filiação junto da FFP já que esta determina que as músicas e danças sejam próprias da região representada.

Tal como por todo o país, também aqui o povo sempre cantou e dançou mas as referências deixadas concretamente a Estarreja são muito poucas. Alargando o critério e aceitando que a música não está sujeita a fronteiras e facilmente se transmite em festas e romarias ou qualquer lugar onde o povo se junta, poderá aceitar-se que as modas cantadas na Beira Litoral poderiam chegar à região de Estarreja.

Tomaz Ribas (1918 - 1999) fala-nos da complexidade coreográfica da Beira Litoral:

Pela sua extensão e diversidade de modos de vida das suas populações as quais apresentam vários mas diferentes características: serranas, piscatórias, influência burguesa de Coimbra, pastoris, simultaneamente rurais e marítimas a Beira Litoral é, do ponto de vista coreográfico, uma província muito complexa e variada recebendo as suas danças influências de áreas e regiões etnográficas das províncias e concelhos limítrofes. Principais danças: a Farrapeirinha, a Farrapeira, o Regadinho, a Ramaldeira, a Ribaldeira, a Tirana, o Estalado, o Lambão, o Real das Canas, o Vira Valseado (Moldes, Arouca), o Vira de Cruz (Moldes-Arouca), a Cana Verde de Oito (Moldes-Arouca), o Malhão, a Tirana, a Ciranda, a Carrasquinha, a Cana Verde, a Moda Nova, o Senhor de Pedra, o Verde Gaio, o Vira adaptado.

Tomaz Ribas, Breve, 69, ICIP, 1982

Laudelino Melo deixou-nos nos Arquivos do Distrito de Aveiro um “retrato” das nossas romarias e do povo que às mesmas acorria:

Nas romarias, sempre muita gente. Tocavam violas e harmónicas. Havia homens com «borrachas» e com grandes chifres, cheios de vinho, a tiracolo. Havia descantes e desafios versejados, entre homem e mulher.

As cachopas bailaricavam, meneando muito os quadris, a esturricular (estralar) os dedos no ar ou agarradas aos conversados, as saias cintadas com cintas pretas e de cores...

Andavam suarentas, faces coradas, os cabelos negros em desalinho sensual, os olhos em volúpia... E daí a pouco (ai meninos!) havia marmeleiros no ar e cabeças rachadas, que o amor é belo e o vinho é bom, graças a Baco e Cupido, dois velhos deuses amigos.

Laudelino de Miranda Melo – Arquivo do Distrito de Aveiro Vol. IX, pp. 280-282.

As recolhas de Armando Leça (1939/1940)

Entre 1939 e 1940, Armando Leça realizou o primeiro levantamento músico-popular feito em Portugal através do registo mecânico de som, tendo sido convidado em 1939 para efectuar uma recolha nacional de cantares e danças populares, pela Comissão Executiva dos Centenários, que o Estado Novo nomeara para celebrar o oitavo centenário da Nacionalidade e o terceiro da Restauração. O objectivo era organizar uma compilação das mais características e genuínas músicas e canções populares existentes em todas as províncias do continente português, empresa a que Armando Leça meteu ombros com entusiasmo e veio a realizar em tempo bastante curto. No prazo de escassos meses, entre Novembro de 1939 e Abril de 1940, percorreu, gravando grupos de populares, as seguintes províncias e regiões: 1ª fase, de 3/11/1939 a 18/11/1939, - Algarve, Baixo Alentejo e Alto Alentejo; 2ª fase, de 27/11/1939 a 22/11/1939 - Ribatejo, Beira Baixa, Beira Transmontana, Alto Douro e Beira Litoral; 3ª fase, de 26/2/40 a 8/4/40 - Beira Litoral, Beira Alta, Trás-os-Montes, Minho, Douro Litoral, Terras de Basto e novamente Beira Litoral.

In José Alberto Sardinha, Investigador na área da Música Tradicional – Armando Leça e o primeiro levantamento Músico-Popular realizado em Portugal

Armando Leça também gravou no Distrito de Aveiro poucos anos depois de encontrarmos a primeira referência a um Rancho Folclórico de Estarreja (1933) e bem antes da formação de praticamente todos os Ranchos ou Grupos actuais e em actividade. Em Estarreja e no ano de 1939, Armando Leça gravou as quatro modas seguintes:

ESTARREJA

Vilão - harmónio, cordofones com destaque para cavaquinho, (violino?), ferrinhos e bombo; cantador e cantadeira.

Moda nova - idem.

Vira marcado - mesmo instrumental, com a parte vocal só a cargo de uma cantadeira.

Real das canas - mesmo instrumental, cantador e cantadeira.

O Grupo gravado foi o Rancho Regional de Estarreja, criado em 1938.

Considerando o Distrito de Aveiro cujos cantares e danças, pela proximidade, se poderiam transmitir a Estarreja.

VILA DA FEIRA

Vira rasgado - concertina, cordas (com destaque para cavaquinho), bombo e castanholas; cantadeira e cantador.

Pastorinha - mesmo instrumental acompanhando apenas uma voz feminina; só o refrão refere a pastorinha, nos seguintes termos: "Donde vens, ó pastorinha/Donde vens, linda pastora?".

Tirana - mesmo instrumental acompanhando cantadeira e cantador.

ESMORIZ, OVAR

Senhora da Hora - coral misto polifônico, a três vozes.

O meu amor (Meu amor quem te disse) - idem,

Ó Rosa - idem.

Pião dançar - coral misto, começando a desdobrar-se em três vozes na repetição; dança.

Debaixo da ponte - coral misto a vozes; dança de roda (?).

Videirinha - coral misto.

Lambão - cordofones e harmônio; coro feminino a duas vozes.

Rusga - harmônio e instrumentos de corda, com destaque para cavaquinho; cantadeira e cantador, ao desafio.

OVAR

Vai, marinheiro - coro feminino, com resposta de coro misto no refrão.

Marujinho, bate o pé - idem,

Olha para a água - coro masculino, com resposta de coro feminino, e coro misto no refrão.

Recos Patanecos - coro feminino, com resposta de coro masculino, e coro misto no refrão.

Ai lé, ai lé - coro feminino e coro masculino; dança de roda.

Vira - cordofones e harmônio; voz masculina em solo e mandador.

Tirana - mesmo instrumental; cantador e cantadeira, também com mandador.

Verde gaio - idem.

BOM SUCESSO, AVEIRO

Meia volta ao lado/Que rico par - começa coro feminino, entrando os homens no refrão; dança de roda.

Desafio - cantador e cantadeira, acompanhados por harmônio e cordofones.

Verde gaio - idem.

Almas Santas - coro masculino monódico, com toque de campainhas no início, no meio e no final.

Vira instrumental - harmônio e cordofones.

José Alberto Sardinha, Investigador na área da Música Tradicional – Armando Leça e o primeiro levantamento Músico-Popular realizado em Portugal

Definitivamente, Estarreja não escapou à fúria da representação folclórica encontrando-se várias referências a ranchos ou grupos folclóricos de Estarreja, na forma de pequenas notícias ou notas de imprensa, que para além da existência dos referidos grupos, nada mais revelam sobre os mesmos. No Jornal O Século, no Diário de Lisboa, na Revista Ilustração e nos anos de 1933, 1934, 1936, 1939, 1940 e 1943, encontram-se breves referências a actuações em Lisboa de um Rancho de Estarreja.

Os locais e ocasiões das actuações não deixam de ser intrigantes. A 11/6/1933, o Rancho das Varinas de Estarreja exibia-se nas festas da semana dos Inválidos do Comércio.

A 12/6/1934 o Rancho de Estarreja apresenta-se nos terraços do Casino Estoril.

Em 1936 o Rancho de Estarreja exibia-se na Festa do Ardina.

A 23/4/1939 o Rancho Regional de Estarreja participava no Cortejo Folclórico de Aveiro

Em 1940 o Rancho Regional de Estarreja desfila na Exposição do Mundo Português

A 20/07/43 o Rancho de Estarreja actuava na Feira Popular de Lisboa.

Não foi encontrada informação substantiva sobre este Rancho de Estarreja que actuou em Lisboa nos anos de 1934, 1936 e 1943. A partir de 1939 a designação de Rancho Regional de Estarreja refere-se a um grupo então criado na esfera da própria Câmara Municipal.

Uma pequena notícia publicada na Revista Ilustração N° 205/1934 mostra uma fotografia referindo que o Rancho de Estarreja actuou na inauguração do dancing ao ar livre nos terraços do Casino Estoril. Os componentes poderão eventualmente serem os mesmos da fotografia de 1933, do Rancho das Varinas de Estarreja sendo que e nesse caso o adj., Varinas, teria sido abandonado.



Uma linda tarde no Estoril

Abertura do «dancing» nos terraços do Casino, chá de gala e exibições regionais

Os terraços do Casino Estoril têm o seu primeiro baile da temporada na tarde de 12 do corrente, véspera de Santo António, estando também marcada para o programa desse dia a apresentação do notável Rancho de Estarreja, em suas danças, marcas e cantares, rancho esse que é um dos mais famosos da sua região. No Casino há chá de gala. Uma linda festa é um belo ensejo para os forasteiros das festas da cidade visitarem e admirarem os Estoril.

Encontrámos ainda uma outra referência ao Rancho de Estarreja que actuou em 1936 em Lisboa na festa dos vendedores de jornais na revista Ilustração n° 248 de Abril de 1936. Desta notícia creio podermos inferir que o Rancho de Estarreja teria sido formado no seio dos vendedores de jornais, classe então populosa na cidade e que aquela organização apresentava como o seu Rancho de Estarreja. A classe dos ardinas era então numerosa dado que os jornais faziam duas edições diárias, uma pela manhã e outra pelo fim da tarde e teriam de ser vendidos no mais curto prazo de tempo, antes que saísse a próxima edição. Jornais e revistas eram apregoados nas ruas desde o amanhecer ao anoitecer.

Estes Ranchos, o das Varinas e o de Estarreja, dos quais localmente não conseguimos qualquer memória, e que actuaram, sempre em Lisboa, em ocasiões e eventos socialmente relevantes, não existiria em Estarreja e se deslocaria anualmente a Lisboa para tais actuações sem deixar rastro e pelo menos sem que os jornais locais de tal dessem nota o que sustenta a ideia de que este ou estes ranchos, teriam sido formados em Lisboa por pessoas oriundas deste Concelho de Estarreja.

A Festa dos Vendedores de Jornais de Lisboa



No Coliseu dos Recreios realizou-se no dia 5 deste mês, com invulgar concorrência de espectadores, o festival a favor da Caixa de Solidariedade dos Vendedores de Jornais. Representou-se a revista "Última Maravilha" e exibiram-se números de Variedades que obtiveram extraordinário êxito. Os Vendedores exibiram o seu rancho de Estarreja que foi muito aplaudido"

Revista Ilustração N° 205/1934

O Rancho Regional de Estarreja

Para apresentação e caracterização deste rancho, transcrevo um texto do nosso conterrâneo e dedicado investigador António Augusto Silva.

Admitimos que a existência deste Grupo Folclórico está inteiramente ligado à Exposição do Mundo Português de 1940, que celebrava o duplo centenário da Fundação e da Restauração de Portugal (1140 e 1640), a qual foi uma clara manifestação afirmação do Estado Novo e que serviu, além disso, para reformar e revitalizar uma faixa ribeirinha de Lisboa. Em Março de 1938 é apresentada a ideia e o programa do que iria acontecer entre Junho e Dezembro de 1940 - com algumas actividades em todo o país mas com especial enfase na Capital, onde tudo se concentrava.



E como podemos ligar esta Exposição à fundação do Rancho? Ora, na Câmara Municipal de Estarreja, o Sr. João Carlos Assis Pereira de Melo - filho ilustre de Veiros - era chefe da Secretaria desde 1925, mas tendo entrado nesses serviços em 1910, pelo que tudo passaria pelas suas mãos. E por isso as circulares/orientações do Governo sobre o interesse da Exposição não lhe seriam alheias e daí a ideia de criar um Rancho que, tendo o nome de Estarreja, poderia representar todo o Concelho nas comemorações. E assim tornava-se mais fácil convencer o Executivo da Câmara municipal a custear as despesas. Escolheu na sua terra os elementos que achava necessários para esse objectivo; de Estarreja trouxe o músico Luís Calado, filho do distinto maestro Pedro Calado, para a direcção musical. A sua casa de Veiros foi o local de ensaio. Por algumas notícias lidas na Imprensa somos levados a admitir que o nome oficial seria Grupo Folclórico de Estarreja, ou até Rancho Regional de Estarreja, mas era de Veiros a sua essência, humana e musical ..., e daí o nome Rancho Folclórico de Veiros.

Na fotografia, o Rancho Regional de Estarreja na Exposição do Mundo Português – Lisboa 1940

Não conhecemos a verdadeira data de constituição do agrupamento, mas a primeira notícia a que temos acesso é da sua participação no Cortejo Folclórico, Etnográfico e do Trabalho de Aveiro, que teve lugar a 23 de Abril de 1939, no decurso da Feira de Março. Todos os jornais regionais, e até alguns Nacionais de nomeada, fizeram boas referências a este desfile e em particular ao Grupo de Estarreja, que tendo perto de 100 componentes, assentava em parte no Grupo de Veiros. A própria Câmara Municipal, em reunião de 17/4/1939 encarregou o seu Chefe de secretaria (João Carlos Assis Pereira de Melo) a organizar a ida a Aveiro. O tema que este grupo apresentou e desenvolveu foi "Estarreja Terra de Pão", e para além dos integrantes do Rancho havia ainda um carro alegórico à lavoura, vindo de Salreu em que se recriava uma casa de lavrador à antiga Portuguesa e as actividades agrícolas inerentes; nesta coreografia colaborou activamente Júlio Marques Figueira Vidal, de Salreu, também ele funcionário da CME.

Outro momento importante do Rancho foi a gravação de músicas suas feitas pelo ilustre musicólogo Armando Leça que, no âmbito das diversas vertentes da Exposição, foi incumbido de um levantamento musical nacional, intitulado "Recolha Folclórica", que o levou a gravar em todo o país mais de 400 registos sonoros que felizmente não se perderam. A gravação do nosso grupo de Estarreja teve lugar no dia 3 de Março de 1940, nos jardins do Hospital Visconde de Salreu, e foi noticiada pelo "Jornal de Estarreja" na sua edição de 7 de Março, e onde para a posteridade ficaram registados os 4 temas

escolhidos: Moda Nova, Real das Canas, Vira Marcado e Viloa, que a Emissora Nacional preservou e graças a um recente trabalho académico poderá estar brevemente à disposição de todos os amantes do Folclore.

Neste dia (e pela leitura do mesmo jornal) ficamos a saber o nome dos 34 integrantes, que podemos considerar "fundadores" do Rancho:

Tocadores: Henrique Fernandes da Fonseca, Alípio Henriques, Lauro Fernandes da Fonseca, João Valentim dos Santos, Alfredo Nunes, Lino da Silva Homem, Júlio Correia, António Augusto Ruela.

Dançadores: Celeste Ferreira Pinto da Fonseca, Ilda da Fonseca Vaz Pereira, Silvina Marques, Ana Ferreira, Emilia Ferreira, Leopoldina Garganta, Ermelinda Henriques, Rosa Teixeira, Albina Traqueia, Albina Marques, Amélia Santeira, Maria Emilia de Oliveira, Manuel Vaz, António Germano da Silva Homem, José Carvalho, Júlio Fernandes da Fonseca, Manuel Teixeira, Joaquim Lázaro, José Carlos Ferreira Pinto, Raúl Ferreira Pinto, Reinaldo Pereira.

António Augusto Silva

A real designação deste grupo folclórico só a conseguimos apurar num ofício do Ministério da Educação dirigido à Câmara Municipal de Estarreja (Of. 892 de 31/12/1942), no qual aquele ministério informa não ter competências para atender a um pedido de vistoria à instalação eléctrica da casa de ensaios do referido Rancho, um pequeno barracão ou armazém sito em Veiros. Igualmente encontrámos uma nota de despesas com aquele Rancho Regional de uma deslocação a Aveiro no ano de 1938, ficando assim esclarecido o ano da sua fundação (1938) bem como a sua designação, Rancho Regional de Estarreja.

Este mesmo grupo é recorrentemente referido como Rancho Folclórico de Veiros, sendo apresentadas imagens e apontadas as datas da sua existência entre os anos de 1940 a 1947. Há aqui uma apropriação, que se comprehende, por parte daquela freguesia dado os componentes serem da mesma natureza, bem como o seu fundador, mas, a designação de Rancho Folclórico de Veiros é abusiva pois não há qualquer prova de que tenha de facto existido. Também o período de existência estará incorrecto já que foi fundado em 1938 e a sua dissolução, essa sim, terá ocorrido em 1947. A data de 1940 liga-se à deslocação a Lisboa para o desfile do Centenário, mas documentalmente, a sua constituição ocorreu em 1938 e, já em 1939 tinha participado no Grande Cortejo Folclórico e do Trabalho realizado em Aveiro.

1939 - "O Cortejo de Aveiro"

A 23 de Abril de 1939 realizou-se em Aveiro e para encerramento da Feira de Março desse mesmo ano, um importante cortejo folclórico, etnográfico e de trabalho que visava a promoção do distrito nas componentes culturais e industriais. O Grupo de Estarreja apresentou-se com o tema "Estarreja terra de pão". O trajo usado, todos vestidos de igual, em nada era representativo da realidade concelhia, infelicidade originada no início da folclorização e que haveria de perseguir o folclore nacional, até aos nossos dias. Pode ver-se um pequeno filme deste evento no arquivo da Cinemateca, infelizmente sem som: <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=3141&type=Video>

Rocha Madahil nos Arquivos do Distrito de Aveiro fala-nos destes cortejos de Aveiro

Como vimos acima, esboçara-se já em 1938 uma demonstração folclórica distrital em Aveiro, proporcionando muitos ensinamentos a quem desejasse estudar o trajo desta região administrativa; mas em 1939 assumiu outras proporções o desfile.

A circular então distribuída fixava-lhe as intenções, dizendo:

O cortejo deste ano, embora ensaio ainda para ulterior e definitiva organização, não será já, apenas, uma festa de pitoresco e cor regional; procurará ir mais além, numa demonstração do valor económico, das aptidões de trabalho e da cultura e civilização próprias dos povos que, habitando a terra beira-marinha, nela marcaram a sua individualidade.

Tudo o que define a actividade no labor regional e o carácter, a fisionomia, o temperamento, o sentimento ou o feitio peculiar do nosso povo, tudo o que documente a modalidade da sua adaptação ao meio geográfico e o distingue dos outros povos pelos seus usos, costumes, práticas e utensílios de trabalho, tradições e diversões, tem cabimento neste desfile, desde que se confine em digna, adequada e expressiva representação.

Rocha Madahil - *Alguns Aspectos do Trajo Popular da Beira Litoral*

A partir de 1940 o folclore Estarrejense parece ter entrado numa certa dormência. Não se encontraram referências a grupos, eventos ou acontecimentos relacionados excepto, a dissolução do Rancho Regional de Estarreja em 1947 e que entretanto tinha representado o concelho em todas as suas apresentações. Só dez anos depois, no ano de 1957 se volta a falar de folclore com a apresentação de um novo grupo, As Tricaninhas do Visconde, o qual teria estado em formação desde 1954.

Grupo Folclórico Tricaninhas do Visconde



| Fotografia cedida por Maria Odete Tavares dos Santos Vitorino |

Em Julho de 1957 o jornal O Concelho de Estarreja noticiava a participação nas festas de S. João em Albergaria-a-Velha do Grupo Folclórico Tricaninhas do Visconde o qual teria sido constituído três anos antes (1954) em Salreu na sequência dos cortejos então decorridos para angariação de fundos para a construção da residência paroquial. O texto da notícia é assaz curioso e pitoresca a linguagem utilizada.

Este grupo, propagandista do folclore regional, que tem levado e honrado o nome do nosso concelho a longes terras, teve, pelas festas de S. João, realizadas este ano em Albergaria-a-Velha, brilhante actuação, como se pode aquilatar pela crónica escrita pelo Dr. Vasco de Lemos Mourisca no nosso prezado colega (Jornal de Albergaria), que, com a devida vénia, transcrevemos em parte. Saudou o grupo visitante em nome do Rancho do Calcada, o Director Acácio Lopes. E começou a exibição dos Ranchos. Abriu o de Salreu e fechou o local.

O Rancho de Salreu 6 vistosos e ricos números em cada acto ou parte, da sua atraente exibição: Vira da Nossa Terra; A Noite de S. João; Anda cá Lindo Par; Cabeças de Vento; Cantigas ao Desafio; Nossa Rancho leva a palma; Nossa Senhora do Monte; Regressando do Mundo do Amor; Vira Marcado; Costa Nova (corridinho); Sol e Lua (marcha); e ainda, outro, cujo título me escapou.

Trajos distintos, regionais, bonitos e que mostram que a Direcção do Rancho sabe o que faz e como o faz.

O Rancho Folclórico de Salreu¹, que há 3 anos foi criado, pelo seu actual Director snr. Francisco de Oliveira e Silva, figura distinta, sabedora e extremamente simpática, vinha cheio de lindas e donairosas raparigas – os meus olhos distinguiram 3: a cantora e grácil porta-bandeira Natália de Oliveira e Silva, setimanista de Letras, 17 anos frescos, bonitos e desembaraçados; Maria da Conceição Marques, dona de uns olhos sonhadores, olhos de uma vivacidade terciopelada, como os daquela «Madalena» do Museu do Prado, de José de Ribera; e Clarinda Valente da Fonseca, loira formosíssima de olhos suaves, mas gaiatos, de uma elegância de sélfide, de um encanto mágico de sereia.

O naipe masculino, magnífico.

O Grupo de Salreu exibiu danças vistosas e difíceis, com excelente marcação e segurança – uma indiscutível presença. Os Directores e Ensaíador do Grupo estão de parabéns.

Além de tudo isto os componentes -elas e eles- são pessoas educadas, de urbano trato, com quem apetece conversar, com quem sabe bem conviver. É um Rancho que prestigia a sua terra de Salreu e nosso Distrito de Aveiro. À Direcção do Grupo Folclórico Visconde de Salreu e seus componentes, pela forma brilhante como se apresentam, o que sobremaneira os honram, daqui enviamos as nossas saudações e desejos que continuem com o mesmo aprumo para o bom crédito do nosso Concelho.

O Jornal de Estarreja de 25/2/1959 noticia que: A Direcção tencionava contratar em Santa Marta de Portuzelo, um ensaíador de bailados. Os trajes foram confeccionados localmente e estreados, apresentados publicamente a 26 de Maio de 1958 pela actuação na festa ao Senhor da Campa em S. Tiago de Riba-Ul.

Malgrado a poética prosa, o desvelo e louvores tecidos com que a imprensa local tratou e acompanhou a formação e as apresentações deste Rancho das Tricaninhas do Visconde, das afirmações quanto à competência dos seus directores e ensaiadores, o que se pode extrair daquelas notícias, e à luz do que deve ser e representar um rancho folclórico, é que ninguém percebia rigorosamente nada do assunto, nem mesmo o relator.

Inicialmente a tocata era constituída por um bombo, quatro saxofones e um acordeão, uma verdadeira mini - orquestra ligeira, de sopros, sem qualquer ligação ou afinidade aos instrumentos populares de arame que constituem as tocatas folclóricas. Os trajes foram encomendados a uma costureira local, uma farda criada sem qualquer pesquisa ou datação e quanto ao ensaíador, era propósito da direcção, cinco anos depois da criação do grupo, ir a Santa Marta de Portuzelo contratar alguém que ensinasse o corpo de dança a dançar. O reportório, a julgar pelos títulos, foi feito à medida e ao serão e não recolhido junto de antigos habitantes da região.

Aparentemente e neste caso, ninguém sabia que um grupo representativo da cultura tradicional obedece à representação do passado de uma comunidade numa determinada temporalidade e que a finalidade é a de recriar, não inventar, tão rigorosamente quanto possível, as vivências dessa mesma comunidade. E isto é primordial tanto mais que e desde sempre como anteriormente referido, há demasiada invenção no mundo do folclore como já denunciava o SNI no ofício n.º 604-E, de 29 de Abril de 1944, supra referido. Este grupo terá existido até 1961 quando actuou no I Festival da Região Ribeirinha ano a partir do qual não se encontra mais qualquer referência.

¹Quererá dizer Rancho das Tricaninhas do Visconde

Rancho de S. Pedro da Beira-Ria

Num cartaz que anuncia o I Festival de Verão de Estarreja em Julho de 1965, 1º Concurso Etnográfico de Danças e Trajes do Distrito de Aveiro, constata-se que o concelho seria representado pelo Rancho de S. Pedro da Beira-Ria, um grupo do qual nunca ouvimos falar. S. Pedro remete-nos a Pardilhó e aí, rapidamente encontrámos quem nos levasse a conhecer e conversar com o seu ideólogo e fundador José Maria Lopes Venâncio que no ano de 1957, por gosto à dança de cariz popular, decidiu criar aquele rancho. Tal como a generalidade dos jovens do seu tempo, frequentava os bailes do Saavedra onde desenvolveu o culto da dança. Activo participante nos cortejos para angariação de fundos a favor da igreja local e na organização das Marchas de Pardilhó que à época faziam furor em Estarreja, foi nas desfolhadas, no Torrão do Lameiro, para onde se deslocava de bateira com outros rapazes pardilhoenses e onde as “danadas” das raparigas dançavam o Vira e a Tirana “a sério” que lhe veio a ideia de criar um rancho folclórico em Pardilhó.

Estas raparigas do Torrão do Lameiro que segundo José Venâncio dançavam o Vira e a Tirana, seriam provavelmente componentes do Rancho Folclórico “As Morenitas do Torrão do Lameiro” que se viria a constituir formalmente em 1960.

João “Manco”, assim era conhecido, pintor de profissão, um homem que tinha descido do Norte para trabalhar na restauração da Igreja e era tocador de concertina, acedeu de imediato ao convite para integrar o grupo. Rapidamente se organizou uma tocata de oito músicos e um corpo de dança de vinte e seis elementos. Integrava Acordeão, Concertina, Clarinete, Viola Braguesa, Ferrinhos, Bombo, Pandeireta e Reco.

Os cantadores foram o Amílcar e a Rosa Marta, o ensaiador Lázaro Cascais e entre outros, dançavam: José Venâncio, Lurdes Susana, Gina Chipelo também porta estandarte.

Os trajes foram inspirados nas gravuras e fotografias publicadas por Rocha Madail nos Arquivos do Distrito de Aveiro. O repertório foi recolhido junto dos mais velhos e anotado num pequeno livro de bolso, cerca de trinta modas, apenas as quadras já que as melodias foram aprendidas de ouvido e nunca foi feita a sua notação. Do repertório, faziam parte a Real das Canas, Vira Marcado, Pandeiro Rôto, As nossas praias, Meu amor anda carrancudo e o Vira “bareiro”.

Os primeiros ensaios ocorreram numa casa vizinha do Saavedra (Associação Cultural e Recreativa Saavedra Guedes, Pardilhó) e mais tarde, o pai de José Venâncio, Francisco Lopes Venâncio, a expensas próprias, constrói na Avenida Resende um edifício que ficou conhecido como Casa do Rancho, para sede e local de ensaio, pagando o rancho uma renda pelo uso do edifício.

Em 1963 José Venâncio emigra para França e o Rancho fica entregue a Lázaro Cascais. Exibe-se em Julho de 1965 no I Festival de Verão de Estarreja, 1º Concurso Etnográfico de Danças e Trajes Regionais do Distrito de Aveiro onde representa o Concelho, extinguindo-se poucos anos depois.

Regressado de França e reintegrado na comunidade, José Venâncio ensaiava em sua casa um vira que um grupo de jovens haveria de dançar em mais um cortejo a favor da Igreja de Pardilhó quando, o bichinho lhe volta a bater à porta e o desejo de voltar ao folclore o leva a formar conjuntamente com Cecília Matos e Emílio Garrido o Grupo Etnográfico Danças d’Aldeia. Novamente juntou os elementos e procurou junto do Club Pardilhoense a partilha de um espaço onde pudesse ensaiar.

Se aquando da formação do Rancho de S. Pedro facilmente se percebe que pouco terá sido deixado ao acaso, com o Danças d’Aldeia José Venâncio quis formar um grupo reconhecidamente representativo da sua comunidade para o que iniciou de imediato o processo de adesão à Federação do Folclore Português.

Tudo se vai com o dono e o Rancho de S. Pedro, não foi exceção. Oito anos depois da sua formação e poucos anos após José Venâncio ter emigrado, o Rancho de S. Pedro dissolve-se. Mantém-se de pé a Casa do Rancho, memória de todo um projecto fundado no amor à terra natal, às suas gentes, ao seu modo de vida. Recentemente alienada, a Casa do Rancho continua a ser, a Casa do Rancho.



A Casa do Rancho

Num fino papel que envolve a capa do livrinho onde José Venâncio anotou as primeiras recolhas está escrito: “Cantigas do Rancho falecido de Pardilhó que pode voltar a viver”.

Em 1963 o Jornal Concelho de Estarreja dá notícia da inauguração da Casa do Rancho:

Inauguração da nova sede do Rancho S. Pedro da Beira-Ria

“Inaugurou-se no passado Domingo, a nova sede do Rancho S. Pedro da Beira-Ria, desta terra. Para comemorar o facto, realizou-se na nova casa uma pequena festa, iniciada com uma pequena sessão, presidida pelo snr. Diamantino Farinhais, presidente da Assembleia Geral do Rancho. Presentes ao acto os presidentes do Clube Pardilhoense, snr. Fernando Vilar, o da Associação Musical Saavedra Guedes, snr. Bernardino Esteves, e pelo “Concelho de Estarreja”, o snr. Vitorino de Sousa.

No uso da palavra, o snr. José Lopes de Almeida, informou os presentes do significado da festa, tendo esclarecido os moldes em que passa a funcionar a nova sede, que contrariamente ao que por lapso foi publicado, não é pertença do Rancho mas sim do snr. Francisco Venâncio, que a construiu propositadamente para aquele mediante pagamento de uma renda estipulada. Falou também o snr. Fernando Vilar, que disse do valor que pode representar para a terra uma associação folclórica, incitando os componentes ao trabalho disciplinado, pois que sem autoridade e disciplina nada ou muito pouco se pode fazer.

O snr. Henrique Lopes Couto, teve também palavras de doutrina a dirigir ao Rancho, referindo-se sobretudo à obediência que todos devem aos seus directores e ensaiadores, pedindo a correção de atitudes e a compostura necessária que deve possuir um Rancho Folclórico. O Presidente da Associação M. Saavedra Guedes, snr. Bernardino Esteves, no uso da palavra, referiu-se também ao bom sentido de compostura e disciplina absolutamente necessária ao grupo mormente em actuações fora da Terra. Manifestou depois, a sua simpatia para com o Rancho, declarando-se ao seu dispor, sempre que a sua colaboração fosse necessária.

Seguiu-se uma pequena exibição do agrupamento que muito agradou. Para encerrar a festa a Orquestra Ramos Pinto executou alguns números do seu variado repertório, altamente apreciado por todos os presentes, terminando assim no meio da maior alegria e entusiasmo a inauguração da nova sede do Rancho S. Pedro da Beira-Ria de Pardilhó.

In Jornal Concelho de Estarreja 11/05/1963

Do conteúdo das diferentes alocuções infere-se que existiriam problemas comportamentais, de organização e disciplina, bem como falta de compostura, atitudes que rapidamente corroem qualquer organização. O rancho terá, entretanto, criado uma secção infantil de que o Concelho de Estarreja dá conta no ano de 1968 mas, esta é a última referência encontrada àquele rancho.

Rancho Infantil de S. Pedro da Beira Ria

Apresentou-se no último domingo, pela quinta vez em Pardilhó, este Grupo da nossa terra, composto por crianças que têm revelado o seu indiscutível jeito para a dança e, por esse motivo, tem visto aumentar a simpatia em todas as terras onde tem actuado.

Das ofertas que tem recebido, temos de destacar a do sr. Diamantino Rodrigues Farinhais, grande benfeitor do Grupo, que num gesto bairrista comprou chapéus para todas as crianças do Grupo, que ainda não tinham sido comprados por falta de verba. Por esse motivo a direcção muito grata fica ao sr. Farinhais por este seu gesto. Há ainda a assinalar outro Pardilhoense, que quer permanecer no anonimato, que ao presenciar os ensaios, antes de se retirar, disse não deixem morrer isto. Vou encantado com estas crianças. Se algum dia se encontrarem em dificuldades financeiras procurem a minha casa que eu tenho muito gosto em ajudar a singrar estas lindas crianças. E quando chegou a altura de o procurar, ele se comprometeu a pagar a renda da casa enquanto o Rancho não tenha fundos para isso. Sentir afeição às crianças é revelar um belo gesto humano, pois já Cristo as chamou, tende dito:Vinde a mim as criancinhas, que delas é o reino do céu. O Rancho tem grandes despesas e não poderá viver sem o auxílio dos seus adeptos, que esperamos venham a ser de cada vez mais. E que Deus dê muita vida a todos os benfeiteiros.

Jornal O Concelho de Estarreja, 6 de Julho de 1968

Por esta altura, anos 60, o conhecimento acerca do que deve ser o folclore e o que deve representar começa a fazer-se sentir exigindo uma autenticidade a que poucos grupos locais e mesmo regionais poderiam responder. As críticas vindas de gente mais conhecedora são devastadoras. O primeiro exemplo é a crónica de Lopes d'Almeida no jornal Concelho de Estarreja:

I Festival folclórico da região ribeirinha

Realizou-se no último domingo, no belo e amplo Largo Dr. Egas Moniz, da nossa terra o I Festival Folclórico da Região Ribeirinha. Pelo número de pessoas que das terras circunvizinhas se deslocaram a Pardilhó, se pode avaliar do interesse que a nossa gente dedica às representações deste género. Não há quem não goste de folclore, quando este atinge o ponto em que pode merecer tal nome. Com mágoa somos forçados a dizer não ter visto, ainda desta vez, os Ranchos apresentarem o nosso verdadeiro folclore. E ele existe!

Vimos fora do estrado, um despike ao desafio, entre dois homens da Ria, com tanta alma e tal jeito tradicional, que podemos afirmar: ali, havia do nosso folclore! Haverão dificuldades na construção de números semelhantes, para que um Rancho os possa levar ao estrado? Pois é. Existe a pretensão de construir folclore e isso é impossível, porque ele não se engendra. Há que procurá-lo onde existe e possuir a habilidade de o apresentar tão somente como é. Pode ser que o tempo mostre e ensine aos responsáveis, o modo como conseguir uma manifestação folclórica pura, isto é, mostrar-nos o povo de determinada região no traje e nos seus divertimentos ou costumes tradicionais, com vida e autenticidade natural.

Até lá, vamo-nos contentando com as tentativas, e ninguém pode ser mestre sem treino. Foi para conseguir a mestria que os homens inventaram o estudo, o ensaio e o trabalho, ou este em primeiro lugar. Sem eles nada se pode conseguir.

Actuaram em Pardilhó, os quatro Ranchos mais representativos da região: O Rancho Visconde de Salreu, Santa Maria de Válega, Morenitas de Torrão de Lameiro e S. Pedro da Beira-Ria, de Pardilhó. De todos, o Júri, constituído pelos Ex.mos Senhores Doutor José Horta, Francisco António de Oliveira e Silva e António Pinho, destacou o Rancho das Morenitas do Torrão do Lameiro, atribuindo-lhe o 1º lugar, a cujo dirigente o Senhor doutor Horta, entregou uma bela taça. Pôs em 2º lugar o Rancho da nossa terra, apontando-lhe as deficiências e encorajando-o a prosseguir, pois muito melhorou desde a primeira actuação. O Sr. Francisco Oliveira e Silva dirigiu a todos algumas considerações sobre o difícil trabalho do júri e sobre o folclore regional, acerca do que apresentou as mais elucidativas palavras. O sr. António Pinho, como Pardilhoense, agradeceu a todos os concorrentes o seu generoso esforço, incitando-os a continuar na luta pela perfeição, referindo-se em particular ao Rancho S. Pedro da Beira-Ria, a quem, muito acertadamente aconselhou.

Terminou este festival com a repetição do número, *A TIRANA* pelo Grupo do Torrão do Lameiro, vencedor, que foi muito aplaudido. Dada a posição que o Rancho de Pardilhó se esforça por conquistar é de crer que esta não tenha sido a última tarde de folclore, realizada na nossa Terra, e que a próxima seja muito melhor.

Lopes d'Almeida in *O Concello de Estarreja* 14/10/1966

Rancho Folclórico de S. Joaquim - Senteais

O Jornal Concelho de Estarreja refere em 23 de Abril de 1961 que este rancho actuou nas festas da Banda Visconde de Salreu, sendo esta a sua primeira actuação. Não encontrámos qualquer outra informação sobre este grupo.

O I Festival de Verão de Estarreja

10 de Julho de 1965 poderia ter sido o início de uma outra história, de um outro caminho para a cultura popular de Estarreja e de todo o distrito. O cartaz ao lado anuncia um festival, o primeiro, prenunciando que outros festivais seguiriam, de âmbito distrital, uma janela de oportunidades para Estarreja se afirmar no mundo da cultura tradicional e elevar o desempenho dos grupos locais a níveis que outros grupos distritais já tinham atingido.

Grupos como o Cancioneiro de Águeda, o Grupo Folclórico de Moldes ou, Como Elas Cantam e Dançam em Paços de Brandão seriam razão suficiente para a garantia de um espectáculo motivador e de elevada qualidade.

Teria ainda uma outra atração e garantia qualitativa; a apresentação, conduzida por Pedro Homem de Melo, divulgador e promotor do folclore nacional. Neste festival seria ainda filmado pela RTP, um verdadeiro acontecimento nos primeiros anos da televisão em Portugal.

Tinha tudo para se tornar na primeira pedra de um alicerce que edificaria as tradições populares do nosso concelho. Não ficaram relatos deste espectáculo, uma pequena notícia que fosse no jornal local mas, do que se pode inferir num texto do próprio Pedro Homem de Melo, divulgado um ano depois aquando da segunda edição deste mesmo festival, mas então realizado em Viseu, terá corrido mal e a nossa representação etnográfica continuou na espuma das abordagens intermitentes.

Nos Arquivos do Distrito de Aveiro, encontramos o texto seguinte

O Segundo Festival de Verão de Estarreja

Pelo Dr. Pedro Homem de Mello - Licenciado em Direito, Etnógrafo e publicista

Se não estamos em erro, coube à Vila de Estarreja, a honra de iniciar entre nós festivais folclóricos de carácter distrital...

Seguindo o seu exemplo, Viseu, este ano, a 18 de Setembro, (de 1966) promoveu, por alturas da Feira de S. Mateus, também um festival idêntico, no decorrer do qual foram apresentados todos os trajes, todas as danças e cantares, dignos de nota, do seu distrito.

Os moldes, ali, foram, ponto sobre ponto, linha sobre linha, os mesmos de Aveiro, perdão, de Estarreja. Isto é: não se fecharam as portas a ninguém e, assim, cada qual pôde apresentar-se tal como era, com inevitáveis pecados, talvez, mas, sem dúvida, com inegáveis virtudes.



Fosse como fosse, Aveiro pôde orgulhar-se de nos ter revelado, em Estarreja, um espectáculo de rara beleza e tão variado que não houve da parte de quem a ele assistiu a menor pena de que não tivessem sido convidados ranchos de outros distritos e, possivelmente, doutros países. Cada grupo etnográfico, acolá, limitou-se a exibir um cantar e três ou dois bailados de maneira a não se repetirem números de dança e de canto, o que, só por si, prova a riqueza do património folclórico aveirense.

Senão vejamos:

Castelo de Paiva trouxe-nos o Salto em Bico e a Laranjinha; Paços de Brandão, a Pastorinha e o verdegar; Ovar, o Vira Pescador a Real Caninha; Cidacos (Oliveira de Azeméis) a Tirana e o Valseado; e Águeda, O Cancioneiro de Águeda, o Vira Bairrês e a sua “dança mandada”: o seu incomparável Malhão...

No entanto, mau grado semelhante diversidade de costumes, patente ela não só nas danças como até nos trajes e nas canções, o Festival de Verão de Estarreja foi, apenas, uma pálida amostra, (e ainda não um mostruário!) do tesouro artístico-popular de Aveiro, pois, condicionado pelo tempo e também pelo grande número dos ranchos concorrentes, não pôde ser concedido a certos núcleos o espaço a que pelo seu valor tinham direito, sob pena de se prolongar o espectáculo até de madrugada e de corrermos o risco de exibir joias numa casa de que os espectadores, devido ao adiantado da hora, se fossem retirando... De onde se conclui que a palavra “arte” é de carácter aristocrático e que os princípios da democracia não podem reger manifestações folclóricas...

Mas... O que lá vai, lá vai....

Todavia, aquilo que até agora teve uma relativa justificação, visto que se tratava como que de um primeiro “ensaio” (chamemos-lhe assim!) já não terá defesa amanhã, uma vez que, cônscios dos valores que possuímos, nos propomos evidenciá-los, de modo a manter a tradição. Com isto, porém, não se pretende reduzir ao silêncio ou à inércia quaisquer iniciativas de reconstituição de costumes...

Pelo contrário: busca-se, até, galardoá-las admitindo, apenas, as que estão aptas a trazer-nos uma mensagem. Só se eleva, porém, o nível cultural, condicionando a incorporação dos grupos regionais, em festivais folclóricos e só assim deixará de ter eco a frase lapidar (em Portugal só há víras de três ao vintém!) com que o grande actor João Villaret manifestou a sua mágoa ante a pobreza de tantas exibições que de folclóricas apenas têm o nome que gratuitamente se lhes queira dar.

Há, pois, que ouvir, em assuntos desta natureza quem, pela autoridade que lhe assiste, se possa responsabilizar pelo êxito da representação popular e não sacrificar a simpatias pessoais ou a um errado humanitarismo o renome folclórico distrital.

E, já que falamos em folclore e representação folclórica, por que não pensarmos, a par de Festivais de Verão em Estarreja, em Festivais de Inverno, em Aveiro, realizados estes numa casa de espectáculos daquela cidade?

Figurariam, então, os melhores agrupamentos etnográficos do Distrito e, com programa escolhido, enquadramento condigno, iluminação criteriosa e boa sonorização, os aveirenses poderiam aperceber-se de que o seu distrito nada deve aos demais em matéria de danças, cânticos e indumentária tradicionais...

Seriam eles os primeiros, depois, a fazer, conscientemente, a propaganda de si próprios e a desejar que os aplaudidos de hoje formassem aquela embaixada de beleza que, onde quer que surja, traz sempre consigo a concórdia, despertando nos nativos o amor à terra que lhes serviu de berço e nos forasteiros um maior desejo de aproximação.

Dói-nos pensar nestas realidades, até agora, por aproveitar, quando, desde Paiva a Águeda, dançadores e cantadores nos lembram as personagens de que fala Pirandello “personagens à espera de um autor”!

Mas nem sempre o homem se conhece a si mesmo...

Quantas vezes ele sabe ou julga saber das suas fraquezas, dos seus defeitos, das suas limitações, mas ignora as qualidades que possui e acaba por morrer sem ganhar a partida, tendo tido, no entanto, os trunfos da vitória, na mão.

Dá-se o mesmo, frequentemente, com essas terras que, à falta de quem nelas arvore uma bandeira, são votadas ao esquecimento. Ora, a propósito de bandeiras, sempre diremos que a arte é a que mais eficazmente ilumina o solo a que pertence. Guiados por ela, passamos a vê-lo e a querer-lhe bem, visto que só pelo conhecimento se poderá chegar à verdadeira amizade.

Daí, o valor do folclore.

Graças aos ranchos típicos assiste-se, em Portugal, ao descobrimento de um novo Brasil, se por Brasil entendermos a mina de ouro que nos pareça fabulosa. Explico:

Num país como o nosso o desenvolvimento do turismo equivale à sorte grande, pois, por formosa que seja a paisagem natural, esta não deterá o visitante, quando outra paisagem, a paisagem humana de que a arte é o expoente máximo! — a não complete.

O folclore – eis hoje em dia, o padrão da independência.

Enraizando-se nele, foi que a literatura, a pintura, a música e a dança adquiriram carácter nacional. E só se acredita na existência de um povo, no dia em que se contacta com a sua arte.

Mas... voltemos ao 2.º Festival de Verão de Estarreja.

Desejariamos que, de futuro, se estabelecesse uma distinção entre promotores e organizadores. A uns e outros cabem honras, posto que diferentes umas das outras, como a água do vinho. Sem os primeiros tornar-se-ia impossível a realização do festival. Cabe-lhes estudar as possibilidades financeiras do empreendimento, as condições técnicas do espectáculo (sonorização, iluminação, local, lotação, etc.) e, ainda, o cumprimento das normas traçadas pelos organizadores que são entidades a cujo cargo está a estrutura do programa artístico.

Desejariamos ainda que, à semelhança do que se faz em Santa Marta de Portuzelo e na Meadela, no Concelho de Viana do Castelo, fosse fixada uma data para o festival, data essa que não coincidisse com a de outra manifestação de cultura popular mais antiga. Sem datas não há tradição.

Além disso, atendendo ao incremento turístico entre nós, entendemos que a apresentação dos números a exibir deve ser, tanto quanto possível, bilingue, posto que breve e clara. Finalmente impõe-se um cartaz de propaganda cuidado. Medite-se, ainda, na situação geográfica de Estarreja, vila que a dois passos da Ria e de todas as praias da Costa Verde, e não longe de Coimbra e da Figueira da Foz, é o centro onde sem dificuldade chegam mil caminhos povoados e verificar-se-á como, sem dificuldade, se pode no Distrito de Aveiro prestar um serviço notável à cultura nacional.

De todos os factores, para que, tão sinceramente, acabamos de chamar a atenção da Ex.ma Junta Distrital, a marcação de uma data fixa, sempre num domingo à tarde – é o mais importante. Doutra forma, compromissos prévios de um ou outro rancho poderão contribuir para o “empobrecimento” do Festival, como aconteceu este ano com a falta de comparência do Conjunto Etnográfico de Moldes.

Infelizmente, a 21 de Agosto último (data da famosa serenata das Festas da Senhora da Agonia!) não

pudemos ver ao de Moldes o incomparável “Real das Canas” – dança de conjunto usada em todas as Terras da Feira – o “Corre-Corre” – serenidade, compostura, graciosidade senhoril das mulheres, porte dominador dos homens! – a “Cana Verde de Oito” o “Senhor da Pedra” e o “Valseado” – dança de passagens tão subtils que não resistimos a encerrar o nosso trabalho de hoje com a pormenor das várias fases, a saber:

1.º – Logo, no vaivém, dado pelo homem, primeiro para a frente, e, seguidamente, para trás, e pela mulher, primeiro para trás e, seguidamente para a frente, eles e elas largarão as mãos, poisando-as, depois, sobre as ilhargas, com modo altaneiro.

2.º – O cantador canta e eles e elas começam a dançar, animadamente, avançando e recuando em passo de Vira, figura conhecida no Litoral pelo nome de “brinca”.

3.º – Terminado o “brinca” eles viram-se “por dentro”, sobre a direita, seguindo eles e elas, uns à frente dos outros, em fila indiana...

4.º – A folhas tantas, todos dão uma volta por dentro, sobre a esquerda e a fila indiana vai em sentido oposto ao primeiro.

5.º – Por fim, cada homem procura a dama da direita com quem dá uma “volta inteira” sobre a direita, passando, terminada ela, a dançar com a dama da esquerda o “valseado”.

No “valseado” nunca o homem põe a mão na cintura da mulher, limitando-se a pegar-lhe, delicadamente, nos braços...

Entre linhas, Homem de Melo vai apontando as deficiências da organização e falta de representatividade de alguns grupos, Cf. “não se fecharam as portas a ninguém e, assim, cada qual pôde apresentar-se tal como era” ou “Numa palavra, ambos constituíram completas e leais confissões públicas, para que, futuramente, quem de direito pudesse vir a separar o trigo do joio, de forma a dar incremento a valores, até ali desconhecidos do grande público e, a tempo, afastar uma ou outra erva daninha”.

Pedro Homem de Melo

Não houve notícia de um Terceiro Festival de Verão de Estarreja, ficámo-nos pelas experiências e redondo amadorismo que envolve, forma geral, tudo o que se relaciona com o tema. As alusões à iluminação ou à sonorização continuam na ordem do dia dado a geral má qualidade de ambas em grande parte dos espectáculos e a nível nacional. A falta de critério qualitativo é outra chaga em aberto. Convidam-se ou contratam-se grupos por afinidades, razões políticas, de vizinhança ou outras não relevando o principal; a sua representatividade etnográfica e a qualidade da sua recriação folclórica. Estarreja perdeu aqui uma oportunidade de alterar a pobre história da sua etnografia, de honrar as suas raízes, de orgulhar a sua população no conhecimento do seu passado e da sua história. Atalhámos o caminho e perdemos-nos nos becos da história.

Link para o video RTP Festival de Verão de Estarreja 1965: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/festival-de-verao-de-estarreja/>

Todos nós vivemos em algum momento das nossas vidas o estado de alma a que chamamos saudade e que resulta do sermos dotados de memória e da capacidade de lembrar a vida passada. O Concelho de Estarreja é etnograficamente rico, nos seus saberes e fazeres, mas a sociedade cível não acautelou as memórias, não valorizou o seu património cultural, material e imaterial, não guardou as memórias das vivências das suas gentes. Como se percebe desta visita ao passado, sempre entendemos o folclore como mais um folguedo, um cortejo que feito o peditório, se dissolve e recolhe a casa.

Por iniciativa da Câmara Municipal, desenvolve-se agora algum trabalho na recolha de testemunhos orais, preservando memórias em áreas como a da construção naval na qual Estarreja teve um papel principal na construção de todos os tipos de embarcações de fundo raso, na retoma de culturas agrícolas

como a do arroz, entrevistando pessoas que viveram antigas profissões, mas, tardiamente para muitos aspectos de um modo de viver do qual a memória já é pouca. Saúda-se claro este interesse e trabalho que deveria ter sido feito pelas instituições fiéis depositárias da herança cultural, os ranchos, mas e como se percebe, estes tenderam a inventar folclore em vez de o recolher nas antigas memórias.

A situação actual será melhor do que a verificada no passado, isto no que respeita à representatividade etnográfica, mas não suficiente para afirmar o concelho no quadro do folclore nacional. Os grupos em actividade acharão de grande injustiça esta afirmação, mas e apesar do empenho que possam pôr no trabalho que desenvolvem, historicamente o quadro pouco se alterou. É certo que não fomos educados para conhecer e valorizar o nosso património e identidade e, por tal razão, ranchos e grupos dedicados à recolha, salvaguarda e representação folclórica enfrentam grandes dificuldades para se renovarem, encontrar quem se disponha a fazer parte de um grupo folclórico, no tempo corrente é como procurar agulha em palheiro. As manifestações são escassas, normalmente cada grupo organiza o seu festival, sempre com audiências reduzidas, e a autarquia inclui nas festas concelhias uma mostra folclórica onde habitualmente actuam os cinco grupos locais.

Claro que é muito pouco para despertar a população para a cultura popular, acrescentando-se que nos últimos dois anos e devido à situação pandémica não se realizou qualquer festival e neste ano de 2020 e aquando do regresso aos espectáculos, os grupos não estavam em condições de actuar pelo que o mesmo não se realizou.

De 1934, ano em que a existência de um grupo como sendo de Estarreja foi referenciado até este ano de 2022 passaram-se oitenta e oito anos. Neste longo período Estarreja não conseguiu afirmar a sua cultura popular nem manter qualquer grupo que a exemplo de tantos outros existentes no país, fosse referência da região e do seu folclore.

Presente e futuro

A meio do ano de 2022, no concelho e dedicadas à etnografia e folclore contam-se sete entidades conforme quadro supra inserido. Destas e igualmente referido, duas ou mesmo três poderão desaparecer ou alterar a sua finalidade em função de dificuldades que actualmente enfrentam. Das restantes, duas dedicam-se à recolha e preservação de jogos e brinquedos tradicionais, obviamente assunto de grande importância etnográfica, mas que não tem a visibilidade do canto e da dança. Neste quadro o concelho poderá vir a ter e a curto prazo, apenas dois grupos dedicados ao folclore cantado e dançado.

Porque não é fácil encontrar gente disposta a integrar grupos dedicados à recriação etnográfica. A nação não soube passar aos cidadãos os seus valores e referências culturais ligadas à sua história e ao seu passado. Para agravar a situação, criou-se uma imagem depreciativa de que a cultura tradicional não vai além da ideia do rancho da terrinha e que tudo isto da identidade e memória nacional é coisa que só interessa a um grupo de indivíduos idosos e que nada mais têm para fazer.

Rancho Folclórico Tricaninhas do Antuã

É o mais antigo grupo concelhio em actividade. Formado em Salreu no ano 1982 por iniciativa de António Silva Valente Virgem e um grupo de pessoas naturais ou ali residentes tendo tomado figura jurídica a 16/12/1983 por escritura pública no Cartório Notarial de Estarreja constituindo-se como “Associação Cultural sem fins lucrativos e visando promover e divulgar os valores etnográficos e o folclore da região.”

À data da sua formação, o Rancho era infantil/juvenil constituindo-se mais tarde e na medida em

que os elementos foram crescendo, em rancho adulto tendo havido um período em que coexistiram ambas as categorias, infantil e adulto. Ao longo do tempo, o trajar, bem como o repertório, têm sofrido significativas alterações em virtude do contínuo trabalho do grupo na pesquisa e recolha de antigos exemplares de vestuário e testemunhos que muito têm contribuído para a autenticação e representatividade das suas apresentações. Cuida de um significativo espólio de trajes, objectos de uso doméstico e agrícola que atestam os antigos usos e costumes da região e os quais, dentro das suas possibilidades, tencionam expor ao público num pequeno museu rural, em processo de criação. Nas suas pesquisas tem encontrado um interessante património imaterial de canções, pagãs e religiosas, cantilena, danças e jogos tradicionais.

Nas suas apresentações recriam e representam antigas profissões locais como moleiros, ferreiros, lavradores e as lavadeiras no Rio Antuã figuras glosadas nos versos das suas cantigas; as lavadeiras do rio, vira das desfolhadas ou, A saia da moreninha. O colectivo actual é de 50 elementos.

Grupo Etnográfico Danças d'Aldeia

Como muitos outros também este grupo nasce a partir dos cortejos organizados para a recolha de fundos a favor da beneficiação da Igreja Paroquial no ano de 1997, constituindo-se por escritura pública a 15/9/1998. Fundado por iniciativa de José Venâncio, ele que na sua juventude havia constituído o já referido Rancho de S. Pedro da Beira-Ria. Pouco tempo após a sua constituição entenderam seguir uma via de autenticidade representativa da cultura tradicional local pelo que iniciaram a recolha de antigas peças de vestuário, objectos de uso quotidiano, panos, fazendas e artefactos antigos, as cantigas e danças ainda vivas na memória das pessoas mais idosas bem como um pouco de tudo o que atestasse os antigos usos e costumes do antigo viver dos fregueses. A 26/7/2005 o Grupo é admitido enquanto sócio efectivo da Federação do Folclore Português.

Tem no seu repertório temas como:

Tirana Valseada

A cobra na fresca relva (dança de roda)

Vira corrido

Rusga à Senhora da Saúde (Castelões)

Grupo Etnográfico da Casa do Povo de Avanca

Fundado a 1 de Janeiro de 1984, com a finalidade de divulgar os usos e costumes daquela freguesia, através das danças e cantares. Baseiam os seus trajes nos antigamente usados pelas leiteiras, moleiras, galinheiras, lavradores entre outros e reproduzindo essencialmente os trajes de trabalho.

Rancho Folclórico - As Tricaninhas de S. Miguel de Fermelã

Fundado a 08 de Julho de 2000, com o objetivo de promover e dar a conhecer o folclore e a etnografia da região onde se insere, assim como, promover e desenvolver outras ações no campo cultural, artístico e recreativo, algumas já em desuso, para não deixar cair no esquecimento os usos e costumes dos seus antepassados. Do seu património fazem parte, entre outros, trajes de tricana, leiteira, pescador, romeira, e danças que nos remetem para estas atividades.

Grupo Folclórico e Etnográfico de Veiros

Fundado a 4 de Janeiro do ano 2000, tendo como finalidade principal a divulgação dos usos e costumes de Veiros, através das danças e cantares. Baseiam os seus trajes nos usos e costumes da freguesia, referenciados nomeadamente na indústria artesanal a qual tornou simples objetos funcionais e de uso quotidiano, transformando-os em peças de valor etnográfico e de interesse artístico. Foi o

caso das cangas e jugos pintados, miniaturas de barcos, esteiras de bunho, rodilhas, algibeiras de tecido, carros de lavoura, cestos e gigos, mantas de trapos, tamancos, vassouras de junco, peneiras, crivos, entre outros. Como figuras típicas da nossa região apresentam a lavradora, o pescador, o serandeiro, o cesteiro, a esteireira e a leiteira. Nas suas modas procuram relembrar usos e costumes destas terras marinhas, fazendo para isso a recolha de modas, trajes e cantares.

ACRAP (Associação Cultural e Recreativa dos Amigos das Póvoas)

Nasce por escritura pública de 15/4/2008 com a finalidade de recolher, preservar e divulgar os brinquedos e jogos tradicionais e por vontade dos 22 mordomos que naquele ano de 2008 constituíam a Comissão de Festas a S. Filipe de Nery, realizada na Póvoa de Baixo. Integra a Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Desporto é filiada no Inatel e tem representado Portugal em eventos mundiais.

ARCAL - Associação Recreativa e Cultural de Água-Levada

Trata-se de um projecto de dinamização da comunidade que promove diferentes actividades tendo igualmente por base a recolha e preservação de jogos tradicionais.

Em jeito de conclusão

É um enorme trabalho pro bono aquele que os grupos folclóricos desenvolvem em prol de uma nação cuja cultura popular nem sempre é reconhecida. Tendemos a desdenhar a memória dos nossos antepassados, o povo a que pertencemos, a terra que nos viu nascer, comportando-nos como apátridas, sem género nem origem. Estima-se existirem no país, estimativa da FFP, cerca de 1.900 associações culturais dedicadas à etnografia e folclore, envolvendo directamente 155.000 pessoas. Se tivermos em conta que estas associações têm sócios, simpatizantes e colaboradores, o número de envolvidos no movimento folclórico rondará os 850.000 indivíduos que gratuitamente, trabalham ou colaboram para que a memória se não perca. Governos e poderes locais olham o folclore como o parente pobre que quando aparece, já vem de mão estendida. Estará por fazer o balanço, o deve e haver no que respeita ao contributo social e económico destas associações cujo papel em muito ultrapassa a recriação folclórica.

Muitos destas entidades criam a expensas próprias ou investindo as magras dotações que lhes são atribuídas, escolas de música, de dança ou folclore nas quais vão ensinando aos mais jovens uma arte, tornando-os mais cultos, inculcando-lhes valores socioculturais conducentes a comportamentos cívicos assertivos e de saudável moral. Mantêm os mais idosos em actividade, física e mental, proporcionando-lhes um envelhecer activo e mantendo-os socialmente ocupados. Promovem o diálogo intergeracional, aproximando jovens de idosos e vice-versa, desempenhando ainda um papel de aproximação do qual resultam inúmeros casamentos e a constituição de novas famílias.

No plano económico o turismo gerado pelo folclore pouco ou nada contabilizado, seguramente em muito ultrapassa o magro, por vezes nenhum, investimento que nele é feito. Basta pensar no quase milhão de indivíduos que viaja, consome, come, bebe e compra nas localidades que visita. Os feirões de Viana do Castelo, a cada Sábado de Verão é o exemplo de como estes grupos podem ser a quase só atração turística de uma cidade, o orgulho de uma região. Mas, para se perceber a real mais valia económica do folclore, é necessário assistir, por exemplo, a um FolkMonção, onde o poder local soube associar a gastronomia e o vinho verde àquele festival e produz hoje um evento que rasga pelas costuras o território daquela vila raiana.

É urgente e necessário que as autarquias quando organizam as suas festas, entendam toda a cadeia de

valor gerada pelos seus grupos e paguem as suas actuações como pagam a outros artistas que contratam para aqueles eventos. O folclore não pode ser grátis ou considerado pago por um subsídio atribuído anualmente quando são gastos muitos milhares de euros na contratação de um qualquer cantor “pimba” que em pouco ou nada contribui para a cultura, local ou nacional, nem desempenha qualquer outro papel a favor da comunidade local.

Como se pode perceber e concluir da pesquisa realizada para este trabalho, o folclore nunca foi importante para a vida concelhia nem, ao longo dos anos, conseguiu marcar qualquer posição relevante e merecedora de um olhar mais atento quer por parte da população ou, do poder local. Os grupos, forma geral, tiveram vida efémera e, salvo uma ou outra exceção, existiram numa realidade própria dos seus promotores que não efectivamente representativa dos usos e costumes da antiga comunidade. A verdade sobre a etnografia local está em grande parte por introduzir na representação folclórica assim como está para desenvolver e implementar uma política cultural que ensine à população em geral que a cultura popular e tradicional é muito mais do que o rancho que dança em cima de um palco. Tal como é necessário ensinar uma criança a ler e escrever, é imperioso que se lhe ensine sobre o passado da sua comunidade, do seu povo.

Se não mudarmos a abordagem a estas questões, o passado etnográfico de Estarreja será o espelho do futuro e isto, não é uma mera questão folclórica, é a definitiva perda da identidade do povo de Estarreja.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- António Augusto Silva – O rancho regional de Estarreja
- Carta de princípios da Federação do Folclore Português
- Joaquim Soares Rodrigues da Silva – Aveiro e o seu distrito
- José Alberto Sardinha – Armando Leça e o primeiro levantamento músico-popular realizado em Portugal
- José Pereira Tavares – Arquivo Distrital de Aveiro
- Jornal O Concelho de Estarreja
- Laudelino de Miranda Melo – Romarias
- Lopes d'Almeida – I Festival folclórico da região ribeirinha in Jornal O Concelho de Estarreja
- Madalena Braz Teixeira – O traje regional Português e o folclore
- Manuel Pires Bastos – No reino dos cantadores
- Maria Lamas – Mulheres do meu país
- Pedro Homem de Melo – Primeiro Festival de Verão de Estarreja in Arquivos do Distrito de Aveiro
- Revista Ilustração - nº 205/1934
- Revista Ilustração - nº 248/1936
- Rocha Madahil – Alguns aspectos do trajo popular da Beira Litoral
- Tomaz Riba - Breve
- UNESCO – Recomendação de Paris 15 de Novembro 1989
- Vasco de Lemos Mourisca – O Rancho Folclórico Tricaninhas do Visconde in Jornal de Albergaria
- Vera Marques Alves – O SNI e os ranchos folclóricos

JOÃO PEDRO MARQUES VILLAR

CONSTRUCTOR CIVIL, PROJECTISTA E O MAIS QUE SEVERÁ

*António Augusto Silva**

Poucas pessoas terão ouvido falar desta personagem, mesmo na descendência pouco mais encontrei que um álbum fotográfico e vagas informações. Mas com a ajuda de alguns amigos e das consequentes pesquisas é possível apresentar alguns traços da sua vida e obra, felizmente temos no património edificado de Estarreja e Murtosa, vários exemplos do seu trabalho, que permitem avaliar da sua importância.



João Pedro Marques Villar nasceu a 17/04/1866 no Chão do Monte, Bunheiro, filho natural de Maria Rosália¹. Na mesma Freguesia casou a 17/01/1888 com Joana Lopes dos Santos, natural de Pardilhó, nesse momento a sua profissão era a de carpinteiro². Desta união nasce no lugar do Monte, Murtosa, a 03/01/1893, João Pedro Júnior³ e, é neste assento de baptismo que ficamos a conhecer o nome do seu Pai: António Marques Villar, ou seja João Pedro foi filho extra-conjugal e certamente reconhecido só depois da morte da esposa Mariana de Matos, de quem tivera 5 filhos: Raymundo(1849), José Joaquim(1852), José Luciano(1857), Maria (1860) e António Maria (1863). De referir com especial curiosidade que os 4 homens antes referidos muito cedo foram viver para o Porto, sendo que os 3 primeiros desempenharam aí a actividade de ourives, como artistas ou comerciantes, e o mais novo, António Maria, depois de frequentar o Seminário, que não completou, veio para Aveiro trabalhar onde casou, sendo figura de relevo como jornalista em vários órgãos até fundar e dirigir o seu próprio título: OS SUCCESSOS (1889-1921). De José Joaquim vem a nascer no Porto, Amélia Vilar (1889-1978) consagrada Poetisa.

De facto, verificar que duma terra essencialmente agrícola e numa mesma família aparecerem jovens ligados à ourivesaria e ao jornalismo leva-nos a perguntar qual seria a origem desta família, para o que hoje não temos respostas.

JOÃO PEDRO MARQUES VILLAR emigra para Lisboa desempenhando aí a sua actividade de carpinteiro a que depois acrescenta a de marceneiro; nesta cidade nasce o seu 2º filho LUCIANO, a 16/03/1897⁴.

*Investigador Autodidacta da História de Estarreja e Murtosa.

¹Livro de assentos de nascimentos do Bunheiro – ADAVR 1.2.263.

²Livro de assentos de casamentos do Bunheiro – ADAVR 2.39.014.

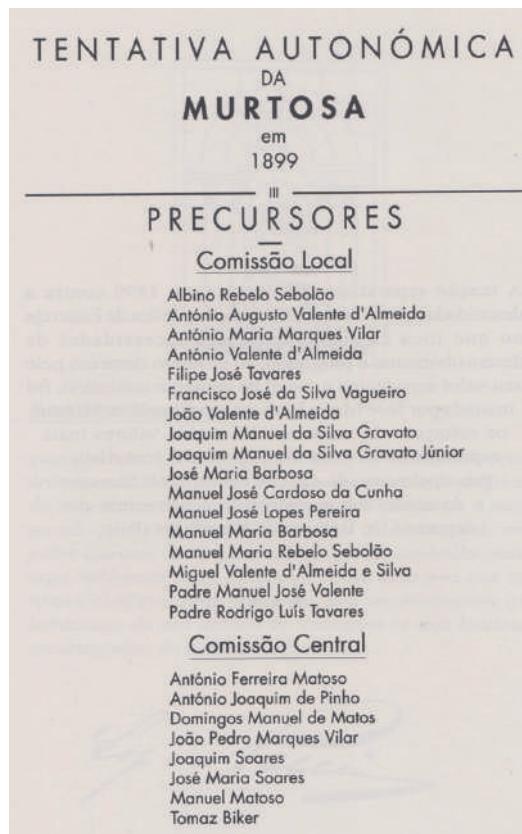
³Livro de assentos de nascimentos da Murtosa – ADAVR 1.111.048.

⁴Livro de assentos de nascimentos da Pena/Lisboa – 1B50.033.

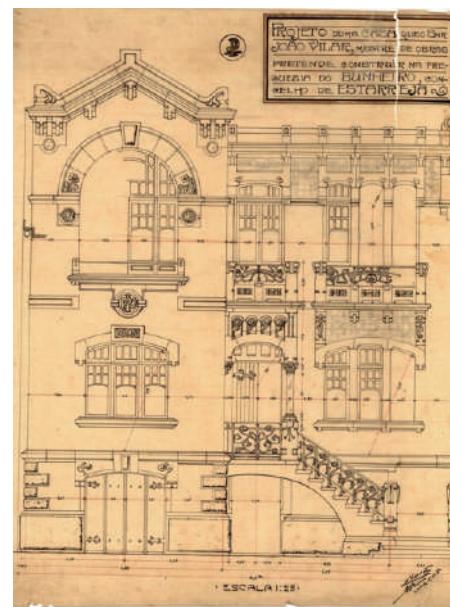


João Pedro, Joana, João Pedro Júnior e Luciano

Na capital onde existia larga comunidade Murtoseira ele já é reconhecido como pessoa importante pois em início do ano de 1899, quando da primeira tentativa autonómica da Murtosa em relação a Estarreja, o nome dele integra a Comissão Central (ou seja de Lisboa), enquanto que o seu meio-irmão António Maria faz parte da Comissão Local, sendo inclusivamente um dos mais entusiastas promotores da elevação de Murtosa a Concelho, usando a sua brilhante pena e as páginas do seu jornal *Os Successos* para defender tal desiderato, que dessa vez não teve êxito.

Murtosa Terra Nossa – Lopes Pereira⁵

⁵Livro: Murtosa Terra Nossa, de Manuel Lopes Pereira.



Por isso não causa admiração, vê-lo a comprar terrenos no lugar de Estarreja (quasi no centro da Vila), e até a solicitar em 1914 ao mesmo Ernesto Korrodi um projecto para construção de moradia própria no Bunheiro, que não chegou a concretizar⁶.

Para além disso era ainda proprietário de terreno foreiro na Torreira, junto à Capela de S. Paio. Ainda em Lisboa tem outra vertente que nos virá a chamar a atenção na pesquisa biográfica, é de que ele terá frequentado durante 11 anos o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa *como chefe de trabalhos de construção civil, onde estudou desenho e construção civil e adquiriu os conhecimentos necessários para satisfazer as disposições legais*⁸, ao certo não foi possível junto do Arquivo do Instituto Superior Técnico, sucessor daquele Instituto, confirmar esta notícia, mas certamente terá fundamento dado que a partir de 1920, João Pedro Marques Vilar surge-nos, como projectista de obras muito relevantes, em Estarreja e na Murtosa.

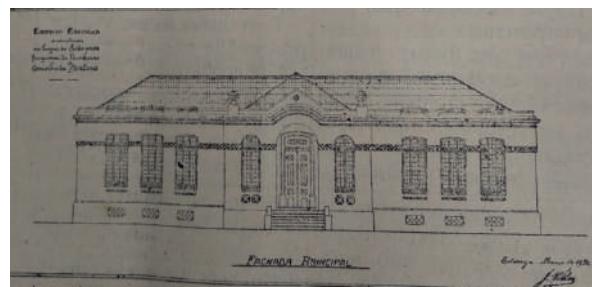
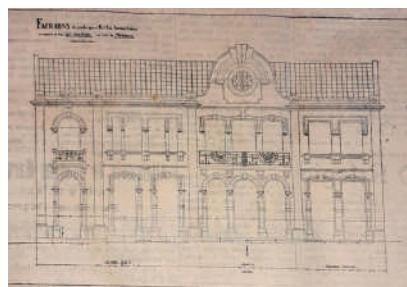
Como exemplos, e numa lista aproximadamente cronológica, há os seguintes registos:

- 1922 – Palacete e capela de António Vieira Pinto, na Torreira
- 1926 – Fonte de Bedueiro, em Salreu
- 1928 – Prédio de Manuel R. Santos Silva, na Avenida Visconde Salreu, em Estarreja
- 1929 – Prédio de António Oliveira Leiras, no Largo de Pardelhas (hoje Café da Praça)
- 1929/30 – Teatro Club de Pardelhas
- 1930 – Prédio do Dr. Joaquim José Ferreira Baptista, na Freguesia do Monte
- 1930 - Capela de S. Silvestre, no Bunheiro (ampliação e restauro)
- 1932 – Escola Primária de S. Silvestre, no Bunheiro (obra não executada)
- 1936 – Casa de férias na Senhora da Saúde da Serra, Castelões – Vale de Cambra
- 19?? – Casa para sua habitação própria, no lugar de Estarreja

⁶Maria Monsalve: Mestrado em: Conservação e reabilitação de interiores.

⁷Espólio Ernesto Korrodi/Arquivo Distrital de Leiria – ADLRA/PSS/EKO/A/027/0001.

⁸O Progresso da Murtosa – 15/12/1932.



À esquerda, Prédio de António Oliveira Leiras | Progresso da Murtosa 17/11/1929,
à direita, Escola de São Silvestre | Concelho da Murtosa 10/12/1932 |.

De todas estas obras de que temos conhecimento, duas delas devem-lhe ter deixado más recordações: a da reconstrução e ampliação da Capela de S. Silvestre, que durante os trabalhos sofreu várias alterações que lhe desvirtuaram a ideia original e, depois o projecto da Escola no mesmo lugar, que após algumas pressões foi chumbado e substituído por outro, ainda por cima estas duas obras eram-lhe particularmente gratas, pois iriam servir as populações do lugar onde ele nascera e tanta necessidade tinham delas.

Naquela época os trabalhos de arquitectura eram muitas vezes elaborados por Engenheiros e tantas outras por curiosos ligados à construção, que pela experiência do dia a dia, conseguiam preparar trabalhos de alguma qualidade. Pelo que encontrámos, devemos concluir que Marques Villar foi um auto-didacta de algum mérito, mas que nunca assumiu “ser arquitecto” como muitas vezes foi apelidado na Imprensa Local, contrapondo sempre que possível “ser apenas um simples mestre de obra”. Certamente modesto!

Pela falta de registos como Constructor Civil junto da Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1920 e pelas datas de projectos na nossa região antes mencionada, tudo leva a crer que tenha regressado a Estarreja por essa época, até porque muitos eram os trabalhos em mão e pouco depois passa também para a vida política.

Em Agosto de 1925 a Câmara Municipal tinha necessidade de alterar e rectificar a planta de urbanização da Costa da Torreira e Marques Vilar oferece-se para, gratuitamente, elaborar tal trabalho, suportando o Município apenas as despesas com o transporte e alimentação quando necessário. Parece ser esta a primeira ligação com a Autarquia, mas logo em Janeiro de 1926 ele é eleito como Vereador Municipal e escolhido para integrar a Comissão Executiva, liderada pelo Dr. Guilherme Souto. Pouco depois apresenta proposta para que seja elaborado um Plano de Melhoramentos, o que é aprovado e ele integra a Comissão respectiva.

A 27 de Outubro o Executivo delibera que a partir daí todos os requerimentos para qualquer construção, outra obra ou alinhamento deverá ter o parecer de Marques Villar. Em Novembro desse ano propõe uma primeira alteração topográfica para o Centro da Vila, após as atribuições que seguiram à implantação da República. Mais tarde, em Fevereiro de 1928 é instituída a Comissão Municipal de Estética que ele integra.

O seu perfil técnico e o exemplar comportamento social/profissional, davam-lhe um estatuto especial na nossa sociedade. Entretanto por Estarreja e, num dos terrenos que adquirira na entrada da Vila, construiu a sua vivenda, em data que se desconhece, e onde viria a falecer.

Essa casa, muitos anos depois, seria o Posto Médico da Vila, entretanto demolida.

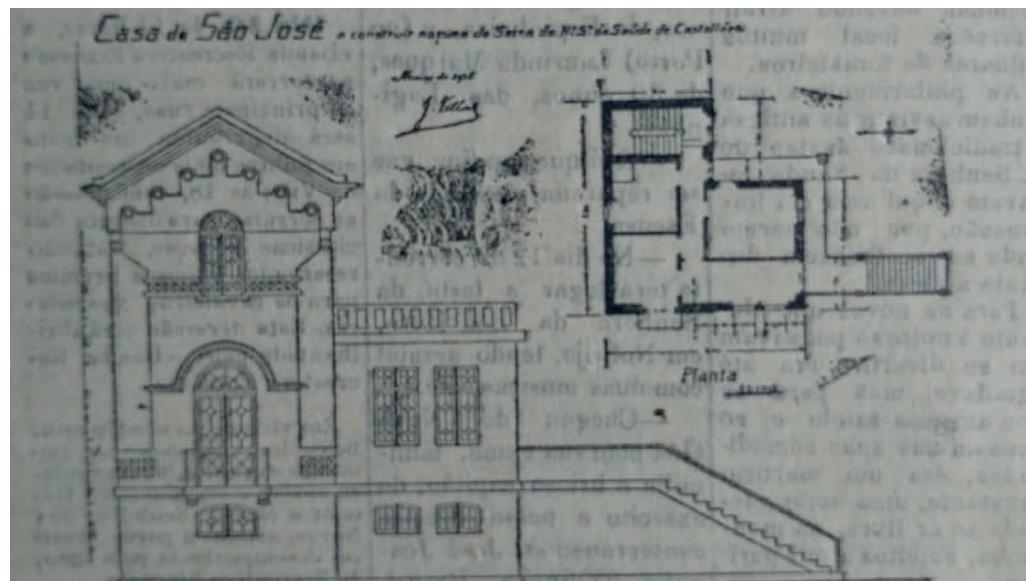


As últimas notícias que temos da sua actividade refere-se à construção de casa, junto ao Santuário de Nossa Senhora da Serra, Castelões/Vale de Cambra. Terão começado os trabalhos em Março de 1936 e, aconteceram quase em simultâneo com a edificação do novo Santuário, que viria a ser benzido e inaugurado em Agosto desse ano. Era conhecida a devoção dos povos Marinhões pela N. Sra. da Saúde da Serra, onde se deslocavam anualmente por estradas de terra batida, serra acima.

Os povos da Murtosa, do Bunheiro, de Pardilhó, do Beduído e de Salreu faziam esse caminho com regularidade numa viagem nocturna de 7 ou 8 horas. No entanto, no largo espaço fronteiro à pequena capela e depois Santuário não existiam habitações condignas para receber os peregrinos. João Pedro Marques Villar que muito gostava do local adquiriu terrenos e construiu aí uma casa, a que deu o nome de S José. Na acta de bênção e inauguração do Santuário o seu nome está referido entre as presenças ilustres aos actos, o que demonstra o seu prestígio também naquele meio.

Nesta cerimónia a parte musical esteve ao cargo da Banda Clube Pardilhoense – grupo sacro e banda - e, fique aqui o registo – a Banda de Pardilhó a partir desse ano 1936 e até à chegada da pandemia – ano em que se interromperam as celebrações – nunca deixou de estar presente nas cerimónias de Agosto.

A Casa de S. José, que terá sofrido aumentos em anos seguintes, ficou sempre conhecida pelos locais como a “Casa de Estarreja”, pois aí se reuniam anos após anos, famílias de Estarreja. Foi vendida pelos herdeiros e hoje só restam algumas ruínas⁹.



JOÃO PEDRO MARQUESVILLAR vem a falecer em Beduído a 22 de Março de 1941 ficando sepultado no cemitério local. Dos seus 2 filhos, João Pedro Júnior viria a falecer poucas semanas depois, a 30 de Abril, deixando por cá descendência. Quanto a Luciano, depois de ter estado aqui largos anos estabelecido regressou a Lisboa onde viria a falecer, deixando aí descendentes.

AGRADECIMENTOS:

Entre outros ficam aqui os nomes de alguns amigos que me ajudaram neste trabalho:

Fernando Artur Góis Marques Vilar, António Sousa, José Cirne, Daniel Bastos, Marco Pereira, Francisco Faustino, António Morais Oliveira, Clara Vide, Alexandre Agra, Fernando Saramago, Paulo Dias e Fátima Mendes.

⁹O Jornal de Estarreja – 01/06/1936.

LITÍGIO E SEPARAÇÃO DOS VÍNCULOS DO MATO (SALREU/ESTARREJA) E DE SÃO PAIO (MOUÇÓS/VILA REAL): UM CASO BICUDO ENTRE TIA E SOBRINHO EM MEADOS DE OITOCENTOS

António Pedro de Sotomayor*

À quinta da Fontinha do Paço, em Estarreja, chegou, certa manhã, carta enlutada. Dona Maria Clara Benedita recebeu-a na bandeja de prata habitual, apresentada pela enteada Mónica de Jesus no cumprimento dos seus deveres de governanta. Quebrado o reconhecido lacre brasonado, foi sem dificuldade - fruto da educação in illo tempore recebida no Convento de Jesus de Aveiro junto das tias maternas e, desde então, sempre cultivada – que a decana fidalga pôde ler o que segue:

Vila Real, 12 de abril de 1831

Prezada Tia

Esperando que esta a encontre de boa saúde, cumpre-me o doloroso dever de lhe participar o passamento de nossa mútua parenta dona Ana Joaquina, no passado 9 de abril, de uma febre catarral. Alma pura e boa a quem, juntamente com minha irmã Arcângela Benedita, pude acompanhar nos seus derradeiros anos, e por cuja gratidão me tornou seu testamenteiro e herdeiro único e universal.

As exéquias acorreu muito povo e gente notável da vila e arrabaldes, sendo o ofício de corpo presente muito devoto e expressivo, inteiramente celebrado em cantoção como fôra seu expresso pedido. Velada em São Pedro, autorizou-lhe o padre Pereira de Brito o descanso eterno no seio das clarissas, às quais farei entregar os cinquenta mil réis que legou ao Nosso Senhor Sacramentado da sua igreja.

Enredam-me presentemente os laboriosos trabalhos militares afetos à causa e governo de Sua Majestade Absoluta. Por isso, apenas quando for oportuno farei a viagem a Salreu, a tomar posse das terras do Mato de que, a exemplo das de aqui, de São Paio, sou agora o morgado. Não deixarei, então, de a visitar na Fontinha, a si e aos primos Joaquim Calixto e José Luís, prometendo evitar a política em prol de um saudoso reencontro.

Deste que lhe dedica elevada consideração e estima,
Francisco Barbosa da Cunha e Mello

Ausentes o espanto e a dor pungente, reagiu à notícia com o pesar de qualquer cristão pelo natural desaparecimento de um outro, já septuagénario e de quem levemente conhecera a existência.

Outrossim não aconteceu quanto ao derradeiro parágrafo. Notoriamente, o sobrinho marcava posição. Senhora opiniosa, ciente de lhe sobrarem direitos enquanto parente mais próxima da finada, pôs de lado o escrito e recostou-se, quedando-se pensativa. À hora da ceia tomara já uma decisão. Avalisada no imediato pelos filhos presentes, dispôs-se a submetê-la ao criterioso julgamento dos demais, Pedro e Francisco, que em Braga punham então as suas formaturas em leis e cânones ao serviço daquela Relação Metropolitana. Com o primogénito Manuel Bernardo não contava, emigrado que estava na Bélgica em consequência da fracassada revolta liberal de maio de 1828.

*Licenciado em Design. Desenvolve a sua atividade profissional na área da arquitetura. Autor de vários ensaios no âmbito da Genealogia e História da Família.

Sabiam aqueles, de boa ciência, não estarem as intenções e convicções da mãe inteiramente a coberto da lei; contudo, há que dizê-lo, não era esta, senhora de aceitar contradições. Reconheciam, ademais, que chegando o caso a juízo por força das circunstâncias, hipótese teria de algum sucesso. Senão no Mato, quiçá em São Paio. Uma mão cheia de nada, já a postura do primo Francisco e as últimas vontades da defunta garantiam. E isso mesmo fizeram sentir nas palavras que enviaram à casa materna, na volta do correio.

Não foi por isso absolutamente de ânimo leve que, numa questão de semanas, dona Maria Clara rumou à vizinha povoação de Salreu, na companhia de um par de criados e baús essenciais, instalando-se nas casas da quinta do Mato. Surpresos e reticentes de início, acabaram por curvar-se os caseiros face à notícia do óbito da morgada dona Ana Joaquina, e à evidência da suposta intrusa ser, efetivamente, a derradeira sobrevivente dos treze irmãos da sua geração; no grau mais próximo da linha agora extinta e que se radicara na vila sobranceira ao Corgo.

Para todos os efeitos, a matriarca da Fontinha apossava-se, de facto, do que entendia pertencer-lhe por direito. E sem perda de tempo fê-lo saber ao universo dos fregueses de São Martinho, comparecendo no ofício dominical da manhã seguinte, de ponto em branco e séquito aprumado. De boca a ouvido, entre os presentes foi-se paulatinamente diluindo o assombro na perplexidade da questão sucessória, vindo inclusive à baila, o padre descalço que há poucos anos ali passara a tomar posse do Mato, mandatado pelo irmão daquela, o antigo capitão-mor de Ovar José Manuel, entretanto falecido, a quem, segundo correrá voz, teria a morgada cedido os direitos ao vínculo. E logo alguns se perguntavam, se não tinha este um varão sucessor – Francisco, segundo constava – militar graduado em Trás-os-Montes? A quem assentaria, como tal, a razão?

Inevitavelmente, os ecos desta ação acabariam por se fazer ouvir em Vila Real. Em boa consciência, dona Maria Clara antecipou-se-lhes através da sua ainda firme e bem desenhada caligrafia, justificando-se na resposta que, por seu turno, ainda devia à missiva do sobrinho:

São Martinho de Salreu, 17 de maio de 1831

Estimado Francisco

Agradeço reconhecida as notícias que me fez chegar acerca do infeliz sucesso da prima Ana Joaquina, última representante dos nossos parentes Melo e Castro. Rezei por ela embora nunca a tenha chegado a conhecer; creio mesmo que não se terá deslocado vez alguma por Estarreja, ou sequer visitado os bens patrimoniais de Salreu administrados sucessivamente pelo pai e irmãos. Seria, no entanto, pessoa grata e justa, a avaliar pelas suas últimas vontades no que a si, meu sobrinho, respeitou. Incorreu, todavia, em erro, no que para sua herança podia livremente dispor. Refiro-me, como já antecipa, à parte dos bens vinculados, nos quais, conforme a lei, não havendo lugar a representação, sucede o parente mais próximo.

Decerto sabe e não será demais lembrar, que coincidiram no meu bisavô paterno – e seu trisavô – Jerónimo Pereira de Melo, os morgados do Mato e de São Paio, cuja administração veio a ficar, após sua morte, ao filho mais velho, o tio-avô José Teixeira de Melo e Castro, de Vila Real. Passaram depois os ditos vínculos ao único dos filhos deste que casou, e adiante aos seus netos, os quais nunca constituíram família, a última dos quais foi a dita Ana Joaquina, nossa prima em segundo e terceiro grau, no que a mim e a si respeita. Eis a razão pela qual escrevo estas linhas sentada ao escritório da casa do Mato, cuja posse assumi há dias, e onde pretendo, como legítima herdeira, passar os anos que a Divina Providência entender ainda conceder-me. Acredito que o Francisco compreenderá e aceitará de bom grado esta decisão, a qual nunca tomaria se a lei me não permitisse.

Por outro lado, e em nome da nossa boa harmonia, considero de justiça e estou na disposição de ceder-lhe a administração do morgado da quinta de São Paio, que pela mesma ordem de ideias me cabe, e da qual já se encontra de posse como referiu. Ficariam desse modo bem repartidos os vínculos pelos dois únicos ramos da família. As terras de São Paio, próximas a Vila Real onde a sua vida decorre; as do Mato, perto de Estarreja e da minha quinta da Fontinha do Paço.

Fazendo fé na sua melhor avaliação, despeço-me afetuosamente.
Maria Clara Benedita Barbosa da Cunha e Mello

Seguiu a carta para a casa da Rua do Tabulado, em São Pedro de Vila Real, onde ficou a aguardar o regresso do destinatário, a espaços ausente no serviço de tenente-coronel do regimento de Milícias da vila e dos Voluntários Realistas de Mirandela. Começava a estação veranega quando, enfim, o “deposto” morgado se inteirou, estupefacto, do arrojo e declaradas pretensões da tia, à qual entendeu por bem não confrontar, no imediato, de viva voz, até porque lhe continuava a ser inconveniente a empresa da jornada a Salreu.

Pelo contrário, e após consulta ao Dr. Pereira Coelho, seu advogado, resolveu-se, em resposta escrita, a tentar chamar à razão a intrépida anciã. Proporcionou-se a ocasião no decurso de uns dias de descanso em Mouçós, num ameno final de tarde que encerrou um reflexivo passeio a cavalo ao longo do Corgo:

Quinta de São Paio, 29 de agosto de 1831

Prezada Tia

Imagino que estranhasse alguma demora na resposta à sua última carta, cujo surpreendente conteúdo me causou enorme perplexidade. Neste dia em que lhe escrevo, como, entretanto, já saberia ou terá ficado a conhecer, professa no Real Convento de Jesus minha irmã mais nova e sua afilhada, Maria Henriqueta. Escolhi propositalmente o momento, pretendendo evocar a enorme alegria que representou para toda a família, a sua anuência ao convite de meu pai e consequente presença a amadrinhá-la na pia batismal de São Cristóvão de Ovar.

Bastas vezes o ouvi a meus pais e tios. Promovida pelos esforços de minha mãe e do tio Timóteo, representava o fim de mais de vinte anos de agrura e afastamento, motivados pela contrariedade do seu indesejado casamento com o morgado da Fontinha, abastado e licenciado é certo, mas sem berço que nos igualasse. Na falta do avô Francisco, cabia então ao meu pai, José Manuel, e à tia Antónia, prioresa, zelar pelo destino dos irmãos. E o seu, minha tia, enquanto irmã mais nova e segundo me foi contado, estava traçado entre o convento e os esposais com um dos primos Melo e Castro, o mais velho dos quais, José, era já morgado do Mato e de São Paio, continuando por casar.

A sua indómita vontade decidiu de outra forma, à revelia, e sustentada em licença régia. O tempo e a vida já lhe terão respondido sobre o acerto da mesma. Porém, se nestes dezassete anos decorridos após o batismo de minha irmã, tem reinado a harmonia entre todos, nunca a sua recusa foi perdoada em Vila Real, onde a consideravam “persona non grata”. Tanto eu como minha irmã Arcângela fomos disso testemunhas privilegiadas, nos últimos seis anos em que deixámos Ovar e aqui vivemos, a convite dos primos.

E se disso subsistirem dúvidas, ficaram as sucessivas mandas testamentárias destes, onde apenas meu pai, eu e minhas irmãs somos repetidamente indicados por herdeiros, não existindo uma vez que seja, qualquer referência à tia, ou a seus filhos. Deste modo não quero crer, e não lhe assenta bem, que pretenda afrontar as últimas vontades daqueles três defuntos aos quais a ligavam próximos laços de sangue!

Além do mais, juridicamente, a tia esquece, ou parece ignorar, a cedência do vínculo do Mato que dona Ana Joaquina fez, em 19 de julho de 1826, na pessoa de meu pai, já doente da maleita que o levaria nesse final do verão. O objetivo não foi outro que o garante desse património, por representação, na descendência deste, precisamente por se temer qualquer atitude da sua parte conforme agora acontece. O Reverendo Padre João Jacob da Cruz Descalço, no consequente 5 de agosto e com todos os poderes substabelecidos, fez o favor de tomar posse, em nome de meu pai, do vínculo dessa casa e quinta que a senhora, no presente, ocupa indevidamente. Serviu de testemunha nosso primo comum, Francisco do Amaral Pinto Correia de Almeida e Calvos, da vizinha quinta do Couto, que tudo lhe poderá confirmar.

Em virtude do quanto acima relatei, e não querendo, de modo algum, reabrir feridas já saradas, peço-lhe que reconsiderere a sua posição e desocupe essa propriedade, de minha pertença, na qual, de visita, será sempre bem-vinda.

Respeitosamente, seu sobrinho
Francisco Barbosa da Cunha e Mello

Outra resposta e contraditório se dilataram no tempo, repetindo argumentos e subindo de tom pela ameaça de recurso à justiça. Enfim, uma derradeira missiva, curta e lacônica, encerrava o debate com a definitiva recusa de dona Maria Clara. Lacrado com o brasão da Fontinha, o sobrescrito foi recebido na casa da Rua do Tabulado, e lá ficou, por abrir, largo tempo.

§

Andava então o tenente-coronel Francisco Barbosa demasiado ocupado com os preparativos militares prenunciadores do conflito generalizado que sucedeu o desembarque de D. Pedro na praia do Mindelo, a 8 de julho de 1832. Depois foi toda a vertigem que terminou, sem glória, em Évora-Monte, a 26 de maio de 1834, durante a qual se viu promovido a coronel do seu regimento e, na mesma patente, comandou briosamente o batalhão de Voluntários Realistas de Mirandela. No que lhe respeitou, a desonrosa rendição alentejana amnistiou-o, devolveu-lhe os bens e permitiu-lhe o regresso a casa conservando a patente militar. Uma vez os ânimos sossegados, chegou o tempo de resolver a questão deixada em aberto, e reclamar judicialmente à tia e primos da Fontinha, a herança em disputa.

Assim, um seu libelo reivindicativo deu entrada nos meandros da justiça durante o ano de 1836. A obviedade das alegações sustentava-se em dois factos: era herdeiro universal da última administradora do vínculo, e representava o pai – entretanto falecido – putativo candidato à sucessão na única linha transversal com ascendência comum ao instituidor.

RESUMO DO ARGUMENTÁRIO CONSTANTE NO LIBELO DE REIVINDICAÇÃO DE FRANCISCO BARBOSA DA CUNHA E MELO

O autor do libelo começa por afirmar que dona Ana Joaquina de Melo e Castro – de quem era universal herdeiro – fora a última administradora e legítima sucessora do morgado da Casa do Mato, estabelecendo em seguida a genealogia ascendente a Jerónimo Pereira de Melo, tronco comum entre ambos e primeiro administrador do referido vínculo, instituído em 1649 por António da Cunha de Azevedo.

Falecendo aquela sem descendência, terminara a primeira linha de sucessão iniciada em José Teixeira de Melo e Castro – filho mais velho do dito primeiro administrador – passando à linha imediata da irmã, dona Maria Clara da Cunha de Azevedo. Era esta, avó comum dos irmãos José Manuel Barbosa da Cunha e Melo – pai do autor do libelo – e de dona Maria Clara Benedita – a ré neste processo e tia do seu autor.

Esclarece em seguida que sendo o vínculo instituído por ascendentes, havia lugar à representação “ad infinitum”, cabendo a mesma àquele José Manuel, não só por ser mais velho que a irmã, mas também em virtude da prerrogativa do sexo na sucessão vincular, preferindo-se o masculino ao feminino. Alega também que mesmo apesar do pai ter falecido antes da última administradora, a ele, autor, cabe no presente, sem dúvida, a representação paterna, logo a administração do morgado.

Afirma depois que a tia “se intrusou na posse dos bens do sobredito vínculo, e em notória má-fé e injustiça, e sem título que o justifique, e até sabendo que o autor e já seu falecido pai haviam judicialmente tomado posse do referido morgado por virtude de cessão que a última administradora lhe fizera”.

Enfim conclui, pedindo que a ré seja condenada a entregar-lhe todos os bens integrantes do morgado da Casa do Mato, além da totalidade dos rendimentos liquidados desde a morte da última administradora, sem direito a resarcimento por quaisquer benfeitorias que nele tivesse feito, imputando-lhe ainda as custas processuais.

in, “Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC), Fundo dos Condes de Azevedo, NI 3427/1 – doc. 47”

Vigorava ainda nessa matéria o texto das ordenações filipinas de 1603 segundo o qual, *por terminarmos as dúvidas que se movem em alguns casos sobre a sucessão dos Morgados, ordenamos, que na sucessão deles e dos bens vinculados, posto que o filho mais velho morra em vida de seu pai, ou do possuidor do Morgado, se o tal filho mais velho deixar filho, ou neto, ou descendentes legítimos, estes tais descendentes por sua ordem se preferirão ao filho segundo.*

*O que não somente haverá lugar na sucessão do Morgado em respeito dos ascendentes, mas também em respeito das transversais, sendo descendentes do instituidor, de maneira que sempre o filho e seus descendentes legítimos por sua ordem representem a pessoa de seu pai, posto que o dito pai não houvesse sucedido no tal Morgado*¹.

O sublinhado – da autoria do presente autor – aliado ao parágrafo antecedente, era demolidor para as pretensões de dona Maria Clara Benedita, e na Fontinha – com dois irmãos formados em direito e o amigo Correia Teles *tão nobre de sangue como pela ciência das leis*² – certamente existiria essa consciência. Todavia, levou-se para a frente a estratégia do ataque como melhor defesa, introduzindo em 1837 um novo pomo de discórdia com características semelhantes, mas não idênticas.

RESUMO DO ARGUMENTÁRIO CONSTANTE NO LIBELO DE REIVINDICAÇÃO DE DONA MARIA CLARA BENEDITA BARBOSA DA CUNHA E MELO

Reagindo à pretensão do sobrinho, a autora do presente libelo, após confirmação da genealogia expressa no anterior, apresenta o testamento de António Teixeira de Melo e Castro, reforçando por seu intermédio que o mesmo era possuidor de dois vínculos denominados de “São Paio” e do “Mato”, instituídos aquele por Vasco Martins de Resende, senhor de Resende, e este por António da Cunha de Azevedo, senhor da Casa do Mato.

Pede que lhe sejam restituídos os bens do vínculo de São Paio, considerando-se a sua legítima administradora por ser a parente mais próxima da última titular dessa função, dona Ana Joaquina de Melo e Castro, falecida sem descendentes.

Baseada nessa presunção, reclama igualmente os “bens alodiais, assim móveis como de raiz, direitos e

¹Ordenações Filipinas, Livro IV, Título C.

²FERREIRA, D. B. (Novembro de 2015). O Desembargador Dr. José Homem Corrêa Telles. *Histórias e memórias do Concelho de Estarreja*(9), p.115.

ações” do fideicomisso universal instituído por António Teixeira de Melo e Castro, irmão desta, e do qual a mesma foi legatária na condição de os transmitir, por sua morte, de modo a que “àquele ou àquela [dos sobreditos] que sucedesse nos vínculos, sucedesse igualmente em toda a sua herança”.

Por conveniência, omite a autora do libelo a expressão “dos sobreditos”, obviamente referida no testamento original, aos supra designados para a sucessão: “seu primo José Manuel Barbosa da Cunha e Melo, e sendo este falecido a seu filho Francisco Barbosa, e na falta deste a sua irmã mais velha, e na falta desta à segunda irmã, e na falta desta a terceira irmã, todos legítimos filhos do dito seu primo”.

Além disto pede que haja lugar ao ressarcimento dos frutos e rendimentos de uns e outros bens desde a data da morte da última administradora. E, à guisa de conclusão passa a exigir a apresentação do obrigado inventário a que dona Ana Joaquina deveria ter procedido elencando os bens da herança do falecido irmão. Na sua falta, deveria julgar-se pertencerem ao dito fideicomisso, todos os bens que o sobrinho possui, devendo este entregar-lhe “todos os títulos da Casa, ou pagar o interesse que a autora – sua tia – tinha em os haver”.

in, “Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC), Fundo dos Condes de Azevedo, NI 3427/2 – doc. 56; NI 3427/19 – doc. 5

Pretendia agora dona Maria Clara que, da mesma forma, o sobrinho lhe entregasse os bens do morgado da quinta de São Paio – na localidade da Ponte, freguesia de Mouçós (Vila Real) – dos quais se apossara na sequência da morte da mesma administradora. Fincava-se, para tal, na condição daquele património enquanto vínculo instituído por um colateral à ascendência dos litigantes. E nisso assistia-lhe a frase imediata das referidas ordenações, estipulando que se os transversais não forem descendentes do instituidor, se guardará o que é disposto por Direito Comum. Logo especificando, com recurso a uma lei de 1557, que concorrendo na sucessão dos Morgados irmãos, varão e fêmea, (...) sempre o irmão varão suceda no Morgado e bens vinculados, e preceda a sua irmã, posto que seja mais velha. (...) E nos Morgados e bens vinculados, de qualquer qualidade que sejam, sucederá o parente mais chegado ao último possuidor, sendo do sangue do instituidor.



Casa do Mato, em Salreu, de acordo com a nova traça que lhe foi conferida nas primeiras décadas do século XX

Consequentemente, à letra da lei, afirmando-se tia e sobrinho descendentes de António da Cunha de Azevedo – instituidor do vínculo da quinta do Mato e pai do primeiro administrador Jerónimo Pereira de Melo – estava em maus lençóis dona Maria Clara Benedita, uma vez que prevalecia na sucessão do Mato o irmão José Manuel, mesmo que falecido antes da última administradora pois representava-se na pessoa do filho Francisco, a quem caberia suceder naquela administração.

Por outro lado, o vínculo da quinta de São Paio fora instituído por Vasco Martins de Resende no século XV, e todo o seu processo de sucessão até chegar às mãos de Jerónimo Pereira de Melo,

antepassado comum dos litigantes, não era claro. Encontravam-se por isso de acordo, tia e sobrinho, considerando-se descendentes colaterais do instituidor, mas sem direito de representação perdido que estava aquele fio condutor. E sendo assim, brilhava mais intensamente a estrela de dona Maria Clara ofuscando a de Francisco, em virtude de ser a última sobrevivente da sua geração e, como tal, a parenta mais próxima da última administradora dona Ana Joaquina de Melo e Castro.



Panorâmica do conjunto da quinta de São Paio desde a estrada municipal M-1231

No contra libelo de 1838, Francisco Barbosa de Castro da Cunha e Melo – como também se chegou a subscrever – procurou desacreditar a condição de morgadio atribuída à quinta de São Paio. Era a forma de contornar a evidência anterior, meramente aplicável à propriedade vinculada. Sendo o documento fundador de Vasco Martins de Resende e sua mulher dona Maria de Castro, reconhecido por tia e sobrinho, na sua génese estava, efetivamente, um dote de casamento feito a um seu criado como forma de remuneração e garantia futura de serviços militares ou outros afins. Carregava a doação – que por isso mesmo não era uma instituição regular de morgado, clara e expressa – a pena do seu perdimento, ao próprio e aos descendentes, no caso de incumprimento daquele ónus servil tipicamente feudal. Estas circunstâncias atribuíam, desse modo, aos bens de São Paio, um caráter mais próximo dos prazos falecidos hereditários, do que propriamente das instituições vinculares. Ademais, ali não existiam os legados pios e missas que maioritariamente estavam na origem dos morgados, e em nada provava o facto dos seus possuidores desde antanho se intitularem “morgados”.

Visado igualmente nos bens livres de encargo que herdara e compunham o fideicomisso de António Teixeira de Melo e Castro, contrapôs Francisco Barbosa com a letra e o espírito subjacentes ao texto das últimas vontades daquele. E na realidade, em lado algum da aludida manda são mencionados dona Maria Clara Benedita ou seus filhos, enquanto, por contraste, o testador enumera Francisco e suas três irmãs como consecutivos sucessores naqueles bens, depois de finada a legatária dona Ana Joaquina. Era absoluta a omissão do ramo familiar de Estarreja por parte dos irmãos Melo e Castro.

Enfim, quanto à última reclamação, não estava dona Ana Joaquina de Melo e Castro obrigada, por lei, a fazer inventário do fideicomisso com que o irmão a beneficiara enquanto vivesse. De todas as formas, como derradeira sobrevivente dos irmãos, a ela ficara entregue a escolha do herdeiro da globalidade dos bens que lhes eram comuns, e de cujos rendimentos sempre tinham vivido sem nunca os dispersar entre si. E Ana Joaquina *dispondo dos bens temporais disse instituía por seu único, e universal herdeiro, e Testamenteiro o seu sobrinho Francisco Barbosa de Castro da Cunha e Melo, Tenente Coronel do Regimento de Milícias desta Vila Real e filho legítimo de seu Primo José Manuel Barbosa da Cunha e Melo. Declarou ela Testadora que havia já cedido dos vínculos de que era administradora no dito seu Primo já falecido, que deles havia tomado posse por ser o imediato sucessor, e por morte do mesmo tomara posse seu filho herdeiro instituído por ela Testadora*³.

³Arquivo Histórico Diocesano de Vila Real (AHDVRL), registo de testamentos (1824-1850), fl. 151v.

A sentença⁴, demorou mais de um ano e foi assinada em Vila Real, a 31 de janeiro de 1840, pelo juiz da comarca Vicente Ferreira Novais, antigo presidente da Câmara Municipal do Porto e, facto curioso, o homem que em 1835 recebera para aquela cidade o coração de D. Pedro IV, cuja morte ocorrerá poucos meses após o fim da guerra civil.

Não deu o magistrado como provado, face ao documento de doação, que os bens de São Paio fossem de vínculo ou morgado; antes neles prevalecia a condição hereditária dos emprazamentos, logo a sucessão e posse continuavam em Francisco. Também considerou que dona Maria Clara Benedita nada tinha alegado de válido para atestar a sua legitimidade na sucessão do vínculo de São Martinho de Salreu; subsistia neste o direito de representação *ad infinitum* do instituidor, o qual cabia na linha de ambos os litigantes, sem contestação, ao mesmo Francisco. Por maioria de razão, não se provando que à tia pertencesse legitimamente a administração dos dois alegados vínculos, não reunia esta as qualidades exigidas por António Teixeira de Melo e Castro para ser chamada a herdar o fideicomisso universal que instituiria; quem sucedesse nos vínculos deveria suceder igualmente em toda a sua herança.

Destarte, ficou dona Maria Clara obrigada a largar o vínculo da quinta e Casa do Mato, e desobrigado o sobrinho a entregar-lhe o chamado “morgado” de São Paio, assim como os bens livres de encargo herdados do último dos varões Melo e Castro. Condenada ainda a arcar com as custas processuais, a sua qualidade de viúva livrou-a, no entanto, ao pagamento da dizima – uma pena de multa aplicada a quem fazia má demanda.

Desagradada com o veredicto, a família de Estarreja levou o caso à apreciação da Relação do Porto ainda durante o ano de 1840. Conseguiram reverter parte da decisão anterior, nomeadamente o que concernia à quinta de São Paio⁵, recorrendo ao parágrafo IV da lei pombalina de 3 de agosto de 1770. Nessa redação subentendia-se a aceitação dos vínculos *que a respeito deles se verifique o serem tidos, e havidos por tais, de tempo imemorial*, mesmo que deles se não apresentassem *Instituições claras, e expressas, ou sentenças passadas em julgado, pelas quais estejam declarados por de Morgado*. E assim sucedia com aquele património, cujos possuidores ostentavam o título de “Morgados de São Paio”, facto evidenciado já na “Pedatura Lusitana” de Alão de Moraes cento e setenta anos antes (1669), reportando-se a Pedro Vaz de São Paio, personagem de finais do século XV. Quanto à quinta do Mato e restantes bens dos Melo e Castro, a decisão não sofreu qualquer modificação, confirmando o tribunal a sua justa pertença a Francisco Barbosa da Cunha e Melo.

Longe estava o assunto, no entanto, de se dar por concluído, e algum trabalho ainda daria aos procuradores dos contendentes; a saber, os vila-realenses Custódio José de Sousa Machado – pelo ramo de Estarreja – e Manuel António Rodrigues – pelo de Ovar. É mesmo neste âmbito que se explica a saída de Francisco Barbosa, de Vila Real para Santa Maria de Sardoura onde senhoreava a quinta do Barral. Mediante tal expediente, furtava-se à execução da sentença a qual, por ser feita em juiz novo, obrigava a que a primeira citação lhe fosse feita em pessoa.

Entravado o processo dessa forma, em fevereiro de 1841 requereu a tia ao juiz de Paz de Mouçós que fizesse chamar o sobrinho para a conciliação e assim se poder cumprir o sentenciado. Constava que o visado se hospedava no momento na cidade do Porto, em casa do morgado do Bonjardim, seu amigo, ou próximo, na Estalagem Real, na rua do mesmo nome à Porta de Carros. Por isso mandou o juiz João de Sousa Lopes ao seu colega da freguesia de Santo Ildefonso – *e em geral para onde quer que Francisco*

⁴AMVC, Fundo dos Condes de Azevedo, NI 3247/19-doc. 05.

⁵Ibid., doc. 69, fl. 31v.

Barbosa residir neste Reino, e todas as Justiças – carta citatória para no prazo de um mês, precisamente a 10 de março e pelas duas da tarde, o mesmo comparecer à sua presença no lugar de Pena de Amigo, em Mouçós, sob pena de revelia.

De evidente má-fé, Francisco não cumpriu o solicitado. Não só porque o oficial de diligências que o citou o fez, alegadamente, sem a presença de testemunhas e sem declarar reconhecer-lhe a identidade; mas também porque apenas entendia por competente o juiz de Paz de Mouçós para o demandar, em virtude de ser o seu domicílio naquela freguesia trasmontana. Resultou a revelia num auto de não conciliação.

Em consequência e por intermédio do doutor Joaquim Ferreira Real – seu advogado na causa e em quem o procurador Sousa Machado substabeleceria os poderes – dona Maria Clara Benedita levou a execução da sentença ao juiz de fora de Vila Real, o recentemente nomeado doutor António Pereira Pimentel da Mota Castelo Branco. Marcada a audiência, foi ordenada nova citação que ocorreu desta vez em Ovar, na casa familiar da rua da Fonte onde residia a cunhada viúva, dona Joaquina Rosa Osório Sarmento, mãe de Francisco. Relatou o oficial de diligências, que ali se dirigira a 10 de fevereiro de 1842, porém *não o encontrara e lhe constara que estava em casa e que se escondia para não ser citado, e por isso o citou na pessoa de Maria da Cunha criada da dita mãe*. Voltou no dia seguinte, pelas nove horas da manhã, repetindo-se os factos.

Se considerara nula aquela feita no Porto um ano antes, a esta atribuiu Francisco Barbosa um carácter de falsidade, arrolando testemunhas que lhe garantiam a presença na capital nortenha nesses dias, e alegando que a mãe não tinha qualquer criada chamada Maria da Cunha, mas sim Maria Emília! Como se calcula, voltou a ignorar a demanda judicial, não comparecendo perante o juiz na data acertada de 18 de fevereiro. Realizou-se assim mesmo a audiência, sendo feito saber ao seu procurador que ficava citado para, no prazo de dez dias, largar a posse da quinta de São Paio, liquidar os rendimentos dela auferidos indevidamente, e pagar as custas processuais.

Porém, Francisco não se deu por vencido. No último dia do prazo fez apresentar por Manuel António Rodrigues os motivos pelos quais embargava as anteriores citações, considerando nula a primeira e falsa a segunda, assim como o auto de não conciliação que lhe fora feito à revelia. E demonstrando-se a sua razão, voltaria tudo à estaca zero para nova conciliação. Logo, enquanto tal não sucedesse, não era possível dar-se início à contagem do tempo para a entrega de São Paio. Não satisfeito com isto, e por cautela, acrescentou um extenso embargo à retenção das benfeitorias e aumentos realizados na quinta durante séculos, a partir do momento da doação de novembro de 1467.

⁶As testemunhas arroladas foram José António Teixeira de Melo Pinto da Mesquita, morgado do Bonjardim, seus irmãos Duarte Egas Moniz Coelho e Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho; o mestre-barbeiro Manuel José Pinto de Carvalho, assistente à Porta de Carros, e Miguel Pereira de Sá Pacheco, criado da Estalagem Real. Daqui se infere a amizade que deveria ligar Francisco Barbosa da Cunha e Melo à família do Bonjardim, oriunda e com solar em Vila Real, e que o mesmo seria hóspede na quinta do Bonjardim durante as suas estadias no Porto, frequentando o barbeiro e a Estalagem Real que lhe ficavam nas imediações, na rua do Bonjardim, à hoje desaparecida Porta de Carros na muralha medieval.

RELAÇÃO DOS AUMENTOS E BENFEITORIAS FEITOS NA QUINTA DE SÃO PAIO APRESENTADOS NO EMBARGO DE FRANCISCO BARBOSA DA CUNHA E MELO

- A capela (A) com sua respetiva calçada no estado em que se acha feita em 1730 com o orago de São Paio é sem dúvida benfeitoria e aumento. Capela e calçada valem 800 mil réis;
- Há poucos anos foi feita por baixo da dita capela a calçada de entrada para a quinta (B) também a fonte e tanques de pedra (C) e as paredes dos lados com sua ramada que ali não havia até se entrar na eira tudo pelo custo de 600 mil réis;
- As águas que se romperam em grande abundância e caem nos ditos tanques há 80 anos e com as quais se fertilizam as terras da quinta e lhe aumentam o valor em mais de 2 contos de réis;
- A eira de pedra (D) junto das casas que foi feita de novo há menos de 10 anos cujo custo e serviço valem 200 mil réis;
- A corrente de casas térreas que ficam ao nascente da dita eira e chegam a fazer face com as outras casas pegadas para o lado do norte que tem um lagar, e dorna (E), e a 2^a casa chamada “do meio” onde dormem os moços (F), e a 3^a que serve de palheiro (G), e a 4^a e 5^a que servem de loja de gado , (H) e a 6^a e última que serve de forno (I), (...) adquiridas por compras feitas aos moradores do lugar e povo de São Paio. A dita corrente de casas bem valem 300 mil réis;
- As casas de habitação da quinta, aumentadas e benfeitorizadas, e se lhe fez de novo uma escada de pedra (J) que é de cantaria que dá entrada com seu pátio por fora das casas, também foi solhada de pedra de cantaria a primeira sala da entrada (K) e se fez a frontaria das casas do lado sul com uma sala forrada e solhada com 2 quartos grandes (L) o que foi feito em 1722, e além disto em 1788 foi feita a que se chama “casa nova” (M) com uma alcova que fica para o lado do norte, tudo isto é além das casas antigas e no custo e valor de 1 conto de réis;
- As casas a que se chamam os “casarões” (N) com seu quinteiro e quintal, e sua cortinha pegada com sua poça de água que foi tudo habitação de António Carneiro e sua mulher Maria Alves (...) que estes largaram a José Teixeira de Melo e Castro, irmão de dona Ana Joaquina, por venda que lhe fizeram e este aumento vale o melhor de 300 mil réis;
- Uma casa com 2 rodas de moinhos com uma azenha e levada junto do rio Corgo com seu lameiro atrás do moinho feito em 1654 que vale e dá o valor de 1 conto e 200 mil réis;
- Há menos de 50 anos se fez uma regada com seu açude de novo feita no rio de Sigarroza onde chamam “a Ribeira” que aumentou a quinta no valor de 50 mil réis;
- Duas veigas no limite do extinto povo de São Paio: a veiga de baixo (entre a estrada velha e a estrada nova) e a veiga de cima (entre a estrada nova e a estrada que vai da Sigarroza para a Igreja de Mouçós), divididas em leiras que eram propriedade do povo de São Paio que as deixaram de habitar e possuir há menos de 200 anos, e uma lameira chamada “Bicho de São Gonheto”, à qual se uniu a quinta por compra, o que junto com as duas veigas vale 800 mil réis;
- Dentro do que presentemente se chama a Quinta de São Paio existem muitos e vários tapados circuitados de paredes tanto em terrenos lavrados como em montes, e outras que ainda têm marcos antigos, os tapados e terrenos demarcados foram aquisições novas que se uniram à quinta primitiva e por esta união de bens alheios se deu grande valor à mesma quinta;
- Nos terrenos da quinta foram plantados muitos e muitos castanheiros cujo número há de exceder os 1000 ou mais, os quais pela sua representação excetuando 10 ou 12 não chegam aos 100 anos de plantação, dão de valor à quinta mais de 1 conto de réis;
- Há menos de 60 anos foi feito o paredão para murar a quinta o qual principia no rio de Sigarroza da parte do Norte, e chega em muito grande distância até à nova estrada pública cujo valor é de 600 mil réis.

in, “Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC), Fundo dos Condes de Azevedo, NI 3427/19 – doc. 69”



Vista aérea do conjunto da quinta de São Paio, identificada de acordo com o “Embargo de Benfeitorias” de 1842.

Justificava-se para tal, na mesma sentença em que a tia, segundo ele, *com muita dificuldade foi julgada sucessora do chamado vínculo, só o conseguindo graças à sua boa estrela e melhor sorte*. De acordo com os termos desse texto fundamental, Francisco Barbosa fora considerado herdeiro de toda a herança livre dos tios António e Ana Joaquina Teixeira de Melo e Castro. Acontece que estes eram possuidores da quinta de São Paio, a qual lhes coube por herança dos ante possuidores ao longo de gerações. E em todo esse tempo – alegava Francisco – *os aumentos da quinta foram feitos à custa da prepotência dos antigos morgados que foram expulsando os antigos moradores e ficando-lhes com as propriedades, até extinguirem a antiga povoação de São Paio e tudo confundir*, na quinta do mesmo nome. Não constando que essas benfeitorias e aumentos alguma vez tivessem sido anexados ao vínculo, eram por isso bens hereditários e livres que foram sucessivamente herdados. Ficando arredado da sucessão no vínculo, considerava-se, desse modo, Francisco, no direito de os haver ou, perante a óbvia inexequibilidade, deles ser resarcido no devido valor.

Conforme seria de esperar, foram os embargos impugnados com a brevidade possível pelos representantes da viúva da Fontinha, sendo o auto dado a conhecer a 19 de abril de 1842 ao doutor João Baptista Pereira Coelho Monteiro, advogado do embargante. Rebatia-se a primeira alegação de nulidade pela evidência de, há anos, Francisco Barbosa e família terem deixado de residir em Mouçós, facto público e bem conhecido em Vila Real, e por uma declaração do oficial de diligências, afirmando que praticara a citação na própria pessoa do citado, o qual a assinara na presença de um dos escrivães do juízo de Paz da freguesia de Santo Ildefonso. Sendo assim, ficavam desvanecidos os fundamentos da primeira exceção de nulidade da conciliação.

Quanto à segunda, supostamente evada de falsidade, certificara o oficial de diligências que Francisco residia no momento na vila de Ovar, em casa da mãe. Desde esse ponto de partida inquestionável, o que seguiu cabia no âmbito do artigo 202 da Novíssima Reforma Judiciária decretada em 21 de Maio de 1841⁷, segundo o qual *qualquer pessoa poderá ser citada no lugar, em que for encontrada, (...) mas o Oficial*,

⁷Decreto de 21 de Maio de 1841, que contém a Novíssima Reforma Judiciária com os Mappas da Divisão do Território, e as Tabellas dos Emolumentos. (1857). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade, pp. 46-47.

encarregado da citação, deve procura-la primeiro na casa da sua residência não a encontrando, e constando-lhe que se esconde para não ser citada, deve disso passar certidão, e fazer a citação na pessoa da mulher, ou na de um familiar, e na falta de ambos na de um vizinho, para hora certa no dia seguinte. Neste caso, a contrafé será entregue à pessoa, a quem for intimada a citação, a qual assinará a certidão da diligência com duas testemunhas, sob pena de ser autuada e punida correcionalmente, como desobediente aos mandados da Justiça. Sendo Maria da Cunha a mesma pessoa que recebeu a citação nos dois dias, era a questão de ela ser ou não a criada de dona Joaquina Rosa absolutamente irrelevante, pois até um vizinho o poderia ter feito.

Ambas as exceções de nulidade e falsidade cairiam judicialmente por terra, de facto, consideradas improcedentes. Quanto à retenção de aumentos e benfeitorias, Ferreira Real reputou-a de insólita e o seu conteúdo sem o menor cabimento em direito. Suportando-se no “Tratado Pratico de Morgados” do douto Almeida e Sousa⁸, lembrou que aos administradores cabia a obrigação de arcar com as despesas necessárias à reparação e conservação dos bens, prevenindo ruínas futuras, sem que eventuais dívidas dessas despesas ficasse aos sucessores. Além de que a quase totalidade dos itens elencados no auto de embargo, tinham ocorrido há mais de trinta anos, estando assim prescritos de acordo com a lei, e integradas no vínculo as anexações pela sua posse imemorial. Todavia, entendeu o juiz Pereira Pimentel haver aqui matéria para julgamento, e a 28 de julho de 1842 recebeu os embargos de retenção para se disputarem.

Como forma de melhor se escudar, Francisco Barbosa pediu desde logo que lhe fosse autorizada uma vistoria à quinta na presença do juiz, procuradores dos litigantes, seus respetivos louvados e informadores. Desembolsou para as despesas nove mil e seiscentos réis, e na manhã de 22 de maio de 1843 – após vários adiamentos que chegaram a suscitar a admiração da embargada pelo empenho com que o sobrinho procurava *por todos os modos entorpecer um ato por ele mesmo requerido* – deu-se finalmente início à sofrida vistoria. Contudo, ao pôr do sol, apenas se tinha procedido às identificações e juramentos da praxe, e feito a leitura do auto. Só na manhã seguinte começou, de facto, pelos louvados pedreiros, a inspeção e exame dos itens contidos no embargo. Terminado o segundo dia, ainda faltava a peritagem dos carpinteiros e fazendeiros, que se agendou para dali a uma semana.

Findou, desse modo, a vistoria no 29 de maio consequente, com resultado bem menos satisfatório daquele que Francisco Barbosa almejava. Por um lado, os louvados peritos confirmaram, no geral, épocas e historial dos aumentos e benfeitorias esquadinhados. Destoaram, porém, da avaliação global de oito contos oitocentos e cinquenta mil réis que lhes atribuíra o embargante, desvalorizando-a em cerca de dois terços, para um total arredondado de três contos trezentos e trinta mil réis!

No decurso de um mês começou o diferendo a julgar-se em Vila Real, inquirindo-se as oito testemunhas apresentadas pelo queixoso. Jogando pelo seguro e prescindindo dos serviços de Ferreira Real, dona Maria Clara Benedita apresentou-se na sua máxima força, enviando desde Braga a representá-la o filho Francisco Barbosa do Couto Cunha e Melo, cônego da Sé Primaz e desembargador daquela Relação Metropolitana.

E este, não esbanjando os créditos que o precediam, logo ao término do primeiro depoimento pediu a palavra para interrogar a testemunha, o que lhe foi concedido apenas oralmente e sem registo escrito. Protestou o cônego Barbosa baseando-se na Novíssima Reforma e na sua experiência de auditorias, chegando inclusive a ameaçar com um recurso para o tribunal da Relação, face à desvantagem em que assim ficava a sua constituinte. Sem sucesso, optou por lançar a suspeição sobre a idoneidade de cada um

⁸ALMEIDA E SOUSA, M. (1807). *Tratado Pratico de Morgados*. Lisboa, Portugal: Impressão Régia, p. 368.

dos inquiridos, apontando-lhes a estreita amizade, dependência e favorecimento em que se encontravam relativamente ao embargante.

Estavam concluídas as inquirições a 5 de agosto, e logo se apresentaram a julgado as alegações de ambas as partes, fechadas numa semana. Datada do penúltimo dia do mês, a sentença de Pereira Pimentel arrasou o pretendido por Francisco Barbosa da Cunha e Melo. Como única exceção – desde sempre admitida por ambas as partes – ficou o *concerto e renovação da eira de pedra junto às casas da quinta por se provar ter sido feita durante a administração do embargante e da qual ele deve ser indemnizado pela valoração que à dita benfeitoria deram os louvados da vistoria, na quantia de sessenta mil réis. (...) E quanto às custas dividam-se em sessenta partes, das quais pague a embargada uma e o embargante cinquenta e nove*.

Dir-se-ia que a matéria se esgotava e o pleito teria aqui a sua conclusão. Não foi assim, no entanto, já que Francisco Barbosa decidiu apelar à Relação do Porto, na esperança de reverter o sentenciado. Foi aceite judicialmente na condição do seu resultado ter apenas efeito devolutivo, razão que levou de imediato a tia a pedir a posse efetiva da quinta e suas pertenças, oferecendo-se, em contrapartida, a depositar a quantia em que fora condenada, ou a prestar fiança correspondente. Mas inclusive esta última foi contestada pelo reticente sobrinho, o qual, por ser ainda incerta a decisão superior, entendeu acrescentar à fiança os restantes valores apurados na vistoria, além de uma estimativa de perdas e danos no rendimento dos bens de raiz supostamente livres que em virtude do processo em curso não tinham sido arrendados nem cultivados.

Prestada a fiança determinada, outros pequenos incidentes jurídicos foram ainda plantados pelo embargante, de modo que só a 21 de novembro de 1843, na presença dos procuradores Rodrigues e Sousa Machado, se transmitiu a posse definitiva do morgado da quinta de São Paio ao ramo dos Barbosa de Estarreja. Quanto ao recurso para a Relação, fica o registo de que em nada alterou o veredito anterior, concluindo-se por fim, em meados de 1844, este arrastado e doloroso litígio que separou em definitivo os vínculos do Mato e de São Paio, e a descendência dos capitães de Ovar, transformando tia e sobrinho em inimigos fígados.

Foi a derradeira batalha travada por dona Maria Clara Benedita Barbosa da Cunha e Melo contra a prosápia e o preconceito dos seus pares. Tinha oitenta e sete anos de idade e uma resiliência notável que ainda lhe permitiu chegar ao dia de Todos-os-Santos de 1850.

§

NOTAS FINAIS:

Toda a primeira parte, e respetiva troca de correspondência, é ficcionada, tendo servido para introduzir os dados da questão de forma clara e fluente.

No concreto, sabe-se que Maria Clara Benedita Barbosa da Cunha e Melo se introduziu na Casa do Mato após a morte de Ana Joaquina Teixeira de Melo e Castro, mantendo-se na sua posse por quase uma década até à sentença de 1840. Foram igualmente baseadas em factos documentados, as considerações acerca do óbito e exéquias desta, bem como do casamento daquela contra a vontade da família, e também o papel do padre João Jacob da Cruz na cedência e tomada de posse do vínculo do Mato em representação de José Manuel Barbosa da Cunha e Melo.

Fica um agradecimento a Artur Castro Tavares pela entusiástica ajuda na compilação da informação possível relativa à Casa do Mato, nomeadamente no que respeita ao capítulo específico das “Notas Marinhoas”, de José Tavares Afonso e Cunha, o qual desconhecia, muito esclarecedor e complemento fundamental.

Os créditos fotográficos, por seu turno, cabem à plataforma “Google Earth”, de onde foram extraídas as imagens.

**AS QUINTAS DA BOA VISTA, DA TAPADA E DA MELHOR VISTA
EM SANTIAGO DE BEDUÍDO - ESTARREJA
SUBSÍDIOS PARA UM ESCLARECIMENTO**

Artur Castro Tavares*

Foi à volta da igreja, expoente máximo da religiosidade de um povo, que os naturais e os povoadores construíram as suas habitações e cultivaram as glebas, irradiando com o passar do tempo, para todas as partes do território concelhio, aproximando-se da água, rio e mar, à medida que esta recuava, deixando a seco as terras marinhas que com o aumento da população, se foram arroteando.

Inicialmente, concelho de Antuã, depois, concelho de Estarreja, mas quase sempre, à volta do campanário, as grandes quintas, possuídas por nobres e fidalgos, gente graúda, bem posicionada no reino de Portugal, nos mais diversos cargos eclesiásticos, militares e outros, numa simbiose perfeita entre os interesses do país e o dos próprios, mercedores do reconhecimento real, que compensava o seu empenho com diversas mercês, traduzidas em cargos, pensões, e na cedência de grandes áreas de terreno, que atraíam novos colonos, possibilitando o desenvolvimento agrícola do território, e a sua fixação aos mesmos.

Eram tantas as quintas existentes à volta da igreja de Santiago de Beduído, Estarreja, que, no início do séc. XVIII, Carvalho da Costa, na sua *Corografia*, descreve Estarreja como uma terra amena, com uma agricultura produtiva, graças às imensas quintas que existiam em seu redor: *No Bispado de Coimbra e na Provedoria de Esgueira, legoa e meia da Vila da Bemposta para o poente e, quatro da de Aveiro para o nascente, está situada a Vila de Estarreja, cercada de muitas quintas que a fazem muito amena, e aprazível: é abundante de pão, centeio e cevada, recolhe algum vinho, e muitas frutas*¹.

Esta diversidade, referida por Carvalho da Costa, resultou de duas ou três mega quintas, repartidas no tempo, em diversos casais, para mais facilmente serem aforados, nascendo de alguns deles novas quintas, quase sempre à volta da igreja de Santiago de Beduído, registadas em documentos com o nome do lugar, “Quinta de Santiago”, a que juntavam o do proprietário, e mais modernamente, referidas com vários nomes, tornando mais difícil a localização exata das mesmas.

Este trabalho aborda as quintas vizinhas da *Tapada*, da *Boa Vista* e, mais ligeiramente, a da *Melhor Vista*, na freguesia de Santiago Beduído, Estarreja, partindo da leitura de fragmentos de dois manuscritos, existentes no Arquivo Municipal de Estarreja, e na Casa Museu Egas Moniz, de Avanca.

CASAS DE DIOGO ROZEIMO

No manuscrito intitulado *Tratado do princípio da Caza do Matto da Freguesia da Vanca- Geração dos Valentes, Sylvas e Oliveyras – Feito pello Capp.tam Diogo Tavares de Rezende no anno de 1.739 – tirado de varias notícias que achou e vio em papeis antigos* (fls. 44v.), consta que Diogo Valente, de Avanca, c. Estarreja, foi o primeiro capitão de uma, das duas companhias de ordenanças que existiram no concelho de Antuã, que alguns autores referem como sendo o antigo nome do atual concelho de Estarreja, resultante da eleição decorrida no dia 23 de dezembro de 1571, no *Cruzeyro de Sautiago [de Beduído] nas casas de Diogo Rozeima*

*Professor aposentado. Ajuntador de “coisas” sobre Estarreja. Publicações: artigos em jornais; *Criação de Cavalos para a Remonta do Exército – Ordenanças, Milícias e Guerra Peninsular*, ed. Câmara Municipal de Estarreja, 2020.

¹COSTA, António Carvalho da. *Corografia portugueza e descripção topográfica do famoso reyno de Portugal (...)*, 1708, p. 150.

e quiunta em que aos dipois morreo Jerónimo Pereyra de Sá e agora hé do Provisor de Braga Agostinho Marques do Coutto².

Uma outra referência sobre o mesmo assunto, anota que, Gomes de Paiva, foi o 1º capitão-mor das ordenanças do concelho de Antuã, por eleição ocorrida.

(...) aos 23 de Dezembro de 1571, ao Cruzeiro de Santiago de Beduído, nas caças que forão de Diogo Rozeimo que hé a quinta em que ao dipois vivio Jerónimo Pereira de Sá; cuja Quinta comprou o Provisor de Braga Agostinho Marques do Couto com uns foros que tem em Beduído, o qual a deu em dote a sua sobrinha D. Bernarda Josefa Pereira do Couto, para haver de cazar, como cazou, com o Capitão Mor de Estarreja, Mateus António Afonso da Costa Pereira Soares de Albergaria e Silva (...) cujas caças ainda existião muito arruinadas nos anos de 1720 (...) hoje [1825], só se acha a dita quinta murada que hé a que fica no dito Cruzeiro de Santiago para a parte do Poente³.

Partindo destes registos, fixemo-nos no nome do Provisor de Braga, o cônego Dr. Agostinho Marques do Couto, que no séc. XVIII, era o proprietário da quinta que tinha sido de Diogo Rozeimo, e onde, como referem os manuscritos, tinha vivido e morrido Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, bisneto de Diogo Rozeimo, quinta essa onde se realizaram as primeiras eleições para a escolha dos capitães das duas companhias das Ordenanças de Estarreja, tendo sido 1º capitão mor, Gomes de Paiva, natural ou residente em Antuã (Estarreja), que casou com Brites Lopes de Azurara (Homem), filha de Gil Homem (da Costa), tesoureiro da casa da Índia, em Lisboa, e de sua mulher Isabel de Andrade, naturais de Aveiro, também pais de Isabel Dias (Homem), com quem casou Diogo Rozeimo. Por isso, Gomes de Paiva, era cunhado de

²Tratado do princípio da Caza do Matto da Freguesia da Vanca-Geração dos Valentes Sylvas e Oliveiras- Feyto pelo Capp.tam Diogo Tavares de Resende no ano de 1739- tirado de várias notícias que achou e viu em papeis antigos, fl. 45, in CARDOSO, Subsídios para uma monografia histórica e descriptiva da freguesia de Avanca, 1^a ed., Tip. Progrédior, Porto, 1961, p. 75.

Capitão Diogo Tavares de Rezende, nasceu em Avanca, c. Estarreja, no ano de [1695]. Filho do capitão de ordenanças, Manuel de Resende Fragoso e de sua mulher, sua parente, Teresa Valente, da mesma freguesia. Neto paterno de Baltazar de Resende, e de sua mulher Isabel da Silva. Neto materno de Francisco Tavares e de sua mulher Cecília Valente, da Quinta do Mato, parte sul, Avanca. Casou em Avanca a 1 de agosto de 1717, com Maria Joana da Silva Godinho, da Quinta da Congosta, Avanca, falecida na Quinta de S. Bernardo, Avanca, a 15 de dezembro de 1771. Capitão de ordenanças da freguesia de Pardilhó (1718-1763), c. Estarreja, referido na Memória Paroquial de Avanca, de 1758, era então pároco desta última freguesia, o reitor António Fraião, que foca na mesma que a capela com a invocação de S. Bernardo de Avanca foi mandada edificar pelo dito capitão e na qual foi rezada a primeira missa, a 20 de agosto de 1748, dia do Santo. Desempenhou ainda os cargos de almotacé da câmara de Estarreja, pelo menos em 1757, o de juiz ordinário de Estarreja em 1730, 1738 e 1756. O capitão Diogo Tavares de Resende, faleceu na Congosta, em Avanca, a 21 de janeiro de 1763. C. g (TAVARES, Artur Castro. *Criação de Cavalos para a Remonta do Exército – Ordenanças, Milícias e Guerra Peninsular*, ed. Câmara Municipal de Estarreja, 2020, p. 137) Diogo Valente, natural de Avanca, viveu na Quinta do Mato, (...) todo aquele caçal foi seu e dos seus pais; foi homem muito grave, de grande honra e respeito, e muito rico, de sorte, q' sempre manteve caza com todo o adereço de armas brancas; servindo-se de bons cavalos, e bestas de carga, e muitos criados", de tal maneira que foi fiador da condessa da Feira, quando o conde D. João Pereira, no ano de 1606, foi com o vice-rei à Índia, e lá faleceu. Por este motivo, e para não perder o condado da Feira, D. Teresa de Gusmão e a sua filha, D. Joana Forjaz Pereira, casada com D. Manuel Pimenta, deram a tal fiança, a pedido do rei. Primeiro filho, do segundo casamento, de Valentim Pires de Resende com Isabel Fernandes. Capitão de uma das duas companhias de ordenanças, criadas no então concelho de Antuã, que abrangia Avanca, Pardilhó, Bunheiro e Murtosa, por eleição de 23 de dezembro de 1571, as primeiras para a criação das ordenanças das terras estarrejenses, realizadas nas casas de Diogo Rozeimo, em frente ao cruzeiro de Santiago de Beduído. Esta companhia, quando da crise nacional de 1580, seguiu o partido do rei de Espanha. Diogo Valente serviu ainda de juiz ordinário e das sisas no concelho de Antuã, no ano de 1572, no de 1578 e em 1585, foi ainda foreiro do mosteiro de Arouca, donatário do Couto de Antuã e Avanca, por prazo de 1601, entre outros. Faleceu em Avanca, em janeiro de 1617, sendo ali sepultado dentro da capela de S.to André, onde teve campa com inscrição: "Sepultura de D. Diogo Valente e de seus herdeiros" (TAVARES, Artur Castro. Ob. cit., pp. 125,-127).

³Arquivo Municipal de Estarreja (AME), Manuscrito 997, (vários autores, séculos XVIII-XIX), fls. 63v.-64.

Capitão-mor = Autoridade militar que comandava numa cidade ou vila a milícia chamada ordenanças.

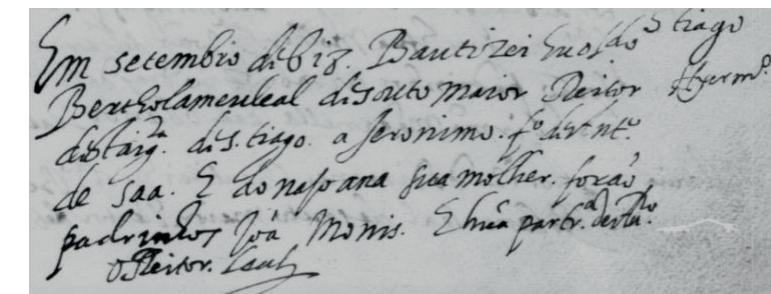
Diogo Rozeimo, para uns natural de Aveiro, para outros de Lisboa, e que viveu em Aveiro e em Estarreja⁴.

Perante tais referências, a quinta focada, é a conhecida no presente pelo nome de Quinta Velha, topónimo que nos ficou, referenciador aglutinante de duas quintas antigas, a Quinta da Tapada, e a Quinta da Boa Vista, existentes naquela área geográfica.

Segundo os registos dos manuscritos focados, nas casas que foram de Diogo Rozeimo, viveu e morreu o seu bisneto, Jerónimo Pereira de Sá Coutinho⁵.

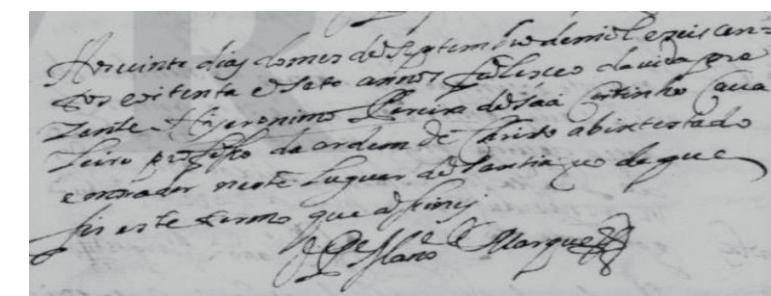
Recorremos então aos assentos paroquiais da freguesia de Santiago de Beduído, Estarreja. Todavia, estes, não registam a residência, mas apenas o nome do lugar, "S. Tiago" (de Beduído):

Registo de nascimento - Em Setembro de (1) 618, baptizei eu o Licenciado Bartolomeu Leal de Souto Maior, Reitor desta Igreja de S. Tiago, a Jerónimo, filho de António de Sá, e dona Joana sua mulher (...)⁶.



Assento de batismo de Jerónimo Pereira de Sá Coutinho (ADAVR- Paroquiais de Beduído)

Registo do falecimento - Aos vinte dias do mês de Setembro de mil seiscentos e oitenta e sete faleceu da vida presente Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, abintestado e morador neste lugar de Santiago, de que fiz este termo, que assinei. O P.e Manuel Marques⁷.



Assento de falecimento de (ADAVR- Paroquiais de Beduído)

Em 1566, foi concedido a Diogo Rozeimo, e a sua mulher, Isabel Dias (Homem), filha de Gil Homem, o padroado da capela do capítulo do convento e igreja de S^o António de Aveiro, para que quando morressem, ali fossem enterrados, obrigando-se a missa diária, quatro cantadas anualmente, e a darem por ano, cinco mil reis.

⁴BIBLOS. Revista da Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, nº 7, 1931, p. 447.

⁵O Pe Miguel de Oliveira refere que Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, nasceu e morreu na Quinta Velha (Válega - Memória Histórica e Descriptiva, ed. Câmara Municipal de Ovar, 1981, p. 240).

⁶Arquivo Distrital de Aveiro (ADAVR). Paroquiais de Beduído, liv. 1, misto, fl. 56.

⁷ADAVR. Paroquiais de Beduído, liv. 1, misto, fl. 286.

Para cumprirem as obrigações do padroado, Diogo Rozeimo e sua mulher, D. Isabel Dias (Homem), instituíram um vínculo na sua quinta, situada em S. Tiago de Beduído, como consta do testamento feito a 19 de outubro de 1569. Falecidos, foram sepultados no jazigo da capela do capítulo da igreja de Santo António de Aveiro, como seu desejo⁸.

Após o falecimento de Joana Coutinho (Lobo), neta de Diogo Rozeimo, filha de Antónia Rozeima e de seu 2º marido António Pereira de Sá, que segue, seu filho, Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, bisneto do instituidor do morgadio, casado com Sebastiana de Sousa (+/- 1588-1648), sem geração, senhor da Quinta Velha, em Estarreja, não cumpriu com as obrigações de padroeiro do Convento de Aveiro, não pagando os 5 mil reis que tinha obrigação de satisfazer em cada ano, nem mandou dizer as missas de obrigação do morgadio, afirmando que o mesmo não lhe pertencia, como declarou por carta de 18 de dezembro de 1677, que se achava no arquivo do mesmo convento, passando por esse motivo, o padroado da capela do capítulo do Convento e Igreja de Stº António de Aveiro, para a Casa de Anadia, na pessoa do fidalgo Francisco de Sá Coutinho⁹.

ROZEIMOS E LOBOS

Uma filha de Diogo Rozeimo e de sua mulher Isabel Dias, Antónia Rozeima, natural de Aveiro, casou em primeiras núpcias com D. Jerónimo Lobo, natural de Lisboa, nascido cerca de 1540, trinchante-mor dos reis D. Sebastião, D. Henrique e D. Filipe I, comendador da Ordem de Cristo, serviu em Tanger e acompanhou o rei D. Sebastião, nas duas vezes que foi a África, e ficou cativo na batalha de Alcácer Quibir, tendo sido resgatado entre oitenta fidalgos, filho de Joana Coutinho e de D. Filipe Lobo, o Velho, ambos nascidos cerca de 1500, Governador da Mina, onde morreu, trinchante-mor do rei D. João III e seu aposentador-mor, embaixador em Castela e Roma, neto paterno de D. Diogo Lobo da Silveira, 2º barão de Alvito, e de D. Joana de Noronha, neto materno de D. Luís Coutinho, capitão-mor das naus da Índia, comendador de Stª Maria da Ilha Terceira da Ordem de Cristo, e de sua mulher, D. Leonor de Mendanha, filha de Pedro de Mendanha, alcaide-mor de Barcelos, e de D. Inês de Benavides¹⁰.

D. Jerónimo Lobo, faleceu em Lisboa, a 14 de maio de 1589, tendo sido depositado em jazigo de família, na capela do capítulo do convento e igreja de Stº António de Aveiro, instituída por seu sogro, Diogo Rozeimo, assim como sua mulher, D. Antónia Rozeima, falecida em Lisboa a 8 de novembro de 1600, cujo corpo foi transladado mais tarde, em 1612, por seu filho, D. Filipe Lobo, como indicava na referida capela, o seguinte letreiro:

AQVIAZ D. IORONIMO LOBO / DO CONSELHO D.S. MAJESTADE / E SEUTRINCHANTE FILHO D.D. / FILIPPE LOBO E NETO D.DOM / RODRIGO LOBO BARÃO D.ALV / VITO. O QVAL FALLECEV NA CI / DADE D.LX.AA 14 DE MAIO D. / 1589. DONDE SVA MVLHER DO / NA ANTONIA ROZEIMA O MANDOVTRAZERA ESTE CAPITV / LO POR SER SEV IAZIGO A / 9 D: FEVEREIRO D.1596 E ES / TA FALLECEV NA DITA Cde / DE A 8 D. NOVEMBRO DE / 1600. DONDE SEU FILHO D. / FILIPE LOBO A MANDOVTRA / ZERAQVIA 21 D.ABRIL DE / 1612¹¹.

⁸SANTIAGO, Fr. Francisco de. Crónica da Stª Província de Nª Srª da Soledade. Tomo 1, Lisboa, 1762, pp. 647-648.

Através do padroado das capelas, os conventos conseguiam rendimentos para as suas obras e sustento, em troca do sepultamento do(s) titular(es) do padroado e seus descendentes. Neste caso, a instituição do morgadio, tomava o nome de capela, pois visava o cumprimento dos bens de alma, definidos pelo instituidor, tinham a afetação de bens, cujos rendimentos se destinavam, ao cumprimento escrupuloso do desejo do instituidor. Quase sempre, o morgadio, que era o filho mais velho, era também o administrador da capela.

⁹SANTIAGO, Fr. Francisco de. Crónica da Stª Província de Nª Srª da Soledade. Tomo 1, Lisboa, 1762, pp. 647-648.

¹⁰OLIVEIRA, P.e Miguel. Válega - Memória Histórica e Descritiva, ed. Câmara Municipal de Ovar, 1981, p. 239;

¹¹Revista “Voz de Stº António”, nº 5, maio, série 4ª, 7º ano, 1901, p. 136.

O Terramoto de 1755, destruiu parte do convento.

Foram filhos de D. Antónia Rozeima e de D. Jerónimo Lobo:

1 - D. MARIA DE NORONHA, abadessa do Mosteiro de Lorvão;

2 - D. INÊS DE NORONHA, freira no Mosteiro de Lorvão;

3 - D. ISABEL DE NORONHA, freira no Mosteiro de Jesus de Aveiro;

4 - D. JOANA COUTINHO (LOBO), nascida por 1580, casou duas vezes. A primeira com Diogo de Brito do Rio, cavaleiro da Ordem de Cristo, e tiveram os seguintes filhos: D. Mariana Coutinho (de Noronha), que casou com seu tio D. Filipe Lobo, irmão de sua mãe; e João de Brito do Rio, cavaleiro da Ordem de Cristo, que casou com Isabel de Moura, filha de Luís de Sousa de Vasconcelos, alcaide-mor de Pombal, e de sua mulher, Maria de Moura, e tiveram: Diogo de Brito Coutinho (Lobo), Trinchante do rei D. João IV e Mestre de Campo General.

Falecido o seu primeiro marido, Joana Coutinho (Lobo), casou novamente com António de Sá Pereira, nascido por 1580, deputado da Inquisição de Coimbra. Com ordens menores, deixou a vida eclesiástica e obteve a dispensa pontifícia, para se casar. Senhor do prazo do Curval, fidalgo da Casa Real, filho de Jerónimo Pereira de Sá, do Conselho do Rei e Desembargador do Paço, Procurador da Coroa, cavaleiro da Ordem de Cristo, senhor do prazo de Dardavaz, no termo de Vila Nova da Rainha, do morgadio das Cinco Ribeiras, na Ilha de S. Tomé e de outro, nos Olivais, neto de Rui de Sá Pereira, cavaleiro da casa do rei D. Manuel I, comendador de S. Mamede da Guarda na Ordem de Cristo, Almoxarifado de Coimbra, etc., e de sua mulher, Brites Mendes de Castelo Branco. Tiveram pelo menos dois filhos: Francisco de Sá Pereira Coutinho, senhor do prazo do Curval, Governador de Aveiro, Buarcos e Figueira, e Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, senhor da Quinta Velha, na freguesia de S. Tiago de Beduído, Estarreja, onde nasceu em setembro de 1618, e faleceu em 20 de setembro de 1687, e incumpridor das obrigações do vínculo instituído por seu bisavô, Diogo Rozeimo, sobre a Quinta da Boa Vista, Estarreja, a favor da capela do capítulo do convento e igreja de Stº António de Aveiro, como vimos. Foi casado com D. Sebastiana de Sousa, sem geração. Teve, no entanto, cinco filhos naturais¹².

5 - D. FILIPE LOBO, nascido cerca de 1590, fidalgo da Casa Real, trinchante de Filipe II e de Filipe III, comendador de S. Miguel de Vila Franca, da Ordem de Cristo, no arcebispado de Braga. Serviu em África e na Índia, nos cargos de capitão e senador de Pangim, capitão-mor da armada do Norte, e governador de Macau, entre outros cargos¹³. Morreu em Goa, em 1622, havendo casado no reino com sua sobrinha, D. Mariana Coutinho, filha de sua irmã, D. Joana Coutinho (Lobo), e de seu cunhado Diogo de Brito do Rio. C. g¹⁴.

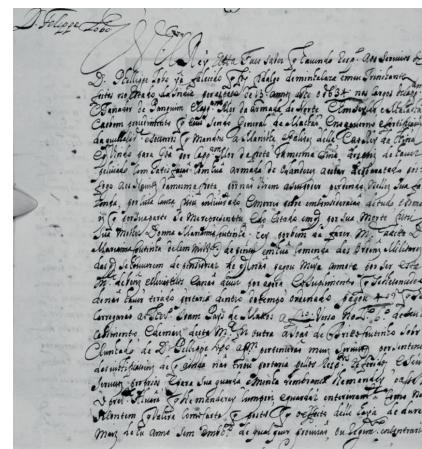
Após a sua morte, D. Mariana Coutinho, sua mulher, por alvará de 22 de fevereiro de 1641, recebeu mercê do rei D. João IV, de cem mil reis de pensão, a retirar de uma comenda das Ordens Militares, como compensação pelos serviços prestados por D. Filipe Lobo, e para atenuar as dificuldades por que estava a passar¹⁵.

¹²OLIVEIRA, Miguel de. Ob. cit., p. 240; SOUSA, António Caetano de Sousa. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa (...)*, Liv. XIV, Lisboa Ocidental: Da Sylva, 1747, pp. 335-336.

¹³Nomeado Capitão Geral e Governador da Cidade de Macau por carta de guia passada em nome de El-Rei e firmada pelo Conde Vice-rei, D. Francisco da Gama, em Goa, aos 21 de abril de 1626. Tomou posse do cargo em 9 de julho do mesmo ano (BOXER, Charles Ralph, *Estudos para a história de Macau: séculos XVI a XVIII*, Fundação Oriente, 1991, p. 221).

¹⁴SOUSA, António Caetano de Sousa. Ob. cit., p. 335.

¹⁵IAN/TT. Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 1, número de ordem 405.



À esquerda, alvará da mercê atribuída a D. Mariana Coutinho (IAN/TT).

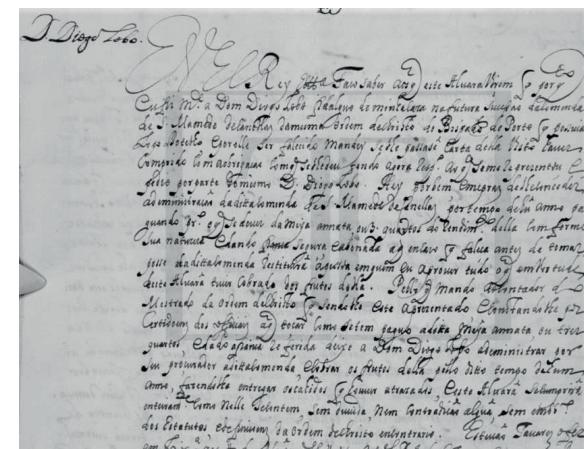
À direita, alvará da Comenda de S. Mamede de Canelas (IAN/TT).

6 - D. DIOGO LOBO, nascido entre 1565-1600, licenciado em Cânone pela Universidade de Coimbra, fidalgo da Casa Real, abade de Válega, Ovar (1624/27), e de Sedadim, inquisidor em Évora, desde 6 de dezembro de 1625, prior-mor da Ordem de S. Tiago e Espada, no mosteiro de Palmela, e eleito bispo da Guarda, em 1640, mas nunca confirmado pelo Papa, em virtude do corte de relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, e conselheiro de Estado. Foi familiar do Santo Ofício, Inquisição¹⁷. Administrador, por um ano, da comenda de S. Mamede de Canelas, da Ordem de Cristo, no Bispado do Porto, com direito a receber os “caídos” da mesma, por alvará de 4 de maio de 1641¹⁸.

Em determinada altura da sua vida, D. Diogo Lobo, teve a intenção de fundar um mosteiro de monjas cisterciense, contando com a boa vontade do frade Vivaldo de Vasconcelos, abade do Convento de Nossa Senhora do Desterro, único cenóbio cisterciense até então existente em Lisboa.

Como sabia que na freguesia de Santos-o-Velho, havia um recolhimento de algumas mulheres devotas que desejavam servir a Deus, chamado “Madalena”, e dirigido por Maria da Cruz, que tinha vindo de Roma, em 1653, o frade foi falar com ela sobre a ideia de se fundar um mosteiro de monjas, daquela ordem¹⁹.

No início do ano seguinte, o frade Vivaldo de Vasconcelos, soube pelo Pe José Rolão Pimentel²⁰,



¹⁶Em 1614, o mosteiro entra em obras, por se encontrar em ruinas, e na carta régia de Filipe III, de 28 de setembro de 1628, dirigida ao prior-mor D. Diogo Lobo, se deduz que pouco avançaram os trabalhos, solicitando-se informações “sobre o andamento das obras do convento e se sublinha de novo a urgência das mesmas por via da precariedade das instalações onde se albergavam os freires” (FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, Os Conventos da Ordem de Santiago em Palmela, p. 14, in: <https://core.ac.uk/download/pdf/62462973.pdf> - consultado em 10.07.2022).

¹⁷IAN/TT. Inquisição de Lisboa, mç. 13, nº 279.

¹⁸IAN/TT. Registo Geral de Mercês, *Ordens Militares*, liv. 1, fl. 27v caídos - Chamavam-se “caídos” às quantias em dívida e ainda não cobradas, de anos anteriores.

¹⁹História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia (...), Tomo II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1972, p. 444.

²⁰Pe. José Rolão Pimentel, natural do lugar de Santiago de Beduído, e batizado na igreja da freguesia, onde foi reitor. Familiar do Santo Ofício (IAN/TT, *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilidades, José, mç. 3, doc. 41), e Cavaleiro da Ordem Militar de Santiago (IAN/TT, *Ordens, Habilidades para a Ordem de Santiago*, letra J, mç. 22, nº 29). Filho de Manuel Rolão Velho, natural de Aveiro e de Damiana Pimentel, natural de Lisboa. Neto paterno de Pedro Andrés Rolão e de Maria Nunes, naturais de Aveiro, e materno de João Gomes Coimbra, natural de Esgueira, e de Maria Jorge de Almeida, natural de Lisboa e ali residentes. O Pe José Rolão Pimentel, faleceu em Estarreja, a 30 de junho de 1684 (ADAVR, *Paroquiais de Beduído*, liv. 3, misto, fl. 268v.), tendo sido sepultado na igreja de Vera Cruz, Aveiro, onde tinha sepultura familiar, com brasão.

reitor de Santiago de Beduído, Estarreja, vizinho, amigo, e reitor de D. Diogo Lobo, que tinha exercido o cargo de prior-mor do convento de Palmela, da Ordem Militar de Santiago de Espada, do desejo de fundar um mosteiro de monjas cisterciense, e até já ordenara huns statutos e os deyxara já confirmados pela Sé Apostolica (Clemente VIII), com licença para fundaçam do mosteyro²¹.

Animado com esta informação, o frade, foi novamente falar com Maria Cruz, tendo as mulheres devotas daquele recolhimento, demonstrado vontade de se sujeitarem aos estatutos e regras do futuro mosteiro cisterciense.

Tudo parecia estar a correr da melhor maneira. Como tal, D. Diogo Lobo, tratou de obter a licença necessária, junto de D. João IV, que, contrariamente à vontade da rainha D. Luísa de Gusmão, tanto o rei como as autoridades eclesiásticas levantaram grandes dificuldades à fundação de mais um mosteiro, em Lisboa²².

D. Diogo Lobo, faleceu a 27 de outubro de 1654, em Coimbra, foi depositado na capela do Colégio das Ordens Militares, e transladado para a capela de Entre Águas, Válega, Ovar, que a mandou construir, em cumprimento de uma promessa, segundo a tradição, atendendo a que, quando (...) embarcando no Porto com destino a Lisboa, (...) foi o navio acometido por medonha tempestade que ameaçava sepultá-lo (...)²³.

D. Diogo Lobo e seu irmão, D. Filipe Lobo, viveram durante algum tempo em casa de seu primo, o Dr. António Homem, em Coimbra, desde 1598 até à morte do pai deste, em 1605, Jorge Brás Brandão, cristão novo, e de sua mulher, filha bastarda de Gonçalo Homem, filho de Gil Homem, de Aveiro e de sua primeira mulher Brites Nunes, filha de Gonçalo Nunes Cardoso, chamado o Rico de Aveiro, todos nobres.

O Dr. António Homem, foi cônego doutoral na Sé de Coimbra e Lente de Prima, de Cânone, na Universidade de Coimbra, tendo sido acusado pela Inquisição de celebrar as festas dos judeus, e condenado pelos crimes de heresia, apostasia, tendo sido excomungado e confiscados os seus bens, por sentença dada pelo Tribunal da Inquisição de Coimbra, em 1620, tendo o auto de fé acontecido em março de 1624, indo a queimar com uma carocha na cabeça, uma mitra de papel com pinturas, que por ignomia se punha a alguns réus, contrapondo-se neste caso à que o Dr. António Homem colocava nas celebrações das festas dos judeus²⁴.

D. Filipe Lobo e D. Diogo Lobo, passaram algumas temporadas em Estarreja, constando os seus nomes nos registos de batismos da freguesia de Beduído, apadrinhando atos, em 1615, e 1620²⁵.

A QUINTA DA TAPADA

D. Diogo Lobo foi senhor da Quinta da Tapada, situada em Santiago de Beduído, Estarreja, herdada de seu avô, Diogo Rozeimo, segundo o mesmo afirma num documento de 1646, no qual D. João IV, concede autorização para que a quinta passasse a ser terra coumeira, podendo a Câmara de Estarreja passar a impor penas pecuniárias e até prisão, aos que indevidamente a invadissem.

Na sua petição, D. Diogo, diz que a quinta da tapada que tem em Santiago de Beduído, no concelho de Estarreja, consta de terras, vinhas, lenhas e outras madeiras e está cercada de valos.

²¹História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia (...), Tomo II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1972, p. 444.

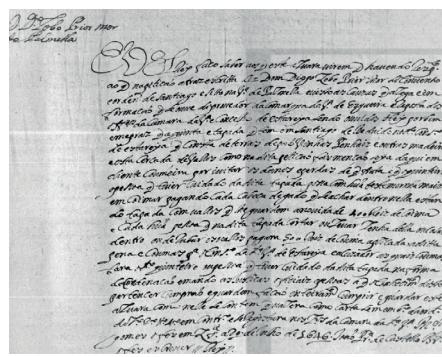
²²Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX. In: http://patrimonioultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha_imprimir.aspx?id=642 - consultado em 16.05.2022

²³OLIVEIRA, Miguel de. Válega. Memória Histórica e Descriptiva. Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1981, pp. 106, 239-240.

²⁴IAN/TT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 15421; TEIXEIRA, António José. Antonio Homem e a Inquisição, Coimbra. Imprensa da Universidade, 1895-1902, pp. 8, 32-34.

Cônego doutoral. Para exercer este cargo, tinha no mínimo, a licenciatura em Cânone.

²⁵ADAVR. Paroquiais de Beduído, liv. 1, misto, fl. 3.



Alvará para que a Quinta e Tapada seja coimeira (IAN / TT)

Para a decisão real, contribuiu as alegações do peticionário, as informações do provedor da comarca de Esgueira, a que Estarreja pertencia, e as respostas de esclarecimento, a pedido, por ofícios da vila e concelho de Estarreja, autorizando que a Quinta da Tapada.

(...) seja daqui em diante Coumeira por evitar os danos e perdas de que trata e que o quinteiro o pessoa que avier a dita tapada possa com huā testimonha mais em coimar pagando cada cabeça de gado q se achar dentro nella estando tapada com vallos que lhe guardam a novidade 400 reiz de coima e cada huā pessoa q na dita tapada cortar ou levar lenha della ou passar dentro ou derrubar vallos pagará 500 reiz de coima aplicada na ditta zona e Coumas p^a o Cons^o da d^aV^a de Estarreja e acuzador as quaiz Coumas para o ditto quinteiro ou pessoa que tiver cuidado da dita tapada na forma da condenação e mando as justiças oficiais pessoas a que o conhecimento disto pertencer o guardem e façao inteiramente cumprir e guardar este alvara na forma como nelle se contem (...) e se regista nos livros da Câmara da ditaVilla. Lisboa, 20 de Julho de 1646²⁶.

D. DIOGO LOBO E A CAPELA DE ENTRE ÁGUAS DE VÁLEGA - OVAR

Como referimos, D. Diogo Lobo, então abade de Válega, Ovar, em cumprimento de uma promessa, mandou construir a atual capela de Entre Águas, perto do local onde, ainda em 1623, existia uma outra capela com a mesma invocação, como referem os documentos existentes, no Arquivo Episcopal do Porto:

Diz Dom Diogo Lobo Abade de Santa Maria de Vallega deste Bispado do Porto, q. estando a hermita de Nossa Sra desnte as agoas arruinada e a freguezia empossibilitada pêra a reedificare como convinha, temendo elle supplicante que se perdesse a memoria da dita hermita, sendo taõ antiga e de tanta devoçao fez petiçao a o illustrissimo sor Arcebispo Primaz Dom Rodrigo da Cunha, q entaõ era Bispo desta Cidade, dizendo que elle queria fundar de novo em outro lugar mais decente e dotar a dita hermita, ficando padroeiro della Insolidum por rezão da dita fundaçao e dotaçao conforme a direito; pêra o q o dito snor lhe passou provisaõ e por ella o fez padroeiro insolidum da dita hermita, e q elle e seus sucessores no dito padroado excessivamente querendo, se entirasse na dita hermita e nenhua outra pessoa se sua licença, e q podessem apresentar Capellaõ ou Capellaes e hermitaõ, e por rezão da dita graça q. o dito snor conforme a direito lhe faz, mudou a dita hermita e a fundou e dotou co grandes gastos da sua fazenda, e pêra aperfeiçear conforme a traça della há de gastar ainda mais de dous mil cruzados.

Aqual provisaõ se perdeo, e fanzendo dilligencia se naõ achou, nem della ficou treslado, e pode aver duvida em algum tempo sobre o dito padroado. Pede a V. S. lhe mande perguntar testemunhas fide dignas que viraõ a dita provisaõ e sabem della, e achando ser assy, lhe mande passar instrumento autentico em modo q faça fez, e q. o treslado delle fique em o cartório do escrivaõ da Camara ad perpetum rei memoriam. e R. J. e M

²⁶IAN / TT. RGM. Mercês da Torre do Tombo, liv. 22, fl. 171v.

Alexandre Ribeiro, abade de Santa Maria de Válega, com quarenta e um anos de idade, e o padre Domingos Gomes, natural e morador no Couto de Cucujães, foram testemunhas de D. Diogo Lobo, assinando em 1628, a seguinte declaração:

(...) sabe que o dito supplicante com muita custa de sua fazenda mudou o sitio da dita hermita por ficare mais segura; e de novo anda reedificando; e esta quasi meã feita de modo, que nella se disse missa, e disse mais, que sabe que o dito supplicante fez petiçao ao illustrissimo senhor Arcebíspio primas, sendo bispo desta Cidade do porto, pedindo nella que perguntado de novo a fundaçao, lhe fisesse merce, de titulo de padroeiro insolidum da dita hermita. Com en efeito, por ser conforme o direito lhe concedeo e datado lhe mandou passar sua provisaõ sellada e assinada pello ditto Senhor na qual declarava que por reaõ do padroado que tinha o dito supplicante pode lhe eleger sepultura pêra sua pessoa; seus sucessores; sucessivamente e que na dita provisaõ se declara que nenhua pessoa podesse apresentar capelaõ ou capellaes ou per hermitas, sem expressa licença (...)²⁷.

A capela foi mandada construir por D. Diogo Lobo, cerca de 1654. A sua construção deve ter sido concluída em 1657, data inscrita na fachada principal.

Por ficar afastada da povoação, a capela tinha ermitão. Desempenhou este cargo, no séc. XVIII, um segundo sobrinho do fundador, José de Sá Pereira Coutinho²⁸.

Como dissemos, D. Diogo Lobo faleceu em Coimbra, no ano de 1654 e o seu corpo foi transladado para a capela de Nossa Senhora de Entre Águas, após a construção desta. A pedra tumular, ostenta o seu brasão e a seguinte legenda:

AQVI IAS DOM DIOGO LOBO PRIOR MOR QVE FOI DA ORDEM DE SAM TIAGO DO CONSELHO DE SVA MAGESTADE E BISPO ELEITO DA GOARDA E FVNDADOR E PADROEIRO DESTA IGREIIA DE NOSSA ÃSNR DENTRE AGOAS FALLECEO AOS VINTE E SETE DE OVTUBRO DE 1654 PELLA SVA ALMA PADRE-NOSSO²⁹.



Pedra tumular de D. Diogo Lobo na capela de Entre Águas

²⁷Arquivo Episcopal do Porto – N^a S^a de Entre Agoas, 1628.

²⁸JOSÉ DE SÁ PEREIRA COUTINHO - Nasceu em 1660 e faleceu na Quinta Velha, Estarreja, a 16 de dezembro de 1745, filho de Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, também nascido na Quinta Velha, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e falecido no lugar de Santiago, senhor da Quinta Velha de S. Tiago de Beduído, e de sua segunda mulher, Maria Valente, natural da freguesia de Salreu, e nascida por volta de 1640. Neto paterno de António de Sá Pereira e de sua mulher, Joana Coutinho. Casou por procuração na igreja de Antas de Penalva, com Mariana de Sousa, em 26 de janeiro de 1701, natural dali, onde nasceu em 1660, e faleceu na Quinta Velha, Estarreja, a 23 de outubro de 1735, filha de Jerónimo de Figueiredo e de sua mulher, Maria de Sousa. Com geração: Inês Maria de Sousa de Sá Pereira Coutinho; Jerónimo de Sá Pereira, sem geração, e António de Sá Pereira, sem geração. Após ter enviado, José de Sá Pereira Coutinho, entregou a administração da sua casa a sua filha, Inês Maria de Sousa de Sá Pereira Coutinho, e recolheu-se como ermitão à capela de N^a S^a de Entre Águas, em Válega, Ovar, fundada por seu tio-avô, D. Diogo Lobo (OLIVEIRA, Pe Miguel de. Ob. cit., p. 241; BIBLOS, vol. 7, Universidade de Coimbra, Biblioteca da Faculdade de Letras, 1931, p. 451; Arquivo do Distrito de Aveiro, 1973, vol. 39, p. 207; Revista de ex-libris portugueses, vols. 5-6, 1923, p. 68).

²⁹OLIVEIRA, Pe Miguel de. Ob. cit., p. 107.

O brasão de armas é o seguinte: cinco lobos passantes, em aspa; escudo sobreposto à típica cruz de Santiago; chapéu eclesiástico e três ordens de borlas por banda.

A TAPADA HERDADA POR D. JOANA COUTINHO (LOBO)

Falecido D. Diogo Lobo, por sua vontade, foi herdeira, a sua irmã D. Joana Coutinho (Lobo), a quem o abade de Válega deixou a Tapada que possuía, constituída por vinhas, terras de cultura, maninhos, pinhais, e ainda todas as alfaias e gado nela existente, com a obrigação de dar anualmente, aos mordomos da fábrica da capela de Nª Sª de Entre Águas, que mandou edificar, e para perpetuar a sua sustentação, quatro mil reis e, por morte dela, transmitia os bens e a responsabilidade para seu sobrinho, Jerónimo Pereira de Sá Coutinho, filho da testamenteira:

Tenho uma Tapada a qual consta de vinhas terras de pam pinhais matos maninhos tapada de paredes e vallados a qual deixo a Senhora Dona Joanna Coutinha minha irmam com o Gado que então houver e alfaias pertencentes a Laboura por não ter outra couza que lhe deixar para o que Logo coma em sua vida os rendimentos della e por sua morte fique a seu filho Jerónimo Pereira de Sá meu sobrinho e depois dele a pessoa que suceder na Quinta da Boa Vista do dito lugar de São Tiago para andar junto adita Quinta que meus avôs deixaram com o vínculo de Morgado com tal obrigação que quem possuir a dita tapada pagará em cada ano quatro mil reis para a fábrica da minha Irmida de Nossa Senhora de entre agoas os quais se entregará aos mordomos da Confraria da dita Senhora que ha na dita ermida para elles e os que lhe sucederem com o parecer do Abbade de Valga que então for os dispenda for mais necessário na dita ermida, e sendo caso que os possuidores da dita tapada se descuidem de pagar a dita fábrica os ditos quatro mil reis hum anno depois se deverem é minha vontade possuão logo a dita tapada a quem neste caso deixo a dita fábrica de Nossa Senhora (de Entre Águas) e os sobreditos mordomos poderão logo tomar posse della para aforarem pou couza certa com o dito Abade ou a venderem para empregarem o resultado della no que for mais conveniente a dita fábrica, e o treslado desta verba autentico mandara meu testamenteiro aos mordomos e Abbade apra se guardar e ir entregando de uns a outros por que sempre haja noticia desta minha vontade³⁰.

TRINCHANTE DA CASA REAL SUCESSOR DOS BENS VINCULADOS

Veio a suceder na posse destes bens vinculados o trinchante da Casa Real, José António de Vasconcelos e Sousa, de seu nome completo, José António de Vasconcelos e Sousa Lima Brito Coutinho Barros Castro Pereira Lobo Saa de Alencastre, filho de Simão de Vasconcelos de Sousa, eclesiástico, que assistiu à cerimónia de aclamação do rei D. José I, filho de D. João V, e que foi nomeado fidalgo capelão, por alvará de 21 de fevereiro de 1692³², distinguido com uma tença de 420\$000 reis, dada por D. João V, por carta de 30 de janeiro de 1713³³, comendador de várias terras, senhor de diversas casas e morgados, nomeadamente em Estarreja, das Quintas da Tapada e da Boa Vista, foreiro de vários terrenos dentro e fora da circunscrição do Couto de Antuã e Avanca, Estarreja, cujas donatárias eram as Abadessas do Mosteiro de Arouca. Casou a 17 de outubro de 1731, com D. Helena de Portugal, filha de D. Filipe de Sousa, nascida a 26 de abril de 1694, dama da princesa do Brasil, D. Mariana Victória³⁴.

Longe de Estarreja, tinha aqui procuradores para lhe resolverem os problemas que surgissem, assim como para verificação e cumprimento de todas as suas ordens, no respeitante ao seu património.

Em 1723, o trinchante da casa real, nomeou seu procurador, João Ribeiro de Moraes, morador e

³⁰OLIVEIRA, Pe Miguel de. Ob. cit., p. 109.

³¹SILVA, António Delgado, (editor), *Suplemento à Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1842, p. 37.

³²IAN/TT. RGM, *D. Pedro II*, liv. 7, fl. 195.

³³IAN/TT. RGM, *D. João V*, liv. 5, fls. 575-575v.

³⁴SOUZA, António Caetano. *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal*, Lisboa, 1742, p. 65.

proprietário de uma outra quinta, situada também em Santiago de Beduído, homem ligado às ordenanças da terra, e que atingiu o cargo de sargento-mor das ordenanças da comarca de Esgueira³⁵.

A procuração, feita no Paço de Linhares, em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1723, reza o seguinte:

José António de Vasconcelos e Sousa Lima Brito Coutinho Barros Castro Pereira Lobo Saa de Alencastre, comendador das comendas de Santo André de Ribolhos e de Santa Eulália da Adrosa e suas anexas, da Ordem de Cristo, senhor das casas e morgados de Elvas, Tapada, Boa Vista, Bandarra, Oliveira, Linhares, trinchante de El Rei meu senhor, que Deus guarde.

Pelo presente alvará de procuração, por mim feito e assinado, faço e constituo por meu bastante procurador a João Ribeiro de Moraes, morador na sua Quinta de Santiago de Beduído, para que por mim e em meu nome, como se eu presente fosse, possa fazer e renovar todos os prazos de que sou senhor direito, foreiros e pertencentes ao meu morgado e casa da Boa Vista, da dita freguesia e concelho, como também poderá o dito meu procurador aforar e fazer prazos de vidas ou futeusins de todas as terras e propriedades que estão devolutas à dita minha casa e morgado, com as condições e pensão que lhe parecer e isto às pessoas que quiser, como também se poderá louvar em quaisquer pessoas que, para tudo e cada cousa lhe dou e concedo todos os meus poderes em direito necessários e só para mim resviro toda a nova citação³⁶.

COMPRA DAS QUINTAS PELO DR. AGOSTINHO MARQUES DO COUTO

O Vigário Geral de Braga, o cônego Dr. Agostinho Marques do Couto, comprou a Quinta da Boa Vista, e a Quinta da Tapada, ao trinchante da casa real, José António de Vasconcelos de Sousa. Este negócio, ocorreu por volta de 1736, tendo o trinchante-mor do reino, José António de Vasconcelos e Sousa, sido autorizado por uma provisão régia, para vender todos os bens do morgado da Quinta da Boa Vista, e da Tapada, tendo para o efeito, e como troca do vínculo desta última, comprado umas marinhas de sal no termo de Setúbal, chamadas da Falcoa, para as quais transferiu a pensão de quatro mil reis, destinada por D. Diogo Lobo à capela de Nª Sª de Entre Águas, que por dificuldade de cobrança levou os mordomos da confraria da capela a pressionarem José António de Vasconcelos e Sousa, levando este a remir o legado pela quantia de 130\$000 reis, ficando as marinhas desoneradas desse tributo³⁷.

Os Marques do Couto, eram uma família de destaque em Estarreja, moradora no lugar de Santiais, com criados, desempenhando cargos nas ordenanças e na fábrica da igreja, tendo sido rendeiros da comenda de Santiago de Beduído.

O cônego Dr. Agostinho Marques do Couto, era natural de Estarreja, filho de Manuel do Couto, capitão de ordenanças de Santiais e Ul, e de sua mulher, Maria Marques, moradores no lugar do Souto de Santiais, freguesia de Beduído, onde nasceu a 24 de dezembro de 1651, e faleceu a 20 de abril de

³⁵TAVARES, Artur Castro. Ob. cit., p.178.

JOÃO RIBEIRO DE MORAIS - Capitão das ordenanças de Estarreja, e sargento-mor da comarca de Esgueira. Natural e morador em Santiago de Beduído, na *Quinta de Santiago*, foi batizado na freguesia de Avanca, filho do capitão-mor de Estarreja, António Ribeiro de Moraes, natural e morador na *Quinta de Santiago*, e de sua 2ª mulher, Águeda da Graça, natural de Ovar e moradores em Santiago. Neto paterno de Miguel Ribeiro de Moraes, natural de Aveiro e de Joana Paiva, natural de Beduído e aqui moradores, e materno de Manuel Gomes, “o rico”, e de Beatriz André, naturais e moradores em Ovar. Casou com Maria Joana da Silva de Almeida, natural da freguesia de Fermelã, c. Estarreja, filha do Licenciado Manuel da Silva de Almeida, familiar do Santo Ofício, e de Maria Soares, “a parola”, solteira, naturais e moradores em Fermelã. Neta paterna de Manuel de Almeida e de sua mulher Maria da Silva, e materna de Manuel António e de Isabel Fernandes, todos naturais e moradores em Fermelã.

³⁶TAVARES, José. *Notas Marinhais* (CCIV), em jornal, O Concelho da Murtosa, Agosto - 1998, pp. 12 e 20.

³⁷OLIVEIRA, Miguel de. Ob. cit., pp. 109-110.

1722³⁸, neta paterna de Belchior do Couto, de Cucujães, Oliveira de Azeméis, e falecido na freguesia de Beduído, a 14 de setembro de 1672, e de sua mulher, Maria Dias, da freguesia de Beduído e aqui falecida a 11 de fevereiro 1683, e neto materno de António Dias, do Campo de Santiais, Estarreja, onde faleceu a 29 de janeiro de 1687, e de sua mulher Domingas Marques, falecida no mesmo lugar, em 21 de outubro de 1675³⁹. O cônego Agostinho Marques do Couto, foi batizado na igreja de Santiago de Beduído, a 8 de agosto de 1677, falecendo na mesma freguesia, a 9 de agosto de 1754⁴⁰. Bacharel em Direito, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1702, presbítero secular, desempenhou entre outros, os cargos de abade de Santa Maria de Rio Caldo, de Desembargador da Relação de Braga e de cônego da Sé, da mesma cidade, no tempo do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles⁴¹, e por morte deste, esteve como governador do arcebispado, durante 16 anos, até à posse do novo arcebispo, D. José de Bragança (Lisboa, 06.05.1703 – Ponte de Lima, 03.06.1756)⁴².

O Dr. Agostinho Marques do Couto adquiriu, cerca de 1723, outra quinta, situada a nascente da Quinta da Boa Vista e da Tapada, e no seguimento destas, do lado nascente, que passou a ser conhecida como Quinta da Melhor Vista, pertencente a outro proprietário, que não da família Lobo, tendo feito melhoramentos e aumentos na casa ali existente, e mandado edificar a capela contígua, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, vinculando-a, em 1736.

Sua irmã, Antónia Marques do Couto⁴³, foi viver para a Quinta da Melhor Vista/Casa Quinta de Nª Srª da Conceição/Quinta da Areosa, ajudando o cônego na administração da mesma, tendo sido a sua herdeira universal, juntamente com o seu marido, o Dr. Victoriano Pereira da Cruz⁴⁴ que, após o casamento, viveram sempre com o cônego.

³⁸IAN/TT. Processo de habilitações para a Ordem de Cristo, do seu neto Agostinho Marques Pereira do Couto. *Habilitações da Ordem de Cristo*, letra A, mç. 10, nº 6.

³⁹JERNSTEDT, Eduardo Adolfo Vieira Borges Zander d'Almeida. *Fidalgos e Plebeus de Portugal, Apontamentos Genealógicos*, A Gráfica do Ave. Riba de Ave. S/d, p. 62.

⁴⁰Ibidem.

⁴¹Rodrigo de Moura Teles (26 de janeiro de 1644 - Braga, 4 de setembro de 1728), clérigo, reitor da Universidade de Coimbra, bispo da Guarda e arcebispo de Braga. Nasceu em 1644, filho do 2.º conde de Vale de Reis, Nuno de Mendonça (1612-1692). De 1690 a 1694 foi reitor da Universidade de Coimbra, e em 1694 foi bispo da Guarda. De 10 de março 1704, até à sua morte em 1728, foi arcebispo de Braga. Realizou numerosas obras na cidade. Instituiu o jubileu das 40 horas ou lausperene em 1709, prática ainda em vigor. Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, de que chegou a ser reitor, antes de ser Arcebispo de Braga, foi Bispo da Guarda. Está sepultado na capela de São Geraldo, na Sé Catedral de Braga.

⁴²JERNSTEDT, Eduardo Adolfo Vieira Borges Zander d'Almeida. Ob. cit., p. 62.

⁴³Antónia Marques do Couto, irmã do cônego da Sé de Braga, Dr. Agostinho Marques do Couto, nasceu em Beduído, Estarreja, onde foi batizada a 16 de setembro de 1686, filha do capitão de ordenanças da companhia formada nos lugares de Santiais e UI, (no presente, o primeiro lugar no c. Estarreja e o segundo, no c. de Oliveira de Azeméis), Manuel do Couto, natural do mesmo lugar da freguesia de Beduído, e de sua mulher, Maria Marques, natural da mesma freguesia. Casou na igreja de S. Tiago de Beduído, a 13 de julho de 1723, com o Dr. Victoriano Pereira da Cruz. Faleceu na Quinta da Boa Vista, em 31 de dezembro de 1782, tendo sido sepultada dentro da igreja de Beduído, amortalhada em hábito de Santo António (ADAVR. *Paroquiais de Beduído*, liv. 10, Misto, fl. 167).

⁴⁴Dr. Victoriano Pereira da Cruz, Nasceu no lugar de Tonce, freguesia de Loureiro, concelho de Oliveira de Azeméis, a 26 de agosto de 1694, filho do alferes de ordenanças, Diogo Pereira, natural de Tonce, Loureiro, e de sua mulher, Mariana da Cruz, natural de Macinhata da Seixa, Oliveira de Azeméis. Casou na igreja de Beduído com sua prima em 3º grau, Antónia Marques do Couto, moradora no lugar do Souto, Estarreja, a 13 de julho de 1723. Bacharel, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, em 1722, advogado e capitão de ordenanças de Estarreja, o Dr. Victoriano Pereira da Cruz, morou e faleceu na Quinta da Melhor Vista/Casa da Areosa, em Estarreja, a 1 de junho de 1768, estando sepultado na capela de Nossa Senhora da Conceição, pertença da dita casa, em campa rasa, com tampa de granito. Foi amortalhado em hábito de Santo António “ou como os meus testamenteiros melhor lhe parecer, acompanhado à sepultura com o número de quarenta clérigos” (TAVARES, Artur Castro. Ob. cit., p. 113).

O MORGADIO INSTITUÍDO PELO CÓNEGO

O cônego Dr. Agostinho Marques do Couto fez testamento em 10 de dezembro de 1738 e aberto no dia do falecimento do dito, a 9 de agosto de 1754, no qual refere o desejo de ser acompanhado à sepultura, com cem padres, e com o mesmo número se fizessem os três ofícios do costume, dia, mês e ano. Queria ser sepultado, junto do altar de Nª Sª do Rosário, dentro da igreja de Santiago de Beduído, e pela sua alma se dissessem duas mil missas, de esmola de cem reis, cada uma. Se rezassem mais cem, por alma de seus pais e irmãos, e mais cem pelas almas do purgatório, de uma só vez. No mesmo, ficou registado o seu desejo da constituição de um morgadio, ao qual vinculava bens, apostando num seu sobrinho, filho de sua irmã, para cabeça do mesmo.

Os registos paroquiais de Beduído, anotam que:

Instetuiu por sua universal herdeyra a sua irmã Antónia Marques do Couto que com ele assistia na sua quinta (da Melhor Vista) e a seu marido, seo compadre e cunhado (Dr. Victoriano Pereira da Cruz), por seu testamenteiro, de quem fiava sem exceção de tudo, com declaração de que a quinta da Tapada e a quinta da Boa Vista andariam sempre unidas e nelas faria vinculo e que esta (sua irmã) nomearia um filho ou filha, e assim se irião sucedendo dali por diante da mesma sorte com a obrigação de mandarem dizer tres missas de Natal no mesmo dia de Natal até ao fim do mundo, e huma missa em dia de Santo Agostinho, e mais huma em dia da Conceição de Nossa Senhora, isto tudo perpétuo e para sempre⁴⁵.

Declarando, também, no seu testamento que:

(...) a quinta da Boa Vista e da tapada que comprei ao Trinchante Mór com todas as suas pertenças andarão sempre unidas sem divisam e sucedera nellas a dita minha irmã que le dara nelas a dita minha irmã e se dera nomeado em hum seu Filho ou Filha qual melhor lhe parecer e depois (...) algum filho de sucessão que for varam mais velho e em falta de varam será Femia andando sempre unidas em huma só (...) por ser essa a minha vontade⁴⁶.

Entretanto, depois de ter feito testamento, o cônego Agostinho Marques do Couto, entendeu alterar o seu desejo, doando a Quinta da Boa Vista e Tapada, a sua sobrinha, Bernarda Josefa Pereira Marques do Couto⁴⁷, filha de sua irmã Antónia Marques do Couto e do Dr. Victoriano Pereira da Cruz, por escritura antenupcial de 30 de junho de 1744, em virtude da mesma ir casar com Mateus António Afonso da Costa Pereira Soares de Albergaria e Silva⁴⁸, filho de capitão-mor das ordenanças de Estarreja, António

⁴⁵ADAVR. *Paroquiais de Beduído*, liv. 8, misto, fls. 226v.-227.

⁴⁶ADAVR. *Notariais de Estarreja*, liv. de 19.09.1753 a 02.02.1755, tabelião Domingos Marques da Silva, fls. 109v.-113. Cota D6.E10B.P2.Cx.10.

⁴⁷Bernarda Josefa Pereira Marques do Couto, nascida a 03.03.1725, foi batizada na igreja de Santiago de Beduído, tendo por padrinhos, o reitor da paróquia, Domingos da Silva, e o alferes Diogo Pereira, do lugar de Tonce, Loureiro (ADAVR. *Paroquiais de Beduído*, liv. 4, Baptismos, fl. 394), e faleceu a 05.01.1778, em Beduído, “sem sacramento algum por se achar morta em hum poço do seu quintal”. C.g. (ADAVR. *Paroquiais de Beduído*, liv. 10, fl. 800v.).

⁴⁸Mateus António Afonso da Costa Pereira Soares de Albergaria e Silva, foi capitão-mor de Estarreja. Nasceu a 10 de dezembro de 1726, na freguesia de Beduído, onde foi batizado na capela de Santo António, da Casa da Praça, em Estarreja, propriedade de seus pais. Neto paterno do Dr. Mateus Afonso Soares, natural de Estarreja, e de sua mulher Brizida Josefa Gomes da Costa, natural do Porto, e materno do capitão-mor Custódio Antão Pereira e de sua mulher, Bernarda Marques, ambos naturais de Beduído. Casou a 25 de outubro de 1744, na capela de Nossa Senhora da Conceição, na Quinta da Melhor Vista, no lugar da Areosa, Estarreja, com Bernarda Josefa Pereira Marques do Couto, referida anteriormente, neta paterna do alferes Diogo Pereira e de sua mulher Mariana da Cruz, de Tonce, Loureiro; e materna do capitão Manuel do Couto, capitão de ordenanças da companhia de Santiais e UI, e de sua mulher, Maria Marques, de Santiais, Estarreja (TAVARES, Artur Castro. Ob. cit., pp. 87-89).

Afonso da Costa Soares⁴⁹, e de sua mulher Inocência Bernarda Pereira da Costa, da Quinta de Santo António da Praça de Estarreja⁵⁰.

Naquele dia, na casa e moradas do capitão-mor, António Afonso da Costa Soares, perante o tabelião Ventura Pereira da Fonseca, com a presença do reverendo Cónego da Sé de Braga, Dr. Agostinho Marques do Couto, e do referido capitão-mor, por si e como administrador e procurador de seu filho menor, Mateus António Afonso da Costa Pereira Soares de Albergaria e Silva, foi dito que tinham ajustado casar Mateus António Afonso, filho legítimo do dito capitão-mor António Afonso da Costa Soares e de sua mulher, Inocência Bernarda Pereira da Costa, com Bernarda Josefa Pereira Marques do Couto, sobrinha do reverendo cónego, filha legítima do Dr. Victoriano Pereira da Cruz e de sua mulher Antónia Marques do Couto.

(...) e que sendo o dito casamento feito de matrimónio e sendo o sobredito com o outro recebidos em face da Igreja na forma do Sagrado Concílio (...) ele sobredito Cónego Agostinho Marques do Couto (...) doava à sobredita sua sobrinha Dona Bernarda Josefa e a seu futuro marido Mateus António Afonso, para eles (...) as suas Quintas da Boa Vista e Tapada que comprou a José António da Sá Vasconcellos e Sousa Trinchante-mor de sua Magestade, sitas nesta mesma freguesia com todos os seus foros, rações, terras (...) e mais que lhe pertence, conforme consta da escritura da compra e tombo que delas fizera (...) e em dinheiro 13 mil cruzados que entregaria depois deles se receberem ao dito capitão-mor António Afonso para serem aplicados em bens de raiz com vista à criação de morgado ou capela, com a condição de que sua sobrinha Dona Bernarda Josefa não herdasse coisas da legítima de seus pais (...)⁵¹.

QUINTA DA MELHOR VISTA



Quinta da Melhor Vista / Atual Casa da Areosa

⁴⁹António Afonso da Costa Soares, foi capitão-mor de Estarreja, onde nasceu, na Casa da Praça, a 16 de julho de 1708, filho do Desembargador Mateus Afonso Soares, natural de Estarreja. Neto paterno do licenciado Mateus Afonso da Costa (e Silva), letrado de boa aceitação entre os do seu tempo, e de sua segunda mulher, Maria Soares, natural de Oliveira de Azeméis, neto materno do capitão António Soares Homem e de sua mulher, Inocência de Pinho Resende (TAVARES, Artur Castro. Ob. cit., pp. 85-87).

⁵⁰Fazia parte da Quinta de Santo António da Praça de Estarreja, a atual Casa da Cultura.

⁵¹ADAVR. *Notariais de Estarreja*, liv. de 10.3.1744 a 25.10.1744, fls 98v.-104. Cota D6. E10B.P2.Cx.10.

Após o falecimento do Vigário Geral de Braga, o cónego Agostinho Marques do Couto, a 9 de agosto de 1754, a sua irmã herdeira, Antónia Marques do Couto, e seu marido, Dr. Victoriano Pereira da Cruz, fizeram testamento de mão comum, em 6 de abril de 1755, aberto à morte do Dr. Victoriano, ocorrida a 1 de junho de 1768. Antónia Marques do Couto, faleceria anos mais tarde, a 1 de dezembro de 1782⁵². Todos falecidos na Quinta da Melhor Vista.

D. Antónia e, seu marido, para além dos bens de alma que descrevem, iguais para cada elemento do casal, declaram que:

(...) nos deixou nosso irmam e cunhado o Reverendo Conengo Agostinho Marques do Couto, alguns bens móveis, como de raís, dinheiros, cazaes de que todo fizemos inventário, e nos deixou os ditos bens com a faculdade de os podermos vincular, sem sermos obrigados a dar Legítima a algum de nossos filhos nos ditos Bens, entre os coaes deixou a mim testadora, Antónia Marques do Couto, esta quinta e casas da melhor vista em que vivemos com suas pertenças e a deixou vinculada para eu poder deixar a hum de meus filhos coaes melhor me paresesse, da qual faculdade uzando deixo a dita quinta, e cazaes com suas pertenças a meu filho o Doutor Manoel Marques do Couto Cruz e a nomeio nelle na mesma forma que o dito meu irmam ma deixou vinculada no seu testamento e desta quinta e suas pertenças dera a meu marido, o licenciado Victoriano Pereira da Cruz uzo fructuário em sua vida, comtando que esta nomeassam que faço do uzo fructo da dita quinta de nenhuma sorte possa perjudicar a nomeaçam que dela fasso ao dito meu filho; e eu testador se algum direito tenho na dita Quinta, também o nomeio, e deixo ao mesmo meu filho o Doutor Manuel Marques do Couto Cruz, e nos testadores a este vínculo que da dita quinta fez nosso irmam, e cunhado, a vincullamos mais cinco mil cruzados de dinheiro, que nos deixou o mesmo nosso irmam, e cunhado, com a faculdade que já dissemos, cos quoaes cinco mil cruzados andaram sempre a juros, para renderem para o vínculo, ou seu pessuidor, até haverem bens livres, que se comprem para ficarem juntos ao mesmo vínculo e também avincullamos a mesma quinta metade de toda a prata que nos deixou o mesmo nosso irmam, e cunhado, no coal vínculo sucedera o mesmo nosso filho, o Doutor Manuel Marques do Couto Cruz, mas este ajuntamento que fazemos ao dito vínculo tam somente terá efeito depois da morte de nós ambos testadores, porque enquaonto algum de nós ambos for vivo, será uzo fructuário, e por morte do dito nosso filho, Doutor Manuel Marques do Couto Cruz, sucedera no dito vínculo seu filho varam mais velho, e nam tendo filhos sera a filha mais velha, e em falta destes sucedera o herdeyro mais chegado, perferindo sempre o macho a femea, com condiçam que a pessoa que suceder no dito vínculo será obrigada a mandar dizer trezentas missas, pela alma de cada um de nós testadores, e isto por huma só ves tanto que do dito vínculo tomar posse, depois da morte de nós ambos (...) e nomeamos mais o mesmo nosso filho, Caetano José uma terra que temos na Póvoa de Valverde, que é do Prazo da quinta da boa vista (...) e declaramos mais que conforme o Direyto dispondo os Pais da terça de seus bens os filhos se julguem instituidos herdeiros em suas legítimas por esta instituiçam que fazemos de todos nossos filhos herdeyros em suas legítimas nam he de nossas vontades revogar a Condição que nosso irmam e cunhado pôs no dote que deu a nossa filha Dona Bernarda Josepha mas sim se ella quizer ser herdeyra como conforme o Direito pode observar nova a Condiçam que o sereá da sua legítima lhe pôs o nosso irmam e cunhado e por este modo havemos este nosso testamento, perfeito e acavado, e queremos que em tudo valha⁵³.

O Dr. Manuel Marques do Couto Cruz, nasceu no lugar do Souto, freguesia de Beduído, Estarreja, a 18 de março de 1728, sendo batizado na igreja de S. Tiago de Beduído, a 27 do mesmo mês. Bacharel em Cânones, em 1750, pela Universidade de Coimbra, foi Juiz de Fora, em Barcelos e Braga, ouvidor de Pombal e corregedor em Porto Seguro, no Brasil. Embora tivesse sido nomeado, por testamento de seus pais, para a administração do vínculo da Quinta da Melhor Vista / Nossa Senhora da Conceição, parece que nunca chegou a tomar posse do mesmo, em virtude de ter falecido, ainda em vida de sua mãe, em local e data que se desconhece⁵⁴.

⁵²ADAVR. *Paroquiais de Beduído*, liv. 8, Óbitos, fls. 282v.-285.

⁵³ADAVR. *Paroquiais de Beduído*, liv. 8, Óbitos, fls. 282v.-285.

⁵⁴BRANDÃO, Francisco M. Ponces de Serpa. *Uma Família de Estarreja, in Terras de Antuã*, revista, nº 1, ed. C.M.E., 2007.

NOTAS FINAIS

Estampámos neste trabalho, referências às Quintas da Tapada e da Boa Vista, através de algumas indicações e documentos, partindo dos dois manuscritos referidos, abrangendo cerca de três séculos, abordando ainda ligeiramente, a Quinta da Melhor Vista, numa tentativa de diferenciar o “erro” tantas vezes referido em diversas abordagens, nomeadamente em documentos, pois os nomes das quintas da Boa Vista e da Melhor Vista, tão idênticos, têm levado a equívocos.

Encontramos ainda, referências ao topónimo *Quinta da Tapada, já no séc. XIX, em testamentos: “Quitéria da Costa, do lugar da Quinta Velha, viúva de Inácio Henrques, e depois casada com Manuel António André Marrinhas, deixou em testamento feito em 29 de dezembro de 1833, no cartório do tabelião Manuel Joaquim de Mendonça Furtado e Queirós, a uma sibrinha, Maria Antónia, mulher de Bernardo Tavares, do Agro, a terra do canto da Quinta da Tapada*⁵⁵.

Para melhor localização, o edifício da Fundação Cónego Filipe de Figueiredo, está construído em terreno da então tapada, referência toponímica que se encontra em alguns mapas da freguesia de Beduído, Estarreja, cuja frente vinha até à atual estrada Estarreja - Oliveira de Azeméis.

Com o tempo, os exatos contornos das mesmas, perderam-se no esquecimento e no pó das folhas amarelecidas dos arquivos.

E como as quintas e as casas encerram o pulsar da vida dos seus habitantes, registámos alguns, que nelas viveram e que contribuíram para o desenvolvimento de Estarreja.

Ressalvo que, este despretensioso trabalho, deve ser considerado inacabado.

ABREVIATURAS E SINAIS

ADA - Arquivo do Distrito de Aveiro (revista).

ADAVR - Arquivo Distrital de Aveiro.

AME - Arquivo Municipal de Estarreja.

CME - Câmara Municipal de Estarreja.

c. - concelho.

D. - Don/Dona.

Dr - Doutor.

ed. - edição.

fl./fls - folha/folhas.

IAN/TT - Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

In - em.

Liv./liv. - livro.

mç. - maço.

N^a S^a – Nossa Senhora.

n^o – número.

Ob. cit. - Obra citada.

Pe – Padre.

p./pp. - página/ páginas.

proc. - processo.

RGM - Regimento Geral de Mercês.

séc. - século.

v. - verso da folha.

1^a - primeira.

2^a - segunda.

⁵⁵AME. *Registos de Testamentos*, liv. 3, fls. 1-3.

4^a - quarta.

(...) - Supressão de palavras em uma transcrição.

/ - Mudança de linha, no original.

[...] - Acrescentos do Autor, para facilitar a leitura.

BIBLIOGRAFIA

BOXER, Charles Ralph. *Estudos para a história de Macau: séculos XVI a XVIII*, Fundação Oriente, 1991.

CARDOSO, Carlos Alfredo Rezende dos Santos. *Subsídios para uma monografia histórica e descriptiva da freguesia de Avanca*, 1^a ed., Tip. Progrédior, Porto, 1961.

COSTA, António Carvalho da. *Corografia portugueza e descripção topográfica do famoso reyno de Portugal* (...), 1708; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa, na qual se dá notícia* (...), Tomo II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1972.

JERNSTEDT, Eduardo Adolfo Vieira Borges Zander d'Almeida. *Fidalgos e Plebeus de Portugal, Apontamentos Genealógicos*, A Gráfica do Ave. Riba de Ave. S/d.

OLIVEIRA, Pe Miguel de. *Válega. Memória Histórica e Descriptiva*, Ovar, Câmara M. de Ovar.

SANTIAGO, Fr. Francisco de. *Crónica da St^a Província de N^a Sr^a da Soledade. Tomo I*, Lisboa, 1762.

SOUZA, António Caetano. *Memorias historicas, e genealogicas dos grandes de Portugal*, Lisboa, 1742; *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (...), Liv. XI/ Lisboa Ocidental: Da Sylva, 1747.

SILVA, António Delgado (editor). *Suplemento à Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1842.

TAVARES, Artur Castro. *Monografia de Estarreja I: Criação de Cavalos para a Remonta do Exército – Ordenanças, Milícias e Guerra Peninsular*, ed. Câmara Municipal de Estarreja, 2020.

TEIXEIRA, António José. *Antonio Homem e a Inquisição*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1895-1902.

FONTES IMPRESSAS

Arquivo do Distrito de Aveiro, 1973, vol. 39.

BIBLOS, vol. 7, Universidade de Coimbra, Biblioteca da Faculdade de Letras, 1931.

Revista de ex-libris portugueses, vols. 5-6, 1923.

Revista “Voz de Stº António”, n^o 5, maio, série 4^a, 7^o ano, 1901.

TAVARES, José. *Notas Marinhoas (CCIV)*, in jornal, *O Concelho da Murtosa*, Agosto-1998.

ARQUIVOS

Arquivo do Distrito de Aveiro (ADAVR):

Notariais de Estarreja, liv. de 10.03.1744 a 25.10.1744.

Notariais de Estarreja, liv. de 19.09.1753 a 02.02.1755.

Paroquiais de Beduído, liv. 1, Misto.

Paroquiais de Beduído, liv. 10, Misto.

Paroquiais de Beduído, liv. 8, Óbitos.

Paroquiais de Beduído, liv. 43, Óbitos.

Paroquiais de Beduído, liv. 10, Misto.

Arquivo Episcopal do Porto:

N^a S^a de Entre Agoas, 1628.

Arquivo Municipal de Estarreja (AME):

Manuscrito 997 (vários autores, séculos XVIII-XIX).

Registos de Testamentos, liv. 3.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT):

Regimento Geral de Mercês (RGM), D. João V, liv. 5.

RGM, Ordens Militares, liv. 1.

RGM, D. Pedro II, liv. 7.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 15421.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, mç. 13, nº 279.

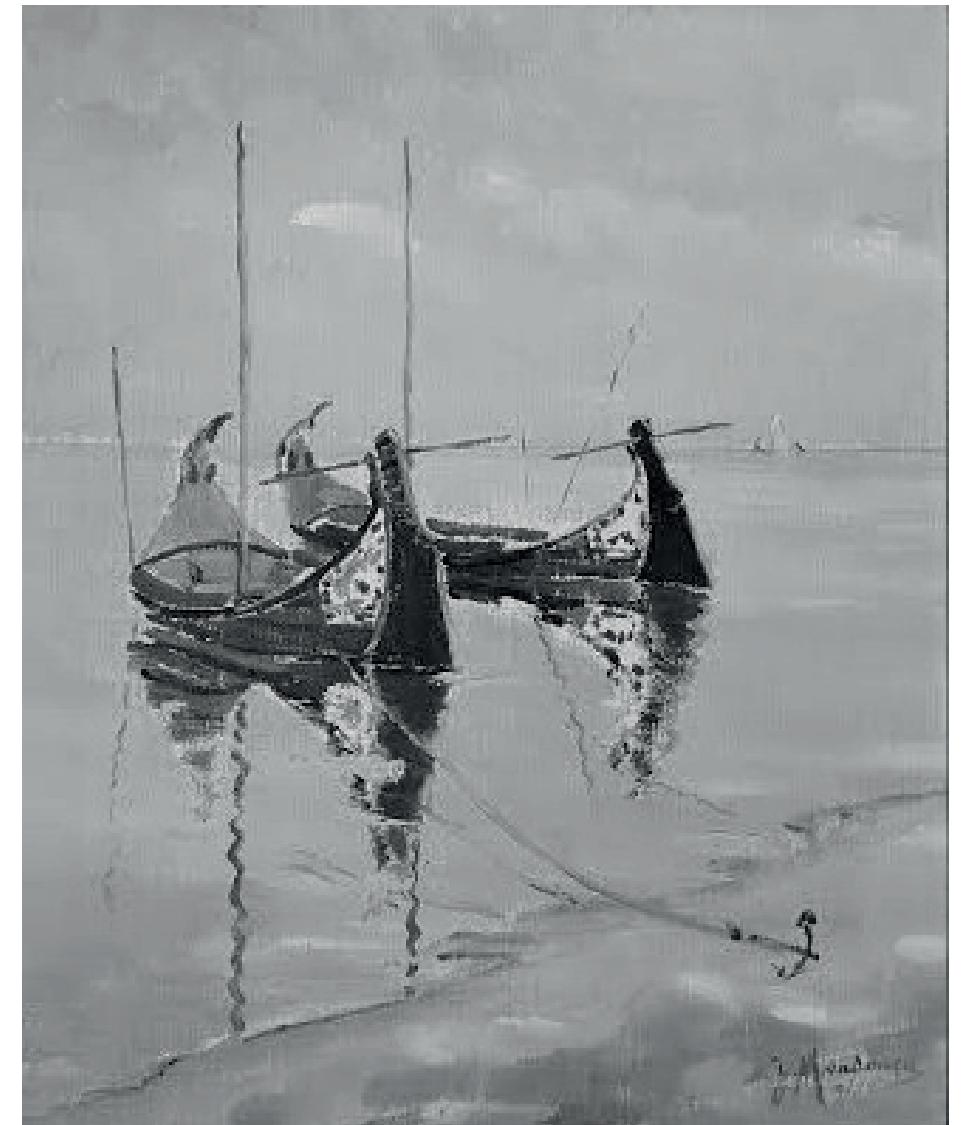
JOSÉ MENDONÇA O REFLEXO E A SOMBRA

Diamantino Matos*

INTERNET

http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha_imprimir.aspx?id=642; *Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX.*

<https://core.ac.uk/download/pdf/62462973.pdf>; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, *Os Conventos da Ordem de Santiago em Palmela.*



Moliceiros na Ria, 1988 óleo sobre tela | Coleção – Diamar |

Pintar é a forma simples de nos alhearmos dos problemas que nos afligem e de estar mais perto da natureza... é a forma de comunicar e interpretar à minha maneira aquilo que, muitas vezes passa despercebido
José Mendonça

*Médico

I – Os verdes anos

José Maria da Silva Mendonça nasceu em Estarreja a 21 de Setembro de 1923. Foi o segundo filho de Maria Florinda Mortágua e de Joaquim da Silva Mendonça. A irmã primogénita, a Dr.^a Maria Adelaide Mortágua Mendonça, licenciada em Biologia, lecionou no antigo Colégio Egas Moniz, hoje Biblioteca Municipal, tendo falecido ainda jovem com 27 anos em 1948. Como curiosidade, diga-se que foi uma das primeiras mulheres licenciadas do concelho de Estarreja a par com a Dr.^a Ana Costa Campos Sousa, farmacêutica e primeira proprietária da farmácia Sousa. O irmão mais novo, o Eng. Civil Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça que trabalhou na Câmara Municipal de Estarreja, foi sócio gerente da Savecol, presidente do Galitos e exerceu o cargo de Governador Civil de Aveiro em 1979/80.

Foi uma criança frágil e adoentada (chegou a sofrer aos 11 anos uma pleurisia), facto que lhe determinou recato caseiro e diminuição ou impossibilidade de frequência escolar. Certo é que ainda frequentou o ensino primário em Lisboa e em Estarreja na Escola Conde Ferreira. Contudo, a sua debilidade física levou a que só aos 20 anos tenha concluído a escolaridade obrigatória vigente à época. Ainda nos inícios da sua primeira infância a família passou a residir em Lisboa, onde com a mãe grávida do irmão Benjamim, lhe faleceria o pai ainda jovem. Mais tarde, a conselho médico devido à saúde periclitante do filho, a progenitora decidiu voltar às origens, na província. A mãe contrai, entretanto, um segundo casamento, tendo o novo casal por meados dos anos 30 aberto a pensão Moderna, no local onde existia uma taberna, pertença duma Domingas, tia da Florinda.

Um dos motivos que contribuiu para o José Mendonça não ter estudado, foi a necessidade imprescindível de ajudar a mãe e o padrasto Manuel Afonso no dia a dia da pensão e na exploração de uma bomba de gasolina Atlantic. Foram hóspedes da pensão figuras conhecidas como o escritor e jornalista António Assis Esperança e esposa, a quem o celebrado autor de *A Selva*, Ferreira de Castro, de Ossela, vinha visitar e a cosmopolita pintora Eduarda Lapa, que viria a ter larga influência no futuro artístico do então jovem José Mendonça.



Praça de Estarreja, 1981 | Colecção - Dr. José Nóbrega |

A família também chegou a explorar uma hospedaria informal na praia da Torreira, situada na actual Avenida Hintze Ribeiro, num prédio de 1º andar, pertença do arraial João Tavares. Esta moradia, onde funcionaria mais tarde um centro social, estava situada mesmo ao lado duma casa que foi do arraial Francisco Faustino e quase em frente do edifício onde esteve instalada a Guarda Fiscal, à Praça da Varina. A hospedaria informal, processo de acolhimento normalmente sazonal, habitual à época na praia da Torreira terá sido poiso de verão de Eduarda Lapa lá pelos anos 30 a 50 (a Pousada da Ria, inaugurada em 1960, foi o seu refúgio desde então).

II - O caminho da arte

Em 2 de Abril de 1955, com 31 anos, inaugurou a 1ª exposição de pintura no Centro Recreativo de Estarreja, com 30 telas. Esta exposição, que terminou em 7 de Abril, deu brado na comunidade estarrejense. Presente a alta figura do então Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, o médico pardilhoense Jaime Ferreira da Silva que foi de 1959 até à sua morte trágica nas águas da ria em 1962, Governador Civil de Aveiro.

1 — Chão da Rebela	1.000\$00
2 — Cobres, Barro e Cebolas	1.000\$00
3 — Mimosa	500\$00
4 — Sardinheiras	450\$00
5 — Gladiolos	400\$00
6 — Hibiscos	600\$00
7 — Coimbras	550\$00
8 — Barro e Meads	200\$00
9 — Moliceiro ao Junco	(Pertence ao Excmº Sr. A. Monizgas)
10 — Cobres e Meads	300\$00
11 — Camélias	300\$00
12 — Tarde na Canhota	300\$00
13 — Moliceiro — Tarde Cinzenta	350\$00
14 — Canhota do Tio Rodrigo	350\$00
15 — Caminho em Aveiro	300\$00
16 — Rosas	200\$00
17 — Camélias	300\$00
18 — Águas de Nenúfares	250\$00
19 — Margens do Antuã	200\$00
20 — Junho na Canhota	150\$00
21 — No meu Quintal	200\$00
22 — Zinias	250\$00
23 — Manhã em Aveiro	250\$00
24 — Avenida a Meia — S. Jesp. (estudo)	200\$00
25 — Canal de S. Roque — Aveiro (estudo)	200\$00
26 — Cais da Ribeira — Murtosa	*
27 — Berço do Mar — Torreira	*
28 — Péssegos	*
29 — Marechalha	*
30 — Anêmonas (estudo)	(Pertence ao Excmº Sr. A. Monizgas)

Frontispício e preçário da 1ª exposição de José Mendonça em 1955 no Centro Recreativo de Estarreja

E como valor mais elevado, teve a distinção da presença de Egas Moniz, o nosso primeiro Prémio Nobel em 1949, que escreveu no livro de honra: *O Sr. Mendonça, é uma boa promessa*. Como estímulo, o laureado médico e cientista escolheu e adquiriu um pequeno quadro, representando uma lavadeira no rio Antuã, tendo justificado a escolha por ser esse o único quadro que, entre todos, tinha uma figura humana.



Margens do Antuã 30 de Julho de 1954
| Colecção - Casa Museu Egas Moniz |

E, nessa exposição primordial Egas Moniz reforçou o seu apoio ao moço pintor, convidando-o para ir ver a sua coleção de arte na Casa do Marinheiro em Avanca. E assim aconteceu, tendo o insigne Professor falado da possibilidade da ida do jovem pintor para Lisboa e até se tenha disponibilizado para lhe encontrar uma colocação que lhe permitisse custear a estadia. Ora, esta visita foi em Abril, e no verão quando Egas Moniz voltou a Avanca, já estaria doente, tendo falecido no fim desse ano (13 de Dezembro de 1955). Assim, a sua morte inviabilizou a proposta que tinha formulado. E José Mendonça ficou em Estarreja.



Visita de José Mendonça em Abril de 1955 à Casa do Marinheiro, recebido pelo Professor Egas Moniz

Que caminhos palmilhou José Mendonça para ocorrer tal desiderato? Como factor primordial estaria uma sensibilidade diferente, apurada nos anos da sua fragilidade somática. Dois outros factores foram também determinantes para a aventura apolínea - um teve na origem o teatro amador, para onde fora aliciado pelo vizinho e amigo Alexandre Miranda. Tendo vindo de Lisboa um cenógrafo fazer os estudos dos cenários para a peça "Nada de confusões" em 1950, isso foi o abre-te sésamo para a descoberta da vocação artística pictural. O segundo factor foi o convívio estreito com a pintora Eduarda Lapa (1895-1976), tanto na hospedaria materna da Torreira, como na Pensão Moderna em Estarreja, onde a pintora natural de Trancoso e com residência em Lisboa, vinha descansar, desfrutar das belezas da região e pintar.

Em 1954, Eduarda Lapa acarinhava assim o neófito das artes: *Quem dera que artistas conseguissem pintar flores, como Mendonça os seus hibiscos – com um abraço, ao jovem camarada J. Mendonça*

Num pequeno livro de felicitações, que o artista guardou religiosamente e hoje está na posse da sobrinha e afilhada de baptismo Arq.^a Lourdes Mendonça (com residência em Sintra), Eduarda Lapa escreveu já em Outubro de 1968 que tinha uma grande admiração pelo José Mendonça, pois este, em criança, fazia parte do grupo que ela tinha à sua volta na Torreira enquanto pintava. E acrescentava: *A arte nasceu com ele, e por me ver pintar, despertou-o e hoje é já um artista de muito mérito, e oxalá que continue a trilhar o caminho da arte – bem difícil por sinal! – É um artista com muita personalidade, o que nem todos conseguem. Sabe desenhar e dar a cor local. Estarreja deve orgulhar-se de o ter como Pintor da sua tão bela região. Felicito-me a mim própria por ter dado ensejo a que a sua alma de artista desabrochasse. Só êxitos lhe deseja a colega muito amiga – Eduarda Lapa.*

Nesse mesmo livrinho e no mesmo ano Manuel Lopes Rodrigues, articulista prolífico na imprensa local, escrevia no "Mês das flores e das mil cores" dando conta da sua admiração pela autenticidade da obra de José Mendonça *que continuará a triunfar, para honra da Arte que pratica, para honra sua e para honra de Estarreja - sua terra natal.*

Pelo mesmo diapasão afinara, ainda em Julho de 1967 a Dr.^a Anabela Amorim Marques, nos dias de hoje professora aposentada e viúva de Carlos Eurico Marques, da Quinta da Costa, quando escreveu: *Vendo José Mendonça vejo a minha terra na sua beleza total...*



Eduarda Lapa e José Mendonça a pintar nas margens da Ria

Ainda antes dessa 1^a exposição "a sério", José Mendonça fez em 1953 uma exposição de trabalhos ainda incipientes no Salão de Chá do então Hotel Miranda, inaugurado em 1950, localizado onde hoje se encontra o Banco Santander, na Praça de Estarreja. Foi aí que travou conhecimento com a pintora Fernanda Costa Neves, residente em Avanca, que doravante, aos sábados lhe ministraria lições em técnicas de pintura.

A talhe de foice, é justo referir que em 1969, ao expôr pela 1^a vez no Porto, no Salão Nobre do Ateneu Comercial, em conjunto com a pintora Clotilde Costa Carvalho, irmã da sua mestra, prestou significativa homenagem como discípulo à sua tutora pictórica, expondo-lhe em lugar de honra três quadros "Varina", "Mulher do povo" e "Pensando em flores".

Foi um magnífico sinal de gratidão, pois no catálogo da exposição inicial de 1955, Fernanda Costa Neves escrevia: *José Mendonça, o novo artista que expõe os seus trabalhos pela primeira vez, não é, artisticamente, novo, pois já nasceu com um temperamento de artista requintado, como se pode ver observando a sua galeria de trabalhos. É um autodidacta que merece ser admirado e acariciado pelo seu valor e talento.*

Muito tímido e receoso começa a trilhar, agora, um caminho que para ele deve ter muitas hesitações e desânimos. Como sua conselheira e admiradora, pelo que tenho observado, sei o que pode vir a ser a sua carreira artística. O que lhe tenho dito é por certo o que todos os admiradores de arte lhe dizem. Ânimo e trabalhar com alma e coração.

E se Fernanda Costa Neves, punha o dedo na ferida acerca da personalidade e maneira de ser do pintor, no mesmo catálogo, o jornalista e etnógrafo João Sarabando descrevia-lhe o estatuto pictural: *É sobretudo nas flores que José Mendonça consegue dominar, ascender, ganhar altura. Hibiscos, camélias, zíniias e gerânios vivem nas telas, assemelham-se a pedaços de Primavera, de uma esplendente Primavera da nossa terra.* Esta citação tinha sido publicada originalmente em Janeiro de 1955 no jornal Norte Desportivo.

III - O ofício da pintura

Já numa fase mais adiantada do seu percurso, dezassete anos após a estreia, receberá laços do consagrado escritor Tomaz de Figueiredo (1902-1970). Autor de romances como *A toca do lobo e D. Tanas de barbatanas*, bracarense de nascimento, mas arcuense de coração, onde passou a sua infância – “Terra minha pela memória e pelo amor” - foi colocado notário em Estarreja, para onde veio exercer desde 1947 a 1960, tendo-se instalado na Pensão Fortunato, perto da estação do caminho de ferro. Conviveu com o escritor Joaquim Lagoeiro de Veiros, autor de *Viúvas de vivos*, e com o poeta e grande tradutor José Bento de Pardilhó, que deu ao prelo *Silabário*.

Conheceu José Mendonça e a sua obra, a quem tributou no catálogo da exposição de 18 de Novembro a 4 de Dezembro de 1972, no Salão de “O Primeiro de Janeiro”, na rua de Santa Catarina no Porto, as seguintes palavras: *O homem só verdadeiramente é imagem de Deus quando não pode deixar de, em primeiro, viver para se saciar de beleza, sentindo-a e querendo amostrá-la. Porque só beleza, é tudo, e tudo o mais, cisco. José Mendonça, porque a sente, só quer viver para a beleza.*

A mãe Florinda, em segunda viuvez, trespassou em 1961 a Pensão Moderna, nomeadamente o restaurante do rés-do-chão e uma parcela dos quartos do primeiro andar (a outra parte ficou reservada para lá viver) ao Sr. Augusto Vieira, que era o empregado de confiança do hotel Miranda desde a sua inauguração e que viria a ser em 1980 um dos sócios do restaurante Barracão. Mais tarde, a casa foi comprada pelo Sr. António Onofre e a esposa Elisa, que deram ao espaço para pasto o nome de Restaurante Moderno. O local deste estabelecimento foi em 2016 ocupado pelo novo restaurante Xixas, explorado pelo jovem casal Pedro Fonseca e Maribel Pinho, mantendo o Sr. Onofre os quartos do primeiro andar com capacidade de aluguer.

José Mendonça, vindo da Alemanha (Württemberg) e já sem ter de cumprir afazeres na pensão devido ao seu trespasso, passou a dedicar-se totalmente à pintura e recolheu-se numa casinha que era do primo Armando Latoeiro e onde viveu até ao fim dos seus dias. A pequena casa tinha (e ainda tem) na parede ao lado da porta de entrada um Santo António de azulejos. O rés-do-chão era quase totalmente ocupado pelo atelier, onde conviviam pincéis usados, uma paleta multicor, uma caixa de tintas e uma pléiade de quadros e molduras. O corredor, que dava acesso à escada para o primeiro andar era o mostruário de obras oferecidas por artistas amigos. E num varandim interior da escada, a coleção de santantoninhos que tanto o embeveciam e viria a doar ao Rotary Club de Estarreja.

No primeiro andar, além da cozinha onde fazia pão de ló, uma especialidade sua e que lhe chegou a servir para fazer explodir de amarelo uma ou outra natureza-morta, havia uma pequena salinha onde pontuava uma televisão, além da intimidade de um quarto de descanso.



À esquerda, Pão-de-ló e chá de limão | Coleção – Diamar |.



À direita, José Mendonça à porta de sua casa em Agosto de 2008 | Foto de Ana de Jesus Ribeiro |.

Esta dedicação à pintura levou-o a desejar conhecer outros mundos pictóricos e a fazer cursos temáticos de pintura. Foi assim que visitou países como a Bélgica, França, Países Baixos e Alemanha. Nos Países Baixos tinha guardada em casa da Maruca, *petit nom* da Sr.^a Benita Gonzales Carvalho, irmã do Sr. Sarabando do pronto-a-vestir e na Alemanha era hóspede da Sr.^a Octávia de Angeja que se tinha casado com o alemão Peter Kern, que tinha conhecido através do José Mendonça, numas festas de Santo António.

José Mendonça conheceu Peter Kern, um Ninetto Pasoliniano, a quem faria mais tarde um retrato, aquando da sua ida para a Alemanha, em meados dos anos 40, desgostoso com o ambiente familiar criado pelo difícil relacionamento com o padrasto que o chamava “A menina”. Por terras germânicas, permaneceu alguns anos a trabalhar numa fábrica de calendários.

IV - A Arte Madura

É já numa maturidade artística que em Julho de 2003, celebra com uma exposição na Casa da Cultura de Estarreja, os 50 anos de actividade pictórica. O presidente da câmara, Dr. José Eduardo Matos, não deixou os seus créditos de bom pardilhense em mãos alheias e escreveu no opúsculo/catálogo, a magnífica abertura “Carpinteiro de cores”: *José Mendonça é hoje uma instituição viva.*

Goste-se ou não da sua pintura, perfeitamente identificável pelas tintas fortes e sobretudo pelos temas naturais e marinheiros, o autor é hoje uma referência regional incontornável. A reforçar essa marca cultural e tradicional dos seus quadros fica a celebração de 50 anos de carreira.

Meio século é muito tempo.

E, pela sua pintura, é mesmo uma segunda vida, feita de cores garridas, paixão por moliceiros e prazer com horizonte sem fim. Sinto nele o toque do carpinteiro naval que, sentindo a nossa Ria, molda cada barco como uma verdadeira obra de arte, peça a peça, da proa à ré, da toste ao leme, das cavernas ao esguio mastro. E cada quadro de Mestre José Mendonça é um imenso painel, nunca repetido, mas sempre reconhecível pela sua mão forte.

Embaixador do nosso Concelho, constitui um exemplo para os mais jovens de que ser Pintor vale a pena. Parabéns José Mendonça, que bem os merece!



À direita, Aveiro-Portugal - Fevereiro de 1985 | Coleção – Diamar |.



Barcos moliceiros | Coleção – Diamar |

Ainda neste catálogo dos 50 anos a pintar, entre outras citações, respigo a do saudoso Dr. Casimiro Tavares... *José Mendonça, sempre respirou afabilidade, singeleza e paz interior... A beleza da nossa ria, a imensidão do nosso mar, a grandeza do céu, a verdade do moliceiro, as nossas coisas e o nosso povo (a boneca de palha, a azenha, a Senhora do Monte) são temas dos seus trabalhos.*

E à laia de síntese, nele escreve o jornalista Brissos da Fonseca, da delegação de Aveiro do mais antigo (1854) jornal continental, entretanto extinto, O Comércio do Porto: *Na Pintura de José Mendonça, a luz é transparente, o desenho suave, as cores de uma quente serenidade interior, numa mensagem de paz, de harmonia que convida à reflexão e ao amor do Homem pela Natureza.*

José Mendonça viria a falecer de AVC (Acidente Vascular Cerebral), na madrugada de 4 de Abril de 2012, no Hospital Distrital de Aveiro. Tinha 88 anos de idade. Foi a sepultar no cemitério de Beduído, situado junto à Igreja Matriz de S. Tiago de Beduído. José Mendonça foi aquilo que se chama em termos de história da arte, um pintor já para além do tardo naturalismo português.

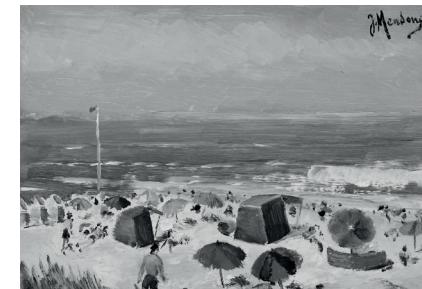
Em breve e sucinta nota, assinala-se que Silva Porto e Marques de Oliveira foram os introdutores do naturalismo em Portugal, em ruptura com o romantismo. Regressados a Portugal em 1879, após estágios em Paris, Itália, Bélgica e Países Baixos, trouxeram a tendência naturalista da Escola de Barbizon, na floresta de Fontainebleau, não tendo sido tocados pela corrente impressionista que já se implantava na Europa.

Carlos Reis, discípulo de Silva Porto, já pertence a uma geração tardo naturalista tendo sido o maior animador duma cultura do ar-livramento e assumido seguidor da estética naturalista, que se convencionou ter durado em Portugal até 1940.

Assim se comprehende que José Mendonça tenha nascido fora de tempo, em termos de história da arte, para a arte que praticou de paisagem ao ar livre. Na sua feição, na sua arte, existe uma identidade marinhoa, uma identificação anfíbia com a luz vibrante da Ria, que tão bem foi descrita por Raúl Brandão no seu livro *Os Pescadores*. O seu estilo e as suas tintas têm o cunho atlântico de nortada e maresia. O seu traço livre tanto nos expõe à torreira do sol, como a uma subtil envolvência em diáfana neblina. Quase soa à interrogação de Ferdinand Denis: *Que estranho país é este em que os bois vão lavrar o próprio mar?*



Barco da xávega, Torreira, Julho de 1976 | Coleção – Diamar |



Praia | Coleção - Camilo Roberto Cruz |

José Mendonça sentiu a necessidade de transpôr para as telas, as imagens de um mundo rural em mudança, e é assim que nos arquétipos das suas paisagens, se vislumbram as raízes da alma marinhoa.

A sua pintura, de inegável valor testamentário, é mais do que um documento ou uma imagem fotográfica da realidade circundante. Ela está imbuída dum espírito etnográfico, revela indirectamente a tenacidade e a labuta do homem e da mulher no quotidiano - a força do moliceiro que arranca o moliço do fundo das águas da ria, ou o suor da mulher de lavoura que faz bonecas de palha após a ceifa na encosta da Senhora do Monte. Noutros casos, a paleta parece que flui, como a água do Antuã em ágeis mãos de canoras lavadeiras, ou como a brisa do norte a emprenhar as alvas velas dos mercantéis e dos moliceiros na faina.

Constante, sempre presente mesmo, é o cromatismo luminoso que sai da magia dos seus pincéis, nos matizes das flores colhidas do canteiro pela manhã, na girândola canária dos malmequeres do campo, nas romãs a que deu a cor do lume como diria Eugénio de Andrade, mesmo nas suas telas mais anódinas sempre o garrido a sobrepujar em manchas de cor caleidoscópicas.

A pintura do José Mendonça é um exemplo paradigmático de uma alegria esfuziante da cor, vivaz, de um fogo cromático, sempre naturalista, sempre belo, sempre simples. É uma pintura de luz, que ora se mostra a brincar saltitante em fulgurantes reflexos aquáticos, ora se esconde, grácil, em refrescantes sombras campestres.

Adensa-se no poroso do casario das cidades, enternece-se com as velhas locomotivas a vapor da linha do vale do Vouga, ou enleva-se com os azulejos de Jorge Colaço na gare portuense de S. Bento. Torna-se deslumbrante na reverberação branca das amendoeiras em flor algarvias ou reverdece nos múltiplos cambiantes poéticos da Sintra de Lord Byron.

E entra sem pedir licença pelas nossas salas, ora com refulgentes espigas douradas e o rubro vivo das papoilas, ora com aveludados pêssegos, frescas talhadas de melancia ou báquicos cachos da última vindima, ao lado de areados cobres e estanhos artesanais ou de belas porcelanas da Vista Alegre decoradas em azul cobalto de grande fogo.

Às vezes, atrevido, chega mesmo a sair à rua nos ornamentos de carros alegóricos do corso folião, ou de cortejo de oferendas para os voluntários soldados da paz da terra que o viu nascer.



O Vouquinha na Sernada, 1975 | Coleção - Dr.ª Maria Solange Lopes |



Natureza-morta | Coleção - Diamar |

Um pouco mais de sol - eu era brasa, um pouco mais de azul - eu era além, o grito poético de Mário de Sá-Carneiro, foi plasmado na tela pelo José Mendonça — a brasa canicular do sol a pino sobre a terra, o azul celeste do além sobre as águas - eis a sombra lânguida e apetecida pelos viventes mortais, eis o reflexo nas águas da morada dos deuses imortais. Crença e fé. E viva o Santo António de Estarreja. E o S. Paio da Torreira.

O titã Prometeu roubou o fogo sagrado de Héstia para o dar à humanidade, José Mendonça roubou para si o arco-íris, mas deu o pote de ouro da arte aos conterrâneos num presente ataviado com um laço de sete cores.

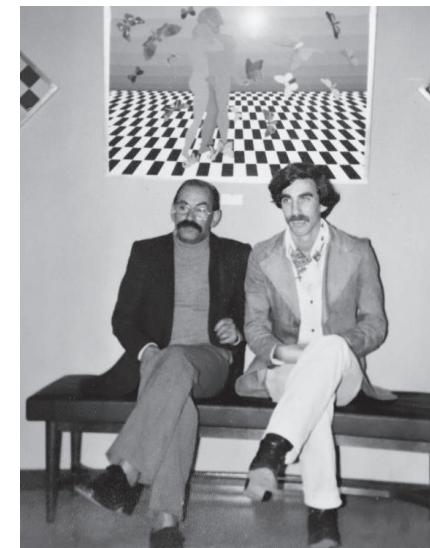
José Mendonça, a par com Zé Penicheiro e Cândido Teles seus contemporâneos, são os grandes pintores de uma Ria que já só existe na nossa memória, são pintores de um legado que nos orgulha, que nos está na massa do sangue. E são-no, não só pela diversidade, mas também pela quantidade de obras que nos extasiaram e cá deixaram para os vindouros.

Claro que seria falta grave a omissão de outros grandes pintores, de gerações anteriores e de alto gabarito como Fausto Sampaio, Eduarda Lapa, Fausto Gonçalves e Adriano de Sousa Lopes entre outros, que deixaram o seu cunho pictórico espraiar-se pelos subtils cambiantes da paisagem lagunar e das suas gentes, ora pintando louças e alegres moçoilas namoradeiras, ora vetustas faces sulcadas pelos rigores da vida.

V - A Tertúlia de Artistas do Porto e o Grupo 3+3

Nos anos setenta, 13 artistas sob a égide do fotógrafo do jornal “O Primeiro de Janeiro”, Platão Mendes, também artista plástico, reuniam-se habitualmente numa tertúlia no primeiro sábado de cada mês no “Carioca 2”, em S. Lázaro. Formaram um grupo, a Tertúlia de Artistas do Porto, que exibiu na galeria de “O Primeiro de Janeiro” (actual Centro Comercial Via Catarina). Dessa tertúlia fizeram parte os estarrejenses José Mendonça e Joaquim Pereira, além de Mendes da Silva, António Joaquim, Paulo Vilas Boas, Américo Taborda, António Almeida, Luís Alberto, Martins Lhano, Carlos Mota, Carlos Seixas e Manuel António

Este último, chamado pelos outros “Lavrador”, era um amante da arte, boémio, que começou a pintar extemporaneamente e tinha uma quinta em Santo Tirso, único sítio onde mostrava as suas obras e oferecia patuscadas ao grupo. Merece esta referência porque entre outras maroteiras punha malaguetas nas maçãs assadas que servia ao José Mendonça, que ficava com as papilas gustativas e os neurónios em fogo...



José Mendonça e Joaquim Pereira, 1979 no Salão de “O Primeiro de Janeiro”. Em fundo a tela “O abraço” de Joaquim Pereira



Grupo 3+3

Da esquerda para a direita: Luís Alberto, Joaquim Pereira, Maria Luisa, José Mendonça, Irmã Gabriela, António Joaquim e Jaime Ferreira

Platão Mendes era supersticioso e não aceitava sentar-se à mesa, sendo 13 os convivas. Assim, numa mesa ao lado, sentavam-se ele e o benjamim do grupo Joaquim Pereira, regressado de Paris após a revolução dos cravos de 1974.

Em 1975, um grupo mais restrito de artistas que se juntava gastronomicamente, resolveu alargar as suas competências em torno de um projecto artístico e da sua respectiva apresentação em público. Decidiram dividir o núcleo original em duas componentes: os modernistas (Jaime Ferreira, Joaquim Pereira e Maria Luisa) e os clássicos (António Joaquim, José Mendonça e a Doroteia Irmã Gabriela), de onde o nome de “Grupo 3+3”. Com a Irmã Gabriela adoentada, juntar-se-ia ao grupo Luís Alberto, que por ser comunista tinha sido vetado inicialmente por Jaime Ferreira.

O grupo só expôs colectivamente quatro vezes. A 1^a exposição em 1976, a 2^a exposição em 1978 e a 3^a em 1981, aconteceram todas na Galeria do “O Primeiro de Janeiro”. A 4^a e última exposição do grupo teve lugar em 11 de Dezembro de 1981, na inauguração da Casa da Cultura de Estarreja. Na mesa de honra da sessão de abertura, esteve José Mendonça em representação do Grupo 3+3. Na restante composição da mesa de honra tiveram assento a presidente da Câmara Municipal de Estarreja, Prof.^a Maria de Lurdes Breu e o Governador Civil de Aveiro, Dr. Raimundo Rodrigues.

Um apontamento do espírito do grupo - aquele que vendesse mais obras em cada exposição pagava o jantar. Assim aconteceu duas vezes ao Joaquim Pereira, uma vez ao Luís Alberto e também uma vez ao António Joaquim, ou seja, quatro jantares à borla para o José Mendonça.

O grupo extinguir-se-ia em 1982 devido ao falecimento de Jaime Ferreira e à doença da Irmã Gabriela. Em 2012, entre 20 e 31 de Janeiro, a Casa da Cultura de Estarreja teve patente ao público a Exposição Retrospectiva de Pintura “3+3”, inserida nas comemorações do VII aniversário da elevação de Estarreja a cidade e tendo como curador um dos fundadores do grupo, o artista estarrejense Joaquim Pereira.

VI – Rotary e José Mendonça

Nos idos anos 60 e 70 o Rotary Club de Estarreja (fundado em 1962) reunia no Restaurante Moderno, onde José Mendonça teve um primeiro contacto com o movimento rotário, tendo iniciado uma afeição que perduraria pelo resto da sua vida.

No ano rotário de 1980/81, o Rotary Club de Estarreja, sob a presidência do “bispo da Póvoa”, D. Francisco Nunes Teixeira, bispo emérito de Quelimane, organizou-lhe uma festa de homenagem, tendo-lhe sido atribuída a classificação de sócio honorário do Rotary Club de Estarreja, classificação que manteve até à sua morte. Deveras significativo do seu apego a Rotary, foi a inclusão sistemática dessa referência, desde então, no resumo curricular dos catálogos das suas exposições.

Em 20 de Janeiro de 1988 foi-lhe atribuído por Rotary International, o Título Paul Harris, com o número 4320237. Este título corresponde a uma doação de 1000 dólares para a Rotary Foundation. Era presidente do Rotary Club de Estarreja o Eng. Aníbal Drummond de boa memória (e meu padrinho de entrada em Rotary).

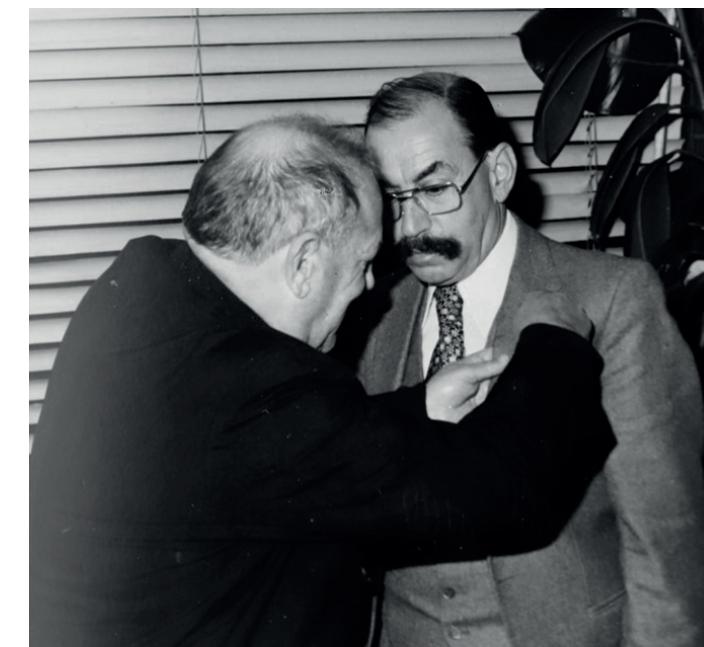
José Mendonça foi o autor gracioso de três medalhas comemorativas do Rotary Club de Estarreja. A primeira, de 1987, na comemoração dos 25 anos do clube. A segunda, de 2002, em que os rotários festejaram 40 anos de actividade. A terceira, de 2012, concebida para as bodas de ouro (50 anos) do Rotary Club de Estarreja.

Em 21 de Setembro de 2013, precisamente no dia em que o artista faria 90 anos, foi inaugurada na antiga Escola Primária Conde Ferreira, que José Mendonça chegou a frequentar em criança, a “Casa das Artes”, onde o Rotary Club de Estarreja passou a ter a sua sede. Em sala própria, a que foi dado o seu

nome, teve lugar uma exposição de um lote de obras doadas pelo pintor, e da também doada coleção de imagens de Santo António de que era particularmente devoto. Esta sala, aberta à comunidade, passou a ser um espaço de exposições que pretende prestar homenagem à vida e à obra de José Mendonça. Nesta mesma sala, emoldurada com as obras do José Mendonça, no dia de Natal de 2018, o Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa almoçou solidariamente com a comunidade venezuelana de Estarreja.



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa no dia de Natal de 2018, a almoçar na Sala José Mendonça, da Casa das Artes com a comunidade venezuelana de Estarreja. Ao fundo, quadros de José Mendonça, representando o da esquerda o edifício dos Paços do Concelho de Estarreja. | Foto de Carlos Marques |



O presidente do Rotary Club de Estarreja, o bispo D. Francisco Nunes Teixeira coloca na lapela de José Mendonça o emblema rotário, ao ser-lhe atribuída a classificação de sócio honorário do Rotary Club de Estarreja no ano rotário de 1980 / 1981.

VII - O Município e José Mendonça

Em 28 de Novembro de 1980, na comemoração dos 25 anos de actividade artística, José Mendonça, foi agraciado com a Medalha de Prata de Mérito Municipal, em Sessão Solene realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Presentes no acto, a Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, Prof.^a Maria de Lurdes Breu e o Governador Civil de Aveiro, o estarrejense e irmão do agraciado, Eng. Joaquim Arnaldo Mendonça.

Após os cumprimentos ao homenageado, teve lugar a inauguração dumha Exposição Retrospectiva, com 28 quadros que esteve aberta ao público até ao dia 8 de Dezembro. Uma homenagem póstuma do município ocorreu durante as Festas de Santo António, da Cidade e do Município em 2016. Nessa altura, foi descerrada a placa toponímica com o nome “Rua José Mendonça”. Esta, passou, a ser a denominação da rua principal do Quarteirão Norte, que liga a Rua Dr. Alberto Vidal à Rua da Restauração, no centro da cidade.

O centenário do nascimento de José Mendonça terá lugar em 21 de Setembro de 2023. Eis um ensejo, um mote, um pretexto, para Estarreja celebrar com uma série de acontecimentos de índole cultural, o legado artístico de um dos seus brilhantes embaixadores. Tenho a crença, para não dizer a certeza, que o presidente Diamantino Sabina e a vereadora da cultura e eventos Isabel Simões Pinto saberão responder com orgulho, preceito e pundonor a este humilde e respeitoso repto.



A presidente da Câmara Municipal de Estarreja, Prof. Maria de Lurdes Breu ao homenagear José Mendonça com a Medalha de Prata de Mérito Municipal em 1980

VIII – Uma crónica no Jornal

Uma crónica publicada há dez anos (17 de Abril de 2012) no jornal “O Concelho de Estarreja” por António Manuel Lopes Rodrigues, que foi meu condiscípulo no Colégio Egas Moniz e habita hoje na cidade de Mérida, tem lugar aqui e agora. Escrita logo após o passamento do José Mendonça, não foi um panegírico rotineiro e sem alma, nem um adeus laudatório mesmo que interiorizado por uma perda irrecuperável. Nela, o articulista mareja a saudade e dá-nos uma comovida e sincera recordação do finado homem e da sua obra.

Nesse artigo, o autor relembrava o ainda jovem pintor, na Costeira da Espanhola, feito bagageiro solícito dos artefactos do ofício da consagrada Eduarda Lapa, a quem já pesaria um pouco a idade. E não só porque se tratava de uma senhora, mas de uma simbiótica relação entre mestra e aprendiz a caminho duma aula prática ao ar livre.

Embora a narrativa não o refira, semelhante atenção à distinta pintora, foi várias vezes executada pelo então imberbe estudante do Externato Egas Moniz, o Lino, filho do Sr. Augusto Vieira, que a pedido do José Mendonça ia à estação de caminho de ferro esperar a sua chegada de Lisboa e transportar a bagagem até à Pensão Moderna.

Mas a importância e factualidade do escrito advém do sucedido após críticas inflamadas a uma exposição do José Mendonça em Aveiro. A tal, o pai do redactor, cronista respeitado na praça, reagiu com veemência na defesa do pintor e da sua arte.

E o nosso José, agradecido, bateu-lhe à porta para o presentear com um quadro de embarcações da Ria. Este quadro, datado de 1967, acompanhou o filho Lopes Rodrigues nas suas andanças e sempre lhe despertou os sentidos - à pituitária fazia-lhe chegar o odor acre do molho ancinhado de fresco e à retina uma maré-cheia de luz marinhoa, em bebedeira de azul. E perante as procelas da vida, considerou-o um porto de abrigo, uma segurança amniótica, um apaziguador do espírito e um refrigério da alma. Este quadro, mais que a natureza e cultura que representa, é um gesto de humanismo, é um símbolo de gratidão e esse terá sido o *leitmotiv* para tão bela evocação.



Margem da Ria – Torreira, 1967 | Coleção - António Manuel Lopes Rodrigues |

IX – Histórias por Contar

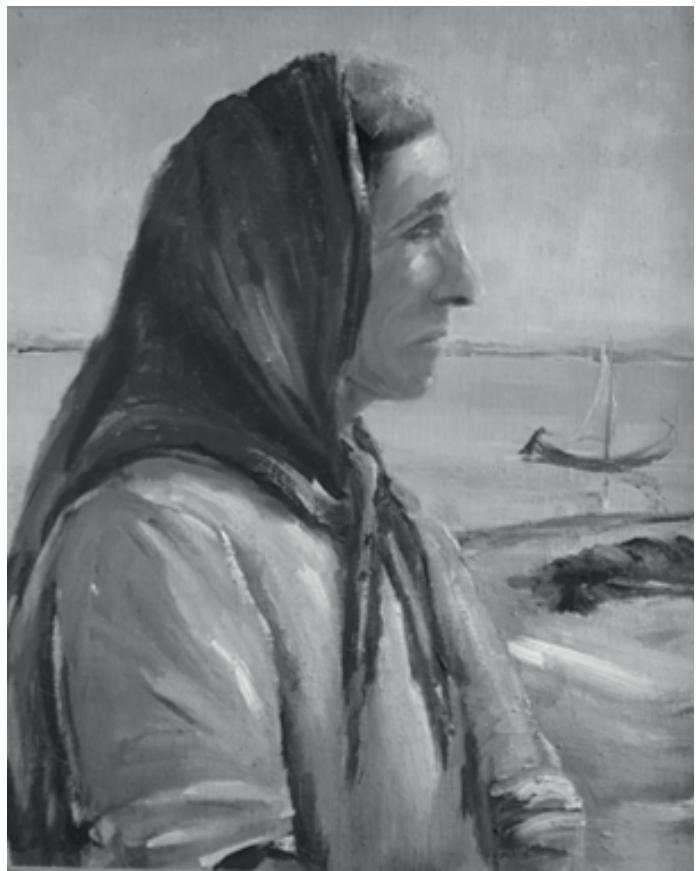
A primeira história tem origem nos anos 60. José Mendonça gostava de ir para a Torreira pintar e veranear, mas já não existia a hospedaria materna. Para ultrapassar o problema do alojamento, arranjou uma tenda para acampar. Só que não gostava de ir para o parque de campismo. Nessa época chegou a guardar os quadros que pintava no barracão do hidroavião no Monte Branco.

Em conversa com o então empregado de mesa António, do café Guedes, este indicou-lhe o quintal nas traseiras da casa da mãe, situada mesmo em frente, do outro lado da rua e onde poderia montar a tenda. E assim foi durante algumas temporadas, o José Mendonça, a lavar os pratos das suas refeições, de calções, ao ar livre e a pernoitar na sua tenda. Mais tarde, já nos anos 70, conquistada a confiança dos

proprietários, o casal Francisco Costeira e Maria Rilha, a quem já chamava avô e avó, foi-lhe cedido um quarto na casa para seu uso. E a casa transformou-se em *atelier*.

E o José Mendonça, agradecido, pintou o retrato da Maria Rilha, que posou sentada à porta de casa. Terá feito outros retratos, porventura de familiares, mas não tenho conhecimento deles, excepto o retrato que fez do amigo íntimo Peter Kern. Falta referir que o jovem empregado de mesa António Pinho, hoje proprietário do restaurante e gelataria Concha, na Torreira, tem ainda em sua posse, o retrato da mãe Maria Rilha.

E para selar essa dívida de gratidão e amizade, no casamento do António, ofereceu-lhe um quadro que representa uma velha casa na marginal da ria e que se situava na zona do actual e degradado ancoradouro de barcos de recreio. Ainda um último apontamento curioso – na celebração dos seus 45 anos de pintura, José Mendonça fez nos finais de Outubro do ano 2000, uma exposição no Centro de Congressos de Aveiro. Um dia ao visitar essa exposição, também lá estava o Sr. António Pinho, que adquiriu dois quadros, um deles com uma proa de moliceiro em primeiro plano. Para meu espanto, ao folhear o nº 1 da revista “O Companheiro” do Rotary Club de Estarreja, de Novembro de 2000, deparei com a notícia do evento, ilustrada por uma fotografia que mostrava o artista junto a dois quadros em exposição. Pois um desses quadros era nem mais nem menos do que o moliceiro que foi lançar âncora na Torreira, em casa do Sr. António...



Retrato de Maria Rilha, Torreira | Coleção - António Pinho |

Uma segunda história, assaz curiosa, aconteceu em Abril de 2010. O Victor Tavares da agência de viagens Turvela, organizou uma viagem de grupo aos Açores. Por saber do desejo do José Mendonça em conhecer os Açores e pintar as suas características hortênsias, convidou-o a fazer parte da excursão com as seguintes condições: era-lhe oferecida a viagem e a estadia a troco da pintura de uma tela da paisagem açoriana. E o repto foi aceite sem grandes dificuldades. No dia aprazado, o grupo rumou a Lisboa para tomar o avião que os levaria às ilhas do Açores.

Mas, há sempre um mas que nos troca as voltas, noutra ilha distante e fria, a Islândia, um vulcão chamado Eyjafjalla iniciara uma erupção que paralisou o tráfego aéreo na Europa durante uma temporada. A viagem foi cancelada e lá ficou o pobre José Mendonça privado de ver os verdes prados açorianos e as hidrângias floridas que ambicionava pintar.

Uma terceira história, reveladora da bondade e do desejo de agradar do José Mendonça, passou-se com o autor destas linhas, que por ele, foi presenteado com uma excelente tela, representando jarros brancos. É certo que dois factores, terão pesado no seu gesto espontâneo e magnânimo. O primeiro é ter sido durante um determinado período o cuidador da sua saúde, quando exercia o mister na Unidade de Saúde de Salreu, onde na decoração do gabinete de consulta, avultavam dois óleos do mestre. O segundo é ter sido um adquirente quase compulsivo de obras suas, tanto nas mostras convencionais, como no sortilégio do seu atelier. E fazia-o não só para uso pessoal, mas também para oferendas seleccionadas, nomeadamente como “prenda de casamento” de amigos e familiares.

Ora, decorria ao tempo, a construção da vivenda que hoje desfruto na Torreira, quando ocorreu uma exposição na Casa da Cultura de Estarreja onde se encontrava o referido quadro. Na troca de impressões com o artista, sublinhei a força, expressividade e originalidade do vermelho do fundo a dar vida ao branco das flores. E o José Mendonça, de imediato, a deixar-me perplexo: “Quando a casa estiver pronta, ofereço-lho”! E assim foi lá ocupando hoje um lugar de destaque, duplamente valorizado, pela pintura e pelo gesto.



Jarros, Janeiro de 2008 | Coleção – Diamar |

X – O Essencial

O cidadão José, o pintor José Mendonça, o amigo Zeca Mendonça era um homem bom. E o que há a dizer de um homem bom? Muito pouco. Basta a simples palavra de três letras. BOM.

E umas flores. Dele, como ele e para ele. Umas simples flores. E é tudo.



Anémonas, óleo s/tela | Coleção – Diamar |

A Comunicação Social e José Mendonça

O Primeiro de Janeiro | O Comércio do Porto | Jornal de Notícias | Diário Popular | Diário de Notícias | Diário do Norte | Norte Desportivo | Concelho de Estarreja | Jornal de Estarreja | Boletim Municipal de Estarreja | Progresso da Murtosa | Jornal de Albergaria | Correio do Vouga | Notícias de Ovar | Ecos da Ria | Jornal de Aveiro | Diário de Aveiro | Litoral | O Regional | Defesa de Espinho | Correio de Coimbra | Diário de Coimbra | Jornal da Figueira da Foz | O Comércio de Gaia | Lutador | Flôr do Tâmega | O Comércio de Guimarães | Região de Leiria | A Vanguarda | O Companheiro | RibeirinhasTV | RTP Arquivos |

Curriculum do José Mendonça

José Mendonça (José Maria da Silva Mendonça) pintor neofigurativo, segundo Fernando Pamplona, natural e residente em Estarreja, onde realizou a sua 1ª Exposição em Abril de 1955. Tomou parte nas Exposições: 53ª e 55ª EXPOSIÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DAS BELAS ARTES em Lisboa, EXPOSIÇÃO HENRIQUINA DE VISEU em Viseu, 1º JARDIM DAS BELAS ARTES, organização do "DIÁRIO DE NOTÍCIAS", no Jardim Príncipe Real em Lisboa, no MUSEU SOARES DOS REIS, no Porto - organização da CP subordinada ao tema "O CAMINHO DE FERRO", "100 ANOS DE ARTES PLÁSTICAS" em Aveiro, "PINTORES DAS TERRAS DE SANTA MARIA", em Santa Maria da Feira, "SALÃO DE OUTONO EM 1989" na Galeria Da Vinci - Porto, 1ª, 2ª e 3ª EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS, organizada pelo ROTARY CLUBE DE AVEIRO, "MAIO/FLOR- ESTARREJA 85", em Estarreja, "AS CAPELAS DO DISTRITO DE AVEIRO", em Aveiro, "II FEIRA DO PINTOR" realizada em Fiães e na Galeria "A GRADE" em Aveiro, subordinada ao tema "NATUREZA MORTA". Por convite, também tomou parte nas Exposições: "SEMANA DE COIMBRA" e "AS MAIS BELAS VILAS E ALDEIAS DE PORTUGAL", realizadas no CASINO ESTORIL. Como elemento da Comissão Municipal da Cultura de Estarreja, organizou a Exposição "Maio / FLOR - ESTARREJA 85". No Porto chamou a si os "13 para uma Colectiva", realizada no "PRIMEIRO DE JANEIRO". Com JAIME FERREIRA e ANTÓNIO JOAQUIM os três formaram o GRUPO 3+3. Realizou uma exposição retrospectiva na CASA MUNICIPAL DA CULTURA DE ESTARREJA subordinada ao tema ESTARREJA. Assinalou os seus 45 anos como pintor realizando uma exposição na GALERIA DE ARTE CONTEMPORÂNEA do CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS em AVEIRO. Colaborou na Exposição de Homenagem a BEATRIZ CAMPOS, em OVAR. Autor das medalhas "25 ANOS DO ROTARY CLUBE DE ESTARREJA", da ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE SALREU e a dos 40 anos do ROTARY DE ESTARREJA. AGRACIADO COM A MEDALHA DE MÉRITO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA, QUE ORGANIZOU UMA EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA COM ALGUNS DOS SEUSTRABALHOS. Medalha de participação na Exposição da CP realizada na Póvoa do Varzim dos "100 ANOS DA LINHA DA PÓVOA". Por colaboração e assistência no STAND DE ESTARREJA – Medalha da EXPOSIÇÃO DE ACTIVIDADES DO DISTRITO DE AVEIRO ATRAVÉS DOS MUNICÍPIOS. Nomeado Sócio Honorário e Companheiro PAUL HARRIS pelo ROTARY CLUBE DE ESTARREJA. Detentor do 1º Prémio atribuído ao Carro Alegórico do Cortejo a favor dos BOMBEIROSV. DE ESTARREJA EM 1965 e 1 Salva – Lembrança de participação no ano de 1966. Realizou Exposições em Estarreja, Coimbra, Aveiro, Ovar, Curia, Leiria, Porto, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Viseu, Torreira, Salre e Espinho. Representado na Coleção do BANCO ESPIRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA, Fundação Eng.º António de Almeida, Sala dos Trofeus do SPORT LISBOA E BENFICA, MUSEU DE OVAR, MUSEU ETNOGRÁFICO DA REGIÃO DE LEIRIA, CASA MUSEU EGAS MONIZ, SALÃO CULTURAL DE AVEIRO, CASINO DE ESPINHO, CASINO DA PÓVOA DE VARZIM, CASA MUNICIPAL DA CULTURA DE ESTARREJA, POSTO DE TURISMO DE MATOSINHOS e inúmeras coleções no país e no estrangeiro. Citado no "DICIONÁRIO DE PINTORES E ESCULTORES PORTUGUESES" de Fernando Pamplona – Vol. IV – pág. 110 e no "PORTUGUESE 20th CENTURY ARTISTS", pág. 108, de Michael Tannock, editado em INGLATERRA.

A CULTURA DO ARROZ NO BAIXO VOUGA LAGUNAR

*Etelvina Resende Almeida**

“O arroz¹ | identidade, um cereal de sustento e riqueza cultural, do Concelho de Estarreja.”

A Região do Baixo Vouga, está integrada num complexo sistema lagunar. Ao desaguar na Ria de Aveiro, o Rio Vouga “forma a norte da sua foz, até ao Rio Antuã, uma mancha singular de beleza paisagística (...) um mosaico de ambientes aquáticos e terrestres”², que abrangem vários concelhos, entre eles, o de Estarreja, sobre o qual versa este artigo.

Pretende-se através deste, e de forma sucinta, dar a conhecer o processo do cultivo do arroz na Região do Baixo Vouga, na actualidade.

Nesta senda, procura-se divulgar o esforço de continuidade e de retoma, dos agricultores locais, que teimam em manter a herança viva dos seus antepassados, após uma quebra abrupta da produção do arroz. Pretende-se, ainda, dar visibilidade a esta tradição, fomentar a procura por este produto, e incentivar a sua produção, nos inúmeros terrenos que aguardam a arte da mão humana.

Através da observação *in loco*, dos eventos recreativos de algumas fases do cultivo; das entrevistas a orizicultores locais; da recolha de testemunhos orais envolvidos no processo e da literatura consultada sobre o tema, compilou-se e sistematizou-se a matéria que constitui o presente trabalho.

*Etelvina Resende Almeida, nasceu em 1969, sendo natural de Aveiro | Licenciou-se em Design pela Universidade de Aveiro, tendo terminado o Mestrado, em Dezembro de 2012, com o tema: Embarcações Tradicionais da Ria de Aveiro. Uma análise pelo Design. | É Designer da Comunicação, em regime de freelancer | Integrou o projecto Postais Solidários, no concelho da Murtosa, na vertente fotográfica e de design. | Participou em 6 exposições colectivas de fotografia, na Murtosa, Torreira e Aveiro, de 2013 a 2022. | Participou, em co-autoria com Ana Maria Lopes, numa palestra intitulada Uma viagem p'la Ria, em 2014, no Clube de Vela da Costa Nova. | Expôs individualmente, de Janeiro a Maio de 2014, no Museu Marítimo de Ilhavo (bateira ilhava). | Publicou, em co-autoria com Ana Maria Lopes, e fotografia de Paulo Godinho, Uma Janela Para o Sal, em Abril de 2015, editado pela Alétheia Editores | Também publicou artigos, sobre o tema do património lagunar, no “Diário de Aveiro”, “Notícias de Aveiro” e jornal “O Ilhavense”. É colaboradora do “Jornal Concelho de Estarreja” | Intervieio na “Jornada Cultural Náutica”, realizada em Ovar, a 08-01-2016, com o tema, “A arte dos nossos barcos tradicionais”. | Conduziu a Conversa à Volta da Construção Naval, com o Mestre Esteves, no seu Estaleiro, em Pardilhó, a 5 de Maio de 2018 - iniciativa da Câmara Municipal de Estarreja. | Faz parte da Direcção dos Amigos do Museu de Ilhavo e da AFAVM, Murtosa. | Foi coordenadora do livro “Memórias 30 Anos a Pintar a Ria”, de José Oliveira, editado pela Câmara Municipal da Murtosa em 2019. A autora não segue o acordo ortográfico.

¹Arroz. Nome masc. Designação comum, extensiva às plantas herbáceas do género *Oryza*, da família das Gramíneas.

²<https://www.bioria.com/baixovouga>

DO AUGEAO DECLÍNIO – Da Fábrica do Descasque do Arroz ao abandono dos arrozais



Campos de Arroz de Salreu | espólio EA |

Pela sua privilegiada localização geográfica, o património natural do Baixo Vouga é rico em biodiversidade, constituindo ecossistemas únicos, coexistentes com a actividade humana. Tornam-se assim num pólo de atracão para muitos estudiosos da Natureza. Foi instalado em Salreu o Centro de Interpretação Ambiental (CIA) do projecto BioRia, criado pela Câmara Municipal de Estarreja, como “pólo de dinamização de inúmeras actividades de sensibilização ambiental”³, e é pioneiro na conservação da natureza e da biodiversidade. Foi criado em 2005 e alargado em 2009, através da implementação de uma Rede de Percursos Pedestres e Cicláveis.



CIA- BIORIA | espólio EA |

Pela sua beleza natural, esta região atrai o turismo e é detentora de um potencial produtivo excepcional. Os terrenos são férteis para o cultivo e pastagem: do *bocage* aos campos alagados para produção de arroz, e das *praias de junco à canízia*. Este vasto e diferenciado território é irrigado pela extensa rede de água doce dos rios, ribeiras e valas, e pelos canais e esteiros de água salgada da laguna, gerando uma grande variedade de vegetação e vida animal.

É um território propício às mais diversas actividades – da agrícola, pecuária, pesca, ervagens, juncais, transporte mercantil, até à orizicultura, devido à existência de um grande sistema de irrigação. Ao longo do tempo o território foi sofrendo mutações, devido à intervenção humana, e à consequente resposta da Natureza, ao qual o homem se foi adaptando, assim como os seres vivos ali existentes. O homem foi tirando dele o maior proveito: cultivando e inovando, combatendo as pragas e investidas da Natureza, sem perder a identidade da região. Foi-se fazendo história e criando valor.

Na época da grande produção do arroz, esta região tornou-se num palco de trabalho para muitos orizicultores. A necessidade de realizar o descasque do arroz em grande escala, e de o escoar para o mercado com fluidez, justificou, de certa forma, a criação da “**Hidro-Eléctrica de Estarreja**”, a

³Ibidem.

Fábrica de Descasque de Arroz. Esta unidade fabril foi fundada por Carlos Marques Rodrigues, em 1922, tendo sido instalada no lugar do Outeiro da Marinha, na Vila de Estarreja, junto à Estação dos caminhos-de-ferro. Um local privilegiado, com boas vias de comunicação, quer por terra, água, ou linha férrea, para cargas e descargas, e transporte do produto. A matéria-prima que ali chegava era de qualidade, vinda do concelho e de outros pontos do país. A fábrica produzia a energia necessária para laborar, e processos mecânicos modernizados, o que permitiu o seu rápido desenvolvimento e progresso. Apesar de ter parado de laborar em 1939, por imposição governamental, em 1950, devido à tenacidade e empenho do fundador, reabriu, *tornando-se num marco significativo para a indústria e economias locais*⁴. Este complexo fabril foi muito importante para a região. Gerou emprego e trouxe benefícios para os orizicultores, facilitando-lhes a logística: tanto pela proximidade dos seus campos à fábrica, como pelo contacto directo, e pessoal, com esta. Ali dispunham de um ponto de entrega de fácil acesso, utilizando para tal, diversas vias e meios: por terra ou por água, transportando o arroz em carros de bois, ou de barco. Terá sido um estímulo para aumentarem a produção.



Representação performativa na “Fábrica da História”, Estarreja, Julho 2022 | espólio EA |

Em 1949 existiam cerca de 700 a 800 hectares de terrenos de orizicultura no concelho. “Os anos de mais êxito para os lavradores de Salreu foram os das décadas de 1940 e 1950”, refere Paulo Silva. Salientando, ainda, “que o arroz também era vendido aos moleiros de Ul e aos moleiros do concelho”⁵.

A fábrica encerrou em 1987, deixando um “rastro” de saudosismo a todos os trabalhadores que ali “viveram” parte da sua vida, e aos próprios orizicultores da região. As instalações da fábrica, e o espólio que restou, estão a ser recuperados pelo Município, num projecto que a converterá num museu alusivo ao cultivo do arroz, passando a denominar-se a “Fábrica da História”.



Edifício da Antiga Fábrica do Descasque de Arroz. Actual “Fábrica da História” | espólio EA |

⁴Cunha, Juliana. Revista Terras de Antuã. Novembro de 2018, nº12. Câmara Municipal de Estarreja. “Carlos Marques Rodrigues, o fundador da Fábrica do Descasque de Arroz, a Hidro-Eléctrica de Estarreja”.

⁵Silva, Sérgio Paulo. “Salreu, uma aldeia em papel de arroz”, 1^a ed. Estarreja. Outubro 2010.

O declínio da produção do arroz teve como base vários problemas, que foram surgindo ao longo do tempo, resultado das intervenções do homem na Ria de Aveiro, e da própria actuação da Natureza. E, ainda, pela dificuldade de colocação do produto no mercado, face uma concorrência já mecanizada e bem preparada.

O abandono dos campos de arroz tornou-se uma realidade. Os agricultores emigraram e procuraram outras oportunidades de emprego, acentuando ainda mais o declínio da orzicultura, que *ficou patente na perda de fulgor da Fábrica de Descasque, já na década de 70*⁶.

DO OUTRORA AO AGORA. Os orzicultores de Salreu e Canelas, a continuidade e a retoma

A cultura do arroz na região não se extinguiu totalmente. A **tradição** foi mantida nas mãos de um reduzido número de produtores, que lhe foram dando **continuidade**. De entre eles, é de referir Armindo Saramago e o seu filho Rogério Paulo, de Canelas, e Carlos e Patrícia Valente, de Fermelã. Ambos herdaram o conhecimento dos seus antepassados e mantiveram-se a produzir.

ARMINDO E ROGÉRIO PAULO SARAMAGO – Canelas



Orzicultores, Armindo e Rogério Paulo Saramago, e presidente UJF Canelas e Fermelã- Maio 2022. | espólio EA |

A prática da cultura do arroz foi herdada do pai e do avô. Mantiveram essa continuidade, encontrando-se já na 4^a geração, do que há memória e registo. “Há 30 anos que ando por lá, teve sempre arroz. Mantive sempre a produção do arroz. Em Canelas nunca acabou a tradição”, relembra, Armindo.

O seu avô vivia no campo, num palheiro situado numa *praia de arroz*. Trabalhava em terrenos alugados. Esta família ainda trabalha em alguns desses terrenos, tendo aumentado a sua área, e adquirido uma parcela. Situam-se todos em Canelas.

São empresários agrícolas. Investem e cultivam estes terrenos, com muito entusiasmo, e resiliência, combatendo as pragas e os infortúnios, procurando melhorar as técnicas de cultivo, mas mantendo a tradição. Utilizam tractor, ceifeira-debulhadora, “malhadeira”, máquina de descasque e outros equipamentos mecanizados, que lhes facilitam as tarefas, por falta de mão-de-obra.

Para além deste produtor existem mais uns 11 na região, com pequenas produções, conta Armindo. Auxilia-os sempre que precisam, ao longo das várias fases de produção. “Semeamos para nós e para os outros”, refere. Adquiriram um moinho secular, que se encontra em recuperação, para efectuarem a moagem do grão do arroz e de outros cereais.

⁶Monteiro, Norberto. Revista Terras de Antuã, nº 9. Novembro de 2015. “Frente Lagunar de Estarreja e os seus tesouros”. pag 176



Orzicultores, Armindo e Rogério Paulo, de Canelas. Junho 2022. | espólio EA |

Realizam recriações de algumas tarefas, ou operações que se desenrolam ao longo do ciclo de produção do arroz, com a colaboração da Junta de Freguesia, do Município, do BioRia e de associações culturais, como a BioLiving. Estas actividades têm como objectivo transmitir e divulgar, junto do público, a tradição desta faina, que durante muitos anos foi preenchendo a memória e a história deste povo do Baixo Vouga Lagunar.

A marca que comercializam denomina-se “**ARROZ DE CANELAS**”.



ARROZ DE CANELAS | espólio EA |

CARLOS E PATRÍCIA VALENTE – Salreu e Canelas



Orzicultora, Patrícia Valente, Junho 2022 | espólio EA |

Os seus terrenos são herdados do pai e avós, que sempre cultivaram o arroz. Criaram a sua empresa para dar continuidade à herança da família. Nunca pararam de produzir, o Carlos começou a produzir por sua conta há 8 anos, em 2014, em terrenos herdados, outros alugados, tendo posteriormente adquirido mais área, num total de 6 hectares, entre Salreu e Canelas.

Utiliza o tractor, a ceifeira, a *tarara*, e o moinho eléctrico, para o descasque, e outras máquinas e

equipamento, para auxiliar em todo o processo de cultivo, por se tornar difícil encontrar mão-de-obra. É o único produtor que realiza a *monda*, segundo conta, como forma de poder controlar a quantidade de plantas infestantes durante o ciclo de produção, contribuindo, assim, para a sua redução na produção do ano seguinte.



Orzicultor Carlos Valente na monda. [foto cedida pelo próprio]

Este agricultor não tem viveiro, nem faz a plantação. Semeia directamente no terreno de cultivo. Defende um objectivo pertinente, o de obter um Certificado do Arroz da Região do Baixo Vouga. Este arroz tem propriedades biológicas especiais, o que lhe confere grande potencial para se tornar numa marca de qualidade, refere Carlos Valente. Sem esquecer que, a dificuldade reside no facto de ainda existirem poucos produtores, e pouco terreno cultivado.

A marca que comercializa denomina-se “**ARROZ D’ JARDIM**”.



ARROZ D’ JARDIM | espólio EA |

PROJECTO DE RECUPERAÇÃO DO CULTIVO DO ARROZ DE SALREU 2020



Presidente da Junta de Freguesia de Salreu. Maio 2022 | espólio EA |

A Entidade Promotora, que tomou a iniciativa de criar este projecto, foi a Junta de Freguesia de Salreu, envolvendo uma área de 100.000 m² e três orzicultores: António Pires, Rui Silva e Carlos Valente.

A **Junta de Freguesia** fez um esforço para reactivar o cultivo do arroz na região. Cultiva uma parcela, em Salreu, cedida por um dos orzicultores, onde realizada as recriações anualmente. “Uma tentativa de fazer regressar o cultivo do arroz à freguesia, na mesma zona onde outrora as “marinhas” desta planta da família das gramíneas se estendiam a perder de vista (...)”⁷. A ideia, segundo defende o presidente Manuel Almeida, “é recuperar esta cultura por fazer parte da identidade da região”.

Este projecto de “**Recuperação do cultivo do arroz de Salreu**” é um empreendimento económico, cultural e etnográfico que se tem vindo a desenvolver desde 2020. Tem sido trabalhado em conjunto com outros agricultores. Nele têm participado voluntários, que querem experientiar esta tradição, e outros colaboradores. Para além da Junta de Freguesia, existe o apoio do Município, articulado com outras associações.

“Salreu tinha uma grande tradição no cultivo do arroz. Mas, por opção dos proprietários os terrenos foram abandonados, deixando de existir ali produção no ano de 2018”, afirma Manuel Almeida.

Em parceria com outros agricultores, que detêm o conhecimento, tem-se cultivado o terreno. A Junta financia todo o processo. A ideia é atrair mais agricultores. “Não tem sido fácil, pois a rentabilidade é baixa”, defende o presidente. No entanto, conseguiu-se trazer mais dois agricultores para cultivarem dois terrenos. “O esforço passa por manter a área cultivável, e até aumentá-la. Começou com 6 hectares, e o ano passado quase chegou aos 14”, conclui, Manuel Almeida.

A Junta ajuda os agricultores a escoarem o seu produto, realizando a venda no seu espaço, e outros pontos de venda da região.

A marca que comercializam denomina-se, “**ARROZ DE SALREU**”



ARROZ DE SALREU | espólio EA |

⁷“Jornal O Concelho de Estarreja”, 14-09-2020.

O EMPREENDEDORISMO E A TRADIÇÃO

A associação BioLiving e a Câmara Municipal de Estarreja, articulados com a BioRia, em parceria com as Juntas de Freguesia de Salreu e da União de Freguesias de Canelas e Fermelã, e os orizicultores, estão a dinamizar esta actividade, no sentido de melhorarem este território natural, pleno de vida. Ao recuperarem os arrozais, mantêm a sua biodiversidade, sem esquecer a vertente económica e turística - e a tradição da cultura do arroz, identitária da região.



Antigo oriziculor Alberto Varum e presidente JF Salreu, Manuel Almeida. | espólio EA |



Vereadora da Câmara Municipal da Estarreja, Isabel Pinto e presidente da JF Salreu, Manuel Almeida | espólio EA |

Para tal, ao longo do ano realizam-se recriações das fases mais importantes da cultura do arroz, tanto em Salreu como em Canelas: a semementeira, a plantação, a monda e a colheita. Estes eventos anuais estão a tornar-se num ritual atractivo para o público, turistas, visitantes e investigadores, num incentivo e *leitmotiv* para as associações da região e antigos orizicultores, e num chamariz para possíveis novos interessados na prática da actividade.



Recriação da "sementeira do arroz", em Salreu. Maio 2022 | espólio EA |

A maior parte dos produtores existentes, com excepção da Junta de Freguesia de Salreu, são empreendedores - empresários que investem nesta cultura ancestral. Contam com um suporte logístico, de âmbito cultural e de divulgação, por parte do Município e das Juntas de Freguesia. Detêm uma marca

própria e defendem o mesmo objectivo, o de dar a conhecer o arroz do Baixo Vouga, a sua tradição e história, através do processo e resultado do cultivo.

AS DIFICULDADES QUE OS ORIZICULTORES ENFRENTAM

De entre as muitas dificuldades com que os agricultores se confrontam, a invasão dos campos pela água salgada, durante as marés vivas, mesmo controlada pelas comportas, tem sido o que mais os tem preocupado. A água galga os esteiros e os muros, salinizando os terrenos, tornando-os inférteis por cerca de uma década.

De entre outras, as cheias, que geram grandes enxurradas de água, destroem as culturas na totalidade, assim como as pragas de lagostins que, em dado momento, foram controladas pela presença da cegonha⁸.

Muitas aves têm o seu *habitat* nos campos de arroz: a garça, o guarda-rios, o pato-real, as narcejas, codernizes, pardais, cegonhas, milhafres, corujas, etc. Mas algumas aves causam avultados prejuízos quando procuram a sua comida. Até então tem sido o pato-real⁹, que se multiplica rapidamente, o maçarico-real¹⁰, e outros, a importunar o oriziculor. Neste último ano juntou-se a íbis-preta (*Plegadis falcinellus*)¹¹, tendo destruído cerca de 75 % do cultivo, segundo afirmam os agricultores. Estes não conseguem combater esta nova investida, nem mesmo com os tradicionais espantalhos. Assistem impotentes à destruição das sementes e plantas do arroz. Elas também comem o grão, revolvem as lamas e arrancam as plantas.



Íbis-preta nos campos de Salreu. Julho 2022 | espólio EA |

As ervas infestantes, como a *pinheirinha*, o *lírio*, a *junça* e a *milhã*, esta última a mais complicada de se distinguir da planta do arroz, pela sua grande semelhança, desenvolvem-se e concorrem com a ela, invadindo o campo de cultivo. Têm de ser retiradas de forma manual. Efectuar a monda torna-se dispendioso e moroso. Mas é uma forma de evitar o uso de químicos para controlar as pragas e as ervas infestantes.

⁸Cegonha-branca, *Ciconia ciconia*. Arrozais, prados, pastagens. Por vezes zonas entre marés e salinas. Nidifica em edifícios, postes de alta tensão ou telecomunicações e árvores.

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11198/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>.

⁹Pato-real, *Anas platyrhynchos*. Campos alagados, valas, salinas, aquaculturas, sapais, açudes, zonas de águas livres no estuário.

¹⁰Maçarico-real *Numenius arquata*. Vasas entre marés, prados húmidos, campos de arroz, salinas (mais raramente).

¹¹Íbis-preta (*Plegadis falcinellus*) Esta é uma ave de aspecto exótico, com reflexos esverdeados nas asas que, nas condições de luz ideais, produz imagens inesquecíveis. A observação de bandos desta ave, em voo sobre os arrozais, é um espectáculo a não perder. Observa-se sobretudo em arrozais, e zonas alagadas com vegetação aquática, onde se destaca pelas tonalidades. <http://www.avesdeportugal.info/plefal.html>.

Todas estas contrariedades naturais são difíceis de controlar, o que causa grandes prejuízos, que se juntam às dificuldades financeiras, geradas por maus anos de produção, à escassez de mão-de-obra e, ainda, à concorrência do mercado, que é abastecido por grandes produtores. Mas o orizicultor do Baixo Vouga, com a sua tenacidade e persistência, teima em manter esta tradição que os seus antepassados lhes deixaram.

FASES DO PROCESSO DE CULTIVO

Os trabalhos nos arrozais iniciam-se em Março, com a preparação e limpeza do terreno. O ciclo de produção do arroz é anual: inicia-se em Maio, com a sementeira/plantação e termina entre Setembro ou Outubro, com a colheita.

Ao longo do processo de crescimento, outras fases, ou tarefas, se entremeiam: a prévia germinação do grão, a sementeira em viveiros e a *monda*. Ao longo do crescimento da planta mantém-se o terreno alagado, controlado pela abertura e fecho das comportas, alimentando-o com *águas novas*, evitando que seque. Na parte final da produção o terreno fica com a água parada, deixando-se evaporar. Raramente o terreno fica seco, ou alagado em demasia, tem de existir um controlo constante da água.

A *monda* é uma fase que acontece a meio do desenvolvimento da planta do arroz, com o objectivo de remover as ervas infestantes que competem com ela. Actualmente não se realiza, poupando-se esforços e mão-de-obra. Após a colheita é efectuada esta escolha.

Por fim é realizada a colheita, e já fora do terreno é malhada a planta, seco e escolhido o grão, descascado e embalado para venda. Por vezes algumas tarefas são realizadas ainda no terreno, existindo maquinaria para o efeito.

LIMPEZA E PREPARAÇÃO DO TERRENO ALAGADO (Março e Abril)



Eervas infestantes nos campos de arroz de Salreu. Julho 2022 | espólio EA |

Os terrenos de cultivo do arroz têm características que os distinguem dos restantes, sendo a principal, o alagamento quase constante da área cultivável ao longo de todo o ciclo produtivo. São terrenos vedados por pequenos muros de lama, as *valachas* ou *marachas*,¹² nos quais são construídas rudimentares comportas para controlo da água que o alimenta. O fundo é lodoso. Nem sempre se encontram nivelados, e são um habitat perfeito para uma variedade de plantas e animais, muitos específicos, o que lhes confere um grande valor ambiental e biológico.

Preparam-se os terrenos entre Março e Abril. Controla-se a água nos campos para se iniciar a laboura, mantendo-se até Junho com entrada de água. Durante a produção a água vai circulando até que estabiliza. Em terrenos sem queda torna-se difícil escoar a água, tem de se deixar evaporar.

¹²Pequenos muros que atravessam os arrozais em vários sentidos, dando passagem firme a quem os quiser percorrer. <https://www.facebook.com/pg/arrozdesalreu/posts/>, “Arroz de Salreu”, de 18-05-2022.



Tractor a lavrar o campo de arroz. |foto cedida por Rogério Paulo|

O terreno é lavrado com um tractor, com um sistema de rodas de ferro acopladas (que cavam), próprias para áreas alagadas. Remexem e arejam o fundo lodoso, arrancando e soltando as plantas infestantes e os moliços. Estas ficam a boiar, sendo depois arrastadas para a margem, com o auxílio de um ancinho, deixando o terreno limpo. Existe, nesta fase, uma grande variedade de ervas que cresceram livremente após a colheita do ano anterior. Trata-se de um trabalho demorado, que pode levar umas semanas a realizar.



Limpeza do campo de arroz de Salreu. Remoção das ervas | espólio EA |

A SEMENTE E A GERMINAÇÃO (Março)

A semente do arroz, o grão com casca, é guardada da colheita do ano anterior, e utilizada até dois anos, no máximo, sendo necessário renovar-se – adquire-se grão importado para manter a qualidade do produto.

Os sacos de arroz são mergulhados em água, uns dois ou três dias, para que as sementes humedeçam, e o grão ganhe talo e peso para poder “afundar”, ou “afogar”, quando for atirado à água. Se for em fase de germinação, infiltra-se no lodo e rapidamente inicia o seu crescimento.

SEMEAR NOS VIVEIROS (Março)



Viveiro dos orizicultores Armindo e Rogério Paulo, de Canelas. Junho 2022 | espólio EA |

Durante o mês de Março semeia-se o arroz nos viveiros, criados para o efeito, junto de ribeiras, riachos ou valas de água doce, que os alimentam. A semente é atirada à água, de forma a gerar uma área compacta de plantas. Passado um mês e meio são colhidas para transplantar. Amarradas em pequenos molhos, são transportadas para os terrenos definitivos, em início de Maio.



Planta em crescimento no viveiro dos orizicultores Armindo e Rogério Paulo, em Canelas. Junho 2022 | espólio EA |

Os viveiros situavam-se quase todos a montante, na zona de floresta, onde existem as nascentes de água, riachos e ribeiras.

A SEMENTEIRA DOS ARROZAIS (Maio)



Grão molhado para semear. Salreu. Maio 2022 | espólio EA |

Limpos os terrenos, inicia-se a sementeira em início de Maio.

Estas parcelas apresentam-se com áreas diferentes, o que lhes confere várias denominações, conforme a dimensão: “praia”, “terra de arroz” e “vala de arroz”¹³.

O nível de água não deve ser muito elevado, para que esta aqueça mais rapidamente e proporcione uma rápida germinação.

Semeia-se caminhando pelo terreno alagado, ou a bordo de uma pequena embarcação, com cerca de 4 metros, a *rasca*. Uma das pessoas atira as sementes à água, em movimentos circulares, como quem “ceifa”. O Outro manobra a embarcação à vara. Atiram a semente, o grão com casca, previamente molhado para ganhar peso e se fixar na lama, para não “boiar”. Ao cair na água “afoga” e inicia o seu processo de germinação e crescimento.



Semeando o campo de arroz a bordo de uma “rasca” | Foto cedida por Rogério Paulo |

¹³O arrozal denomina-se de “praia”, correspondendo a uma terra de cultivo grande. Se pequena chama-se “terra de arroz”, e tratando-se apenas de uma pequena leira toma o nome de “vala de arroz”. In <https://www.facebook.com/pg/arrozdesalreu/posts/>, “Arroz de Salreu”, de 18-05-2022.

A quantidade de semente necessária para um terreno é calculada de forma empírica, baseada na experiência do agricultor. O acto de distribuir a semente é feito com controlo manual: um punhado de sementes que se deixa escorregar entre os dedos – “são os dedos que registam”.

Antigamente marcava-se o terreno com vimes, à medida que se ia semeando, para saber onde já tinha “caído o arroz”.



Semeando o campo de arroz em Salreu. Maio 2022 | espólio EA |

PLANTAÇÃO (fins de Maio)



Molhos de plantas de arroz para realizar a plantação. Canelas. Maio de 2022 | espólio EA |

A plantação do arroz já não se faz, só excepcionalmente e para efeitos de recriação, para dar a conhecer ao público esta fase mais trabalhosa. Tem sido feita numa só parcela, em Canelas, pelos orizicultores, Armindo Saramago e o seu filho Rogério Paulo.



Plantação do campo de arroz, em Canelas. Recriação. Maio 2022

A plantação efectua-se no mês de Maio, “quando o tempo começa a aquecer”. As plantas, que se desenvolveram em viveiro, semeadas em Março, já com raiz e um tamanho propício para a plantação, são devidamente atadas em pequenos molhos e levadas para o terreno definitivo.



Atirando os molhos de plantas de arroz para se efectuar a plantação. Canelas. Maio 2022 | espólio EA |

Para este trabalho é necessário ter muita mão-de-obra. Trata-se de um processo mais demorado que o da sementeira. Os molhos são atirados para a água, ficando a boiar. As pessoas entram na parcela alagada e vão pegando nos molhos de plantas, que desatam, retirando um, ou mais pés, plantando-os na lama, deixando intervalos regulares entre eles. Na parcela, deve existir o mínimo de água possível, para facilitar o enterrar da raiz, ficando a ver-se a parte aérea da planta.



Plantando um pé de arroz. Canelas. Maio 2022 | espólio EA |

Quando existe muita água, é através da apalpação que o processo se desenrola, permitindo um espaçamento o mais uniforme possível entre elas. A vantagem da plantação é que a planta se desenvolverá liberta das ervas infestantes, tornando-se mais resistente às pragas e investidas das aves.

A MONDA – manutenção da cultura e controlo das águas (Julho)



Ervas infestantes e plantas de arroz. Canelas. Julho 2022 (espólio EA).

A manutenção do cultivo inclui, para além da *monda*, o controlo das águas, feito de forma empírica, através de uma observação atenta. O importante é manter sempre um mínimo de água no terreno.

A tarefa da *monda* é realizada uma única vez durante o ciclo produtivo, ao longo do mês de Julho.



A monda. Eliminar a milhã entre as plantas de arroz. Julho 2022 | espólio EA |

A *monda* é o acto de escolher e retirar as ervas infestantes do terreno. É realizada a meio do ciclo de produção, para libertar a planta do arroz, permitindo-lhe um crescimento mais rápido. Esta fase é muito

trabalhosa e exige muita mão-de-obra, não podendo ser mecanizada. É muito demorada tornando-se dispendiosa. Actualmente, ainda se efectua, mas são poucos os produtores que a realizam, optando por fazer a escolha das ervas infestantes no final do ciclo, depois da colheita, evitando o uso de químicos para combater as ervas daninhas.



A monda. Eliminação das ervas infestantes. Recriação. Canelas. Julho 2022 | espólio EA |

Durante a *monda*, as ervas são arrancadas pela raiz e atiradas para a margem. Caso exista muito afastamento, são amassadas com as mãos e enterradas na lama com os pés, vindo a apodrecer.



A monda. Enterrando o pé de erva infestante na lama. Julho 2022 | espólio EA |

De entre tantas ervas que proliferam e atrofiam a planta do arroz, dos *lírios*, à *junça*, *pinheirinha*, e outras, a *milhã* é a mais difícil de distinguir da do arroz. As folhas são semelhantes, tendo o agricultor de a observar atentamente, para a poder eliminar. Esta desenvolve-se mais do que o arroz e distingue-se pela cor da folha. Quanto menor o nível da água, mais ervas infestantes se desenvolvem.

A COLHEITA (Setembro a Outubro)



Espiga da planta de arroz.

A colheita da safra realiza-se durante os meses de Setembro e Outubro, conforme o estado da planta. Actualmente é mecanizada. Utiliza-se uma ceifeira-debulhadora, que corta a planta do arroz, debulha-a e limpa o grão, removendo as impurezas. Sendo, posteriormente descarregado num atrelado que o transportará até ao armazém.



Ceifeira-debulhadora nos campos de arroz. | fotograma cedido por Carlos Valente | O acondicionamento do grão de arroz colhido, para transporte | fotograma cedido por Carlos Valente |

Também poderá ficar a secar sobre uma extensa manta no terreno, sendo depois aí ventilado. Dependendo da maquinaria do produtor, a colheita da safra poderá ser feita com a ceifeira. Posteriormente será transportada para a margem, sendo aí colocada numa outra máquina, a “malhadeira” mecânica, ou “debulhadora”, que separa o grão, e o limpa, removendo-lhe as sementes infestantes, com a ajuda de crivos. Depois desse processo, o arroz será transportado para o armazém.



À esquerda, máquina ceifeira nos campos de arroz | foto cedida por Rogério Paulo | .
À direita, Máquina “malhadeira” nos campos de arroz de Armindo Saramago. 2021 | foto de Camilo Rego |

ARMAZENAMENTO E DESCASQUE

Após o transporte, o arroz é colocado a secar numa eira, ao sol, durante cerca de três dias, conforme o estado do tempo.

Depois da secagem, o grão é limpo: é ventilado para remoção de impurezas, palhas e outras sementes. Para o efeito, utiliza-se a “tarara”, já com um sistema mecanizado.



À esquerda, grão de arroz a secar. | fotograma cedido por Carlos Valente | .À direita, Gão de arroz a ventilar na “tarara” | fotograma cedido por Carlos Valente |

O grão seco é recolhido em sacos, ainda com a casca, tendo sido efectuada uma última escolha. É guardado algum grão para semente do ano seguinte.



Grão de arroz com casca ensacado no armazém. Junho 2022 | espólio EA |

Do grão colhido, obtém-se vários tipos de produto: do arroz integral, ao arroz branco, entre outros produtos resultantes do processo do descasque.



Máquina de descasque do orizicultor Armindo Saramago. Junho 2022 | espólio EA | Moinho Eléctrico do orizicultor Carlos Valente | fotograma cedido pelo próprio | .Moinho Eléctrico do orizicultor Carlos Valente | fotograma cedido pelo próprio |

Para obter o arroz branco, é necessário proceder-se ao descasque. Actualmente, o orizicultor Armindo realiza essa operação utilizando uma máquina de descasque. Para além de a utilizar para o produto do seu cultivo, também o faz para outros orizicultores. A casca resultante do processo é aproveitada para a cama do gado, para fertilizar os terrenos ou, ainda, para utilizar no jardim. O orizicultor Carlos Valente, utiliza um moinho de descasque de arroz eléctrico. A mó de pedra comporta uma aplicação de cortiça, o que permite separar o grão da casca de forma suave, sem o partir, até obter o branqueamento.

O arroz com casca é guardado em grandes recipientes, ou sacos, devidamente acondicionado e fechado, aguardando o descasque e o embalamento, de acordo com as solicitações.

EMBALAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

No armazém onde repousa o produto, procede-se à embalagem. O grão é pesado e embalado em saco de papel, ou plástico, timbrado com a marca do produtor.



À esquerda, arroz embalado em saco plástico. Junho 2022 | espólio EA | À direita, arroz embalado em saco de papel. Junho 2022 | espólio EA |

A venda é feita ao longo do ano até escoar o produto. Geralmente é colocado no mercado local. Os produtores canalizam-no para alguns pontos de venda da região, em lojas e outros locais pré-acordados, e ainda na Junta de Freguesia de Salreu. Os vários tipos de produtos são divulgados nos mercados tradicionais da região e em eventos festivos, pelo próprio produtor, cada um fazendo-se representar pela sua marca.

O ARROZ DO BAIXO VOUGA E DERIVADOS



O grão de arroz carolino, com casca, integral e branco. Junho 2022 | espólio EA |

O tipo de arroz que aqui se cultiva é o “ariete”¹⁴ - um arroz “carolino”, que quando cozinhado permite obter um arroz muito aquoso. É o que melhor se adapta à temperatura mais baixa da água do Baixo Vouga, e a um ciclo de produção mais curto, entre Maio e Setembro. Nesta região é produzido um arroz sem adição de químicos. O arroz colhido nestes terrenos, é posteriormente debulhado, seco, escolhido e descascado, dando origem a vários tipos de produto final vendável. De referir que todos os componentes do grão são aproveitados para comercializar.

Arroz de semente. De salientar que os produtores guardam algum arroz com casca, para semear no ano seguinte.



Grão de arroz de semente, molhado, pronto a semear. Maio 2022 | espólio EA |

¹⁴Variedade de referência nos carolinos, ARIETE é apreciado por agricultores e industriais pela sua qualidade e regularidade de produção. Variedade particularmente adaptada ao cultivo em condições de Produção Integrada com baixos níveis de fertilização azotada. Para reduzir a quantidade de trincas à colheita, esta deverá ser realizada com uma humidade relativa do grão superior a 22%. <https://www.lusosem.pt/sementes/sementes-de-arroz/ariete>.

O arroz bravo, ou selvagem é nascediço, brota de forma espontânea entre as outras plantas. Tem características diferentes e é aproveitado para a alimentação. É excelente em termos nutricionais, mas nem todos os produtores o colhem. Tem um grão duro, que necessita de uma hora de cozedura, e apresenta uma cor avermelhada.



Arroz selvagem dos campos de Canelas. Junho 2022 | espólio EA |

O arroz branco é assim designado por passar por um processo de branqueamento, resultante do descasque no moinho, onde lhe é retirada a casca sem o partir, até surgir o “grão branco”.



Arroz branco para escolha. Junho 2022 | espólio EA |

O arroz integral obtém-se durante a fase de descasque, não se deixando branquear, “não rompendo muito a película do grão”.

A farinha de arroz integral é obtida a partir do descasque do arroz integral.

A farinha de arroz branco é obtida a partir da moagem do arroz trinca.

O farelo de arroz é o resultado dos bocados de casca obtidos do primeiro descasque. É vendido para a alimentação dos animais.

O Arroz trinca obtém-se do grão partido.

A casca de arroz é vendida para cobrir os canteiros nos jardins. Tendo sido aproveitada, em tempos, para outros fins.



Casca de arroz. Junho 2022 | espólio EA |

Existem vários produtos confeccionados com base no grão, e na farinha de arroz, nesta região: na doçaria, os bolos, o arroz doce e outros; e na beleza, os sabonetes, etc.



Arroz Doce, de Canelas. Maio 2022 | espólio EA |

DA MANUALIDADE À MECANIZAÇÃO

O passar do tempo deixa marcas, lembranças e saudades, ou até o esquecimento. Do cultivo do arroz, e da forma como se trabalhava no campo, como profissão, ou modo de sustento, ficou a memória que tem vindo a ser passada ao longo de gerações.

As alfaias e técnicas que se utilizavam foram caindo em desuso para dar lugar a uma mecanização das tarefas mais laboriosas. A mão-de-obra era imprescindível. Contratavam-se grupos de pessoas para realizar as demoradas tarefas nos campos. As mulheres eram as que mais trabalhavam nos campos de arroz. Vinham de concelhos vizinhos, Murtosa, Veiros, Pardilhó, Branca, entre outros lugares, e da própria região, para realizar a *monda* e a *ceifa*. Eram denominadas de *mondadeiras*. Trabalhavam todo o dia sob o sol, enterradas na lama até quase à cintura, expostas à humidade constante e às sanguessugas. Usavam meias altas, sem pés, ou serapilheira para protegerem as pernas. Realizavam esse trabalho cansativo mantendo um espírito alegre, e até entoavam canções e brincavam.



Mondadeiras de Salreu | foto de Eng. Rocha Soares |

Maria Lamas,¹⁵ descreve esta participação activa das mulheres de forma impressionante. “A monda do arroz é dos trabalhos mais custosos e prejudiciais para a saúde (...). Existem ainda as “marinhas rotas” - terreno alagadiço, ou antes, pantanoso, onde as mulheres trabalham metidas no lodo até meio da coxa (...). As mondadeiras são forçadas a andar o dia inteiro com a água até ao joelho e, nalguns sítios, quase até ao ventre. Nessa água loda existem não só quantidades incalculáveis de mosquitos, como sanguessugas (...).”

Sem a mecanização da agricultura, o gado marinhão era um auxiliar precioso para o homem: lavrava a terra e efectuava o transporte. Os carros de bois transportavam o arroz colhido para as eiras, e as

plantas dos viveiros para os campos de arroz. Para preparar os terrenos de cultivo do arroz, os animais puxavam o *arado* para lavrar, e a *grade* para arrancar as ervas, e, no final da colheita, as *zorras*, que deslizavam pela lama, para transportar as plantas do arroz ceifadas, do terreno para os carros de bois.



Vaca da raça marinhão a puxar a zorra carregada de plantas de arroz, durante a colheita. | foto cedida por Rogério Paulo |

Nesta região do Baixo Vouga lagunar, as embarcações eram um meio auxiliar imprescindível para realizar qualquer actividade agrícola, de pesca ou de transporte. Eram construídas pelo saber dos Mestres Locais, de acordo com o fim a que se destinavam. Nesta região irrigada por um complexo sistema de veios de água doce, e esteiros de água salgada, teriam de ser projectadas para resistir e responder às mais diversas solicitações, nomeadamente para aceder aos campos cercados por valas e alagados.

Adaptadas aos trabalhos do campo, as várias bateiras de ervagens, de menores dimensões e proa prolongada, e a “bateira erveira de Canelas”¹⁶, ou “barco”, de maiores dimensões, com cerca de 10 metros de comprimento, transportavam gado, ervagens, estrume, moliço, produtos agrícolas, pessoas e o arroz. Deslocavam-se à vara, por entre as valas e regueiras, e por vezes o barco, aparelhava uma vela para ir às romarias. “O barco era uma bateira de ervagem, uma dessas bateiras que se viam no esteiro de Salreu ou no esteiro de Canelas, ou ainda no aconchego do Antuã, e que serviam para o transporte de juncos, dos sacos de arroz e movimentação de bezerros (...). Os sacos de arroz que essas bateiras, fortes e negras, transportavam provinham da debulha que era feita em piões, pelos cavalos, nas eiras feitas de solão batido e encostadas aos palheiros. Chegavam até elas trazidos em *zorras* ou à cabeça das pessoas (...).” (Silva 2010).¹⁷

Uma outra embarcação, mais leveira, denominada de “patacha ou lancha”, conhecida na região, como *rasca*, era de menor dimensão, tinha entre 5 a 6 metros de comprimento. A do orizicultor Armindo Saramago, utilizada na sementeira do arroz, tinha cerca de 4 metros. Era uma embarcação de fundo plano, característica comum a todas as da laguna, com um pontal baixo, de cerca de 30 centímetros, sem cobertura de proa, totalmente aberta - apenas se colocava um banco ao centro para assento. Tinha um formato fusiforme e era movida à vara, ao longo dos campos de arroz, ou valas. De construção simples e rudimentar. A bordo da *rasca*, duas pessoas semeavam o campo de arroz. Ainda se utiliza para efeitos de recriação. Também se utilizavam, em situações em que os animais não podiam avançar pelos terrenos mais alagados, para recolher o arroz ceifado. Era assim carregado para a embarcação que seria depois empurrada até à margem, ou até ao carro de bois.

Das alfaias, de entre muitas que se perderam no tempo, ainda se utiliza o *ancinho* e o *engaço* para puxar as ervas infestantes até à margem, durante a limpeza do terreno. Mas a *foice*, ou a *gadanha* com que os homens e mulheres cortavam a planta do arroz, na colheita, já caiu em desuso. Utilizam-se,

¹⁵Lamas, Maria. “As mulheres do meu país.”

¹⁶Lopes, Ana Maria. Revista Terras de Antuã, N.º 6. Novembro de 2012. Câmara Municipal de Estarreja. Embarcações Tradicionais de Canelas. Pág. 9.

¹⁷Sérgio Paulo Silva, Salreu, uma aldeia em papel de arroz, 1^a ed., Estarreja, Outubro 2010.

excepcionalmente, na recriação anual da ceifa manual. Os molhos da planta eram posteriormente transportados à cabeça, para a *zorra* ou o carro de bois. Agora a ceifeira mecânica efectua essas tarefas.



À esquerda, Armindo Saramago utilizando a gadanha para ceifar o arroz.

À direita, mulher ceifando o arroz com uma foicinha | fotos cedidas por Rogério Paulo |

Durante as tarefas nos campos de arroz, ainda se apanhavam peixes: os pimpões e enguias, entre outros, que ficavam presos no lodo.

O processo de extração do grão da planta era feito através da *malha*, de forma manual, numa eira. O grão era aí deixado a secar, e posteriormente limpo, ventilado numa *tarara*, movida manualmente.



Ancinhos numa eira, onde seca o arroz | foto retirada da página "Arroz de Canelas" |

O processo de descasque era realizado nos Moinhos, ou na Fábrica do Descasque do Arroz, durante uma fase da história da região. O Concelho de Estarreja tem um património molinológico relevante. Comemora-se na região o dia Nacional dos Moinhos, cumprindo um programa de visitas guiadas aos Moinhos, nomeadamente aos de Salreu, com uma demonstração de descasque de arroz. São Moinhos recuperados pelos proprietários.



Mós de um moinho de água, em Estarreja. Junho 2022 | espólio EA |

A casca, resultante do descasque do grão, servia para os construtores aplicarem sobre a coberta da proa e bordos embreados dos barcos, permitindo aderência ao caminhar sobre eles e, ainda, para decorar os costados. É um elemento decorativo e funcional, que só se observa nesta região, torna-se num aspecto identitário da construção naval local, já muito distinta em relação à restante.



Ceifeira-debulhadora dos orizicultores Armindo e Rogério Paulo Saramago | foto cedida pelos próprios |

Foicinha utilizada na ceifa do arroz | foto cedida por Rogério Paulo |

A mecanização na agricultura é fruto da inovação e da tecnologia. A utilização de máquinas, que realizam as tarefas mais difíceis e demoradas, veio ajudar o orizicultor a produzir mais, com menos esforço e mão-de-obra, poupando tempo. Desvirtua, de certa forma, o ritual e o tradicional provindo de outras gerações, onde a participação humana e animal se conjugavam, gerando um folclore rural único. Mas, na actualidade, sem essa inovação, o produtor não poderia rentabilizar estes terrenos. O uso do tractor, da ceifeira-debulhadora, ou máquina debulhadora, do moinho de descasque eléctrico, etc., tornam-se imprescindíveis, na actualidade.

PROMOVER O PATRIMÓNIO NATURAL É MANTER A IDENTIDADE

Da tradição do arroz, como necessidade cultural para identificar esta região, ao aproveitamento dos meios naturais, de forma inovadora e empreendedora, renasce uma fonte de riqueza económica, ambiental, social e turística.

Juntando as sinergias dos vários intervenientes, dos organismos locais e dos particulares, está-se a impulsionar esta actividade, que quase caía no esquecimento, para um patamar visível e prometedor, tanto no âmbito regional, como nacional, se o produto for reconhecido como uma marca diferenciadora.

Incentivar mais produtores, através de apoios ou patrocínios, que os alavanquem para um outro nível de investimento, de forma a aumentarem a área produtiva, e de se tornarem mais competitivos no mercado, deverá ser a premissa. Podendo, assim, dar-se a conhecer este tipo de arroz, com um sabor peculiar, inigualável, devido às características destes terrenos, situados num território de água doce, com a proximidade do salgado lagunar, de água mais fria, e com um ciclo de produção mais curto.

Trata-se de um território vivo, gerador de riqueza ambiental e agrícola e, consequentemente, de aspectos etnográficos dignos de registo, constituintes deste património material, e imaterial, identitário da região. Sem esquecer o quanto importante é reavivar memórias, remexer na história e trazer o passado à luz do dia. Encenar a tradição e abraçar a saudade, mas também chamar novos orizicultores às praias do arroz, num futuro próximo.

Promover o património natural é manter a identidade, com um objectivo económico potenciador e gerador de riqueza regional, com os olhos postos nos arrozais do Concelho de Estarreja.

Deixo um agradecimento a todas as pessoas que colaboraram neste trabalho, quer através dos seus testemunhos e esclarecimentos técnicos, quer pela cedência de imagens: Camilo Rego, Engº Rocha Soares, e orizicultores Rogério Paulo e Armindo, e Carlos e Patrícia Valente. As restantes imagens foram por mim registadas, durante a pesquisa de campo (espólio EA).

Bibliografia

Cunha, Juliana. *Revista Terras de Antuã – História e Memórias do Concelho de Estarreja*, Novembro de 2018, nº12, Carlos Marques Rodrigues, o fundador da Fábrica do Descasque de Arroz, a Hidro-Eléctrica de Estarreja, Câmara Municipal de Estarreja.

Jornal Concelho de Estarreja, 14-09-2020.

Lamas, Maria. *As mulheres do meu país*.

Lopes, Ana Maria. *Revista Terras de Antuã – História e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 6, Novembro de 2012, Embarcações Tradicionais de Canelas. Câmara Municipal de Estarreja.

Monteiro, Norberto., *Revista Terras de Antuã – História e Memórias do Concelho de Estarreja*, nº 9. Novembro de 2015. Frente Lagunar de Estarreja e os seus tesouros. Câmara Municipal de Estarreja.

Silva, Sérgio Paulo. Salreu, *uma aldeia em papel de arroz*, 1ª ed., Estarreja, Outubro 2010.

Webgrafia

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11198/1/DISERTA%C3%87%C3%83O.pdf>

<https://www.bioria.com/aves>

<http://www.avesdeportugal.info/plefal.html>

<https://www.bioria.com/baixovouga>

https://www.uc.pt/herbario_digital/learn_botany/glossario

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/arroz>

<https://www.unileverfoodsolutions.pt/Inspiracao/arrozes/tipos-de-arroz.html>

<https://www.facebook.com/pg/arrozdesalreu/posts/>

<https://pt-pt.facebook.com/rogerio.saramago.33>

<https://www.facebook.com/arroz.jardim.5>

<https://www.lusosem.pt/sementes/sementes-de-arroz/ariete>

NA PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO PADRÃO EM MEMÓRIA DOS MORTOS DO CONCELHO DE ESTARREJA NA GRANDE GUERRA

Joaquim Ventura Faria Victorino

1. Uma nota de abertura

2. Os bilros desta fina renda com que se atoalha o altar da Pátria

3. O historial deste Padrão [às vezes dito obelisco, monumento ou simplesmente memorial], visto através das Actas da Câmara e outras notícias das festividades da inauguração

4. O que veio depois de 1922

Uma nota de abertura

Nada de mais, aquando duma primeira vez entre os leitores duma “empresa editorial” que já vem de longe, um autor dizer algo de si e das suas motivações, para que o possam entender e, se for caso disso, lhe dispensem alguma benevolência, embora falemos apenas de factos e não se venha aqui produzir literatura com invenção e novidade. É que, uma coisa é ser profissional no cultivo das letras, da história e da comunicação, ...e outra coisa – como é aqui o caso – é gostar de saber e dar opinião numa postura de curioso, sem compromissos com modas, com correntes, com grupos e circunstâncias; e desta postura e resultados, em liberdade e sem constrangimentos, escrever com a coragem de quem só responde à própria consciência e faz juízo com os dados que observa e passa pelo crivo dos seus valores de cidadania; e achando que algo há para dizer e oferecer à consideração dos circunstantes, vem à Praça. Neste nosso tempo cheio de pessoas em comunicação permanente, todos são circunstantes de todos, por milagre das tecnologias e equipamentos, até de bolso, ao alcance no mercado e pela invenção da internet e das redes sociais.

Estar na carruagem do tempo é viajar diariamente nestas redes e nestes veículos e interagir. Fora do tempo estão aqueles – sujeitos individuais, colectivos ou institucionais – que por razões que só eles conhecerão, se escondem, mas espreitam sem se deixar observar. E, internet à parte, continuamos a ter os outros veículos tradicionais da imprensa, que alguns se guindaram a um estatuto tal que nada lhes roubará a importância e o lugar que ocupam, como é o caso da revista anual neste Município de Estarreja, lançada em 2007, para a qual todos foram convidados pelo edil-presidente José Eduardo de Matos, pedindo nas suas palavras de abertura que com ele embarcássemos e iniciássemos a deliciosa viagem às *Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja*.

Eu, um desses viajantes, gosto de História e sou apaixonado por todo este imenso e belo rincão formado pelas terras baixas da bacia do Vouga, naselhas Antuã, rio e localidades marginais, e o lugar ou sítio com esse topónimo que ainda ninguém explicou cabalmente, que melhor identificação não encontraram os redactores do texto do Foral de 1519, que o começaram pela designação de “lugar e concelho d’Antoã do Mosteiro de Arouca”. Pois, ao escrever isto aqui, signifício que sou, desde o primeiro número dessa Revista

*Joaquim V. F. Victorino, nascido em 1939 em Alcanede, Santarém; casado em 1963 no município de Estarreja e cá residente. Licenciado em Ciências Militares-Aeronáuticas pela Academia Militar e Oficial da Força Aérea na situação de Reforma.

Nota 1: O autor não adere ao acordo ortográfico de 1990.

Nota 2: Nos textos citados, de escrita anterior ao acordo ortográfico de 1950, foram introduzidas as devidas correções ortográficas em concordância com o referido na Nota 1, exceptuando os termos de pura criação literária, que não de dicionário.

Terras de Antuã, um fã e, até certo ponto, um estudosos de muitos dos seus conteúdos. Colaborar com algo nesta “empresa” é um privilégio. E tenho por muito interessante e oportuno o tema da passagem do Centenário da inauguração do Padrão erigido em memória dos mortos, filhos deste concelho de Estarreja, na Grande Guerra. Ademais, tema que não fora abordado nas edições anteriores.

Os bilros desta fina renda com que se atoalha o altar da Pátria

A motivação deste escrito é o monumento, do tipo padrão, que temos na cidade de Estarreja e que dela faz parte com enorme significado histórico. Em jeito de introdução por esta forma, lembremos:

Padrão, aqui em Estarreja como em mais uma centena de vilas e cidades do país – e não um obelisco – é um Marco em Pedra, segundo um modelo previamente definido onde se lavram símbolos e memórias, e se implanta no solo de modo resistente ao passar dos tempos, em vilas e cidades relevantes da empresa histórica. Também há pelo país obeliscos e outros monumentos dedicados à Grande Guerra, mas os de tipo Padrão são os mais genuínos de acordo com o sentimento, ao tempo do pós-guerra.

Grande Guerra – expressão então usada – significava a Guerra, dita Mundial, entre 1914 e 1918. Tempos adiante, depois da Guerra de 1939-1945, passou-se a usar comumente e para diferenciação, os termos Primeira (em abreviado IGM ou IGG) e Segunda (em abreviado IIGM ou IIGG). Neste artigo, aqui, escrevemos sempre Grande Guerra, que foi a Primeira, em que Portugal participou com um Corpo Expedicionário. Declarada a 9 de Março de 1916 a guerra entre a Alemanha e Portugal, seríamos dos últimos países a entrar no conflito em terras de França. No final desse conflito armado, a participação portuguesa saldou-se por uma mobilização de mais de 100 mil homens para os territórios coloniais e para a frente europeia, **onde deixámos 7.760 mortos, 16.607 feridos e 13.645 prisioneiros**.

A dor da Nação com 7.760 dos seus filhos mortos. Deste município de Estarreja, que ao tempo se estendia pelas terras que desde 1926 passaram a formar o município da Murtosa, eram 56 desses jovens na flor da vida. Por isso, justamente, na onda de luto e de dever, um Padrão na vila sede do município, a marcar um lugar, um tempo e uma empresa nacional, com os nomes de todos eles.

CPGG – Comissão dos Padrões da Grande Guerra. A História exigiu. E em 1921, não-obstante a tremenda conjuntura económica e a instabilidade política e social, foi criada a CPGG, liderada pelo general Gomes da Costa, que na sua reunião em 3 de Dezembro de 1921, na sala nobre da Escola Militar, iniciou o longo processo de edificação pelas vilas e cidades do país onde as circunstâncias o justificassem e merecessem, uma rede de memoriais (padrões tipificados com os símbolos da pátria – escudo, esfera armilar e cruz), como um altar da nação aos seus heróis. Essa Comissão produziu trabalho até 1936, vindo a ser substituída pela Liga dos Combatentes. À parte os grandes cemitérios militares e os talhões reservados a combatentes em cemitérios comuns, os monumentos erigidos em vilas e cidades passam a ser a face da memória da Grande Guerra, instituídos como padrões da religiosidade cívica que a República disseminou pelo País, como espelhos da ideologia oficial e memória do sacrifício colectivo. Essas edificações são agrupadas em 3 categorias, de acordo com a forma: padrões (como é o caso de Estarreja e perto de 100 espalhados pelo país); - obeliscos (Valença, Mira e Mértola); - **Monumentos** (Abrantes, Aveiro, Coimbra, Covilhã, Estremoz, Évora, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Lamego, Lisboa (3), Loures, Oliveira de Azeméis, Portalegre, Porto, Régua, Santarém, São João da Madeira, Seia, Soure, Tondela, Vila Real e Viseu).

O Padrão erigido na Vila de Estarreja, implantado na Praça Vasco da Gama [como então se escreveu], com a frente virada ao edifício dos Paços do Concelho e inaugurado do dia 17 de Junho

de 1922, resulta deste trabalho de sagrada da memória nacional. Não foi uma iniciativa local, mas, obviamente, envolveu directamente a edilidade e uma comissão criada nessa circunstância e âmbito, para o efeito.

O historial

O Padrão aos mortos, filhos de famílias do Município de Estarreja, na Grande Guerra, foi (na vila) e continua a ser (na cidade) o seu monumento de melhor quilate que a enriquece dum ponto de vista de património monumental e lhe dá lugar entre as distintas terras do país que a nossa Primeira República consagrou com memoriais que fixaram um tempo e um sentimento nacional. Abstraindo-nos de que é um padrão – por isso praticamente igual, nos elementos esculturais, a uma centena, país-fora – ali podemos encontrar a particularidade dos nomes de 58¹, homens das terras do município, que passaram pelo sacrifício supremo de dar a vida em nome da Nação e foram a razão e justificação para a edição de um Livro, dito de Oiro, do Município de Estarreja, onde se lavra a sua identidade completa e onde ficaram consagrados como heróis.

Nesta relevância está a escolha do local para a implantação do memorial, no centro urbano, sob as vistas dos Paços do Concelho e ombreando [na localização original] com a capela do padroeiro Santo António; e num centro de encruzilhadas de pessoas que na cidade se movimentam no dia-a-dia entre lojas, cafés, mercado, correios, bancos, etc... Todos conhecem o Padrão em Memória dos Combatentes desta terra mortos nessa Grande Guerra; e por extensão, também memória de todos os outros de outras terras, malgrado não haja cá o hábito de lhe dedicar atenção nas datas históricas associadas – que lá ficaria tão bem, por exemplo, uma coroa de flores colocada pelo presidente da edilidade nos dias 9 de Abril – como Egas Moniz pensou e disse no seu discurso de inauguração, e até preconizou que fosse colocada numa das salas da Câmara, uma lápide em granito com os nomes de todos aqueles heróis, a celebrar todos os anos em 9 de Abril.

Sem temor de repisar, é necessário falar da fatalidade da Guerra – todas as guerras na História de uma Nação – que são as maiores provações a que o Povo é submetido, e é daí que resulta a formação inquebrantável duma Vontade de cariz nacional, assente em valores identitários que, uma vez ameaçados se defendem até ao limite do sacrifício da vida. A Grande História da Humanidade e dos povos com forte identidade própria, chega mesmo a confundir-se com a história geral e local das guerras – e isso é uma marca de água das páginas da portugalidade. Vivemos agora num milénio em que, parece, feitas que foram as guerras de fundação, de cobiça e expansão, ou punição, ou pilhagem e domínio, ou imposição de impérios, supremacias e ideologias, ou descolonização e novas independências nacionais; e ajustadas as coisas pela aceitação mundial da Carta das Nações Unidas como norma e via de resolução de diferendos, o sentimento e desejo de paz entre os povos e estados vinha substituindo a infâmia da Guerra, na qual, o Homem actual e culto não se poderia mais voltar a encontrar.

Não deveria! Mas assim não é, como no presente e na própria Europa acontece neste ano de 2022. No doce engano de que a guerra é (era) coisa do passado, muitos países até acabaram com o serviço militar obrigatório, entre eles Portugal, e deixaram de celebrar memórias da guerra onde se revigorava a Vontade de Defender Valores e Interesses Vitais. A História da Humanidade conheceu no século passado as duas maiores hecatombes bélicas; e tendo o nosso país participado na primeira, em consequência veio depois a encher-se de monumentos memoriais, marcados geralmente por cerimónias de inauguração

¹Faz-se notar curiosamente, que nas faces do pedestal do Padrão se inscrevem 58 nomes, enquanto que no discurso de Egas Moniz e no Livro de Oiro constam 56.

com discursos de vibração patriótica como aquele, intitulado Do Valor e da Saudade, produzido pelo médico e político Dr. Egas Moniz, que adiante aqui se reproduz, que foi inserido na publicação municipal então preparada e editada com a designação de Livro de Oiro, onde também a informação da identidade completa de todos que têm o nome lavrado na pedra, e que aqui, igualmente se reproduz.

Actas da Câmara

Como atrás ficou dito, a iniciativa do movimento e motor principal que fez proliferar por vilas e cidades a implantação de padrões, obeliscos e outros monumentos originais sob o tema da participação de Portugal na Grande Guerra, foi especialmente trabalho da Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG), sob inspiração e orientação política, formada por homens que participaram no conflito, profundamente conhcedores do quadro com que se lidava – unidades militares, mortos e sua naturalidade – tudo passível de ser visto e ordenado pelos respectivos territórios municipais, onde haveria de serem celebrados e perpetuados os nomes como heróis nacionais. As câmaras municipais entravam nesta operação como parceiros cooperantes e, até onde necessário ou possível, com a organização de comissões, angariação de recursos, escolha de local de implantação e obras associadas, bem como na preparação e desenrolar das festividades.

Estarreja não fugiu à regra e pouco se encontra em Actas. Contudo, delas destacamos para aqui: em 08-03-1922, a inscrição em Orçamento Suplementar de uma verba proveniente duma subscrição pública, destinada ao levantamento do monumento concelhio aos seus Mortos na Grande Guerra Europeia; em 22-03-1922, nomeação duma grande comissão consultiva da Câmara, tendo em vista o programa dos melhoramentos que estavam previstos e se avizinhavam; em 28-04-1922, sobre o discurso a proferir por Egas Moniz aquando da inauguração do monumento; em 07-06-1922, em que se delibera e concede licença à Comissão Organizadora, no respeitante a uso de espaços públicos para implantação das facilidades requeridas para a cerimónia e festejos populares; em 21-06-1922, lavrado em Acta, o enaltecimento produzido pelo presidente da Câmara, sobre o brilho e solenidade da inauguração do monumento e sobre o discurso do Doutor Egas Moniz, a que este deu o título de Do Valor e da Saudade, que o presidente da Câmara classificou como “peça literária de valor”, pedindo autorização para que a Câmara o mandasse imprimir; em 28-06-1922, em que a Câmara oficia os comandos militares, no sentido de obter a lista completa com filiação, naturalidade, moradas, datas de alistamento, números de matrícula, unidades em que serviram e datas da morte, de todos os militares deste concelho, mortos nas campanhas de França e de África, com a finalidade de se editar um Livro de Oiro do Concelho de Estarreja a sair à luz do dia; em 25-07-1922, em que a Câmara Municipal recebe a Comissão de Levantamento do Padrão, que apresentou contas, com saldo positivo, que ofereceu aos cofres da Câmara.

Festividades da inauguração

Conhece-se bem o que foram estas festividades, especialmente pelo facto de, em obras efectuadas, décadas adiante, em datas que não conseguimos apurar, a propósito de se produzirem alterações à base em que assentava o Padrão e à mudança de implantação, aí foi encontrado material relevante para memória, entre ele um cartaz-programa impresso das “Grandiosas Festas em 17, 18 e 19 de Junho de 1922”, que foi convenientemente recuperado e exposto no átrio do edifício dos Paços do Concelho, aquando das festas da Cidade e de Santo António neste ano de 2022. Pela importância que tem em si e como peça irrecusável na ilustração e conteúdo deste artigo, aqui se junta a imagem do conjunto exposto no átrio do edifício da Câmara. Nas primeiras duas colunas de texto do cartaz (impossível de aqui se reproduzir por forma a poder ser lido) está o programa da **Inauguração solene do Obelisco comemorativo dos Heróis mortos da Grande Guerra, filhos do concelho d'Estarreja**. Não

interessando tudo detalhar, resumo assim essas festividades no dia 17: - pelas 6 horas, alvorada com salvas de 21 tiros na sede do concelho e 6 tiros nas sedes das freguesias, seguida do toque do hino nacional defronte dos Paços do Concelho, por uma banda de música, que depois percorreu as principais ruas da vila, executando marchas; e nas igrejas paroquiais, os sinos repicaram entre as 6 e as 6:15; e pelas 9 horas, teve lugar o descerramento do Monumento por um representante do Ministério da Guerra, perante as individualidades militares, civis e religiosas da praxe em tais circunstâncias, emolduradas de povo, e discursos. No cartaz não se indicavam nomes de oradores, mas sabia-se (como aqui no parágrafo anterior ficou claro) que o Dr. Egas Moniz, figura proeminente, natural deste concelho, médico e político, seria o orador convidado. Pelas 10:30, um cortejo cívico com início na Praça Vasco da Gama, percorrendo várias ruas (lá indicadas) com cavalaria da GNR na frente, seguida das personalidades presentes, das famílias dos Heróis mortos e ex-combatentes vivos, párocos, regedores, escolas, associações e, intercalando, bandas de música e forças militares em formatura, em marcha ao toque das bandas, tudo voltando e terminando na Praça Vasco da Gama, depois da passagem frente ao Obelisco ornado com flores, palmas e coroas de louros. À tarde e à noite, festejos, especialmente com a presença da Grande Banda da Guarda Nacional Republicana em concerto.

Pode, pois, concluir-se com esta expressão: **De facto, digno e memorável.**



O Discurso produzido pelo Dr. Egas Moniz foi notável e concentrou atenções especiais. De tal modo que, ainda no nosso tempo, neste terceiro milénio, se vêem edições com o notável texto “Do Valor e da Saudade”, como constatámos nas pesquisas feitas. Nabu Presse e Forgotten Books são duas dessas editoras na actualidade, com edições interessantíssimas sob aquele título. A Câmara Municipal de Estarreja, com autorização do autor, mandou-o imprimir em páginas do anunciado Livro de Oiro, onde também a identificação dos 58 heróis do município mortos na Guerra e celebrados no Padrão.

Texto integral do discurso de Egas Moniz, “DO VALOR E DA SAUDADE”

“SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA,
ILUSTRES OFICIAIS DO EXÉRCITO,
MINHAS SENHORAS e MEUS SENHORES:

NAQUELA manhã de inverno o sol rompera por sobre as serranias, a que as névoas do levante davam contornos imprecisos, numa explosão de luz ensanguentada... Logo de madrugada a família se levantara num rumor de azáfama de partida. Na sacola do soldado marinheiro foram metidas as últimas provisões para a jornada e, em sítio de maior resguardo, as recordações mais queridas da família. A mãe, a quem as lágrimas punham vibrações de ternura no olhar, entregara-lhe a coroa em que à noite salmodiavam a reza do serão e a irmãzita mais nova, dera-lhe num longo abraço, em que havia carinhos de filha, a sua joia mais rica, a medalha que meses antes lhe ofereceram aquando da primeira comunhão. O pai, que presumia de forte, relembrava com entono os seus tempos do serviço militar e a conversa foi-se animando com a chegada dos parentes e vizinhos que deviam acompanhar à Estação o jovem soldado. Fez-se a caminhada em ar de procissão. Havia ditos e remoques, todo um a-propósito de disfarces a encobrir uma saudade que se ia avigorando quanto mais se aproximavam da Vila. Na «gare» entrechocavam-se os grupos das famílias dos que partiam num sussurro velado e frio. E enquanto o esbelto marinheiro teimava em mostrar-se indiferente naquela refrega sentimental, garantindo que em breve voltaria de França cheio de medalhas e de divisas, havia momentos de recolhimento invencível... Chegara o comboio, silvando estridente numa atmosfera húmida e nevoeira. Emocionado abraçou os pais e as pessoas da comitiva. E como uma lágrima forcejasse em rolar pela face tisnada pela maresia, a mão de uma rapariga entregou-lhe um lenço como última recordação. Não sabia escrever, mas conseguira dizer-lhe tudo na marca que lhe pusera: dois coraçõezitos unidos e trespassados por uma seta, tudo tracejado a linha vermelha num bordado ingénuo de mãos de aldeã. Agradeceu-lhe com um olhar que valia um madrigal seiscentista e encaminhou-se apressadamente para o compartimento, o bornal ao ombro, numa precipitação de quem foge. O comboio pôs-se em marcha e à janela, em pinha, com os outros companheiros, num uníssono de adeuses, ouviu-se um clamor que todas as bocas acompanharam: «- até à volta! Depois o nosso marinheiro desfraldou o lenço, onde parecia haver uma gota de sangue, e acenou, ... acenou, até se perder na atmosfera esbranquiçada daquela manhã em que os rolos de fumo da locomotiva punham a sugestão da cabeleira grisalha de um gigante que corresse à desfilada. Na carruagem houve um momento de silêncio. Esses rapazes a quem a mocidade dava a alegria franca da nossa raça folgaza, concentraram-se na expectativa duma demorada nostalgia que começavam a sentir naquele momento, olhos presos à fita de água do Antuã que rapidamente se sumira e que avultava de tal sorte, como se os separasse para sempre da aldeia bem-amada um desconhecido oceano de mágoas e incertezas. E, sem saberem porquê, começaram a cantar. Primeiro um, depois os outros, e os versos da Portuguesa animaram a carruagem num clarão de sentido patriotismo: Heróis do mar, nobre povo... E o hino tomou alento, cresceu de vibração, quando eles entoaram: Levantai hoje, de novo, O esplendor de Portugal! E como se quisessem afogar as suas saudades no cântico sagrado da Pátria, elevavam a voz, recrudesciam de entusiasmo e, transformados de camponezes em soldados, os olhos divagando por maiores alturas, a alma encendida em nova chama, tomavam um ar alto e marcial, como se, impulsionados pela melhor das crenças, estivessem cumprindo o dever da oração matinal. A chegada ao Quartel foi uma efusão de abraços e de confidências. Os amigos que ficaram ou chegaram de outras paragens davam novas, pediam novas, e todos se misturavam na algazarra gárrula dos grandes momentos de confraternização. Abertas as sacolas, expostos os farnéis que mãos carinhosas nelas depuseram, ficaram pertença de todos. Naquela tarde o Quartel transformou-se numa romaria em que trinavam, por vezes, os acordes estridentes das violas das nossas aldeias. Os rapazes da beira-mar arrancharam a um lado e botaram desgarradas ao desafio, motejando do perigo, trocando dos submarinos, rindo e cantando como em festa de arraial. Mais tarde, à hora crepuscular, desceram sobre as suas almas excitadas as penumbras das recordações dos lares distantes, da labuta do campo interrompida, das canseiras do trabalho da Ria, dos adeuses da partida, dos olhos doces que enternecidamente os fitaram na hora do apartamento... Sacudidos, porém, pela necessidade de ultimarem os preparativos para o embarque que devia efectuar-se no dia seguinte, cobraram ânimo e voltaram-se, com uma intensidade heróica, para os seus deveres militares. O vapor acostara à muralha do cais. Vimo-los entrar na

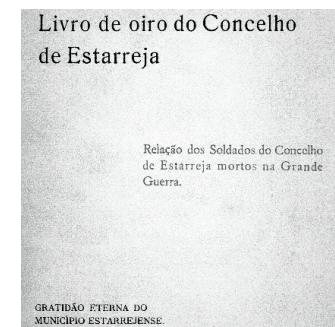
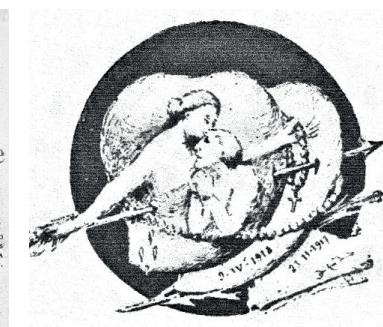
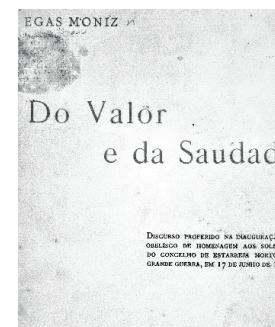
primeira expedição, resignados e altivos, saudosos e fortes, orgulhosos da elevada missão que iam cumprir, como aqueles seus antepassados que em caravelas enfundadas demandaram as costas de Diu! Quando da largada, revoou uma hossana colossal de vivas à Pátria! E se houve lágrimas, elas não brotaram dos olhos dos que partiam! Logo à saída da barra todos se rezavam na vigilância do mar que só a alguns era oficialmente confiada. Não os amedrontava a morte. O soldado português nunca temeu esse acidente! Mas seria inglório morrer sem chegar à terra de França onde iam mostrar o seu desinteresse, o seu valor, o seu espírito de sacrifício sem igual! Já se respirava a guerra por esse mar em fora e, à luz clara do sol ou à escassa poeira luminosa das noites estreladas, esquecido o que o coração sentia, só os guiava o norte do seu destino de combatentes. Descendentes dos que, em frágeis bateis sulcaram os ignorados mares, irmãos dos que agora atravessam os ares até hoje nunca fendidos por outras asas, conhecendo o risco, mas não o receando, alcançaram o porto de Breste, sem que os inimigos pudessem inutilizar o seu esforço indomável, a sua corajosa audácia, o seu valor nunca desmentido. O DESEMBARQUE em terras de França, em manhã umbrosa de inverno, com o frio penetrante a enregelar os músculos não habituados àquelas intempéries, foi uma apoteose ao triunfo dos marinheiros que conseguiram furtar-se às iras dos monstros de aço que rastejavam pelo fundo dos mares. E como houvesse urgência em que seguissem para o sector que lhes estava destinado, imediatamente se formaram os comboios militares que os arrastaram através das intermináveis prairies do norte da França. Uma vez, já na zona de guerra, tiveram que pernoitar em quartéis franceses. De noite, ouve-se, de súbito, o latido homérico da artilharia antiaérea, denunciando a aproximação dos aviões inimigos. Os holofotes cruzam nos ares os feixes luminosos, como olhares perscrutadores de fantásticos titãs. Todos se comprimem nas caves, escassas para tanta gente. Ouve-se o estampido formidável dos torpedos que caem desflagrando tempestades de metralha. Há um ruido ensurdecedor. Terra e céu se combatem. Os regougos dos canhões e o estampido das bombas confundem-se num uníssono trágico de explosões continuas. A terra treme com o fragor da insólita contenda. Há nos rostos dos novos combatentes víncos de raiva na impotência de se poderem associar aos que defendem a Pátria, agora comum, a França heróica e mártir. E todos anseiam pelas horas de combate e sacrifício! Manhã alta regressam às tarimas abandonadas e o sono matinal vem trazer a muitos desses valorosos soldados a consolação de sonhos felizes em que se sentem transportados à sua aldeia em episódios de vésperas de orago, com foguetes a estralejarem continuamente! A alvorada, o nosso soldado marinheiro pôde distinguir através das janelas do quartel uma imensa toalha de prata reluzente a cobrir os campos e pétalas de rosas brancas a cair em interminavelmente. Era uma nova natureza que lhe falava, com aspectos de andores de festa em cada grupo de árvores e lágrimas estalactisadas pendentes dos telhados com reflexos de cristal antigo. Depois o sol veio iluminar os campos e os seu olhos, ávidos de luz meridional, puderam ver faiscas como gemas preciosas as gotas perladas das árvores, a florirem em espumas alvinitentes. Daí a pouco, enquadrados nos seus regimentos, seguiram a caminho dos seus postos. Que longa jornada por sobre a neve fofa e pegadiça, com um vento norte a fustigar as carnes, resistentes à fadiga, mostrando, com galhardia, o valor do seu esforço, sentindo o orgulho lusitano a impulsioná-los, como se a energia heróica dos guerreiros de Ourique e Aljubarrota se tivesse acumulado no seu cérebro e pulsasse no seu coração! De posto em posto, de aldeia em aldeia, de mina em ruína, alcançaram finalmente as catacumbas da Flandres, essas trincheiras escuras e húmidas que foram na Grande Guerra o teatro das máximas façanhas, o plano mais alto dos mais provados sacrifícios, o altar sagrado onde se sublimaram às maiores heroicidades. Tudo ali é miséria, lodo e lama; mas a alma do soldado anda mais alta do que as estrelas! Esvoaçam por aqueles corredores estreitos e ziguezagueantes, que aram a terra em todos os sentidos, as sombras luminosas dos que os santificaram com a morte. Não há cruzes por aqueles caminhos a recordarem os crimes que ali se perpetraram; mas a memória dos heróis nunca se apagará dos corações dos que por ali arrastaram a vida durante meses intermináveis. Diz-se que houve moços que ali envelheceram em semanas; que os víncos das faces lhes trouxeram aspectos de senectude. Nada, porém, conseguiu destruir a mocidade dos nossos marinheiros! O seu ardor combativo dava forças inesperadas aos seus músculos entorpecidos pelo frio nos postos de vigilância e os seus olhos incendiavam-se de uma nova luz nas horas violentas das refregas. Em frente a terra de ninguém, atrás a muralha do dever do soldado português que sabe morrer, mas não sabe fugir! O nosso soldado marinheiro ficou no sector de Neuve-Chapelle. Da pequena cidade francesa apenas havia memória nas ruínas das casas desmanteladas e nos destroços de alguns modestos monumentos. Só no escalavrado calvário que sobranceava a cidade ficara um Cristo intacto, suspenso da sua cruz de madeira que uma granada inimiga conseguira atingir, mas que a respeitou não explodindo. Ao cair da tarde, quando a luz começava a esmaecer,

dando tonalidades tristes à paisagem, o nosso soldado marinão escondido numa dobrada da trincheira, elevava os olhos até à cruz e vivia, na contemplação do Cristo abandonado, as crenças da sua infância, repetindo as orações ingénugas que lhe ensinara sua mãe. E recordava a Igreja da sua aldeia e o Lar distante onde àquela hora, as bocas dos que mais lhe queriam rezavam por ele as Ave-Marias da tarde. Na madrugada do dia 9 de Abril a artilharia inimiga inicia a sua obra de destruição. Os nossos respondem com energia; mas o bombardeamento inimigo aumenta de intensidade em arremetidas de metralha. A terra, onde os nossos se abrigam, é revolta em todos os sentidos. As trincheiras desmantelam-se, perdem a regularidade, tornam-se anfractuosas. Por fim obstruem-se, reduzem-se a pedaços, deixam de ter ligações. O arame farrapado das defesas, voa pelos ares como se fosse o fio ténue de uma teia delicada. As brechas do terreno cruzam-se irregulares e profundas em todos os sentidos. Os cadáveres amontoam-se. Alguns ficam ali — suprema glória! — para sempre soterrados. Os nossos soldados buscam novos resguardos a coberto das tortuosidades do terreno, acumulam-se dentro das largas crateras que a metralha improvisa e ripostam constantemente. Há um ruido ciclopico, avassalador, em que se mistura o troar do canhão, o deflagrar das bombas, o monótono estralejar das metralhadoras e da fuzilaria, com os gritos de raiva dos combatentes e os gemidos agitados dos decepados. Tudo ali é sangue, tudo ali é dor, tudo ali é ódio! Às 8 da manhã as forças inimigas, cobertas pela barragem e ocultas pelo nevoeiro, saltam os parapeitos e avançam em vagas, as armas em bandoleira, a baioneta armada, precedidas de metralhadoras ligeiras em constante ação. As primeiras são ceifadas pelos nossos. Outras se lhes sucedem. Depois outras, outras ainda. As da retaguarda substituem ou reforçam as da frente. E seguem sempre, sem olhar a sacrifícios de homens e munições. Vencem, por fim, a resistência dos portugueses que sabem redimir com a morte a descomunal desproporção numérica dos combatentes. O soldado marinão lutou até final encarniçadamente. Da trincheira passou a novos abrigos, aproveitando os fossos do terreno remexido, fazendo fogo, animando os companheiros, resistindo sempre. Por fim foi atingido em pleno peito pela metralha inimiga. O sangue jorra aos borbotões. Procura estancá-lo com um lenço e grita: - Rapazes, não desanimeis! É para a frente! E dispõe-se a vender caro o pouco de vida que lhe restava. - Canhais! vociferou. E como se sentisse desfalecer, apertou com mais força o lenço sobre o peito. Reparou então que, bem juntos ao seu, estavam dois coraçãozitos trespassados que mãos carinhosas tinham bordado. . . E os seus olhos pararam em êxtase e os seus pensamentos voaram, num lampejo, até terras de Estarreja. Primeiro transformaram-se em beijos, adentro do seu Lar e, em seguida, foram bater docemente à janela da sua namorada, onde os primeiros cravos punham a nota rubra do pronúncio da primavera, para lhe dizer um suavíssimo e último adeus. Depois, meio em delírio, querendo ainda animar-se para o combate, ergueu, num arranço, o busto esbelto e bradou: - Viva Portugal! E tombou para sempre. A COMEMORAÇÃO que acaba de fazer-se aos soldados do nosso Concelho, mortos no campo da honra, é o cumprimento de uma dívida sagrada que enaltece os que a levaram a cabo. Ouso, porém, propor um complemento que deixo à apreciação dos que me escutam e, em especial, da vereação estarrejense. Ali dentro, numa das salas dos nossos Paços do Concelho, deve ser colocada uma lápide de granito, a pedra regional, símbolo rígido da nossa nacionalidade, hoje a mais antiga do mundo, pois há quase oito séculos que conserva invariáveis as suas fronteiras. Nessa lápide devem inscrever-se os nomes de todos os nossos conterrâneos mortos em combate ou ceifados pelas doenças em terras de França e nas nossas colónias de África, durante a Grande Guerra. Todos os anos, em 9 de Abril, os professores primários do nosso Concelho ali virão, com os seus alunos, em piedosa romagem. Que esses nomes sejam por eles e por nós todos lidos, repetidos e decorados! Serão apelidos de uma autêntica nobreza, alicerçada nos sacrifícios e sublimada nos heroismos dos que souberam morrer, com honra, por Portugal. E esses cinquenta e seis nomes, lidos, repetidos e decorados, embora sem ritmo e sem rima, soarão aos nossos ouvidos como as mais belas estrofes de Camões! DISSE.”

O Livro de Oiro

Este Documento, prometido na reunião da Câmara de 28-06-1922, produzido em empresa gráfica de Lisboa (como o prova a ficha técnica), com uma tiragem de 500 exemplares, destinou-se a distribuição gratuita pelas Escolas do Concelho e pelas Famílias dos militares celebrados no Padrão, sendo os restantes para venda, com a receita a fundo das despesas havidas com as celebrações. Nestas páginas encontramos: 1) Correspondência; 2) Listas dos soldados mortos em 1916, 1917, 1918 e 1919; 3) Texto do Discurso de Egas Moniz, DO VALOR E DA SAUDADE.

Reproduz-se aqui, pela sua importância no conjunto destas considerações e registos em um único artigo, a correspondência entre o presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, Dr. António Tavares Afonso e Cunha, e o orador; e de seguida, a Lista de todos os Mortos.



Il.mo e Ex.mo Senhor Doutor António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a que a Comissão Executiva da Câmara Municipal tomou na sua sessão de hoje a seguinte resolução, votada por unanimidade: “A solenidade do descerramento do padrão à memória dos soldados deste Concelho mortos na Grande Guerra, e mais festas dessa piedosa e patriótica comemoração, tornando para nós memorável o dia 17 do corrente, foram assinaladas pelo discurso publicamente proferido junto ao Monumento pelo Ex.mo Sr. Dr. Egas Moniz, Ministro que foi dos Estrangeiros e primeiro Presidente da Delegação Portuguesa à Conferência da Paz, homem público e estadista de valor de que nos devemos orgulhar, por ser natural deste Concelho. Esse discurso, com que honrou as nossas festas comemorativas, a todos pareceu, como na realidade é, uma peça literária de valor, urdida em fina e delicada forma de novela, que sensibilizou e fez vibrar de comoção a alma do nosso povo e o encorajou de fé, esperança e abnegação para cimentar com o seu sangue e com a sua vida a manutenção da independência e da soberania do nosso velho Portugal, todas as vezes que os altos interesses da Pátria assim o reclamem. Foi uma peça oratória que bem merece ser lida e refletida pelo nosso povo na despreocupação dos serões de família, quando de inverno crepitam as fogueiras na lareira e, à volta delas, se fia o linho da nossa lavoura e rememoram as histórias da nossa tradição. Por isso e no desejo de prestar um bom serviço ao levantamento do sentimento das virtudes cívicas e militares no nosso meio rural, e acedendo também aos desejos da comissão do obelisco, resolve que se oficie Ex.mo Sr. Dr. Egas Moniz, pedindo-lhe a cedência do seu discurso escrito, e a concessão a esta Câmara Municipal — a do seu Concelho — de o deixar imprimir com a fotografia dele orador, com o desenho do obelisco-padrão e com as fotografias de todos os soldados homenageados na apoteose da sua oração, caso esta Câmara as possa obter², afim de o distribuir pelas famílias dos mortos, pelas Escolas do Concelho, e também autorizar a venda dos restantes volumes, para juntar o seu produto à subscrição do monumento, que ainda não está coberta nem disso se aproxima.

E, submetendo à ponderação de V. Ex.^a o pedido formulado, aguarda a deferência da resposta. Saúde e fraternidade.

Estarreja, 21 de Junho de 1922

O presidente : António Tavares Afonso e Cunha”.

²Nota de rodapé no texto original: Infelizmente não se puderam conseguir as desejadas fotografias. Os heróis do Concelho de Estarreja nem sequer essas recordações deixaram às pessoas que lhe foram caras.

Resposta do Dr. Egas Moniz

Il.mo e Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Estarreja

Penhorou-me em extremo a imerecida resolução tomada por V.Ex.as de divulgarem o meu despretensioso discurso pronunciado nessa Vila na inauguração do obelisco aos Mortos do nosso Concelho na Grande Guerra, e que ficará como uma baliza patriótica através dos tempos a atestar o desinteressado amor dos nossos conterrâneos à Pátria Portuguesa. Não mereciam as minhas palavras tão elevado encômio, pois alcançam assim a máxima consagração. Nem maior honra eu poderia ambicionar-lhes, do que virem a ser lidas pelas mães dos nossos heróis mártires! Tive propósitos bem mais modestos. Destinei-as apenas a ecoarem fugitivamente entre os que me escutaram, como o esboço de um hino patriótico em louvor dos que comemorámos e um sincero tributo de gratidão às saudades que deixaram. V.Ex.as, convidando-me a associar-me a essa festa, a mais bela a que assisti na minha terra, deram-me o grande prazer espiritual de sentir uníssono com aqueles que na inauguração do interessante monumento tinham o primeiro lugar e as maiores honras: as Famílias dos que se nobilitaram morrendo pela Pátria. E já que a Câmara Municipal de Estarreja resolveu dar-me tão elevada demonstração de amizade — nem de outra forma se justificaria a decisão tomada — obedeço gostosamente à indicação de V.Ex.as, deixando-lhes completa liberdade na elaboração da edição que projectam publicar. Peço, porém, licença para ocorrer às suas despesas, oferecendo-as à Câmara como contribuição pessoal ao fim patriótico a que se destina.

Espero que V.Ex.as me não privem desta honra.

Saúde e Fraternidade.

Lisboa, 25 de Junho de 1922

António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz.

Soldados do Concelho de Estarreja mortos em combate ou de doenças contraídas em campanha, em França e em África, durante a Grande Guerra.

GRATIDÃO ETERNA DO MUNICÍPIO ESTARREJENSE

Ano de 1916

ADELINO MARIA HENRIQUES, filho de José Agostinho Henriques e de Isabel Maria da Silva, da Fonte de Baixo de Veiros; n.º 298 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1913. Morto em 14 de Dezembro de 1916.

FIRMINO MARQUES, filho de António Marques e de Maria Josefa Marques, de Santo Amaro de Beduído, soldado n.º 172 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1915. Morto em 2 de Outubro de 1916.

JOAQUIM MANUEL DE MATOS, filho de António Joaquim de Matos e de Maria da Natividade, do Monte da Murtosa, n.º 103 da 3.ª Companhia de Ponteneiros. Alistou-se a 15 de Janeiro de 1915. Morto em 5 de Novembro de 1916.

JOÃO ESTEVES, filho de António Lourenço Esteves e de Miquelina Antónia Tavares, das Touregas do Bunheiro, soldado n.º 213 da 12.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Janeiro de 1915. Morto em 16 de Outubro de 1916.

MANUEL LUÍS LOPES, filho de Manuel Maria Lopes e de Maria Victória, do Ribeiro da Murtosa, soldado n.º 234 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1913. Morto em 14 de Junho de 1916.

Ano de 1917

AGOSTINHO MARIA DE PINHO, filho de Manuel Maria de Pinho e de Isabel Maria da Silva, do Agro do Bunheiro, soldado n.º 238 da 12.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Maio de

1915. Morto a 16 de Maio de 1917.

ANASTÁCIO DE MATOS, filho de Joaquim Maria de Matos e de Maria Luísa Lopes, do Curval de Pardilhó, soldado n.º 93 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Janeiro de 1913. Morto a 18 de Janeiro de 1917.

ANTÓNIO NUNES BEIRÃO DE ALMEIDA, filho de Manuel Nunes Beirão de Almeida e de Maria de Almeida, da Corredoura de Fermelã, soldado n.º 388 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 17 de Maio de 1913. Morto a 15 de Outubro de 1917.

ANTÓNIO LOPES, filho de Joaquim da Silva Lopes e de Rosa da Silva Tavares, do Seixo de Avanca, soldado n.º 37 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 12 de Maio de 1915. Morto a 26 de Junho de 1917.

ANTÓNIO DA SILVA CAVADO, filho de Manuel Rodrigues da Silva Cavado e de Maria Rosa Dias de Oliveira, da Rua da Fonte de Canelas, soldado n.º 354 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1915. Morto a 26 de Junho de 1917.

ANTÓNIO DA SILVA, filho de José da Silva e de Maria Marques Couto, do Outeiro do Coval de Beduído, soldado n.º 373 da 3.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1912. Morto em 28 de Julho de 1917.

ANTÓNIO VALENTE, filho de Manuel António Valente e de Maria de Oliveira, do Monte de Baixo de Pardilhó, soldado n.º 75 da 11.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 15 de Janeiro de 1913. Morto a 25 de Agosto de 1917.

BÁRTOLO JOAQUIM FARINHAS, filho de Gonçalo António da Silva Farinhais e de Maria José Valente de Almeida, do Ribeiro da Murtosa, soldado n.º 85 da 4.ª Companhia de Ponteneiros. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1915. Morto a 30 de Janeiro de 1917.

FIRMINO DA SILVA PATACA, filho de Clementina da Silva Pataca, de Pardilhó, 2.º cabo n.º 171 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1915. Morto a 28 de Junho de 1917.

FLORIANO GOMES DA LUZ, filho de José Maria da Luz e de Gracinda Augusta Neves, da Rua de S. Martinho de Salreu, soldado n.º 116 da 2.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Maio de 1912. Morto em 14 de Setembro de 1917.

FRANCISCO MARIA DA SILVA, filho de Manuel José da Silva e de Maria José Marques, do Ribeiro da Murtosa, soldado n.º 365 da 12.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1914. Morto em 16 de Fevereiro de 1917.

FRANCISCO DOS ANJOS, filho de Maria dos Anjos, da Valada de Avanca, soldado n.º 156 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 15 de Janeiro de 1913. Morto em 2 de Setembro de 1917.

JOÃO TAVARES, filho de João Maria Tavares e de Caridade de Jesus, de Pardelhas da Murtosa, soldado n.º 102 da 3.ª Companhia de Ponteneiros. Alistou-se a 15 de Janeiro de 1915. Morto em 11 de Março de 1917.

JOAQUIM MARIA DA SILVA, filho de João Agostinho da Silva e de Maria Antónia Antão de Souza, de S. Simão do Bunheiro, 2.º cabo n.º 316 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1913. Morto em 16 de Abril de 1917.

JOAQUIM TAVARES, filho de Caetano Joaquim Tavares e de Joaquina Marques Pires, do Barreiro d'Além de Beduído, soldado n.º 385 da 2.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 12 de Janeiro de 1916. Morto em 23 de Maio de 1917.

JOSÉ MARIA DE MATOS, filho de Cândido José de Matos e de Maria Francisca da Silva Covas, de S. Simão do Bunheiro, soldado n.º 365 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1913. Morto em 12 de Abril de 1917.

JOSÉ MARIA RUIVO, filho de Manuel António Tavares Ruivo e de Maria José Tavares Branco, do Celeiro do Bunheiro, soldado n.º 356 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1913. Morto em 21 de Abril de 1917.

LÁZARO DA SILVA DE MATOS, filho de Constantino da Silva de Matos e de Ana Rosa da Silva

Esteves, da Breja de Baixo do Bunheiro, soldado n.º 113 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Janeiro de 1914. Morto em 27 de Fevereiro de 1917.

MANUEL ANTÓNIO AFONSO E CUNHA, filho de Domingos António Afonso e Cunha e de Maria Rosa Tavares, da Breja de Baixo do Bunheiro, soldado no 67 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Janeiro de 1914. Morto em 14 de Maio de 1917.

MANUEL AUGUSTO DE AGUIAR, filho de José Maria Rodrigues de Aguiar e de Joaquina Rodrigues da Cruz, do Picoto de Canelas, soldado n.º 269 da 11.ª Companhia de infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1913. Morto em 17 de Junho de 1917.

MANUEL FERNANDES CHOUPELO, filho de Joaquim Maria Fernandes Choupelo e de Maria da Silva, do Outeiro Alto do Bunheiro, soldado n.º 333 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 12 de Janeiro de 1914. Morto em 17 de Novembro de 1917.

MANUEL JOÃO, filho de Manuel José Vieira e de Maria Augusta, do Monte da Murtosa, soldado n.º 383 da 3.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Maio de 1912. Morto em 7 de Outubro de 1917.

MANUEL LOPES VALENTE, filho de José Maria Lopes Valente e de Maria de Jesus Valente de Almeida, do Celeiro de Pardilhó, soldado n.º 137 da 9.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 12 de Maio de 1914. Morto em 19 de Agosto 1917.

MANUEL PINHO, filho de Francisco António Pinho e de Joana Lopes Valente Canhoto, de Pardilhó, soldado n.º 66 da 11.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1912. Morto em 20 de Julho de 1917.

Ano de 1918

ALBERTO PADINHA, filho de Manuel Maria da Silva Padinha e de Maria José de Miranda, da Murtosa, soldado n.º 105 da 3.ª Companhia de Ponteneiros. Alistou-se a 15 de Janeiro de 1915. Morto em 12 de Fevereiro de 1918.

ALFREDO DA COSTA, filho de Manuel Pereira da Costa e de Maria José da Silva, da Murtosa, soldado n.º 581 da 3.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1912. Morto em 12 de Março de 1918.

AMÉRICO DA SILVA, filho de Joaquim António da Silva e de Ana Rodrigues, do Curval de Pardilhó, soldado n.º 135 da 1.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1912. Morto em 12 de Março de 1918.

ANTÓNIO FEREIRA, filho de Joana Ferreira, do Casal de Salreu, soldado n.º 306 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Maio de 1914. Morto em 14 de Outubro de 1918.

ANTÓNIO FRAGOSO, filho de José da Silva Fragoso e de Ludovina Valente de Matos, do Monte de Cima de Pardilhó, soldado n.º 48 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Maio de 1912. Morto em 9 de Outubro de 1918.

ANTÓNIO MARIA BRACINHA, filho de António Tavares Bracinha e de Maria Rosa de Almeida, de Canelas, 1.º cabo n.º 598, da 2.ª Companhia de Infantaria 31. Alistou-se a 17 de Junho de 1916. Morto em 12 de Março de 1918.

ANTÓNIO RUELA VALENTE, filho de João Guedes Ruela Valente e de Custódia Tavares Cirne, de S. Silvestre do Bunheiro, soldado n.º 289 da 2.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1916. Morto em 15 de Novembro de 1918.

DOMINGOS LOUREIRO, filho de Maria Pereira Loureiro, de Água Levada de Avanca, soldado n.º 414 da 8.ª Bateria de Artilharia 2. Alistou-se a 9 de Julho de 1914. Morto em 14 de Dezembro de 1918.

DOMINGOS MARIA DE OLIVEIRA, filho de José Joaquim Fernandes de Oliveira e de Rosária de Oliveira, de Pardelhas da Murtosa, 1.º cabo n.º 545 da 3.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Janeiro de 1915. Morto em 13 de Março de 1918.

DOMINGOS PEREIRA DE MATOS, filho de Francisco Pereira de Matos e de Maria Custódia

Marques, de Submoinhos de Avanca, soldado n.º 214 da 3.ª Companhia de Infantaria 23. Alistou-se a 12 de Abril de 1917. Morto em 23 de Outubro de 1918.

GONÇALO ANTÓNIO DE PINHO, filho de José Augusto de Pinho e de Maria Joaquina da Silva, de Santa Luzia de Veiros, soldado n.º 415 da 3.ª Companhia de Infantaria. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1916. Morto em 13 de Março de 1918.

JOÃO AGOSTINHO BANDEIRA, filho de José Agostinho da Silva Bandeira e de Maria Joaquina da Silva, de Cabeças de Veiros, soldado n.º 200 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Maio de 1916. Morto em 19 de Outubro de 1918.

JOÃO LOPES DOS SANTOS, filho de Joaquim Lírio Lopes dos Santos e de Ana Rosa da Silva, do Casal do Bunheiro, soldado n.º 183 da 4.ª Companhia de Ponteneiros. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1916. Morto em 30 de Abril de 1918.

JOAQUIM RODRIGUES DE PINHO, filho de João Rodrigues de Pinho e de Ana Marques, do Campo de Beduído, soldado n.º 467 da 2.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 15 de Maio de 1916. Morto em 26 de Junho de 1918.

MANUEL JOSÉ LIRÃO, filho de Joaquim da Silva Lirão e de Maria da Silva, da Murtosa, soldado n.º 363 da 10.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 13 de Maio de 1916. Morto em 13 de Maio de 1918.

MANUEL JOSÉ DOS SANTOS, filho de António Joaquim dos Santos, do Bunheiro, soldado n.º 974, da 5.ª Bateria de Artilharia Montada. Alistou-se a 9 de Junho de 1914. Morto em 20 de Abril de 1918.

MANUEL MARIA DE OLIVEIRA E SILVA, filho de José Maria de Oliveira e Silva (o Cigano) e de Ana José Marques, soldado n.º 203 da 3.ª Companhia 23. Alistou-se a 12 de Abril de 1917. Morto em 18 de Outubro de 1918.

MANUEL MARIA DA SILVA, filho de José Maria da Silva e de Ana Maria Marques de Azevedo, da Póvoa de Cima de Beduído, soldado 312 do 1.º Batalhão de Infantaria. Alistou-se a 17 de Junho de 1916. Morto em 13 de Março de 1918.

MANUEL DE OLIVEIRA CALADO, filho de Manuel Pedro Fernandes de Oliveira e de Maria Emilia Valente de Almeida, do Outeiro da Marinha de Beduído, soldado n.º 356 da 1.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 7 de Janeiro de 1916. Morto em 18 de Setembro de 1918.

MANUEL REZENDE, filho de José Rezende e de Ana Maria Rodrigues, de Salreu, soldado n.º 312 da 2.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 14 de Janeiro de 1916. Morto em 19 de Janeiro de 1918.

MÁRIO DA SILVA, filho de Manuel da Silva Júnior e de Maria de Jesus Pinheiro, da Póvoa de Cima de Beduído, soldado n.º 514 da 1.ª Companhia de Infantaria 6. Alistou-se a 17 de Junho de 1916. Morto a 6 de Setembro de 1918.

ROBERTO PINTO, filho de Joaquim Dias Pinto e de Maria Rosa Domingues, da rua da Fonte de Canelas, soldado n.º 483 da 1.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 8 de Janeiro de 1916. Morto em 10 de Janeiro de 1918.

RODRIGO RODRIGUES MARTINS, filho de Manuel Rodrigues Martins e de Ana Maria Valente de Almeida, do Monte de Cima de Pardilhó, soldado n.º 742 da 3.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 15 de Maio de 1916. Morto em 7 de Agosto de 1918.

TÉRCIO ROIZ DE ALMEIDA, filho de Manuel Roiz de Almeida e de Mariana Marques, da Carapinheira de Salreu, 1.º cabo n.º 49 de Sapadores Minciros. Alistou-se a 21 de Agosto de 1913. Morto em 27 de Novembro de 1918.

Ano de 1919

AMÉRICO DE QUADROS, filho de Maria Amália de Quadros, da rua Direita de Canelas, 2.º sargento n.º 218 da 3.ª Companhia de Infantaria 23. Alistou-se a 15 de Abril de 1917. Morto em 7 de Maio de 1919.

JOSÉ DOS SANTOS, filho de José Maria Dias dos Santos e de Elisa Maria de Jesus, da Sardinha de Avanca, 1.º cabo n.º 310 do 5.º Grupo de Administração Militar. Alistou-se a 9 de Julho de 1914. Morto em 5 de Março de 1919.

MANUEL MARIA VIEIRA, filho de Manuel da Silva Vieira e de Maria Augusta, de Beduído, soldado n.º 542 da 4.ª Companhia de Infantaria 24. Alistou-se a 18 de Dezembro de 1916. Morto em 3 de Abril de 1919.

O que veio depois de 1922



À esquerda, imagem atual do Padrão em Estarreja, defronte da Biblioteca e com o Escudo virado ao Poente.



À direita, imagem atual do Padrão na Murtosa, erigido em 1929.

O aparecimento de um novo município – o da Murtosa – à custa da desanexação das freguesias de Murtosa e Bunheiro, em 1926, que pertenciam ao Concelho de Estarreja. E os murtoseiros cheios de brios próprios, ainda em espírito de animosidades e desejos de afirmação que vinham do processo nada pacífico com que decorreu a separação de Estarreja (como bem nos conta José Tavares Afonso e Cunha no Volume 5 das Notas Marinhoas), resolveram promover o levantamento de um Padrão aos seus mortos, junto à Igreja Matriz da freguesia/paróquia mais emblemática do novo Concelho, embora a sede municipal tivesse sido instalada em Pardelhas. E assim, lá fizeram lavrar na pedra 23 nomes de soldados (6 mortos em França, inscritos numa face; e 17 mortos em África, inscritos noutra face). Tais nomes, naturalmente, continuam a fazer parte dos 58 inscritos no Padrão em Estarreja e do Livro de Oiro, como detalhado nestas páginas.

Alterações no monumento em Estarreja

Por meados do século passado, em datas que não conseguimos apurar, a edilidade procedeu, por mais que uma vez, a obras de reordenamento do espaço naquela praça triangular onde implantado o Padrão, tendo este, numa primeira vez, sofrido alterações no primeiro degrau do soco e mudança de local, mas a Poente, mantendo a orientação original. Mais tarde, noutra intervenção, o soco foi substituído por outro em forma de cunha, ou triângulo, com os lados maiores alinhados com as ruas do Largo que, até 1926 se chamou “do Obelisco” e a partir daí “Largo Heróis da Grande Guerra” (como se lê na Acta da Reunião da Câmara de 17-11-1926). Nesta última intervenção, a orientação do monumento também foi rodada de 180 graus, ficando com a face principal – a do Escudo na coluna – virada de costas

para a Praça Francisco Barbosa, como a observamos nos nossos dias. Nestas obras, foi encontrada uma “cápsula do tempo”, então entregue à guarda e cuidados do Arquivo Municipal, cujo conteúdo veio a ser exposto no átrio do edifício dos Paços do Concelho, na passagem dos 100 anos da inauguração do Padrão, coincidindo com as festas de Santo António. Nessa cápsula do tempo, definida como receptáculo que contém objectos ou documentos representativos de uma época, destinado a ser encontrado e aberto por gerações futuras, estavam encerrados em frasco de vidro: - um cartaz-programa das festas em 17, 18 e 19 de Junho de 1922; um conjunto de sete diferentes moedas da República, de 1, 2, 4, 5, 10 e 20 centavos, datadas respectivamente de 1915, 1918, 1919, 1920 e 1921; duas cédulas de papel-moeda e o Auto de Inauguração do monumento, que à data da preparação deste artigo se encontra em processo de recuperação, para exposição futura, e por isso nos vimos privados de aqui o reproduzir.



Praça, 1928

Bem observando a foto, vê-se o Padrão no triângulo ajardinado³

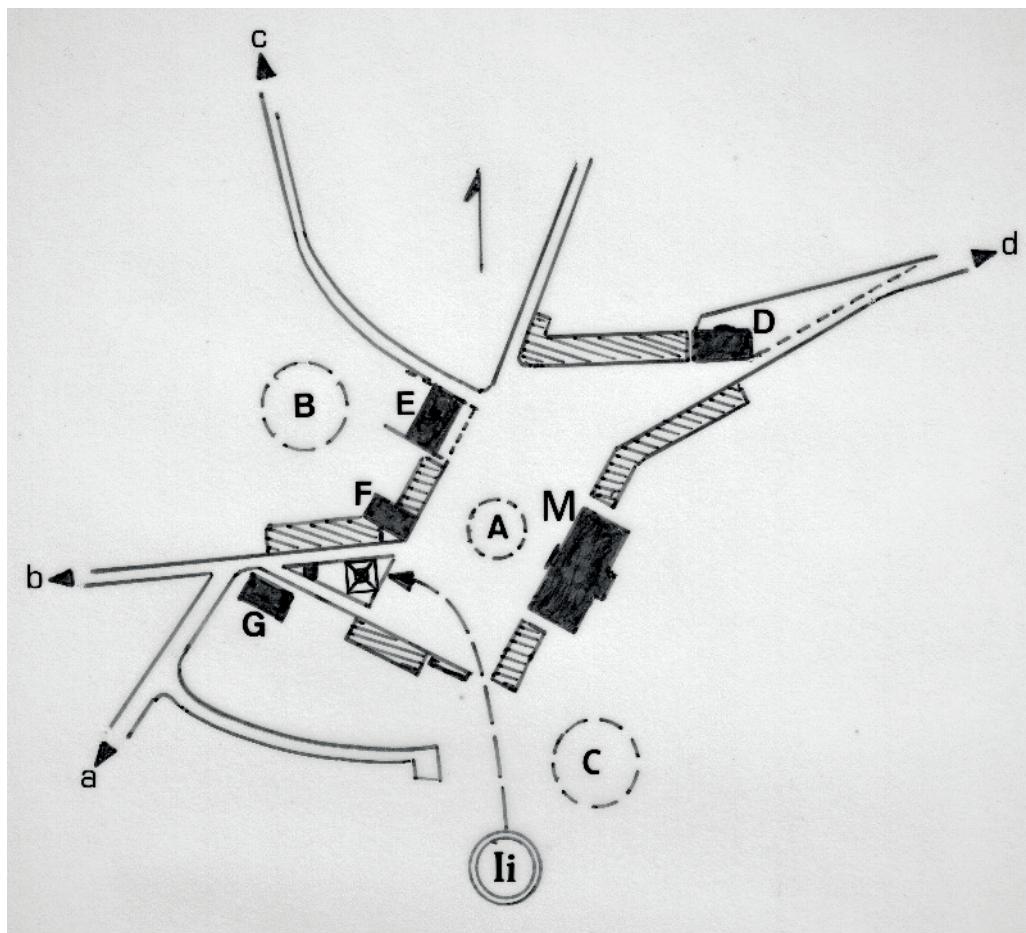


Foto da Esquerda: ano de 1928. Foto da direita: data indeterminada, já depois de 1950, com o monumento deslocado da posição original, mas ainda com o Escudo virado à Praça. Em intervenção subsequente, foi reposicionado mais a poente, rodado de 180 graus e alterado o formato da base.

³Nota de curiosidade. A faixa de rua onde se vêem dois vultos de mulheres era, ao tempo, parte integrante da Estrada Nacional 109. Não estavam ainda construídas a rua Visconde de Valdemouro e a rua que serve o Mercado e aquela zona edificada a partir da década de 1960.

Centro da Vila de Estarreja em 1922

II – Implantação inicial do Padrão aos Mortos na Grande Guerra (indicado pela seta de pé tracejado)



- A- Praça, actual Francisco Barbosa e ao tempo Vasco da Gama
 B- Quinta da Praça (dos viscondes de Valdemouro)
 C- Quinta dos Themudos (zona do actual mercado municipal desde 1964)
 D- Cadeia (anteriormente a 1896, Câmara e Tribunal)
 E- Casa da Praça (actual Casa da Cultura)
 F- Capela de Santo António (ao tempo, propriedade municipal)
 G- Palacete dos Leite (actual Biblioteca Municipal)
 M- Paços do Concelho

Vias:

- Sentido Ponte do Antuã, dos 3 arcos
- Ligaçao do centro à Estação CF e Esteiro
- Sentido Veiros, Murtosa, Bunheiro e Pardilhó
- Sentido Santiago, Santo Amaro, Beduído, Santiais

COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA

UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA, UM DOS MAIS ANTIGOS E IMPORTANTES DO NOSSO PAÍS.

José Fernando Ferraz Correia*

O designado “Complexo Químico de Estarreja – CQE”, é uma entidade com vida própria, nascida ainda na primeira metade do passado Século XX, que cresceu, sobreviveu e vive hoje, quase a finalizar o primeiro quartel deste nosso Século XXI, uma maturidade técnica e empresarial que o tornam merecedor de um caso de estudo nacional, não apenas pela sua longevidade, mas muito fundamentalmente pela sua afirmativa evolução, tendo enfrentado e vencido múltiplos desafios de adaptação a novas e necessárias regras de respeito ambiental e social, bem como ameaças competitivas de carácter mercantil e tecnológico, saindo desses combates as Empresas que o constituem mais estruturadas e equipadas, em equipamentos e instalações mas, e sem dúvida alguma o mais importante, com profissionais mais competentes e trabalhadores mais realizados.

É uma interessante história que ultrapassou já as suas bodas de diamante e vai a caminho dos quase 85 anos, que nos parece ser de justiça trazer para a memória colectiva, abrindo caminho a outras análises e muito provavelmente outras interpretações do que pode ser, ou ter sido, o impacto deste Projecto que se apresentou em Estarreja no decurso da década de 40 do já passado século, e que iniciou a sua instalação e produção quase dez anos depois.

Será história longa e a permitir a sua abordagem por múltiplos ângulos: O do impacte ambiental, o da riqueza acrescentada à economia da Região e do País, o da formação de profissionais de diversa índole técnica numa espécie de Universidade aberta e de “campo”, o do contributo demográfico em novas famílias que vieram nessa levada de migração industrial e se enraizaram profundamente no solo concelhio apresentando agora troncos, ramos e frutos de segundas e terceiras gerações, etc, etc...

Pode-se ainda esmiuçar esse universo industrial em estudos e/ou análises mais detalhadas, sobre os seus produtos finais que daqui partem suportados pelas matérias-primas que cá chegam ou aqui se produzem, sobre os processos de fabrico que efectuam essa transformação, sobre as contínuas e profundas reconversões tecnológicas que foram introduzidas pelas empresas nos seus processos de fabrico, por motivações de responsabilidade ambiental determinadas por pressão legislativa ou da pressão social, ou por simples e básica procura de optimização de qualidade, de redução de custos ou de uma vantagem competitiva.

A escolha é vasta e seja qual for a direcção do estudo e análise por onde se opte nesta “rosa dos ventos” de causas e efeitos, existe campo e material para pesquisa, estudo e produção de conclusões, e

*José Fernando F. Correia nasceu na freguesia de Novelas, Concelho de Penafiel. Em 1958, com 11 anos de idade, vem viver para Estarreja, trazido pela onda migratória industrial, com o seu pai a vir integrar, como tantos outros vindos das mais diversas terras do país, o processo de aumento da capacidade, modernização e construção de novas unidades do então Amoníaco Português. Alguns anos à frente, vem a trabalhar no Amoníaco Português/Químigal (1977-1981) e na Isopor/Dow Portugal (1981-2004), tendo sido testemunha e participante de três décadas de transformação e evolução do Complexo Químico de Estarreja. Foi um dos fundadores do Painel Comunitário Pacopar, em representação da Dow Portugal, tendo participado nos trabalhos desse painel, em diferentes responsabilidades, de 2001 a 2012, entre as quais como elemento do grupo que preparou e submeteu a candidatura vencedora do Pacopar ao Prémio Europeu de Actuação Responsável CEFIC-2005.

que podem ser encontrados em múltiplos textos de trabalhos académicos de fim de curso ou de teses da mestrados, relatórios vários ou “casos de estudo”. Informação específica sobre o CQE, no seu conjunto ou sobre cada uma das suas empresas de *per si*, não falta, em quantidade e qualidade.

E perante estas encruzilhadas, e sabendo que não há pernas para percorrer todos esses territórios, vamos seguir pelo caminho da abordagem deste “campus” na sua evolução em unidades produtivas, como e porque “apareceram”, que circunstâncias influenciaram sua vinda para Estarreja e não para outro lado qualquer, fosse em território nacional ou europeu, para produzir o quê, como cresceram, como se fundiram ou se separaram e, como hoje se encontram. E sobremaneira, como vieram “formatar” o tecido social desta terra, não só pelo número de postos de trabalho mas muito fundamentalmente pelos agregados familiares que nas décadas de 50, 60 e 70 do Século passado vieram de Lisboa, do Porto, de Coimbra, da Figueira da Foz, da Maia, de Chaves, do Barreiro, de Penafiel, de Braga, enfim, um pouco de todo o País, para aqui se instalarem e radicarem, fazendo de Estarreja a sua terra adoptiva e onde hoje as suas segundas e terceiras gerações ainda vivem e labutam. E, se necessário for, para avaliar deste impacto demográfico, bastará consultar a evolução dos Censos do Concelho e aferir do que foi um crescimento nessas décadas de cerca de 11% da população, traduzidas entre 1940 (23.709) e 1980 (26.337) em mais 2.628 almas, atingindo um total de população concelhia superior aquele que se regista hoje, quatro décadas depois (26.337 em 1980 para 26.229 em 2020). E mais ainda, como essas Empresas se foram afirmando na vida comunitária, com a instalação das suas “Casas de Pessoal”, dos seus Clubes desportivos ou actividades culturais, ou de Cooperativas de consumo, ou ainda em acções de Mecenato e outras de alcance solidário.

Se foi uma *história cor-de-rosa* ou, se preferirem outra expressão, terá tudo sido um *mar de rosas*? Certamente, seguramente, que não. Houve, e ainda haverá, facturas parcialmente pagas e outras por pagar. Houve, e ainda haverá, cicatrizes marcadas e feridas por sarar. Mas é de justiça e de valor histórico que se faça a inventariação, não necessariamente exaustiva e rigorosamente descriptiva, do evoluir da *paisagem sócio-económica* que a instalação deste CQE veio ao trazer aquele que hoje conhecemos tal como ele é, o Concelho de Estarreja.

E assim, como tudo tem um princípio, procuremos então pelo princípio começar...

O Contexto de Estarreja, nas décadas de 1930-1940

O Concelho de Estarreja e, a envolvente próxima do então recém-criado Município da Murtosa (1926), eram nesses idos de 1930-1940 de uma actividade económica fundamentalmente associada à agricultura (arroz, milho, feijão, frutas e legumes...) sendo dominante a cultura orizícola, que nos campos de Canelas e Salreu, já atingia produção de arroz limpo e posto no mercado superior a 200 toneladas, uma significativa exploração de silvicultura de pinheiros bravos ou marítimos, com alguma dessa madeira a seguir para os Estaleiros de Carpintaria Naval nas Oficinas de Pardilhó, alguma para os Estaleiros Navais da Gafanha e a restante a ser distribuída entre o consumo interno nos lares concelhios e o remanescente a ser exportado para fora do Concelho, pela via do caminho de ferro.

Algumas pequenas indústrias caseiras de fabrico de pão (*as conhecidas padas*), de esteiras e de tecelagem. A criação de gado bovino, numa mistura de raças arouquesa e mirandesa torna-se conhecida por marinhôa, resulta numa elevada produção de leite pasteurizado que chega a atingir produções diárias na ordem dos 8.000 litros. Nesta época, em Março de 1923, é fundada em Avanca a Sociedade de Produtos Lácteos, Lda., tendo como principal sócio o Prof. Egas Moniz, (sendo a primeira fábrica portuguesa de leite em pó simples, que será o embrião do que é hoje a NESTLÉ PORTUGAL) que usando esta vasta produção leiteira

como matéria-prima, a faz seguir para os mercados sob a forma de novos produtos comercializados e tornados conhecidos com marcas como Néstogenio, Eledou, Nocao, leite condensado Moça, manteigas e queijos como o Pensal e o Salreu.

A actividade comercial era vasta, destacando-se a existência de vários celeiros de compra e venda de cereais, e um centro urbano pleno de lojas de tecidos, barbearias, papelarias, farmácias, produtos alimentares, agências de viagens e bancárias, etc.

A indústria existia com algum relevo, designadamente na Fábrica de Móveis Metálicos da ADICO, em Avanca, na Fábrica de Descasque de Arroz de Estarreja “A Hidroeléctrica”, nas Fábricas de refrigerantes/pirolitos Vidoranja, Serração de madeiras e Serralharias e Metalomecânicas de alguma dimensão.

Esta actividade, era exercida por e para uma população concelhia de 23.709 almas e que nos 10 anos decorridos entre 1930 em 1940 havia crescido de apenas 312 habitantes. Era, portanto, uma actividade sócio económico rica e variedade, mas de certo modo em “círculo fechado”, com limitada exposição ao exterior concelhio e, sem uma significativa mediatação empresarial ou uma actividade, que pudesse funcionar como âncora para outras e novas actividades indirectas.

A Indústria dos Adubos

Mas a história começava a desenvolver-se anos antes e bem longe de Estarreja.

A Indústria dos Adubos, que terá sido a pioneira da Indústria Química em Portugal, ter-se-á iniciado em 1898 com a instalação da Companhia União Fabril – CUF, no Barreiro, que começa com a produção de adubos e produtos para a agricultura.

Quase logo de seguida, em 1909, um químico alemão, Fritz Haber, que viria a ser laureado com o Nobel da Química em 1918, inventa a produção do Amoníaco através da reacção de síntese entre o hidrogénio e o azoto, sob elevadas condições de pressão e temperatura. Treze anos depois, em 1922, a Companhia Industrial Portuguesa – CIP e a Sociedade Geral do Comércio – SGC, solicitam o registo da patente para o fabrico do amoníaco sintetizado, produto base para o fabrico de adubos azotados ou nitrogenados. Mas esse era um processo industrial consumidor de largo investimento em capital e de necessidades energéticas, um e outra pouco disponíveis numa Europa a recuperar dos efeitos económicos devastadores da 1ª Grande Guerra.

Em 1925 o Ministério da Agricultura inicia um estudo para a possibilidade de se obterem esse tipo de adubos químicos no nosso país e vem alguns anos à frente a entender-se, não com a CUF, mas com a SAPEC (Société Anonyme de Produits et Engrais Chimiques), uma multinacional belga que se havia instalado em Portugal em 1926 e que vinha produzindo superfosfatos nas suas instalações em Mitrena-Setúbal. Este entendimento do Governo Português com a Sapec ao invés de com a CUF, poderá ter tido como elemento de ponderação o facto do Governo não pretender dar à CUF o monopólio da produção de adubos químicos.

Mais tarde, em 1938, é apresentado um pedido para a instalação de uma unidade industrial de produção de adubos azotados, por parte de Manuel Teixeira de Queiróz, personagem próximo da Sapec e que viria a estar ligado à constituição Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, denominada de “Amoníaco Português – AP”, em 24 de Dezembro de 1941, com o objecto social de Industria de

produtos químicos, designadamente fábricas de Amoníaco Sintético e seus derivados e subprodutos. Eram accionistas dessa nova Empresa, que se estabelece com o capital social de 36 mil contos, a Sapec, o Estado e um privado, Azeredo Perdigão, com 2%, (e que mais tarde viria a ser nomeado Presidente vitalício da Fundação Calouste Gulbenkian, cargo que exerceu durante 37 anos).

Entretanto, no ano anterior, a Sapec já se havia posicionado no terreno e adquirido em Estarreja e na Freguesia de Beduído, por escritura de 7 de Maio de 1940, toda uma vasta zona de terreno de cerca de 61 hectares, estratégica e logicamente bem posicionada entre a linha férrea do Norte e a EN 109, ligando Porto e Aveiro, que rapidamente delimita e veda, criando o espaço que viria muito apropriadamente e receber a designação de *Quinta da Indústria*.

Em 16 de Março de 1943, é requerida pela Sapec uma licença para instalação de uma fábrica de Cloro - Soda e seus derivados. Esta unidade, viria a ser a precursora da Uniteca e instala-se em terrenos contíguos, na zona Norte-Nascente da Quinta da Indústria. Será curioso, sobre a realidade desta época, respigar um texto escrito em 1945 pelo jornalista João Paulo Freire (Mário), em que descreve: *a Sapec já iniciou a construção do bairro operário com o levantamento de belas moradias em alvenaria destinadas a funcionalismo dirigente. Está em marcha o acabamento de formidáveis hangares para a instalação do fabrico de soda cáustica. E já começou a terraplanagem do pavimento para o levantamento da fábrica de adubos amoniacais, autorizado por decreto do Estado Novo com a dotação de 135 mil contos, dos quais a Federação Nacional dos Trigos subscreve com 15 mil contos.*

Começava aqui a instalação do que viriam a ser depois a Uniteca (produção de Cloro e Soda Cáustica) e do Amoníaco Português (produção dos Adubos Amoniacais).

O desenvolvimento da aplicação e, crescente procura pela agricultura de adubos sintéticos azotados, começava a fazer-se sentir no terreno do empreendedorismo da época, suportado pelas projecções demográficas que atribuíam a Portugal, o crescimento da população a um ritmo de mais um milhão de almas por década, às quais era preciso alimentar.

E neste contexto, porque terá sido Estarreja o local escolhido para a instalação deste Complexo Químico? Olhando por diversos ângulos conclui-se que não terá sido um mas sim vários os factores que estiveram na decisão da escolha deste espaço geográfico para a localização do projecto que irá influenciar o futuro próximo de Estarreja, e de entre os quais alguns se releva:

*A existência da linha férrea do Norte da Companhia Portuguesa da Caminhos de Ferro – CP, atravessando o coração do Concelho pelas suas freguesias de Avanca, Beduído, Salreu, Canelas e Fermelã, permitindo chegadas e partidas de pessoas e muito fundamentalmente de produtos (matérias primas e produtos acabados);

*Um excesso de produção de Energia Eléctrica nas barragens construídas no Norte do País, decorrentes do Plano Hidroeléctrico Nacional, e para as quais era necessário encontrar uso e clientela, terá feito com que a União Eléctrica Portuguesa do Lindoso tenha construído a Sub-Estação do Fôjo-Avanca. Adicionalmente, e relativamente próxima, havia ainda outra fonte energética a partir das turbinas hidráulicas do Palhal;

*A existência de Sal (Cloreto de sódio) nas proximidades, que terá sido um dos atractivos para a Sapec instalar uma unidade de electrólise da salmoura e que, segundo informações, essa matéria-prima começaria por chegar ao cais do Bico na Murtosa por transporte em mercantéis;

*A disponibilidade de água para uso industrial, proveniente parte do Rio Antuã e parte de furos da captação em profundidade, “materia-prima/utilidade” essencial para os processos químicos;

Contudo, para além destes 4 factores, mais logísticos e tecnológicos e de alguma forma estratégicos e não pensados, em específico, para o desenvolvimento deste Concelho, terão havido dois outros factores, esses sim de génese e significado local, para essa decisão de escolha de Estarreja, e que terão sido:

*Alguma influência política de um vulto local (natural de Loureiro-Oliveira de Azeméis) que na época se encontrava próximo do poder e dos centros decisórios governamentais, sendo um dos conselheiros políticos de Salazar, e que era o Conselheiro Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, o qual terá exercido essa sua influência ajudando a que a escolha pela localização de projectos industriais de envergadura económica e criadores de emprego, viessem para esta zona;

*A disponibilidade de espaço, em dimensão e localização, nos terrenos que idealmente se enquadravam numa vantagem logística. Esse espaço permitiria a construção de um apeadeiro para chegada e partida de mercadorias por via-férrea (como veio a acontecer e ainda hoje lá está em terrenos do ex-Amoníaco Português), como por via terrestre pela então EN 109, hoje complementada pelas A1 e A29. Existia também um Apeadeiro para passageiros, o do Samouqueiro, que se encontrava precisamente na zona da Quinta da Indústria e que dava resposta à necessidade de transporte da grande massa de trabalhadores que diariamente aí desaguava. Esse Apeadeiro foi encerrado há algumas décadas e talvez que hoje em dia a sua reactivação fosse uma boa alternativa para o transporte das crescentes necessidades de pessoal para a actividade empresarial do Eco-Parque Empresarial.

Mas, e retomando o fio à meada, a aposta inicial da Sapec e posteriormente do Amoníaco Português e demais Empresas que se seguiram (Uniteca, Cires, Isopor/Dow, Aliada Química, Oxinorte/Ar Líquido, ...), e de que a tempo iremos tratando) foi pela instalação nesta zona. Porém, a constituição do Amoníaco Português em 1941, e as suas intenções de iniciar uma actividade fabril, encontram as dificuldades dos tempos que então se viviam: estava-se nos princípios da 2ª Grande Guerra Mundial e os recursos humanos e materiais estão todos dirigidos para esse esforço de guerra. As indústrias bélicas (estaleiros navais, siderurgias, armamento, ...) mobilizam técnicos e instalações disponíveis.

O capital torna-se escasso e os mercados ficam quase ao nível da subsistência. Não são portanto os melhores tempos para arrancar com novos e significativos investimentos na área da indústria química, mesmo que num país não directamente envolvido nesse conflito. Mas Portugal não era, como não é, uma ilha, e o entorno político, social e económico determinava que se aguardasse para ver.

Mas em Maio de 1945 o conflito chega ao fim e todos se preparam para o dia seguinte.

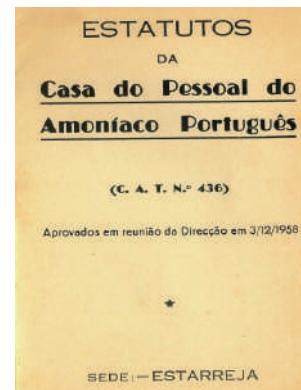
A 1 de Fevereiro de 1952 inicia-se no Amoníaco Português a produção de uma adubo químico azotado, com as fábricas/unidades produtivas de Oxigénio e o Azoto pelo fraccionamento do Ar (uma destilação inversa que arrefecendo o ar o vai liquefazendo e separando o Oxigénio e o Azoto), uma electrólise da Água para obter Oxigénio e Hidrogénio, uma unidade de queima/ustulação de Pirites Sulfurosas (vindo este minério em vagões do caminho de ferro, num percurso de 445 km, desde as minas de S. Domingos, Aljustrel, Caveira e Lousal no Alentejo) a partir das quais se obtém o Enxofre para a produção de Ácido Sulfúrico, e estão assim obtidos os químicos base para a produção final do adubo azotado, o Sulfato de Amónio, que passa a ser comercializado pelo Amoníaco Português para a fertilização dos solos agrícolas. Estas primeiras unidades configuraram aquilo a que se convencionou

chamar de “Estarreja I”.

Em 1958 o capital social do AP aumenta para 110 mil contos e a 27 de Julho inicia a laboração da “Estarreja II”, que passa a contar com nova fábrica de produção de Hidrogénio por via de oxidação parcial da gasolina pesada (gaseificação), aumentando as capacidades produtivas do adubo amoniacal. Pode-se referir que entre 1952 e 1957 a produção de Sulfato de Amónio, que apresentou significativas oscilações resultantes de flutuações no fornecimento de energia eléctrica, teve um valor médio anual de 27.700 toneladas, subindo por força deste aumento de capacidade logo em 1958 para 70.000 tons e, já em 1959 para 115.400 tons, praticamente quadruplicando a produção média anual.

Este aumento de capacidade instalada e a modernização das fábricas, complementado com a instalação da Uniteca em finais da década de 50 e, logo a abrir a década seguinte a decisão de trazer para o Complexo Químico de uma nova unidade industrial, a CIRES, vai fazer aportar a Estarreja um grande número de trabalhadores provindos de outras paragens e outras terras que, com as suas respectivas famílias já constituídas ou iniciando aqui as suas novas células familiares, vão desde logo e nas décadas seguintes contribuir para a mudança do perfil sociológico de Estarreja, designadamente na sua freguesia mais urbana de Beduído.

A Casa do Pessoal do Amoníaco Português - Como prova deste aumento de população laboral industrial e as suas novas dinâmicas, surge a “Casa do Pessoal do Amoníaco Português”, formalmente criada em 3 de Dezembro de 1958, quando os seus Estatutos são aprovados em reunião de Direcção, constituindo-se como o C.A.T. (Centro de Alegria no Trabalho) nº 436 filiado na FNAT (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho).



Logo no ano seguinte de 1959, a 27 de Abril, tem a sua primeira Direcção eleita que vem a ser empossada em 29 de Maio desse mesmo ano, com o objectivo de ser um local de convívio dos seus trabalhadores e famílias, proporcionando benefícios de ordem social, cultural, recreativa e desportiva, com a sua primeira Sede numa casa arrendada na margem Norte da Rua Dr. Manuel Barbosa, a poucas dezenas de metros do “Palacete do Amoníaco” (uma casa apalaçada que havia sido propriedade da Família Leite, e que servia para hospedar temporariamente funcionários, quadros técnicos e directivos do Amoníaco, bem como visitas de nacionais ou estrangeiros, receber reuniões de trabalho ou pequenas recepções, e que ainda hoje pertence à empresa, com a designação actual de Bondalti).

Essa primeira Sede da Casa do Pessoal, embora de reduzido espaço face à dimensão de trabalhadores e ao crescimento que se acentuava dos mesmos, inicia esse conceito de convívio pós-laboral. Nesse primeiro meio ano da sua instalação, a Casa do Pessoal cria uma Banda de Música e Grupo Coral, um Conjunto Musical, prepara uma Biblioteca e organiza um Grupo de Basquetebol que começa a treinar no Campo privativo da Fábrica, junto do Bairro residencial de funcionários. Recebe a 17 de Julho o primeiro Serão para Trabalhadores proporcionado pela FNAT e organiza a Festa de Natal dedicada aos filhos dos trabalhadores. Termina este primeiro meio ano de exercício com 490 trabalhadores associados, mas já reconhecendo que (...) a casa que ocupamos como Sede, que em princípio serviu para se dar início à nossa actividade, hoje não está de acordo com as necessidades do nosso Centro, esperando conseguir no próximo ano uma casa vaga no centro da Vila, que deva satisfazer todas as necessidades da Casa do Pessoal e onde se possam instalar dignamente todos os serviços.

E essa oportunidade para “dar o salto” surge no final de 1960, quando o Colégio Externato D. Egas Moniz inaugura um edifício construído de raiz para esses efeitos de estabelecimento de ensino particular, na Rua Dr. Pereira de Melo, e deixa vago o “Palacete dos Leites” (*no edifício onde hoje se encontra instalada a Biblioteca Municipal*), e que vinha ocupando desde 1931. Atenta, a direcção da Casa do Pessoal, que neste final de 1960 já cresceria exponencialmente para 800 trabalhadores associados, procura arrendar essa excelente mansão mas, tal como se pode ler no seu Relatório do Exercício de 1960 ... *encetaram-se negociações para arrendamento da casa onde funcionou o Colégio, que oferece as melhores condições e que nos proporcionaria um campo de jogos na Vila, tão necessário às actividades desportivas. O mau estado interior do edifício, o preço exagerado da renda pedida, a impossibilidade financeira de prover o mobiliário adequado, levaram-nos, embora com relutância pois sentimos a necessidade premente da resolução deste assunto, a adiar para melhor oportunidade a mudança da Sede.*

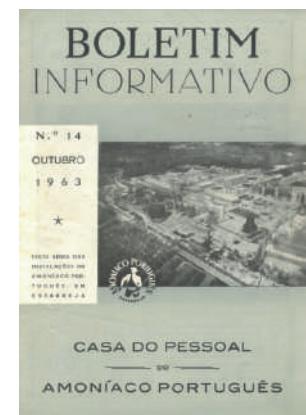
Mas em 1961 essas negociações, com o apoio da Administração do AP, chegam a bom porto, estabelece-se o contrato de arrendamento desse imóvel e iniciam-se obras de adaptação interior, de que se destaca a abertura do grande Salão no 1º andar e a construção de uns pequenos mas suficientes balneários no logradouro exterior Sul, para apoio à prática desportiva que se pretendia de imediato desenvolver. Esta nova instalação vem permitir à Casa do Pessoal alargar as suas actividades, destacando-se desde logo a desportiva. A já criada secção de Basquetebol, aproveitando a existência de umas tabelas existentes no logradouro do antigo Colégio e um campo de piso em saibro, com as marcações feitas com cal viva, tal como se fazia para os campos de futebol que ainda não eram relvados, dá um salto na sua actividade.

Esse campo, que se orientava no sentido Nascente-Poente e, portanto, paralelo à marquise da fachada traseira desse edifício foi usado durante esse primeiro ano para os treinos e jogos da equipa sénior, reservada a trabalhadores do Amoníaco, e de uma equipa de infantis reservada apenas a filhos de trabalhadores. Mas logo no ano seguinte são efectuadas algumas mudanças que vão mudar drasticamente o alcance e impacto desportivo futuro do criado Grupo Desportivo do Amoníaco Português – GDAP: é construído um polivalente a céu aberto, com o piso em cimento (bastante áspero, muito bom para não se escorregar quando estava molhado, mas um flagelo para as bolas e rastros das sapatilhas que se desgastavam à velocidade da luz...) e com orientação Norte-Sul e uma dimensão que já permitia a prática do Andebol. E o Basquetebol, Andebol e Ténis de Mesa passam a ser modalidades de grande participação e aceitação na comunidade, graças à importante decisão de abrir essa prática a todos os que assim o quisessem, mesmo que não fossem trabalhadores do AP ou seus filhos. E a partir daqui estas modalidades vão fazer parte da realidade desportiva local, por onde viriam a passar centenas de atletas.

O basquetebol vai manter-se durante cerca de 10 anos, tendo alguns resultados discretos, sendo talvez os mais relevantes uma eliminatória no seu campo, para a Taça de Portugal, com o Ferroviário de Lourenço Marques, uma das mais fortes equipas nacionais nessa década de 60, e o título da Campeão da Zona Centro da 3ª Divisão (1964/1965), tendo porém uma acção formativa interessante de onde saíram alguns basquetebolistas para jogar em clubes de maior dimensão, como o Galitos, a Académica e o F.C. do Porto. Já depois de Abril de 74, a Casa do Pessoal veio a permitir à Associação Cultural de Salreu que utilizasse este seu campo durante alguns anos, para fazer os jogos da secção de basquetebol que havia então criado. Pouco tempo depois, com a exigência de que o basquetebol só podia ser praticado em recintos cobertos/pavilhões, esta prática desportiva desapareceu do campo cimentado da Casa do Pessoal.

Mas, com a construção do polivalente a céu aberto, com dimensões para o Andebol, esta

modalidade aparece em força e rapidamente adquire popularidade entre a população. O Amoníaco torna-se numa equipa altamente competitiva a nível distrital e começam a instalar-se alguns “clássicos”: os jogos com as equipas do Beira-Mar, do Atlético Vareiro e do Paramos, atraem grandes assistências e entusiasmo que cimentam a modalidade até aos dias de hoje, passando pelo Grupo Desportivo da Quimigal após 1977 e, quando esta empresa é extinta para ser substituída pela CUF, assumir o projecto do Estarreja Andebol Clube que hoje permanece dinâmico e formando gerações de excelentes praticantes dessa modalidade. Para além destas duas actividades e do Ténis de Mesa, que participou nas competições da FNAT e mais tarde da INATEL (Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres), houve muita outra actividade desportiva nesse polivalente.



Mas o Desporto foi apenas uma das vertentes em que a Casa do Pessoal tocou e influenciou a comunidade estarrejense. A Cultura, designadamente musical, com a criação de um Conjunto Musical para animar convívios e de uma Escola de Música para jovens, e de uma pequena Banda, na sua maioria composta por músicos que também tocavam noutras Bandas concelhias. De igual modo outras preocupações associativas tinham presença, como se constata pela instalação numa das salas da sede de uma pequena Cooperativa de Consumo para os sócios e trabalhadores do AP ia decorrido o ano de 1963. Esta iniciativa estaria na base de poucos anos depois, se constituir a Cooperativa Progresso de Estarreja, instalada num espaço no lado sul da Rua Dr. Souto Alves onde aí funcionou durante largos anos, aberta a toda a população e podendo ser considerado o primeiro supermercado de Estarreja.

Durante a década de 1960 e 1970, a Casa do Pessoal torna-se um centro de grande actividade desportiva e lúdica, sendo famosos os seus bailes nos arraiais dos Santos Populares e os disputadíssimos torneios de Futebol de Salão entre equipas do Concelho e de Concelhos vizinhos e mais tarde em Torneios Inter-Secções do Amoníaco e da Quimigal. A intensa actividade associativa entre os trabalhadores do Amoníaco Português que esta nova estrutura proporciona, e que por arraste começa a envolver as suas famílias e a comunidade, pode ser constatada na leitura dos Boletins Informativos da Casa do Pessoal que eram publicados com uma periodicidade próxima dos 2 meses e com início em 1962.

Em 1981, e em consequência da nacionalização em 1977 do Amoníaco Português que havia passado a integrar a Quimigal, a Casa do Pessoal do Amoníaco muda formalmente de designação para Casa do Pessoal da Quimigal, agora filiada no INATEL, com a formalização desse acto e aprovação de Novos Estatutos por Assembleia Geral de 21 de Agosto desse ano, curiosamente só 4 anos após essa nacionalização ter ocorrido.

A partir daqui a Casa do Pessoal vai perdendo algum protagonismo associativo, por efeitos vários a que não terão sido alheios os tempos de renovação da militância política e o do incremento associativo, e apenas o Andebol continua a ser um pertinaz representante da Quimigal, mas já jogando no Pavilhão Municipal, e antecipando um residual apoio por parte da empresa, decide um novo rumo e prosseguir agora como o “Estarreja Andebol Clube”, que é fundado em 1 de Janeiro de 1997, mantendo as cores verde e branco que eram as da Quimigal e continuando a ser até aos dias de hoje, 25 anos já passados, uma referência competitiva e formativa na modalidade do Andebol.

A nova administração da CUF, que havia adquirido em Setembro de 1997 a Quimigal, não se mostra muita interessada na continuação do apoio a este modelo associativo de “Casa do Pessoal” e esta vem a

encerrar as suas actividades e portas a meio da década de 90, após uma importante e bonita história de cerca de 30 anos.

A Uniteca, outra das Empresas Pioneiras do CQE – Se a Sapec havia sido a pioneira na sua abordagem a instalar-se nos terrenos por si adquiridos na “Quinta da Indústria”, e logo de seguida se tenha verificado a entrada em cena do Amoníaco Português, neste mesmo período constitui-se a União Industrial Têxtil e Química S.A. – Uniteca, por escritura celebrada em 1956 e que inicia a sua laboração nos finais dessa década de 50, adquirindo a unidade da Sapec que produzia Cloro e Soda Cáustica. Esta nova Empresa irá ter pouco tempo depois um importante papel nas negociações que irão conduzir ao licenciamento industrial da nova fábrica que irá ajudar a crescer o CQE, a Cires.

Uma nova e importante Unidade Industrial surge em cena: A CIRES – Enquanto estas dinâmicas sociais se vão produzindo e impactando o tecido social, cultural, desportivo e associativo do Concelho, a visão empresarial da sociedade não pára e o ano de 1960 vem a fechar com a fundação a 23 de Novembro de uma nova empresa, a “Companhia Industrial de Resinas Sintéticas - CIRES.”, que se instala em terrenos vizinhos da “Quinta da Industria”, embora já pertencentes à Freguesia de Avanca, incrementando o conceito e a dimensão do Complexo Químico já existente.

Essa nova empresa, e que se apresentava como a primeira associação (joint-venture) Luso-Japonesa em toda a Europa do pós guerra, constitui-se com um capital inicial de 20.000.000\$00 (vinte milhões de escudos) e detido com a seguinte distribuição: Mitsui Bussan Kaisha (MITSUI) -25%; Shin-Etsu Chemical Industry Cº (SHIN-ETSU) – 25%; Banco Português do Atlântico (BPA) – 20%; Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) – 15%; União Eléctrica Portuguesa S.A.R.L. (UEP) – 12,5 % e a Sociedade Comercial Luís Alvim Lda. – (SOCOLAL) – 2,5%; não teve porém a vida fácil para a obtenção da sua licença. A unidade destinava-se à produção de resinas de Policloreto de Vinilo (PVC) e existiam já empresas em laboração que produziam produtos ou coprodutos que serviam de matérias-primas base ao processo químico do PVC, designadamente a Empresa Industrial do Freixo (EIF), fabricante de carboneto de cálcio e a Uniteca, fabricante de soda cáustica, cloro e ácido clorídrico, e ambas haviam já anteriormente submetido pedidos de instalação para unidades de produção de fabrico desse produto. Se o entendimento com a EIF foi rápido e fácil, com essa empresa a fazer parte da nova sociedade, já com a Uniteca a negociação foi mais árdua pois esta empresa manteve o seu pedido de licença. O Estado, perante este duplo pedido decide emitir despacho a meio desse ano de 1960 (11 de Junho), em que estipula as seguintes condições: - a fábrica deve-se localizar junto de fábrica produtora de cloro, a fim de constituir um complexo industrial; - o fabrico do PVC ser iniciado no prazo máximo de 3 anos; - ser a firma dirigida por um engenheiro químico-industrial português e de ser montado um laboratório devidamente equipado para garantir o controlo da produção.

Estas exigências tinham, sobremaneira, dois aspectos curiosos: um, o da exigência da liderança da firma ser feita por técnico português, e o outro o da proximidade da fábrica de PVC junto da unidade produtora de cloro, o que conduzia inevitavelmente a sua instalação para Estarreja. Similar despacho foi atribuído à Uniteca e, perante esta decisão estatal, esta empresa e os promotores da futura Cires são conduzidos à mesa das negociações que terminam num acordo para as condições do fornecimento de ácido clorídrico pela Uniteca para a Cires.

Concluídas estas negociações, com a atribuição da licença de produção do PVC à Cires, o passo seguinte era construir e arrancar com a produção dentro do prazo estabelecido de 3 anos. A compra de terrenos é iniciada em Janeiro de 1961 e em Abril já se concluíram os trabalhos de terraplanagem. Entretanto os quadros de pessoal começam a ser preenchidos e técnicos vão para o Japão realizar estágios

de formação e treino especializado. Esse ano e o seguinte decorrem com a construção dos edifícios de produção e de utilidades, com grande parte dos equipamentos a vir do Japão e de alguns países europeus. E em Novembro de 1962, um ano antes do limite temporal estabelecido pelo despacho governamental, são produzidas as primeiras resinas de PVC-suspensão e do VC carboquímico, seguindo-se logo em Janeiro do ano seguinte a sua comercialização.

Nas décadas seguintes a Cires viria a ter um importante papel em termos de envolvimento comunitário, destacando-se a instalação em 1972 de um Centro de Alegria no Trabalho – C.A.T. do Pessoal da Cires, que com a sua Escola de Música introduziu um significativo contributo na educação musical da comunidade e o patrocínio durante décadas da principal equipa de futebol do Clube Desportivo de Estarreja, bem como a concessão de estágios profissionais a jovens licenciados e à realização de trabalhos académicos de pesquisa e investigação.

A década de 60 e os seus desafios - A década de 60 inicia-se pois de forma auspíciosas com novas instalações industriais e a consolidação dos aumentos de capacidade e modernização das instalações que tinham arrancado em 1958, mas a mudança para um paradigma mais industrializado não se confinava ao nosso País e ao nosso Concelho e principiam a surgir sinais de que o mercado adubeiro internacional se começa a tornar demasiado competitivo e a comprometer a viabilidade económica do Amoníaco Português. Quando chega o ano de 1969 a nuvem negra do “pré-encerramento” começa a pairar por sobre essas unidades fabris e a comprometer a manutenção dos seus então cerca de 750 postos de trabalho. Vive-se, usando as palavras da gestão de então (. . .) *uma situação claramente patente de desmotivação e crepuscular*. Para sobreviver a esse perigoso crepúsculo era necessário diversificar, inovar e modernizar. E a solução surge com o anúncio em 1972 da adjudicação do Projecto “Estarreja III”, que contempla uma unidade de Ácido Nítrico, uma unidade de Nitrato de Amónio, uma unidade de Adubos Compostos que permite a produção de fertilizantes com os três elementos químicos indispensáveis aos solos (azoto, fósforo e potássio), num investimento de 370 mil contos e que deverá entrar em laboração em 1974.

A Química Orgânica e a Democratização – Se esse anúncio feito em 1972 do Projecto do “Estarreja III” é fundamental para a sobrevivência do Amoníaco Português e da preservação das suas centenas de postos de trabalho, mais importante contudo é o anúncio feito na mesma data do “Estarreja IV”, que irá direcionar o AP para a Indústria de Petroquímicos, usando os hidrocarbonetos aromáticos Benzeno, Tolueno e Xileno (BTX) provenientes da refinaria da SACOR de Matosinhos. Prevê-se a possibilidade de produções de TNT (Tri Nitro Tolueno), Anilina, TDI (Tolueno Di-Isocianato), Ftalatos e Nylons. Mais tarde se verá que por umas ou outras razões (viabilidade económica, restrições de segurança, etc) alguns destes produtos não virão nunca a ter as suas fábricas instaladas e a serem produzidos. Mas outros sim, como o Mononitrobenzeno e a Anilina, que arrancam a sua produção em 1978 e vem a ser determinantes na sobrevivência do AP nesses preocupantes anos de indefinição económica e política que se viveram na década de 70 e, ainda mais importante, vem trazer para o concelho novas unidades fabris como a Isopor/Dow Portugal e o Ar Líquido que vão fazer a utilização da anilina, uma das matérias primas base e essencial para a produção de Isocianatos (MDI). Essa decisão do “Estarreja IV”, projectada e apresentada em 1972, veio abrir ao Complexo Químico nos finais dessa década de 70, todo um novo mercado global que ainda hoje se mantém vivo e garante de postos de trabalho e receitas importantes na economia local, regional e nacional.

Mas essa década de 70 é também a década da chegada, em 25 de Abril de 1974, da Democracia ao nosso País, e o Complexo Químico de Estarreja, espaço onde reside uma significativa e informada força laboral, torna-se num cadiño onde efervescem ideias e ideais, num terreno vasto e fértil para mudanças e experiências organizativas e estruturais. Surgem Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e

organizações de classe. Os Plenários de pessoal passam à ordem do dia e novas decisões e directrizes são implementadas.

Em 1977, e como consequência de novas orientações estruturantes dos governos que se sucediam nessa reinvenção ideológica e política do país, é criada a Quimigal a partir das nacionalizações da CUF, dos Nitratos de Portugal e do Amoníaco Português, passando este a chamar-se de Quimigal-Estarreja. Este processo de nacionalização coincide, como atrás se viu, com a nova fase petroquímica que havia sido iniciada entre 74 e 78. Neste período a Quimigal expande-se em volume de produção e postos de trabalho que ultrapassam agora um milhar.

Desta nacionalização da CUF, vai resultar que o Grupo José de Mello decide aplicar algumas das compensações recebidas do Estado, na aquisição da Uniteca em 1980, o que lhe permite integrar, como fornecedor de cloro e soda, o projecto que se aproxima do CQE com a construção de uma unidade de produção de isocianatos.

O primeiro investimento estrangeiro em Portugal, pós 25 de Abril de 1974 - Como se descreveu, os finais da década de 70 são impactados no Complexo Químico, mas mais notoriamente no Amoníaco Português, que se designava agora de Quimigal, por dois vectores de gestão: o da frota laboral, de longe a maior do Concelho e superior ao somatório de todas as restantes empresas do Complexo Químico, com tudo o que isso implicava de encargos financeiros na estrutura de gestão, e o outro, o do arranque e produção das novas fábricas de produtos orgânicos, o Mononitrobenzeno (MNB) e a Anilina, este último produto com reduzido mercado nacional e portanto dependente de clientes externos para o seu escoamento e viabilidade económica. Era urgente e imperioso encontrar clientes e mercados além fronteiras. Ocorre que, nesta mesma época, mas num outro continente, se colocam igualmente desafios e estratégias a serem consideradas. Uma multinacional norte-americana, a Upjohn Company, empresa essencialmente farmacêutica mas que detinha algumas patentes e unidades fabris de produtos de química industrial, entre elas uma de produção de Metileno-Difenil-Isocianato (MDI), matéria-prima fundamental utilizada na produção de espumas rígidas e de elastómeros de poliuretano e situada em La Porte, nas proximidades da cidade de Houston, no estado do Texas. A produção dessa unidade vinha para a Europa, em navios cisternas, para uma unidade situada na localidade portuária de Delfzijl, no extremo norte da Holanda, onde era destilado/refinado e cujas frações desse tratamento eram distribuídas por diversas “casas de sistemas de produção de espumas de poliuretano”, um pouco por toda a Europa.

Verifica-se então que os custos do transporte marítimo translântico acrescidos dos direitos aduaneiros de um produto não europeu, comprometiam a competitividade deste negócio relativamente a outros produtores de MDI situados na Alemanha e Reino Unido. A Upjohn procura assim a possibilidade de instalar na Europa uma unidade produtora de MDI e a escolha óbvia começa por ser a Holanda e o mais próximo possível da refinaria de Delfzijl. Mas as autoridades holandesas colocam exigências e entraves a esse projecto, nomeadamente em termos ambientais e de segurança industrial que inviabilizam a sua concretização e fazem com que a Upjohn procure outras potenciais localizações no espaço europeu, sendo que algumas questões eram determinantes nessa selecção, a saber: a existência de um porto e terminal marítimo e o maior número de matérias-primas necessárias ao processo de fabrico nas proximidades da unidade a instalar. E essas matérias-primas eram a anilina, o cloro, o monóxido de carbono, a soda cáustica e o formaldeído. Desde logo duas localizações se apresentam como tendo grande parte destas condições: Huelva, no sul de Espanha e Estarreja, no litoral centro de Portugal.

Reza a “lenda” que, neste processo paralelo de desafios que se apresentavam à Quimigal, que procurava

um cliente para lhe receber o excesso da anilina que produzia e a Upjohn que procurava um local onde, entre noutras necessidades, houvesse essa anilina, se tenham encontrado técnicos “exploradores” de parcerias industriais destas duas empresas e dado início a conversações que poderiam servir ambas as partes. Se Huelva tinha os seus trunfos, Estarreja também os tinha. As suas maiores debilidades competitivas eram a necessidade de transportar por via terrestre (camiões cisterna) o produto final até ao porto de Aveiro e o de ter de trazer a única matéria-prima não disponível no CQE, o formaldeído em solução aquosa (formalina), desde a fábrica da Bresfor situada na Gafanha.

Mas Estarreja dispunha de duas boas “cartas” neste jogo com Huelva: uma, a de garantir uma economia de milhas marítimas e de 2 a 3 dias menos na viagem de ida e volta até Delfzijl, a outra, mais importante e a servir como “ás de trunfo”, a imperiosa necessidade que os Governos da época, ainda a sofrerem as réplicas da desconfiança internacional após a instalação do sistema democrático pouco tempo antes no nosso país e uma atitude de “esperar para ver” que alguns países ainda adoptavam, de obter a entrada de investimento estrangeiro e as suas divisas (em 1978 Portugal ainda não era membro da União Europeia, o que só viria a acontecer a 12 de Junho de 1985), faz com que o Governo avance com incentivos fiscais que se revelam numa clara vantagem competitiva. A multinacional norte americana decide-se por Estarreja e quase a terminar o ano de 1978, a 2 de Dezembro, é constituída a “joint-venture” Isocianatos de Portugal – Isopor, numa parceria entre a Upjohn (50%) e a Quimigal (50%). A Isopor inicia a sua construção logo em 1979 e começa a produzir nos últimos dias de 1981.

A instalação desta nova Empresa Isopor, tornando-se na primeira unidade fabril do CQE a passar para poente da linha férrea e abrindo assim o parque industrial de Estarreja a uma nova frente onde nos anos futuros se virão a fixar a Oxinorte/Ar Líquido, a Sinuta e posteriormente o Eco Parque Empresarial, passa a receber anilina, gás de síntese e água industrial a partir da Quimigal, cloro e soda cáustica da Uniteca, e devolvendo a esta mesma empresa o ácido clorídrico diluído que resultava como sub-produto do processo de fabrico dos isocianatos poliméricos, “amarram” as empresas entre si, não apenas pelos pipelines que as passam a interligar passando por debaixo da linha férrea do Norte, mas por uma interdependência das capacidades produtivas, do planeamento conjunto de interrupções de produção e outros factores de gestão industrial e de investimentos que se vão fortalecendo e rotinando nos anos subsequentes, numa clara resultante de ganhos e benefícios comuns.

Mais adiante, em 1985, a Dow Chemical, outra multinacional americana, compra a divisão de Isocianatos/Poliuretanos à Upjohn e nesse negócio segue a Isopor, que então já detinha 74% do valor na Upjohn e os restantes 26% a manterem-se da Quimigal. Poucos anos depois, em 1989, a Dow adquire esses remanescentes 26% e torna-se na única detentora da Isopor, que muda o seu nome para Dow Portugal, designação essa que ostenta desde então.

Por esta altura, já se havia constatado que o gás de síntese fornecido pela Quimigal à Isopor, e do qual se extraía por separação criogénica o monóxido de carbono para o fabrico do fosgénio, não possuía pureza suficiente para garantir uma operação fiável, originando frequentes constrangimentos e paragens no processo produtivo. Era necessária uma nova forma de obter monóxido de carbono em qualidade e quantidade e, essa solução vem de uma nova unidade industrial que se instala confinando a Norte-Nascente da cerca da Isopor. Surge assim em 1989 a Oxinorte, uma subsidiária da multinacional francesa Air Liquide, que pouco depois muda a sua designação para Sociedade Portuguesa de Ar Líquido, Lda, - Estarreja, que a partir da combustão da nafta química produz monóxido de carbono para a Dow e hidrogénio para a Quimigal/Anilina de Portugal.

O Ambiente e a Segurança ganham espaço na Agenda Industrial – O grande

desenvolvimento industrial resultante da reconstrução pós guerra, bem como a crescente proliferação de patentes químicas, industriais e tecnológicas, trazem postos de trabalho e procura de consumo público em comodidades diversas: mercado automóvel, mobiliário, novos materiais de construção, vestuário sintético, artigos de lar, plásticos para as mais diversas utilizações, novos produtos para a agricultura e pecuária, medicamentos, etc, etc. É uma voragem de produção e consumo, de oferta para a procura, que acelera e se exponencia. Mas toda a moeda tem duas faces, e este desenvolvimento não foge à regra. Os recursos naturais começam a reduzir, os desperdícios a acumular-se, os meios receptores de efluentes líquidos e gasosos a desequilibrar-se, incidentes e acidentes surgem aqui e acolá, e as campainhas começam a tocar um pouco por todo o planeta. A indústria é convocada a considerar os seus riscos e os seus impactos.

Em Estarreja, nas décadas que se localizam entre os anos 50 e os 90 do Século XX, esse impacto foi sentido de diversas formas: os frequentes “nevoeiros” matinais nas proximidades do Complexo Químico que mais não eram do que o resultado de emissões gasosas das chaminés fabris; as ribeiras, os esteiros e a Ria de Aveiro recebiam efluentes líquidos com cargas poluentes significativas; resíduos industriais eram depositados directamente no solo e a céu aberto permitindo a lixiviação de compostos e metais perigosos que se infiltravam no solo e nos aquíferos e outras práticas ambientalmente não aceitáveis, eram práticas correntes. Não apenas no CQE mas em toda a actividade industrial. As populações assumiam esse ónus como sendo um problema das “fábricas”, que fazia parte do preço a pagar para se ter trabalho. Mas vida e sociedade são mudança, e como um século antes tinha havido uma revolução industrial, estava agora a caminho uma revolução ambiental.

A Natureza reclama direitos perdidos ou negligenciados, os “aquecimento global”, e “o buraco na camada de ozono” tornam-se factores nucleares de consideração em qualquer projecto de desenvolvimento, industrial ou não. Peças como “Estudos de Impacto Ambiental” são obrigatorias no portfolio de qualquer investimento, sobrepondo-se aos até então determinantes “planos de negócio” e “estudos de mercado”. O mundo, local e global, desperta para essa nova consciência de preservação e protecção dos recursos naturais. Esta nova consciência fica condensada no espírito do provérbio índio americano que sustenta: “não herdamos a terra dos nossos pais, pedimo-la sim emprestada aos nossos filhos”. É o Desenvolvimento Sustentável, que reconhece o direito ao desenvolvimento e progresso da geração de hoje, mas reconhece simultaneamente que tal direito não pode limitar ou inviabilizar as condições de acesso das gerações seguintes ao seu próprio desenvolvimento. É uma equação com muitas incógnitas e função de múltiplas variáveis, mas que terá de ser resolvida. E não se trata só de “tentar” fazer bem daí para a frente, é preciso minimizar os danos já passados ou ainda em curso, acertar passivos e ir pagando facturas.

A Indústria, e neste caso mais concreto do CQE, a indústria química, toma clara consciência de que ou se adapta a esta nova realidade ou segue o caminho dos dinossauros e extingue-se. Desde logo abrem-se duas frentes neste combate pela sobrevivência: a do cumprimento legal com novas directrizes ambientais e de segurança processual e pessoal e uma segunda, a da competitividade dentro da própria indústria por avançar com produções mais limpas e seguras, impondo-se junto dos mercados, dos clientes, da sociedade e das populações, por força de uma imagem mais “verde” e de maior e efectiva “responsabilidade social”.

Começa então nesta década de 90 que fecha o século passado e na primeira década do novo século uma profunda transformação do complexo químico sucedendo-se em catadupa alterações estruturais e de princípios de gestão, com o encerramento de unidades e reconversões processuais e de práticas, um pouco em todas as empresas: a Cires cessa com o transporte rodoviário de VCM desde o porto de Aveiro

e passa a receber essa matéria-prima por pipeline, reduzindo o risco potencial de acidentes rodoviários; a Quimigal encerra as fábricas mais antigas de produção de ácido sulfúrico eliminando assim as emissões gasosas de dióxido de enxofre e com a acumulação das cinzas das pirites; a Uniteca inicia a substituição das células de mercúrio migrando para a tecnologia de células de membrana terminando com as perdas de mercúrio nos seus efluentes; a Dow Portugal substitui a nafta por gás natural na combustão das suas caldeiras de vapor, reduzindo a emissão de óxidos de azoto e partículas e mais à frente procede ao encausuramento de unidades processuais de maior risco, as empresas unem-se e avançam com o projecto ERASE que confina um passivo histórico de resíduos sólidos industriais protegendo solos e aquíferos, o pipeline colector do SIMRIA passa a recolher efluentes líquidos que deixam de ter os esteiros e a ria como receptores, etc, etc, podendo continuar-se uma longa listagem de pequenas e grandes alterações e melhorias que foram e vão ainda sendo implementadas, resultando num evidente e mensurável benefício ambiental.

É de facto uma fase de grandes e profundas modificações e de uma visível modernização, que aporta não só maior segurança industrial e pessoal para trabalhadores e população, menores custos ambientais, mas, melhorias qualitativas nas produções e muito significativamente nas capacidades de produção e nos indicadores de produtividade. Este “revamping” ou “renovação” das empresas do CQE, cada uma de per si ou ainda em projectos interligados para conciliar “timings” e volumes de produção, trouxe o complexo para uma nova era de competitividade industrial, fazendo dele, quase seguramente, o mais integrado e moderno a nível nacional e, dentro da sua escala, um dos mais exemplares a nível europeu.



Painel Comunitário “PACOPAR” – A meio da década de 80, é iniciado no Canadá, um movimento designado de “Responsible Care” (que recebe a tradução para português de “Actuação Responsável”) que se traduz numa adesão voluntária por parte das empresas químicas, comprometendo-se a utilizar práticas de melhoria contínua em termos ambientais, de saúde e segurança e a adoptar uma postura de maior interacção e transparência nas suas relações com a comunidade e parceiros sociais. Este movimento chega à Europa nos finais dessa década, primeiro no Reino Unido, mas seguido de imediato em quase todos os países. Em Portugal é por via da Associação Portuguesa das Empresas Químicas – APEQ que é dinamizado e as empresas do CQE aderem formalmente a esse compromisso em 1993.

A partir deste momento, e enquadrado na dinâmica já referida de renovação e melhoria de práticas ambientais e de segurança, começa a sentir-se uma necessidade de fomentar e instituir canais de comunicação de duas vias entre as empresas do CQE e as comunidades local e regional. Anos antes (1988), havia-se tentado uma aproximação entre esses agentes industriais, a Protecção Civil e a Comunidade com a realização de um simulacro de acidente industrial e a resposta a esse tipo de emergência, mas o modelo não havia funcionado da melhor forma e os resultados finais acabaram por ser os contrários do pretendido, trazendo Estarreja e a sua indústria, pelas razões erradas, para debaixo dos holofotes da crítica nacional e, fazendo sobre elas pousar um labéu de poluição e risco desproporcionado à realidade.

Numa primeira aproximação, cada empresa considera criar esse tipo de diálogo e aproximação, mas pressente-se que o que está em casa não é tanto a imagem de cada uma das fábricas, mas sim a “das fábricas e da própria indústria química”. A população não quer tanto saber como cada um cuida da sua responsabilidade social, mas sim como essas fábricas, que sabem agora estar cada vez mais interligadas, se organizam de forma a serem confiáveis parceiros e vizinhos num condomínio concelhio. É preciso falar, actuar e assumir responsabilidades a uma só voz e não adoptar discursos em que “a culpa é do vizinho”. Ponderadas estas percepções é debatido, desenhado e acordado avançar num modelo inovador

de um painel multi-empresas de ligação à comunidade, modelo este de que não se conhecia qualquer experiência similar.

Nasce assim, a 30 de Janeiro de 2001, o Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável – PACOPAR, tendo como entidades fundadoras a Dow Portugal; Quimigal; Cires; Ar Líquido; Uniteca; Aliada Química; Gabinete da Proteção Civil Municipal; Hospital Visconde de Salreu; Centro de Saúde e Delegação de Saúde de Estarreja; Guarda Nacional Republicana e Bombeiros Voluntários de Estarreja, sendo convidada a APEQ, na sua condição de patrocinadora do Actuação Responsável e entidade externa e independente, para exercer a moderação e facilitação dos trabalhos. O Painel vai nos anos subsequentes crescer de forma progressiva e consolidada, incorporando representações da Universidade de Aveiro, Agrupamento de Escolas de Estarreja e Pardilhó, Associação Empresarial SEMA, Comissão de Moradores da Urbanização da Póvoa de Baixo, Associações Ambientalistas “Cegonha” e “Quercus”, Juntas de Freguesia de Beduído-Veiro, Avanca e Salreu e a Empresa de Transportes J. Amaral. Em 2005, o PACOPAR foi distinguido com o Prémio Europeu atribuído pelo CEFIC – Conselho Europeu da Indústria Química, para o melhor exemplo europeu de desempenho na implementação do Programa de Atuação Responsável”, numa candidatura que envolveu 26 projectos de 9 países.

Desde então, o PACOPAR tem vindo a patrocinar acções de visitas às empresas, organização de dias de “portas abertas”, projectos comunitários de diversa índole, estudos académicos sobre questões de saúde e ambientais, etc, numa permanente interacção e aproximação entre a indústria química, entidades públicas, empresariais e parceiros comunitários.

E a história continua a ser escrita... - Passados 80 anos sobre o início desta história e cerca de 70 sobre o começo da laboração e comercialização dos produtos saídos do CQE, décadas durante as quais as empresas, por força de “casamentos”, “divórcios” ou simplesmente “uniões de facto” determinados por conjunturas económicas, comerciais e até políticas, foram alterando os seus nomes de baptismo: (Amoníaco Português/Quimigal/CUF/Bondalti; Isopor/Dow Portugal; Oxinorte/Ar Líquido; Cires/Shin Etsu), mas evoluindo e consolidando investimentos e expansões, corrigindo trajectórias de práticas e de imagem, que não só garantem o seu presente como catalisam o desenvolvimento do vizinho Eco Parque Empresarial de Estarreja, que num formato diferente e com actividades industriais mais diferenciadas, prossegue uma tradição de excelência na indústria nacional, funcionando como uma “universidade aberta” de técnicos e quadros, que garantem uma mão-de-obra qualificada e competente capaz de propiciar condições para a recepção de qualquer tipo de investimento ou projecto empresarial.

E por isso, e ainda bem que assim o é para todas as partes interessadas, ao aproximar-se o final deste primeiro quartel do Século XXI, a história continua a ser feita ...

Fontes de Consulta e de Informação

- “Estudo de um caso de sinergias resultante da interligação de Empresas de Química Industrial” – Patrícia Correia e Filipa Santos
- “Amoníaco Português, uma história por contar” – Mário Rui Oliveira, in “O Concelho de Estarreja”
- “Cadernos de um Jornalista” – João Paulo Freire (Mário)
- “Revista PACOPAR” – Edição do Painel Comunitário Pacopar
- “A História do PVC em Portugal – CIRES: Um caso de sucesso” – Maria Elvira Callapez
- Espólio pessoal documental de Fernando Saramago, sobre o Amoníaco Português/ Quimigal
- “CIRES – 35 Anos de Progresso na Indústria Portuguesa 1960-1996” – Durval Serra
- Uniteca – Testemunho pessoal de António Joaquim de Pinho e Sousa

O SOBRADO VERMELHO

*José Gуро e Cirne**



No artigo que publicámos no número anterior de “Terras de Antuã” mencionámos de passagem e a título meramente hipotético, no âmbito do assunto que nele tratámos, os nomes de Sebastião e Jaime de Magalhães Lima. Por simples coincidência os voltamos aqui hoje de novo a invocar, uma vez que as suas vidas se cruzaram com a do padre José Joaquim Ferreira Tavares, da Rua do Forno, na freguesia do Bunheiro, a qual também iremos abordar.

Segundo escreveu o Dr. José Tavares, há já quase sessenta anos, no Vol. I de “Notas Marinhoas” (1965):

O padre José Joaquim Ferreira Tavares era filho de José Rodrigues Ferreira, natural de Ovar e boticário de profissão, que, depois de viver algum tempo na Murtosa, se fixou na Rua do Forno, pelo casamento com Ana Tavares da Silva, do mesmo lugar, em 1815 (id: 48). Foi capelão de Sebastião de Carvalho Lima, de Eixo, e ensinou as primeiras letras a seu filho Sebastião de Magalhães Lima, que veio a ser figura de relevo e combate na propaganda republicana (id: 48-49). A este seu primeiro mestre dedicou Magalhães Lima, nas suas Memórias, algumas palavras de afectuosa homenagem.¹ Ainda hoje existe, muito arruinada, a casa de pedra vermelha que ele mandou edificar na Rua do Forno (id: 49).²

*Licenciado em Antropologia e Serviço Social, pós-graduado em Família e Sistemas Sociais, mestre em Antropologia Social e Cultural. Possui o Diploma de Estudos Avançados em Antropologia e frequentou também Estudos Avançados em História das Idades Média, Moderna e Contemporânea. É membro do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

¹“Meu pai comprara o Convento do Carmo, em Aveiro, onde edificou uma bela casa, que depois fomos habitar. Ali aprendi as primeiras letras, com o nosso capelão, o padre José Joaquim Ferreira Tavares, que me ensinou a ler e a escrever, empregando para isso uma doçura verdadeiramente evangélica. As lições, para mim, constituíam mais um motivo de prazer do que de constrangimento. Eu esperava sempre essa hora com ansiedade, como se fosse a minha hora de recreio. Em pouco tempo lia e escrevia correctamente. Tinha então sete anos de idade” (Lima [Vol. I], s/d:57).

²Cerca de quarenta anos depois destas palavras terem sido escritas e já após o falecimento do seu autor (25.11.1998), a Câmara Municipal da Murtosa, de uma das presidências do Dr. Santos Sousa (que, enquanto estagiário, teve aquele como seu abnegado patrono), ordenou a demolição de tais ruínas, invocando o perigo público que as mesmas representavam. Viria depois o referido autarca, por inculcas de um seu secretário, a reconsiderar tal deliberação e a propor pessoalmente a compra das mesmas, com o intuito de lá ser instalado um qualquer “equipamento” de suposto interesse público. Porém, não se compadeceu com tais desajustes governativos a Inspeção-Geral da Administração Local, que acabaria por impor a decisão inicialmente tomada.

Sete anos depois, o Dr. José Tavares haveria ainda de voltar ao assunto, no Vol. II das mesmas “Notas Marinhoas” (1972):

Quando Pinho Leal empreendeu a publicação do seu “Portugal Antigo e Moderno”, pediu aos párocos do país notícia dos factos históricos e notáveis das terras em que paroquiavam. Em Veiros, o padre António José Marques redigiu uma interessante memória, que a morte lhe impediu de enviar; completou-a o seminarista Vitorino José Marques, seu sobrinho, e remeteu-a, depois, a Pinho Leal (id: 10).

Esclarece o insigne autor que a mesma, da qual, nas suas próprias palavras, muito poderia ter aproveitado Pinho Leal, já não foi, porém, a tempo de ser publicada. Mas quanto a tio e sobrinho, para sua “boa identificação”, propôs-se “situá-los na árvore de algumas famílias da região marinhoa”, o que assim efetivamente fez:

Na segunda metade do século XVIII, viviam em Veiros Francisco Rodrigues Coelho e sua mulher Josefa Antão Marques, e será com referência a três filhos deste casal que intentaremos realizar o propósito atrá enunciado (id: 35-36). Esses três filhos foram: Josefa Antão Marques, casada, em Veiros, com Manuel Marques, Maria Antão Marques, casada também em Veiros, com Francisco Ferreira Matoso, e Manuel Luís Antão Marques, casado, na Rua do Forno, do Bunheiro, com Isabel Tavares da Silva (id: 36).

O referido padre António José Marques era assim neto daquela Josefa Antão Marques e de Manuel Marques, por via do seu filho Vitorino José Marques e esposa, Maria Caetana Gonçalves de Oliveira (id: 36).

Quanto a Maria Antão Marques e marido, Francisco Ferreira Matoso, foram pais de António Caetano Ferreira, que viria a casar com a sua prima direita, Maria Joaquina Tavares, da Rua do Forno. Deles nasceu Vitorino José Ferreira que, por sua vez, casado em Beduído com Feliciana Marques Correia, da Feiteira, foram os pais do Pe. José Joaquim Ferreira. Este veio a ser cônego da Sé do Porto, tendo ainda paroquiado, por duas vezes, a freguesia do Bunheiro, onde faleceu, em 9 de Janeiro de 1921 (id: 36). A propósito e prosseguindo na mesma senda de nomes que referimos no último número de “Terras de Antuã”, esclarece o Dr. José Tavares o seguinte:

Pertencem a este ramo da família, como sobrinhos do cônego Ferreira, o major António Bernardino Ferreira, que foi ministro do Interior em tempo de Sidónio Pais, e Augusto José Ferreira, que foi comerciante em Estarreja e vive em Lisboa, a caminho dos cem anos de idade (id: 36).

No que respeita a Manuel Luís Antão Marques e mulher, Isabel Tavares da Silva, da Rua do Forno, diz o autor que a sua descendência é numerosa. Quanto às filhas, mencionaremos apenas, para além da já referida Maria Joaquina, que casou em Veiros com o seu primo António Caetano Ferreira, outra, chamada Ana Tavares da Silva. Foi esta que, conforme já referido no excerto acima transcrito, viria a casar na igreja do Bunheiro com o boticário José Rodrigues Ferreira, natural de Ovar (id: 36-37).

Quanto aos filhos, esclarece que um foi o Pe. José Joaquim Marques e Silva Tavares, que morreu repentinamente enquanto pregava, na igreja da Murtosa, em 26 de Novembro de 1843 (id: 37).

Sobre o casal constituído por Ana Tavares da Silva e marido, o boticário José Rodrigues Ferreira, o Dr. José Tavares esclarece o seguinte:

Ana Tavares da Silva e marido ficaram a viver no lugar da Rua do Forno, na casa paterna. Seu filho o padre José Joaquim Ferreira Tavares demoliu, mais tarde, essa casa e, em seu lugar, construiu uma outra de proporções

avantajadas, de rés-do-chão e primeiro andar, de que restam apenas ruínas. Fê-la com pedra de Eiro³ que lhe deu o brasileiro Sebastião, como era conhecido Sebastião de Carvalho Lima, que era seu amigo e por aqui vinha e pela Torreira, onde teve palheiro, em sítio já hoje coberto pelo mar (id: 37).

No que respeita à descendência desse casal, esclarece que uma filha, chamada Maria Ferreira Tavares, casou, “já adeantada (sic) em anos”, com o médico Dr. Manuel Joaquim Ruela, da Lagoa do Monte, onde ambos viveram e não tiveram filhos (id: 37). Outra, chamada Ana Joaquina Ferreira Tavares, casou com o advogado Dr. João Pedro Ruela, irmão daquele, tendo ambos vivido na Rua do Forno (id: 37-38).

Dos filhos deste último casal, faz referência a Pedro José Ruela, que se estabeleceu como comerciante na cidade do Porto,⁴ onde veio a falecer; e a D. Leocádia, afilhada de baptismo de D. Leocádia Rodrigues de Magalhães Lima, mulher de Sebastião de Carvalho Lima, que casou com o seu tio paterno, o também advogado Dr. Joaquim Manuel Ruela (id: 38).

Por fim, conclui:

Repartida por Aveiro, Porto e outras terras, já hoje não existe na região marinhoa descendência do Dr. João Pedro nem do Dr. Joaquim Manuel (id: 39).

Em “Ecos das Lutas Liberais No Bunheiro e Freguesias Vizinhos” (1992), também o Pe. Manuel Cirne menciona, entre algumas das suas vítimas locais, o referido Pe. José Joaquim Marques e Silva Tavares,⁵ da Rua do Forno, filho dos mencionados Manuel Luís Antão Marques e Isabel Tavares da Silva, à qual acrescenta, entre parenteses, o apodo de “Rebimbas”.

Detalha que nasceu em 19 de Março de 1781 e que foi baptizado no dia 25 seguinte, na igreja do Bunheiro. Admitia, no entanto, não ter encontrado a data da sua ordenação sacerdotal e que não constava que tivesse exercido cargos eclesiásticos fora do Bunheiro. Diz que era “pregador de renome”, corrobora as descritas circunstâncias da sua morte (“sem sacramentos”), na já referida data de 26 de Novembro de 1843 e na mencionada igreja de Santa Maria da Murtosa (id: 13).

Acrescenta ainda, a título explicativo, o seguinte:

Tratavam-no por Pe. José Boticário, porque na casa paterna existiu, durante muitos anos, a “Botica da Rua do

³Bem cedo ainda, na nossa meninice, habituámo-nos a ouvir contar em família que a rápida degradação em que incorreu o Sobrado Vermelho se deveu indiretamente ao material de construção nele utilizado. Retirado do seu local de origem, teve de ser transportado de barco até ao seu destino, pelos meandros da Ria, sujeitando-se assim, durante tal percurso, ao efeito salitroso dos elementos.

⁴Haverá cerca de trinta anos que, aproveitando algumas horas vagas que nos permitiam os estudos, em despreocupado passeio pela Baixa desta cidade, entrámos num café instalado num prédio que, ao nível do primeiro andar, ostentava, em letras douradas de metal polido, os seguintes dizeres: “Armazéns Ruella”. Aí se situava, no nº 15 do Largo dos Loios, a firma Pedro Ruella e C^a, Lda., sociedade por quotas, fundada em 3 de Novembro de 1919, dedicada ao comércio de tecidos.

⁵O Pe. José Joaquim Marques e Silva Tavares foi denunciado como constitucional e, em consequência, preso, permanecendo de 3.8.1832 a 6.7.1833, pelo espaço de 333 dias, nas cadeias de Estarreja, do Pinheiro da Bemposta e do Sardão” (Cirne, 1992:14.) Confirma-o o testemunho do Pe. Manuel Marques dos Santos, ao afirmar que ele “é adido ao Sistema Constitucional, mas nada tem havido de particular a respeito dele; só que na ocasião da entrada da Esquadra Francesa no Tejo (Julho de 1831) ele se mostrara muito satisfeito e até andara a saltar na eira” (id:66). Estranho é que, em 1 de Outubro de 1829, D. Miguel lhe tenha concedido uma Medalha de Ouro com a sua efígie, honra que o próprio justifica como tendo provindo da iniciativa de um parente frade, que lha obteve sem o seu consentimento e desconhecendo os seus sentimentos políticos. Mas medalha que nunca usou, pois “sempre se mostrou aborrecido com tal presente” (id:50).

Forno dos Sedouros”, provavelmente a partir do casamento do pai – 4.2.1777 –, que (...) era boticário (id: 13). Em 1.8.1815, uma irmã, Ana Tavares da Silva, casou com José Rodrigues Ferreira, também boticário, de Ovar (id: 13-14). Após a morte deste, em 12.12.1823, posto que o pai fosse ainda vivo, mas bastante avançado em idade (faleceu em 7.7.1829), é muito provável que o Pe. José Joaquim tenha assumido a direção e o serviço da botica; o que é certo, desde 1830 a 1843 (id: 14).

Neste último ano, pelo menos, era ela a única da nossa Freguesia e das circunvizinhas e por isso muito frequentada. E achava-se bem provida e apetrechada, como se vê no atestado da visita geral, que lhe fizeram, em 5 de Julho de 1832, os Boticários examinadores de Aveiro Fr. António de Santa Maria e Luís António de Almeida, e o Juiz Delegado Lourenço José de Morais Calado, achando-a capaz de continuar no seu exercício e classificando-a com a letra =B= (id: 14).

Quando o Pe. José Boticário morreu, sucedeu-lhe no ofício o sobrinho, o então ordinando de Menores, o Pe. José Joaquim Ferreira Tavares, que, para ministrar os remédios, chegou a pedir a comutação dos exercícios espirituais para a sua freguesia; e, um ano depois, também autorização para seguir os estudos eclesiásticos com o Pe. António José de Oliveira, de Veiros, por lhe ser “absolutamente impossível matricular-se nas aulas do Paço, por não desamparar a sua Botica, única que há na sua freguesia e circunvizinhas, a qual está somente ao seu cuidado” (id: 14).

A propósito, dá-se também o caso de o Pe. Manuel Cirne, nas suas “Achegas para a História do Bunheiro”, publicadas, da nº 54-1 à nº 54-21, entre 30 de Junho de 1998 e 30 de Abril de 2000, no Jornal “O Concelho da Murtosa”, fazer da referida casa o berço da família “Rebimbás”. Não enjeitando o facto de nela ter vivido um ramo da família identificada com tal apelido, é todavia o próprio autor quem remete a sua ancestralidade para o século XVII e a sua localização inicial para o lugar das Congostas, na mencionada freguesia do Bunheiro.

Terá contudo pesado, a nosso ver, na opção que tomou, a circunstância de, ainda que “muito arruinada”,⁶ aquela casa da Rua do Forno emprestar alguns foros de putativo solar a uma família que, mercê das leis naturais do casamento e sua consequente dispersão pelas redondezas, viria a engendrar, ao longo do tempo e na expressão desvelada do autor: “Um bispo, dezoito padres, algumas dezenas de pessoas com um curso superior e largas centenas de casais, todos oriundos de um tronco comum.”

Pode-se assim concluir que a escolha de tal “tronco comum” ou, melhor, a eleição do denominado “casal-tronco” de tal “numerosíssima geração”, resultou de uma opção meramente arbitrária do autor. Outro fosse o enfoque ou perspetiva inicial do investigador e o resultado teria sido completamente diferente. Com efeito, numa sociedade que se rege por leis cognáticas de descendência, na qual predomina o parentesco bilateral, abre-se uma multiplicidade infinda de possibilidades ao comum dos genealogistas. O próprio autor nos haveria, mais tarde, de confessar que, se assim tivesse prosseguido, com tempo e algum trabalho, facilmente teria chegado até Adão e Eva...

Não obstante, o “casal-tronco” que tomou como ponto de partida do seu estudo era constituído por Manuel da Silva Rebimbás e Maria Tavares, os quais viveram na Rua do Forno, freguesia do Bunheiro,

⁶Para tal situação de ruína muito contribuiu também o gesto arbitrário do sr. José Amigo Tavares de Sousa que, quando constituiu família e assentou os seus primeiros arraiais no lugar do Outeiro Alto, na freguesia do Bunheiro, se serviu da boa-fé do seu tio e dono da propriedade para dela retirar a maior parte do seu travamento, que ainda sustentava o telhado, com o único fim de empregar tais despojos na construção de um vulgar curral de vacas. Ao saber do caso, de imediato se lhe apresentou o tio a pôr cobro a tal desmando, sob o pretexto legal de que, em tais trabalhos, o futuro rendeiro da Quinta da Caneira estava a empregar mão-de-obra interdita, constituída por menores de idade.

no local onde então ainda se erguia o dito “Sobrado Vermelho”.⁷ Este casal constituiu-se na sequência do respetivo matrimónio, celebrado na igreja de S. Mateus do Bunheiro, em 19 de Setembro de 1749. (À data em que tal “Achega” foi escrita, estavam prestes a concluir-se 250 anos sobre tal acontecimento, os quais se completariam em 1999.)

Reproduzia o autor uma fotocópia do assento de casamento em questão, cujos intervenientes, após breve análise paleográfica, identificámos como seguem:

= Manuel da Silva Rebimbás, natural e morador do lugar das Quingostas dos Sedouros, filho legítimo de João da Silva e de sua mulher Maria André, já defuntos. =

E Maria Tavares, natural e moradora do lugar da Rua do Forno dos Sedouros, filha legítima de Domingos Tavares, e de sua mulher Madalena André, já defuntas. =

E todos desta Freguesia de Sam Mateus do Bunheiro, e logo lhes dei as bençãos na forma, que manda a Santa Madre Igreja de Roma, de que fiz este assento, que assinei com as sobreditas testemunhas. Era, dia, mês, e ano, supra. =

(Seguem-se as assinaturas: O Pe. Caetano André de Oliveira; O Pe. Manuel da Costa, Cura Encomendado; O Pe. Manuel Rodrigues Rico; e outra.)

Na “Achega” inicial, o Pe. Manuel Cirne identifica e enumera os seus descendentes diretos, que nomeia por ordem de nascimento: Maria, Isabel, Domingos, António, Madalena, Ana e Manuel. Especifica que apenas constituíram família os cinco primeiros.

Acrescenta que Ana, nascida em 2 de Novembro de 1765, faleceu com um ano de idade, em 17 de Dezembro de 1766; e que Manuel (Manuel Tavares Rebimbás), nascido em 4 de Setembro de 1768, veio a falecer no estado de solteiro, “com o sacramento da Santa Unção por não poder receber mais sacramentos”, em 26 de Novembro de 1834. Esclarece depois que o “chefe do casal”, Manuel da Silva Rebimbás, faleceu em 1798, tal como consta do seu registo de óbito, o qual transcreve:

Manuel da Silva Rebimbás, da Rua do Forno, faleceu com todos os sacramentos aos vinte e três de Novembro de mil e setecentos e noventa e oito anos, seus filhos e genros obrigados aos bens de alma lhe mandam fazer acompanhamento e os três ofícios de costume de vinte padres.

E remata, dizendo que a esposa lhe sobreviveu apenas nove anos, até 17 de Dezembro de 1807:

Maria Tavares viúva do Rebimbás, da Rua do Forno desta freguesia faleceu da vida presente só com o sacramento da Extrema-Unção por não ter juízo para receber os demais sacramentos em o dia dezasseste do mês de Dezembro de mil oitocentos e sete e com o testamento em que determinou ser amortalhada em hábito de qualquer religião; acompanhamento e os três ofícios de vinte padres; e dez alqueires de milho para se repartirem aos pobres no dia do seu enterro; e que no dito dia do seu enterro todos os sacerdotes desta freguesia dissessem missa pela sua alma e mais lhe dissessem vinte missas em altar privilegiado e outras mais missas que do mesmo testamento constam; e está sepultada nesta Igreja; e satisfizeram seus herdeiros tudo quanto ao dito enterro.

Antes de prosseguirmos, convém esclarecer o que o Pe. Manuel Cirne, na sua “Achega” nº 54-5, publicada no Jornal “O Concelho da Murtosa”, em 30 de Novembro de 1998, deixou então escrito acerca da presença dos Rebimbás na região marinheira. Advertia então ele para o seguinte:

⁷O qualificativo «vermelho» deve-se à cor da pedra com que foi construído.

Não fique a ideia de que a existência dos Rebimbas nesta Região começa com o casal-tronco supramencionado. Posso indicar os nomes dos pais e recuar até aos avós.

E passava a desenrolar esta ideia:

Assim, os pais de Manuel da Silva Rebimbas – João da Silva e Maria André – casaram em 15 de Janeiro de 1718, na nossa Igreja, e viveram no lugar das Congostas. Ele era irmão do Pe. Manuel da Silva e ambos naturais da Rua do Forno, o que consta de vários documentos. Ela é que era das Congostas e, em assentos de baptismo e casamento de alguns netos e netas, aparece com os nomes de Maria André Tavares, Maria André Rebimbas e Maria Tavares Rebimbas, e a residir em S. Simão. (À frente explicarei a aparente divergência de lugares – Congostas e S. Simão.) Era filha de Domingos André e Maria Tavares.

O pai teve morte trágica.

Transcreve o respetivo assento de óbito:

Aos dois dias do mês de Novembro de mil, e sete centos, e honze anos dentro desta Igreja foi sepultado. Domingos André Rebimbas, e morreu sem sacramentos abafado debaixo de huma coba de terra donde estava tirando área e cahio sobre ella huma a riba da mesma terra em que afogou e o tiraram debaixo della espadelado, de que fis este assento q. assinei, hoje, dia, mês, ut supra. O Cura Matheus Afonso Ruella.

Acrescenta ainda aquilo que julga ser o assento de baptismo dela, Maria André Rebimbas, em tom “muito lacónico”, redigido pelo Cura Nunes:

Aos sette dias do mês de Março de 688 a. Baptizei a M^a filha de D.os Andre Rebimbas dos Sedouros e de sua m.er, foram pp.os Bar. Tavares e a m.er de M.el João Martinho todos desta freg^a, era ut supra – O Cura Nunes.

Esclarecendo a questão da antiguidade da presença dos Rebimbas em terras marinhoas, adianta o seguinte:

Ora, nessa época, existia um segundo ramo de Rebimbas, também das Congostas (ou Romariz), antepassados do Pe. Domingos Tavares Amador⁸, dos quais o mais antigo casal com registo de casamento é de 5 de Outubro de 1731: Manuel Tavares Rebimbas e Joana Rodrigues Amador.

Ele era filho de Domingos Tavares e de Maria André, que no registo do casamento de um neto, Manuel Tavares Rebimbas, natural das Congostas, em 12 de Junho de 1759, aparece designada por Maria André Rebimbas. A este referido neto nasceu uma filha, Maria, em 31 de Julho de 1760 e, no seu assento de baptismo, diz-se que os pais residiam em Romariz dos Sedouros.

O casal atrás nomeado – Domingos Tavares e Maria André (Rebimbas) – teve vários filhos: Maria, batizada em 20 de Junho de 1697; Manuel, nascido em cinco de Maio de 1694; António, batizado em 20 de Junho de 1697; Domingos, nascido em 26 de Setembro de 1700; e Madalena, nascida em 1 de Setembro de 1701.

Conclui, por isso, o Pe. Manuel Cirne, o seguinte:

Uma vez que, por falta dos registos dos casamentos da época, não é possível determinar-se com segurança o grau de ligação entre os dois ramos, pelas referências deixadas acima pode afirmar-se como certo que:

⁸Ou “Tavares Afonso e Cunha Amador”, tio-avô do Dr. José Tavares Afonso e Cunha.

1 – Existiram dois casais distintos: Domingos André (Rebimbas) e Maria Tavares; e Domingos Tavares e Maria André (Rebimbas).

2 – Viveram ambos no lugar das Congostas. (O facto de o local da sua residência ser confusamente designado por Congostas, S. Simão e Romariz provém de que ela ficava situada no Cabeço, zona mal delimitada (...).

3 – Eram de famílias próximas.

E pode ainda afirmar-se, como provável, que Domingos André e Maria André eram irmãos.⁹

Voltando ao casal-tronco constituído por Manuel da Silva Rebimbas e Maria Tavares, estabelecido na Rua do Forno, o Pe. Manuel Cirne, na sua “Achega” nº 54-3, publicada no Jornal “O Concelho da Murtosa”, de 30 de Agosto de 1998, passa a desenvolver a linha dos seus descendentes que viveram naquela morada, por referência à sua filha Isabel. E particulariza:

Isabel nasceu em 8 de Dezembro de 1752 e foi batizada em 16 seguinte. Usou o nome de Isabel Tavares da Silva ou Tavares Rebimbas e casou na Igreja do Bunheiro em 4 de Fevereiro de 1777, com Manuel Luís Antão Marques, de Veiros, filho de Francisco Rodrigues Coelho e de Josefa Antão Marques. Viveram na Rua do Forno. Ele, como se sabe, era Boticário e faleceu em 7 de Julho de 1829. Ela, dez anos mais cedo, em 3 de Janeiro de 1819.

Esclarece que o casal teve seis filhos, que atingiram a idade adulta: Maria Josefa, Apolónia, Maria Joaquina, Ana, Lázaro e José Joaquim. Referindo-se a este último, diz tratar-se do Pe. José Joaquim Marques e Silva Tavares, mais conhecido por Padre José Boticário¹⁰. Sobre ele, acrescenta que veio a ser frade franciscano no Convento do Vale da Piedade (Gaia), com o nome de Frei José do Bunheiro. Secularizou-se após a morte prematura do cunhado, José Rodrigues Ferreira, ocorrida em 12 de Dezembro de 1823.

Especifica que este esteve casado apenas sete anos e meio, deixando na orfandade duas meninas e um menino. Pelo que conclui: “Não tenho dúvidas de que foi para socorrer a irmã viúva e os órfãos, substituindo o cunhado na Botica, que resolveu sair do convento. É certo que o pai ainda era vivo, mas de idade muito avançada.” Adianta que, para tal efeito, em 17 de Dezembro de 1824, o irmão Lázaro Tavares da Silva procedeu à assinatura de uma escritura de fiança dos foros do seu património, declarando perante o tabelião Manuel Soares da Silva, de Estarreja, que

... o Reverendo Frei José do Bunheiro deste termo, Religioso de Santo António, para se secularizar tinha feito seu património no usufruto da metade do aido e casas, em que vive o dotador seu pai Manuel Luís Antão Marques, que se compõe de casas, currais, palheiros, adega, parreiras, terra lavrada e mais pertenças, a partir do norte com estrada pública e do sul com Domingos João Oliveira; da terra do aido do esteiro, com vinha, parreiras e terra lavrada (...); da terra lavrada da beira da Junça (...); da terra de maninho ou solão dos Adeixos (...); do juncal de Romariz (...) e não era de presumir que ele deixasse de pagar os foros, oitavos ou laudémios, que delas se dever à Dona Abadessa de Arouca, Donatária deste concelho, onde são situadas; mas, se acaso deixasse, se obrigava a ele, outorgante, a pagar todos os referidos géneros e pensões ou o que das ditas fazendas se dever à dita Donatária e Sucessoras, enquanto durar a vida do dotado, como seu fiador e principal pagador; e ao pagamento de tudo o que se obrigava por sua pessoa e bens de toda a natureza e espécie, havidos e por haver, todos como hipoteca especial.

⁹Como o próprio autor conclui, sendo assim, “alargar-se-ia muitíssimo mais o número dos Rebimbas e teríamos de incluir no número dos padres pelo menos mais quatro: Domingos Tavares Amador; José Joaquim Pereira de Sousa (Zarelho); José Luciano Tavares Afonso e Cunha, de Pardilhó, mas filho do bunheirense Miguel Tavares; e António Tavares Afonso e Cunha (Nédio)”.

¹⁰Segundo o Pe. Manuel Cirne, após ter exercido as funções de preceptor dos irmãos Magalhães Lima (Sebastião e Jaime), passou a viver no Cartaxo, onde se encontrava em 1875. E, de 1886 a 1891, foi capelão do Asilo de D. Maria Pia, em Xabregas, Lisboa.

Quanto ao dito “segundo ramo” dos Rebimbas, o Pe. Manuel Cirne não deixa de mencionar que, em Junho de 1989, já tinha publicado alguns dados biográficos no Jornal “O Concelho da Murtosa” relativos ao Pe. Domingos Tavares Afonso e Cunha (Amador), aludindo então àquela sua ascendência. Quanto ao Pe. Domingos, escreveu então (“Achega” nº 20, de 30 de Junho): “Ordenou-se a título de património, constituído em bens da sua legítima materna e de doação da parte do pai (duas “casas do meio”¹¹ e seu revolvedouro), por sentença de 19 de Junho de 1843, redigida pelo Deão encarregado interinamente do Governo do Bispado (do Porto), António Navarro de Andrade.”

É de salientar o pormenor relativo aos bens da doação do pai, que como se comprova no parágrafo seguinte não são outros senão as suas casas do Cabeço, origem deste ramo dos “Rebimbas” e muito provavelmente também do outro. Isto é, atento o que acima diz o Pe. Manuel Cirne, o verdadeiro local de origem de ambos.¹²

Com efeito, o seu pai, Manuel Tavares Amador, nasceu em 12 de Novembro de 1785, num lugar que o Pe. Manuel Cirne diz ser indistintamente designado por Congostas, S. Simão e Romariz dos Sedouros, mas hoje bem localizado – o Cabeço –, onde viveram os seus pais, avós, bisavós e trisavós.

Tendo em consideração tal facto, reforça que, ao iniciar no mesmo Jornal, em Junho de 1998, a descrição do ramo dos “Rebimbas da Rua do Forno”, deixou clara a notícia de que os ascendentes do supramencionado sacerdote, por via paterna, também pertenciam aos “Rebimbas”, com residência no Cabeço, desde o século XVII. De facto, foi Manuel Tavares Amador quem deixou de usar o apelido de “Rebimbas”¹³ para adotar o de “Amador”, ao qual, no dizer do mencionado autor, raramente acrescentou “da Cunha”.

Os pais de Manuel Tavares Amador foram Manuel Tavares Rebimbas e Rosa da Cunha, que contraíram matrimónio na igreja do Bunheiro, em 25 de Julho de 1782.

Os filhos e demais descendentes dele, conservando assim o apelido de “Tavares”, juntaram-lhe o de “Afonso” (da parte da mãe, Maria Afonso Vigário, do Celeiro) e o de “Cunha” (da parte de Rosa Amador da Cunha, do Feital). O que, aliás, condiz com a tradição familiar. Segundo a ascendência paterna de Manuel Tavares Amador, deparamos com outro Manuel Tavares Rebimbas, seu avô, que casou com Maria Rodrigues, na igreja do Bunheiro, em 12 de Junho de 1759. Também o seu bisavô se chamou Manuel Tavares Rebimbas, tendo casado com Joana Rodrigues Amador, na mesma igreja do Bunheiro, em 05 de Outubro de 1731. Este seu bisavô, por sua vez, era filho de Domingos Tavares e de Maria André Rebimbas, cujo assento de casamento o autor diz não ter conseguido localizar.

Conclui assim que o apelido “Tavares” dos “Tavares Amador” e “Tavares Afonso e Cunha”, originários do Celeiro, tem a mesma origem dos “Tavares Rebimbas”. O “casal-tronco” deste segundo ramo foi, pois, formado por Manuel Tavares Amador e Maria Afonso Vigário, que contraíram matrimónio na igreja do Bunheiro em 26 de Outubro de 1816, tendo estabelecido residência em casa da noiva, no lugar Celeiro, freguesia do Bunheiro.

¹¹“Casas do meio” não são edificações independentes, mas constituem apenas a parte (ou partes) central e de maior valor da típica “Casa Murtoseira” (N.A.).

¹²Da existência das referidas casas, foi testemunha o nosso avô materno, o qual, nascido no último ano do século XIX e não obstante ainda criança, presenciou a sua demolição. Era propriedade avantajada, que usufruía de ribeira particular. Hoje dividida e reduzida a mera terra de cultivo, entre as suas areias lavradas, ainda se encontram restos de cerâmica e lascas de xisto, restos da primitiva morada.

¹³“Rebimbas” é o plural de “Rebimba”, nome feminino, hoje praticamente caído em desuso, mas ao qual os dicionários continuam a atribuir o significado de “indolência”, “moleza” e “preguiça”.

O noivo também costumava usar o nome de Manuel José Tavares Amador. O “José”, como segundo nome próprio, conforme avisa o autor, adveio do facto (uso frequente noutros tempos) de o seu padrinho de baptismo, recebido em 20 de Novembro de 1785, se chamar Manuel José Afonso.

Por sua vez, a noiva, Maria Afonso Vigário, era filha de Manuel Afonso e de Domingas Amador, nasceu em 14 de Janeiro de 1800 e foi batizada no dia 16 imediato.

Eis a transcrição fiel do respectivo assento de casamento:

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de mil oitocentos e dezasseis de manhã, nesta Paroquial Igreja de São Mateus do Bunheiro feitas nella as três canónicas admoestações Matrimoniais, sem impedimento algum canónico, guardada em tudo a forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição deste Bispado, na minha presença e das testemunhas o Reverendo Manuel Alves Amador e Manuel Afonso desta freguesia, se casaram in facie Ecclesia por palavras de presente os contraentes = Manuel José Tavares Amador, filho legítimo de Manuel Tavares Rebimbas e Rosa Amador da Cunha, neto paterno de Manuel Tavares Rebimbas e Maria Rodrigues e materno de Pedro Afonso e Maria Amador, todos desta freguesia. Com Maria Afonso Vigário, filha legítima de Manuel Afonso e Domingas Amador do lugar do Celeiro, neta paterna de Manuel Rodrigues e Maria Mateus e materna de Manuel Mateus Ruela e Domingas Amador, todos desta freguesia, e ambos os contraentes nella com atual domicílio e logo receberam as Bênçãos Matrimoniais ao Sant Ofício da Missa; e para constar fio este assento, que assino com as testemunhas, era ut supra. O Cura António Rodrigues Pinto.

Este casal teve nada menos que catorze filhos. Já os enumerámos em anterior número de “Terras de Antuã”, a propósito da publicação do artigo intitulado “A Odiosíssima Morte do Lázaro”.

É de ressalvar aqui o propósito manifestado pelo Pe. Manuel Cirne relativamente à atenção que pretendia dispensar à descendência resultante do segundo casamento do 4º filho do casal, Miguel Tavares Afonso e Cunha,¹⁴ nascido em 29 de Setembro de 1821. A propósito deste segundo casamento,¹⁵ escreveu o autor, na “Achega” nº 54-5, publicada no Jornal “O Concelho da Murtosa”, de 30 de Novembro de 1998, o seguinte:

Deixou numerosa descendência, que viveu desde Pardilhó a Angeja e vive ainda no Porto e em Lisboa, com alguns membros exercendo cargos de relevo social, aos quais farei a devida referência.

Não viria, porém, a fazê-la, nem aos descendentes deste ramo dos “Rebimbas” do Celeiro, da freguesia do Bunheiro. E as ditas “Achegas” terminaram abruptamente, com a evocação de alguns dos descendentes do 9º filho deste casal, Evaristo Tavares Afonso e Cunha, nascido em 28 de Novembro de 1829; e também da sua 14ª filha, Joana Maria Tavares, nascida em 12 de Novembro de 1837.

¹⁵Casou em primeiras núpcias, em 8 de Outubro de 1843, na Igreja de Pardilhó, com Ana Joaquina de Abreu Freire ou da Silva Gуро, do Canedo. Tiveram dois filhos: António Joaquim e Manuel Bernardo. “Manuel Bernardo sofreu de loucura, praticou, nesse estado, um homicídio e foi por isso internado em Rilhafoles, onde faleceu; tivera de Catarina Cirne, de Vessadas, no Bunheiro, uma filha, chamada Maria da Assunção, que veio a casar com o farmacêutico António José de Oliveira Guerra” (Cunha, 1984:316). (Este foi o primeiro presidente da Câmara Municipal da Murtosa.) “António Joaquim casou com Umbelina Rosa Pereira Valente, da família Escrivão, e foi filha deste casal Maria Joana, casada com José Manuel da Silva Gуро, filho de Maximiano da Silva Gуро, dos Gurgos do Chouso, na Breja de Baixo, do Bunheiro, e de Domingas Rosália Pereira de Bastos, da família dos Lopinhos, das Teixugueiras” (id:316-317).

¹⁶Casou em segundas núpcias, em 3 de Fevereiro de 1872, também na igreja de Pardilhó, com Ana Joaquina Valente Teixeira, filha de João Valente de Almeida e de Mariana Valente Teixeira.

Quanto a Evaristo, diz que constituiu família, casando na igreja do Bunheiro, em 20 de Agosto de 1863, com a vizinha, irmã do Pe. José Joaquim Pereira de Sousa (Pe. Zé Zarelho), Maria Rosália Pereira de Sousa, filha de Manuel José Pereira de Sousa e de Mariana Valente dos Santos. Deste casal provêm: a) por sua filha Clementina, os nascidos na chamada “Casa do Celeiro”¹⁶ e respetivos descendentes; b) por sua filha Mariana, os Passarinhas, quer os nascidos inicialmente na Entrada dos Sedouros, quer os nascidos depois na Lagoa do Monte, com a sua descendência.

Quanto a Joana Maria diz que casou também na igreja do Bunheiro, em 13 de Janeiro do mesmo ano de 1863, com o vizinho Manuel José Pereira de Sousa, irmão da cunhada Maria Rosália e do já referido Pe. Zé Zarelho. Deste casal descendem os “Tavares” ou “Amigos” do Celeiro, dos quais sobressaem o Dr. António Tavares Afonso e Cunha, na 1^a geração e, na 2^a, o Dr. José Tavares Afonso e Cunha. A mãe de toda esta numerosíssima prole, tendo casado ainda com 16 anos de idade, também viria a falecer nova, aos 38 anos, conforme o atesta o respetivo e breve assento de óbito:

Maria Afonsa Vigária, mulher de Manuel Tavares Amador, do lugar do Celeiro, da freguesia de São Mateus do Bunheiro, faleceu da vida presente aos oito dias do mês de Outubro de mil oitocentos e trinta e oito, com todos os sacramentos, abintestada, e foi sepultada no Adro da Igreja. E para constar, fio este termo. Era ut supra. O Pároco António Marques do Couto.

Em jeito de conclusão, temos assim que a propriedade onde se instalou, no dizer do Pe. Manuel Cirne, o “casal-tronco” que deu origem aos Rebimbas da Rua do Forno, constituído por Manuel da Silva Rebimbas (das Congostas) e Maria Tavares (da Rua do Forno), unidos pelo matrimónio em 19 de Setembro de 1749, passou posteriormente à posse da sua filha Isabel, nascida em 8 de Dezembro de 1752.

Esta usou o nome de Isabel Tavares da Silva (ou Tavares Rebimbas) e casou na igreja do Bunheiro, em 4 de fevereiro de 1777, com Manuel Luís Antão Marques, de profissão boticário, de Veiros, continuando a viver na mesma propriedade. Ela faleceu em 3 de Janeiro de 1819 e ele dez anos depois, em 7 de Julho de 1829.

Por sua vez, este casal teve seis filhos, que atingiram a idade adulta: Maria Josefa; Apolónia; Maria Joaquina, Ana, Lázaro e José Joaquim.

Ana, a 4^a filha deste casal, usou o nome de Ana Tavares da Silva e casou com José Rodrigues Ferreira, natural de Ovar, também boticário, na igreja do Bunheiro, em 1 de Agosto de 1812. Ela faleceu precocemente, em 12 de Dezembro de 1823, tendo deixado órfãos três filhos: Maria, Ana Joaquina e José Joaquim. A sua filha Ana Joaquina, que usou o nome de Ana Joaquina Ferreira Tavares, nasceu em 1820 e viria a casar com o Bacharel em Direito João Pedro Ruela. Terá sido, pelo menos, co-herdeira da referida propriedade, a par do irmão Pe. José Joaquim.

Este casal teve vários filhos, nomeadamente: José Pedro Ruela, Augusto Ruela Ferreira Tavares, Maria Augusta Ruela, Joaquim Augusto Ruela e Cecília Leocádia Ruela. O 2º filho deste casal, Augusto Ruela Ferreira Tavares, Bacharel em Matemática e então ocupando o posto de 2º Tenente do Regimento de Artilharia de Santarém, viria a contrair matrimónio com Maria Eduarda da Cunha Mascarenhas, na

¹⁶Só passou a ser designada assim já nos nossos dias, quando um neto de Evaristo e de Maria Rosália, o eng. Agrônomo Tomás Tavares de Sousa, em gozo de merecida reforma, determinou afixar, numa das ombreiras do seu portão de entrada, meia dúzia de azulejos onde se soletram tais dizeres. (A casa em que viveu o casal constituído por Manuel Tavares Amador e Maria Afonsa Vigário fica-lhe contígua, pelo Sul/Poente. Foi nela que nasceu o Dr. José Tavares Afonso e Cunha, bisneto do referido casal.)

igreja paroquial do Luso, concelho da Mealhada, em 1 de Outubro de 1883.

Ele e a esposa seriam os últimos donos da propriedade que a família ocupou durante 150 anos. Com efeito, em 3 de Outubro de 1899, através de uma *Escritura de Usura com Hipoteca* e a troco do empréstimo da quantia de 400\$000 réis, davam como garantia a favor de António Tavares Afonso e Cunha, do Celeiro, *um aidó lavradio sito na Rua do Forno, limite da freguesia do Bunheiro, a confrontar do nascente e norte com caminhos públicos, sul com prédio de Manuel Gonçalves Tavares e poente com bens dele outorgante devedor e irmãos.*

Não solvida esta dívida, o aidó passaria efetivamente para a posse do credor. Não obstante, em data posterior, o mesmo bacharel e militar, acompanhado igualmente pela esposa, haveria de contrair um segundo empréstimo, desta vez junto de Manuel Amigo Tavares de Sousa, marido de Joana Maria Tavares, sobrinha do primeiro credor. Foi o passo decisivo para a alienação do dito “Sobrado Vermelho”. Estes viriam a ser os pais do Dr. José Tavares Afonso e Cunha, advogado, que acabaria por herdar a totalidade da referida propriedade. Quis, porém, o destino que o mesmo fosse ainda bisneto daquele Manuel José Tavares Amador, oriundo das Congostas mas casado no Celeiro, que prescindiu de usar o apelido de “Rebimbas”.¹⁷

Livro nº 68 a fl. 35 – Traslado

“Escritura de usura da quantia de 400,000 réis, com hipoteca”

Saibam quantos esta escritura de usura com hipoteca virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e nove, aos três de Outubro, nesta Vila de Estarreja e meu cartório, compareceram presentes dum lado como primeiros outorgantes devedores o capitão de artilharia número três Augusto Ruela Ferreira Tavares e sua mulher Dona Maria Eduarda de Mascarenhas Ruela, proprietários, naturais da Rua do Forno, freguesia do Bunheiro, mas residentes na cidade de Santarém, e do outro como segundo outorgante credor António Tavares Afonso e Cunha, viúvo, maior, proprietário, do lugar do Celeiro, da dita freguesia do Bunheiro, todas pessoas reconhecidas de mim Tabelião e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé. E logo perante mim Tabelião e testemunhas disseram os primeiros outorgantes que tinham contratado com o segundo outorgante António Tavares Afonso e Cunha deste lhes emprestar as quantia de quatrocentos mil réis pelo prazo dum ano ou pelo mais tempo que lha pudesse dispensar, pagando-lhe enquanto a devessem o juro anual de seis por cento e as despesas legais: e com efeito sendo neste ato apresentada e contada pelo segundo outorgante credor a referida quantia de quatrocentos mil réis em boas notas correntes neste reino, eles primeiros outorgantes devedores a recontaram, e, achando-a certa, em si a embolsaram perante mim Tabelião e testemunhas, e disseram que ao pagamento e quantia da mesma com seus juros e despesas legais hipotecavam um aidó lavradio sito na Rua do Forno, limite da freguesia do Bunheiro, a confrontar do nascente e norte com caminhos públicos, sul com prédio de Manuel Gonçalves Tavares e poente com bens dele outorgante devedor e irmãos, propriedade que é sua, livre e desembargada sem que dela devam direitos alguns à Fazenda Nacional, porque a houveram de seu pai e sogro o Doutor João Pedro Ruela, tem o valo venal de quinhentos mil réis e ainda se não acha descrita na conservatória desta comarca. Em seguida disse o segundo outorgante António Tavares Afonso e Cunha que aceitava esta escritura na forma declarada, e ma apresentava selos forenses no valor de mil e duzentos réis para abaixo serem colados e inutilizados. Assim o disseram, outorgaram e aceitaram do que dou fé, e vão todos assinar com as testemunhas presentes Manuel Maria de Matos Tavares e Silva, solteiro, maior, professor particular, residente nesta Vila, e Manuel da Costa Mortágua e Silva, casado, carpinteiro, morador nesta Vila, depois deste instrumento lhes ser lido por mim Joaquim Rodrigues da Silva Tabelião que o escrevi e assino em público e raso = Augusto Ruela Ferreira Tavares = Maria Eduarda de Mascarenhas Ruela = António Tavares Afonso e Cunha = Manuel

¹⁷O prédio em causa, despojado já das ruínas do dito sobrado, é propriedade indivisa dos filhos de duas sobrinhas já falecidas do Dr. José Tavares Afonso e Cunha: Alcina Tavares Gуро e Maria das Dores Tavares Borges. Como herdeiro legal de 1/10 de tal propriedade, o autor deste artigo não pode deixar de manifestar aqui a sua pública declaração de interesses.

Maria de Matos Tavares e Silva= Manuel da Costa Mortágua e Silva= Em testemunho de verdade==Lugar do sinal público= O Tabelião Joaquim Rodrigues da Silva=Lugar de dois selos forenses no valor de mil e duzentos réis e de dois industriais no valor de setenta e cinco réis e dum também forense de dez réis correspondente ao recibo de mil réis todos devidamente inutilizados. Nada mais continha a dita escritura que fielmente para aqui fiz trasladar do próprio livro a que me reporto. Estarreja data ut supra. Eu Joaquim Rodrigues da Silva Tabelião que o subscrevi e assino em público e raso.-----.

PARDILHÓ NA IDADE MÉDIA

Marco Pereira*

O presente artigo não pretende ser uma descrição completa da freguesia de Pardilhó, no que respeita à Idade Média. Para se poder conhecer melhor este espaço e período sempre será necessário contextualizar, estudando em paralelo e complementaridade as freguesias vizinhas, sobretudo as marinhas. Importa, pois, acompanhar o estudo de Pardilhó medieval com a leitura de, pelo menos, dois trabalhos anteriores, um primeiro sobre a Terra Marinha¹ e outro mais recente debruçando-se sobre o concelho da Murtosa.² Nestes trabalhos foi dado a conhecer um pequeno número de documentos medievais, respeitantes à freguesia de Pardilhó, a par de outros anteriormente conhecidos. Por sua vez, a recente publicação do Foral de Antuã,³ veio acompanhada de uma colectânea documental, que revelou mais alguns documentos desconhecidos do final do século XV. Concretamente seis aforamentos, oriundos de dois livros não catalogados, do Cartório do Mosteiro de Arouca à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra. A todos esses documentos somam-se outros que agora se publicam pela primeira vez. É pelo apêndice documental que o que ora se publica terá o seu interesse, uma vez que se agregam todos os mais antigos documentos relacionados com Pardilhó até ao ano de 1500.

No espaço dos actuais concelhos de Estarreja e Murtosa, a freguesia de Pardilhó é a mais pobre no que toca a informação conhecida, tanto sobre a Idade Média como períodos anteriores. Não existem castros ou monumentos funerários pré-históricos, designadamente mamoas, sequer indícios dos mesmos gravados na toponímia, como sucede com freguesias vizinhas. Não se encontra toponímia pré-romana, germânica ou árabe. Salvo um documento que respeita ao século X (929), referente a umas salinas situadas em Cabedelo (freguesia de Válega), e que só pela proximidade geográfica (e possíveis características comuns) se pode de algum modo associar a Pardilhó, todos os outros documentos mais antigos de Pardilhó são do fim da Baixa Idade Média: séculos XIV (dois ou três) e XV (doze). É, pois, muito pouco o que se pode escrever sobre a actual freguesia na Idade Média, principalmente sem a contextualização proporcionada pelo que existe das freguesias vizinhas, em particular as marinhas.

Resta dizer que, no período em análise, Pardilhó era, eclesiasticamente, um lugar da freguesia de Santa Marinha de Avanca. Na administração civil pertencia, integralmente, ao concelho de Antuã, depois chamado de Estarreja. Enfim os direitos reais pertenciam ao Mosteiro de Arouca, Senhor da Terra de Antuã, a quem cabia o domínio directo dos prédios aforados, ficando o domínio útil para a generalidade dos habitantes do lugar. Por sua vez, a economia era baseada na actividade agrícola, na pecuária, na salicultura e na pesca.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo da Família Tavares Afonso.

Cirne, Pe. Manuel Joaquim Tavares. "Achegas para a História do Bunheiro", nº 20, in Jornal O Concelho da Murtosa, 30 de Junho de 1989.

Cirne, Pe. Manuel Joaquim Tavares. 1992. Ecos das lutas liberais no Bunheiro e freguesias vizinhas. Bunheiro, Edição do Autor.

Cirne, Pe. Manuel Joaquim Tavares. "Achegas para a História do Bunheiro", nº 54-1 a nº 54-21, in Jornal O Concelho da Murtosa, 30 de Junho de 1998 até 30 de Abril de 2000.

Cunha, José Tavares Afonso e. 1965. Notas Marinhas. Murtosa, Livraria Ramos (Vol. I).

Cunha, José Tavares Afonso e. 1972. Notas Marinhas. Murtosa, Edição do Autor (Vol. II).

Cunha, José Tavares Afonso e. 1984. Notas Marinhas. Murtosa, Edição do Autor (Vol. III).

Lima, Sebastião de Magalhães. s/d. Episódios da minha vida. Lisboa, Perspectivas & Realidades (Vol. I).

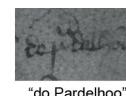
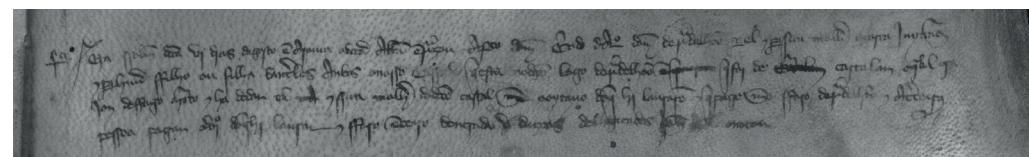
*Advogado

¹PEREIRA, Marco – *A Terra Marinha na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010.

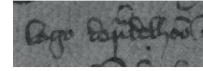
²PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*. Vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021.

³COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saúl António – *Foral de Antuã: edição diplomática e contexto histórico*. Câmara Municipal de Estarreja, 2021.

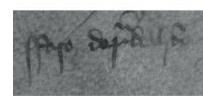
⁴Mutatis mutantis, a possível origem do nome de Pardilhó foi estudada na *Monografia da Murtosa*. Vol. 2, 2019, pp. 83-84.



"do Pardelhoo"



"logo do Pardelhoo"



"fforo do Pardelhoo"

Aforamento no lugar de Pardilhó, Agosto de 1371

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, Lv. 220, fl. 11 / n.º 21, 2.º parágrafo (Livro das Notas dos Prazos, 1364-1376)

DOC. 1

929, AGOSTO, 31 — Venda, que fez Thoresario Presbitero ao Abade Viliulfo, de marinhas de sal na Villa Dagaredo (f. Válega). Estas marinhas de sal estavam situadas no lugar de Cabedelo (f. Válega), próximo do de Fontela (f. Avanca).

Manuscrito:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de S. Salvador de Moreira, Maço 1, Doc. 4 (Mic. 5410)

Publicado:

Portugalae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae, p. 22, doc. XXXV

OLIVEIRA, Miguel de — *Válega Memória Histórica e descriptiva*. Câmara Municipal de Ovar, 1981, pp. 217-218 (tradução a pp. 10-11)

Referido:

PEREIRA, Marco — *A Terra Marinha na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010, p. 13, 31, 65, 66, 72

PEREIRA, Marco — “Os actuais concelhos de Estarreja e Murtosa no século XIII”, *Terras de Antuã*, Câmara Municipal de Estarreja, VIII, 2014, pp. 157-194

Notas:

Não é referido Pardilhó nem nenhum lugar da actual freguesia com o mesmo nome. Porém o contexto geográfico é das imediações da freguesia, podendo haver uma mesma identidade, o que faz com que o documento tenha interesse para a mesma.

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

DOC. 2

1346-1357 ou 1364-1376 — Lista dos Casais e Herdades da terra de Antoã e Avanca, que pagavam foros ao Mosteiro de Arouca, na parte respeitante a Pardilhó.

Manuscrito:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, sem cota conhecida

Publicado:

* MATOS, Ismael — “Subsídios para a História de Pardilhó”, n.º 110, In *O Povo de Pardilhó*, n.º 613, 7.1.1939, p. 1 (transcrevendo carta de Monsenhor Miguel de Oliveira)

PEREIRA, Marco — “Pardilhó - Origens da povoação”, *O Concelho de Estarreja*, n.º 4174, 21.1.2007, p. 4 (apenas na parte respeitante a Pardilhó; sem cota)

PEREIRA, Marco — *A Terra Marinha na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010, p. 60

Referido:

OLIVEIRA, Miguel de — *Ovar na Idade Média*. Câmara Municipal de Ovar, 1967, pp. 63, 184-185 (sem cota)

PEREIRA, Marco — “Pardilhó - Origens da povoação”, *O Concelho de Estarreja*, n.º 4174, 21.1.2007, p. 4 (sem cota)

PEREIRA, Marco — *A Terra Marinha na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010, pp. 13, 23, 25, 27, 28, 36, 44, 48, 49, 50, 64, 67 (sem cota)

Notas:

Miguel de Oliveira notou igualmente a menção, no presente pergaminho, de um casal do Talhadoyo e uma marinha do Talhadeiro, que devem ser no Telhadouro de Pardilhó, lugar várias vezes mencionado em documentos medievais.

Pardilhoo ha hy quatro casaaes em huum deles mora D.º Steuez e en outro mora Martim Spada e en outro mora D.º Eannes e en no outro mora Migºlho (?) destes casaaes am de dar de cada huum o quinto de que laurarem tam bem pam come milho e de foro bj soldos e bij dinheiros e huma galinha e meo cabrito e alm(ude) de trigo despadoa e huum sesteiro de mel e pam que laurarem. Esto he rreguengo e nam da outro foro nem teem carta e darem loyota.

Item em este logar de pardelhoo ha outro casal en que mora Domingos Giraldez E a de dar o quinto do que laurar e de foro quatro soldos e huum capom e huum almude de pam segundo Esto tem per carta pera ssy e pera sua geraçom.

Item Este Domingos Giraldez trage outra erdaque que chamam das Chaãs e do Caualo pera ssy e pera duas pessoas e a de dar a vj parte e meo foro de pardelhoo.

Item ha hy huum casal que chamam do Cartelão e a de dar tantos foros... (o resto desta linha é ilegível; diria talvez: «como os de suso ditos»).

DOC. 3

1366, MARÇO, 13, Arouca — Um homem de Vieiros (sic) e outro de Talhadoiro (Pardilhó?) comprometem-se a explorar a marinha de sal chamada da Boorsa (sic), na freguesia de Avanca, e a dar metade do sal nela extraído ao Mosteiro de Arouca. A abadessa entregará, para ajuda da mesma marinha, 150 libras e um barco.

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, g. 7, m. 1, n.º 19

Publicado:

PEREIRA, Marco — *Monografia da Murtosa*. Vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021, pp. 71-73

Referido:

Arquivo da Universidade de Coimbra, V-3-Cofre-26, fl. 133 (Cartório do Mosteiro de Arouca, Índice geral de pergaminhos — Lv. 231)

PEREIRA, Marco — *A Terra Marinha na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010, pp. 31, 36, 65, 67, 72

Notas:

Composição entre D. Maria Lourenço de Porto Carreiro, abadessa do Mosteiro de Arouca, e Martim Domingues, morador em Vieiros (sic) e Domingos Martins, morador no Talhadoiro (sic), pela qual estes se comprometem a explorar uma marinha de sal chamada da Boorsa, ou Boosa, na freguesia de Avanca, e a dar metade do sal daí extraído ao Mosteiro de Arouca. Por seu turno a abadessa entregará, para a ajuda da dita marinha, a quantia de 150 libras e um barco. Martim Domingues ficará com duas partes da marinha e da quantia e Domingos Martins com uma parte (sic).

A marinha de sal da Boorsa só podia situar-se em Pardilhó ou no Bunheiro, dando realce à teoria da origem do nome de Pardilhó estar nas paredes das salinas.

As salinas documentadas em 1366 e 1370, com o Mosteiro de Arouca dando uma barca e dinheiro a quem as explore, são exemplo do esforço do senhor da terra, em tempo de crise, para ter quem explore a terra (efeitos da Peste Negra, de 1348).

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas, modernização da pontuação, acentuação e hifenização, regularização do uso de maiúsculas e minúsculas e das letras dobradas, e actualização do emprego de “c/ç”, “i/j/” e “u/v”.

[verso]

⁵Prazo da Marinha de Avanca e Antuã, | 2 chamada a Boorsa, a qual deu a | 3 Abadessa a um homem, com condição que, | 4 como a [tivesse] feita, desse cada | 5 ano a metade do sal a este | 6 mosteiro. | 7 Marinha de Avanca

[anverso]

Saíam todos quantos este instrumento virem como treze dias do mês de março, era de mil e quatrocentos e quatro anos, no mosteiro de Arouca, no sobrado | 2 das casas de Dona Maria Lourenço de Porto Carreiro, Abadessa do dito mosteiro, sendo em o dito lugar a dita Abadessa, apareceu Martim Domingues, morador | 3 em Veiros, julgado de Antuã, e outrossim Domingos Martins, morador no Talhadoiro, julgado do dito lugar de Antuã, e disseram à dita Abadessa que ela | 4 e o dito mosteiro haviam uma marinha de sal na freguesia de Avanca, a qual marinha diziam que havia nome a *Boosa*,⁶ que foi do [.....?],⁷ que era a maior | 5 marinha que jazia no dito lugar da Boosa. A qual marinha diziam que jazia desfeita havia grande tempo. E disseram os sobreditos Martim Domingues e Domin- | 6 gos Martins à dita Abadessa que, se lhes dar quisesse a dita marinha, que eles a adu[b]ariam de todo adubo, por tal guisa que se fizesse em ela | 7 sal, fazendo-lhes a dita Abadessa em ano para haverem de fazer. E a dita Abadessa disse logo que lhe prazia, e logo fizeram entre si um contra- | 8 to, que se adiante segue, por esta guisa: que a dita Abadessa ficou logo a dar aos ditos Martim Domingues e Domingos Martins cento e cinquenta libras para ajuda | 9 e reparação da dita marinha, por esta guisa: que como fossem fazendo a dita marinha que assim se lhes fosse ela pagando as ditas cento e ci- | 10 nquenta libras, e outrossim lhes daria um barco para fazerem e manterem a dita marinha. E que este barco lhes daria até o primeiro | 11 dia de agosto, primeiro seguinte. E que o dito Domingos Martins haja a terça parte da dita marinha e a terça parte da quantia que lhes a dita Abadessa | 12 há de dar. E que o dito Martim Domingues haja as duas partes da dita marinha e as duas partes da dita quantia, e que haja para si e para Mendo da | 13 Boosa, no presente. E não a querendo o dito Mendo, que o dito Martim Domingues haja e tome outro companheiro, qual se pagar. E não achando o dito Mendo | 14 nem companheiro para ela, que o dito Martim Domingues haja as ditas duas partes da dita marinha, e mantê-la e fazê-la e repará-la de todas | 15 as coisas que à dita marinha pertencerem, per tal guisa: que faça nela fazer sal em cada um ano nas duas suas partes, e assim | 16 o dito Domingos Martins [n]a sua terça parte, e darem a dita marinha feita e acabada por a guisa que dito é, até deste São João | 17 primeiro que vem a um ano; e começarem em o dito tempo de fazer em ela o dito sal, e fazerem nela sal continuadamente por o | 18 ano, o mais que nela puderem fazer, nem sendo neles à míngua para fazerem o dito sal. E que deste sal todo que fizerem que deem a ela | 19 [dita Abadessa a metade] dele na eira[?]. E que a dita Abadessa livre e defendida o dito Domingos Martins e o dito Martim Domingues e o dito Men- | 20 do, ou aquele companheiro que assim o dito Martim Domingues filhar das armadas das galés para [....?].⁸ E que o dito Martim Domingues e o dito | 21 Mendo, ou companheiro que ele aí puser, e o dito Domingos Martins haja a dita marinha por a guisa e condições sobreditas, para si e para | 22 toda a sua geração, cumprindo eles as ditas condições e pagando à dita Abadessa a metade do dito sal em cada um ano, como dito | 23 é, segundo é conteúdo nas cartas dos emprazamentos que os ditos Domingos Martins e Martim Domingues têm

⁵Nesta legenda, no verso do pergaminho, caligrafia presumivelmente atribuível ao século XVII.

⁶No manuscrito, aqui como nas restantes ocorrências, esta palavra é encimada por um sinal de abreviatura, muito provavelmente com função enfática, apontando para a possibilidade de a leitura intacta ser “Bôosa” ou “Boousa”. Por outro lado, é impossível determinar neste contexto se o “a” que antecede o “b” inicial fará ou não parte do topónimo, embora seja de admitir que se trata apenas do artigo definido.

⁷Leitura e sentido indeterminados: “caytarjo”, “caytajro”, ...?

⁸Ilével, dado acidente no suporte.

do dito mosteiro. E o dito | 24 Martim Domingues por si e em nome do dito Mendo, no presente, ou companheiro que ele assim filhar, e o dito Domingos Martins se obriga- | 25 ram logo por si e por todos seus bens, assim móveis como de raiz, havidos e por haver, a fazer a dita marinha por a guisa que sobre- | 26 dito é, e repará-la de todas as coisas que a ela pertencem, até o dito tempo que dito é. E que, desde aí em diante, eles e toda a sua | 27 geração façam às suas custas e despesas a dita marinha, por guisa que a dita Abadessa haja a metade do dito sal em cada um | 28 ano, do que se na dita marinha fizer e poderia fazer. E não a reparando nem fazendo nem deitando sal por a guisa que dito é, que | 29 a dita Abadessa haja por eles e por todos seus bens, todas as custas e perdas e danos e menoscabos que por a dita razão | 30 receber ela e seu mosteiro. E não achando o dito Martim Domingues o dito companheiro, que o dito Martim Domingues repare e adube as | 31 duas partes da dita marinha por a guisa e condições sobreditas, sob obrigação de todos seus bens, como dito é. E que se por ven- | 32 tura por sua míngua deles não fizerem o dito sal na dita marinha em cada um ano, como dito é, que a dita Abadessa | 33 haja em cada um ano a metade do dito sal que se na dita marinha fizer ou fazer pudera, por eles e por todos seus | 34 bens, como dito é. Das quais coisas a dita Abadessa pediu um instrumento. Testemunhas que a isto tudo presentes foram: João Afonso, | 35 tabelião da Feira, João Fernandes, juiz do Burgo, Estêvão Peres, de Antuã, Martim Martins, de Avanca, Gonçalo Eanes, meiri- | 36 nho. Eu, Simão Domingues, tabelião de El-Rei em terra de Arouca, que por mandado e outorgamento da dita Abadessa e dos sobreditos | 37 Martim Domingues e Domingos Martins, e ao pedir da dita Abadessa, este instrumento escrevi e aqui meu sinal fiz, que tal é: *[sinal do tabelião]*

DOC. 4

1371, AGOSTO, 6, Arouca – Aforamento no lugar de Pardilhó.

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, Lv. 220, fl. 11 / n.º 21, 2.º parágrafo (Livro das Notas dos Prazos, 1364-1376)

Publicado:

Referido:

PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*. Vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021

Notas:

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas, modernização da pontuação, acentuação e hifenização, regularização do uso de maiúsculas e minúsculas e das letras dobradas, e actualização do emprego de “c/ç”, “i/j/y” e “u/v”.

Era ssobredicta,⁹ vj djas d’agosto, em Arouca, a dicta Abbadessa emprazou a Francisco Dominguez, criado de Diogo Dominguez do Pardelhoo, per el e per ssua molher, Maria Jnyaæz[sic], | 2 e per huum ffiho ou filha dantr’elos anbos, o nosso cassal que esta no dicto logo do Pardelhoo¹⁰ [[.....]] que foj de [[.....]] Castalam, o qual ora | 3 jaz de fogo morto[?]. E ha de dar, el [[..]] e ssua molher, do dicto cassal [[..]] o oytao do que h[á] laurarem e que pagem o fforo do Pardelhoo e a terceira | 4 pessoa pagar o vjº do que h[á] laurar e fforo enteiro, d’entrada v duzeas de linguados. Joham Afonso[?]¹¹ anotou.

⁹Na entrada anterior, 1409.

¹⁰ Não é possível determinar a qual dos dois homens pertence o qualificativo “de Pardelhoo”.

¹¹ Leitura possibilitada apenas, dada a tinta se encontrar quase completamente desvanecida, por referência à entrada que se lhe segue, por uma mão que parece ser a mesma, em que o nome do escrivão do mosteiro se consegue ler sem dúvida.

DOC. 5

1425 – *Memória de prazos antigos do Mosteiro de Arouca (livro de notas de prazos, do século XV – 1425-1469), incluindo referência ao lugar das Teixugueiras (f. Pardilhó).*

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, Lv. 10 (nº 40, 1º parágrafo)

Publicado:

-

Referido:

PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*, vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021

Notas:

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas, modernização da pontuação, acentuação e hifenização, regularização do uso de maiúsculas e minúsculas e das letras dobradas, e actualização do emprego de “c/ç”, “i/j/y” e “u/v”.

Item: ho casall na tera d'Antoam, com hua Quebrada das Teixugas, e o casall se nom nomea no prrazo senão diz que foj de Mengelhoso, e o omem a que ho enprrazoram erra morador no Seadouros. Prazo fecto na erra de iiijc xxb annos.

DOC. 6

1427 – *Memória de prazos antigos do Mosteiro de Arouca (livro de notas de prazos, do século XV – 1425-1469), incluindo referência ao lugar das Teixugueiras (f. Pardilhó).*

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, Lv. 10 (nº 35, 3º parágrafo)

Publicado:

-

Referido:

PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*, vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021

Notas:

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas, modernização da pontuação, acentuação e hifenização, regularização do uso de maiúsculas e minúsculas e das letras dobradas, e actualização do emprego de “c/ç”, “i/j/y” e “u/v”.

Item: hua quebrada no julgado d'Antoão, que se chama das Tejxugosas, e hum casall do Saidourros. Nom esta sprito ho nome dele. Foj ffectedo o prazo [[.]]a Dona Britiz d'Almeida, na erra de iiijc xxbij annos.

DOC. 7

1455, SETEMBRO, 22, Coimbra – *Sentença a pedido dos moradores do concelho de Antuã.*

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, g. 2, m. 6, n. 17

Publicado:

PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*, Vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021, pp. 83-85

Referido:

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Contestação e resistência dos que vivem da terra”, *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI). ! – Notas do Viver Social*, Livros Horizonte, 1990, pp. 33, 36

PEREIRA, Marco – *A Terra Marinha na Idade Média*, Junta de Freguesia de Veiros, 2010, pp. 45, 68 e 71

Notas:

No ANTT este documento está incorrectamente catalogado como “Sentença a pedido dos moradores da Marinha, Vagos e Murtosa” (sic).

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas e desdobramento do R maiúsculo, modernização da pontuação e hifenização, e regularização do uso de maiúsculas e minúsculas.

[verso]¹²

1455 N° 17 Antoãa

| 2 Sentença da posse que tem este mosteiro nos | 3 dias de seruiço que Antoãa e os lugares | 4 comarcãos lhe dão, com tal que todos | 5 sejão jgoalados, e não siruão huns | 6 majs que outros.
| 7 —Tem muita rezão —

[anverso]

Vaasco Gill, escudeiro vassallo d'El Rej nosso senhor e ouujdor por Affomso Gill, sseu corregedor na comarca e correiçam da | 2 Estremadura, e por a Rainha nossa senhora em ssuas terras, a quaaesquer juizes e justiças a que [esto pertencer] e esta carta de sentença | 3 tirada de processo for mostrada, ssaude ssabede que presente¹³ o dicto corregedor a juizo pareçeo Joham [Afomso, morador (?)¹⁴] em Avanca e procurador | 4 do concelho d'Antoãa, terra da Abadessa d'Arouca, e mujtos moradores do dicto logo d'Antoãa, dizendo em nome do dito concelho | 5 per o dicto procurador e moradores que era verdade que, em sseendo corregedor da dicta comarca Egus Gonçaluez, elles[?] ouuerom hua ssentença de como eram escusados de nom seruirem aa dicta Abadessa tantos dias como lhe<s> ella fazia seruir. A quall sentença fora em poder | 6 de Gomez Gill, procurador que fora do dicto concelho, pedindo contra elle que lhes desse sua sentença ou dez mjll reis por ella, dando em | 7 reposta o dicto Gome[z] Gill que, em sseendo Corregedor da dicta comarca depois do dicto Egus Gonçalues Diogo¹⁵ Gomez d'Aabreu, que vj- | 8 era per hi e lhe mandara que lhe desse a dicta ssentença, porquanto a dicta Abadessa auja enbargos a sse nom comprir. E elle per sseu | 9 mandado a entreguara a Ruj Vaasquez, tabeliam do dicto julgado, que a tjhna em sseu poder, mandando logo o dicto corregedor ao dicto Go- | 10 mez Gill que o fizesse[[.]]¹⁶ saber ao dicto Ruj Vasquez qua[sic] ataa oyo dias lhe entregasse a dicta sentença ou viesse mostrar do | 11 seu direito que rezom tjhna a lha nom dar. E que a dicta ssentença fora trazida e apresentada ao dicto corregedor per o dicto Ruj | 12 Vaasquez, tabeliam, ssatisfazendo a sseu mandado. E estando o fecto em estes thermos, presente¹⁷ mjm pareçeo o dicto Joham Afomso, procurador do | 13 dicto concelho d'Antoãa, e apresentou huum estromento em o quall eram enssertadas certas repostas que os moradores da Mary- | 14 nha, scilicet, de Uejros e Murtosa e Ss[ay]doros e par de Pardelho, todos juntamente derom aa dicta sentença, dizendo cada hum per | 15 sy que elles nunca husarom da dicta sentença antes que fosse dada nem depois, nem que a nom virom nem della entendiam | 16 de husar; e que nom queriam demanda com a dicta Abadessa, nem a entendiam sseguir. Dizendo-sse logo jssso meesmo per | 17 Aluar'Eanes, meirinho, que os moradores d'Antoãa a que elle per mandado do juiz disera que ffossem ao logo d'Avanca | 18 pera dizerem sseu acordo lhe derom em reposta que a dicta ssentença nom sse entendia em elles, porque elles ssenpre serurom | 19 e serujam e que nunca husarom da dicta sentença nem queriam demanda, e que dello nom eram agrauados, com tanto que | 20 todos ffossem jguallados aa seruentja, cada huum sua carreira por anno, dando outrosy essa meesma reposta os da juradia d'Estareja, e outrosy per o dicto modo responderom os d'Auanca, ssegundo que todo e outras coussas mjllhor e mais compri- | 21 damente era contheudo. | 22 E sobretodo foi rezoado tanto per o Procurador da dicta Abadessa que o ffectedo soy concluso. O qual, | 23 visto per mym, pronunçey

¹²Toda a nota no verso redigida, provavelmente, no século XVII.

¹³No sentido de “perante”.

¹⁴Tinta desvanecida.

¹⁵No manuscrito, apenas a abreviatura polivalente “do”, que neste contexto parece estar no lugar de um nome próprio.

¹⁶Rasurado: “sse”.

¹⁷V. nota 1.

em elle hua ssentença, que tall hee: Visto per mym, Vasco Gill, ouujdor em logo de Afomso | 24 Gill, corregedor, este feito e o que sse per elle mostra, e visto como estes reeos dizem que nom querem husar per a ssentença | 25 que por elles deu Eguas Gonçalvez, em sseendo corregedor, per que os escusaua de algas seruentias que ssenpre d'antgui- | 26 dade derom ao dicto moesteiro d'Arouca e aa dicta auctor¹⁸ e ssuas antecessors, porque dizem que antes da dicta ssentença nem | 27 depous da dada della per ella nunca husarom, e que lhes praz dar ao dicto moesteiro e auctor a seruentja que lhe ssenpre | 28 derom, sse nam que os jgualde[sic] a dicta actor e seus ffectores, que huuns nom ssejam releuados de seruir por outros seruirem | 29 ho dicto. Dos quaaes craramente sse mostra e proua asy per o dicto procurador dos dictos lugares e concelho, como per estromento publico | 30 ffecto e asignado per Ruj Vasquez, tabeliam d'El Rej no dicto julgado. Porem visto todo e bem examjnado per mym [e per sentença?] | 31 defenetiu, julgo que a dicta ssentença dada per o dicto Eguas Gonçalvez sseja cassa e jrreta²⁰ de [nuhum?] | 21 vallor, e que asy | 32 por a dicta actor \e seu moesteiro/, como por os dictos reeos, daqu em diante nom valha nem algua das dictas partes della nom | 33 possam gouujr²²; e que os dictos reeos sruam aa dicta actor e a seu mosteiro como ssenpre serurom, e aos lugares com | 34 as seruentjas que ssenpre acustumaram fazer. E mando que ssejam jgualados que huum nom reçeba mais agra- | 35 uo que o outro. E a dicta actor e seu mosteiro lhes faça aquella defenssom e honrra que della e de suas antecessores[sic] | 36 ssenpre ouuerom. E elles lhe obedeeçam como boo<n>s e liaes seruidores e vassallos e sseja ssem custas. Porem | 37 vos mando que asy ho compraes e façaes conpriv, como per mym hee julguado, ssem outro alguum embargo que a ello po- | 38 nhaaes. E de todo o procurador da dicta actor pediu hua ssentença e eu lhe mandey dar esta ssob meu signall e sseollo | 39 da dicta correiçam. Dada em a çidade de Cojnbrá, xxij dias do mes de ssetenbro, Joham Lourenço, chanceller, a fez, ano do | 40 nascimento de Nossa Senhor Jhesu Christo de mjll e iiijc Lb annos. # | 41 \Nom seja duujda na jnter[linha] honde diz “e seu moesteiro”, que eu scriuam o corregi por fazer verdade. #

DOC. 8

1455, DEZEMBRO, 23 – Pedro Afonso, filho de Afonso Denis de Pardelho (sic), em sentença sobre litígio com o Mosteiro de Arouca, a respeito de um casal de Estarreja.

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, g. 7, m. 1, n. 25

Publicado:

-

Referido:

Arquivo da Universidade de Coimbra, V-3-Cofre-26, fl. 133 (Cartório do Mosteiro de Arouca, Índice Geral pergaminhos, Lv. 231, fl 133) PEREIRA, Marco – *A Terra Marinha na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010, pp. 50, 66, 68, 72

Notas:

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas e desdobramento do R maiúsculo, modernização da pontuação e hifenização, e regularização do uso de maiúsculas e minúsculas.

[verso]

Sentença de Pero Affomso | 2 d'Estareja²³ como o | 3 obrigar[[â]]o a pouoar o casal | 4 chamado de

¹⁸No sentido arcaico do “autor” de uma demanda.

¹⁹Leitura muito duvidosa devido a tinta desvanecida.

²⁰Ou seja, “irrita” (nula).

²¹Leitura duvidosa devido a falhas de tinta.

²²Na grafia moderna, “gouvir”, sinônimo arcaico de “gozar”.

²³No verso, a partir deste ponto, outra mão.

Pardelhoo, como Vas- | 5 co Vicente o d'Estarreja

| 6 1455
| 7 Casal do Pardelhoo
| 8 Casal d'Estarreja
| 9 Ambos deste mosteiro em Antoã

[anverso]

Dom Ssancho de Noruenha, Conde d'Odemira, capitam, rregedor e gouernador | 2 da cidade de Çepta por Ell Rrej meu senhor, a uos juizes de minha ujlla d'Aa- | 3 ueiro e a outros quaequer a que esto pertençer, saude ssabede que perante mim ueo huum | 4 feito que sse perante uos trautaua em a dicta mjnha ujlla a rrequerimento de Joam Martjnz | 5 d'Auellás, procurador que he do numero em essa meesma, ho quall feito era antre Dona Aba- | 6 dessa d'Arouca como autor dhua parte e huum Pedr' Afomso, filho d'Afomso Do[m]i[n]gues de | 7 Pardelhoo, como rreeo da outra. Em o quall feito, antre as outras cousas, era conteudo que o dicto | 8 Joam Martjnz d'Auellas, como procurador da dicta Dona Abadessa e em seu nome, parecera perante | 9 uos com hua carta que dante uos juizes leuara pera os juizes da cidade de Coinbra, per | 10 que mandasse çitar o dicto Pedro Afomso que ujesse presente uos estar a direito com a dicta Dona Abade- | 11 ssa; e nas costas da dicta carta huum estromento per que sse mostraua que o dicto Pedr' Afomso fora cit[a]- | 12 do e asjnado de a que perante uos pareçesse, mostrando-uos o dicto Joam Martjnz, em no- | 13 me da dicta Dona Abadessa, huum estromento de contrauto e premudaçom fecta antre a dicta Dona | 14 Abadessa e huum Uaasco Ujçente d'Estareia e o dicto Pedr' Afomso, per ho quall contrauto sse mostra- | 15 ua o dicto Uaasco Ujçente sseer obrigado a ujuer e pouoar ho dicto casall d'Estareja e o dicto | 16 Pedr' Afomso ho casall de Pardelhoo, onde ho dicto sseu padre uju[e]ra; e que elles de sseus praze- | 17 res sem nemhua prema²⁴ perante a dicta Dona Abadessa e com seu consentimento premuda- | 18 rom os dictos casaaes, obrigando-sse ho dicto Pedr' Afomso a ujuer e pobrar o dicto ca- | 19 sall d'Estareia e pagar [o] foro do rregueengo aa dicta Dona Abadessa, assy e pella | 20 gujsa que o dicto Uaasco Ujçente era obrigado, e que a dicta Dona Abadessa lhe corregesse \ao dicto Uaasco Ujçente/ duas | 21 casas e lhe mandasse tapar a laura do lugar o primeiro anno e mais nom; e que o dicto | 22 Pedr' Afomso tornara ao dicto Uaasco Ujçente, por a permudaçom que asi com elle fazia, hua egoa | 23 com hua poldra dhuum anno e mais duzentos e çinquoenta rreis em dñhheiro, e que | 24 lhe desse os çem rreis ataa primeiro dia de maio do presente anno do dicto contrauto. | 25 E que a dicta Dona Abadessa em seu nome e do dicto conuento e mosteiro lhe aprouera de o | 26 dicto Uaasco Ujçente sseer obrigado aos casaaes de Pardelhoo e a foro do rregueengo pera elle e | 27 [per]a a sua geeraçom, e e[s]to meesmo ho dicto Pedr' Afomso sse[er?] obrigado a[o] casall | 28 [...] | 25 da [...] | 26 [Uas]co Ujçente ao foro do rre[g]ue[en]go, dando sua autoridade [quanto?] | 27 | 29 de dñreito deuja dar, e que lhe prazia o dicto Uaasco Ujçente auer o dicto casall, e ella dicta | 30 Dona Abadessa lhe rrefazer todo, asi e pella guisa que dicto he. E que a ella lhe praz- | 31 {z}ia e prometera de fazer a cada huum sseu prazo per emfatiosim ao foro do rregueengo, | 32 segundo custume da dicta terra, e que os dictos Uaasco Ujçente e Pedro Afomso disserom que lhes prazia | 33 asi sseerem hobrigados, outorgando as dictas partes que quallquer delles que contra elle fosse | 34 em parte ou em todo pagasse dez mjll rreis aa parte que em ello manteuesse, ssegundo ma- | 35 ys compridamente em ho dicto contrauto era conteudo. E mostrando-uos asi ho dicto procura- | 36 dor da dicta Dona Abadessa e mosteiro as dictas escripturas, logo per elle uos fora rrequerido que, po- | 37 ys ho dicto Pedro

²⁴Ou seja, “peia”, “obstáculo”.

²⁵Ilegível devido a rasgo no suporte.

²⁶Idem.

²⁷Reconstituição dificultada por dano no suporte.

Afomso fora citado, e o dia e termo a que ouuera de parecer era passado e | 38 mujto mais, que aa sua rreuelia [[d]]o dicto Pedro Afomso lhe julgassee o dicto Pedr' Afomso sseer te- | 39 udo de morar e pouoar o dicto casall e o manteer ao foro do rregueengo o dicto ca- | 40 sall, e mais pagar aa dicta Dona Abadessa e seu mosteiro os dictos dez mjll rreis, e o con- | 41 danasseeas nas custas. E uos, Fernam de Anes, juiz, ujsto todo como o termo da cita- | 42 çom era passado e mujto mais, per sentença julgastes que o dicto Pedro Afomso pouoasse e manteue- | 43 se o dicto casall e pagasse os dictos dez mjll rreis, e mandastes dar carta per que o dicto | 44 Pedro Afomso fosse preso e trazido aa dicta mjnha ujlla pera sse delle [.....]²⁸ [d.....]²⁹ [o quall he(?)]³⁰ | 45 preso e trazido [[aa]] dicta mjnha ujlla. E o destes ssobre fiança a Joam Lourenço, o quall Pedro Afomso fez | 46 sseu procurador, e per sseu procurador uos ffoy rrequerido que, porquanto era moço e orfam de pay e de may, | 47 e queria tanto mostrar de sseu direito que nom era teudo nem obrigado ao dicto casall rreg- | 48 <u>eengo a que queriam obrigar, e que uos pedia que a dicta sentença que contra elle aa sua rreuelia dreeses | 49 ouuesees por nemhua, e que queria purgar a rreuelia. E per Joam Martinz, filho do dicto | 50 Joam Martinz procurador, uos fora rrequerido que o feito esteuesse assym ataa que o dicto sseu pay, | 51 procurador da dicta Dona Abadessa, ujesse de casa d'El Rrej, onde era, e que o dicto Pedro Afomso | 52 sse obrigou tornar aa prisam a fazer dessy direito, e uos dera fiança em os dictos dez mjll | 53 rreis, o quall feito espaçastes por hum mes a que o dicto procurador da dicta Dona Abadessa po- | 54 desse ujir, ssegundo todo esto e outras cousas em o processo perante uos trautado mais com- | 55 pridamente he conteudo. E correndo asi o feito perante mym foi-uos dado tempo a que fezesees aa | 56 dicta mjnha ujlla ujir o dicto Pedro Afomso a estar a direito, o qual presente mim pareçeo a tres dias | 57 deste mes de dezembro de iiijc lta e cinquo annos, e porquanto nom quis dar fiança o mandey pre- | 58 nder. E jazendo asi preso pareçeo perante mim Ruj Uaaz, escudeiro e procurador | 59 de Dona Abadessa per ssua ssoficiente procuraçom, per prazimento e rrequerimento do quall eu mandej | 60 ssoltar ho dicto Pedr' Afomso, os quaees despois em ho dicto dia perante mim pareçerom, | 61 e per o dicto Pedro Afomso ffoy dicto que a elle prazia hir pouoar e manteer o dicto casall ao foro | 62 do rregueengo, ssegundo no dicto contrauto era conteudo, comtanto que a dicta Dona | 63 Abadessa lhe manteuesse o que lhe ficara. E logo per o dicto Ruj Uaaz, procurador | 64 da dicta Dona Abadessa e conuento do mosteiro, foj dicto que elle em nome da dicta Dona Abade- | 65 ssa e mosteiro e conuento lhe prometia a manteer todo o que lhe a dicta Dona Abadessa ficara. E | 66 <o> dicto Pedro Afomso disse que lhe prazia. E [[.....]]³¹ ujsto ho dizer danbos e o outorgamento do dicto | 67 Pedr' Afomso, pronunciey em ho dicto feito hua sentença, que tal he: Visto este feito e o que se | 68 per elle mostra, e ujsto ho contrauto feito antre a dicta Dona Abadessa e o dicto Pedro Afomso, e ujsto | 69 como sse em elle ho dicto Pedr' Afomso obrigou a pouoas[sic] ho dicto casall d'Estareia em elle | 70 conteudo ao foro do rregueengo, e ujsto como ora presente mim disse que lhe prazera [[.]]³² | 71 pouoar-ho-lho[?]³³ dicto casall e comprir ho dicto contrauto em todo ao foro do rregueengo sse- | 72 gundo em elle he conteudo, comtanto que a dicta Dona Abadessa lhe compra as condiçõees | 73 a que sse hobrigou em ho dicto contrauto, e ujsto como Ruj Uaaz, procurador da dicta Dona Aba- | 74 dessa em sseu nome, sse logo obrigou a todo comprir per sentença, julgou que a dicta Dona Aba- | 75 dessa compra todallas clausulas conteudas no dicto contrauto em que sse obrigou, e o dicto | 76 reeo pouore ho dicto casall a foro do rregueengo, ssegundo hoibr[igado] he e asi ssera com | 77

²⁸Ilegível devido a rasgão no suporte.²⁹Ilegível devido a aparente prega no suporte.³⁰Leitura duvidosa por aparente prega no suporte.³¹Rasurado: "o dicto".³²Rasurado: "g".³³No manuscrito, obviamente sem hifenes, a dúvida de leitura prendendo-se apenas com a antepenúltima e a penúltima letras, cujo desenho parece parcialmente sobreposto.

[...] ³⁴ ho contr<a>uto em t[.....]³⁵ he conteud[.] e condano[?]³⁶ [.....]³⁷ ta ujsto | 78 [...] ³⁸ nom queria [.....]³⁹ he. Em [a] quall mjnha [.....]⁴⁰ s consenti- | 79 rom e o dicto Ruj Uaaz, em nome da dicta Dona Abadessa e conuento, pedio que lhe manda- | 80 sse asi dar hua sentença, e eu lhe mandey dar esta. Porem uos mando que a guardees | 81 e compraes e façaes guardar e comprir [[.]]⁴¹ como em ella he conteudo lhe nom fa- | 82 çades. Dada em a dicta mjnha ujlla, a xxij dias de dezembro. O Conde ho mandou per Fer- | 83 nam Gill de Ualença, escudeiro de ssua casa e ouujdor de ssuas terras, Pero Gonçalluez, escu- | 84 deiro do dicto senhor, a fez, anno do nascimento de Nossa Senhor Jhesu Christo de mjll e iiijc lta | 85 e cinquo annos. Nom seja duujsa onde diz "ao dicto Uaasco Ujcente", porque eu escriuam ho corregi por fa- | 86 zer uerdade. | 87 Fernam Pague xxbijjº rreis | 88 Gill

DOC. 9

1464 – *Memória de prazos antigos do Mosteiro de Arouca (livro de notas de prazos, do século XV – 1425-1469), incluindo referência ao lugar de Pardilhó.*

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, Lv. 10 (nº 45, 6º parágrafo)

Publicado:

Referido:

PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*. vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021

Notas:

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas, modernização da pontuação, acentuação e hifenização, regularização do uso de maiúsculas e minúsculas e das letras dobradas, e actualização do emprego de "c/ç", "i/j/y" e "u/v".

Item: outrro casall que esta em terra d'Antoam, n'aldea de Pardelho. E co'ele derom ao lavrador a que ho enprazaram que podese tomar do monte maninho terra em que fermase hua tejga de pão. Ho prazo feçto na era de iiijc Lxtaiij annos.

DOC. 10

1464 – *Memória de prazos antigos do Mosteiro de Arouca (livro de notas de prazos, do século XV – 1425-1469), incluindo referência ao lugar de Pardilhó.*

Manuscrito:

* Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório do Mosteiro de Arouca, Lv. 10 (nº 46, 2º parágrafo)

Publicado:

Referido:

PEREIRA, Marco – *Monografia da Murtosa*. vol. 4, Câmara Municipal da Murtosa, 2021

Notas:

Transcrição realizada, a pedido do autor, pela Doutora Ângela Miranda, com resolução de abreviaturas, modernização da pontuação, acentuação e hifenização, regularização do uso de maiúsculas e minúsculas e das letras dobradas, e actualização do emprego de "c/ç", "i/j/y" e "u/v".

³⁴Ilegível devido a tinta desvanecida e dano no suporte.³⁵Ilegível devido a rasgão no suporte.³⁶Leitura muito duvidosa por dano no suporte.³⁷Ilegível devido a rasgão no suporte.³⁸Ilegível devido a tinta desvanecida e dano no suporte.³⁹Ilegível devido a rasgão no suporte.⁴⁰Idem.⁴¹Rasurado: "se".

Item: outrro casall em tera d'Antoam, em Pardelho. E não se nomea senão ao llavrrador a que fezerrom o prrazo. Feçto o prrazo na era de iiijc Lxtaiij annos.

DOC. 11

[1473] JANEIRO, 22, Mosteiro de Arouca – *D. Leonor Coutinha, abadessa do Mosteiro de Arouca, com a comunidade fazem carta de prazo a Pêro Martins, morador em Pardilhó, e a todos os seus descendentes, de um casal que tinham neste lugar, em que morou Pedro Pintilhão, com o foro anual de 16 alqueires de trigo, pagos no celeiro de Estarreja. A título de entrada, os foreiros pagaram à abadia um carneiro e ficaram a dever uma fogaça.*

Manuscrito:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1D-13-1-124, fls. 247v-248

Publicado:

* COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saul António – Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico. Câmara Municipal de Estarreja, 2021, pp. 170-171, doc. 8

Referido:**Notas:**

O documento, a que falta o milésimo, integra-se no livro de prazos de 1473, surgindo entre contratos desse mesmo ano e mês.

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

DOC. 12

1474, JANEIRO, 10, Mosteiro de Arouca – *D. Leonor Coutinha, abadessa, e demais comunidade do Mosteiro de Arouca fazem carta de prazo a Pedro Anes e seus descendentes de um casal em Pardilhó, com o foro de 16 alqueires de trigo, pagos no celeiro de Estarreja, mais lutuosa e gaiosa segundo o costume da terra. De entrada, os inquilinos pagaram um carneiro e uma fogaça.*

Manuscrito:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1D-13-1-124, fls. 267v-268

Publicado:

* COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saul António – Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico. Câmara Municipal de Estarreja, 2021, pp. 175-176, doc. 11

Referido:**Notas:**

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

DOC. 13

1499, NOVEMBRO, 18, Mosteiro de Arouca – *D. Catarina Teixeira, abadessa do Mosteiro de Arouca, com as monjas da comunidade fazem carta de emprazamento a João Álvares, Morador em Pardilhó, em três vidas, de uma quebrada chamada da Esmoutada, de um chão no regato da Pousada e de um moinho, que os inquilinos já traziam, pela renda de cinco alqueires de centeio e uma galinha e, de lutuosa, outro tanto.*

Manuscrito:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1D-13-1-125, fls. 8v-9

Publicado:

* COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saul António – Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico. Câmara Municipal de Estarreja, 2021, pp. 195-196, doc. 22

Referido:**Notas:**

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

DOC. 14

1499, NOVEMBRO, 18, Mosteiro de Arouca – *A abadessa do Mosteiro de Arouca, D. Catarina Teixeira, com a comunidade das monjas emprazam a Jorge Pires e a Afonso Anes, moradores em Pardilhó, na terra de Antuã, e a uma terceira pessoa após eles, a marinha chamada Meigil, junto ao esteiro do Arneiro. Os inquilinos pagariam o foro de 120 reais brancos em cada ano.*

Manuscrito:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1D-13-1-125, fls. 9-9v

Publicado:

* COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saul António – Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico. Câmara Municipal de Estarreja, 2021, pp. 196-198, doc. 23

Referido:

-

Notas:

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

DOC. 15

1500, OUTUBRO, 23, Mosteiro de Arouca – *Carta de emprazamento feito por D. Catarina Teixeira, abadessa do Mosteiro de Arouca, e demais comunidade, a Fernão Jorge, em três vidas, de um assento de casas e um chão, que o arrendatário havia arroteado, na aldeia de Pardilhó, onde se chamava Teixugueiras, terra de Antuã. Pagariam anualmente, no celeiro de Estarreja, a renda e pensão de quatro alqueires de centeio e uma galinha de cada casa e outro tanto de lutuosa.*

Manuscrito:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1D-13-1-125, fls. 35v-36v

Publicado:

* COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saul António – Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico. Câmara Municipal de Estarreja, 2021, pp. 205-206, doc. 28

Referido:

-

Notas:

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

DOC. 16

1500, OUTUBRO, 25, Mosteiro de Arouca – *D. Catarina Teixeira, abadessa do Mosteiro de Arouca, com a comunidade conventual, fazem carta de prazo a João Peres, em três vidas, de um chão e assento de casas, por ele edificado, nas Teixugueiras, junto à aldeia de Pardilhó, “do concelho e jurisdição” de Antuã, com a renda e pensão de quatro alqueires de centeio e uma galinha, de casaria, o mesmo valor se aplicando à lutuosa.*

Manuscrito:

Arquivo da Universidade de Coimbra, Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1D-13-1-125, fls. 36v-37v

Publicado:

* COELHO, Maria Helena da Cruz, e GOMES, Saul António – Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico. Câmara Municipal de Estarreja, 2021, pp. 207-208, doc. 29

Referido:

-

Notas:

Não se transcreve o documento por o mesmo estar publicado e por essa via ser de fácil consulta.

A ARTE RETABULAR NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE EM SALREU

*Maria Clara Paiva Vide Marques**
*António Leandro***

Salreu: terra ancestral

A Capela de Nossa Senhora do Monte, integrada na atual paróquia de São Martinho de Salreu, arciprestado e concelho de Estarreja, diocese e distrito de Aveiro, situa-se ... *num morro a dominar o Antuã, donde se goza boa vista sobre a Ria, santuário de altura e outrora isolado, centro de devoção regional...*¹, e do seu altaneiro termo espraia-se longamente o olhar pelo Baixo Vouga Lagunar, com os seus aluviões de arroz, até à Ria de Aveiro e ainda se vislumbra parte da bacia do saracoteante rio Antuã², seu afluente.



*Licenciada em Ciências Históricas, Pós-graduada em Museologia e em História Contemporânea. Autora de obras e artigos monográficos na área de história e património.

**Licenciado em História de Arte e Mestre em Património e Turismo. Professor. Autor de obras e artigos monográficos na área de história e património.

¹GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Capela de Nossa Senhora do Monte*. Versão em CD, CD II, p. 1.

²O rio Antuã nasce em Romariz, concelho de Santa Maria da Feira, e desagua a sul de Estarreja no rio Vouga, passando pelos concelhos de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Albergaria-a-Velha, Arouca, Vale de Cambra e Estarreja.

A origem toponímica de Salreu parece ser germânica como evidenciou Marco Pereira, após dirimir diferentes hipóteses³, as quais poderão ser compulsadas no seu próprio escrito. Por seu turno, as origens antropológicas de Salreu, atualmente com o estatuto de vila, elevada a esta categoria a 19 de dezembro de 2004 pela Assembleia da República⁴, remontam, porventura, a um tempo bastante ancestral como demonstram os vestígios pré-históricos do megalitismo, os quais já eram registados nos séculos XIII, tendo sido grafados em 1257 com a demarcação na carta de doação do Couto de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca⁵, demonstrando-se, assim, que Salreu nos inícios da segunda metade do século XIII pertenceria a Antuã. A investigação arqueológica deu-nos a conhecer também comunidades do período proto-histórico, mais concretamente do primeiro milénio a.C., da Idade do Bronze e do Ferro, havendo vestígios de diferentes períodos da Época dos Metais, como atestam as escavações arqueológicas no seu castro, o qual tem vindo a ser sistematicamente objeto de estudo histórico-arqueológico desde 2011⁶.

No entanto, estas comunidades, já mais evoluídas, acabaram por ser integradas no processo de romanização, *pois às numerosas divindades indígenas, os romanos chegados à Hispania vieram adicionar, não só o seu próprio panteão e o culto imperial mas também os deuses orientais, que os hispanos talvez já conhecessem através de contactos anteriores com fenícios, gregos e cartagineses*,⁷ o que poderá justificar a putativa existência de um templo romano, ou simplesmente a prática cultural, na atual elevação geomorfológica Senhora do Monte. Por outro lado, a principal via romana *Olissipo-Bracara Augusta* contribuiu de sobremaneira para o desenvolvimento das comunidades locais a par de outra via, que cruzava a anterior, a qual passava por Viseu em direção a *Emerita* e que atravessaria também a atual região de Estarreja, desde a zona costeira, e, por conseguinte, nas proximidades de Salreu.

É precisamente no decorrer do período romano, ainda antes do Édito de Milão, o qual concedeu liberdade religiosa, no ano de 313, pelo selo do imperador Constantino, que encontramos a paróquia de *Antuane*, a qual está mais bem estudada no período suevo-visigótico, apesar de se saber ... *que existiam já no final do século II comunidades cristãs organizadas e não apenas fiéis dispersos*.⁸ Todavia, sabemos que as paróquias do período suevo-visigótico derivam das *civitates* romanas, isto é, replicam em termos de divisão eclesiástica a mesma organização administrativa do período tardo-romano, o que demonstra que *Antuane* seria uma *civitate* romana. Ora, esta paróquia de *Antuane*, pertencente à diocese de *Aeminium* (atual Coimbra)⁹, e que já se encontra registada nas atas do Concílio de Lugo, no ano de 569,¹⁰ segundo

³PEREIRA, Marco – “A primeira referência escrita a Salreu”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 9. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2015, p. 158.

⁴A decisão da Assembleia da República foi promulgada a 7 de janeiro de 2005 pelo então Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e referendada a 13 do mesmo mês pelo Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Santa Lopes. De referir que no mesmo dia de elevação de Salreu a vila, Estarreja foi elevada à categoria de cidade.

⁵SILVA, António Manuel e PEREIRA, Gabriel Rocha – “Passado, património e futuro. Primeiros elementos para uma Carta Arqueológica do Concelho de Estarreja”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 5. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2011, pp. 31 e 37.

⁶SILVA, António Manuel, LEMOS, Paulo, SILVA, Sara Almeida e – “Uma década de arqueologia no castro de Salreu, 2011-2021 (um ponto da situação não conclusivo)”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 15. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2021, pp. 35-55. Para além deste artigo e para se saber mais sobre a evolução do estudo do castro de Salreu consultar outros artigos nas revistas anteriores destes e de outros autores: n.º 6 (2012), n.º 7 (2013), n.º 10 (2016), n.º 11 (2017), n.º 12 (2018) e n.º 13 (2019).

⁷AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Temas e Debates; 2004, p. 2.

⁸AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História religiosa de Portugal*. Vol. I... p. 17.

⁹A primeira sede de diocese terá sido em Conimbriga, ainda se mantendo no século VI, mas mais tarde terá sido alterada para *Aeminium*, isto é, a atual cidade de Coimbra, acompanhando o decréscimo de importância da primeira civitate e o crescimento concomitante da segunda. Até 873 Coimbra ainda era designada por *Eminio*, encontrando-se posteriormente a nomenclatura de *Colimbría*. Cf. em FILIPE,

as últimas propostas, situar-se-ia na zona de Salreu, próximo do atual relevo geográfico Senhora do Monte.¹¹

Sabemos também que no século X, já existe referência às terras de Antuã, nomeadamente sobre um possível pequeno Mosteiro dedicado a Santa Marinha nas margens do rio Antuã e, a umas doações reais realizadas ao Mosteiro de Crestuma das terras desta mesma região.¹² No entanto, na passagem da alta para a baixa Idade Média, quando encontramos referências às terras de Antuã, estas reportam-se, sensivelmente, às terras hodiernas de Estarreja e não exclusivamente à atual região de Salreu. A primeira referência mesmo a Salreu data de 1076, poucos anos após a reconquista definitiva de Coimbra, em 1064, registando-se a segunda no ano de 1106, num documento que é cópia do anterior e ambos documentos são pertencentes ao Cabido de Coimbra.¹³ Foi dado a conhecer o documento datado de fevereiro de 1106, no qual Gonçalo Soares, Mendo Obesiz, Eros Soares e outros familiares incorporaram o passal na Igreja de São Martinho de Salreu,¹⁴ igreja que na altura ficaria situada em local diferente do contemporâneo.¹⁵ Estes dois documentos, sendo o segundo cópia do primeiro, provam que a original alusão à Igreja de São Martinho de Salreu será de 1076 e não de 1106, como uma leitura mais incauta pode levar a pensar. Como já anteriormente firmámos, Salreu vem referido na carta de doação de D. Afonso III do Couto de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca (1257),¹⁶ mas volta a figurar num documento datado de 1284, nas Inquirições do tempo de D. Dinis, mais precisamente na asserção às terras baixas que eram cultivadas.¹⁷ Sabemos ainda que em meados do século XIII ficou estabelecida a fronteira entre as dioceses do Porto e Coimbra, demarcada pelo rio Antuã, figurando Salreu na continuação da diocese conimbricense.¹⁸ Esta divisão poderá ter levado à desanexação de Salreu do concelho de Antuã, na medida em que o concelho de Antuã situar-se-ia a norte do rio, enquanto Salreu assenta na margem sul.

É neste sentido que a quinze de novembro de 1519, o rei D. Manuel I, estanciando em Évora, atribuiu foral ao concelho de Antuã ... livrando-os de feudos e vassalagens...,¹⁹ mas mantendo os direitos

Sónia – “A importância da rede viária na estruturação da Diocese visigótica de Coimbra: Antuane como uma das suas paróquias”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 1. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2007, pp. 213-217.

¹⁰PEREIRA, Marco – “Os actuais concelhos de Estarreja e Murtosa no século XII”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 8. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2014, p. 158.

¹¹FILIPE, Sónia – “A importância da rede viária na estruturação da Diocese visigótica de Coimbra: Antuane como uma das suas paróquias”. pp. 207-224.

¹²SILVA, António Manuel e PEREIRA, Gabriel Rocha – “Passado, património e futuro. Primeiros elementos para uma Carta Arqueológica do Concelho de Estarreja”. p. 36. De realçar que não se conhece a localização exata desse cenóbio, muito provavelmente pequeno e de cariz familiar, podendo situar-se na zona de Avanca ou mais para sul. Apenas se sabe que estaria perto das margens do rio Antuã.

¹³PEREIRA, Marco – “A primeira referência escrita a Salreu”. pp. 157-165.

¹⁴FERREIRA, Delfim Bismarck – “Estarreja na Idade Média. Documentação dos séculos X a XIII”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 2. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2008, pp. 23-24.

¹⁵A antiga Igreja de São Martinho localizar-se-ia no final da Rua de São Martinho nas zonas conhecidas como *Adro Velho e Passal*. Cf. SILVA, António Manuel e PEREIRA, Gabriel Rocha – “Passado, património e futuro. Primeiros elementos para uma Carta Arqueológica do Concelho de Estarreja”. p. 39.

¹⁶FERREIRA, Delfim Bismarck – “Estarreja na Idade Média. Documentação dos séculos X a XIII”. pp. 30-35.

¹⁷PEREIRA, Marco – “Os actuais concelhos de Estarreja e Murtosa no século XII”. p. 158. Sobre a população de Salreu consultar o mesmo artigo nas pp. 160,162.

¹⁸PEREIRA, Marco – “Os actuais concelhos de Estarreja e Murtosa no século XII”. p. 178.

¹⁹LEITE, Norvinda – “Foral de Antuã: documentos autênticos que o trouxeram até hoje”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 11. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2017, pp. 139-149.

do Mosteiro de Arouca, constatando-se, assim, a importância que esta região Antuana expressava. De referir que a relevância do topónimo de origem fluvial prende-se com a importância que o rio Antuã desempenhava pelo menos desde a época romana, pois teria, nos primeiros séculos da nossa Era, uma foz aberta semelhante à de um delta e o rio Vouga, por sua vez, desaguaria na zona da Murtosa. Contudo, na passagem do final da Idade Média para a Época Moderna o cordão lagunar do Vouga, que daria origem à ria de Aveiro, já estaria sensivelmente formado. Conquanto, Salreu não foi visado neste foral porque já pertencia ao concelho de Angeja, vila que já tinha recebido, igualmente, foral do mesmo monarca, mas cinco anos antes, a quinze de agosto de 1514.²⁰

O concelho de Angeja, atualmente pertencente ao concelho de Albergaria-a-Velha, viria a ser definitivamente extinto no ano de 1853, após um conjunto de constantes alterações de diplomas legais fruto dos novos governos liberais.²¹

Na primeira metade do século XVII, Salreu terá pertencido ao senhorio de Figueiredo do Rei, mas a vinte e oito de 1650, após diversas tentativas de separação durante o segundo quartel desta centúria, a freguesia foi reconhecida como integrante no concelho de Bemposta,²² do qual seria desanexado em 1835. Só mais tarde viria a ser integrado no atual concelho de Estarreja. Realce ainda para a criação do título de Visconde de Salreu, em 1907, pelo punho de D. Carlos, o qual foi atribuído ao industrial Domingos Joaquim da Silva²³, período que conheceu a atribuição de muitos novos títulos, não só pela mão de D. Carlos, como pelo seu sucessor, D. Manuel II.

A Capela de Nossa Senhora do Monte

No que concerne especificamente a Salreu, ainda na Época Moderna, as melhores informações são fornecidas pelas respostas ao inquérito geral do reino das Memórias Paroquiais de 1758, grafadas pelo Prior Dionísio Pereira Homem, esclarecendo que a freguesia de São Martinho de Salreu, fica na província da Beira, no bispado de Coimbra, na comarca de Esgueira e nos termos das vilas da Bemposta e de Estarreja. Nesta data metade do senhorio pertencia ao Marquês de Angeja²⁴ e, a outra metade à Madre Abadessa de Arouca, reminiscência ainda do couto medieval. A freguesia tinha 2339 pessoas à data daquela resposta e possuía 701 fogos ou vizinhos,²⁵ de acordo com a redação do cura. Mais importante para o nosso escrito

²⁰LEANDRO, António e MARQUES, Maria Clara Paiva Vide – “A arte retabular da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Angeja”.

Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha. N.º 8. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; 2021, p. 236.

²¹LEANDRO, António e MARQUES, Maria Clara Paiva Vide – “A arte retabular da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Angeja”. p. 235.

²²GONÇALVES, António Nogueira – Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Versão em CD, CD II, p. 1.

²³SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e – “As elites e a sua influência nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um exemplo: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – parte I”. Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja. N.º 4. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2010, pp. 157-187.

²⁴Este Marquês de Angeja seria o terceiro, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa, um dissimulado odioso de Marquês de Pombal, tendo, por isso, alcançado o cargo de Ministro Assistente ao Despacho (Primeiro-Ministro) e presidente do Real Erário. Segundo parece foi graças ao seu ministério que o povo criou o ditado popular “Mal por mal, antes Pombal”. Para se saber um pouco mais sobre este 3º Marquês e o marquesado de Angeja consultar LEANDRO, António e MARQUES, Maria Clara Paiva Vide – “A arte retabular da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Angeja”. p. 239.

²⁵CAPELA, José Víriato e MATOS, Henrique – As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas memórias paroquiais de 1758.

Memórias, História e Património. Coleção «Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758». Braga: CITEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho; 2011, p. 70.

é a resposta sobre o número de ermida que o pároco diz existirem, sendo seis: três do povo, públicas, e três de pessoas particulares. Ao elencar começa logo em primeiro lugar pela Nossa Senhora do Monte, seguindo-se a de São Sebastião e a consagrada a Santa Cristina. No referente às particulares são dedicadas a São Gonçalo, Santo António e São Mateus. Escreve ainda, que a única romagem que se realiza na freguesia é a quinze de agosto na ermida de Nossa Senhora do Monte, festividade que se mantém até aos dias de hoje. Nada mais de relevante registou sobre a Capela de Nossa Senhora do Monte, desconhecendo nós, através das respostas ao inquérito real, o que continha o templo, mas pela redação parece ser o templo mais importante, para além da igreja paroquial de São Martinho.

Todavia, temos conhecimento do inventário realizado a vinte e dois de julho de 1911, por António Pedro Ferreira, com a presença de outros elementos, fruto da lei da separação da Igreja do Estado, datada de vinte de abril de 1911, nomeadamente o art.º 62º. Este rol foi desvendado ao público por Hugo Cálão já no ano de 2010.²⁶ Ora, no concernente à especificidade do nosso trabalho o dito rol da nossa Primeira República indica a existência de três altares cada qual com uma imagem, uma banqueta com um crucifixo de madeira dourada, dois tocheiros de madeira, dois crucifixos, uma maquineta com uma imagem de São João, uma imagem muito usada (não específica a hagiografia da imagem), um crucifixo muito usado e um vasto conjunto de alfaias litúrgicas²⁷. De realçar que este parco inventário apenas identifica a imagem de São João, sem esclarecer se seria Baptista ou Evangelista, e todas as outras imagens não estão identificadas. Atualmente cada retábulo expõe também uma imagem: o principal apresenta uma Nossa Senhora com O Menino ao colo, o qual segura a Santa Cruz, imagem esta recente. Segundo Nogueira Gonçalves, a imagem original, em calcário, terá sido vendida²⁸. No retábulo do Evangelho salienta-se a figura de São João Baptista e no retábulo da Epístola expõe-se São José, as mesmas imagens que aquele historiador e inventariador descreveu aquando das suas visitas a este templo nos anos sessenta do século passado.²⁹

No que concerne ao templo julgamos que ele datará de 1687, muito provavelmente a data que marca a finalização das obras, mais propriamente a fachada, visto que os templos eram iniciados pela cabecera e terminados na fachada principal. Aquela data está inscrita ao centro do ornato sobre a porta de entrada.

A capela

A arquitetura do templo é singela e de enorme simplicidade comum nas zonas rurais entre os séculos XVI e XIX, verificando-se quer na estética maneirista, como na barroca até à neoclássica. O templo apresenta uma nave única, larga e elevada, com uma capela-mor bastante profunda, mas mais baixa do que a altura do corpo da capela. O arco cruzeiro é devidamente marcado pelos seus silhares em pedra de grande simplicidade como comprovam as pilastras toscanas que suportam o arco. Quer o corpo como a capela-mor são cobertas com abóbada de berço em madeira dividida em caixotões.

Estas coberturas são fruto de obras de intervenção recente. Junto à entrada da capela encontramos um coro alto de arco fortemente abatido. As aberturas são poucas, ritmadas e iguais no seu desenho,

²⁶CÁLÃO, Hugo – “Os inventários das igrejas e capelas das paróquias dos concelhos de Estarreja e Murtosa – parte I”. Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja. N.º 4. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2011, pp. 55-10.

²⁷CÁLÃO, Hugo – “Os inventários das igrejas e capelas das paróquias dos concelhos de Estarreja e Murtosa – parte I”. pp. 80-81.

²⁸GONÇALVES, António Nogueira – Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Capela de Nossa Senhora do Monte. Versão em CD, CD II, p. 2.

²⁹GONÇALVES, António Nogueira – Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Capela de Nossa Senhora do Monte. Versão em CD, CD II, p. 1.

o que distribui a luz de forma heterogénea permitindo iluminar algumas zonas enquanto outras ficam mais na penumbra, jogo de luz típico do barroco. Apesar da sua elevação, as paredes grossas muito presas ao solo evidenciam um tipo de estrutura, apelidada de estilo chão, muito comum em Portugal entre os séculos XVI e XVIII e que conheceu grande apreço nas zonas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A fachada é, igualmente simples, com os cunhais bem marcados pelas pilastras toscanas e dois fogaréus, ainda de reminiscência maneirista, na sua continuação com um telhado de duas águas. O pórtico apresenta a mesma despretensiosa linguagem com um modesto lintel que estabelece a ligação para uma modesta janela através de uma cartela robusta.

Esta é ladeada por outros dois fogaréus, de desenho idêntico aos que se encontram no telhado. Ao centro da cartela destaca-se a inscrição “1687 ANOS”, envolvida na parte superior e inferior por dois dardos e quatro pontas de diamante, estando este conjunto emoldurado por três humildes linhas em relevo. Ao lado do pórtico rasgam-se duas janelas e uma outra, sobre a cartela, também se abre. Por cima das três janelas evidenciam-se três painéis azulejares produzidos na fábrica Aleluia de Aveiro: São José no lado do Evangelho; São João Baptista no lado da Epístola e Nossa Senhora com O Menino com a Cruz e a Virgem com o cetro ao centro. No lado do Evangelho eleva-se a simples torre, também com pilastras toscanas nos cunhais e aberturas na zona sineira. A coroar a torre erguem-se outros quatro fogaréus iguais aos restantes e uma cúpula em forma de barrete de clérigo. A simplicidade da fachada é típica de uma arquitetura rural realizada entre os séculos XVI e XIX em Portugal, mas o jogo de luz interior conferido pelas aberturas e o uso de uma capela-mor profunda, criada em pleno maneirismo, mas perpetuado posteriormente, atestam a sua característica protobarroca.



A retabulária da capela de Nossa Senhora do Monte

Como já sobejamente escrevemos, este templo possui três retábulos, os mesmos descritos por Nogueira Gonçalves, antes elencados no rol do inventário de 1911 e, porventura, os mesmos que existiram em 1758, aquando das respostas do padre Dionísio ao inquérito real do ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, pois aquele conjunto de retabulária corresponde estilisticamente, ainda que existam diferenças entre todos, ao período registado sobre a porta da capela, 1687, ou seja, num período do maneirismo final e do protobarroco.



O retábulo colateral do Evangelho, localizado junto à parede fronteira do arco cruzeiro, é dedicado a São João Baptista realçando-se, como acima afirmámos, uma imagem iconográfica daquele santo assente numa vigorosa peanha que avança em relação à estrutura. Este móvel retabular apresenta características que indicam ser o mais antigo em termos estilísticos. De organização fortemente vertical, este retábulo apresenta um desenho estrutural muito comum entre a produção da retabulária lateral: estrutura única dividida em três tramos, composto por sotobanco, banco, corpo e remate com um par de colunas em cada lado sem intercolúnios. O sotobanco é em pedra, podendo constatar-se que se trata de uma intervenção e reintegração sensivelmente recente, provavelmente efetuada nos anos sessenta da centúria passada, pois após a visita e descrições do Nogueira Gonçalves a capela sofreu obras de restauro, como o próprio referiu.³⁰



Sobre o sotobanco encontramos o banco retabular que molda uma predela composta por três volumes quadrangulares, sendo que os dois laterais, os quais correspondem a cada par de colunas no corpo, desempenhando a função de pedestal, avançam e o volume central, ajustado ao painel do centro do corpo do retábulo, recua. Todas as faces destes volumes estão totalmente preenchidas com enrolamentos vegetalistas típicos do primeiro barroco, dispostos de forma acentuadamente simétrica e muito racional. Os painéis centrais dos volumes laterais, os pedestais que suportam as colunas, enquadram ao centro um querubim de asas bem estendidas que se solta de uma cartela circular ainda de desenho maneirista, próxima dos desenhos de grutescos do maneirismo pleno e que se encontram em muitos ornatos dos retábulos do maneirismo da segunda metade seiscentista.

Nas extremidades das asas do querubim pairam, com grande leveza, apoiando-se em ramagens circulares, duas fénices de pescoço contorcido que procuram debicar as pétalas de uns malmequeres expostos nos cunhais superiores. Estes malmequeres encontram-se, igualmente, nos cunhais inferiores. Os ornatos compreendem delicadas ramagens entrecruzadas com folhas de maior plasticidade e volumetria. De salientar, sob o querubim, um pano drapeado, descaindo delicadamente da cartela circular maneirista, em jeito de grinalda clássica, expõe um conjunto de três singelas rosas. Quer estas flores quer os malmequeres são flores simbolicamente ligadas a Nossa Senhora. As rosas estão ligadas à

³⁰GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Capela de Nossa Senhora do Monte*. Versão em CD, CD II, p. 2.

Nossa Senhora do Rosário, a qual terá aparecido a São Domingos, e, consequentemente, ao Rosário e os malmequeres pelas suas cores branca e amarela. O branco demonstra a pureza da Imaculada Virgem e o amarelo representa o Sol porque Maria também é vida porque concebeu o Salvador. As faces laterais destes pedestais estão ornadas com gramática idêntica baseada em enrolamentos vegetalistas e florais, mas de maior plasticidade.

A face do volume mais recuado, ao centro da predela, está toda preenchido com a mesma linguagem decorativa acima descrita. Contudo, ao centro destaca-se a base da peanha que suporta a imagem de São João Baptista. A base é uma aleta desmaterializada por larga folhagem de evidente plasticidade, donde espiram dois conjuntos de quatro joviais rosas irmanadas, conferindo uma forte expressividade florais a este elemento.

Sobre a predela, temos o corpo retabular. Este é constituído por três tramos, sendo os laterais ocupados pelo par de colunas coroadas por capitéis compósitos sem espaço intercolúnio e ao centro por um painel quadrangular, sem profundidade, com moldura ornada. O painel é animado por uma Glória Solar com raios retos alternados com outros ondulantes. A face do painel contém ainda suaves e discretos desenhos de elementos vegetalistas. Destaca-se neste elemento a já referenciada imagem de São João Baptista. As colunas são as típicas do primeiro barroco, Barroco Nacional, isto é, as colunas pseudosalomónicas com as seis espiras completamente decoradas com a linguagem comum: folhas de parras como referência à pureza e ao Paraíso, as uvas presenciando o sangue de Cristo e o Seu sacrifício pela humanidade e as fénices, símbolo da ressurreição, a debicarem das uvas. Só quem comungar do sangue de Cristo obterá a Salvação.

Sobre o corpo do retábulo estende-se um entablamento que comunga do mesmo jogo de avanço e recuo de volumes da predela. Sobre cada par de colunas o entablamento avança para recuar ao centro na parte correspondente ao painel central. Os três volumes do friso do entablamento são preenchidos por três grandes querubins de asas estendidas com a parte superior denticulada e sobrepujada com dentes-de-leão. O resto dos espaços envolta dos querubins é animado por enrolamentos vegetalistas de grande ondulação. A parte superior da arquitrave é decorada por elementos idênticos aos da moldura do painel central, pequenas ondulações vegetalistas estilizadas, e ao centro por uma linha de dardos. A vigorosa cornija, por seu turno, é ornada com a mesma gramática decorativa usada na moldura do painel central e na parte superior da arquitrave, mas com maior densidade volumétrica.

Sobre a cornija eleva-se o remate, o qual é centralizado pelo baixo-relevo do Batismo de Cristo, sendo este emoldurado por ornatos iguais aos já acima descritos. Na parte superior do painel esculpido destaca-se um conjunto de agitadas nuvens do qual emana a Pomba do Espírito Santo lançando três extensas línguas de raios solares sobre a cabeça aureolada de Cristo. Este, de joelho esquerdo assente e a perna direita bastante fletida, já com metade do corpo emergido no rio Jordão e com um candal a cobrir o baixo-ventre, cruza os braços sobre o Seu peito. À sua direita encontramos São João Baptista, segurando na sua mão esquerda uma cruz envolta num lenço. O primo de Cristo, estruturado numa linha ligeiramente ondulante para o centro da composição, está vestido à moda romana com uma túnica clara com o ombro direito desnudado e segura com a mão direita e braço quase fechado uma pequena taça dourada, símbolo do batismo. Esta figura-se na linha vertical que parte do centro das nuvens, atravessa a Pomba, o raio central e se dirige ao centro da cabeça de Cristo.

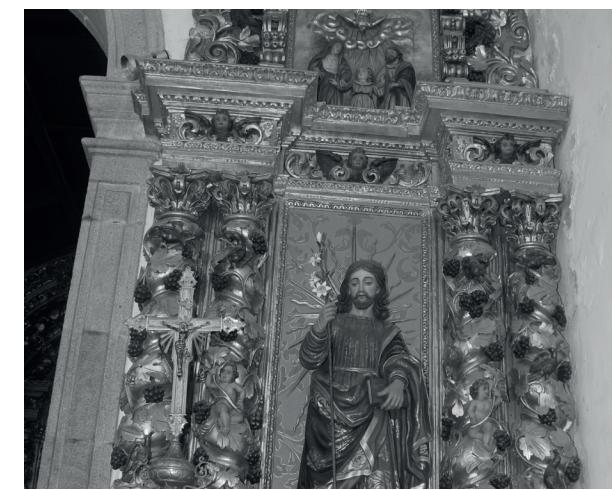
À esquerda ressalta um anjo de asas levantadas posto também numa linha ondulante para o centro da composição, o qual está coberto por uma túnica sob os ombros. O rio Jordão está marcado por uma ligeira ondulação de tonalidade azul que se encontra atrás das três figuras.



A enquadrar este conjunto escultórico salientam-se duas longas mísulas desmaterializadas por uma enorme folha de forte vigor plástico, na parte superior, e graciosas flores na parte inferior ondulante. Sob estas mísulas voltam a destacar-se dois conjuntos de seis joviais rosas. A ladear, na continuação dos tramos de cada par de colunas encontramos uma agitada conjugação de diversos elementos recortados por uma linha de curvas e contracurvas, jogo típico do barroco: folhas de grande plasticidade misturas com leves folhas de parra, partes de cartelas, partes de mísulas e enrolamentos sobre os quais se destacam um profuso cacho de uvas, em cada lado, de onde debicam duas vivas fénices de cabeça contraposta. Sobre o baixo-relevo e as mísulas corre outra cornija em tudo semelhante à já descrita.

Sobre este elemento sobressai um enorme querubim de asas completamente estendidas, as quais são ladeadas por duas cabeças de ave com o bico para o exterior da composição. Estas aves poderiam ser de fénix, pelicano ou águia, estando nós mais inclinados para a última hipótese, sendo aquela, símbolo de todo o poder, mas também o símbolo iconográfico de São João Evangelista, homónimo do representado no conjunto escultórico. Dispersos sobre a cornija encontramos algumas túrgidas folhas e flores e sobre a o querubim, a rematar todo o conjunto, eleva-se duas largas folhas em forma de aletas.

O retábulo colateral da Epístola, dedicado a São José, encontra-se na posição similarmente oposta ao seu congénere evocativo de São João Baptista e anteriormente descrito. Apresenta uma estrutura em tudo igual, composta por sotobanco, banco, corpo e remate, tripartida em tramos.



O sotobanco é igualmente em pedra e, porventura, será devido aos mesmos fatores aventados para o de São João Baptista. Tal como no outro móvel sacro, o banco corresponde a uma predela com a mesma estrutura e o mesmo jogo de volumes. Contudo, ao nível da linguagem decorativa esta diferencia-se na forma de tratamento porque apesar de ao centro dos pedestais laterais, os quais avançam, encontrarmos,

da mesma forma, querubins, estes não estendem tanto as asas e o rosto é mais circular e anafado, de cordo com o ideal estético daquele tipo de rosto de um barroco já desenvolvido. Por outro lado, também encontramos diferenças ao nível do tratamento nas duas fénices: estas são de maiores dimensões proporcionalmente aos restantes elementos e ao espaço de enquadramento e transmitem maior tensão ao debicarem as uvas.

Os restantes ornatos, enrolamentos e elementos vegetalistas demonstram maior turgidez e mais plasticidade, o que lhes confere maior volumetria. Também a ornamentação do painel central sofre um tratamento diferente. Os enrolamentos vegetalistas apresentam mais volumetria e são mais distendidos, demonstrando um domínio claro da gramática ornamental do barroco pleno. Para além destes elementos, sobressaem duas largas margaridas. No seu congénere não havia motivos florais no painel central, exceto na peanha misulada. Neste, a peanha que suporta a imagem de São José, também mostra algumas diferenças. O recorte é realizado com um jogo de linhas contracurvadas, ao invés das linhas misuladas; na parte superior encontramos apenas duas rosas de cada lado, postas de forma mais discreta, e na parte inferior o enrolamento menos excêntrico expõe uma singela margarida. A linguagem ornamental escolhida para esta predela demonstra um domínio mais firme e mais avançado da gramática de um barroco desenvolvido e mais maduro.

No que concerne ao corpo retabular a estrutura é idêntica entre ambos os móveis sacros: dividida em três tramos com os laterais compostos por um par de colunas peseudossalómicas, de seis espiras, sem intercolúnios com capitéis compósitos; o central é constituído por um painel emoldurado completamente igual ao dedicado a São João Baptista, isto é, animado por uma Glória Solar com raios retos alternados com outros ondulantes, estando a face do painel ornada com suaves e discretos desenhos de elementos vegetalistas ondulados. A figura de São José ocupa quase todo o espaço do painel central. As diferenças encontram-se sobretudo nos elementos usados no preenchimento do fuste das colunas.

No retábulo de São José, as folhas de parra são de maiores dimensões e apresentam um maior naturalismo, individualizando-se mais do suporte das colunas. Por outro lado, os cachos de uva são mais volumosos e apresentam mais força, obrigando o observador a dirigir o olhar para o elemento principal da consubstanciação do sangue e sacrifício de Cristo. As fénicas, por seu turno, são mais rolud com patas mais curtas e, consequentemente, menos esguias. As primeiras são mais típicas do barroco pleno e as esguias, do retábulo de São João Baptista, ainda mostram resquícios da talha maneirista tardia.

O entablamento apresenta uma estrutura muito similar, fazendo uso do mesmo jogo de volumes com o avanço dos corpos laterais acompanhando o adiantamento das colunas. A arquitrave elevada é dividida ao centro por uma linha com alternância entre um conjunto de dardos e a linha simples, lisa. A parte superior da arquitrave é animada com os mesmos motivos decorativo da moldura do painel central. O friso, por sua vez, não é denticulado como o de São João Baptista, característica que encontramos na retabularia do maneirismo seiscentista e nos retábulos do final do barroco joanino e nos primeiros rococós. Os enrolamentos folhosos do friso do retábulo de São José são mais volumosos, mais dinâmicas, mais naturalistas e mais túrgidos, verificando-se, também, a presença de alguns malmequeres, flor que não se encontra no friso do retábulo de São João Baptista.

Ao centro de cada volume destaca-se, igualmente, um querubim, mas enquanto no retábulo do Evangelho são os três iguais, neste retábulo da Epístola o querubim central é diferente dos entalhados nos volumes laterais, estabelecendo-se um paralelismo entre o posicionamento dos volumes e o desenho das cabeças aladas. As asas do querubim central são mais densas, mais soltas e mais naturais do que os seus três congêneres do retábulo de São João Baptista, cujas asas são muito mais rígidas. As asas dos querubins

dos volumes laterais do móvel retabular da Epístola, ainda que diferentes das asas do querubim que se encontra ao centro, são também mais soltas e apresentam um desenho em linha diagonal ondulante, coroando um enrolamento vegetalista de volume vigoroso. Ao nível do desenho da face, os querubins do retábulo de São José têm maior expressividade, são mais rechonchudos, os olhos mais vivos e os pomos são mais carnudos, o que demonstra serem esculpidos por uma mão diferente daquela que entalhou os querubins do retábulo de São João Baptista, precisamente como já havia afirmado Nogueira Gonçalves,³¹ sem nunca ter especificado as diferenças de modulação.

No concorrente ao remate, este é muito semelhante estruturalmente ao remate do retábulo de São João Baptista. Apenas difere nalguns elementos, no tema do baixo-relevo do painel e no coroamento do remate. No painel central, que corresponde ao espaço do corpo retabular, encontramos um baixo-relevo com a Sagrada Família sobre um fundo de variação tonal de azuis. Por trás das três santas Figuras desce um clarão amarelo-sol que emana de um conjunto de raios solares que fazem lembrar as línguas de fogo dos Pentecostes. Estes raios estão sob um turbilhão circular de nuvens formando um meio círculo, destacando-se ao centro uma pomba na posição de voo picado descendente, cujas de asas estendidas estabelecem a ligação entre as extremidades do meio círculo de nuvens. O Menino encontra-se ao centro da composição com o braço esquerdo estendido para Maria, a qual repousa a sua mão no antebraço do Seu Filho e caminha apoiada numa bengala, e o braço direito, fletido, entrega-se à mão de São José. Os corpos dos Pais de Cristo estão desenvolvidos segundo uma linha concava ligeiramente ondulada para o centro da composição e da Pomba numa posição de três quartos.

Todavia, os seus olhares dirigem-se para a cabeça do Menino. A ladear este baixo-relevo avançam duas longas mísulas desmaterializadas semelhantes às do retábulo pseudo-gémeo. Por seu lado, as ilhargas, na continuação dos tramos laterais do corpo retabular, apresentam uma construção também similar ao seu congénere, mas o talhe dos elementos vegetalistas, mormente, as folhas de parra expressam mais naturalismo, mais desenvoltura e mais plasticidade. As fénicas também são mais robustas, mais possantes e as suas poses em contraposto são mais vigorosas. A maior diferença entre ambos os remates encontra-se no coroamento. Ao centro mostra-se um querubim de asas levantadas envoltas em duas grinaldas de flores. A lateralizar desenvolvem-se enrolamentos vegetalistas de grande dinamismo. O remate termina com duas largas folhas em forma de aletas sobre o querubim, tal como no retábulo dedicado a São João Baptista.



Apesar das estruturas dos retábulos colaterais serem profundamente semelhantes, deparamo-nos com diferenças ao nível dos desenhos e do talhe dos elementos decorativos: um maior naturalismo dos elementos vegetalistas e florais, mais dinamismo, vigor e plasticidade nos ornatos e um domínio mais seguro e carateristicamente barroco das linhas ondulantes e do contraposto nas fénicas e nos querubins

³¹GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Capela de Nossa Senhora do Monte. Versão em CD, CD II, p. 1.*

do retábulos de São José, diferenças estas já anteriormente devidamente registadas, as quais demonstram que estes retábulos são efetivamente de mãos diferentes. Conquanto, não são apenas de mãos diferentes, mas também de períodos diferentes. O retábulo de São João Baptista, no lado Evangelho, terá sido construído, eventualmente, nos princípios do estilo barroco, talvez entre os anos oitenta e noventa do século XVII, aquando da finalização das obras do templo, apresentando ainda alguma filiação ao maneirismo, quer na estrutura (presença de predela, ausência de camarim e remate com edícula em relevo) quer no desenho dos elementos, principalmente nas linhas delgadas e amaneiradas das fénices e dos querubins.

Por outro lado, o retábulo de São José, no lado da Epístola, terá sido levantado, porventura, já nas duas primeiras décadas do século XVIII, pois apresenta mais maturidade e domínio dos elementos barrocos, com mais plasticidade e mais vigor, a presença de *putti's* nos fustes das colunas e as fénices e os querubins são mais robustos e com linhas contrastantes de maior evidência e posições mais angulosas. É natural que este segundo móvel sacro apresente a mesma estrutura porque foi copiada do seu congénere por forma a estabelecer uma simetria entre as duas estruturas sagradas própria do barroco. O que terá justificado terem sido levantados em momentos diferentes? Talvez a disponibilidade financeira, ou falta dela, pois a capela ficou finalizada apenas 1687 o que terá levado a uma despesa acrescida. Daí ter sido somente encomendado um retábulo, o do lado do Evangelho dedicado a São João Baptista, o que estará correto em relação às práticas coevas porque sempre que se encomendava apenas um retábulo para o corpo do templo seria para colocar no lado do Evangelho e depois, então, para a Epístola.

O **retábulo-mor** é um enorme móvel que ocupa toda a parede testeira da capela-mor, adaptando-se à própria estrutura do teto. É constituído por um alto sotobanco apoiado num singelo embasamento, um banco correspondendo a uma predela, largo corpo e remate semicircular. A estrutura é ainda dividida em cinco tramos que correspondem, *grosso modus*, ao espaço das pilastras das ilhargas, às duas colunas pseudossalomónicas que ladeiam o camarim e ao próprio camarim profundo de contextura concavada, movimento aprofundado pela posição do espaço das pilastras mais avançado e pela disposição das colunas colocadas numa linha diagonal também concavada.



As ilhargas do sotobanco são constituídas por cinco painéis de diferentes larguras animados com um delicado enrolamento traçado com leves folhas de ondulação contraposta que se vão espargindo. Entre as ondulações soltam-se aromáticos malmequeres num desenho simétrico, iterado e racional. Estes cinco painéis suportam os cinco pedestais que constituem a predela do banco retabular e apresentam-se com as dimensões adequadas aos restantes elementos do corpo do retábulo. Porém, os três primeiros painéis encontram-se no seguimento das pilastras dos tramos exteriores e os outros dois painéis, os mais largos, seguem a linha da pilastra mais interior e a coluna mais avançada e mais distante do camarim. Isto provoca que os painéis do sotobanco expressem um muito ligeiro movimento de avanço e recuo

dos corpos. A parte do sotobanco correspondendo ao camarim e à coluna mais interior encontra-se vincadamente mais recuada, desenvolvendo-se uma mesa de altar paralelepípedica com delgadas mísulas nos cunhais.

O frontal da mesa é dividido em três painéis todos preenchidos com o mesmo ornato: dois enrolamentos de folhas abrindo-se em posição contraposta, muito similares aos já descritos nas ilhargas, mas estes mais vigorosos. Ao centro destaca-se uma aberta e humilde flor, sendo sobrepujada por outras duas de tratamento idêntico. Sobre a mesa, numa posição mais recuada encontramos uma fiada similar a uma predela cortada em cinco alinhamentos por pequenos pedestais desmaterializados por forte agitação vegetalista. Estes espaços são também preenchidos por folhas onduladas e no central e nos laterais ressaltam um alegre querubim.

Sobre o sotobanco desenvolve-se o banco que não é mais do que uma predela expressando um acentuado movimento de corpos de acordo com o mesmo movimento conferido pelos elementos do corpo retabular. Na predela encontramos pedestais a escorar as pilastras e as colunas. As faces dos pedestais mais estreitos, os quais suportam as simples e delgadas pilastras, são preenchidas apenas por enrolamentos de forte plasticidade. Os pedestais mais vigorosos que suportam as pilastras e as colunas revelam o mesmo tipo de trabalho com enrolamentos de folhas contrapostas de grande plasticidade e volumetria e entre eles vão surgindo alguns floridos malmequeres. Da parte superior dos ornatos, entrelaçados entre a folhagem, salta um folião querubim.

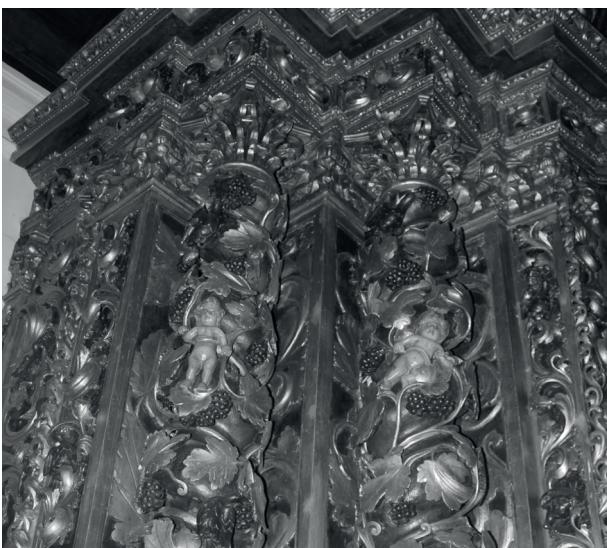
A parte central, correspondendo ao espaço do camarim e da coluna interior é mais recuada, conquanto volta a avançar mesmo ao centro para receber o elevado e majestoso trono. Este elemento que avança simula um sacrário e no lugar da porta encontramos um baixo-relevo assente num turbilhão de nuvens. Sobre estas sobressaem três figuras: ao centro Nossa Senhora vestida com uma túnica rosa de pregueado solto, caído de leves ondulações, e, sobre os ombros, com um longo manto azul com agitadas pregas contracurvadas, em posição de oração com as mãos unidas à frente do peito e com a cabeça descaída em clemência, paira sobre um querubim e é sobrepujada pela coroa como Rainha dos Céus. A ladear A Virgem amparando-a e auxiliando-a a subir aos céus estão dois anafados anjos com as pernas enroladas nas convulsivas nuvens. Nos cunhais desta pseudo porta de sacrário desenvolvem-se duas mísulas desmaterializadas por enrolamentos, folhas e flores, destacando-se dois rechonchudos e animados *putti's* atlantes que, apesar da sua ligeireza, antagonicamente suportam o peso.



Sobre esta predela assenta a grande massa do corpo retabular. Os tramos laterais apresentam uma estrutura sensivelmente plana, com ligeiros jogos de volumes de recuos e avanços. A ligação às paredes laterais faz-se através de meia pilastra (cortada na vertical) de capitel compósito com todo o fuste bem preenchido com agitados elementos vegetalistas de forte ondulação de onde sobressaem algumas margaridas. Ao lado, numa posição ligeiramente mais recuada, encontra-se uma larga fiada (sem base nem capitel) animada por desenvoltos enrolamentos semelhantes aos já descritos, malmequeres abertos

e um fechado e uma fénix a debicar numa daquelas flores. De seguida, avançando um pouco mais que os outros dois elementos supra descritos, entrevê-se uma delgada pilastra, também de capitel compósito, atestada com os típicos enrolamentos de folhas donde emergem três outros malmequeres e uma fénix. Esta antecipa uma outra pilastra, de capitel igualmente compósito, mas desenvolta com o fuste todo preenchido por largos enrolamentos vegetalistas de agitada força que entrelaçam malmequeres e rosas e onde se distinguem um rechonchudo querubim junto à base e uma fénix sensivelmente a meio.

Numa linha mais recuada, ladeiam estas pilastras duas colunas pseudossalomónicas de seis espiras, com o mesmo tipo de capitel, postas numa linha diagonal concavada com o fuste todo revestido com a típica decoração do primeiro barroco: largas folhas de parras de recorte consistente e vigorosos cachos de uvas, nos quais brincam joviais meninos e debicam algumas fénices. Estas colunas resguardam lateralmente a larga tribuna, a qual apresenta uma boca desenhada por duas pilastras em tudo semelhante às já descritas nos tramos laterais com a comum linguagem decorativa de agitados enrolamentos vegetalistas, malmequeres e fénices.



A tribuna profunda destaca-se no centro do corpo rebarbular e rasga o remate através da sua cobertura de meia cúpula. Construída segundo uma estrutura de meio hexágono as suas paredes são divididas em caixotões com enormes ornatos florais. A cobertura é realizada através de uma meia cúpula espartilhada em três fiadas prosseguindo o desenho hexagonal da tribuna. Cada fiada faz uso da típica gramática de elementos decorativos barrocos já presentes no resto do móvel rebarbular, alternando pequenos enrolamentos vegetalistas com outros mais largos e de maior plasticidade, sobressaindo ao centro de cada fiada um rolo querubim de asas levantadas. Esta forma de tribuna e consequente cobertura, não muito usual, pois a norma, mesmo no primeiro barroco português, são as profundas tribunas com cobertura em abóbada de berço, permite manter o entablamento contínuo e a sua pujante cornija, ainda que a meia abóboda se eleve para lá do corpo rebarbular e penetre na zona do remate. Todo o entablamento segue a linha concavada conferida pelas linhas estruturais da tribuna, estabelecendo uma separação entre as paredes e a cobertura, e o seu friso é pejado dos típicos enrolamentos vegetalistas, todos individualizados de acordo com o elemento de suporte que sobrepujam, emergindo um querubim na linha de cada pilastra e de cada coluna. No interior da tribuna, o friso mantém a linguagem ornamental, mas emergem malmequeres.

Ao centro da tribuna destaca-se um bojudo trono de dois largos degraus hexagonais, com as faces desmaterializadas pela famigerada panóplia de ornatos vegetalistas barrocos já tanto descritos, onde se activa a imagem de Nossa Senhora com o Menino ao colo no seu braço esquerdo e segurando o cetro de Rainha dos Céus na mão direita. O Menino, por seu turno, exibe o principal elemento simbólico do Seu martírio, a Santa Cruz. A imagem de Maria, vestida com uma túnica rosa, manto azul-celeste pela cintura e véu azul transparente, paira sobre um turbilhão de nuvens brancas das quais se soltam três angelicais querubins. No intradorso do arco que fecha a tribuna e forma a meia cúpula, ao centro, destaca-se uma concha perfeita símbolo da perfeição e do equilíbrio entre o terreno e o celeste, entre o humano e o divino.



A coroar todo o móvel rebarbular desenvolve-se o típico remate semicircular do barroco nacional, constituído por três arcos concéntricos de toro reto, na parte exterior, na continuação das pilastras dos tramos laterais do corpo, e duas arquivoltas torsas, na parte interior, no seguimento das duas colunas pseudossalomónicas junto à tribuna, sendo os cinco arcos travados por cinco chaves e apresentando um desenho concavado na direção da meia cúpula da tribuna. Os arcos concéntricos prolongam a decoração já executada nas pilastras dos tramos laterais através dos repetidos enrolamentos vegetalistas. Por seu lado, as arquivoltas torsas copiam a ornamentação das colunas com largas folhas de parra, possantes cachos de uvas e algumas fénices enroladas sobre si mesmas. As chaves também mostram a gramática mais comum do barroco nacional, os enrolamentos vegetalistas, contudo as chaves mais exteriores apresentam também botões de rosa na linha dos arcos concéntricos e uma fénix na arquivolta mais larga. As chaves intermédias mostram, nas linhas das duas arquivoltas, dois repolhudos querubins de asas levantadas entrelaçados na folhagem. A chave central, por seu lado, desvenda um querubim de asas estendidas na linha do arco concéntrico e na linha da arquivolta exterior mistura-se com a própria folhagem um jovial a anafado *putti*, cujos membros superiores e inferiores encontram-se olvidados pela própria folhagem, fazendo lembrar as figuras humanas de influência indo-europeia muito usadas no mobiliário de produção asiática em que os seus membros se transfiguravam em elementos vegetalistas e que estiveram muito presentes na primeira fase do barroco em toda a Europa. Esta chave central culmina precisamente na supracitada concha que se encontra na linha da meia cúpula da tribuna e que parece abençoar a Santa Imagem de Maria entronizada.



Este retábulo expressa características comuns do primeiro barroco português, denominado de Barroco Nacional por Robert Smith. Conquanto estamos em crer que terá sido levantado já no século XVIII devido à sua estrutura dinâmica concavada, mas também ao uso de alguns elementos mais desenvoltos como o último *putti* referenciado na chave central do remate. Para além destes, também a estrutura da tribuna demonstra que o gizador dominava os conceitos mais avançados do Barroco Nacional, pois não é o tipo de tribuna mais comum, tendo sido levantados alguns exemplares já no século XVIII, nomeadamente nas duas primeiras décadas. Quanto aos retábulos colaterais, como acima já tivemos a oportunidade de referir, não foram edificados em simultâneo apesar de, à primeira vista, parecerem gémeos. Talvez os possamos de apelidar de gémeos, mas serão gémeos falsos porque o primeiro a ser entalhado foi o do lado do Evangelho, abnegado a São João Baptista, e o dedicado a São José, no lado da Epístola, terá sido construído nos princípios da centúria de setecentos. Como também já tivemos ensejo de expor a nossa ideia, é muito provável que esta situação estivesse relacionada com as possibilidades económicas. Se o retábulo de São João Baptista foi o primeiro a ser colocado no templo falta saber qual terá sido levantado depois. O seu gémeo falso ou o retábulo-mor? Estamos em crer que o retábulo principal terá sido o último a ser erigido, não só porque apresenta uma gramática estrutural e ornamental mais desenvolvida, mas também porque denota uma qualidade superior em termos de domínio da linguagem de um barroco já amadurecido.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Temas e Debates; 2004.
- CÁLÃO, Hugo – “Os inventários das igrejas e capelas das paróquias dos concelhos de Estarreja e Murtosa – parte I”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 4. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2010.
- CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – *As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas memórias paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Coleção «Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758». Braga: CITEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/Universidade do Minho; 2011.
- FERREIRA, Delfim Bismarck – “Estarreja na Idade Média. Documentação dos séculos X a XIII”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 2. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2008.
- FILIPE, Sónia – “A importância da rede viária na estruturação da Diocese visigótica de Coimbra: Antuane como uma das suas paróquias”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 1. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2007.
- GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu*. Versão em CD, CD II.
- GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte. Estarreja. Salreu. Capela de Nossa Senhora do Monte*. Versão em CD, CD II.
- KUBLER, Jorge – *A arquitetura portuguesa chã. Entre as especiarias e os diamantes. 1521-1706*. Lisboa: Edições Vega; s/d.
- LEANDRO, António e MARQUES, Maria Clara Paiva Vide – “A arte retabular da Igreja de Nossa Senhora das Neves de Angeja”. *Albergue. História e Património do Concelho de Albergaria-a-Velha*. N.º 8. Albergaria-a-Velha: Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; 2021.
- LEITE, Norvinda – “Foral de Antuã: documentos autênticos que o trouxeram até hoje”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 11. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja.
- PEREIRA, Marco – “A primeira referência escrita a Salreu”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 9. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2015.

- PEREIRA, Marco – “Os actuais concelhos de Estarreja e Murtosa no século XII”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 8. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2014.
- SILVA, António Manuel e PEREIRA, Gabriel Rocha – “Passado, património e futuro. Primeiros elementos para uma Carta Arqueológica do Concelho de Estarreja”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 5. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2011.
- SILVA, António Manuel, LEMOS, Paulo, SILVA, Sara Almeida e – “Uma década de arqueologia no castro de Salreu, 2011-2021 (um ponto da situação não conclusivo)”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 15. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2021.
- SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e – “As elites e a sua influência nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um exemplo: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – parte I”. *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. N.º 4. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja; 2010.
- SMITH, Robert Chester – *A talha em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte; 1962.

O REGIMENTO DE REPARTIÇÃO DAS SISAS ENVIADO AO CONCELHO DE ANTUÃ EM 1527

Maria Helena da Cruz Coelho*
Saul António Gomes**

1 - A 23 de agosto de 1527, o Licenciado Cristóvão Esteves, do Desembargo Régio, remeteu aos juízes, vereadores, procurador e homens bons do concelho de Antuã, um regimento com o modo de proceder na repartição e cobrança das sisas nesse município. Antuã recebera foral novo assinado por D. Manuel I, em Évora, no dia 15 de novembro de 1519. Do processo histórico que enformou a concessão da carta de foral manuelina de Antuã, demos já larga notícia na obra dedicada precisamente ao Foral de Antuã, recentemente editada pelo Município de Estarreja.¹

Levariam a cabo, os magistrados do concelho de Antuã, quando lhes chegou o regimento da repartição e da cobrança das sisas, datado de 1527, como se referiu, as ações administrativas e judiciais próprias dos cargos para que haviam sido eleitos, de acordo com as normas que regulavam as eleições concelhias no Portugal desse tempo, as quais remontavam aos tempos medievos, com especial destaque para as eleições para ofícios municipais pelo sistema de pelouros, devidamente regimentado nas Ordenações do Reino, seja as Afonsinas, seja, pouco depois, as Manuelinas.²

Esse documento original conservou-se no Arquivo Municipal de Estarreja até aos nossos dias, tendo sido recuperado do esquecimento em que mergulhara, muito recentemente, por diligente intervenção do Dr. Paulo Dias, técnico superior da Autarquia.³ Trata-se, como ficou explícito, de um regimento com os procedimentos a levar a cabo, nas terras do concelho de Antuã, para a recolha das sisas.

Para melhor se compreender este documento, no seu significado histórico, há que elucidar duas questões fundamentais que, aliás, o enformam. A primeira, relativa ao significado das sisas, imposto indireto, criado na Idade Média portuguesa, que se tornou muito significativo para o financiamento do Estado; tão significativo foi que se manteria até à atualidade. A segunda respeita ao processo histórico que envolve a problemática da reforma da cobrança das sisas, medida quase inaugural do reinado de D. João III, que teve, na sequência das Cortes de Torres Novas de 1525-1526, desenvolvimentos importantes, nomeadamente a cedência, pela Coroa, das sisas dos concelhos, contra o pagamento por estes de um preço certo, todos os anos, devidamente contratualizado. Esses contratos foram efetivamente

*Prof. Catedrática aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Investigadora Integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura- FLUC

**Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do CHSC. Este estudo foi gizado em conjunto pelos seus Autores, cabendo a escrita da parte 2 a Maria Helena da Cruz Coelho e da parte 1 e 3 e as transcrições documentais a Saul António Gomes.

¹COELHO, Maria Helena da Cruz e GOMES, Saul António - *Foral de Antuã. Edição diplomática e contexto histórico*, Estarreja, Município de Estarreja, 2021.

²Vd., COELHO, Maria Helena da Cruz e MAGALHÃES, Joaquim Romero - *O Poder Concelhio das Origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica, 1986 [reedição em 2008], pp. 129-130; COSTA, Adelaide Millán - "Nobres, agentes periféricos da coroa e homens dos concelhos: desmaranhas discursivas e articulações factuais (Portugal, finais do século XIV)", *Edad Media. Revista de História*, (Valladolid), 2018, nº 19, pp. 47-73.

³A quem os autores muito agradecem toda a informação, zelo e imagens fornecidas, assim como aos demais responsáveis do Município, muito em especial ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Diamantino Sabina, e à Senhora Vereadora da Cultura, Dr.ª Isabel Simões Pinto, a autorização dada para o estudo e publicação do mesmo.

formalizados, por todo o país, pelos oficiais do Desembargo Real, ao longo do ano de 1527. Entre os muitos contratos então assinados pelo monarca com os municípios de todo o continente, encontra-se justamente o de Antuã, lavrado, em Coimbra, a 21 de agosto de 1527.⁴

2 - As sisas⁵ surgem como um imposto municipal extraordinário a partir de 1336.⁶ Incidiam sobre a compra, venda e troca de bens e os seus montantes destinavam-se, pelo menos inicialmente, à reparação e melhoramento de obras públicas, militares ou civis, das comunidades concelhias.⁷ Mas os monarcas, alegando dificuldades do erário régio, sobretudo para suportar estados de guerra, vão procurarpropriar-se deste imposto a partir do último quartel do século XIV.⁸ Percebe-se por um agravado do povo nas Cortes de Leiria de 1372 que D. Fernando mandara tomar as sisas dos concelhos para custear a guerra que travava com Castela.⁹ Mas, dado que os concelhos foram muito relutantes quanto à apropriação real desse seu rendimento, resultou das Cortes de Évora de 1374 um acordo no sentido de que as sisas dos últimos três anos fossem divididas, cabendo metade à coroa e metade aos concelhos.¹⁰ Todavia, no mesmo ano de 1374, Lisboa veio a conceder as sisas da cidade a D. Fernando, sendo então elaborado um completo regimento sobre a sua cobrança, discriminando os bens onerados, os valores da sisa e a quem cabia pagá-la, fosse o comprador ou o vendedor.¹¹ Certo é que no reinado de D. Fernando houve uma apropriação pela coroa das sisas, que se cobravam no geral por arrematação, mas tal medida não foi imposta genericamente a todos os concelhos, continuando alguns a arrecadá-las para fazer face às suas despesas comuns internas.

Posteriormente, no contexto da crise política de 1383-1385, o Mestre de Avis, já na sua condição de Regedor e Defensor do Reino, pediu a alguns concelhos, em 1384, para apoarem financeiramente a sua causa e a iminente guerra com o rei de Castela e estes concederam-lhe as sisas.¹² Mas foi já como rei que D. João I definitivamente desviou os créditos das sisas dos cofres municipais para os cofres da coroa. Em várias Cortes (de Coimbra de 1385, de Lisboa de 1389, de Coimbra de 1394...) pediu aos povos o seu apoio para custear a guerra, obtendo deles o assentimento à entrega de sisas gerais, alcançando todo o reino, ainda que muitas vezes por um tempo determinado e até por um valor fixado. A partir das Cortes

⁴Documento 2, neste estudo. Os contratos em causa estão compilados nos oito livros da chancelaria de D. João III, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, chamados justamente livros dos contratos.

⁵Como bibliografia sobre o tema leia-se, entre outros, BARROS, Henrique da Gama - *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XVI*, ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, t. IX, Lisboa, Livraria Sá da Costa-Editota, 1950; CAETANO, Marcello - *História do Direito Português*, 2^a ed., Lisboa, Verbo, 1985; FARO, Jorge - *Receitas e Despesas da fazenda real 1384-1481*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1965; GONÇALVES, Iria - "Sisas", in *Dicionário de História de Portugal*, vol., IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s. v. Sisas, pp. 1-2.; GONÇALVES, Iria - *Pedidos e Empréstimos Públicos em Portugal Durante a Idade Média*, Lisboa, Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964; HENRIQUES, António Castro - "The rise of a tax state: Portugal, 1371-1401", e-JPH, vol. 12, number 1, June 2014, pp. 49-66; LOPES, Fernão - *Crónica do Rei Dom Joham I*, Segunda Parte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, cap. CCII.

⁶FARO, Jorge - *ob. cit.*, pp. LXXVIII-LXXXI.

⁷BARROS, Henrique da Gama - *ob. cit.*, t. IX, pp. 402-403.

⁸Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira Marques - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 158-159.

⁹MARQUES, A. H. de Oliveira (org.) - *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, Cortes de Leiria de 1372, art. 5, p. 126:

"Item ao que dizem no quinto artigo que nos mandaramos dizer que lhes mandaramos pedir sisas..."

¹⁰Acordo datado de Sousel, 11 de março de 1375 (publicado em *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando*, vol. I, pp. 141-143).

¹¹BARROS, Henrique da Gama - *ob. cit.*, t. IX, pp. 405-409.

¹²BARROS, Henrique da Gama - *ob. cit.*, t. IX, pp. 413-419. A carta está datada de Lisboa, 14 de fevereiro de 1384 e a sua publicitação no concelho de Montemor-o-Novo, ocorre a 21 de fevereiro de 1384, tendo o concelho acedido a entregar ao rei as sisas e discriminando-se os bens, valores e quem as pagavam, carta que se encontra publicada em FARO, Jorge - *ob. cit.*, doc. 1, pp. 1-7.

de Coimbra de 1398 as sisas passaram a adquirir o caráter de imposto régio, geral e permanente, que, em princípio, se estendia a todos os súbditos do reino. Avultavam mesmo consideravelmente nas receitas públicas da coroa, ascendendo, no começo do século XV, a 74% do seu total, enquanto em Lisboa, no ano de 1474, as sisas perfaziam 53, 9% das receitas da coroa na cidade.¹³ É evidente que ao longo dos anos os privilégios de isenção do seu pagamento se vão sucedendo, como não menos as múltiplas queixas contra os abusos da sua arrecadação por parte de rendeiros, siseiros, contadores, almoxarifes e tantos outros oficiais da fiscalidade régia, questões que muitas vezes os juízes das sisas tinham de resolver.¹⁴

A forma de cobrança das sisas veio, por fim, a ser minuciosamente codificada em 59 capítulos no "Regimento das sisas", outorgado por D. Afonso V, a 27 de setembro de 1476, os quais vigoraram depois no final do século XV com algumas disposições adicionadas por D. João II e D. Manuel.¹⁵

Finalmente, o rei D. João III, atendendo aos pedidos dos povos, decidiu, nas Cortes de 1525, o "encabeçamento" das sisas, determinando que receberia uma soma fixa a pagar por cada concelho, em vez da cobrança direta das sisas. Exetuavam-se do imposto das sisas o ouro, a prata, o pão cozido, os cavalos e as armas. O montante global a receber pela coroa manteve-se, por largo tempo, no valor de 200 contos. Cada concelho, para obter o montante da contribuição que lhe era devida, repartiu a cobrança interna das sisas, ou o seu arrendamento, por ramos, no geral três – o ramo das "correntes", respeitante às mercadorias internas do concelho e que nele se vendiam, o ramo da "propriedade e bens de raiz", que incidia sobre os bens imóveis, e o "cabeção", que abrangia as mercadorias que de fora entravam no concelho para comerciar ou dele saiam para serem transacionadas. Se esta medida serviu ao monarca, que assim garantia um ingresso certo e contínuo para o erário régio, não foi menos vantajosa para os concelhos, pois, à medida que o preço das mercadorias aumentava e dado que o valor a pagar em numerário se manteve com longa estabilidade, arrecadavam muitas vezes quantias superiores às que tinham de solver, ficando com o "sobejo" das sisas, que se tornou um rendimento municipal importante.

3 – Os encargos com o sustento do «Estado Real» português, por 1525, revelavam-se gravosos - o casamento do monarca com a irmã do imperador, a sustentação das praças marroquinas e o esforço de guerra que os portugueses sentiam nas posições que mantinham na Índia e em Malaca, a concorrência e elevados prejuízos que trazia o corso, especialmente francês, aos interesses marítimos e coloniais do reino, entre outros gastos imperativos - e impuseram a necessidade, a D. João III, de encontrar urgentes meios de financiamento da despesa pública.

A venda das rendas das sisas aos concelhos foi uma das opções mais imediatas. A organização dessa determinação foi gerida pelo desembargo Régio, tendo-se destacado, nesse processo, o Licenciado Cristóvão Esteves, um dos principais oficiais públicos, coordenador e executor dessa determinação régia. O processo, devidamente preparado já desde o ano de 1526, estava em marcha e execução em 1527. Foi

¹³Veja-se MARQUES, A. H. de Oliveira - *ob. cit.*, pp. 305, 312. De facto, se, em 1382, as sisas representavam apenas 28% das rendas da coroa, em 1401 elas ascendiam ao dito valor de 74% (HENRIQUES, António Castro - "art. cit.", pp. 59-60).

¹⁴A este propósito leia-se BARROS, Henrique da Gama - *ob. cit.*, t. IX, pp. 426-437. Muito pormenorizadamente sobre os juízes das sisas, seus oficiais e funções, escreve BARROS, Henrique da Gama - *ob. cit.*, t. IX, pp. 445-460, assim como relata com muito detalhe os agravos apresentados nas Cortes contra as sisas e os abusos dos seus exatores (*idem, ibidem*, pp. 401-493). Na análise dos temas dos pedidos e agravos levados às Cortes entre 1385 e 1490, Armindo de Sousa arrolla 11 capítulos em 9 Cortes sobre os juízes das sisas, e 25 capítulos em 11 Cortes sobre sisas e siseiros que se estendem pelos governos de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II (Armindo de Sousa - *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 520, 522). Tais capítulos surgem sumariados nas respetivas Cortes no volume II da mesma obra).

¹⁵Veja-se BARROS, Henrique da Gama - *ob. cit.*, t. IX, pp. 437-444.

a partir da cidade de Coimbra, onde assistiu ou residiu algumas semanas, que o Licenciado Cristóvão Esteves interagiu com muitos concelhos, especialmente no centro de Portugal, em representação da Coroa, assinando com os procuradores dos municípios os concertos e contratos de compra, por estes, das sisas reais. Para calcular o valor destas, concelho a concelho, foram efetuados seguramente levantamentos e recolha de informação fiscal pertinente – num momento histórico, ainda, em que se levavam a cabo, por todo o reino, os censos populacionais iniciados justamente em 1527 – resultando na definição de um valor financeiro final anual, fixo, calculado relativamente ao ano económico de 1526-1527, em que entravam também o um por cento dessas sisas, as ordinárias pagas aos oficiais e recebedores destes impostos e a cera, imposta nos almoxarifados e comarcas e aferida por parcelas proporcionais a cada concelho.

O caso de Antuã, cujo contrato se publica neste estudo, permite o acesso, ao historiador, a toda a informação administrativa que geriu os procedimentos e garantias contratuais entre a Coroa e o Concelho: o pagamento concertado entre ambos seria feito aos quartéis do ano, seria um valor fixo, pago anual e perpetuamente pelo município sem que o rei e os seus sucessores pudessesem introduzir qualquer acréscimo ou aumento no contrato. Resolvia-se, por este contrato, ainda, o problema do excesso de oficiais e recebedores que, desde 1519, se tinham multiplicado por todo o país com agravo de despesas e encargos para os municípios, uma vez que o monarca se comprometia a extinguir tais cargos e ofícios.

No dia 1 de agosto de 1527, em Estarreja, na «casa do concelho em camera», reuniam os magistrados municipais de Antuã, a saber, João Anes, o Novo, de Veiros e juiz ordinário, os vereadores Pêro Jorge de Arga, Afonso Anes, ferreiro, Afonso André, de Avanca, procurador do concelho, e os bons da câmara, João Fernandes, de Antuã, Fernão Anes, dos Saidouros, Jorge Pires, de Pardilhó, Gonçalo Afonso, de Avanca, em vez de João Anes, de Veiros, e Álvaro Gil, por João Anes, de Estarreja, Pantaleão Fernandes, da Murtosa e Jorge Pires, de Veiros. O assunto que os reunia era justamente o contrato das sisas que o rei pretendia estabelecer com Antuã. Com ele concordaram, pois parecia ser benefício comum, e para ele elegeram, como seus procuradores, a João Fernandes, de Antuã, sobrinho de Afonso Gonçalves, e a Bernardo Pires, filho de Afonso Pires. Foi este último, aliás, que, em Coimbra, a 23 desse mês e ano, assinou, pelos vizinhos e moradores de Antuã, o contrato da compra, pelo concelho, da renda anual as sisas.

Antuã comprometia-se a pagar, todos os anos, a quantia de 57 110 reais. Nessa soma entravam 56 mil reais, cálculo do valor em bruto das sisas, mais o um por cento desse dinheiro e, ainda, 11 arráteis de cera, a 50 reais por arrátei.¹⁶ O concelho de Arouca, vizinho ao de Antuã, como se sabe, e sede da abadia donatária deste município, pagaria, por seu turno, 123 300 reais, mais o um por cento e uma arroba e seis arráteis de cera; um pouco mais do dobro do que se acertara para Antuã, como se viu.¹⁷

O processo de contratualização das rendas das sisas, pela sua venda aos concelhos, representa um recurso imediato para suprimento das necessidades de receita financeira da Coroa no começo do reinado de D. João III. A eficácia com que foi levada a cabo essa determinação régia, com os contratos de compra das sisas anuais assinados, ao longo de 1527, por todos ou pela maior parte dos concelhos portugueses desse tempo, revela a capacidade operacional e de ajustamento das esferas fiscais às ordens régias, manifestando a modernidade do Estado português na abertura do segundo quartel de Quinhentos.¹⁸

¹⁶Documento 2.

¹⁷Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 4, fls. 49-52.

¹⁸Aspetos bem intuídos e trabalhados por João Cordeiro Pereira, nos vários ensaios e estudos da sua obra *Portugal na Era de Quinhentos*,

O documento do Arquivo Municipal de Estarreja, que aqui se publica, é um testemunho, paleograficamente belo e historicamente relevante, de um tempo em que Portugal, senhor de um vasto império marítimo, procurava dar resposta aos desafios de sobrevivência, mas também de afirmação política global, que se lhe deparavam, com a participação, fundamental, dos municípios, como o exemplifica justamente o caso de Antuã.

DOCUMENTO 1

1527 agosto, 23, Coimbra – *Regimento enviado pelo Licenciado Cristóvão Esteves, do desembargo régio, ao concelho de Antuã, com o modo de proceder na repartição e cobrança das sisas no referido município.*

Câmara Municipal de Estarreja/Arquivo Municipal – Documentos do Cofre, nº1

Juizes, vereadores, procurador e homens boons do concelho d'Amtoã.

Esta he a maneira e ordem que teres na repartição das sysas em que ora vos contratastes com ho Licenciado Christovão Estevez do meu desembargo e meu procurador pera semelhantes contratos.

Item passados quatro meses do anno por que ho primeiro quartel se nom haa de paguar senom na fym do segundo que lhe na fym dos seis meses mandaes chamar todo ho povo dessa vylla e seu termo e onde se a repartição ouver de fazer as māes vozes emllegereis seis homens de melhores conciencias pera serem repartidores no dito anno nessa vylla, scilicet, dous dos primcipāes e hum mercador e tres do povo, aos quāis tamto que forem emllegydos dareis logo juramento dos Santos Evangelhos que bem e verdadeiramente repartam a sysa pollos moradores dessa vylla segundo cada hum a tever feita e se esperar de fazer pollas mercadorias e trato em que as vyrem amdar porque pera isso lhes damos quatro meses ou cimquo pera se emfformarem do que cada hum tem feito.

E repartyram a cada huum o que lhes parecer que merecem pagar segundo suas conciencias nom atentando paremtes com amor nem malqueremça de maneira que hos pobres nam sejam maltratados e en todo se guarde ygoalldade, razam e justiça.

Item tanto que forem enllegydos logo ao outro dia se ajuntaram com ho esprivam da camara ou com qualquer outra pessoa que pera yso for enllegyda per esa villa. E faram a dita repartição da maneira que acabem de fazer o dito lançamento demtro de dez dias, sem declararem nem dizerem a pessoa allguuā o que lhe asy teverem lançado sob cargo do juramento que tomarem e sob pena de cada huum que ho contrario fizer pagar dous mil reaes pera a dita sysa.

E estes lançadores nam lançaram asy cosa allguuā nem a seus criados nem aprentes demtro no quarto grao porque nelles se terá a maneira que se abaixa [fl. 1v] diraa somente a todos hos outros moradores dessa vylla e arrabalde.

Item tamto que teverem feito per todos ho dito lançamento sem o somarem nem verem ao que supra meter em o lyvro em que ho asy fyzarem na arca do concelho fechado como estam as outras esprituras sem declararem cosa allguuā do conteudo nelle.

E entam se emllegeram per todos hos moradores dessa villa outros seis homens com ho mesmo juramento e da mesma maneira como sobredito he, os quais pollo juramento que lhe seraad dado lançaram a sysa que merecerem os ditos repartidores e seus criados e paremtes demtro no quarto grao segundo Deus e suas conciencias.

Cascais, Patrimónia Historica, 2003. Vd., ainda, sobre este reinado e as suas faces administrativas públicas, CRUZ, Maria Leonor Garcia da – A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

E acabado de fazer o dito lançamento e asynado per todos entam se abrir a lyvro e veram o que supre asy huum lançamento como ho outro. E achando que supre a copia que sam obrigados pagar, mandareis que se paguem pollas a que ho tiverem lançado. E sobejando allguã causa de que se deve pagar diminuiram per todos soldo a lyvra por¹⁹ o que a cada hum tiverem lançado. E achando que falta também acrecimtaram soldo a lyvra per todos o que se fara perante os ditos doze enle gedores da qual repartiçam e lançamento nom avera apellaçam nem agravo conforme ao contrato, somente ficara a mandar e a prover nysos por minhas justiças quando hos lançadores ho mal e se delles agravarem.

Item os que forem repartidores huum anno nam seram repartydores dahi a dous anos salvo se o elles também fyzerem que ho povo todo juntamente digam que elles o sejam outra vez porque emtam ho poderam ser huum anno tras ho outro. E esta mesma maneira se teraa nos ramos e freguesias e vyntenas quando a cada huuã sobre sy for certa causa repartydo per' antre sy ho repartyrem, como se em allguãs comarcas custuma. [Fl. 2]

Item se esa villa quiser fazer repartiçam pollas freguesias ou pollos ramos que forem juntos aa dita sysa com esa vylla por ser todo huum ramo, scilicet, querendo ho povo que no corpo e cabeça do dito ramo seja logo declarado que lhe vem tamta parte e a cada huum dos outros ramos ou freguesias que sam juntas com ha dita cabeça o que cabe a cada huum em repartiçam pera cada huum acodir com yso e a repartir antre sy conforme a este regimento.

E estes seus homens que forem emllegydos pera a dita repartiçam da cabeça mandaram notefficar a cada huum ramo ou freguesia em que enle geram as mais vezes dous homens de cada huum dos ditos ramos ou freguesias que sejam de boas conciencias, os quães vyram aa dita cabeça e se ajuntaram com hos sobreditos seus enllegydos o dia que pera isso per elles for ordenado e por juramento dos Santos Evangelhos declararam o que vem em repartiçam a cada huum dos ditos ramos ou freguesias e asy o que veer aa cabeça avendo respeito aa callydade da terra e destratantes e moradores della e o que todos ou a moar parte delles assentarem yso se esprevera no lyvro da camara dessa villa.

Item os juizes e vereadores e procurador do concelho seram obrigados de fazer fazer [sic] a dita repartiçam ao tempo devydo em modo que ho dinheiro se arrecade e pague ao tempo devydo porque nam no fazendo carregaraa sobr'elles a recadaçam do dito dinheiro. E este regimento comprireteis imteiramente como se nelle contem sob pena de pagar dous myll reaes pera a dita sysa qualque que ho contrairo fizer.

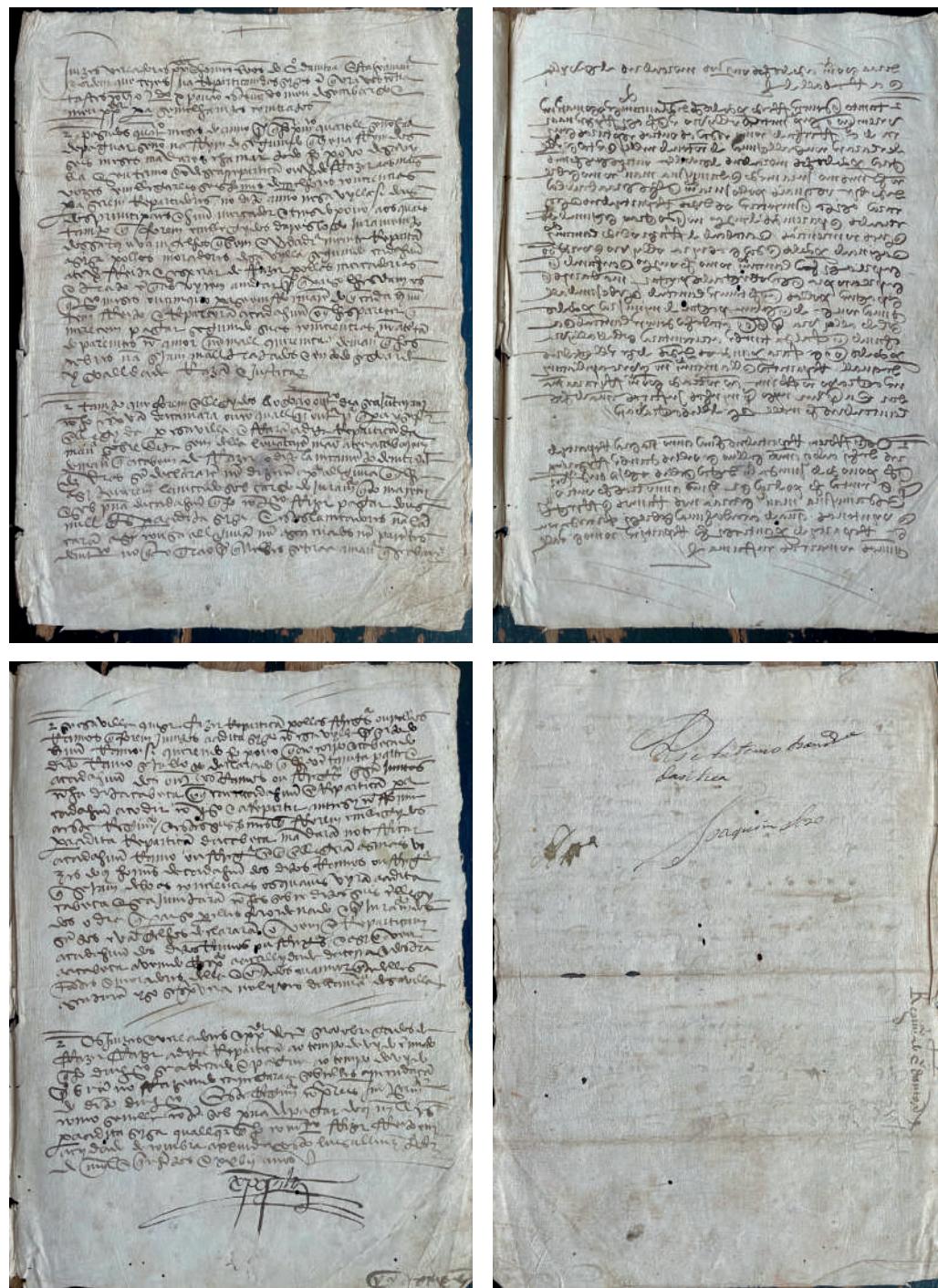
Feito em a cydade de Coinbra, a XXIII d'agosto. Luis Allvarez ho fez, de myl e quinhentos e XXbII annos.

(Assinatura) Christoforus Stephani Licenciatus.

Pagos Cto XXIX reaes (?).

[No sobrescrito]

Regimento do Concelho d'Antoã.²⁰



¹⁹Riscou: "que".

²⁰Apresenta, ainda, em letra do século XVIII: Dis Antonio Bandeira da Silva. — Joaquim Joze. — Antonio (?).

DOCUMENTO 2

1527 agosto, 21, Coimbra – Contrato feito entre a Coroa, pelo seu procurador, o Licenciado Cristóvão Esteves, e o Concelho de Antuã, representado por Bernardo Pires, para o pagamento das sisas, desde então e para sempre, no valor fixo anual de 56 mil reais, mais o um por cento desse valor e 11 arráteis de cera a 50 reais por cada, num total de 57 110 reais.

ANTT – Chancelaria de D. João III: Contratos, livro 7, fls. 52v-54 e livro 8, fls. 4-6v.
Segue-se a lição do livro 7.

Comtrato do concelho d'Amtoã.

Dom Joham e ct. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte dos juizes e ofícias, homes boons e povo do concelho d'Amtoã por seu procurador me foy apresentado hum estormento de comtrato que sobre o tomar das sisas do dito concelho fizeram com ho Lecemceado Christovão Estevez do meu Desembargo que pera isso tem minha soficiemte procuraçao, do que o teor de verbo a verbo he o seguinte:

§ Em nome de Deus, amen. Saybam quantos este <publico> estormento de comtrato virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jhesuu Christo de mil e quynhemtos e vimte sete annos, aos dezassete dias do mez d'agosto, em a cydade de Coimbra, nas [fl. 53] nas cassas do Lecemceado Cristovão Estevez, do Desembargo del Rey nosso senhor e juiz dos feitos de sua fazenda, em presençia de mim Pero Ribeiro, escudeiro do Ifamte Dom Fernamdo, que per autoridade do dito senhor sam pubryco esprivão destes comtratos e das testemunhas avaixo nomeadas, estando hy de preseme de huā parte o dito Lecemceado Christovão Estevez, procurador do dito senhor pera fazer os tāaes comtratos, e da outra Bernardo Pirez morador no concelho d'Amtoã e procurador do dito concelho pera este comtrato segundo logo hy mostraram per duas procuraçoes, scilicet, huā do dito senhor feita ao dito Lecemceado, asynada per sua alteza, e assellada do seu sello, e outra dos juizes e officiaes e povo do dito concelho feita ao dito Bernardo Pirez que parecia ser feyta e asynada do sinall pubrico de Hafomso Pirez tabaliam do pubrico no dito concelho. O teor das quāees procuraçoes huuā apos outra tal he como se ao diamte segue:

§ Dom Joham e ct. Aquy se há-de treladar a procuraçao del rey nosso senhor, feyta ao Lecemceado Christovão Estevez. E a do concelho he a seguimte:

§ Saibam quantos este estormento de procuraçao virem como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jhesuu Christo de mil e quynhemtos e vimta sete annos, ao primeiro dia do mês d'agosto do dito anno em Estarrega do concelho d'Amtoã terra e jurdicām do Moesteiro d'Arouca, em a cassa do concelho, em a camera, estando hy jumtos e chamados segundo seu custume pera o caso de que habaixo fara memçam, scilicet, Joane Annes o Novo, de Veiros, juiz ordenairo no dito concelho e Pero Jorge d'Argā e Afonso Annes, ferreiro, vereadores. E Afonso Andre d'Avanqua, procurador do dito concelho. E Joham Fernandez d'Amtoã e Fernande Annes dos Saydouros e Jorge Pirez da Pardelho e Gonçalo Afomso d'Avamca, por Johane Annes de Veiros, e Alvor Gil, por Joham Annes d'Estarrega, e Pantaliam Ferrnandez da Murtosa e Jorge Pirez de Veiros, homens boos da camara, asy a mor parte dos moradores do dito concelho d'Amtoã que todos presemtes estavão. E logo per todos hos sobreditos juntamemte peramte mym tabaliam e testemunhas abaixo nomeadas foy dito que ha sua noticia viera ora que el rey nosso senhor mandava dar as sysas pera todo sempre aof[s] concelhos e povos de seus regnos por certo preço em cada huum anno pera que dera poder ao Licenciado Christovão Estevez do seu Desembargo e juiz dos feitos de sua fazenda pera se concertar com hos povos por rezam e causa das ditas sisas. E as dar aos ditos povos por certo preço em cada huum anno pera todo sempre. E comsiderando elles que fazemdo-se ho tal comerto elles seriam desemcarregados e livres de hopresões, perdas e dāpnos que recebiam e cada dia recebem na recadaçam das ditas sisas pollos remdeiros e ofícias dellas. E bem asy vendo como per esperiencia se mostra e yyo pollos tempos passados como as remdas das ditas sysas

em cada huum anno vam cada vez em maior crecimiento. E que procedendo dessa maneira pollo tempo vimdoiro e lhes seria coussa muy grave de sofrer e por evitar e atalhar há dita graveza e carrego de maior crecimiento das ditas sisas e por ficarem livres e fora das ditas opressões dos ditos remdeiros e officias e mamtimos delles, o que tudo redomdaria em mais proveyto e descamso dos moradores e povo do dito concelho, elles todos juntamente faziam e constetuiam e ordenavam como de feito ficeram, comstetuiram e ordenaram por seus certos e avomdosos procuradores com libera admenistraçam, no melhor modo e maneira que ho eles com direito podiam pera esta procuraçao melhor valer e mais firme ser, a Joham Fernandez d'Amtoã, sobrinho d'Afonso Gonçalvez, e Bernardo Pirez, filho d'Afonso Pirez, ambos juntamemte e cada huum delles im solidum, pera que por elles e em seus nomes e do dito concelho e de todos seus socesores elles ditos procuradores e cada huum per sy <se concertem e> posão concertar com ho dito Licenciado Christovão Estevez pera eles tomarem em sy as ditas sysas em cada huum anno pera todo sempre por o preço que ora estam no dito concelho, pera que ho dito senhor o aja pera sy e pera todos seus socesores que forem reis destes regnos pera todo sempre por tributo e direito real como tem e há os outros tributos e direitos reāes que pollas leis e hordenações e custumes amtigos destes regnos foram dados e pollos povos concedidos e outorgados aos reis delles. E pera ello posam obrigar a todos elles constetuimtes em seus nomes e do dito concelho e de todos seus socesores pera todo sempre em geral e cada huum em especial. E asy posam obrigar todos os bens deles comstetuiimtes e do dito concelho e moradores delle avidos e por aver a todo terem e manterem, comprirem e pagarem ao dito senhor em cada huum anno o dito preço e comtia e a todos seus socesores que forem reis destes regnos que pollos ditos seus procuradores e cada huum delles for concertado e obrigado, prometido asy e da maneira que o elles constetuimtes prometeriam e diriam e fariam se ha todo presemtes fosem. E prometeram em seus nomes e do dito concelho por sy e por todos seus socesores de ho asy terem e averem por firme e valioso deste dia pera todo sempre o que pollos ditos seus procuradores ou cada huum delles for feyto, dito, contratado, prometido da maneira e modo sobredito. E em testemunho de verdade asy o outorgaram e mamdaram ser feyta esta procuraçao que foy feyta e outorgada no dito logo d'Estarreja, na casa do concelho d'Amtoã, dia, mês e anno sobredito. Testemunhas que presemtes estavão, Bento Annez e Amtam Pirez de Veiros e Gonçalo Fernandez d'Esterreja. E Martim Gonçalvez d'Avamca, e Afonso Gonçalvez, e Joham Afonso d'Amtoã e Joane Annes jurado da Murtosa, e outros. Affomso Pirez tabaliam por el rey nosso senhor no dito concelho que ha todo presemte fuy esto stprevy e aquy meu publico synal fiz que tal he.

§ E apresemtgadas asy as ditas procuraçoes logo pollo dito Lecemceado Christovão Estevez procurador do dito senhor e pollo dito Bernardo Pirez, procurador da dita villa e concelho d'Amtoã, foy dito que hasy hera verdade que ho dito concelho tinha tomado a sysa pera sempre por tributo e direito real por comerto e comtrato que dello tinham feito com ho Lecemceado Christovão Meendez [sic] do Desembargo do dito senhor, por preço de cimquoenta e nove mil reaes e mais cera e huum por cemto. E que depois de hasy terem feyto o dito comerto e comtrato ha dita villa mandou pedir ao dito senhor que lhe quitase alguā coussa da dita comtia e lhe mamdase fazer novo comtrato. E ao dito senhor aprovou de lhe quitar tres mil reaes. E ora elle dito Lecemceado Christovão Estevez em nome do dito senhor e Bernardo Pirez em nome da dita villa e concelho estam [fl. 53v] concertados per vertude das ditas procuraçoes delle dito procurador da dita villa em nome da dita villa e concelho e povo delle tomar em sy a remda das sysas da dita villa asy como o soem amdar em arremdamento e dar por ella ao dito senhor e a seus socesores pera todo sempre outra tamta remda em cada huum anno quamto as ditas sisas estavão ora arremdadas pollo Lecemceado Christovão Memdez menos tes mill reaes que lhe o dito senhor quitou. E estou polla maneira e com has comdições e claussollas seguimtes, scilicet, primeiramente disse o dito Bernardo Piriz que <elle> como procurador abastamte da dita villa e concelho d'Amtoã em seu nome e de todos os moradores della e seus socesores que ao diamte na dita villa e seus termos viverem, morarem ou povorarem se hobrigava como de feyto logo obrigou de dar e pagar em cada huum anno de janeiro que passou deste anno presemte de mil e quinhenmtos e vimta sete em diamte ao dito senhor e a seus socesores reis destes regnos em salvo pera todo sempre cimquoenta e sete mil e cemto e dez reaes polla remda da dita villa e seu termo asy como soem amdar em arremdamento afora as ordinarias dos officias que se pagaram segundo abaixo sera declarado que he outro tamto preço como o Licenciado Christovão Mendez lha tinha dada dada menos os tres mil reaes que lhe o dito senhor lhe ora quita, porquamto o dito

Lecemceado Christovão Memdez [sic] lha tinha dada por cimquenta e nove mil reaes e huum por cento e mais a cera ordenada. E tirados os tres mil reaes de quita fiquam cimquemta e seis mil reaes; e no huum por cento delles se monta quinhemtos e sesenta reaes e em onze arrates de cera que lhe vinha por repartição da cera ordenada em todo o almoxarifado avaliada a cimquemta reaes. E asy sam per todos os ditos cimquenta e sete mil cento e dez reaes. Os quaes cimquenta e sete mil e cento e dez reaes afora ordinarias que ho dito comcelho pagara aos ofícias segundo abaixo sera declarado se hobriga o dito Bernardo Pirez e de feito logo obrigou em nome do dito comcelho d'Amtoã e como seu procurador de pagar ao dito senhor e a seus sucessores reis deste regno em cada um anno pera sempre pera que em paz e em salvo o dito senhor e a seus sucessores ajam todo o que dito he e ho pesuam pera todo sempre por tributo e direito real como o tem e ham os outros tributos, remadas e direitos reaes que pollas leis e ordenações <destes regnros> amtigamemte foram ordenados e pollos povos concedidos e outorgados aos reis delles pera sostentamento de seu real estado, governo da justiça, paaz e defensam da terra, com tal comdiçam que elles nem seus sucessores nam <sejam> obrigados pagarem mais cousa allguã agora nem pollo tempo em diamte por rezam da dita sysa, salvo os ditos cimquemta e sete mil e cento e dez reaes em cada huum anno. O que todo elles amtre sy repartiram, lamçaram e arrecadaram pollos juizes e officias e povo do dito comcelho e pollas pessoas que hordenarem segundo forma do regimento que ho dito senhor pera isso lhes mandara dar, os quães recolleram, repartiram, destreburiram a dita remda amtre sy em cada huum anno por cada pessoa como a fizer e dever pagar, segundo as ordenações e artigos per que as ditas sysas se arrecadavam pera o dito senhor sem nenhum comtador, almoxarife, recebedor, feitor nem outro algum oficial maior nem menor amtre elles emtemder na dita repartição, execução nem agravos della, nem em outra coussa allguã que ha dita remda pertemça somente o dito senhor per sy e per seus officias da justiça que pera isso ordenar. Os quães proveram sobre o modo que hos repartidores e lamçadores teverem na repartição e destrebiçam della quamdo fizerem cousa que nam devam ou alguãs pessoas delles agravarem pera ser provido e feyta justiça de maneira que hos pobres nam recebam agravo nem a outra pessoa seja feyta sem rezam que hora asy daa pollas ditas sisas o dito procurador prometeo e se hobrigou em nome do dito comcelho de fazer os pagamentos em cada huum anno pera sempre em salvo pera o dito senhor imteiramente e sem quebra allguã sem embargo de peste, estrelidade, nem outro algum impedimento, nem emcoveniente, nem necesydade que pollo tempo em diamte se posa recrere e elle nem o dito comcelho por sua parte pera sua desculpa posa alegar amte pagaram toda a dita comtia per cheo aos quartes do anno, scilicet, o primeiro quartel no fim do segundo e o segundo no fim do terceiro e o terceiro no fim do quarto e o quarto no fim do primeiro quartel do anno seguimte. E todo entregaram polla maneira sobredita a pessoa ou pessoas que ho dito senhor hordenar que ho recebam na cabeça do almoxarifado ou em qualquer outro lugar dentro na comarqua que ho dito senhor ouver mais por seu serviço. E esto ha sua propria custa e despesa sem o dito senhor despemder em ello coussa allguã, nem eles por yso pagarem algum premio, nem imtarese a pessoa que ho asy emtregare,, nem ap stprivam que hos conhecimentos disso lhes fezer. E nam pagando eis aos ditos termos e polla maneira sobredita todo o que hasy forem obrigados pagar comcedeo e outorgou elle dito procurador em nome do dito concelho que hos officias do dito senhor posam fazer e de feyto façam polla dita comtia ou polla parte della que ficar per pagar execução em suas pessoas, bens e fazendas dos moradores do dito comcelho e seus termos segundo o direito e as leis, ordenações e artigos destes regnos despoem que se faça.

A qual remda, foro e tributo elle dito Bernardo Pirez procurador do dito comcelho disse que comedia e outorgava em nome do dito comcelho ao dito senhor e a seus sucessores que enstes regnos pollos tempos regnarem polla maneira sobredita com tal comdiçam que ho dito senhor nem seus sucessores em tempo algum lhe nam posam tornar a empoer a dita sysa, nem outro semelhamte tributo em lugar ella somente lhe pagaram o que lhe ora asy polla dita sysa prometem e dam, nem posam dar, doar nem per outra allguã maneira [fl. 54] nem via emlhear a remda por ella comedida e outorgada a pessoa allguã de qualquer estado, calidade ou comdiçam que seja posto que seja rainha, principe ou ifamtes destes regnos, nem a moestiero, nem a igreja, nem a relegiam, nem a esprital, nem por outra nenhua coussa porgramde nem piadosa que seja amte pera todo sempre seja e amde unida e conjunta aa coroa real sem della poder ser apartada por coussa allguã, cuidada nem por cuidar, que pollo tempo em diamte posa receber, nem per outra allguã via, nem modo. E logo pollo dito Lecemceado Christovão Estevez em

nome e como procurador do dito sennhor per vertude da procuraçao acima esprita foy dito que elle comedida, dava e outorgava ao dito comcelho e a seu procurador em seu nome deste janeiro passado de quinhemtos e vinti sete em diamte as ditas sisas e remdas dellas como ora amdam e soem amdar em arrendamento polla comtia dos ditos cimquemta e sete mil cento e dez reaes afora ordinarias com todallas clausollas, comdiçoes e obrigaçoes acima declaradas. E se obrigava como logo obrigou em nome do dito senhor d'agora e sempre lhe comprir e guardar e mamter todo o sobredito sem em cousa allguã nem em algum tempo lhe hir comtra isso. E posto que as remdas das ditas sisas pollo tempo em diamte posam ter maior vallia e hirem em mais crecimiento por quãeesquer coussas ou rezões que pera isso posam soceder, lhas nam tirara, nem alevantara e sera comtemte com sooo a remda que polla dita maneira em logar dellas lhe ora asy dam, porque avemdo sua alteza respeito ao proveito e descamssos dos moradores da dita villa e por evitar e atalhar a carrega do maior crecimento que na dita remda ao damte podirya <a>ver, e assy as opressões dos officias e remdeiros o há asy por seu servyço.

E assy foy dito pollo dito Lecemceado Cristovão Estevez que porquanto do anno de quinhemtos e dezanove pera qua sam feitos novamente muitos officias em lugares em que os nam sohia aver que sua alteza há por bem pera mais descarrego e menos oppresam de seus povos que nam aja mais os tãas officias. E que os que de emtam pera qua foram feitos sejam extimtos e desfeitos sem o dito senhor nem o comcelho e povo lhes aver de pagar mamtimento algum salvo semedo necessaros e vendo o dito comcelho necessidade dalgum delles porque aquelles que ouver mester ficaram somente officias e serviram e lhes seram pagos os mamtimentos que com os ditos ofcios per suas cartas teverem. E quamto aos outros officias que sam feitos amtes do dito anno de dezanove pagar-lhe-ha o dito comcelho seus ordenados. E achamdo-se per direito que o dito senhor he obrigado compoer ou satisfazer aos ditos officias seus ofcios ou outra cousa allguã em lugar delles allem do mamtimento que hasy ouverem d'aver o dito comcelho sera obrigado a o pagar em sua vida deles officias. E falecendo os que a tal satisfaçam ouverem ou vagamdo os ditos ofcios per qualquer maneira que seja nom avera hy mais os ditos officias nem sua alteza nem os officias de sua fazenda nem outros alguns proveram mais delles. E se acomtecer que hos dem contra forma deste comtrato a provisão que disso passarem sera nenhua. E os comcelhos ficaram livres de averem de pagar mais os ditos officias e mamtimemtos e gainharam e averam pera sy os que os ditos officias soyam aver. E somente ficaram aquelles officias do dito senhor e de seus sucessores que pera a recadaçam dos ditos dinheirros das ditas remdas forem necessarios. E do mamtimento que os tãas officias ouverem d'aver sera o dito comcelho obrigado pagar a parte que lhe couber soldo a livra avemdo respeito a todo o almoxarifado. O que todo asy dito pollo dito Lecemceado Christovão Estevez em nome do dito senhor ao dito Bernardo Pirez, em nome do dito comcelho e pollo dito Bernardo Pirez em nome do dito comcelho a elle lecemceado em nome do dito senhor, ambos estepulantes e aceitamtes, cada huum por sua parte de todo comprir e guardar e mamter per sy e seus costetuimtes e sobcesores deles deste dia pera todo sempre e numqua em algum tempo, em juizo nem fora dele, de feyto nem de direito, per sy nem per outrem, em parte nem em todo, comtra ello vir per maneira allguã, obrigamdo pera elllos todos seus bens movees e de rãiz avidos e por aver, scilicet, o dito Lecemceado Christovão Estevez os bens do dito senhor e seus sucessores e de sua coroa real; e o dito Bernardo Pirez procurador do dito comcelho <os bens do dito concelho e de todos os moradors dele que ora sam e pelos tempos forem. E em testemunho> de verdade outorgaram e mandaram ser feyto o presente contrato pera delle ser dado a cada huã das partes os trelados que comprirem. Testemunhas que a todo foram presentes, Luis Alvarez capelão do senhor cardeal, e Afomso Lopez, cidadão desta cidade, e Manuell Afomso, filho do dito Afomso Lopez, e Bernandim d'Aragão, filho de Jam d'Aragão, morador em Lixboa. E eu Pero Ribeiro, acima nomeado, que per autoridade do dito senhor sam publico estprivam o stprevy.

E pedimdo-me por merce que me aprouesse de lhe confirmar e retificar e aprovar o dito comcerto e comtrato como nelle he comtheudo, e visto per mim seu requerimento e por folgar de nisto lhe fazer favor e merce asy como he minha vontade de sempre a fazer a meus povos nas coussas que justas e onestas forem, per esta presente carta lhe confirmo e aprovo o dito comcerto e comtrato asy e naquelle maneira e com todallas clausollas e comdyçoes que em elle sam comtheudas. E quero e mando que d'agora pera todo sempre lhe seja comprido e guardado como nelle se comtem. E mando a todollos officias de minha fazenda e da justiça e a todos e a quãeesquer outros a que esta

minha carta for mostrada e o conhecimento della pertemcer que em todo lha cumpram e guardem e façam comprar e guardar e lhe nam vam nem comsemtam hir per modo algum comtra o dito concerto e comtrato em todo nem em parte alguã delle porque asy he minha merce. E por firmeza dello lhe mamdey dar esta carta per mym asynada e assellada do meu sello pemdemte.

Dada na cidade de Coimbra aos vimta huum dias do mês d'agosto. Luis Alvarez a fez. De mil e quinhementos e vimta sete annos.

Nom seja duvida nas amtrelinhas que dizem, publico, se concerte, e elle destes regnos, sejam. E na regra que say fora que diz os bens do dito comcelho e de todollos moradores delle que hora sam e pollos tempos forem. E em testemunho. As quæs amtrelinhas se fizeram ao concertar do proprio contrato com este registo por verdade.

EGAS MONIZ NA LITERATURA

Rosa Maria Rodrigues*



Não me considero homem de letras, embora a elas me entregue nas horas de repouso. Foi à ciência médica que dei o máximo do meu esforço e da minha actividade.

Egas Moniz

*Licenciada em História. Diretora da Casa Museu Egas Moniz, com investigação e publicações na temática Moniziana.

Não me atrevo a classificar Egas Moniz¹ como um homem de letras no sentido corrente da expressão, pois na minha opinião não tinha um estilo próprio a caracterizar a sua escrita, mas como escritor ele foi puramente espiritual e afetivo, objetivo, correto e diversificado, psicanalítico e narrativo, sem nunca deixar de ser elegante na sua forma de expressão. A sua escrita, revela graciosidade e beleza de formas muito peculiares, pois está impregnada de um bucolismo tocante, tal qual a pintura naturalista que tanto admirava, ao mesmo tempo que a todo o momento faz referências ao seu torrão natal e às suas origens.

Escrevia como conversava² daí que ressalta inequivocamente facilidade de oratória,³ e a vivacidade de expressão, sendo por isso bastante transparente e transbordante na sua comunicabilidade, que a todos prendia, com o seu discurso elegante e claro sem ser rebuscado ou conceituoso.

Em quase todas as suas publicações ressalta a sua faceta de investigador, pois os seus escritos denotam um estudo apurado e minucioso, que muitas vezes me apetece quase classificar de didático. A bibliografia de Egas Moniz, não é exclusivamente preenchida por trabalhos de carácter médico ou científico. Ainda que seja este aspeto evidentemente, aquele que mais predomina na sua obra, a verdade é que a crítica de arte e a literatura, ocupam um lugar de notória relevância e brilho no seu percurso literário.

Da sua vasta bibliografia destaco:

A *Vida Sexual*,⁴ na qual Egas Moniz teve a audácia de escolher um tema, que poderia escandalizar muitos dos seus contemporâneos. É mesmo possível, que isso fosse um risco calculado, mas temos de atribuir-lhe merecimento por esse facto. Penso, que é de justiça reconhecer que o autor pretendia sustentar a tese da sexologia como ciência séria. Nesta obra e, em linguagem muito acessível o autor pretende dar noções exatas e precisas da vida sexual, desfazendo erros e satisfazendo legítimas curiosidades.

A *Neurologia na Guerra* |1917|, é uma obra sobre o tratamento das patologias traumáticas e psiquiátricas em cenários de guerra. Nesta, refere minuciosamente o tratamento das lesões neurológicas em contexto bélico. O estudo destas vítimas, veio contribuir para a definição mais rigorosa da localização das várias funções cerebrais, por exemplo, sobre a organização cerebral da

¹António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz |1874-1955|. Clínico, Político, Investigador, Ensaísta, Professor e Neurocientista, inventou a Angiografia Cerebral em 1927 e foi galardoado com o Prémio Nobel a 27 de outubro de 1949, pelos seus trabalhos no domínio da Leucotomia Pré-Frontal.

²Segundo João Lobo Antunes em “Egas Moniz: Uma Biografia”, pode ler-se: *Na bibliografia científica e literária de Egas Moniz editada em 1963 pelo Centro de Estudos que tem o seu nome, constam 370 títulos. A breve nota introdutória a esta publicação salienta, avisadamente, que a divisão de obra multimoda de Egas “em diversos aspectos: científico, divulgação, biográfico, crítico de arte ou puramente literário será sempre um tanto arbitrária, de critério duvidoso e por vezes seguramente incorreta. Egas escrevia bem e escreveu muito.*

³Esta característica está bem patenteada no discurso *Do Valor e da Saudade* |1922|, proferido aquando da inauguração do obelisco de homenagem aos soldados do concelho de Estarreja, mortos na primeira Grande Guerra onde Egas Moniz escreveu vários quadros para, sugestivamente, impressionar os seus ouvintes. As cenas sucedem-se rapidamente num ritmo encantador, onde as imagens poéticas se avolumam de modo impressionante, denunciando o carinho que o autor lhes imprimiu.

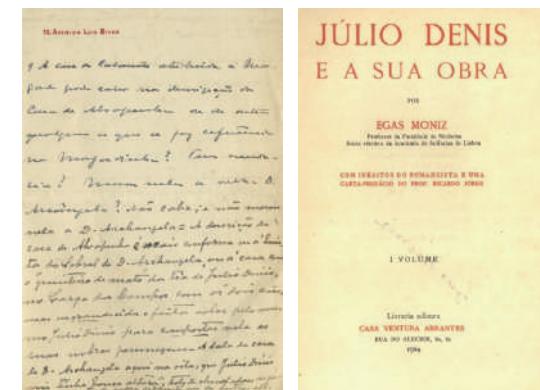
⁴Esta obra, contou com 19 edições sendo a última de 1933 e, na opinião de Júlio Machado Vaz, no prefácio à edição Fac-similada desta obra promovida pelo Município de Estarreja, em 2009, *Egas Moniz não liderou Revolução ou Contrarrevolução. Atreveu-se a abordar com apenas vinte e sete anos e em provas de doutoramento, um tema incômodo para a Universidade Portuguesa, contra a opinião dos seus mestres. Fê-lo com limitações próprias e certo da “sua” verdade. Curiosamente a partir de 1933 já era de circulação restrita e, só adquirível por receita médica, por imposição do Estado Novo.*

área da visão. Esta obra, dedica um capítulo especial aos “comocionados”, ou seja, aqueles casos em que não havia traumatismo direto e, que constituíam ao tempo matéria muito controversa quanto à sua natureza. A questão era saber se as alterações observadas nas vítimas, sobretudo quanto ao seu comportamento, eram consequência de uma perturbação orgânica ou, pelo contrário, apenas um distúrbio psicológico curável por sugestão ou hipnose.

É notável, porém a sua atividade como Chefe da Primeira Delegação à Conferência da Paz, de que nos dá um relato pormenorizado após a sua demissão do cargo no volume *Um Ano de Política* |1919|. Não pretendo neste momento, analisar a justeza da linha ideológica que norteou o Egas Moniz durante os anos que ocupou lugares proeminentes na política nacional. De qualquer modo, é de assinalar a isenção, com que Egas Moniz abordou os vários problemas que nessa altura tratou. Poderá argumentar-se que tudo o que há a dizer sobre Egas Moniz nesta matéria, o foi já dito por ele próprio. Em suma, um relato parcial, da sua passagem por uma atividade pública que o apaixonou durante vinte anos. É o retrato da História e da época política a que se entregou afincadamente, é muito mais do que a simples crónica de “um ano”, bem como é bem reveladora do seu ideário político.

Um outro aspeto que seduz Egas Moniz é a obra de Júlio Diniz⁵ | 1924 |, quer pela beleza espiritual dos seus romances, quer pela localização dos seus personagens na região ribeirinha. Esta “sedução” acontece porque Júlio Diniz foi um delineador e criador de tipos que transparecem à ingenuidade e aos valores do nosso povo, afinal quer as “Pupilas” quer a “Morgadinha” eram elegias à gente de Ovar e Egas Moniz era, na opinião de Ricardo Jorge, vareiro de gema, até à medula dos ossos. Segundo Egas Moniz: *A obra de Júlio Dinis seduziu-me pela beleza estrutural dos seus romances e ainda pela localização de algumas das suas novelas à minha região, motivo que me levou a escrever a biografia de quem tão intensamente compreendeu, viveu e sentiu o ambiente em que me criei.*

Recordemos a propósito, um trecho do prefácio do Prof. Ricardo Jorge para a obra do eminente cientista, intitulada Júlio Dinis e a sua Obra |1924|. Escreveu o ilustre higienista: *A medicina e os médicos têm invadido em onda crescente o âmbito da crítica histórica, artística e literária – volta-se aos tempos da renascença em que letras e ciências, humanismo e hipocratismo, se irmanavam como filhos do mesmo Apolo. Esta obra é de referência indispensável, pois terá sido dos primeiros, senão o primeiro entre nós, a biografar o romancista à luz das teorias Freudianas. É uma obra profundamente cativante, pois Egas Moniz escreve-a, com um entusiasmo embebido de comovente ternura.*



Notas de Egas Moniz sobre Júlio Dinis.

⁵Egas Moniz nasceu três anos depois do falecimento do romancista e ambos passaram partes das suas vidas em povoações vizinhas – Avanca e Ovar.

Analisando a bibliografia de Egas Moniz, no que concerne às suas obras não científicas, verifica-se que tão depressa o seu espírito é atraído para a crítica de arte, temos para exemplificá-lo os volumes que dedica ao *Mestre Malhoa e a Maurício de Almeida-Escultor*⁶, como para a crítica literária, de que são notáveis as suas notas biográficas acerca de *Ricardo Jorge*⁷, *Guerra Junqueiro*, *Dr. Joseph Babisnki*, *O Papa João XXI*,⁸ *Abade de Baçal*, *Silva Porto*, *Teixeira de Pascoaes* onde acerca do Poeta diz-nos Egas Moniz: *Não descubro, para onde quer que olhe, nenhum poeta, nenhum Génio, que tenha tanta importância para a oriental fundamental e espiritual dos tempos vindouros, como Pascoaes. O Poeta João de Deus, Abel Salazar, Júlio Dantas, ou Sobre uma frase do Padre António Vieira, a Necrofilia de Camilo Castelo Branco, a Anciania, ou ainda Os Pintores da Loucura*, onde nesta obra Egas Moniz, faz a sua análise enquanto neurologista de Goya, Greco, Van Gogh, Kandinsky, entre outros, que deixaram impregnadas as alterações psíquicas e as suas visões perturbadoras, nas suas telas e consequentemente na História da Arte.

As pupilas dos mortos reagem à luz, o Programa do Partido Centrista,⁹ *Coimbra nobre Cidade, A Última Lição* onde Egas Moniz, termina desta forma a sua preleção na hora da Jubilação: *Os homens passam, as conquistas científicas permanecem ou transformam-se. A história, que as arquiva, fará a sua crítica. Sinto-me sombra a desvanecer-se nas gerações que me seguem. E agora, ao despedir-me, uso rematar: esforcei-me por bem cumprir o meu dever ou no trabalho sobre as Psicoses Sociais* | 1939 |, nesta publicação que surge na sequência de uma conferência proferida na Ordem dos Advogados Egas Moniz afirma não considerar as psicoses exclusivas dos indivíduos. Vê-as surgir nos aglomerados sociais que destroem a vida social e caracteriza-as como: psicose do medo, psicose convulsiva, psicoses da guerra e psicose da superstição.

Passa pelo estudo histórico, com a obra *Padre Faria na História do Hipnotismo*¹⁰ | 1925 | e com o prefácio que escreveu para *O Tratado do Jogo de Boston* | 1942 |, que podemos referir como sendo um texto muito bem estruturado e documentado sobre as cartas de jogar e os seus fabricantes e onde podemos aferir o quanto este jogo (que jogou ininterruptamente durante 23 anos, às sextas feiras entre novembro e junho). *Numa fase de intenso trabalho a que me dediquei, era o repouso semanal obrigatório que me afastava uma noite, salutarmente, das lucubrações científicas. Se a partida fosse em casa amiga, muitas vezes faltaria absorvido em cogitações em que passava dia e noite. Este oásis de repouso semiforçado por ter de receber parceiros, trouxe-me grandes benefícios.*

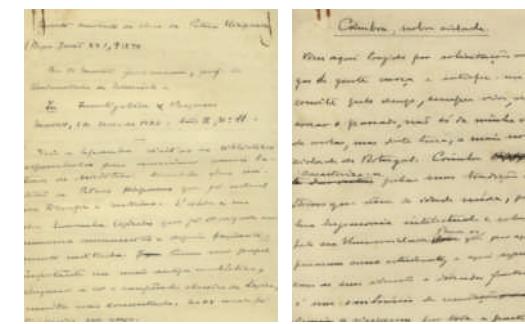
⁶É curiosa a leitura da correspondência trocada entre Egas Moniz e Maurício de Almeida, pela qual se vê o carinho particular que Egas Moniz dedicava à sua terra e admirável ternura que o casal nutria pelo escultor de Pardilhó.

⁷Ricardo Almeida Jorge | 1858-1939 | foi ali o criador das ciências experimentais na medicina e da estatística demográfica. O cordão sanitário que tentou impor na cidade do Porto durante a epidemia da peste, criou-lhe muitas inimizades, o que levou a mudar-se para Lisboa. Foi Professor Catedrático de Higiene. Egas Moniz vê em Ricardo Jorge, a sua alma gémea, no rigor da pesquisa científica, na urgência em comunicar ciência nas publicações e agremiações científicas internacionais, no gosto pela escrita e pela pintura e na similitude de personalidade.

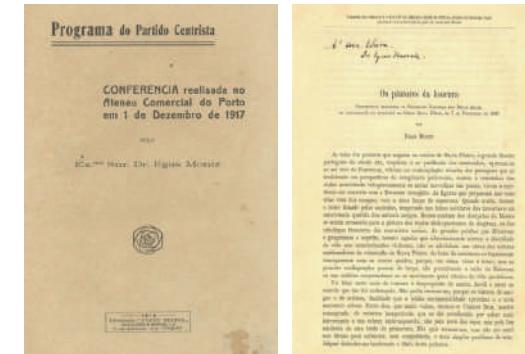
⁸Neste ensaio, Egas Moniz, não só domina a bibliografia referente à vida e obra do Papa Português, como se empenha na pesquisa de Arquivo, nomeadamente na Biblioteca Nacional de Madrid. Pode ler-se no manuscrito de Egas Moniz *Vim a Espanha visitar as bibliotecas espanholas (...)* descobri obras inéditas de Petrus Hispanus que foi notável em Filosofia e Medicina. É célebre a sua obra *Summula Logicales* que foi divulgada em numerosos manuscritos e depois frequentemente reeditada chegando a ser compêndio clássico de lógica muitas vezes comentado. No século XV foi traduzida em Grego. Conhecido no Mundo da Ciência Medieval pelos nomes de Petro Lusitanus, Petro Hispanus, ou ainda Petrus Juliani, foi uma individualidade científica relevante no século XIII, que nasceu em Lisboa em 1215.

⁹Em 1917, Egas Moniz, decide criar um novo partido denominado Partido Centrista, e que caracteriza como o centro de atração e convergência dos queiram intervir como desempenho do dever cívico nos problemas da vida nacional, de forma a unir os que tocados de um sentimento patriótico, polarizem num mesmo fim moral a defesa da salvação do país pelos princípios da ordem e da tolerância liberal.

¹⁰No trabalho *O Padre Faria na História do Hipnotismo*, escreveu: *Servem estas apreciações para mostrar a necessidade deste estudo médico e*



À esquerda, notas de Egas Moniz a respeito do Papa João XXI. À direita, Manuscrito de Coimbra nobre Cidade¹⁰



Os Pintores da Loucura com dedicatória à Esposa



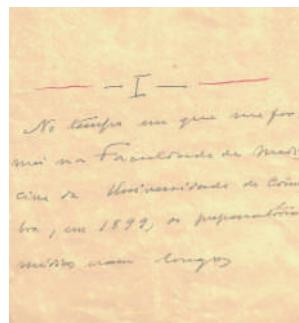
Notícia do Jornal o Século de 26 janeiro 1926¹²

biográfico, em que pretendemos fazer uma apreciação imparcial da obra do padre goense, divulgando-lhe o valor na pátria portuguesa, onde a sua vida é quase desconhecida. E noutro passo considera a tarefa a que meteu ombros — traçar a biografia do Padre Faria e estudar as suas ideias — uma obra de justiça e de interesse científico duplamente grata a quem, sendo português, tem consumido a sua atividade em estudos neurológicos.

¹¹Pode ler-se: *Vim aqui trazido por solicitações amigas de gente moça satisfez-me o convite pelo desejo sempre vivo de evocar o passado, não só da minha vida de escolar, mas desta terra, a mis nobre cidade de Portugal. Coimbra caracteriza-se pelas suas tradições como históricas que vêm da Idade Média, pela sua hegemonia intelectual e sobretudo pela Universidade. Para os que aqui passaram como estudantes e aqui sepultaram as suas ilusões e doiradas fántasias é um santuário de recordações a viajarem por todo o lado.*

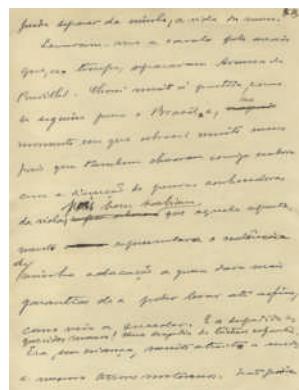
¹²Pode ler-se: Professor Egas Moniz — *Um novo livro do sábio Neurologista sobre o Padre de Faria. Deve ser posto hoje à venda numa primorosa edição, a notável conferência do Professor Egas Moniz sobre «O Padre de Faria na História do Hipnotismo» (...). Anotada, ampliada e dividida em capítulos, a conferência do ilustre neurologista é um notabilíssimo trabalho sobre a personalidade estranha desse famoso padre Faria, o «Abé de Faria», o «Conde de Messe» e o «discípulo de Mesmer e um dos primeiros que separaram o hipnotismo e o magnetismo animal da magia. O professor o notável estudo uma valiosa bibliografia sobre a matéria que é objecto dele.*

De entre a sua vasta bibliografia há obras que merecem uma breve análise, tal é o caso de *Confidências de um Investigador Científico*¹³ | 1949 |, pois esta ao jeito de autobiografia científica, é quase como o espelho da personalidade do autor – é um escrito calmo, claro, gracioso, minuciosamente descritivo e muito concreto dos factos ocorridos, chegando a fazer relatos de viagens, contactos havidos com diferentes personalidades, as homenagens que lhe foram prestadas, o atentado de que foi vítima, ao mesmo tempo que tece numerosas considerações críticas sobre a investigação científica em Portugal, mostrando a todo o momento o ceticismo do ambiente médico e do marasmo científico que se vivia no país.



Manuscrito de Egas Moniz de *Confidências de um Investigador Científico*¹⁴

Nesta obra, em que o autor afirma: *A ânsia para aumentar o património científico sempre me seduziu, conseguimos apreender a diversidade das aptidões do autor, a universalidade do seu saber e a pluralidade do seu pensamento, sem nunca deixar de mostrar que a sua odisseia científica foi conseguida vencendo muitas frustrações e desalentos, afirmando por isso: Neste volume poderão aprender alguma coisa aqueles que desejam seguir o escabroso caminho da investigação científica especialmente no campo dedicado à clínica. Conseguimos perceber que nas suas vivências científicas, a persistência foi o corolário para o sucesso e, que a Angiografia foi inequivocamente o catapultar para as técnicas de diagnóstico pela imagem.*



Manuscrito de *A Nossa Casa*¹⁵

¹³Esta obra foi publicada em janeiro de 1949, meses antes da atribuição do Prémio Nobel e foi alvo de cortes da Comissão de Censura. Nas edições fac-similadas, promovidas pelo Município de Estarreja em 1999 e 2009, respetivamente com prefácio de Álvaro Macieira Coelho e João Lobo Antunes este texto é dado a conhecer.

¹⁴Pode ler-se: *Nos tempos em que me formei na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1899, os preparatórios médicos eram longos.*

¹⁵Pode ler-se: *Levaram-me a cavalo pelos areais que, ao tempo, separavam Avanca de Pardilhó. Chorei muito à partida, como se fosse para o Brasil. No momento em que abracei os meus pais, estes também se comoveram embora com a discrição de pessoas conhecedoras da vida, pois bem sabiam que aquele*

Em *A Nossa Casa*¹⁶ | 1950 |, relata os acontecimentos mais relevantes da sua infância e juventude, exprime o seu culto aos sentimentos familiares onde faz abundante reposição de memórias dos seus antepassados, bem como da sua ligação à região. Diz-nos Egas Moniz; *Elaborei-o numas férias em sossego, para que a memória me trouxesse com exatidão factos que embora não esquecidos precisavam de ser vestidos de pormenores que a pouco e pouco foram recordados. Narração desataviada sem alvorocos de estilo, ao correr da pena, crónica de vida provinciana de há muitas dezenas de anos, recordação de diabruras de criança demasiado irrequieta.*

Esta, porque de carácter eminentemente intimista, permite-nos vislumbrar todo o carinho e dedicação à esposa, senão não se perceberia a dedicatória: *Todos os da Casa do Marinheiro te oferecem o primeiro volume de "A Nossa Casa" a eles me associo comovidamente, companheiro dedicado nas horas boas e más de há 50 anos. A nota dominante deste livro é o comovido apelo ao ambiente familiar, templo de confraternização, amizade, harmonia em que sempre viveu a minha família.*

A Nossa Casa, é um texto evocativo, deixando-se Egas Moniz regressar no tempo, sem grandes nem elaboradas análises críticas. Não se esforça, em nenhum momento por interpretar psicologicamente os factos, dizendo somente: *As coisas da infância esquecem durante o rodar dos anos quando as grandes preocupações dominam, no anseio de marcar posição e marcar o rumo na vida. Repousam no silêncio das memórias mais recatadas para, mais tarde voltarem à consciência em alvoradas de ressurreição. Não se perdem, são vinco que permanecem e se arquivam, sempre prontos a serem disfrutados e iluminarem a recendência do passado.*¹⁷

Em toda a obra sentimos um lirismo tocante, numa escrita sem atavios, tão ao jeito da voz do povo, das gentes ribeirinhas cuja paisagem e costumes tanto encantavam Egas Moniz. É o retrato de um homem infatigável, trabalhador e completamente enamorado da beleza da sua terra natal e a nota dominante é o comovido apelo familiar como refere: *Templo de confraternização, amizade, harmonia em que sempre viveu a minha gente.*

Esta obra termina com o capítulo *Conclave de Recordações*, na minha opinião menos bem-sucedida literariamente, no entanto deixa-se voar na fantasia, vive a sua existência perdida no tempo e, evoca as figuras familiares tutelares da sua formação, que pelos desaires e vicissitudes de vida não acompanharam o Homem que quase o que tudo quis tudo conseguiu. Por outro lado, quase me atrevo a afirmar que a Casa Museu Egas Moniz, é a última homenagem que lhes presta, dizendo-lhes que esta Casa também é deles, senão não se perceberia a seguinte passagem do final desta obra: *Agradeço a todos a colaboração que me deram, disse eu, suaves recordações do passado. Todos pertenceram a esta Casa, dela fazem parte integrante. O Marinheiro tem raízes fundas no coração desfeito dos que aqui viveram (...) Recordações da Casa que é de todos, vive comigo, não me abandoneis! Sois o meu enlevo, trago-vos sempre a meu lado. (...) Minha Mulher! Já não tarde meio século que nos conhecemos e sempre andámos em torno desta Casa. Não te são estranhos os antepassados; também com eles tens convivido. Quase te poderia dizer que te mandaram saudações (...) é a última suavidade dos que viveram na comunhão dos mesmos afectos – A Nossa Casa! A Casa de nós dois e de todos eles. E olhámo-nos demoradamente, para além da vida.*¹⁸

¹³Egafastamento representava a cedência da minha educação a quem dava mais garantias de a poder levar ao fim, como veio a suceder. E a despedida dos meus queridos manos? Uma tragédia de tristezas infantis. Era uma criança muito atreita a medos e mesmo terrores nocturnos. Não podia

¹⁶Segundo João Lobo Antunes em Egas Moniz uma Biografia, lê-se: *O estilo da narrativa é muito próximo do naturalismo dos romances de Júlio Diniz, que ele tanto apreciava. É a reconstrução nostálgica de uma vida familiar, abundante em vicissitudes e tragédias, que certamente marcaram o autor decisivamente, embora o relato seja sempre contido por uma certa reticência que dá a sensação ao leitor de ficar muito por contar.*

¹⁷Egas Moniz, *A Nossa Casa*, página 40 e seguintes.

¹⁸Egas Moniz, *A Nossa Casa*, páginas 400 a 402

Em suma os pontos mais relevantes que avultam na sua curiosa, extensa e variada obra literária, parecem-me ser os seguintes:

O sentimento de patriotismo e o amor sincero que nutre pela terra que o viu nascer e crescer

O patriotismo de Egas Moniz está patente em toda a sua atividade de político e de cientista. Acompanhou a vida política do país durante muitos anos e exerceu nela um lugar de destaque, chegando a ser Ministro Plenipotenciário de Portugal em Madrid, onde o bom senso e o conhecimento do profundo sentimento religioso do povo fizeram com que, quando foi membro do governo, retomasse as relações diplomáticas do seu País com o Vaticano, que haviam sido interrompidas pela instauração da república e, Primeiro Presidente da Delegação à Conferência da Paz, de que nos dá um relato pormenorizado no volume *Um Ano de Política*, publicado em 1919, após a sua demissão desse alto cargo.

As suas origens foram sempre um motivo de orgulho, e as referências ao seu torrão natal pelo que numa conferência a respeito de Guerra Junqueiro diz: *Sou dos arredores do Porto, pois a minha aldeia, Avanca, não fica distante, e a vida dos meus conterrâneos e a minha, quando ali resido, está ligada a esta laboriosa cidade de brilhantes tradições, como sendo a sua Metrópole (...)* E já em 1943, no estudo sobre o escultor Maurício de Almeida, escrevia: *Maurício de Almeida visitava-me a miude. Por vezes deliciávamo-nos com a visão calma dos lindos poentes da minha aldeia em que a luz irisante que se desprende do mar, tinge o céu de sanguínea e dá tons de esmeralda para as bandas do levante (...)* Hora propícia para espraiar o pensamento em divagações artísticas.

A dedicação a Avanca está, igualmente bem patente na opereta *A Nossa Aldeia*¹⁹ | 1920 |, onde o seu espírito inventivo e criativo produz um trecho em três atos onde a Avanca do Passado, *Avanca de Hoje*, *Avanca de Amanhã*, satirizam e caracterizam a sua bela aldeia em versos carregados de humor e nostalgia. Senão vejamos o seguinte trecho: *Ora viva a rapaziada de Avanca! Já estava com saudades vossas -virando-se para o lado da estrada- Olhem o Sr. Morgado que vai a cavalo, para Cambra, com o escudeiro a traz - Noutro tom para Maria José - Então quando vamos à Areia? Ainda não fomos a casa... - Pondo a mão na cabeça- Mas que grande trapalhada vai cá por dentro! Vejo-vos como vocês são, mas vejo outros também. E muito diferentes! Olhem, olhem a fazerem exercícios militares.... É para ver se volta o D. Miguel! O senhor Coronel Rezende lá anda... - Noutro tom - Ai! o que vai cá por dentro! Isto já não tem compostura!*

A opereta termina com o contraste entre a *Avanca do passado* que cultivava a distinção e as boas maneiras, a *Avanca de hoje* que apreciava a vida simples, e a *Avanca de amanhã* dos sports e do feminismo, que dançava o *Foxtrot* e o *Twostep*. A peça foi depois publicada no jornal do *O Concelho de Estarreja*.

Eu sou a Avanca elegância
De monóc'lo... a flanar...
A Avanca *dernier-cri*
A Avanca de *Boulevard*

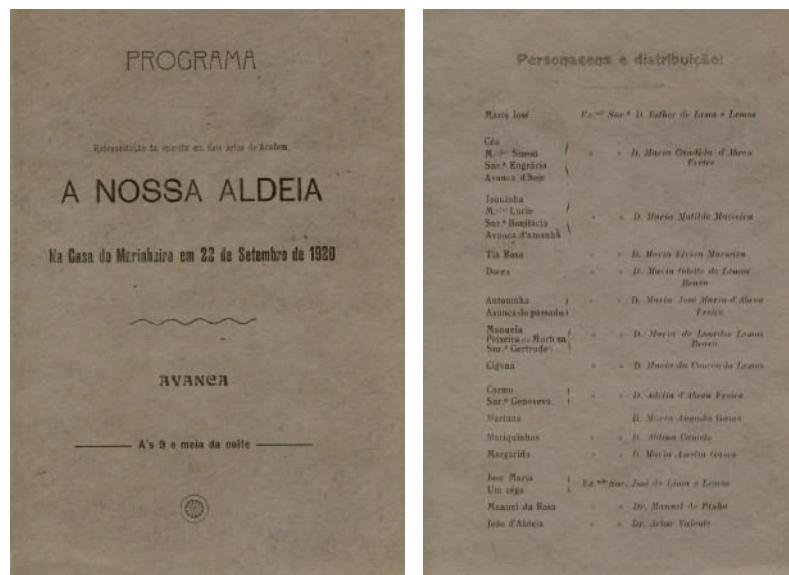
Remo nas gingas na ria
Faço esgrima ao florete
E danço à hora do chá
O *Fox-Trot* e o *Too-Step*

Sou a Avanca dos *Sports*
Sou a Avanca modernista
Dos clubs e palaces
Sou a Avanca feminista

Jogo o ténis e o golf
Não me vencem a nadar
E perco contos e contos
A todo o jogo de azar

De manhã ando a cavalo
Pelo *Bois* de Fontela
E de tarde, vou de aero
ver as alturas da estrela

Bebo whisky e absinto
Fumo tabaco Oriental
Eu sou a Avanca futuro
Sou a Avanca capital



Programa da apresentação da Opereta a Nossa Aldeia no Marinheiro em setembro de 1920

A sua crença na perseverança e no trabalho do homem

A sua vida de neurocientista, em luta constante com a pobreza e incompreensão do meio em que trabalha, é uma prova flagrante, da sua crença na força, persistência e vontade do homem que tem vontade de lutar contra as adversidades e consequentemente, vencer, pela força indómita da persistência. Este aspecto da sua personalidade é, de resto, posto em relevo no trabalho que publicou sobre Ramon y Cajal²⁰, ou nas considerações que faz do trabalho de Maurício de Almeida: *O Amateur, a última obra que Mauricio de Almeida levou ao Salon, é uma graciosidade de técnica que igualmente se perdeu na voragem desatendidos que passaram sem dar apreço ao talento e esforço alheios.*

Egas Moniz acredita e, demonstra nos seus escritos no trabalho dos seus colaboradores. Escreve desta forma na obra *Confidências de um Investigador Científico* acerca de Almeida Lima [seu colaborador mais direto]: *Doravante seremos dois companheiros de trabalho. Sabe como me conduzo com os assistentes do Serviço, a todos ouço as suas impressões e sugestões sobre os casos que aparecem, em excelente camaradagem. E muitas vezes cedo às suas opiniões sem que isso em nada diminua a hierarquia científica do Serviço. Quem tem razão é que prevalece, evitando-se discussões inúteis. (...) O Almeida Lima não vê mais em mim um Professor: Ambos estamos interessados na solução do mesmo problema.*

O seu espírito de tolerância em matéria religiosa

Egas Moniz apresenta neste considerando algo de contraditório. Tão depressa nos aparece como um crítico mordaz da Igreja, como nos surge a descrever certas cenas de intenso sentimento religioso.

¹⁹Esta récita que dirigi teve cenários de Maurício de Almeida e a música foi escrita por Estefânia Macieira (cunhada de Egas Moniz) em parceria com Alberto Rego (Condiscípulos de Egas Moniz de Coimbra).

²⁰Ramon y Cajal afirma: Bem pode afirmar-se que as conquistas científicas são criações da vontade e oferendas da paixão, o que em tudo se assemelha ao preconizado por Egas Moniz, que afirmava: A investigação científica, seja em que campo for, não se obtém à força (...) Só pelo trabalho regular se pode alcançar o ambicionado objectivo.

Vejamos estes exemplos

Em *No valor e na Saudade Egas Moniz*, na eloquência de um discurso e na formusura de linguagem diz: *Só no escalavrado calvário que sobranceava a cidade ficara um Cristo intacto. Suspenso da sua cruz de madeira que uma granada inimiga conseguira atingir, mas que a respeitou não explodindo (...) o nosso Soldado marinão escondido numa dobra da trincheira, elevava os olhos até à cruz e vivia, na contemplação do Cristo abandonado, as crenças da sua infância, repetindo orações ingênuas que lhe ensinara a sua mãe. E recordava a Igreja da sua aldeia e o Lar distante onde àquela hora, as bocas dos que mais lhe queriam rezavam por ele as Aves-marias da tarde.* Por outro lado, Egas Moniz, expressa nas páginas do seu livro *Um Ano de Política*, sobre a lei da separação da Igreja do Estado o seguinte: *A breve trecho, porém, os processos de tolerância (dos republicanos após a implantação da República em 1910) foram trocados por medidas violentas entre as quais toma lugar primacial a lei da separação que, defendendo um princípio justo e necessário, vinha eriçada de arestas e até de vexames para o clero.*

O carinho que dedica às gentes do povo

Numa carta que escreveu ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Estarreja, em 1922, quando da publicação do seu discurso *Do Valor e da Saudade* refere: *Nem maior honra eu poderia ambicionar-lhes (a publicação das suas palavras, pronunciadas em louvor dos soldados do concelho de Estarreja mortos na primeira Guerra Mundial) do que virem a ser lidas pelas mães dos nossos heróis martirizados!*

Além disso, é evidente a maneira como interpreta os quadros de Malhoa, particularmente aqueles de características tipicamente populares, ou na obra que dedica ao Mestre Malhoa, onde Egas Moniz escreve: *Uma vez deu-me a grande satisfação de uma visita à minha aldeia. Foi nas férias de Verão. Havia calor e aquela luz brilhante que tantas vezes trasladou para as suas telas (...) Fiz-lhe uma surpresa de uma festazinha de aldeia, levando a bordo um trio para o desafio da cana verde, canção popular da minha região. Um harmónio, uma cantadeira, a mais afamada das redondezas e, o Marques Sardinha aquém chamavam Cantador Real e, cuja efígie perdura num dos quadros de azulejos da estação ferroviária de Avanca.*

A defesa que faz da classe Médica

A profissão que abraçou com o maior entusiasmo e à qual, confessa, ter dado o máximo do seu esforço e da sua atividade, mereceu-lhe sempre uma defesa justa e apaixonada. Apesar de tudo existe em Egas Moniz uma simpática compreensão em face de algumas dessas críticas. Assim, em *Os Médicos no Teatro Vicentino*, escreve: (...) Daqui a séculos, o que não dirão os vindouros da medicina de hoje! Quantas vezes sorrimos das prescrições dos antepassados desta desavinda família médica sem nos lembarmos dos sarcasmos que mais tarde cairão sobre nós.

Deixou-nos um legado literário, que na sua globalidade permite conhecer o Homem, a sua tenacidade, pragmatismo e persistência, as suas convicções e a sua cultura eclética, a coragem no desbravar do desconhecido, o estímulo e dedicação que dedicou à investigação científica e com manifesto agrado, me atrevo a definir Egas Moniz como simplesmente **Carismático**.

Bibliografia de Egas Moniz²¹

Alocução do Presidente da Estudantina, Imprensa da Universidade.

A Vida Sexual - (Fisiologia e Patologia), Função dos dois volumes anteriores, consideravelmente alterados em alguns capítulos. 3ª Edição, XIV - 544 pp., Lisboa, 1913; 4ª edição, XXIX - 574 pp., Lisboa, 1918; 5ª edição, XXVI - 578 pp., Lisboa, 1922; 6ª edição, XXXVI - 578 pp., Lisboa, 1923; 7ª edição, Lisboa, 1928; 8ª edição, Lisboa, 1930; 9ª edição, Lisboa, 1930; 10ª, 11ª, 12ª e 13ª edição, 598 pp., Lisboa 1931; 14ª, 15ª, 16ª e 17ª edição, Lisboa, 1932; 18ª e 19ª edição Lisboa, 1933.

Museu Regional de Aveiro - Sessão de Arte - A Universal, 1916.

Programa do Partido Centrista - Conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto, 1917.

A Neurologia na Guerra - Lisboa, Livraria Ferreira, 1917.

Os emocionados da guerra - Portugal Médico, 3ª série, volume III, fasc. 1º, p. 1-14, Porto, 1917.

Um ano de Política - Rio de Janeiro. Portugal-Brasil Editora, Companhia Editora Americana, Lisboa, 1919.

A Nossa Aldeia - O Concelho de Estarreja, 1920.

Do Valor e da Saudade - Discurso proferido na inauguração do obelisco de Homenagem aos soldados do Concelho de Estarreja mortos na I Grande Guerra. Estarreja, 1922.

Júlio Dinis e a sua obra - 1924.

O Padre Faria na história do Hipnotismo - Faculdade de Medicina. I Volume, Lisboa, 1925.

A Necrofilia de Camilo Castelo Branco - Separata In Memoriam de Camilo, Lisboa, 1925 - 1926.

Prefácio do Volume de Almeida Paiva - Oscar Wilde (Pensamentos e paradoxos, traduzidos, corrigidos e, acompanhados de notas críticas e biográficas) Lisboa, 1928.

Ao Mestre José Malhoa - Imprensa Líbano da Silva, Lisboa 1929.

O Papa João XXI - III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa, 1930. Monografia publicada em separata e no volume do Jubileu da Academia.

Os Pintores da Loucura - Conferência realizada na Sociedade Nacional das Belas Artes, na Inauguração da Exposição do Grupo de Silva Porto, em 7 de fevereiro de 1930.

Professor Magalhães Lemos - Lisboa Médica, Vol. VIII, fasc. 8, p. 548-558, Lisboa, agosto de 1931.

Dr. Joseph Babinski - Lisboa Médica, vol. IX, fasc. 11º, p. 1065-1086, Lisboa, novembro 1932.

Belo de Moraes - Discurso do Prof. Egas Moniz, na homenagem a Belo de Moraes, novembro de 1937.

Os médicos no Teatro Vicentino - Sessão da Academia das Ciências de 10 de abril de 1937.

Psicoses Sociais - Conferência proferida na Ordem dos Advogados, na sessão solene de 14 de dezembro de 1939.

Ricardo Jorge - Lisboa Médica, Ano XVI, fasc. 9º, p. 517-563, Lisboa, setembro de 1939.

Notas sobre o teatro inédito de Gomes Coelho (Júlio Dinis) - Conferência pronunciada na Academia das Ciências, em sessão de 7 de dezembro de 1939.

Ao Lado da Medicina - Bertrand, Lisboa, 1940.

História das Cartas de Jogar - Lisboa. Editorial Ática, 1942. Prólogo de 16 pp. ilustrado com 171 figuras. 1ª parte do volume do Dr. José Henriques da Silva "Tratado do Jogo do Boston".

À memória do professor Sobral Cid - Imprensa Médica, Ano VII, nº 9, p. 213-215, Lisboa, 1941.

Mauricio de Almeida | Escultor - Arquivo do Distrito de Aveiro, nº 35, 1943.

Por Coimbra - João Francisco de Almeida - In Memoriam, p. 1-7, 1943.

Prof. Celestino da Costa, 1944 - Amatus Lusitanus, Vol. III, fasc. 8º, p. 506-521, Lisboa, 1944.

No cinquentenário de Brown Séquard - Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa. Sessão de 2 de novembro de 1944. Jornal do Médico, Vol. V, nº 97, p. 33-36, Porto, 1944.

Anciania - Oração presidencial proferida na sessão inaugural do Ano Académico de 1944/45.

Última Lição - Pronunciada a 29 de novembro de 1944, na Faculdade de Medicina de Lisboa.

Thebar Oliveira - Anais Azevedo, Lisboa 1944/49.

O Abade Faria e o Hipnotismo Científico - Oração proferida na sessão solene de homenagem ao Abade Faria. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série LXIII, fasc. 5-6, p. 191-197, Lisboa, 1945.

²¹Não estão mencionadas obras de carácter meramente científico

Afrânio Peixoto - A Medicina Contemporânea, 1947.

Ramon y Cajal - Uma doutrina e uma época - II Conferência realizada na Academia das Ciências de Lisboa em 18 de março de 1948.

O Abade de Baçal - Memórias da Academia das Ciências. Comunicação à classe de Ciências. Sessão de 20 de novembro de 1947 Separata da Medicina Contemporânea 1948.

Confidências de um Investigador Científico - Edições Ática, Lisboa, 1949.

Guerra Junqueiro - Conferência feita no Porto em 14 de outubro de 1949. Publicada na “Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto” Porto, 1949.

O Primeiro Teatro de Júlio Dantas (1899/1903) - Oração pronunciada na sessão de Homenagem ao Sr. Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências em 4 de março de 1950.

Coimbra nobre Cidade - Conferência realizada na Sala dos Capelos a 29 de abril de 1950.

O poeta João de Deus. (Esboço de estudo psicológico) - A Medicina Contemporânea, Ano LXVIII, nº 6, p. 253-265, Lisboa, junho de 1950.

Silva Porto - Conferência proferida na Sociedade de Belas Artes de Lisboa, nas Festas Centenárias de Silva Porto. O Médico 1950.

Abel Salazar - Palavras enviadas ao Prof. Ruy Luís Gomes, lidas na sessão de homenagem à memória do Prof. Abel Salazar em janeiro de 1950.

A Nossa Casa - Edição Paulino Ferreira, Lisboa 1950.

O solitário de Amarante - Coimbra, 1951.

Professor Joachim Friederich Wohlwill - Na Academia das Ciências de Lisboa, Gazeta Médica Portuguesa, Volume IV, 1951.

Sobre uma frase do Padre António Vieira - Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa. A Medicina Contemporânea, 1952, nº 1. Separata de 17 pp.

Teixeira de Pascoaes - Nota biográfica pronunciada na sessão da Classe de Ciências de 15 de janeiro de 1953.

«À Memória de Ramon y Cajal - Sessão Comemorativa em Madrid, 1952. Alocução lida pelo Prof. Aleu Saldanha. Conferências, 1954.

Uma obra, uma data - Obra Social de S. Martinho da Gândara, março de 1954.

A folia e a dor na obra de José Malhoa - Seara Nova, Lisboa 1955.

Dr. Barbosa de Magalhães, Parlamentar e Político. Edição do autor, 1955.

JOSÉ MENDONÇA UM TEMPO PARTILHADO

Sérgio Paulo Silva*

A Doutora Rosa Maria tem-se por minha amiga, apregoa-o, mas ignora o mal que me faz não me dispensando de escrever para as *Terras de Antuã*, não me libertando do tormento que é para mim escrever sem poder, nem dever, e, pior ainda, sem que no correr dos meses eu vislumbre um assunto qualquer onde, enfim, eu pudesse chapinhar como a criança que fui outrora. Porque *Terras de Antuã* deve ser espaço restrito a historiadores, pessoas com vagar e apetência para pesquisar, pessoas com distinção na nobreza da divulgação de saberes do que foi e é nosso, para geral aproveitamento e somatório aos conhecimentos de pares e iniciados. Já anteriormente o disse e agora o repito embora com diminuta esperança, a mesma esperança de quem sofre um castigo e esboça um sorriso para o não ver agravado.

Vazio, como um balão furado, limitei-me a perguntar-lhe qual seria o tema de capa deste ano. Disse-me que era o Zeca Mendonça e eu fiquei a esgaravatar na esperança de desencantar no quinteiro cibo que me desse para carcarejar pelas galinhas, grãos de areia que fosse, para moelas que não fossem exigentes e se contentassem com o garbo da crista e as cores da farpela. E, mais não havendo que insuflar o balão. Como acho que consta na Wikipédia, até aos meus dez anos de idade vivi, por temporadas abonadas, em casa do meu avô paterno. Depois ele morreu, mas eu continuei sempre a frequentar todo o seu espaço até à idade adulta. Ao cimo da rua que se chama Caetano Ferreira, no Paço, numa casa que já não existe, a uns cem metros da casa do meu avô, morava o Engenheiro Mendonça, irmão do Zeca. Nenhum significado tinha para mim. Contudo, o nome, a família, com o tempo viriam a cruzar-se com os meus passos.

Meu pai tinha o seu escritório de advogado na Praça do Peixe, que ficava onde hoje está a esplanada do Bar Tomázia. E eu andava por ali, num tempo sossegado, sem carros nem outras ameaças com que agora vivemos. E ali, a dois passos, vivia uma das irmãs do meu pai, a Raquel, casada com Américo Vilar. O meu tio Américo era alfaiate e tinha a alfaiataria a seguir à casa do Carlos Pinto de Sousa, casa que ainda hoje existe, embora já não comercialmente, um nadir depois do Café Miranda – tudo numa correnteza de prédios que tinham por detrás, no andar superior, varandas de ferro, meio ruinosas, e escadas de cantaria que davam para um terreiro onde haviam instalações em que se serviam refeições.

Gostosamente, até para avivar as tintas da minha memória, falei disto tudo com a “minha antiga vizinha” Odília Bandeira, viúva do Carlinhos Pinto e hoje com 87 anos cheios de frescura. E ela lembrava ainda das refeições que se serviam nas traseiras do Moderno, nuns pavilhões, a gente pobre, gente que comia um pão e um bocado de arroz onde se punha a meio uma colher de molho da carne assada, tudo por cinco tostões...

Tudo isso foi demolido na Administração do Dr. José Eduardo de Matos. Mas – ela e eu – lebramo-nos disso. E de um poço, e tanques, um sítio de cavalos, dum tal Albano, onde vinham cavalos do Estado, da Fonte Boa, fazer cobrições com as éguas dos criadores da região. Coisas que eu via, ia vendo, descuidadamente. E lembro-me dessa minha tia, com a ajuda duma empregada fazerem, ali mesmo, trabalhos constantes de tinturaria. A Odília também se lembra. Mas, imagine-se! Ao tempo não havia o

*Autor Estarrejense

Mercado, nem a Avenida 25 de Abril, nem o Tribunal, prédios de apartamentos. Eram tudo terras até ao rio (a grande coutada de saramagos do Quim Anão!) onde havia um moinho que o José Mendonça pintou em diferentes ocasiões. Para algum sítio iriam as águas corrosivas da tinturaria...

A Praça de então enxameava de pessoas do mundo da lavoura e o trabalho assalariado, de comerciantes e de homens de semblante grave. Aos poucos fui retendo o que via, sem me dar conta, sobretudo quando acompanhava o meu pai. Advogados vestidos de negro, de chapéu, qualquer coisa – hoje sei dizê-lo – de sacristia. Havia o Dr. Figueiredo, médico, e sobretudo o Dr. Tomaz de Figueiredo que, no vestir, se assemelhavam a brasileiros, que era como o meu sogro definia os burros de pelagem branca ou ruça.

Mas, no geral, era um pequeno universo enfadonho que me era hostil, porque de sacristia eram todos os rostos e conversa. Hoje, passados tantos anos, eu posso dizer que, logo a seguir à alfaiataria do meu tio, ficava o Restaurante Moderno, duma tal Domingas que viu morrer uma filha no pátio traseiro com um projéctil militar, accionado pelas tropas da Traulitânia desde o alto da Senhora do Monte. Aborrecida com o sucedido, vendeu o espaço ao segundo marido da Dona Florinda, mulher de que me lembro, até pelo timbre da voz, roufenha. A Dona Florinda tinha, dum primeiro casamento, três filhos, o Engenheiro Mendonça, uma rapariga, professora, que morreu precocemente, e o Zeca. Mas morreu-lhe o segundo marido, que não gostava do Zeca, lhe chamava maricas e o hostilizava, e morreu-lhe a filha. O Engenheiro Mendonça foi viver para Aveiro. Ficou o Zeca com a mãe e... O Restaurante Moderno.

As imagens, quando mal reveladas, se já não tinham muita nitidez vão ficando mais difusas com o passar dos anos e formam puzzles difíceis, senão mesmo impossíveis de montar, por falta de peças. E seria nestes passos de dança que deviam entrar os que investigam, os que metem, como a polícia, o nariz nos pormenores, nas frinhas e nas sombras. Mas eu sou um pé de chumbo e sou frouxo de vontade para pratos elaborados...

É natural que o meu pai, sozinho ou com algum amigo ou cliente, fosse cliente mais ou menos assíduo do Restaurante Moderno. Tenho ideia (baça) da sala onde havia uma espécie de escaparate, a rematar o lambrim, cheio de quadros do Zeca em exposição para venda. Porque teria eu lá ido? Provavelmente acompanhando o meu pai em qualquer refeição. A Dona Florinda teria mão de cozinha e, para o tempo, era (não será ainda?) importante, para além da localização da casa. Minha cunhada Eugénia disse-me que ela fazia um peru assado no forno que era uma maravilha. Recheado. Tendo ideia que o recheio do papo era feito com farinha-de-pau. Os padrinhos de casamento dessa minha cunhada foram o Engenheiro Mendonça e a esposa, o que mostra bem a proximidade.

Mas tenho ideia também de se realizarem no Restaurante Moderno exposições de desenhos infantis (em que participei) e do escritor Tomaz de Figueiredo aí ter promovido uma exposição de fotografias. Ideia... só ideia, não certezas. Como tenho ideia de o local ser frequentado pelo jornalista João Sarabando quando vinha de Aveiro fazer as reportagens de jogos do C.D.E. Ideia, não certeza. Desses suas andanças por aqui, resultaria o livro Marques Sardinha e Maria Barbuda ao Desafio, para nós precioso. Não sei se escreveu sobre o pintor. O Zeca era então o braço direito da mãe. E pintava. Quanto a mim, inicialmente faltava-lhe mão. Alguns dos seus primeiros quadros são menos bons, alguns mal desenhados, sobretudo de barcos moliceiros em que as proas bem que podiam terem sido desenhadas por mim...

Por esses anos passou por Estarreja (pela região) a pintora Eduarda Lapa, então com nome já consagrado na pintura. Como? Porquê? Não sei. Nascida em Trancoso, com ligação à Guarda, vivendo em Lisboa, o que a terá trazido até nós? José Malhoa dizia dela, por admiração e afecto, “a minha neta”

... Malhoa era amigo íntimo do Professor Egas Moniz, que sobre esse pintor escreveu, e foi visita da Casa do Marinheiro onde tinha honras, até de demorados descantes. Terá havido interferência dos dois na estadia de Eduarda Lapa entre nós? E tão pouco me posso esquecer que, por esses anos, também aqui tivemos em trabalho de campo Maria Lamas... quero crer que não andarei longe da toca do grilo... Como também quero crer que Eduarda Lapa tenha apreciado os comeres do Restaurante Moderno (ou até mesmo aí se ter hospedado, uma vez que chegaram a ter – coisa muito familiar e restrita aluguer de quartos) e aí ter conhecido o Zeca e os seus primeiros passos na pintura. Eduarda Lapa também era professora de pintura e gostava de pintar flores e de pintar ao ar livre o que via e lhe encantava o olhar.



Descarga de Sal – Eduarda Lapa

Da sua passagem pela região, deixou-nos quadros da Costa Nova do Prado, da Torreira e da Ria – mais que um – da descarga do sal... O Zeca disse-me um dia que ela apreciava o Rio Antuã e o tinha pintado.



O Rio Antuã visto pelos pincéis do Zeca Mendonça

Nunca o pude confirmar. Também ele o apreciava e dele sim, conheço um quadro. Dela temos o magnífico trabalho que é o Mercado de Estarreja e que, por si só, a tornou nossa. A propósito, o Zeca contou-me uma história curiosa que já relatei num escrito chamado Criadoras Olvidadas e que está agora compilado no meu livro Folhagens. Aqui o reproduzo para nos darmos bem conta do *cheiro das tintas* daqueles anos:

«... O Zeca, amistosamente, falou-me da Eduarda e revelou-me um episódio estranho. Dum dia de mercado, que – lembremos – se fazia então na nossa Praça, defronte da Câmara que, naqueles anos, também era o Tribunal. A pintora, talvez para se resguardar do sol, do vento e da confusão das pessoas, tinha armado o seu cavalete naquele resguardo dos Correios que ainda hoje existe. E aí estava sossegada no seu canto, olhando e pintando o colorido das tendas e a envolvência humana do mercado semanal. Subitamente o seu trabalho foi interrompido por um elemento da Guarda Nacional Republicana que terá visto, no seu trabalho pacífico de pintura, artes impróprias e de espionagem e deu voz de prisão à Eduarda Lapa, que já era mulher idosa, levando-a para o Posto. O Zeca, contando-o, dizia que a pintora chorava como uma criança, em compreensível desespero.

Acontece que o zeloso guarda teve azar. Um coronel do exército, amigo pessoal e admirador de Eduarda Lapa, sabendo-a por Estarreja e passando por aqui, procurou-a. Por casualidade tomou conhecimento do que estava a acontecer e o guarda foi despachado rapidamente, com a folha manchada, para o nordeste profundo do país, região de que todos se ambicionavam livrar... Claro, o episódio terá que ser lido e, sobretudo, entendido à luz do tempo, década de Quarenta do século passado, sendo António de Oliveira Salazar o homem mais poderoso do país.»

Eu era amigo do Zeca. Certamente guiado pela mão do meu pai. E quando na adolescência me deram umas comichões de pintura, foi dele que recebi uma série de lições, coisa que acontecia na cozinha da Dona Florinda, na varanda das traseiras ou em qualquer poiso, como o esteiro. O pior é que eu queria, talvez, ser logo um Alves Barbosa sem ter que dar muito ao pedal e tudo se desmoronou quando me dei conta de que nem para pintor de paredes e de portões de ferro eu tinha, ou viria a ter, qualquer espécie de habilidade ou engenho, já que de arte estávamos falados....

Mas mantive-me sempre amigo do Zeca e admirador dos seus trabalhos. Tanto que, quando me casei fui, com a minha prometida, convidá-lo para o casamento. Mandou-nos entrar, falámos e eu fui apreciando os trabalhos que tinha acabados. Aos meus olhos de caçador saltou à vista um quatro que achei belíssimo. Gabei-lhe as romãs, os cobres e os vermelhos do Outono, tempo de caçar perdizes. Lá ficou e fomos pregar para outra capela. Esqueceu. Mas, no dia do casamento, o Zeca veio e trazia a prenda embrulhada. Era o quadro das perdizes que está na minha sala há já quase cinquenta anos, em lugar de destaque.



Perdizes – A prenda de Casamento

Tenho uma vaga ideia de que quando o Zeca faleceu ter escrito qualquer coisa sobre ele. Ideia, só ideia, não tenho a certeza. Porque ele, na sua pintura, gravou imenso do que nós fomos, do nosso meio, das nossas ruas, dos nossos recantos. Aqui um velho portão, além umas glicínias, o arraial do S. Paio, mais além barcos e outros barcos, e mais outros que agora se afundam nos lodos do esquecimento. Se tivesse sido fotógrafo talvez não tivesse legado tanto. Porque esses eram os anos da fotografia a preto-e-branco e ficariam nas imagens ausências de cor e de fantasia que o alimentavam e que hoje ressuscitam aos nossos olhares. Ainda que sejam naturezas mortas e se escondam pelas casas. Como, de resto, os quadros de Eduarda Lapa e de todos os magos dos pincéis e das espátulas.

António Nobre clamava no seu livro SÓ:

Qu’é dos Pintores do meu país estranho
onde estão eles que não vêm pintar?

Porque por toda a parte via o belo, as cores, a luminosidade dum país que clamava pela Arte. O nosso José Mendonça, o Zeca, foi sensível a esse apelo. E dedicou-lhe a vida toda.

EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1911

*Teresa Cruz Tubby**

Em Portugal, o ano de 1911 ficou marcado pela Lei da Separação do Estado das Igrejas. O governo provisório chefiado por Teófilo Braga, tendo como ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa, tentou acabar com a influência da Igreja Católica no país. Foram aprovados decretos anticlericais, alteração de feriados, abolição do juramento religioso, eliminação do ensino da religião nas escolas, etc.

A lei foi publicada a 20 de Abril de 1911, deixando a “religião católica, apostólica romana” de ser a religião oficial do Estado, e a República a não subsidiar os cultos. Esta lei criou vários conflitos, e ao corte de relações com o Vaticano, sendo alterada em 1918, sob a presidência de Sidónio Pais e debatida, na ordem do dia do Parlamento, até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, que pôs termo ao período da 1ª República.

Apesar do clima de instabilidade, teve lugar, em Lisboa, entre 12 e 20 de Maio, o IV Congresso Internacional de Turismo, tendo o governo provisório decretado a criação de uma Repartição de Turismo no Ministério do Fomento. No Brasil, o presidente Hermes da Fonseca, prevendo a destruição das matas afirmava:

attendendo a que a devastaçao desordenada das mattas está produzindo em todo o paiz effeitos sensiveis e desastrosos, salientando-se entre elles alterações na constituição climaterica de varias zonas e no regimen das aguas pluviaes e das correntes que dellas dependem; e reconhecendo que é da maior e mais urgente necessidade impedir que tal estado de cousa se estenda ao Territorio do Acre, mesmo por tratar-se de região onde como igualmente em toda a Amazonia, ha necessidade de proteger e assegurar a navegação fluvial e, consequentemente, de obstar que soffra modificaçao o regimen hydrographicо respectivo.¹

O Decreto 8.843, de 26 de Julho, criou a primeira reserva florestal do Brasil, no antigo território do Acre. A 12 de Setembro foi inaugurado o Teatro Municipal de São Paulo, com a ópera de Hamlet, de Ambrósio Tomás, idealizado nos moldes do teatro da Ópera de Paris, fazendo parte da rota das grandes óperas internacionais, que até então só se apresentavam no Rio de Janeiro.

A 6 de Outubro é fundado o Município de Altamira no estado do Pará, tornando-se o maior município das Américas em extensão territorial e o segundo do mundo.

*Investigadora, autora das obras: Quinta e Casa da Botica; Banda de Música de S. João da Madeira, 1860/2005; Portugal e a Grande Guerra – a Participação dos Oficiais de Oliveira de Azeméis; co-autora das obras A Misericórdia da Vila de Cucujães, 1937/2012, Banda de Música de Angeja e revista Cucugianis, Histórias e Memórias do Couto de Cucujães

¹Presidência da República, Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos – Decreto nº 8.843, de 26 de Julho de 1911, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d08843.html

AVANCA

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e n° de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
António Augusto da Silva Franco	21	Sabia escrever Lavrador	05-04-1911 Pará n° 524	Manuel da Silva Franco e Ana Augusta da Fonseca	
António Maria Marques de Resende	28	NSE Lavrador	25-11-1911 Pará n° 1004	João Marques de Resende e Albina de Jesus	
Carlos da Silva Graça	16	Estudante	29-11-1911 Pelotas n° 1032	Boaventura da Silva Graça e Maria Augusta Martins	
Francisco Lopes de Matos	20	Sabia escrever Lavrador	26-01-1911 Pará n° 1903	Francisco Lopes de Matos e Maria Emilia	
Francisco Maria Paes Chaves	18	NSE Lavrador	26-01-1911 Rio de Janeiro n° 1902	Manuel Paes Chaves e Emilia de Jesus	Irmão de Manuel Lopes de Matos
Guilherme da Silva dos Anjos	19	Sabia escrever Serralheiro	30-11-1911 Pelotas n° 1073	Joana da Silva	
João Maria Pereira de Almeida	27	NSE Lavrador	02-12-1911 Pará n° 1081	Domingos Pereira de Almeida e Maria Marques	
João Maria Valente de Matos	18	NSE Lavrador	22-04-1911 Pará n° 720	Matias Valente e Ana da Conceição	
José Maria Valente da Costa	18	NSE Lavrador	29-11-1911 Rio Grande do Sul n° 1030	Albino da Costa e Albina Lopes	
Manuel Lopes de Matos	17	Sabia escrever Lavrador	26-01-1911 Pará n° 1904	Francisco Lopes de Matos e Maria Emilia	Irmão de Francisco Lopes de Matos
Manuel Marques Cabeça	33	Sabia escrever Lavrador	23-01-1911 Pará n° 1851	Manuel Marques Cabeça e Maria de Jesus	

Manuel Pereira Rodrigues Júnior cº	22	NSE Lavrador	13-09-1911 Rio de Janeiro n° 1907	Manuel Pereira Rodrigues e Ana Henriques de Almeida	
------------------------------------	----	--------------	-----------------------------------	---	--

BEDUÍDO

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e n° de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
António Maria da Silva Moutela cº	35	Sabia escrever Carpinteiro	09-12-1911 Pará n° 1186	Joaquim da Silva Moutela e Ana da Silva	Vivia na freguesia e concelho de Albergaria
Joaquim da Silva Barbosa cº	35	Sabia escrever Jornaleiro	26-08-1911 Pará n° 1748	Manuel da Silva e Maria Nunes Barbosa	Irmão de Manuel da Silva Barbosa
José Dias da Silva <u>Esposa:</u> Teresa Marques Martins	32 34	Sabia escrever Alfaiate Sabia escrever	26-08-1911 Pará n° 1750	Manuel Dias e Leopoldina Dias	
Manuel da Silva Barbosa cº	30	Sabia escrever Lavrador	26-08-1911 Pará n° 1749	Manuel da Silva e Maria Nunes Barbosa	Irmão de Joaquim da Silva Barbosa
Narciso Dias Afonso	18	Sabia escrever Empregado no comércio	14-06-1911 Pará n° 1274	Manuel Dias Afonso e Maria Lopes	

BUNHEIRO

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e n° de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
António da Silva Froxo	11	Estudante	03-07-1911 Pará n° 1467	António José da Silva Froxo e Antónia Miquelina Fernandes da Silva	
Felisberto Esteves	17	NSE Lavrador	23-10-1911 Pará n° 454	Agostinho Joaquim Esteves e Maria Nunes Pereira	

Joaquim Maria Marques cº	28	Sabia escrever Pescador	18-08-1911 Pará nº 1694	Manuel Maria Marques e Maria Rosa Rodrigues	
José Luciano Nunes de Azevedo Esposa: Laura Albertina da Silva Filho: Joaquim	21 24 3m	Sabia escrever Serralheiro Sabia escrever	03-05-1911 Pará nº 829	Mateus António Nunes de Azevedo e Maria Rodrigues	Levam o seu criado António Rodrigues Caravela, de 14 anos; sabia escrever
José Maria Pereira cº	29	Sabia escrever Pescador	17-10-1911 Pará nº 367	Manuel Esteves Pereira e Maria Augusta da Silva	Vivia na Murtosa
Manuel Augusto Mala cº	26	NSE Pescador	20-12-1911 Pará nº 1263	Manuel João Mala e Maria Luísa Rebelo	
Manuel de Pinho	10	Estudante	03-07-1911 Pará nº 1466	Manuel Maria de Pinho e Isabel Maria da Silva	
Manuel Rodrigues dos Santos	25	Sabia escrever Lavrador	02-11-1911 Rio de Janeiro nº 630	José Rodrigues dos Santos e Joana Rosa de Oliveira	
Rodrigo Luís Pereira	13	Estudante	02-12-1911 Pará nº 1089	Domingos José Pereira e Maria Luisa de Matos	

CANELAS

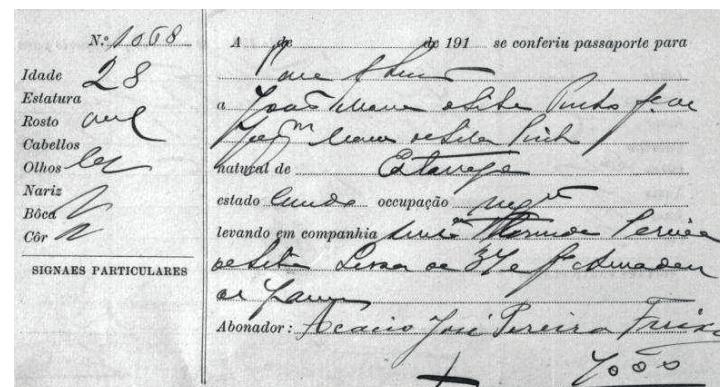
<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e nº de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
António Marques Pinto Júnior	24	Sabia escrever Padeiro	22-02-1911 Pará nº 19	António Marques Pinto e Rosa de Jesus	

João Domingos Pereira cº	30	Sabia escrever Lavrador	03-07-1911 Pará nº 1470	Manuel Domingues Pereira e Maria Joaquina Godinho	
Manuel Henriques da Silva	21	NSE Lavrador	03-03-1911 Pará nº 138	Domingos Henriques da Silva e Ana Rodrigues Esteves	

ESTARREJA (Concelho)

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e nº de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
Agostinho de Pinho Fragoso	37	Trabalhador	02-12-1911 Pará nº 743	Agostinho de Pinho Fragoso	
Agostinho José Dias cº	53	Trabalhador	18-09-1911 S. Paulo nº 114	Ana Josefa de Oliveira	Irmão de José de Pinho Fragoso
Ana Maria cª	44		08-07-1911 Rio de Janeiro nº 193	José Valente de Almeida	
António Marques Silva, cº	36	Moleiro	25-09-1911 Pará nº 250	Manuel Marques Silva	
Domingos António, cº	24	Trabalhador	30-10-1911 Pará nº 1192	António Maria Fernandes	
João Maria da Silva Pinho Esposa: ... Pereira da Silva Lima Filho: Amadeu	28 37 7	Negociante	22-03-1911 Pará nº 1067	Joaquim Maria da Silva Pinho	Ver registo nº 1
João Octávio cº	37	Pedreiro	11-07-1911 Rio de Janeiro nº 333	João Octávio	

Joaquim Manuel cº	29	Pescador	22-11-1911 Pará	Manuel José Silva	
			nº578		
José de Pinho Fragoso	33	Trabalhador	13-01-1911 Pará nº 1133	Agostinho de Pinho Fragoso	Irmão de Agostinho
José Valente cº	33	Trabalhador	23-10-1911 Rio Grande do Sul nº 1014	José Valente	
Manuel Joaquim	29	Padeiro	21-11-1911 Buenos Aires nº 544	António Rodrigues de Figueiredo	



Registo nº 1

FERMELÃ

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e nº de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
António Simão Basílio cº	47	Sabia escrever Jornaleiro	29-11-1911 Pará nº 1031	José Rodrigues Grilo e Maria de Jesus Basílio	
Ermelinda da Silva Baptista	26	Sabia escrever Doméstica	28-11-1911 Pará nº 1026	José Alves Narciso e Joana da Silva Baptista	
João Mateus Capeleiro	18	Sabia escrever Lavrador	10-07-1911 Pará nº 1544	José Mateus Capeleiro e Maria do Rosário Capeleira	

Manuel de Oliveira cº	32	Sabia escrever Jornaleiro	06-04-1911 Rio de Janeiro nº 530	Bernardino de Oliveira e Joana Francisca	
Manuel José de Moraes	22	Sabia escrever Lavrador	29-11-1911 Pará nº 1029	Manuel Mateus de Moraes e Ana da Silva Baptista	

MURTOSA

<u>Nome</u> <u>e</u> <u>estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade</u> <u>e</u> <u>modo de vida</u>	<u>Data, destino</u> <u>e nº de</u> <u>passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
Abel de Jesus de ... cº	37	Sabia escrever Mercantel	16-08-1911 Pará nº 1689	José Vicente Henriques e Ana Emilia de Oliveira	Ver registo nº 2
Adelino Caravela	22	NSE Moliceiro	18-07-1911 Pará nº 1614	Lázaro António Fernandes Rendeiro e Maria Agostinha	
Agostinho José Soares	19	Sabia escrever Pescador	07-06-1911 Pará nº 1187	Agostinho José Soares e Domingas Antónia da Silva	
Alexandre José da Silva, cº	30	NSE Moliceiro	05-06-1911 Pará nº 1167	João Maria da Silva e Maria Rosa	
Alfredo do Nascimento Cravo	18	Sabia escrever Empregado do Comércio	02-03-1911 Manaus nº 101	António Maria da Silva e Maria Rosália de Oliveira	
Alfredo Marques Rendeiro	22	Sabia escrever Pescador	08-05-1911 Pará nº 873	Joaquim Maria Marques e Joana José	
António Joaquim Ruela	18	Sabia escrever Pescador	09-12-1911 Pará nº 1164	Joaquim António Ruela e Ana Joaquina da Silva	
António Joaquim Soares cº	46	NSE Pescador	02-11-1911 Manaus nº 627	Francisco Soares Vida e Ana Venâncio	Também conhecido como António Joaquim Soares Vida
Filho: Manuel Maria Soares Vida	18	NSE			

António José Barbosa cº	33	NSE Pescador	17-10-1911 Pará n° 365	Gonçalo António Barbosa e Maria de Jesus Tavares	
António José da Silva	23	NSE Pescador	09-06-1911 Pará n° 1215	Manuel José da Silva e Maria José Marques	
António José Ribeiro cº	34	NSE Pescador	20-12-1911 Pará n° 1265	Domingos José Rebelo e Mariana Vieira	
António José Rodrigues Brandão cº	24	NSE Pescador	05-01-1911 Pará n° 1661	António Maria Rodrigues Brandão e Isabel Maria	
António Maria Afonso Lopes cº	27	NSE Mercantel	21-12-1911 Montevideu n° 1293	Manuel Joaquim Afonso Lopes e Maria de Jesus	
António Maria da Silva	24	NSE Pescador	24-07-1911 Pará n° 1692	José Maria da silva e Cândida Maria	
António Maria Fernandes Amaro cº	28	Sabia escrever Moliceiro	02-10-1911 Pará n° 82	Manuel Luís Fernandes Amaro e Lourença Joaquina de Sousa	
António Maria Ferreira cº	26	NSE Pescador	05-06-1911 Pará n° 1166	José Maria Ferreira e Maria Luísa	
António Maria Soares dos Santos cº	29	NSE Pescador	08-06-1911 Manaus n° 1204	Domingos Luís Soares dos Santos e Andreza Maria da Silva	
António Maria Vaz	18	Sabia escrever Pescador	20-06-1911 Pará n° 1332	Joaquim Vaz Pisco e Maria Luísa	
Arcencio Maria Neno	24	Sabia escrever Pescador	06-05-1911 Pará n° 867	Luis António Neno e Joana Rosa	Nasceu a 14-11-1886 ¹

Aristides da Silva Santos	11	Estudante	02-03-1911 Pará n° 100	António José Soares dos Santos e Júlia da Ascensão da Silva Portugal	
Artur Dias Pereira	27	Sabia escrever Pescador	20-10-1911 Santos n° 410	António Joaquim Dias Pereira e Maria Luísa Tavares	
Augusto Amador	36	Sabia escrever Pescador	10-05-1911 Pará n° 904	José António Amador e Mariana Valente	
Augusto Carlos da Silva Portugal cº	31	Sabia escrever Serralheiro	12-09-1911 Pará n° 1894	Miguel Maria da Silva Portugal e Domingas Rosália de Oliveira	
Augusto José da Silva	27	Sabia escrever Lavrador	29-12-1911 Pará n° 1358	Manuel José da Silva e Isabel Antónia	
Avelino Fernandes Rendeiro	20	Sabia escrever Negociante	23-10-1911 Pará n° 460	Rodrigo José Fernandes Rendeiro e Maria de Ascenção	
Bernardo Joaquim da Silva	21	NSE Pescador	21-12-1911 Pará n° 1290	Jacinto Maria da Silva e Joana Venâncio	
Brás António Rodrigues Praia	17	Sabia escrever Mercantel	24-07-1911 Pará n° 1693	José Manuel Rodrigues Praia e Maria Rosa	
Carlos Augusto Barbosa cº	24	Sabia escrever Marítimo	30-12-1911 Pará n° 1390	António Joaquim Barbosa e Rosália Antónia Vieira	
César António Pato, cº	29	Sabia escrever Comerciante	09-08-1911 Pará, n° 1810	Gonçalo António e Maria Francisca	

¹Livro Paroquial, Murtosa, disponível em <https://digitarq.adavr.arquivos.pt/viewer?id=1084993>, código de referência PT-ADAVR-PMRT03-1-104_m0355.tif

David José Fernandes	29	Sabia escrever Marítimo	18-07-1911 Manaus nº 1615	José António Fernandes e Maria José de Oliveira	
Domingos António Pereira da Silva, cº	27	NSE Marítimo	12-09-1911 Pará nº 1892	Manuel José Pereira da Silva e Mariana Fidalga	
Domingos Luís da Silva cº	25	NSE Moliceiro	30-06-1911 Pará nº 1432	Manuel Maria Alho e Maria Rosália Rebela	
Domingos Luís Rendeiro	18	Sabia escrever Marítimo	20-09-1911 Pará nº 1989	José Maria Fernandes Rendeiro e Maria Rosália da Silva	
Francisco António da Silva	40	Sabia escrever Pescador	16-12-1911 Pará nº 1236	Manuel José da Silva e Mariana Teresa da Silva	
Francisco António da Silva Conde	15	Sabia escrever Pescador	24-04-1911 Pará nº 741	Francisco António da Silva Conde e Maria José	
Francisco Joaquim cº	29	NSE Marítimo	05-07-1911 Manaus nº 1165	José Maria da Cruz e Maria José da Silva	
Francisco Joaquim Rodrigues, cº - Maria Ferreira Filha; Maria	32 22 1	Sabia escrever Marítimo	16-08-1911 Pará nº 1858	Vicente Ferreira Rodrigues Pardal e Maria do Carmo	Ver registo nº 3
Francisco José da Silva cº	30	Sabia escrever Pescador	20-12-1911 Pará nº 1264	Domingos José da Silva e Maria Joana da Silva	
Francisco José Vieira	23	NSE Pescador	28-07-1911 Pará nº 1717	Manuel Maria Vieira e Maria José Paiva	
Francisco Maria Caneiro cº	38	NSE Marítimo	08-06-1911 Manaus nº 1203	António Joaquim Caneiro e Domingas Antónia Valente	

Francisco Maria Tavares Rebimbas	24	Sabia escrever Lavrador	02-03-1911 Pará nº 94	José Maria Tavares Rebimbas e Catarina Lopes da Cunha	
Gonçalo António C...	19	Sabia escrever Lavrador	30-09-1911 Pará nº 52	Gonçalo António C... e Maria Simões	Ver registo nº 4
Henrique da Assumpção	17	NSE Pescador	02-11-1911 Pará, nº 626	Manuel José Neno e Joana Maria	
Isaac de Jesus	27	Sabia escrever Pescador	08-06-1911 Pará nº 1199	Feliciano José da Cruz e Ana Antónia Cascais	
João José de Castro	22	Sabia escrever Pescador	06-09-1911 Pará nº 1837	António José de Castro e Rosa Maria da Silva	
João Maria cº	28	Sabia escrever Carpinteiro	03-08-1911 Pará nº 1800	Francisco Joaquim Nunes e Maria Luísa da Silva	
João Maria Henriques	27	NSE Calafate	17-10-1911 Pará nº 366	José Luís Henriques e Maria Augusta da Silva	
João Maria Nunes Pereira	24	NSE Pescador	18-07-1911 Pará nº 1613	Joaquim Manuel Nunes Pereira e Maria Quitéria Nunes	
João Maria Rebelo dos Santos cº	36	NSE Pescador	07-01-1911 Pará nº 1673	Francisco Gomes Rebelo dos Santos e Ana Antónia Tavares	
Joaquim Calisto	21	Sabia escrever Mercantel	21-02-1911 Manaus nº 2	Pedro José Vieira e Maria José Fidalga	
Joaquim Maria da Silva	22	Sabia escrever Pescador	24-07-1911 Pará nº 1691	Domingos José da Silva e Ana Agostinha	
Joaquim Maria de Oliveira cº	26	Sabia escrever Carpinteiro	09-0-1911 Pará nº 1811	Manuel José de Oliveira e Maria José Henriques	

Joaquim Maria Mala	24	NSE Mercante	13-05-1911 Pará nº 954	João Bernardo Mala e Maria Luísa da Silva	
Joaquim Maria Tavares da Cunha	24	Sabia escrever Alfaiate	12-09-1911 Pará nº 1893	Manuel Vicente da Cunha e Maria Luísa de Oliveira	
José Augusto da Silva	29	NSE Marítimo	20-10-1911 Pará nº 411	Manuel José da Silva e Inácia Maria	
João Eusébio de Pinho	16	Sabia escrever Mercantel	06-09-1911 Pará nº 1835	João Eusébio de Pinho e Domingas Joaquina Dias da Silva	
José Luciano Afonso Soares	16	NSE Alfaiate	28-11-1911 Pará nº 1027	João Pedro Afonso Soares e Maria Luísa Marques Vilar	
José Manuel Pereira	22	NSE Pescador	02-11-1911 Pará nº 628	Nazário António Pereira e Maria Luísa	
José Manuel Soares Carinha cº	27	NSE Marítimo	20-10-1911 Pará nº 412	Manuel Domingos Carinha e Maria Ludovina	
José Manuel Soares Marques	18	Sabia escrever Pescador	04-10-1911 Pará nº 120	Gaspar José Soares Marques e Domingas Luísa	
José Maria cº	27	Sabia escrever Pescador	02-02-1911 Pará nº 90	Leandro José Valente e Maria Rosa da Silva	
José Maria Barbosa Júnior	22	Estudante	16-08-1911 Pará nº 1868	José Maria Barbosa e Maria Augusta da Cruz	
José Maria da Cunha	27	Sabia escrever Marítimo	16-05-1911 Pará nº 905	Manuel Maria da Cunha e Ludovina Maria da Silva	

José Maria da Silva	22	NSE Pescador	08-06-1911 Pará nº 1205	Domingos José da Silva e Felismina da Silva	
José Maria da Silva	24	NSE Lavrador	11-01-1911 Pará nº 1806	José Maria da Silva e Catarina Maria	
José Maria de Pinho	22	NSE Mercantel	06-09-111 Pará nº 1836	António Maria de Pinho e Teodora	
José Maria Lopes Soares	22	Sabia escrever Lavrador	27-07-1911 Pará nº 1711	Francisco Joaquim Lopes Soares e Domingas Antónia de Oliveira	
João Maria Marques da Silva, cº Filho: Manuel Maria da Silva	44 16	Sabia escrever Moliceiro	09-10-1911 Pará nº 189	Manuel José Marques da Silva e Maria José	
Manuel Guilherme da Silva, cº	24	Sabia escrever Pescador	30-05-1911 Pará nº 1113	João José da Silva e Perpétua Maria da Silva	
Manuel João Serrado	24	NSE Pescador	20-11-1911 Pará nº 1266	António Maria Serrado e Mariana Amadora	
Manuel Joaquim da Silva Caixeiro	21	NSE Lavrador	14-10-1911 Pará nº 298	António José da Silva Caixeiro e Ana Joaquina da Cunha	
Manuel Joaquim da Silva Paiva	16	Sabia escrever Pescador	24-04-1911 Pará nº 740	Sebastião da Silva Paiva e Maria Emilia	
Manuel Joaquim Soares Carinha cº	34	Sabia escrever Marítimo	23-10-1911 Pará nº 457	António Maria Soares Carinha e Maria Luísa Rebelo	
Manuel José Fernandes Rendeiro	23	Sabia escrever Marítimo	12-05-1911 Pará nº 936	Manuel Luís Fernandes Rendeiro e Joana Rosa Soares	

Manuel José Lopes Júnior, cº <u>Filho: Manuel Joaquim Lopes</u>	37 14	Sabia escrever Marítimo	23-12-1911 Pará nº 1319	Manuel José Lopes e Domingas de Jesus	
Manuel Maria da Conceição cº	37	Sabia escrever Pescador	06-10-1911 Pará nº 146	António João da Conceição e Rosália Maria da Silva	
Manuel Maria Vaz	16	Sabia escrever Pescador	24-04-1911 Pará nº 739	José Joaquim Vaz Pires e Antónia Joaquina Marrucas	
Maria Augusta Valente de Almeida	17	Sabia escrever Negociante	27-12-1911 Pará nº 1334	António Augusto Valente de Almeida e Maria José Marques Nunes	
Miguel José Pereira	34	NSE Pescador	26-12-1911 Pará nº 1323	Joaquim António Pereira e Margarida Rosa	
Miguel José Rebelo	26	NSE Lavrador	02-02-1911 Pará nº 1953	Sebastião José Rebelo e Maria Rosália de Oliveira	Vivia no Bunheiro
Possidónio José da Silva cº	47	NSE Pescador	11-03-1911 Pará nº 315	Lázaro José da Silva e Maria, exposta	Nasceu a 28-08-1863
Sebastião José Rebelo cº	39	Sabia escrever Negociante	10-05-1911 Pará nº 906	João Serafim Rebelo e Mariana de Campos	
Silvério António Pereira	21	Sabia escrever Negociante	12-05-1911 Pará nº 935	Manuel José da Silva Pereira e Maria do Carmo da Silva	
Venâncio António Soares Carinha cº	29	Sabia escrever Pescador	01-08-1911 Brasil nº 1753	António Joaquim Soares Carinha e Joana Rosa Carinha	
Zacarias Amador cº	27	NSE Pescador	29-12-1911 Pará nº 1357	José António Amador e Maria Rosália	

Signaes caracteristicos	N.º 1689
Edade 37 anos	Em 16 de Agosto de 1911 se concedeu passaporte para
Altura 1,76	o Pará, António Jesus de Lira, casado
Rosto oval	Rosto oval, moreno, fio de Jose Vicente Ferreira
Cabellos	Cabellos pretos, de Maria da Silva Oliveira da Costa
Sobr'olhos	Sobr'olhos pretos
Olhos castanhos	Olhos castanhos
Nariz	Nariz regular
Boca	Boca natural
Cór	Cór natural
Leva consigo	
<i>Leva consigo</i>	

Registo nº 2

Signaes caracteristicos	N.º 1858
Edade 32 anos	Em 16 de Agosto de 1911 se concedeu passaporte para
Altura 1,71	o Pará e Francisco Marques Nunes
Rosto oval	Rosto oval, moreno, marítimo, fio de Francisco Ferreira Rodrigues Barreto e da
Cabellos	Cabellos pretos
Sobr'olhos	Sobr'olhos pretos
Olhos castanhos	Olhos castanhos
Nariz	Nariz regular
Boca	Boca natural
Cór	Cór natural
Leva consigo me Raymond nome Ferreira, de 22 anos e sua filha Maria, de 1 anno de idade	
<i>Leva consigo</i>	

Registo nº 3

SIGNAES CARACTERÍSTICOS	N.º 52
Edade 37 anos	Em 30 de Outubro de 1911 se concedeu passaporte para
Altura 1,76	o Pará, Gonçalo Antunes Lante, moreno, moreno, fio de Gonçalo Antunes Lante
Rosto oval	Rosto oval
Cabellos	Cabellos pretos
Sobr'olhos	Sobr'olhos pretos
Olhos castanhos	Olhos castanhos
Nariz	Nariz regular
Boca	Boca natural
Cór	Cór natural
Leva consigo	
<i>Leva consigo</i>	

Registo nº 4

PARDILHÓ

<u>Nome e estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade e modo de vida</u>	<u>Data, destino e nº de passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
Agostinho de Pinho Valente	24	Sabia escrever Moliceiro	14-01-1911 Pará nº 1744	Francisco António de Pinho e Jacinta Maria Lopes Valente Carhoto	
Agostinho Lopes Lagaeiro cº	29	Sabia escrever Jornaleiro	13-01-1911 Manaus nº 1739	António Lopes Lagaeiro e Joana Maria Tavares	
António de Oliveira	26	Sabia escrever Serralheiro	04-12-1911 Rio de Janeiro nº 1097	Agostinho de Oliveira e Ludovina Ferreira da Costa	
Carlos Rodrigues Valente	17	NSE Carpinteiro	13-05-1911 Pará nº 953	Manuel Rodrigues Valente e Maria Caetana Valente Teixeira	
Carlos Valente de Almeida	21	NSE Lavrador	14-01-1911 Pará nº 1743	Joaquim Valente de Almeida e Maria Rosa Esteves	
Feliciano Nunes da Silva	36	Sabia escrever Empregado do comércio	28-01-1911 Pará nº 1918	Bernardo Nunes da Silva e Mariana Nunes	
<u>Esposa:</u> Juliana Rodrigues	25	Sabia escrever			
Alonso Sobrinho					
<u>Filha:</u> Arminda					
<u>Filho:</u> António					
Francisco Dias Ministro	10	Estudante	03-07-1911 Pará nº 1469	José Maria Dias Ministro e Ana Rosa Ferreira	
Joaquim Maria da Silva Vigário cº	29	NSE Lavrador	13-05-1911 Manaus nº 971	Bernardo Maria Vigário e Rosália Valente	
Joaquim Pinto da Silva	13	Estudante	19-12-1911 Manaus nº 1260	José Pinto da Silva e Ana Rosa da Silva	

José da Silva Froxo	24	NSE Proprietário	03-07-1911 Pará nº 1468	Manuel Lourenço da Silva Froxo e Ana da Silva Amadora	
José Maria Rodrigues	26	NSE Lavrador	14-01-1911 Pará nº 1740	José Manuel Rodrigues e Ana da Silva Teixeira	
Manuel Joaquim Valente da Silva cº	48	Sabia escrever Carpinteiro	13-03-1911 Rio de Janeiro nº 268	Manuel Valente e Ana da Silva	
<u>Filho:</u> Manuel Valente da Silva	13	Sabia escrever			
Manuel Maria da Silva cº	25	Sabia escrever Carpinteiro	03-03-1911 Manaus nº 142	João Martinho da Silva Pataca e Joana Maria Valente de Almeida	
Manuel Maria da Silva cº	31	NSE Marítimo	19-04-1911 Pará nº 626	Francisco Valente Canhoto e Maria Teresa da Silva	
Manuel Nunes da Silva cº	46	Sabia escrever Alfaiate	15-05-1911 Pará nº 979	Manuel Nunes da Silva Júnior e Maria Luísa Esteves	
<u>Filho:</u> Ângelo Nunes da Silva	15	Sabia escrever			
Maria da Piedade Nunes cª	27	NSE Padeira	28-01-1911 Pará nº 1917	Manuel Nunes da Silva e Mariana Valente	

SALREU

<u>Nome e estado civil</u>	<u>Idade</u>	<u>Escolaridade e modo de vida</u>	<u>Data, destino e nº de passaporte</u>	<u>Filiação</u>	<u>Notas</u>
Afonso Ferreira da Costa	12	NSE Criado de servir	13-10-1911 Rio de Janeiro nº 268	Luís António da Costa e Maria Ferreira	Vivia em Rio Meão, Feira
António Joaquim de Almeida	26	Sabia escrever Lavrador	29-12-1911 Rio de Janeiro nº 1362	Agostinho de Almeida e Maria Figueira	Irmão de Francisco de Almeida

António Maria Soares vº	59	Sabia escrever Lavrador	06-02-1911 Pará nº 2000	João Bernardo da Costa Anjo e Ana Soares	Vivia em Canelas
Francisco da Silva Moura	22	NSE Jornaleiro	13-03-1911 Pará nº 259	Josefa da Silva	
Francisco de Almeida	29	NSE Lavrador	29-12-1911 Rio de Janeiro nº 1361	Agostinho de Almeida e Maria Figueira	Irmão de António Joaquim de Almeida
Ilídio de Azevedo	23	Sabia escrever Carpinteiro	26-01-1911 Pará nº 1900	Francisco de Azevedo e Margarida de Oliveira	
Jesus Marques Rodrigues	21	Sabia escrever Caixeiro	02-02-1911 Manaus nº 1962	Manuel Marques Rodrigues e Maria das Dores Marques Figueira	Irmão de José Luciano Marques Rodrigues
João José Tavares da Cunha	24	NSE Lavrador	29-12-1911 Manaus nº 1359	Manuel José Tavares da Cunha e Maria de Jesus da Silva	
Joaquim António Marques de Resende	41	NSE Lavrador	29-12-1911 Rio de Janeiro nº 139	António Joaquim Marques de Resende e Raquel Maria Bandeira	
Joaquim da Silva cº	30	NSE Lavrador	29-12-1911 Rio de Janeiro nº 1372	Joaquim da Silva e Maria do Rosário	
Joaquim Gouveia cº	24	Sabia escrever Carpinteiro	17-07-1911 Manaus nº 1612	António Caetano Gouveia e Feliciana Ferreira Condeça	
Joaquim Tavares Afonso	23	Sabia escrever Lavrador	0-10-1911 Pará nº 123	Manuel Bernardo Tavares e Maria de Oliveira	
José Luciano Marques Rodrigues	15	Sabia escrever Lavrador	02-02-1911 Manaus nº 1963	Manuel Marques Rodrigues e Maria das Dores Marques Figueira	Irmão de Jesus Marques Rodrigues

José Maria Valente Rodrigues	28	Sabia escrever Lavrador	25-11-1911 Pará nº 1005	Manuel Joaquim Valente Rodrigues e Ana Figueira	
José Marques Magro	21	Sabia escrever Lavrador	02-03-1911 Pará nº 96	Luis Marques Magro e Custódia da Silva Moura	
José Tavares	15	Sabia escrever Lavrador	14-06-1911 Rio de Janeiro nº 1269	António Tavares e Ana Rosa da Fonseca	

VEIROS

Nome e estado civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e nº de passaporte	Filiação	Notas
João José Tavares da Cunha	24	NSE Lavrador	29-12-1911 Manaus nº 1359	Manuel José Tavares da Cunha e Maria de Jesus da Silva	
José Antão Marques	24	Sabia escrever Lavrador	04-01-1911 Rio de Janeiro nº 1649	Manuel Joaquim Antão Marques de Oliveira	
José Narciso Vaz de Oliveira	23	Sabia escrever Lavrador	22-07-1911 Pará nº 2025	José Vaz de Oliveira e Maria Pereira da Fonseca	
Manuel Joaquim Alves cº	25	Sabia escrever Lavrador	06-10-1911 Santos nº 132	Gonçalo Maria Alves e Maria José Ferreira	
Manuel Joaquim Nunes da Silva	23	NSE Lavrador	08-12-1911 Pará nº 1151	Manuel Maria Nunes da Silva e Joaquina da Silva	
Manuel Joaquim Pires	16	Sabia escrever Estudador	08-12-1911 Pará nº 1150	João Maria Pires e Brízida Ermelinda de Jesus	

PROSPECÇÃO DE ESTRUTURAS INCÓGNITAS NA IGREJA DE VEIROS

*Victor Bandeira**

*Ana Bidarra***

*Nuno Barraca****

Pinturas murais

A publicação das “Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros – *Chão Sagrado*”, deu o mote para se iniciarem as visitas guiadas à igreja de Veiros, ao Museu Padre José Henriques da Silva e a outros monumentos paroquiais. Estas visitas estrearam no Verão de 2018 e o roteiro instituído foi denominado de “Rota de Veiros Monumental – *Chão Sagrado*”.

Alguns visitantes repetiram as visitas, o que levou a que se pensasse em adicionar algumas curiosidades em cada roteiro, de modo a que cada visita fosse única e distinta das anteriores. Uma destas curiosidades, que desde o início se expôs aos visitantes, foram as paredes da igreja em bruto, isto é, sem reboco, para que os visitantes percebessem como são constituídas as paredes da igreja, o que as sustenta, o tipo de pedra que as ergue, assim como a argamassa que liga cada fragmento de rocha. Para isso, durante cada visita guiada era exibida a parede sul da igreja, através da abertura onde encaixa a pedra de ara do altar dedicado à Imaculada Conceição. Aí, cada visitante conseguia observar a parede da igreja, que é de composição maioritariamente xistosa (Figura 1).

A 26 de Outubro de 2018, foram levantadas as pedras de ara dos outros altares laterais e colaterais, a fim de identificar novos pontos onde fosse possível exibir as paredes da igreja. Com isto, verificou-se de imediato que as paredes que se encontram por detrás dos retábulos dedicados a Nossa Senhora do Rosário e a Nossa Senhora das Dores estão revestidas de reboco, enquanto que a parede, por detrás do retábulo dedicado ao Sagrado Coração de Jesus se encontra na sua forma original, sem reboco.

*Licenciado em Biologia, Mestre em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas, e doutorado em Biologia e Ecologia das Alterações Globais, exercendo actualmente a sua actividade profissional como biólogo no Departamento de Biologia e CESAM, da Universidade de Aveiro. É autor e/ou co-autor de dezenas de publicações científicas na área da Biologia e Ecologia. Nos tempos livres procura conhecer melhor a história da freguesia de Veiros (e da região), com enfoque nos aspectos religiosos, tendo já publicado os livros: “Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros - *Chão Sagrado*” em 2018 e “Memorial Eclesiástico de Santa Marinha de Avanca” em 2022.

**Licenciada em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT), especialização em conservação e restauro de escultura e pintura. Mestrado e Doutoramento em Geociências pela Universidade de Aveiro (UA), com tema de investigação sobre pigmentos brancos estruturados para conservação e restauro de pintura de cavalete (Mestrado) e sobre o estudo tecnológico e composicional da folha de ouro de retábulos barrocos portugueses (Doutoramento). Autora de diversos artigos sobre conservação e restauro, e sobre o estudo tecnológico de obras de arte. Coordenadora do grupo do ICOM-CC, *Sculpture, Polychromy and Architectural Decoration* (SPAD), para o triénio 2020/2023. Conservadora-restauradora desde 1999. Co-fundadora, em 2013, da empresa Cinábrio. Desde 2017 é Professora Adjunta Convidada no Instituto Politécnico de Tomar, onde leciona Conservação e Restauro de Escultura.

***Licenciado e Mestre em Engenharia Geológica pela Universidade de Aveiro. Engenheiro Geólogo e responsável técnico pela prospecção geofísica, processamento em laboratório e relatório técnico do estudo do subsolo da área prospectada na igreja de Veiros. Fundador da empresa GeoAviz – Geologia/Geofísica/Geotecnologia.



Figura 1 – Parede da igreja de Veiros sem reboco, por detrás do retábulo dedicado à Imaculada Conceição | Foto: Victor Bandeira |

Ora, quando se levantaram as pedras de ara dos altares colaterais e se observaram as paredes revestidas com reboco, simultaneamente foi detectado que esse reboco se encontrava pintado em tons avermelhados, ocres, alaranjados e amarelados, e que essa pintura estava delimitada por uma moldura de arestas vermelhas, pintada em forma rectangular, identificando-se nesse momento e pela primeira vez na igreja de Veiros duas pinturas murais (Figuras 2 e 3). Até ao momento, ainda não se conseguiu perceber se os motivos pintados serão apenas marmoreados ou se existe outro tipo de motivos. Para se conseguir analisar com mais detalhe, seria necessário desmontar parcial ou integralmente os dois retábulos, a fim de expor a totalidade das pinturas, proceder à remoção de sais e poeiras agregadas às pinturas e à fixação de áreas que se encontram em destaque.



Figura 2 – Parede da igreja de Veiros com reboco, por detrás do retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário | Foto: Victor Bandeira |



Figura 3 – Parede da igreja de Veiros com reboco, por detrás do retábulo dedicado a Nossa Senhora das Dores | Foto: Victor Bandeira |

As pinturas murais serão anteriores aos retábulos de talha dourada que existiam originalmente na igreja e que arderam em Novembro de 1855, tendo ficado incógnitas por detrás dos novos retábulos da segunda metade do século XIX colocados após o incêndio na igreja de Veiros ^(2, 3, 4, 8). (“Na noite de 25 para 26 de Novembro de 1855, por volta da uma da manhã, a igreja de Veiros foi tomada por um incêndio, que terá tido início próximo da porta principal, do lado do Norte. As chamas tinham tanta intensidade que em pouco tempo fizeram desabar a totalidade do tecto, tendo ardido as imagens, altares, tribuna, sacrário com as hóstias consagradas, não havendo oportunidade de salvar o que quer que fosse, embora se tenham esforçado para isso. O vigor das labaredas fez rachar portas, as pias de água benta situadas em cada entrada, o baptistério e as colunas de granito que sustentavam o coro-alto. Só não ardeu a torre da igreja, a sacristia e os anexos à igreja dos mordomos, porque combateram a chegada das chamas com água e terra.”) ^(8, 9)

Provavelmente, as pinturas murais serão datadas do início da igreja, cuja construção foi concluída em 1612 ^(1, 5, 6, 7). Os motivos e os elementos que figuram nestes murais ainda são desconhecidos, não sendo possível, presentemente, fazer uma identificação e uma análise mais rigorosa. Contudo, sabe-se que as pinturas murais nos templos católicos foram sendo substituídas por retábulos em talha dourada à medida que o século XVII foi progredindo, tendo perdurado apenas as que ficaram por detrás desses retábulos barrocos ^(14, 15). Algumas pinturas murais foram picadas, ficando gravemente danificadas, a fim de se pintar um novo tema ou de se incrustarem os altares nas paredes, outras foram removidas ou então repintadas ^(12, 14, 15).

Por vezes, acontecia que a colocação dos retábulos nas paredes das igrejas permitia manter as pinturas murais na sua totalidade, ou pelo menos algumas partes ou fragmentos ^(14, 15). Em Veiros parece ter sido o caso, tendo sido mantidas algumas áreas das pinturas, correspondentes à zona do lambril. Enquanto a pintura mural do altar dedicado a Nossa Senhora do Rosário parece estar completa na área visível, o mesmo já não acontece com a pintura que se encontra por detrás do altar de Nossa Senhora das Dores, a qual já se encontra bastante danificada pela presença de sais, exibindo ainda diversas lacunas ao nível do reboco do suporte e da camada pictórica, assim como risco de destaque.

A composição das pinturas murais pode variar entre figuras de anjos, de santos ou de momentos importantes do Evangelho (e.g. Anunciação, Natividade, Adoração dos Magos, Crucificação), em que envolvendo estas figuras podem ser pintados motivos vegetalistas, motivos adamascados ou marmoreados^(11, 13, 14, 15). Existem pinturas imitando apenas elementos de tapetes decorativos ou fingimento de tecidos utilizados na armação dos altares, em cortinas, ou frontais de altar, por exemplo^(13, 15). Os vestígios das pinturas murais encontrados na igreja de Veiros parecem referir-se a motivos marmoreados. No entanto, actualmente ainda não é perceptível se os murais encontrados fazem parte de uma moldura de composição maior ou se apenas tentam imitar um frontal de altar em mármore ou se compõe um lambril que contornaria a nave da igreja. No futuro, por exemplo através de uma acção de conservação e restauro nos altares, poderá colocar-se à luz do dia os restantes elementos das pinturas murais, se existirem, e que por ventura se possam encontrar por detrás dos retábulos colaterais.

Presentemente, foi removido todo o entulho que se encontrava acumulado sob a mesa de altar do retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário, resultante de obras efectuadas ao longo dos anos, das várias intervenções nas paredes da igreja e da queda de material. Foram retirados fragmentos de adobe, fragmentos de xisto, terra, estuque, madeiras e pregos, que formavam um aglomerado compacto e com elevada retenção de humidade junto às madeiras que sustentam a estrutura do retábulo. O único local que permite a retirada destes materiais é restrito à zona de encaixe da pedra de ara, por onde foi possível inserir uma pequena pá para remoção dos detritos. A pintura mural ficou a descoberto em toda a área da base do retábulo, aguardando pelo dia em que possa ser rigorosamente analisada (Figura 4).

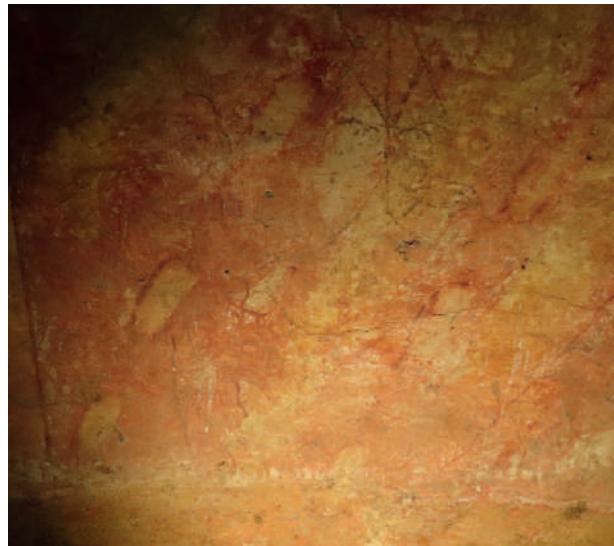


Figura 4 – Pintura mural por detrás do retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário com o aglomerado de detritos removidos.

| Foto: Victor Bandeira |

Estruturas no subsolo da igreja

Na igreja de São Bartolomeu de Veiros outras estruturas se encontram incógnitas. Muitas vezes se tem perguntado, onde estaria construída exactamente a igreja primitiva dedicada a São Bartolomeu e a Santa Bárbara que veio a ser substituída no início do século XVII pela igreja actual

^(7, 8, 9). Existirão ainda vestígios das antigas fundações? As actuais estruturas das paredes da igreja podem ter sido estabelecidas sobre algumas partes da antiga construção? Assevera-se que a ermida primitiva possa ter existido sobre a área onde hoje se encontra a capela-mor. Mas, sabendo que o interior da igreja, e mais tarde o exterior, serviram como cemitério paroquial, é provável que poucos vestígios tenham resistido, quer à construção da nova igreja no início do século XVII, como posteriormente aos inúmeros sepultamentos⁽⁵⁾. Com vista a tentar esclarecer as dúvidas que se levantam e a colocar em evidência qualquer vestígio da antiga fundação da igreja ou de outra índole, foi executada uma prospecção geofísica do subsolo da igreja e respectivo adro e ainda, de parte do adro situado defronte da casa mortuária, recorrendo à equipa da empresa GeoAviz.

Qualquer estrutura existente e que se identifique no subsolo pode vir a orientar possíveis trabalhos arqueológicos no local, quer sejam possíveis vestígios arqueológicos associados à igreja, como ao seu antigo cemitério⁽¹⁰⁾. Para este trabalho recorreu-se ao levantamento de áreas amplas e sem obstáculos, com recurso a um georadar (radar de penetração no solo), dotado de uma antena de banda larga com frequência central de 250MHz⁽¹⁰⁾. O georadar permite detetar remotamente objetos soterrados, independentemente da sua natureza⁽¹⁰⁾.

Trata-se de um “método geofísico eletromagnético de aquisição e de registo de informação do subsolo próximo da superfície, através da emissão e recepção de impulsos electromagnéticos”⁽¹⁰⁾. O georadar faz percorrer uma antena transmissora sobre a área de estudo (Figuras 5 e 6), que envia ondas electromagnéticas, as quais são reflectidas no interior do solo e recebidas por um receptor⁽¹⁰⁾. O tempo que os impulsos, transmissões e reflexões que demoram a percorrer o subsolo e o cálculo das respectivas velocidades de propagação permitem “estimar a profundidade das estruturas e interfaces detectadas”⁽¹⁰⁾. As sequências obtidas pela antena receptora originam um radargrama que pode ser visualizado ao longo de várias estratigrafias, sendo possível representar uma planta a cada profundidade onde são registadas as diversas “anomalias” (contrastos evidentes nas propriedades reflectivas dos materiais), que corresponderão às estruturas presentes no subsolo da área de estudo⁽¹⁰⁾.



Figura 5 – Prospecção do subsolo no interior da igreja com o georadar | Foto: Victor Bandeira |

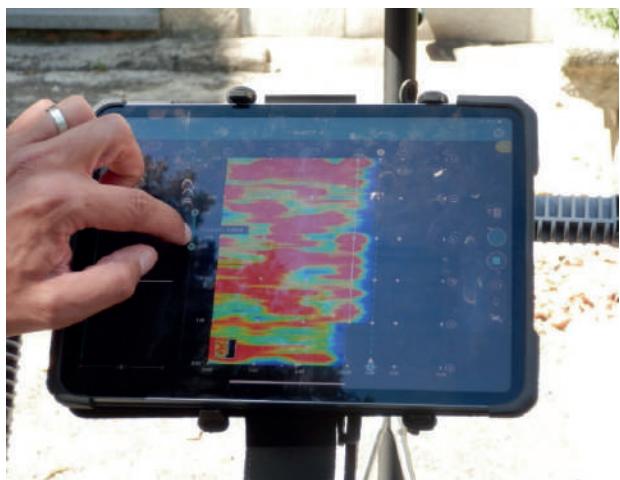


Figura 6 – Prospecção do subsolo no exterior da igreja com o georadar. | Foto: Victor Bandeira |

A área total prospectada (Figura 7) foi de cerca de 1400m² repartida entre o interior da igreja, o adro que a circunda, e uma parte do adro com árvores de grande porte situado frente à casa mortuária, cuja área também serviu de cemitério até à década de 30 do século XX^(5, 9, 10).

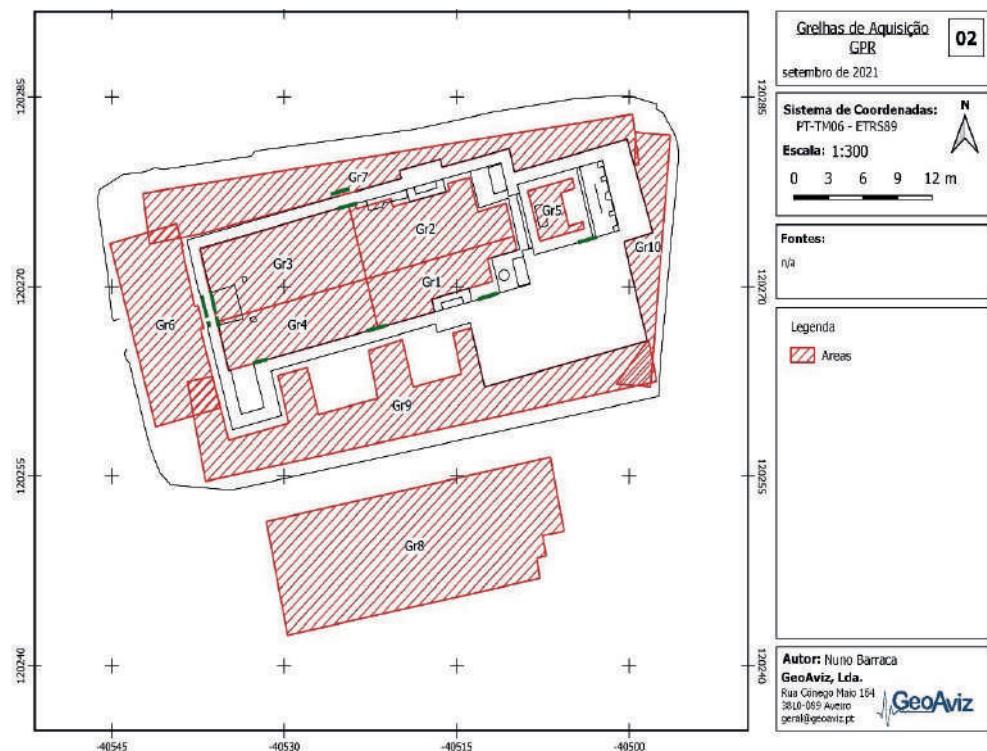


Figura 7 – Área total prospectada (grelhas 1 a 4 – nave da igreja; grelha 5 – capela-mor da igreja; grelha 6 – área do adro frente à porta principal da igreja; grelha 7 – área do adro junto à EN109-5; grelha 8 – adro com árvores frente à casa mortuária; grelha 9 – área do adro desde a torre da igreja ao cartório paroquial; grelha 10 – área do adro por detrás da igreja). In Barraca (2022).

Seguidamente, apresentam-se os resultados gerais da prospecção através do georadar relativos às profundidades de 0.5m, 0.9m e 1.6m, a título de exemplo, já que se obtiveram plantas das profundidades entre 0.1m e 2.0m, de 10 em 10 cm (Figuras 8 a 10)⁽¹⁰⁾.

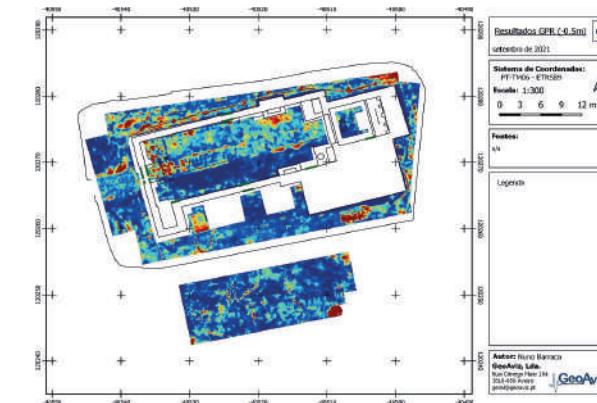


Figura 8 – Resultados gerais da prospecção através do georadar relativos à profundidade de 0.5m. In Barraca (2022).

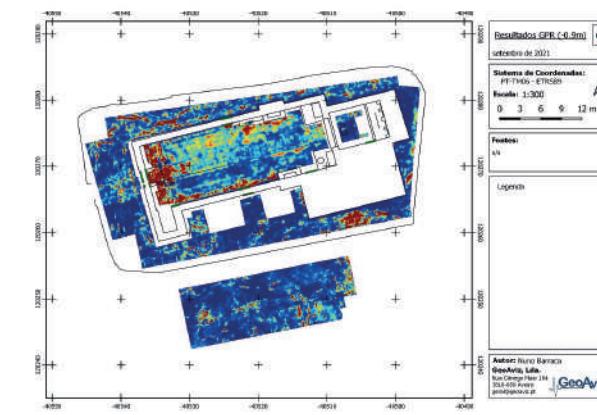


Figura 9 – Resultados gerais da prospecção através do georadar relativos à profundidade de 0.9m. In Barraca (2022).

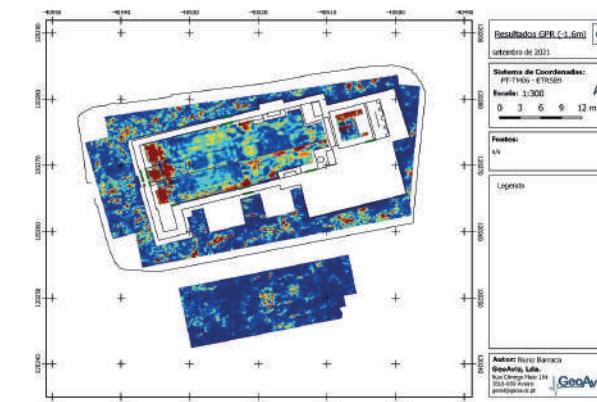


Figura 10 – Resultados gerais da prospecção através do georadar relativos à profundidade de 1.6m. In Barraca (2022).

As plantas construídas através da leitura dos resultados do georadar evidenciam as infraestruturas já conhecidas, relativas à iluminação pública do templo, bem como à canalização e esgotos (Figura 11)⁽¹⁰⁾.

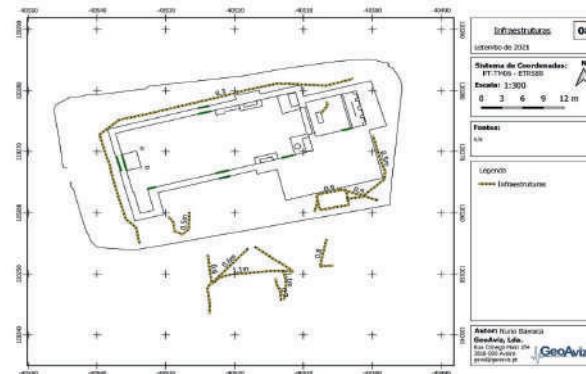


Figura 11 – Locais com a deteção de infraestruturas no subsolo relacionadas com a iluminação eléctrica, canalização e esgoto, com a respetiva profundidade. In Barraca (2022).

Mas, fundamentalmente revelaram algumas estruturas identificadas com potencial arqueológico, as quais se encontram representadas na figura 12, com a respectiva profundidade⁽¹⁰⁾. Estas estruturas de cariz arqueológico encontram-se soterradas entre os 1.0m e 1.9m de profundidade⁽¹⁰⁾. A mais profunda é uma estrutura detectada a 1.9m de profundidade que se encontra no adro atrás da capela-mor, próxima à abertura que desemboca para a EN109-5⁽¹⁰⁾. Esta estrutura seria a que mais facilmente se poderia ter acesso para um trabalho arqueológico, a fim de evidenciar e identificar a estrutura em causa, já que a escavação do local seria a que menor prejuízo traria, em virtude de a reparação à superfície ser a menos dispendiosa. As restantes estruturas com potencial arqueológico situam-se acima dos 1.6m de profundidade⁽¹⁰⁾. Precisamente a 1.6m de profundidade encontra-se uma estrutura circular no centro da nave da igreja, situada entre os altares laterais e as portas situadas a meio da igreja⁽¹⁰⁾.

Ainda dentro da igreja existe uma estrutura frente ao altar dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, a 1.0m de profundidade, que se assemelha a uma parede/muro derrubado, o mesmo acontecendo na capela-mor frente à escultura de S. Bartolomeu⁽¹⁰⁾. O muro frente ao altar dedicado ao Sagrado Coração de Jesus fará parte das fundações da antiga ermida? No exacto local onde se ergue o altar da celebração, na capela-mor, encontra-se uma estrutura a 1.2m de profundidade que poderá referir-se a um sepultamento diferente dos restantes encontrados ao longo do corpo da igreja, ou a uma espécie de enterramento da primeira pedra da igreja, haverá ainda outras possibilidades no campo das hipóteses. Certo é, que a estrutura revela ser diferente das restantes encontradas, quer pela composição, como pelo local central em que se encontra implementada. Curiosamente, a estrutura mais extensa encontrada no subsolo é um muro de grande dimensão que acompanha a parede sul da nave central, desde o altar dedicado à Imaculada Conceição até à torre da igreja⁽¹⁰⁾.

Fará também este muro parte das antigas fundações? Já no adro da igreja foram detectadas também várias estruturas: à frente da igreja uma estrutura a 1.2m de profundidade, do lado norte da capela-mor outra estrutura a 1.3m, algumas estruturas cujo alinhamento e configuração se assemelham a sepultamentos de índole mais relevante, junto à porta lateral do lado sul da nave da

igreja⁽¹⁰⁾. Por fim, surgem quatro estruturas circulares ou semicirculares que formam uma espécie de rectângulo entre o adro da igreja e o adro com árvores frente à casa mortuária a diferentes profundidades⁽¹⁰⁾.

Dado que as sepulturas do interior da igreja não contêm separadores graníticos como acontece por exemplo na igreja do Bunheiro, as sepulturas encontram-se desalinhadas e sobrepostas presumivelmente devido a aluimentos e à intervenção na superfície quando se substituiu o soalho pelo piso cerâmico e de cimento com taco, durante os anos 70 do século XX. Os covatos apresentam-se assim sem grande estrutura definida invadindo os espaços adjacentes, já que na maioria dos casos eram reaproveitados para novos sepultamentos, e os separadores entre sepulturas, quando existentes, eram constituídos por madeiras que acabavam por se decompor.

Já no exterior da igreja, surgem mais sepulturas, e também inúmeras raízes de árvores que contribuem para o deslocamento de terras e invasão dos locais sepulcrais. No exterior da igreja, os covatos são mais nítidos do que dentro da igreja, o que pode estar relacionado com a idade destes eventos. Enquanto que os sepultamentos no interior da igreja terminaram durante o século XIX, no exterior continuaram até à década de 30 do século XX⁽⁹⁾.

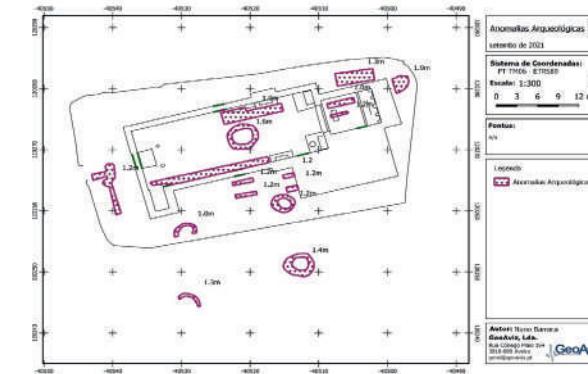


Figura 12 – Locais com a deteção de infraestruturas no subsolo identificadas com potencial arqueológico, com a respetiva profundidade. In Barraca (2022).

Na figura 13 encontram-se representadas todas as estruturas, quer as infraestruturas relativas à canalização, esgoto e iluminação eléctrica, como as de cariz arqueológico⁽¹⁰⁾.

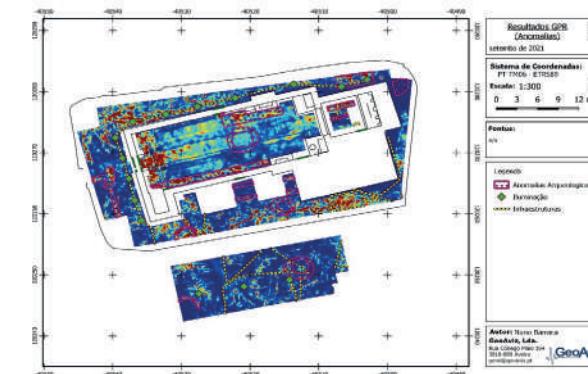


Figura 13 – Representação de todas as infraestruturas (cariz arqueológico e não arqueológico). In Barraca (2022).

Com isto, os resultados apresentados pelo georadar carecem de confirmação por sondagem, particularmente no que respeita a estruturas com interesse arqueológico, o que com auxílio das figuras apresentadas poderá ser realizado de forma cirúrgica sobre os próprios locais a estudar, sendo mais exequíveis aqueles que se encontram na área envolvente à igreja⁽¹⁰⁾.

Em jeito de conclusão, este artigo vem colocar em evidência duas lacunas no conhecimento que se espera poder deslindar nos próximos tempos, quer com a análise rigorosa das pinturas murais presentes por detrás dos retábulos colaterais da igreja, quer com os trabalhos arqueológicos cirúrgicos no subsolo paroquial, a fim de se verificar se alguma das estruturas de cariz arqueológico faz parte das fundações da antiga ermida primitiva dedicada a São Bartolomeu e a Santa Bárbara, extinta no início do século XVII.

Fontes e Referências

Fontes manuscritas

¹ da Cunha, D. Rodrigo (1623). *Catálogo dos Bispos do Porto*. 2.ª edição. Porto.

² Junta de Parochia (1870). *Livro das contas da Junta de Parochia da freguesia de Veiros 1855 – 1870*.

³ Junta de Parochia (1872). *Livro de Juramentos, eleições, actas de sessões da Junta e autos de arrendamento das terras do Senhor da Ribeira 1850 – 1872*.

⁴ Junta de Parochia (1886). *Actas de Sessões da Junta de 1849 a 1886, Eleições de Confrarias*.

⁵ *Livros Paroquiais de Veiros (1612-1911)*. Arquivo Distrital de Aveiro.

⁶ *Memórias paroquiais* (1758). Vol. 39, n.º 120, pág. 681 - 686. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Fontes hemerográficas

⁷ Oliveira, Pe Miguel de (1964). *Nota Histórica - Origens da freguesia de Veiros*. Jornal de Estarreja, 10 de Dezembro de 1964, n.º 3178, pp. 1 – 2.

Referências Bibliográficas

⁸ Afonso e Cunha, José Tavares (1972). *Notas Marinhoas – Notícias históricas do concelho da Murtosa e das duas freguesias marinhoas do concelho de Estarreja*. Volume II. Edição do Autor.

⁹ Bandeira, Victor (2018). *Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros – Chão Sagrado*. Aveiro: Tempo Novo Editora. 461 pp.

¹⁰ Barraca, Nuno (2022). *Prospecção Geofísica na Paróquia de Veiros*. Relatório Técnico. GeoAviz. São Bernardo, Aveiro.

¹¹ Bidarra, Ana; Roçado C., Antunes P. & Coroado J. (2009). “Cristo Ressuscitado”: a redescoberta de uma pintura. *Estudos De Conservação E Restauro*, (1), 73-85. <https://doi.org/10.34618/ercr.1.3166>.

¹² Cabrita Fernandes, Maria Teresa (2013). *Análise comparativa da pintura mural do Noroeste Peninsular (Galicia-Norte de Portugal, 1500-1565)*. PhD Thesis. Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

¹³ Caetano, Joaquim Inácio (2010). *Motivos decorativos de estampilha na pintura a fresco dos séculos XV e XVI no norte de Portugal: relações entre pintura moral e de cavalete*. PhD Thesis. Universidade de Lisboa, Portugal.

¹⁴ Caetano J. I. (2007). *Novas alegrias para a compreensão da actividade oficinal nos séculos XV e XVI. As pinturas murais das Igrejas de Santo André de Telões, Amarante, de Santiago de Bembrive, Vigo e de S. Pedro de Xurenzás, Boborás na Galiza*. Revista da Faculdade de Letras CIÉNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO. Porto 2006-2007. I Série vol. V-VI, pp. 57-68.

¹⁵ Caetano, Joaquim Inácio (2015). *O papel decorativo da pintura a fresco dos séculos XV e XVI em Portugal*. Revista De Artes Decorativas, (7), 11-40. <https://doi.org/10.34632/revistaartesdecorativas.2015.2072>.

SAUDADES DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ À FÁBRICA DA HISTÓRIA

Juliana Cunha *

As instalações são magníficas, num edifício suficientemente espaçoso e construído com todas as condições de segurança e da melhor apropriação. A grande fábrica é movida e iluminada a electricidade, sendo a montagem d'esta na importante Quinta da Costa, propriedade do pae do sr. Marques Rodrigues. O sr. Carlos Marques Rodrigues foi duma atividade admirável n'esse grande empreendimento que muito o honra. Só d'um espírito intelligent e trabalhador como o sr. Marques Rodrigues se podia esperar tão importante estabelecimento fabril, que não desmerecerá do melhor do seu género na província se não nos grandes centros.¹

Saudade e centenário são uma simbiose perfeita. A estas duas palavras juntam-se outras igualmente simbióticas: história, património, identidade e imaterialidade. A antiga Fábrica de Descasque de Arroz, pela sua imponência e singularidade marcou o progresso e o desenvolvimento industrial no Concelho de Estarreja. Fundada por Carlos Marques Rodrigues (1882-1976), notável empreendedor e visionário, a fábrica é representativa de uma identidade e história local, imaterializada nas técnicas e métodos, memórias e saberes tradicionais do património cultural do cultivo do arroz.

A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja – Fábrica de Descasque de Arroz, inicia a laborar em 1922, época áurea do cultivo do arroz no Baixo Vouga Lagunar. Instalada no lugar do “outeiro da marinha e rua José Falcão, da mesma vila,”² junto à estação de caminho-de-ferro, e à margem de um dos canais navegáveis da Ria de Aveiro, particularidades cruciais para o seu crescimento e evolução.

Com processos mecânicos e modernizados para a época, a Fábrica de Descasque de Arroz era alimentada pela central hidráulica, através de energia elétrica gerada pelas águas do rio Antuã, outrora símbolo de inovação e tecnologia e localmente apelidada de “turbina”.

Fundada e gerida por um homem com uma visão singular, a “Hidro-Eléctrica” tornou-se um equipamento significativo para a indústria e economia locais. A proximidade com o caminho-de-ferro, a matéria-prima de qualidade e a modernização industrial, foram aspetos cruciais para que a fábrica se mantivesse em laboração várias décadas. Ao longo do tempo, a Fábrica de Descasque de Arroz empregou dezenas de colaboradores, de ambos os géneros e em várias funções. Quanto à gerência da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, e ainda que Carlos Marques Rodrigues tenha participado ativamente nos assuntos da fábrica até ao fim da vida, a administração e gestão da mesma foi legada para as seguintes gerações.

*Licenciada em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Técnica Superior da Divisão da Cultura, Eventos e Turismo da Câmara Municipal de Estarreja.

¹In Jornal de Estarreja – “Estarreja Industrial”, 25 de março de 1923, n.º 1836.

²Ata da sessão ordinária da comissão executiva da Câmara Municipal de Estarreja, de 17 de maio de 1922.



A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja - Fábrica de Descasque de Arroz.³

³Arquivo Municipal de Estarreja. Fundo Fábrica de Descasque de Arroz, fotografias sem data.

⁴Arquivo Municipal de Estarreja. Fundo Fábrica de Descasque de Arroz, fotografias sem data.



A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja - Fábrica de Descasque de Arroz, aspeto dos armazéns de arroz no período de paralisação.⁵



A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja - Fábrica de Descasque de Arroz, maquinaria no período de paralisação.⁶

⁵Arquivo pessoal da família Marques Rodrigues, 1949.

⁶Arquivo pessoal da família Marques Rodrigues, 1949.



A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja - Fábrica de Descasque de Arroz, aspeto do armazém de subproduto e dos armazéns de arroz no período de paralisação.⁷

Dez anos após a paralisação forçada da fábrica, Carlos Marques Rodrigues apresenta uma exposição ao então ministro da economia. O proprietário da “Hidro-Eléctrica” não desiste de cessar a suspensão da laboração e requer que lhe seja feita justiça, uma vez que “os inconvenientes de ordem geral já em grande parte desapareceram, e com relação à sua fábrica, nunca se verificaram.”⁹

A Hidro-Eléctrica está situada no centro da região produtora de arroz formada pelos concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja e Ovar. Foi construída junto da estação de caminho de ferro de Estarreja, quase nas margens dum dos canais mais navegáveis da Ria de Aveiro, a pequena distância do rio Antuã. Toda a mencionada productora é marginal, e tem uma área de cerca de oito mil hectáres, com a produção média de 3.500 kg por hectare. Além da comunicação fácil pela Ria, dá-se a circunstância de estar toda ela a pequena distância e com boa ligação por estradas.¹⁰

⁷Arquivo pessoal da família Marques Rodrigues, 1949.

⁸António Júlio de Castro Fernandes (1903-1975) foi ministro da economia entre 1948-1950.

⁹Carlos Marques Rodrigues in “Exposição que o proprietário da Fábrica de Descasque de Arroz, a Hidro-Eléctrica de Estarreja tem a honra de apresentar a sua Excelência o Ministro da Economia”, 1949.

¹⁰*Idem.*

A persistência de Carlos Marques Rodrigues não foi em vão e a Fábrica de Descasque de Arroz reabre em 1950, após mais de uma década suspensa e passa então a designar-se “Carlos Marques Rodrigues & Filhos.”



Marca “Carlos Marques Rodrigues & Filhos”, em anúncio de jornal.¹¹



Embalagem de arroz de dois quilos.¹²

¹¹In Jornal “Notícias Semanário das Terras de Santa Marinha”, 1961.

¹²Arquivo Municipal de Estarreja. Fundo Fábrica de Descasque de Arroz.

A 27 de agosto de 1976, o fundador da Fábrica de Descasque de Arroz vem a falecer na sua residência na Quinta da Costa, com a idade de 94 anos. Homem ativo na sociedade, comerciante, benemérito, benfeitor, empreendedor, com espírito de iniciativa, inovador e perseverante, teve a audácia de numa época conturbada ousar fazer mais, com o prestígio de ser “inteligente e simpático cavalheiro, digno da maior estima e consideração”.¹³



Notícia de jornal do falecimento de Carlos Marques Rodrigues.¹⁴

No final da década de 80, a “Hidro-Eléctrica” de Estarreja encerra definitivamente as portas, para o propósito a que se destinava, fechando, desta forma, um ciclo na história da indústria concelhia.

Anos mais tarde, em 2015, o equipamento passa a integrar o património municipal, com o objectivo de transformar o edifício num espaço de memória colectiva.

Dois anos depois, em 2017, e cerca de trinta anos após o encerramento definitivo da fábrica, o Município de Estarreja inicia a recolha de testemunhos orais de familiares, de ex-funcionários da antiga Fábrica de Descasque e da comunidade ligada ao cultivo do arroz. Este foi um projeto colaborativo com a comunidade, no âmbito da candidatura de Programação Cultural em Rede, com o objetivo de promover a dinamização, a promoção e desenvolvimento do património cultural.

Nesta partilha de memórias e estórias que vieram enriquecer a história da fábrica e do cultivo do cereal, são igualmente recuperados documentos, livros e pequenos objetos da antiga fábrica que haviam sido arquivados e armazenados no cofre da mesma e que perpetuam, desta forma, a existência da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja. O momento final deste projeto resultou também no mesmo ano,

¹³In Jornal “O Concelho de Estarreja”, 16 abril de 1910.

¹⁴In Jornal “O Concelho de Estarreja”, 16 setembro de 1976.

no festival ESTAU – Estarreja Arte Urbana, numa “galeria” de fotografias nas imediações da fábrica, intitulada de “Memórias”, da autoria da fotógrafa Camilla Watson.



A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja - Fábrica de Descasque de Arroz.¹⁵

¹⁵Fotografias de Rute Ferraz, 2017.



Recolhas de testemunhos com Anabela Amorim, projeto candidatura Programação Cultural em Rede.¹⁶



Recuperação de documentos do cofre da fábrica.¹⁷

¹⁶Fotografias de Rute Ferraz, 2017.

¹⁷Fotografias de Rute Ferraz, 2017.



Resultado da intervenção mural “Memórias”, de Camilla Watson - Estau 2017.¹⁸

Em 2019, o Município de Estarreja desafiou a “Casa da Esquina” – Associação Cultural, para a criação de um audio-walk pela cidade de Estarreja. Esta criação artística foi elaborada a partir de testemunhos de antigos trabalhadores da Fábrica de Descasque de Arroz, assim como de outros acontecimentos históricos da cidade. Este percurso sonoro espelha a identidade de Estarreja e é uma imersão pelas memórias e estórias. De salientar que as vozes do percurso que principia na antiga “Hidro-Eléctrica” são dos próprios ex-trabalhadores, que se envolveram neste projeto artístico. A banda sonora foi gravada pela Banda Bingre Canelense, num envolvimento local para a criação deste espetáculo.



Audio-walk pela cidade, início do percurso nas ruínas da antiga Fábrica de Descasque de Arroz.¹⁹

No mesmo ano, em 2019, inicia-se a reabilitação/requalificação da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja e conversão do antigo edifício em “Fábrica da História”. Este novo projeto assentará na criação de um circuito museológico, com recurso a novas tecnologias e que transportará na sua essência o que é diferenciador, eternizando e imaterializando, desta forma, a história de Estarreja, da cultura do arroz e da antiga Fábrica de Descasque.

Com a criação deste novo equipamento cultural é alavancada a valorização e promoção de um produto identitário do Concelho, fomentando o empreendedorismo e economia local, assim como a regeneração da reabilitação urbana. A conclusão da obra de reabilitação da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja marcará

o início de uma nova vida para aquele espaço de memória coletiva, convertendo-o na nova “Fábrica da História” e num novo polo de dinamização cultural, económica e turística, sendo uma alavanca para o incentivo à intensificação e qualificação da produção de arroz no Baixo Vouga Lagunar.



Imagens 3D da reabilitação da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, 2019.

¹⁸Fotografias de Rute Ferraz, 2017.

¹⁹Fotografias de Carlos Gomes, 2019.

²⁰Imagens / projeto de Arquitetura “Asterisco” – Estudos e Projetos de Arquitetura, 2019.

No presente, a mesma matéria prima de qualidade e um novo fôlego. Atualmente, nos campos da cidade de Estarreja, nomeadamente nas freguesias de Salreu e Canelas, a cultura do arroz tem motivado o interesse por parte de produtores e entidades, afirmando-se como um elemento diferenciador do Concelho. De sabor único, o cultivo do arroz é um reencontro com as técnicas, os métodos e os saberes tradicionais, e uma perfeita simbiose entre o homem e a natureza.



Cultura do Arroz em Canelas (orizicultores Armindo e Rogério Paulo Saramago) plantação e colheita utilizando métodos tradicionais.²¹

No presente ano de 2022, cem anos após o início da laboração da Fábrica de Descasque de Arroz, com a obra já em fase de conclusão, a porta principal da antiga “Hidro-Eléctrica” de Estarreja voltou a abrir-se para o mundo.

Numa encomenda do Município de Estarreja e produção “Casa da Esquina”, nasceu um novo projeto de teatro intitulado “Fábrica de Histórias”, com o envolvimento da comunidade, em forma de visita guiada e performativa, que percorreu uma linha de tempo e os espaços da futura Fábrica da História – Arroz.

O público foi convidado a mergulhar e (re)descobrir a história da antiga Fábrica de Descasque de Arroz. Memórias de familiares e antigos trabalhadores, fotografias, imagens e documentos, completaram a performance dos intervenientes. Uma visita performativa emotiva e comovente, com casa esgotada em todas as sessões realizadas. O principal objetivo, além do envolvimento da comunidade, com o empenho de várias gerações nas memórias e história local, foi abrir as portas da antiga “Hidro-Eléctrica”

²¹Fotografias de GComRP (Bruno Azevedo), 2019.

de Estarreja na fase final da obra de reabilitação, ativando a curiosidade dos futuros visitantes para a futura Fábrica da História, que se pretende ser um espaço de memória coletiva para todos.

Esta história que contamos | é a história de todos | e de cada um. | Começa em 1922 | Tinha 16 anos quando entrei para a fábrica. | Atravessa a Segunda Grande Guerra Mundial. | Esteve paralisada durante 10 anos | É a história de todos | e de cada um. | É a história dos dias repetidos | Eu fui para lá em 75 | É a história de todos os que viveram o seu fim. | À frente de ti, olho-te de novo e as lágrimas vêm-me aos olhos. | Vejo tudo abandonado. Tudo partido | O que pode sonhar um trabalhador quando a sua fábrica fecha? | Que gestos ainda duram para além da memória? | Esta é a minha fábrica. | Qual é a tua?

In Fábrica de Histórias²²



“Fábrica de Histórias”, visitas performativas com o envolvimento da comunidade.²³

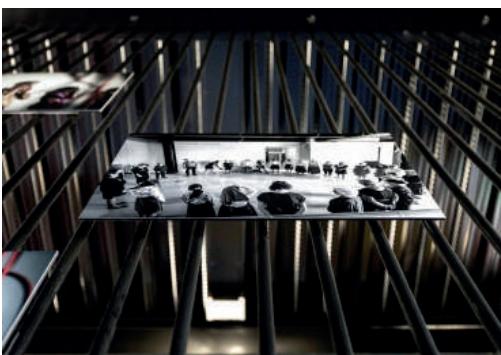
²²Excerto do guião do projeto teatral/visita performativa, 2022.

²³Fotografias de Carlos Gomes, 2022.



“Fábrica de Histórias”, visitas performativas com o envolvimento da comunidade.²⁴

Devido ao sucesso da visita performativa, no mesmo ano de 2022, em setembro, no âmbito da programação da V edição do Festival ESTAU – Estarreja Arte Urbana, foi realizada a exposição “Fábrica de Histórias”, com fotografias de Carlos Gomes, que acompanhou dois processos artísticos da autoria de Ricardo Correia da “Casa da Esquina”, envolvendo a comunidade a partir do edifício da antiga Fábrica de Descasque de Arroz. Com esta exposição, foi possível abrir novamente as portas da antiga fábrica em fase final de conclusão da obra e incluir o novo edifício cultural num evento âncora do Município, dando a oportunidade de mais pessoas conhecerem os espaços da futura Fábrica da História.



Exposição de fotografia “Fábrica de Histórias” na Fábrica da História.²⁵

²⁴Fotografias de Carlos Gomes, 2022.

²⁵Fotografias de Manuel Vitoriano, 2022.

Em breve, as portas da futura Fábrica da História abrir-se-ão para todos, com novo objetivo e missão, mas a essência de sempre: identidade, património, memória e tradição. E com a abertura deste novo equipamento cultural requalificado, continuar-se-á a escrever as estórias do seu povo e a história da cidade de Estarreja. A fábrica está viva há cem anos. Porque é feita de pessoas e de memórias. Do passado, do presente, e do futuro.



Edifício em ruínas da antiga Fábrica de Descasque de Arroz.²⁶



Edifício atual da futura Fábrica da História - Arroz.²⁷

Fontes de Informação

ARQUIVO MUNICIPAL DE ESTARREJA

Fundo documental Fábrica de Descasque de Arroz, Estarreja.
Livro da Ata da Sessão Ordinária da Comissão Executiva (17/05/1922).

ARQUIVO PESSOAL DA FAMÍLIA MARQUES RODRIGUES

Documentos e Fotografias da Fábrica.

JORNAL DE ESTARREJA

25 de março, 1923.

JORNAL O CONCELHO DE ESTARREJA

16 abril, 1910.
16 setembro, 1976.

JORNAL SEMANÁRIO DASTERRAS DE SANTA MARINHA

16 janeiro, 1961.

**RETIFICAÇÃO AO ENSAIO “AS CASAS DO MATO (SALREU)
E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS
ANTUANOS. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS
E NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA”**

(TERRAS DE ANTUÃ N°S 12 E 13)

António Pedro de Sottomayor

Um alerta do professor e investigador Luís Seabra Lopes – a quem se renovam os agradecimentos – levou a uma reavaliação parcial dos documentos compulsados aquando da elaboração do artigo “As Casas do Mato (Salreu) e de Fonte Chã (Bemposta) nos ofícios concelhios antuanos. Subsídios para a história dos registos e notariado no concelho de Estarreja”, publicado em duas partes, nos números 12 (2018) e 13 (2019) desta revista “Terras de Antuã”.

Referia-se à provável coexistência, no arcediagado do Vouga e entre os anos de 1512-1538, de dois tabeliães denominados Afonso Pires: um com residência no lugar do Mato do concelho de Antuã, o outro na vila de Avelãs de Cima. Um facto que originou o engano de se considerar ambos os oficiais uma só pessoa e, desse modo, tornar incorreto parte do que ficou dito acerca do primeiro daqueles – tabelião do público e judicial, e escrivão dos orfãos no concelho de Antuã.

Efetivamente, este **AFONSO PIRES** morador no lugar do Mato, sucedeu em 1511 nos ofícios que eram pertença de Lopo Preto, um escudeiro do fidalgo João de Albuquerque. Deve, por isso, associar-se a sua carreira, exclusivamente, ao patrocínio da Casa de Angeja, e não, como por lapso se entendeu, também, aos Borges de Miranda, senhores de Carvalhais, Ferreiros, Verdemilho e Ílhavo, Casa de quem o outro Afonso Pires morador em Avelãs, foi criado e escudeiro.

A correção é igualmente extensiva no que respeita ao tabelionado do arcediagado do Vouga, que o Afonso Pires, do Mato, deteve entre 1511 e 1540, após o óbito de Lopo Preto, e o de Avelãs, entre 1512 e 1538, por renúncia de Gil Coelho. De igual forma não procede o alvará de confirmação dos ofícios do ano de 1522 – alusiva ao Afonso Pires de Avelãs – mas sim o de 1524, pelo que o conteúdo da nota de rodapé nº 29 se deve substituir por “*Ibid., Chancelaria de D. João III, Liv. 45, fl. 149, doc. 2: Afonso Pires – Alvará de tabelião do público e judicial dos concelhos de Figueiredo, Antuã e arcediagado do Vouga*”. Pela mesma razão devem ser desconsideradas as notas nºs 30 a 32.

Mantém-se, no entanto, válida, a nota nº 28 e a correspondente informação de que o Afonso Pires, tabelião em Antuã e Figueiredo, perdera o ofício no arcediagado do Vouga, em 1517, pelo erro descrito no diploma. Afirmação, porém, contrariada pelo alvará de 1524 acima referido, que o garante como tabelião do público e judicial nesses três concelhos “*e em cada um deles assim e pela maneira que o ele deve ser e até aqui foi por carta d’El Rei nosso senhor e padre que santa gloria haja*”; dinâmica impossível de descortinar à luz da documentação coeva.

A reavaliação feita, destes e outros diplomas, permitiu ainda concluir, sem margem de dúvida, que ambos os indivíduos do mesmo nome aqui referidos, usaram sinais públicos diferentes, e que o residente em Avelãs terá falecido antes de 29 de janeiro de 1539 – data em que o filho lhe sucedeu no Vouga e seu arcediagado – enquanto o do Mato, do concelho de Antuã, ainda vivia em 9 de agosto de 1540 – data em que foi autorizado por D. João III a renunciar aos ofícios.

Um outro lapso encerra a presente retificação. Refere-se ao último e primeiro parágrafo das páginas 52 e 53 da parte II do mesmo artigo, publicada no nº 13 (2019) da revista “Terras de Antuã”.

Nesse trecho afirma-se um segundo casamento ao tabelião de Estarreja, **DIOGO DA CUNHA DE AZEVEDO**, com a cunhada viúva Cecília de Melo, do qual teria resultado o nascimento do futuro morgado do Mato (Salreu) e de Sampaio (Mouçós-Vila Real), Jerónimo Pereira de Melo. Face ao desaparecimento do documento instituidor do morgado do Mato e à atual inexistência dos livros paroquiais de Salreu anteriores a 1755, prevaleceu nesta análise a única fonte disponível da época – o assento do casamento deste Jerónimo, em Vilar de Maçada (Vila Real) no ano de 1668 – onde é dado como filho de ambos.

Contudo, e graças ao professor Artur Castro Tavares – a quem igualmente muito se agradece – foi-me recentemente dada a conhecer a transcrição testamento de António da Cunha de Azevedo – o instituidor do vínculo do Mato em 1649, irmão daquele Diogo e marido de Cecília – constante no volume II das “Notas Marinhoas: notícias históricas do concelho da Murtosa e das duas freguesias marinhoas do concelho de Estarreja”, da autoria de José Tavares Afonso e Cunha, em edição própria no ano de 1972.

O documento tem data de 8 de dezembro de 1649 e garante Jerónimo Pereira de Melo como filho do testador. Um pouco mais à frente, e no mesmo capítulo que dedica ao “Vínculo da Casa do Mato”, o autor das “Notas Marinhoas” indica a data do batizado de Jerónimo, a 9 de abril de 1645, em São Martinho de Salreu, deduzindo-se, desse modo, que em princípios dos anos setenta do século XX, ainda existiriam esses livros paroquiais hoje desaparecidos.

Corrige-se assim o que se afirmou, restaurando, inclusive, a autoridade do manuscrito genealógico de frei Bernardo do Amaral: Jerónimo Pereira de Melo, morgado do Mato e de Sampaio, era filho de António da Cunha de Azevedo e Cecília de Melo. Não teria ainda cinco anos quando o pai morreu, ficando o tio Diogo da Cunha de Azevedo como tutor em conjunto com a mãe viúva, um facto que poderá ter motivado o erro constante no seu futuro registo de casamento. Sendo erro, cai também por terra a afirmação do segundo casamento do tabelião Diogo da Cunha de Azevedo, subsistindo, no entanto e a par da sua eventual viuvez, como mera hipótese.



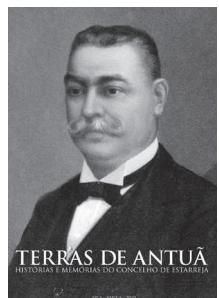
[Nº1 – Ano I - 2007] SUMÁRIO: HOJE, POR ONTEM, PARA AMANHÃ, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EM SALREU, A “CASA DO SANTO” OU “A CASA DO FERRAZ”, *Amaro Neves*; O PATRIMÓNIO NAVAL NA FREGUESIA DE PARDILHÓ, *Andreia Vidal Leite*; CARTOFILIA ESTARREJENSE - A 1.ª metade do século XX, *António Augusto Silva*; DIVAGAÇÕES A PROPÓSITO DE UM VELHO RETRATO - Rostos da Fontinha, *António Pedro de Sotomayor*; MOINHOS E MOLEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Armando Carvalho Ferreira*; A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CAPELA DE SANTO AMARO, *Beduído - Estarreja*, *Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida*; OS REGEDORES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; UMA FAMÍLIA DE ESTARREJA - Notas genealógicas sobre o ramo materno da família de D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará e Arcebispo Primaz de Braga, *Francisco M. Ponces de Serpa Brandão*; HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Marco Pereira*; O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA NO FINAL DA IDADE MÉDIA - O impacto da crise dos séculos XIV e XV segundo três cartas de sentença, *Rafael Marques Viegas*; A IMPORTÂNCIA DA REDE VIÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DA DIOCESE VISIGÓTICA DE COIMBRA: Antuane como uma das suas paróquias, *Sónia Filipe*; SAUDADES.



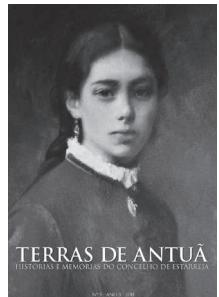
[Nº 2 – Ano II - 2008] SUMÁRIO: COMO É RICA A NOSSA HISTÓRIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: O BISPO DE COCHIM - Alguns apontamentos para o seu conhecimento, *António Augusto Silva*; LEITURA DE FEIRA E NÃO SÓ, *António de Pinho Nunes*; ESTARREJA NA IDADE MÉDIA - Documentação dos séculos X a XIII, *Delfim Bismarck Ferreira*; O LIVRO DE EXCOMUNGADOS E LEMBRANÇAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DE FERMELÃ, *Hugo Calão*; OS MEUS ANTEPASSADOS DE ESTARREJA, *José Manuel Nunes Liberato*; O ASSOCIATIVISMO AGRÁRIO NA SUB-REGIÃO DE AVEIRO (1854-1923) - Contributo para o seu estudo, *Manuel Ferreira Rodrigues*; MONARQUIA DO NORTE [ou Traulitânia] - Ocupação monárquica de Estarreja (24.1.1919-11.21919), *Marco Pereira*; O ESTÁBULO DA IGREJA PAROQUIAL DE BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; LIVROS PAROQUIAIS DE AVANCA - Uma fonte por explorar, *Maria Palmira da Silva Gomes*; BANDA BINGRE CANELENSE: PELA MÚSICA HÁ 140 ANOS, *Teresa Bagão*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1905, *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E CORRECÇÕES: Novos Subsídios para a História da Capela de Santo António, *Marco Pereira*.



[Nº 3 – Ano III - 2009] SUMÁRIO: A AVANTURA CONINUA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: JORNais E JORNALISTAS NA TERRA DA MADEIRA ATÉ 1925, *António Augusto Silva*; A CONSTRUÇÃO NAVAL NO NORTE DA RIA DE AVEIRO: DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CONCELHO DE ESTARREJA AO BICO DA MURTOSA, *António Vitor N. de Carvalho*; CASA DOS MORGADOS DE SANTO ANTÓNIO DA PRAÇA, EM ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; A CHEGADA DA ENERGIA ELÉCTRICA AO CONCELHO DE ESTARREJA: 1925-1930 - BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS, *Diana Cunha & Susana Temido Silva*; EPISÓDIO DA VIDA PLOÍTICA DE HÁ CEM ANOS, *José Augusto Tavares Gurgu e Cirne*; INVASÕES FRANCESAS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; AS CONVERSAS COM A TIA ROSA, *Margarida Castro*; RETÁBULO DA CAPELA DE SANTA BÁRBARA EM BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; MANUEL FIRMINO D’ALMEIDA MAIA (1824-1897), *Maria Manuel de Vilhena Barbosa*; EGAS MONIZ - O PRÉMIO NOBEL, *Rosa Maria Rodrigues*; FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO RELACIONADOS COM ESTARREJA, *Teresa Cruz Tobby*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1882 E 1887, *Valter Santos*; SAUDADES.



[Nº 4 – Ano IV - 2010] SUMÁRIO: CEM ANOS DA REPÚBLICA E MAIS DE MONARQUIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: ALBERTO FERREIRA VIDAL – Notável Estarrejense, *António Augusto Silva*; EGAS MONIZ, das origens telúricas à celebração internacional, *António Macieira Coelho*; “MULTIPLICAR OS PEIXES E POUPIÁ-LOS QUANDO SE REPRODUZEM...” – O debate parlamentar de um filho de Estarreja, *António Pedro de Sotomayor*; O “RESTAUIRO” DA BANDEIRA DA MONARQUIA – Tratamento de Conservação e Restauro da bandeira da Câmara Municipal de Estarreja, *Eva Armindo*; OS INVENTÁRIOS DAS IGREJAS E CAPELAS DAS PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, Hugo Calão; OS ÚLTIMOS TEMPOS DA MONARQUIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, com as suas consequências em Estarreja, de acordo com as memórias de Francisco de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, *Luís Augusto Eça de Matos*; NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO DISTRITO DE AVEIRO: Alberto Souto administrador do concelho de Estarreja, *Luís Souto de Miranda*; DA COBERTURA DE COLMO À TELHA DE FONTELA, Marco Pereira; SÃO MIGUEL ARCANJO – PADROEIRO DE FERMELÃ, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; OS CAMINHOS DA CIRES – o seu 50.º aniversário, *Maria Elvira Callapez*; DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte I, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PEDRA DE ARMAS DO BISPO DE COCHIM, *Patrícia Mestre Marques de Carvalho*; RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE MEIAS – Quinta do Marinheiro, Casa-Museu Egas Moniz, *Ricardo Matos, Luís Loureiro e Nuno Matos*; AVANCA – DOS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA ATÉ À IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA, *Telma Marília Assunção Correia*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1888-1892), *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E RECTIFICAÇÕES.



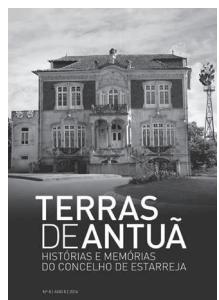
[Nº 5 – Ano V - 2011] SUMÁRIO: NÃO REFORMAMOS A HISTÓRIA!, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: A SAGA DO NAVIO MARIA DAS FLORES, O Lugre Maria das Flores – o bota-abaixo, *Ana Maria Lopes*; CAETANO FERREIRA – Notável Estarrejense, jornalista errante e viajante, *António Augusto Silva*; PASSADO PATRIMÓNIO E FUTURO – Primeiros elementos para uma carta arqueológica do concelho de Estarreja, *António Manuel S. P. Silva & Gabriel Rocha Pereira*; CASA DO OUTEIRO DE PAREDES EM AVANCA, *Delfim Bismarck Ferreira e Maria Palmira da Silva Gomes*; A ARQUEOLOGIA NA REDE PRIMÁRIA DE TRANSPORTE DE GÁS: A passagem pelo distrito de Aveiro, *João Muralha*; O FUNDADOR DE ESTARREJA, *Joaquim Lagoa*; ORIGEM DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, *Jorge Barbosa Montenegro*; CONSELHEIRO FRANCISCO LOURENÇO DE ALMEIDA – Participante na transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Liberal, na primeira metade do século XIX, *Marco Pereira*; OS VALENTES DE ALMEIDA DE PARDILHÓ, *Maria Helena Valente Pinto*; AS ELITES LOCAIS E SUA INFLUÊNCIA NOS FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX – UM EXEMPLO: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte II, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; AFORAMENTOS DE SANTO AMARO, TORREIRA E OUTROS (1780 a 1950) – PROCESSOS EM ARQUIVO, *Norvinda Leite*; O PAPEL DAS MULHERES NA VIDA DE EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*; OS CINETRATOS NO DISTRITO DE AVEIRO – Materialização de um programa em Rodrigues Lima, *Susana Constantino*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1893-1894), *Valter Santos e Teresa Cruz*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ORDENANÇAS E MILÍCIAS NO CONCELHO DE ESTARREJA (1866); ARQUITECTURA NA FEIRA DE SANTO AMARO; ADENDAS E RECTIFICAÇÕES



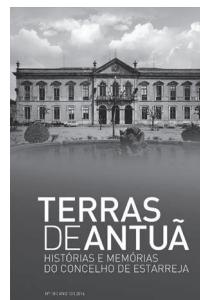
[Nº 6 – Ano VI - 2012] SUMÁRIO: A IMPORTÂNCIA DO RITUAL, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DE CANELAS, *Ana Maria Lopes*; DR. TAVARES DA SILVA – Figura incontornável do Desporto Nacional do séc. XX, *António Augusto Silva*; O PATRIMÓNIO CINÉFILO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *António Costa Valente*; O CASTRO DE SALREU (ESTARREJA); RESULTADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS, *António Manuel S. P. Silva, Gabriel R. Pereira & Paulo A. P. Lemos*; ANTÓNIO MOTA GODINHO MADUREIRA – Um esboço biográfico, *Delfim Bismarck Ferreira*; MIGRAÇÕES ARQUITECTÓNICAS – O popular e o histórico na hora de Francisco Farinhos, *Domingos Tavares*; O PATRIMÓNIO E O SEU PAPEL CULTURAL NO CONTEXTO LOCAL E REGIONAL, *José Mattoso*; FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; SACRÁRIOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide Marques*; ESTARREJA – Sua origem como topónimo, *Maurício António Fernandes*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1895), *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ESTARREJA E AS SUAS ACTUAIS FREGUESIAS (1853); CONCELHO DE ESTARREJA (1875); ESTADO ACTUAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA (1905); ESTARREJA (1912); ANTUÃ: Paróquia Sueva; 8 DIAS DE “LIBERDADE” ... CONDICIONADA



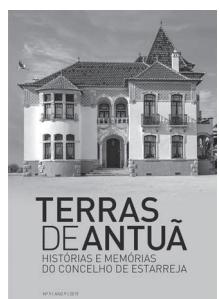
[Nº7 – Ano VII - 2013] SUMÁRIO: EU SOU QUE SEI, *José Eduardo de Matos*, A HISTÓRIA VAI-SE FAZENDO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*, ARTIGOS: HENRIQUE LAVOURA – construtor naval de nomeada, *Ana Maria Lucas*, CÓNEGO REBELO DOS ANJOS – Capelão de militares e Civis, *António Augusto Silva*, O CÓNEGO BARBOSA E O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, *António Pedro Sotto Mayor*, O VÍNCULO DA CASA DO COUTO EM SALREU (1755), *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gurgu e Cirne*, INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO MESTRE HENRIQUE LAVOURA – PARDILHÓ, *Juliana Cunha*, REVOLTAS POPULARES EM ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*, FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *Maria Almira de Oliveira Rodrigues Barata e Manuel Oliveira Rodrigues*, RETÁBULOS DA IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DE VEIROS, *Maria Clara Vide Marques e António Cruz Leandro*, OS ELEITOS DA CÂMARA DE ESTARREJA REFERÊNCIAS NAS ATAS DE 1860-1910, *Norvinda Leite*, NOTA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UMA PEÇA ARQUEOLÓGICA DE VALE CASTANHEIRO, SALREU, *Paulo Morgado*, MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL, *Sérgio Paulo Silva*, A EMIGRAÇÃO NO CONCELHO DE ESTARREJA (1896), *Teresa Cruz e Valter Ramos*, SAUDADES, REVISTAS “TERRAS DE ANTUÃ”



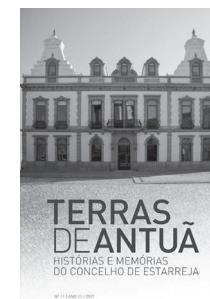
[Nº8 – Ano VIII - 2014] SUMÁRIO. VIAJE COMIGO POR TERRAS DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, AUTORES: AS DESCOPERTAS DE EGAS MONIZ E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO, *Álvaro Macieira Coelho*, A CONSTRUÇÃO NAVAL LAGUNAR E A MUSEOLOGIA – Mestre Esteves – Pardilhó, *Ana Maria Lopes*, OS 90 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, PATRIMÓNIO MUSICAL DE ESTARREJA – Um contributo, *António Augusto Silva*, A FAMÍLIA BANDEIRA EM ESTARREJA E SALREU DESDE O SÉCULO XVIII, *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gуро e Cirne*, CRÓNICAS DE UM PASSADO PRESENTE – Alguns apontamentos para o estudo geral deste Concelho de Estarreja, *José Teixeira Valente*, OS ACTUAIS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NO SÉCULO XIII, *Marco Pereira* PINTURAS DEVOCIONAIS DOS ALTARES- MORES DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Paiva* *Vide Marques e Sylvie Ferreira*, FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA E A CASA DE FRANCISCO MARIA SIMÕES- Um novo padrão de Beleza; *Maria João Fernandes*, OS ELEITOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA – REFERÊNCIAS NAS ATAS (CONT) – 1910-2013, *Norvinda Leite*, DEAMBULANDO PELAS RUAS, *Sérgio Paulo Silva*, O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES – ANO DE 1897 TRILHOS DOS AMAZONAS, *Teresa Cruz e Valter Santos*, SAUDADES - OS 50 ANOS DO MERCADO MUNICIPAL DE ESTARREJA, *João Alegria* REVISTAS “TERRAS DE ANTUÃ”



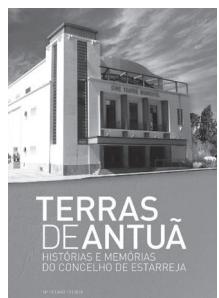
[Nº10 – Ano X - 2016] A NOSSA CASA BRANCA, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ROTA LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, CARNAVAL DE ESTARREJA: 1930 A 1974, *Andreia Tavares* RANCHO FOLCLÓRICO DE VEIROS – As primeiras Danças: 1939-1947, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EM 2016 NO CRASTO DE SALRE ESTARREJA – BREVE NOTÍCIA *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira*, *Paulo P. Lemos* e *Sara Almeida e Silva*, A PEDRA DE ARMAS DA CASA DA FONTINHA, EM BEDUÍDO, ESTARREJA *Delfim Bismarck Ferreira*, CASAS COM TORRE *Domingos Tavares*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – OS PAINÉIS DO BARCOS MOLICEIROS *José Gуро e Cirne*, A BIBLIOTECA PRIVADA DE EGAS MONIZ – CASA DO MARINHEIRO EM AVANCA, *Juliana Cunha*, O VÍNCULO DA CAPELA DE S. SIMÃO DO BUNHEIRO NO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO, *Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes*, PESOS E MEDIDAS NA HISTÓRIA DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira* PINTURAS DE MILAGRES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE ESPERANÇA E FÉ, *Maria Clara de Paiva* *Vide Marques e António Cruz Leandro*, EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ESTARREJA – UM PERCURSO PELAS FONTES DE 120 ANOS DE HISTÓRIA, *Norvinda Leite*, UM OUTRO OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ANTIGA FREGUESIA DE BEDUÍDO: A TERRA COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO *Susana Temudo* e *Diana Cunha* SANTOS EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1899, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES – NOS 20 ANOS DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE AVANCA, *António Costa Valente e Rita Capucho*



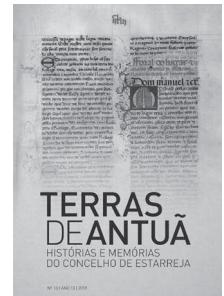
[Nº9 – Ano IX - 2015] SUMÁRIO, EVAO NOVE, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, PINTORES DE EMBARCAÇÕES LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, 150 ANOS DEDICADOS À MÚSICA, OS EXECUTANTES DA BANDA BINGRE CANELENSE DESDE A SUA FUNDAÇÃO, *Ana Paula Almeida*, CARNAVAL DE ESTARREJA: DAS COMEMORAÇÕES POPULARES ÀS BATALHAS DAS FLORES, *Andreia Tavares*, DR. MANUEL FIGUEIREDO, MÉDICO DE LARGO SENTIDO HUMANO, *António Augusto Silva*, A OBRARETABULAR DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE PARDILHÓ, *António Cruz Leandro* e *Maria Clara de Paiva* *Vide Marques*, PATRIMÓNIO – LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE, *Carla Ferreira*, O DESEMBRAGADOR DR. JOSÉ HOMEM CORRÉATELES, *Delfim Bismarck Ferreira*, CONTRIBUTO PARA UM INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLETIVIDADE CONCELHIA “O CENTRO” – CENTRO RECREATIVO DE ESTARREJA CRE NA CELEBRAÇÃO DOS 105ºANIVERSÁRIO, *José Fernando Correia*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO. OS PAINÉIS DOS BARCOS MOLICEIROS, *José Gуро e Cirne*, a LEITURA PÚBLICA EM ESTARREJA, *Juliana Cunha*, PRIMEIRA REFERÊNCIA ESCRITA A SALREU (1076/1106), *Marco Pereira*, FRENTE LAGUNAR DE ESTARREJA E OS SEUSTESOUROS, *Norberto Monteiro*, JORNAL “O CONCELHO DE ESTARREJA” 1901-2014 DO SOTÃO PARA O MUNDO DIGITAL, *Norvinda Leite*, BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925-1 DE OUTUBRO DE 2015 DO PASSADO AO PRESENTE UM SÓ CAMINHO, A MESMA ENTREGA À MÚSICA E À ARTE DE BEM FAZER, *Raquel Maria Rodrigues de Jesus*, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA 80 ANOS AO SERVIÇO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Rosa de Fátima Figueiredo*, CASA MUSEU EGAS MONIZ – RECATOS DO MARINHEIRO, *Rosa Maria Rodrigues*, ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA: UM PERCURSO COM MEIO SÉCULO, *Teresa Bagão*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1898, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, SAUDADES – CINE TEATRO DE ESTARREJA 65 ANOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS, *João Carlos Alegria*



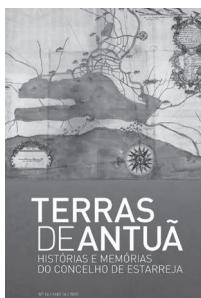
[Nº11 – Ano XI - 2017] “ROSTO” EDIFICADO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* CARLOS PINTO DE SOUSA – Um autodidacta do crescimento cultural, *António Augusto Silva* UMA ALDEIA DE HÁ DOIS MIL ANOS UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E A SUA INVESTIGAÇÃO, *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira*, *Sara Almeida e Silva* e *Paulo P. Lemos*, A PEDRA DE ARMAS DA “CASA DO COUTO”, EM SALREU, *Delfim Bismarck Ferreira* PALACETES E ESTARREJA, *Domingos Tavares* MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Em busca do tempo perdido, *José Gуро e Cirne* O PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO DE ANTÓNIO MADUREIRA – Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira em Estarreja, *Juliana Cunha* TAVARES RESENDE DA CASA DE S. BERNARDO DA CONGOSTA EM AVANCA – Estarreja, Aveiro, *Luís Cardoso Menezes* OS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-1918), *Marco Pereira* ESCULTURA DEVOCIONAL NA IGREJA MATRIZ DE AVANCA, *Maria Clara de Paiva* *Vide Marques*, *António Cruz Leandro* e *Luís Alberto Casimiro* FORAL DO ANTUÃ: DOCUMENTOS AUTÊNTICOS QUE O TROUXERAM ATÉ HOJE, *Norvinda Leite* UMA CARTA, *Sérgio Paulo Silva*, JOAQUIM MARIA LEITE, *Teresa Cruz Tubby* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1906, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES-EGAS MONIZ – UM PERCURSO – 90 Anos da Angiografia Cerebral (1927-2017), *Rosa Maria Rodrigues*



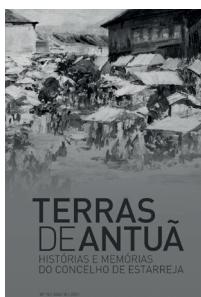
[Nº 12 - Ano XII- 2018] MEMÓRIAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MANIFESTO DA COMISSÃO ELEITORAL OPOSIÇÃO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, UMA SIMPLES CONVERSA E AS PRIMEIRAS PRISÕES POLÍTICAS EM ESTARREJA, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CASTRO DE SALREU-BREVE CRÓNICA DA INTREVENÇÃO DE 2018, *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo A.P. Lemos*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DA FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUAOS SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 1ª PARTE DE D. JOÃO II A FILIPE II, *António Pedro de Sotomayor*, OS MOINHOS DE MEIAS, *Armando Carvalho Ferreira*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE I), *Delfim Bismarck Ferreira*, CONSTRUÇÃO NAVAL TRADICIONAL NO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – QUE FUTURO? *Etelvina Resende Almeida*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – DOS MÉRITOS DO PRIMITIVISMO INGENUO *José Gуро e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O FUNDADOR DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ – A “HIDRO-ELÉTRICA” DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS BISPOS PORTUGUESES ORIGINÁRIOS DO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO NO SÉCULO XX, *Luís Cardoso Menezes*, A PNEUMÓNICA, OU GRIPE ESPANHOLA, EM ESTARREJA (1918-1919) *Marco Pereira*, PRISIONEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIALNA FRENTE OCIDENTAL – 1917-1918, *Maria Clara de Paiva* *Vide Marques, António Cruz Leandro*, UMA OBRA DO PINTOR FRANCISCO PINTO COSTA (1826-1869) NA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Susana Moncôvoa*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1907, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos* SAUDADES - 50 ANOS DA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, REVISTAS TERRAS DE ANTUÃ



[Nº 13 - Ano XIII - 2019] 500 ANOS DO FORAL DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina* EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DA BEIRA LITORAL LDA, *Andreia Tavares* FREI GONÇALO MARIA TAVARES – Do clero secular para o regular, *António Augusto Silva* O CASTRO DE SALREU, UM DOS Povoados PROTO-HISTÓRICOS ATLÂNTICOS DO ENTRE DOURO EVOUGA, *António Manuel Silva*, *Edite Martins de Sá, Jorge Fernando Salvador, Paulo A. P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHOS ANTUAOS - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 2ª PARTE DE D. FILIPE II A D. JOÃO V, *António Pedro de Sotomayor*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE II), *Delfim Bismarck Ferreira*, OLHARES POR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – ITINERÁRIOS POR ÁGUA, *Etelvina Resende Almeida*, A ODIOSÍSSIMA MORTE DO LÁZARO *José Gуро e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O IMPULSIONADOR DA EDIFICAÇÃO DA CENTRAL DE ENERGIA ELÉTRICA - A TURBINA DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, ESTARREJENSES ILUSTRES: O 1º MARQUÊS DE TERENA - SEBASTIÃO CORREIA DE SÁ (1766-1849), *Luís Cardoso Menezes*, MILITARES DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA MORTOS EM ÁFRICA (1961-1974), *Marco Pereira*, ESTARREJA NA GRANDE GUERRA MILITARES FALECIDOS NA FRENTE OCIDENTAL (1917-1918), *Maria Clara de Paiva* *Vide Marques, António Cruz Leandro, Teresa Cruz Tibby*, A SOMBRA DO MOSTEIRO DE AROUCA RAIZES LONGAS DE ANTUÃ, *Norvinda Leite e Carlos Pinho*, COISAS DE CANTADORES, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1908, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*, SAUDADES - 70 ANOS DO PRÉMIO NOBEL EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*



[Nº 14 - Ano XIV - 2020] A “TERRAS DE ANTUÃ” EM PLENA PANDEMIA COVID-19, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, O NOSSO LIVRO, *Abel Cunha*, MAJOR ANTÓNIO BERNARDINO FERREIRA, *António Augusto Silva*, A “GRATIDÃO” DE JOSÉ LUIS DA CUNHA: UM CASO DE SUOR, SUCESSO E LAGRIMAS NO PANORAMA EMIGRATÓRIO DA ESTARREJA OITOCENTISTA, *António Pedro de Sotomayor*, O CONCELHO DE ESTARREJA EM 1865, *Delfim Bismarck Ferreira*, A EMBARCAÇÃO TRADICIONAL COMO ARTEFACTO E O HOMEM ARTESÃO: O MESTRE CONSTRUTOR NAVAL DA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, “O COLEGIO”, *José Fernando Correia*, DR. TAVARES AFFONSO: SEIS CARTAS E UM BILHETE POSTAL DIRIGIDO AO PROF. DOUTOR EGAS MONIZ, *José Gуро e Cirne*, AVIVAR MEMÓRIAS: ASTRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS LIMITES HISTÓRICOS COMUNS DAS DIOCESES DO PORTO E DE COIMBRA, *Marco Pereira*, SÃO SEBASTIÃO, *Maria Clara de Paiva* *Vide Marques, António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ E OJOGO, *Rosa Maria Rodrigues*, PARA QUE OS OLHOS SE LEMBREM, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1909, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*, VEIROS – SINOPSE PELAS REFERÊNCIAS DA SUA HISTÓRIA E AS SUAS GENTES, *Victor Bandeira*, SAUDADES – BIORIA, O SUSTENTÁVEL CONVIVIO ENTRE A NATUREZA E O HOMEM, *Adolfo Vidal*



[Nº 15 - Ano XV - 2021] AS PESSOAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MEMÓRIAS DE UMA COZINHA DE POBRES, *Abel Cunha*, OS JAZIGOS NO ADRO DA IGREJA DE SALREU – ALGUNS APONTAMENTOS, *António Augusto Silva*, UMA DÉCADA DE ARQUEOLOGIA NO CASTRO DE SALREU, 2011-2021 (UM PONTO DE SITUAÇÃO NÃO CONCLUSIVO), *António Manuel Silva*, *Paulo Lemos e Sara Almeida e Silva*, O CAPITÃO LUÍS PEREIRA LOPES DE EXTINÇÃO E ASTRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, D. HUGO, BISPO DO PORTO, *Marco Pereira*, COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DE ESTARREJA, *Maria Clara* *Vide e António Cruz Leandro*, EGAS MONIZ - VIVÊNCIAS EM COIMBRA, *Rosa Maria Rodrigues*, ENGUIAS DE ARROZ E ARROZ DE ENGUIAS, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1910, *Teresa Cruz Tibby e Valter Santos*, O MERCADO ANTIGO DE ESTARREJA 30 ANOS A RECIRAR NOSSA HISTÓRIA, *Isabel Simões Pinto*

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16
Abel Cunha												X	X	X		
Adolfo Vidal												X				
Ana Bizarra															X	
Alvaro Macieira Coelho							X									
Amaro Neves	X															
Ana Maria Lopes				X	X	X	X	X	X							
Ana Paula Almeida								X								
Andreia Tavares							X	X	X		X	X				
Andreia Vidal Leite	X															
António Augusto Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
António Costa Valente					X				X							
António Cruz Leandro						X		X	X		X	X	X	X	X	X
António Macieira Coelho			X													
António Manuel S. P. Silva				X	X				X	X	X	X		X		
António de Pinho Nunes		X														
António Pedro de Sottomayor	X			X					X	X	X		X			
António Vitor N. Carvalho		X														
Armando Carvalho Ferreira	X								X							
Artur Castro Tavares														X		
Carla Ferreira						X										
Carlos A. Brochado de Almeida	X															
Carlos Pinho										X						
Delfim Bismarck Ferreira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Diamantino Matos													X			
Diana Cunha		X						X								
Domíngos Tavares				X				X	X							
Domíngos Tavares										X						
Etelvina Resende Almeida										X	X	X	X	X	X	
Eva Armindo			X													
Francisco M. Pontes de S. Brandão	X															
Gabriel Rocha Pereira				X	X				X	X	X					
Hugo Cálão	X		X													
João Alegria						X	X									
Isabel Simões Pinto												X				
João Muralha			X													
Joaquim Lagoeiro				X												
Joaquim V. F. Victorino												X				
José Fernando Correia					X						X	X	X			
José F. Salvador										X						
Jorge Barbosa Montenegro			X													
José Gуро e Cirne		X			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
José Manuel Nunes Liberato	X															
José Mattoso				X												
José Teixeira Valente						X										
Juliana Cunha					X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Luís Eça Matos			X														
Luís Loureiro				X													
Luís Cardoso Menezes															X	X	X
Luís Souto de Miranda							X										
Manuel Ferreira Rodrigues			X														
Manuel de Oliveira Rodrigues													X				
Marco Pereira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Margarida Castro					X												
Maria Almira de Oliveira R. Barata												X					
Maria Clara Vide		X	X	X					X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Elvira Callpez						X											
Maria Helena Valente Pinho									X								
Maria de Jesus Sousa de O. e Silva										X							
Maria João Fernandes														X			
Maria Helena Cruz Coelho																	X
Maria Manuel de Vilhena Barbosa			X														
Maria Palmira da Silva Gomes		X															
Mauricio Antonino Fernandes												X					
Norberto Monteiro															X		
Norvinda Leite									X		X	X	X	X	X		
Nuno Barraca																	X
Nuno Matos						X											
Paulo A. P. Lemos								X				X	X	X	X	X	X
Paulo Morgado												X					
Patrícia Mestre M. Carvalho										X							
Pedro Brochado de Almeida	X																
Rafael Marques Vigário	X																
Raquel Rodrigues de Jesus															X		
Ricardo Montes													X				
Rita Capucho																X	
Rosa Figueiredo															X		
Rosa Maria Rodrigues		X		X								X	X	X	X	X	X
Sara Almeida e Silva													X	X	X	X	X
Saúl António Gomes																	X
Sérgio Paulo Silva										X	X			X	X	X	X
Sylvie Ferreira												X					
Sónia Filipe	X																
Susana Constantino													X				
Susana Moncôvio																	X
Susana Temudo Silva			X														X
Telma Marília Assunção Correia								X									
Teresa Bagão	X															X	
Teresa Cruz Tubby			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valter Santos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vitor Bandeira																	X

